

Os blocos de Niemeyer para o IAPB em Brasília: memória e preservação da SQS 108



Capa (Figura 1): Vista do playground e dos blocos D (esq.), J (centro) e G (direita) da SQS 108. Autor desconhecido. Fonte: Kim e Weseley (2010)

Os blocos de Niemeyer para o IAPB em Brasília: memória e preservação da SQS 108

Ana Cristina Menezes Palhas | anapalhas@gmail.com

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Os blocos de Niemeyer para o IAPB em Brasília: memória e preservação da SQS 108

Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros - Orientadora – FAU|UnB

Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento - Membro Titular Externo – FAU|USP

Profa. Dra. Elane Ribeiro Peixoto - Membro Titular Interno – FAU|UnB

Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira - Membro Suplente – FAU|UnB

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mb Menezes Palhas, Ana Cristina
Os blocos de Niemeyer para o IAPB em Brasília: memória e preservação da SQS 108 / Ana Cristina Menezes Palhas; orientador Ana Elisabete de Almeida Medeiros. -- Brasília, 2022.
330 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. superquadra. 2. patrimônio moderno. 3. blocos modernos. 4. Brasília. 5. Unidade de Vizinhança. I. de Almeida Medeiros, Ana Elisabete, orient. II. Título.



Figura 2 - SQS 108 em construção: blocos K (primeiro plano), J e H (ao fundo). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Aos meus amores,

Rodrigo e Maria Luísa, que são morada em qualquer parte.

Agradecimentos

Aos meus pais, Carmen e Thomaz, e aos meus avós, Miron (*in memoriam*) e Maria Amélia (*in memoriam*), Paulo e Lory, por terem sido todos eles exemplos de dedicação ao trabalho, à sociedade e à família. Ao meu irmão Paulo, por sempre torcer por mim.

À Profa. Dra. Ana Elisabete Medeiros, orientadora incansável, atenta, precisa e gentil, por todo o suporte acadêmico, mas sobretudo humano, durante esta caminhada. Agradeço por confiar em mim e nesta pesquisa, mesmo diante de alguns percalços e interrupções durante o processo.

À Universidade de Brasília, pelo privilégio da educação pública e de qualidade. Àqueles professores da FAU-UnB e outros mestres que, através de sua árdua missão diária, nos sensibilizam para a poética da arquitetura e da vida.

À Profa. Dra. Elane Ribeiro Peixoto, à Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento e ao Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira pelas sugestões, críticas e apontamentos, que certamente contribuíram para o amadurecimento e crescimento da dissertação.

Aos funcionários e técnicos do PPG - FAU - UnB pelo apoio logístico e administrativo, realizado sempre com eficiência e simpatia.

Ao Rodrigo e à Malu, agradeço por todo o carinho, paciência e compreensão durante meus momentos de ausência. Ao Rodrigo, agradeço por ter preparado inúmeras e deliciosas refeições, ter me escutado, encorajado e ainda pela leitura do texto. À Malu, por combinar alegria e potência e, assim, me ensinar diariamente.

A todos os meus amigos e amigas, em especial à Alice Leite Flores, Andiara Campanhoni, Bruna Lima, Cristiane Liczbinski, Irina Alencar e Paula Moura, que me acompanharam mais de perto durante o período do mestrado. Agradeço individualmente aos queridos Alice Leite e Dante Uwai pelo apoio com o tratamento das imagens do Arquivo Público e modelagem dos blocos. À Andi, Paulinha e Irina, pela força na reta final e dicas de formatação. À Bruna, pela última visita à SQS 108, com a pequena Tainá já a tiracolo.

A todos aqueles colegas do PPG que, através do diálogo amistoso, contribuíram imensamente com suas observações, indicações de leitura, dicas práticas e momentos de alegria. Destaco os companheiros do grupo de pesquisa pela torcida e sugestões, em especial a Maritza Dantas, a Giselle Chaim, a Jessica Silva e a Marina Lira. À Lia Tostes, por algumas importantes sugestões bibliográficas.

Aos funcionários do Arquivo Público do DF, pelo suporte na pesquisa em seus acervos.

Ao Instituto Moreira Salles, por gentilmente ceder o direito de uso das imagens da SQS 108.

À Ana Paula Pedreira, por me mostrar que algumas dificuldades são facilmente transpostas quando vistas por outros ângulos.

À Gabriela dal Ponte, pelas lições de yoga: Namastê!

À Ana Cléa Sousa e Maria Luíza Pedroso, pela organização da casa, fundamental para finalização deste trabalho.

Ao professor José Carlos Coutinho, ele mesmo patrimônio da UnB e de Brasília, pelo incentivo inicial para o trabalho sobre a preservação dos blocos de superquadra.

Agradeço à Ana Clara Giannecchini, ao Rodrigo Figueiredo e ao Marcelo Goulart pelos esclarecimentos sobre as práticas e discussões sobre o tema junto ao Iphan e GDF.

À professora Maria Cláudia Candeia de Souza, pela gentileza em ceder a base de desenhos do livro “A Invenção da Superquadra”.

Por fim, aos que idealizaram, construíram, habitam e cuidam da SQS 108, em sua materialidade e em seus significados, em especial aos moradores Ricardo Rossi, Luiz e Irene Colares. Àqueles que apreciam a superquadra e seus espaços.

Todos me deixam a certeza de que o aprendizado e a pesquisa, assim como a arquitetura, só se constroem coletivamente.

Resumo

Esta dissertação pretende investigar a memória e preservação dos blocos de Oscar Niemeyer para o IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários - localizados na SQS 108, primeira superquadra de Brasília. A pesquisa está baseada principalmente em fontes documentais e iconográficas do final da década de 1950 e da década de 1960, tais como artigos de revistas, matérias em jornais, desenhos técnicos, croquis, fotos e sequências cinematográficas, confrontadas à crítica arquitetônica aos blocos e ao atual estado de preservação de seus pilotis e fachadas. O trabalho busca ainda compreender em que grau os blocos de Niemeyer para a SQS 108, somados ao traçado urbano da quadra, de autoria de Nauro Esteves, concretizam as intenções de Lucio Costa explicitadas no Relatório do Plano Piloto e servem de modelo para a definição de parte da escala residencial em Brasília, sobretudo em seus primeiros vinte anos. Entende-se que estes edifícios são representativos da concepção urbano-arquitetônica da cidade e do movimento moderno e têm, hoje, sua preservação ameaçada. Pretende-se, assim, tomar parte das discussões acerca da significância, valoração e documentação da arquitetura de blocos de superquadra brasilienses e de sua relevância para a preservação da escala residencial como um todo.

Palavras-chave: superquadra; patrimônio moderno; blocos modernos; Brasília;

Unidade de Vizinhança

Abstract

This paper intends to investigate the history and preservation of Oscar Niemeyer's apartment blocks located at SQS 108, the first superquadra to be built in Brasília, Brazil. These blocks were built by IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários - an official agency with previous experience in promoting social housing in the country. The research is mainly based on documentary and iconographic sources from the late 1950s and 1960s, such as magazine articles, newspaper articles, technical drawings, sketches, photos and cinematographic sequences. The material gathered was confronted with several architectural critiques concerning these specific blocks and with their present state of conservation (focused on its pilotis and facades). The work intends to examine to what extent Niemeyer's blocks associated with SQS 108 urban design, by Nauro Esteves, contribute to the definition of the residential scale in Lucio Costa's Plano Piloto, since they served as a model for its posterior occupation, especially in the 1960s and 1970s. We understand that even though these buildings are meaningful for the urban-architectural conception of the city and for the Brazilian Modern Movement, their preservation is currently threatened. Thus, this paper intends to take part in the current debate about the significance, valuation, and documentation of superquadra apartment blocks and their relevance for the preservation of Brasília's residential scale as a whole.

Key words: superquadra; modern heritage; modern apartment blocks; Brasília; Neighborhood Unit

Lista de Abreviações

AFA – Apartamento Funcional tipo A

AFB – Apartamento Funcional tipo B

AFC – Apartamento Funcional tipo C

AIA – American Institute of Architects

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

AV – Área de Vizinhança

CAPFESP – Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público

CAU/DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

Depha – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

Docomomo – International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement

DSIA – Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade

FAU - UnB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

GDF – Governo do Distrito Federal

GT - Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões

IAPTEC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas

Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IMS – Instituto Moreira Salles

INBMI – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados

INSERE – Inventário de Sensibilização e Reconhecimento

Ipase – Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

MoMa – Museum of Modern Art

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

RA 1 – Região Administrativa do Plano Piloto

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SQN – Superquadra Norte

SQS – Superquadra Sul

UnB – Universidade de Brasília

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UV – Unidade de Vizinhança

Sumário

Introdução 4

Cap. 1. A habitação como monumento e símbolo moderno 18

1.1 A habitação: um programa moderno 19

1.2 A relevância do IAPB e dos institutos de aposentados e pensionistas no panorama da arquitetura moderna no Brasil 31

1.3 Os conceitos de superquadra e Área de Vizinhança em Brasília 44

Cap. 2. Os blocos da SQS 108: projeto, materialização e filiação 59

2.1 Os blocos de Niemeyer para o IAPB: projeto, canteiro, construção e documentação 63

2.2 Televisões de candangos, reprodução seriada e monotonia? A crítica e a ocupação inicial da SQS 108 111

2.3 A SQS 108 e outros projetos em habitação coletiva: relações dentro da produção de Niemeyer 134

Cap. 3. A preservação dos edifícios da superquadra 108 sul: uma reflexão teórica 155

3.1 Patrimônio Moderno e as especificidades da preservação da sua arquitetura residencial 157

3.2 A questão da preservação da arquitetura dos blocos de superquadra para a manutenção da escala residencial 172

3.3 Os blocos da SQS 108: notas sobre o atual estado de preservação, desafios e perspectivas 204

Considerações Finais 272

Epílogo | Superquadra 108 sul: sessenta anos depois 275

Referências 282

Apêndice - Documentação reunida pela pesquisa 297

Dar morada ao homem – a todos os homens e suas famílias – é o desafio da era tecnológica [...]A chamada “massificação” é uma fatalidade histórica decorrente do fato de já ser tecnicamente possível dar à totalidade das pessoas condições dignas de morar. A moradia do homem comum há de ser o monumento símbolo do nosso tempo, assim como o túmulo, os mosteiros e os palácios o foram em outras épocas. Daí ela ter adquirido – seja de partido horizontal, como nas superquadras das unidades de vizinhança em Brasília, ou vertical, como na fracassada tentativa dos núcleos condominiais da Barra – simplesmente por seu tamanho, pela volumetria do conjunto e pela escala, essa feição de certo modo monumental.

Lucio Costa



Figura 3 - Vista aérea da área residencial de Brasília (SQS 108 em primeiro plano), 1960. Peter Scheier. Fonte: Instituto Moreira Salles.

Introdução

Este trabalho versa sobre a arquitetura dos blocos residenciais da superquadra SQS 108 em Brasília, projetados por Niemeyer e sua equipe entre 1957 e 1960 e executados pelo IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Trata de seu histórico, das dificuldades para o seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural e dos desafios para a sua preservação, com enfoque principal em seus atributos arquitetônicos externos, tais como pilotis e fachadas.

Ocultos pela agora densa massa das árvores e dispersos no interior das superquadras, inúmeros blocos residenciais representativos da arquitetura moderna brasileira sofrem sucessivas intervenções, por vezes silenciosas e imperceptíveis aos olhares menos atentos de quem não circula por entre os edifícios. Ainda que pontuais na maioria dos blocos, tais intervenções são frequentemente alheias a questões patrimoniais e bastante divergentes às intenções de seus autores, não apresentando respaldo de autenticidade material ou de projeto, o que têm levado à sua progressiva descaracterização. Tais perdas significativas do patrimônio dos blocos residenciais modernos e suas possíveis consequências para a integridade da preservação da escala residencial do Plano Piloto foram o que motivaram, em um primeiro momento, este trabalho.

O Plano Piloto de Brasília, capital do Brasil, foi inscrito pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade em 1987. O reconhecimento precoce de uma cidade, com

então apenas vinte e sete anos de existência, representou uma grande conquista para a valorização da arquitetura moderna no país e no mundo.

O desafio de se criar uma legislação capaz de preservar e, ao mesmo tempo, não engessar, um conjunto urbano tão recente e em plena transformação exigiu certas especificidades e grande esforço de conceituação por parte de seus idealizadores. Segundo Ítalo Campofiorito, proponente do Decreto nº 10.829 de 1987 (Diário Oficial do Distrito Federal, 1987), legislação distrital de proteção para Brasília que foi posteriormente encaminhada à Unesco, buscou-se *“as referências mínimas para garantir o essencial da concepção urbanística de Brasília”* (CAMPOFIORITO, [1989] 2012)¹. E a pista foi encontrada nos depoimentos do próprio autor da cidade, Lucio Costa. O texto *“Brasília Revisitada”* (COSTA, [1987] 2018) foi a base para a escrita do decreto, constando inclusive como seu anexo, e definia a concepção da cidade a partir da articulação entre quatro diferentes escalas. São elas: a escala residencial, configurada pelo eixo Rodoviário, e destinada à dimensão cotidiana; a escala cívica e coletiva, configurada pelo Eixo Monumental e seus edifícios governamentais e administrativos; a escala gregária ou concentrada, destinada aos encontros e definida pelo cruzamento dos dois eixos principais; e a escala bucólica, que permeia e articula as demais por meio de jardins, gramados, árvores, céu, tratamento paisagístico e ainda a presença do Lago Paranoá.

¹ Para o referencial teórico utilizado ao longo desta dissertação, adotou-se o seguinte esquema de datas: a informação entre colchetes indica o ano de primeira publicação do texto, seguida, entre

parênteses, do ano de publicação da edição consultada, que consta na bibliografia ao final do trabalho.

Pouco depois do reconhecimento pela Unesco, a cidade foi tombada federalmente pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - em portaria de número 314, de 8 de outubro de 1992. A proteção pelo órgão federal estabelecia diretrizes também baseadas nas quatro escalas da concepção urbanística, em texto bastante semelhante ao da legislação encaminhada anos antes à Unesco.

A inovadora argumentação em termos de escalas para a proteção de uma cidade tão jovem, embora tenha sido uma solução inteligente considerando-se o conjunto urbanístico ainda em pleno desenvolvimento, deixa margem para algumas dificuldades de interpretação e ainda para a definição de diretrizes mais objetivas para a sua preservação².

Embora as inovações propostas possibilitem uma preservação mais dinâmica e aberta a incorporar as recentes discussões dentro do campo patrimonial, a maioria dos edifícios que compõem o acervo arquitetônico moderno da cidade segue legalmente sem qualquer tipo de salvaguarda individual. A proteção à arquitetura edilícia de Brasília está praticamente restrita a alguns edifícios excepcionais, quase todos pertencentes à escala monumental da cidade. Uma vasta produção de grande qualidade arquitetônica do período moderno, de edifícios comerciais, bancários, residenciais, institucionais e educacionais, detentores de múltiplos valores, é frequentemente alvo de intervenções inadequadas, que levam a perdas substantivas (quando não completas) de seus atributos essenciais e, em alguns casos, até mesmo a demolições.

2 O processo de patrimonialização de Brasília, a atuação do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília - GT – Brasília (1981-1987), as críticas à proteção baseada no conceito de escalas e seus desdobramentos, inclusive através da publicação de legislações mais

Diante disto, embora conceitualmente as diferentes escalas do Plano Piloto sejam absolutamente complementares, indissociáveis e de igual importância para a sua preservação, na prática, tem-se a constatação de que a preservação do patrimônio da escala monumental, sobretudo quanto a seu acervo arquitetônico, tem sua permanência mais bem assegurada. Não é difícil de se imaginar, portanto, um cenário em que o acervo edilício do Eixo Monumental conserve grande parte de suas características originais essenciais e que edifícios representativos de áreas como os setores comerciais, bancários e residenciais da cidade estejam bastante descaracterizados.

No caso da preservação da escala residencial da cidade, ainda que haja um entendimento consensual entre diferentes esferas – Unesco, Iphan e GDF – Governo do Distrito Federal – pela proteção de características essenciais das qualidades urbanas das superquadras, tais como manutenção do gabarito de seis pavimentos e área de pilotis majoritariamente livres, cinturão e espaços verdes preservados, parte fundamental da ambiência destas superquadras, representada por suas qualidades arquitetônicas, segue desprotegida e sofre perdas progressivas.

A superquadra é frequentemente celebrada como a mais relevante contribuição do projeto de Lucio Costa ao urbanismo mundial. Suas qualidades são apreciadas e reconhecidas por diferentes gerações de moradores. Tanto por adultos que podem disfrutar do caráter bucólico e íntimo de seus espaços quanto por crianças que

recentes, como a portaria n°. 166/2016 do Iphan serão abordadas de forma mais detalhada no terceiro capítulo desta dissertação.

criaram e ainda crescem brincando debaixo dos blocos e fazendo uso de seus espaços livres para socialização, prática esportiva e recreação.

Por serem os espaços verdes e os pilotis da superquadra abertos e pertencentes a toda a comunidade, seus beneficiários não se restringem apenas aos moradores. A livre possibilidade de circulação por entre seus espaços simboliza a reafirmação do direito cidadão de ir e vir. Os pilotis representam frequentemente um lugar de descanso sombreado para trabalhadores que circulam pela cidade e um ponto de encontro para pais, empregadas domésticas ou babás, que conversam enquanto vigiam crianças brincando. Os parques infantis e as quadras esportivas das quadras são frequentados também por crianças de várias regiões do Distrito Federal, sobretudo pelas que estudam nas escolas-classes e jardins-de-infância localizados em seu interior. Além disso, muitas superquadras apresentam comércio local atrativo ou mesmo uma tradição consolidada de eventos sociais, tais como festas juninas, quermesses, encontros musicais, feiras, bazares, que acabam por atrair visitantes de diversas localidades.

Para além de contribuições mais óbvias como a qualidade espacial dos pilotis ou das grandes aberturas nas fachadas, que permitem maior interação entre os interiores do apartamento e a paisagem e vida urbana externas, é difícil precisar o quanto os atributos arquitetônicos dos blocos de superquadra contribuem para a coletiva construção identitária que se dá em torno da superquadra e do morar em Brasília. Ao mesmo tempo, parece bastante artificial dissociar uma coisa da outra, isto é, afirmar que intervenções pouco criteriosas realizadas individualmente nos blocos, ainda que somadas, pouco afetam a vivência urbana da escala residencial.

Embora a preservação do patrimônio edilício da escala residencial não seja, como já visto, escopo da proteção de Brasília nem pela Unesco e tampouco pelo Iphan, não se pode desvincular tal patrimônio arquitetônico da concepção e significados da cidade. Entende-se que os novos modelos de habitação propostos pelo movimento moderno, entre eles os grandes conjuntos habitacionais e as lâminas horizontais sobre pilotis, são os próprios geradores das novas formas urbanas e, conseqüentemente, das novas cidades. Apesar das críticas a esse tipo de urbanismo, certo é que a preservação de tais conjuntos representa hoje um dos mais desafiadores temas em patrimônio, e deveria ser estudada não apenas por especialistas, mas por todos os profissionais arquitetos que atuam nas cidades modernas e que, cotidianamente, se deparam com trabalhos que envolvam tais arquiteturas residenciais.

As superquadras, localizadas no Plano Piloto de Brasília, apresentam algumas proposições de grande qualidade deste tipo. E, apesar desta relevância, seu reconhecimento como patrimônio e sua preservação seguem ainda temas restritos e, sob alguns aspectos, insuficientemente explorados no âmbito nacional. São raros os profissionais de arquitetura atuantes em Brasília que levam de fato em consideração aspectos patrimoniais e históricos ao intervirem nestes edifícios. E mesmo os que têm a genuína preocupação e interesse em fazê-lo, por vezes carecem de informações históricas e base documental para tomada de decisões. Tem-se a impressão de que os edifícios residenciais eram encarados então como objetos icônicos para os arquitetos modernos que os concebiam, mas que esta importância não se reflete no cuidado e valor atribuídos hoje pela coletividade a essa produção.

A conservação e valoração da arquitetura moderna trazem especificidades muitas vezes não contempladas pela teoria preservacionista tradicional e frequentemente há dificuldade de entendimento e falta de atribuição de valor por parte da comunidade em relação à produção moderna, especialmente no caso da escala residencial de Brasília, em que os exemplares de blocos habitacionais de arquitetura característica do período são abundantes e ainda relativamente pouco esmiuçados ou documentados, se comparados às ditas arquiteturas modernas de exceção³. Além disto, a própria relação identitária estabelecida pelos moradores com tais blocos é uma questão especialmente complexa no caso da cidade, cuja épica e acelerada construção determinou este modelo moderno de habitar a uma população vinda de todos os cantos do país. Os blocos brasilienses foram ocupados por habitantes provavelmente afeitos aos modos de morar das arquiteturas tradicionais e vernáculas, ao modelo urbano das casas unifamiliares com quintal, organizadas em loteamentos privados. A discussão sobre o que preservar e como preservar a escala residencial de Brasília inevitavelmente deve passar pelo registro mais aprofundado da história da arquitetura dos edifícios residenciais mais significativos da cidade e dos diferentes atores que a compuseram.

³O termo arquitetura de exceção adotado pelo texto foi utilizado por Nascimento (2011) em “Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural” como referência às arquiteturas monumentais, religiosas e icônicas que, por excelência, são tratadas como principais objetos de estudo em patrimônio.

⁴ O livro “A invenção da superquadra” de Gorovitz e Ferreira (2008), traz a informação de que o conjunto dos blocos da SQS 108 foi concluído meses antes da inauguração de Brasília, em 2 de fevereiro de 1960. Já de acordo com as placas comemorativas fixadas aos blocos residenciais da SQS 108, os primeiros blocos a serem inaugurados parecem ter sido os blocos H e K, com placas datadas de 12/09/1959, e os últimos blocos a serem inaugurados teriam sido os F e E, com placas datadas de 21/04/1960, mesma data de fundação da cidade. Tal informação, de inauguração da totalidade da quadra apenas em 21 de abril de 1960, coincide com as reportagens trazidas pelos principais jornais da época sobre a fundação da cidade, que descreviam a inauguração da superquadra como parte dos eventos comemorativos. A superquadra 108 sul é descrita como a primeira superquadra a ser

A escolha do objeto de estudos desta pesquisa se deu por ser a SQS 108 a primeira superquadra concluída em Brasília, e inaugurada em 21 de abril de 1960⁴, mesma data de fundação da cidade. Outra justificativa diz respeito à sua autoria. Além de Niemeyer, estiveram envolvidos em sua concepção nomes como Nauro Esteves, Eduardo Negri, Luigi Pratesi, João Filgueiras Lima e Abel Accioly⁵.

O reconhecimento da importância de Oscar Niemeyer e de suas obras monumentais em Brasília é evidente. É fácil perceber, por exemplo, a exclusividade de sua autoria na lista de edifícios tombados pelo Iphan no Distrito Federal,⁶ como também a majoritária concentração dessas obras ao longo do Eixo Monumental e de suas adjacências. Entre os bens materiais tombados em nível federal, por exemplo, temos: o Congresso Nacional, o Conjunto dos Ministérios (e anexos), os palácios (Alvorada, Jaburu, Planalto, Itamaraty, Justiça), o STF, o Panteão da Liberdade e Democracia, a Casa de Chá (localizada na Praça dos Três Poderes), o Memorial JK, o Memorial dos Povos Indígenas, a Catedral Metropolitana de Brasília, o Teatro Nacional, o Conjunto Cultural da República, o Touring Club, o Quartel General do Exército, entre outros. Entre todas as obras de sua autoria tombadas federalmente no DF, apenas o Catetinho e Igreja Nossa Senhora de

integralmente concluída na cidade tanto pelos jornais Correio Braziliense (DF) quanto pelo jornal carioca Última Hora (RJ) e também pela matéria “Le premier superquadra réalisé” publicada pelo periódico L’Architecture d’Aujourd’hui (Paris, junho/julho de 1960). Tais reportagens serão abordadas de forma mais detalhada no segundo capítulo desta dissertação.

⁵ Além da participação de Esteves, Lelé, Negri e Pratesi no projeto da SQS 108, confirmada pelas entrevistas concedidas por estes arquitetos em FERREIRA e GOROVITZ (2008), chegou-se também ao nome de Abel Accioly, que consta como desenhista em pranchas dos blocos localizadas no Arquivo Público do DF.

⁶A lista de bens imóveis do DF tombados pelo Iphan está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/df/pagina/detalhes/892> e foi acessada em 22/11/2020. É possível verificar que Oscar Niemeyer é o autor de todos os edifícios do DF tombados federalmente. Já a lista de bens materiais tombados distritalmente (pelo Governo do Distrito Federal) está disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-material/> e foi acessada em 30/03/2022.

Fátima (Igrejinha) têm localização afastada do eixo cívico da cidade. Se consideramos ainda o universo das obras de Oscar Niemeyer tombadas distritalmente, somam-se a essas últimas apenas o Cine Brasília e a Escola Classe 308 Sul, ambos localizados, assim como a Igrejinha, na Unidade de Vizinhança nº1, conformada pelas superquadras SQS 107, 108, 307 e 308. O Conjunto Urbano da Unidade de Vizinhança nº1 foi tombado pela Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal em decreto de nº30303 de 2009 (GDF, 2009).

Embora algumas das edificações tombadas individualmente citadas até aqui também sofram graves dificuldades de preservação, fica clara a grande chancela patrimonial à produção de Niemeyer em Brasília, sobretudo aos seus edifícios mais excepcionais.

De acordo com Yves Bruand, quando assume a responsabilidade pela arquitetura da nova cidade, Niemeyer recusa-se a se dedicar somente aos edifícios monumentais, no entendimento de que os edifícios comuns, como de apartamentos, escolas ou comércio, seriam importantes elementos definidores da paisagem urbana e das relações sociais (BRUAND, [1981] 2001).

Os blocos de superquadra de Niemeyer, assim como outras de suas obras mais modestas em Brasília, entretanto, não são facilmente reconhecidos enquanto patrimônio, seja através do tombamento ou definição de diretrizes de preservação pelos órgãos patrimoniais ou pela valoração comunitária.

Isso se torna bastante claro quando observamos o atual estado de preservação dos blocos da SQS 108. Parece haver dificuldade para que sejam reconhecidos nessa produção arquitetônica valores que vão além do estritamente econômico. Os

edifícios de Niemeyer, assim como outros bons exemplos de arquitetura residencial das superquadras, são frequentemente objeto de inúmeras reformas que visam a personalização dos blocos em seus pilotis e fachadas. Tais alterações são frequentemente executadas sem respaldo técnico ou preocupação com questões patrimoniais, obedecendo quase que exclusivamente a modismos e a interesses particulares.

As intervenções são variadas e, a título introdutório, julgou-se apropriado elencar as mais comuns. Nos pilotis, o que se nota mais frequentemente é: sua privatização para criação de salões de festas, academias e bicicletários; modificações drásticas das portarias de acesso e guaritas, adotando muitas vezes desenho extravagante; criação de rampas mal localizadas; uso inadequado de vegetação e canteiros que dificultam a livre circulação do pedestre; adição de forros de gesso e sancas; revestimento dos pilares e pisos por mármore, granito e cerâmicas; utilização arbitrária e inadequada de cores, painéis murais e cerâmicos.

Já nas fachadas, foram comumente identificados: inclusão de toldos e marquises que ferem a concepção volumétrica; troca de revestimentos e escolhas cromáticas antagônicas à pureza estética original; fechamento de algumas aberturas dos brise-soleil; mudanças nas dimensões das esquadrias nas torres de circulação; instalações de grades; instalação de películas; mudanças na modulação, materiais e espessura dos caixilhos; substituição das esquadrias em ferro por alumínio e substituição dos vidros originais por blindex.

A célebre autoria ou o pioneirismo de sua construção, portanto, não eximem os blocos da SQS 108 dos mesmos desafios de valoração patrimonial da arquitetura de superquadra enfrentados por todo o conjunto de blocos que integram a escala

residencial da cidade. Em outras palavras, nem mesmo esses aspectos, que em princípio poderiam fazer crer em um reconhecimento mais fácil de seu valor cultural, têm evitado o processo de perdas paulatinas de sua substância e memória, exatamente como acontece de maneira extensiva com outros blocos modernos de grande qualidade presentes ao longo do Eixo Rodoviário. Pareceu-nos lógico, portanto, abordar o problema da preservação dos blocos de superquadra a partir do presente objeto de estudo.

Os onze blocos de Niemeyer da SQS 108 totalizam 456 apartamentos desenvolvidos para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB - para abrigar funcionários vindos para a nova capital. Tal conjunto é fruto de uma estratégia do presidente Juscelino Kubitschek de ceder duas quadras e crédito para a construção de edifícios a institutos de aposentadoria e pensão de funcionários públicos, a fim de acelerar a sua execução e inaugurar a cidade a tempo (FERREIRA e GOROVITZ, 2008).

Além de terem desempenhado papel de extrema relevância para a construção habitacional em Brasília, é importante salientar que a atuação dos IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões - para a promoção da habitação social no Brasil é ampla e data de muito antes. Tais institutos foram criados nos anos 1930 e, embora tivessem como objetivos essenciais prestar serviços previdenciários e médicos a seus membros, funcionários públicos de diferentes categorias, a habitação sempre esteve presente entre suas atribuições (BONDUKI [1998], 2017). A partir da atuação do estado por meio da criação das Carteiras Habitacionais destes institutos

(1936), foram projetados e edificados grandes conjuntos habitacionais em todo o Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, considerados por Paulo Bruna (BRUNA [2010], 2015) conjuntos precursores no emprego de métodos construtivos e conceitos modernos e, por esta razão, pioneiros do movimento moderno no Brasil. Os primeiros blocos de superquadra seriam, portanto, fruto destas experiências precedentes, não só no que diz respeito ao uso de estruturas de financiamento estatal pré-existentes, mas também do conhecimento técnico e intelectual acumulado por estes institutos.⁷

Os edifícios do IAPB para a SQS 108 são lâminas horizontais de grande pureza formal, sendo as fachadas laterais cegas, a fachada de serviços em elementos vazados – cobogós - e as fachadas principais constituídas, a depender da orientação, ou por brises em concreto armado, que protegem as janelas do sol, ou por panos envidraçados inteiramente transparentes. Os pilotis originais eram livres em sua quase totalidade, apresentando sequência de robustos pilares de geometria trapezoidal escuros, que reforçavam plasticamente a suspensão das lâminas. O traçado urbano da superquadra foi detalhado pelo arquiteto Nauro Esteves e propunha caminhos sinuosos, com certa continuidade entre calçadas e pilotis como um convite aos passeios, aos trajetos livres e à vida pública.

A SQS 108, somada às SQS 107, 307 e 308, é parte integrante da Unidade de Vizinhança, conjunto tombado pelo governo local por representar aquilo que mais se aproxima à proposta de Lucio Costa para a escala residencial de Brasília.

⁷Mais adiante, no primeiro capítulo desta dissertação, a produção habitacional dos IAPs e seu papel para o movimento moderno serão analisados de forma mais minuciosa.

O urbanista, ao conceber o plano para a cidade, definiu que um de seus eixos principais, o residencial, seria configurado por meio da organização de uma célula de 300 metros de lado: a superquadra. A lógica do lote desapareceria, o chão seria público e de livre circulação. Cerca de onze blocos de, no máximo seis pavimentos, estariam *“emoldurados por densa massa arbórea”* e, assim, *“amortecidos pela paisagem”*. A concepção das superquadras em Brasília é parte do modelo de vizinhança proposto no relatório do Plano Piloto e objetivava promover o convívio social a partir de relações de proximidade física. Costa propunha que cada conjunto de quatro superquadras fosse dotado de certa autonomia, com a presença de clube, igreja, escola, jardim de infância, cinema e comércio local variado. Seus habitantes resolveriam as principais necessidades da vida cotidiana a uma distância acessível ao pedestre (COSTA, [1957] 2018).

O texto do tombamento distrital do conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Unidade de Vizinhança, no entanto, deixa margem a diferentes interpretações quanto ao nível e especificidades de proteção de cada uma das edificações que a integram. Afirma que estariam sob a proteção do Governo do Distrito Federal as edificações destinadas à habitação da Unidade de Vizinhança, o que incluiria, evidentemente, os blocos de Niemeyer da SQS 108, mas não chega a precisar com clareza quais seriam as especificidades desta proteção. Em termos práticos, não traz grandes esclarecimentos e critérios para sua gestão.⁸

⁸ O processo de tombamento da Unidade de Vizinhança pelo GDF e suas implicações para a preservação dos blocos serão aprofundados no capítulo 3

⁹ Como pequenas lacunas existentes nos trabalhos publicados até aqui que mencionam os blocos da SQS 108, podem ser citadas, por exemplo, informações conflitantes em datas e em desenhos de planta presentes em *“A invenção da superquadra”* (FERREIRA, GOROVITZ, 2007) ou na descrição da

No caso específico dos edifícios da SQS 108, muitos dos moradores parecem desconhecer sua história ou autoria, e as diversas publicações que os abordam o fazem geralmente dentro de um contexto mais amplo e panorâmico, não entrando necessariamente em especificidades de projeto, dados históricos aprofundados ou mesmo documentação e iconografia que possam respaldar a sua preservação⁹. Apesar de o enfoque pretendido para o objeto de estudo estar orientado para a arquitetura dos edifícios, entende-se como primordial a importância deste conjunto como células geradoras da cidade, ou seja, fundamentais para as escalas residencial e bucólica de Brasília e, conseqüentemente, para a coletividade. Os blocos de Niemeyer seriam, de acordo com seu autor, pretensos modelos para a habitação na cidade (NIEMEYER, 1959, p.12).

Ao assumir o compromisso de projetar os edifícios para a SQS 108, o arquiteto talvez pretendesse *“dar o tom”* para o que viria a ser a escala residencial e o morar no Plano Piloto. E, de fato, seus edifícios para o IAPB foram tomados como modelo para outros blocos construídos no início da cidade, com suas soluções tipológicas, volumétricas e de fachadas replicadas em outras superquadras. Seu modelo foi aplicado a um total de 53 blocos, 42 além dos 11 da SQS 108, que estão localizados nas SQS 104, 304, 106, 206, 306, 107 e 208, além de ter influenciado projetos posteriores, em outras quadras da Asa Sul e também da Asa Norte.

materialidade original dos edifícios apresentada pelo Inventário da Unidade de Vizinhança do Iphan (DELPINO, BONELLI, MONTEIRO e AGUIAR, 2009) que não se confirmou ao ser confrontada com documentos do Arquivo Público do DF ou com fotos dos edifícios em seus primeiros anos.

O arquiteto e sua equipe desenvolveram ainda dois outros projetos de blocos para as quadras 400, além de casas geminadas para as 700: o projeto para os blocos de três pavimentos chamados de tipo “AP-5” (1959 - 1961), desenvolvidos pela Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - e localizados na SQS 408 (blocos E, F, G, H, I, J, Q e T) e ainda os blocos do tipo JK (1958 - 1960), também de 3 pavimentos, que totalizam 28 blocos, localizados nas SQS 411, 412 e 413. Pela Fundação da Casa Popular, o arquiteto e sua equipe desenvolveram o projeto para a construção de 500 casas geminadas, localizadas nas 708, 709 e 710 sul. Niemeyer, mais comumente lembrado por suas obras arquitetônicas monumentais na cidade, chegou, portanto, também a definir porção bastante significativa do panorama urbano da escala residencial, sobretudo na Asa Sul (FERREIRA E GOROVITZ, 2008).

O caráter paradigmático dos hoje relativamente esquecidos blocos residenciais de Niemeyer fica ainda evidenciado quando se considera que seu projeto foi escolhido para ser publicado, dentro do universo de todos os blocos residenciais de Brasília, em periódicos de difusão internacional como *L’Architecture d’Aujourd’hui*, pela própria revista *Módulo* ou pelo crítico francês Yves Bruand (BRUAND, [1981] 2008). Desta forma, pretende-se partir de uma abordagem específica para um entendimento da escala residencial como um todo.

O Iphan, em seu portal na internet¹⁰, deixa claro que o tombamento da cidade tem caráter específico, seria essencialmente urbanístico e não arquitetônico. O que

¹⁰ O site do Iphan apresenta texto intitulado “Tombamento e Intervenções”, cujo conteúdo descrito foi acessado em 13/12/2019 no endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/618/>

estaria sobre a jurisdição do órgão patrimonial federal seria a concepção urbana da cidade, concretizada pela definição e articulação entre as quatro escalas urbanísticas que a compõem. O site destaca ainda que o órgão não tem, portanto, competência institucional para monitorar “*individualmente a reforma dos edifícios*”, exceto no caso de alguns exemplos específicos que foram objeto de tombamento individual, como é o caso da Catedral e dos palácios de Oscar Niemeyer. Esse monitoramento das reformas, segundo o órgão, seria de inteira responsabilidade do Governo do Distrito Federal, mais precisamente da Administração Regional do Plano Piloto – RA ¹¹.

O site chega a mencionar especificamente o tema das modificações nos blocos de superquadra, onde o papel do Iphan estaria restrito à conservação das características da escala residencial através da “*manutenção do uso residencial, manutenção dos seis pavimentos mais pilotis - quadras 100, 200, 300 ou quatro mais pilotis – quadras 400, manutenção da taxa de ocupação (área verde), pilotis livres, entre outros itens*” (IPHAN, 2019).

Marchetto (2017) coloca que os edifícios da arquitetura Moderna apresentam, sob alguns aspectos, muitas semelhanças aos atualmente produzidos, o que dificulta o seu reconhecimento como patrimônio pelo público leigo, que tende a atribuir mais facilmente valor cultural, artístico e histórico a edifícios de estilos mais ornamentados, como o barroco ou eclético.

¹¹O Distrito Federal está dividido administrativamente em RAs, ou Regiões Administrativas, de acordo com a Lei nº 4.545/64. Anteriormente à lei, boa parte das regiões já existia, embora não estivessem oficialmente definidas e delimitadas, e correspondiam às chamadas cidades-satélites. Atualmente, há no DF 33 RAs. O Plano Piloto corresponde à RA1.

As técnicas construtivas empregadas hoje são praticamente as mesmas do início da construção da cidade e, à primeira vista, até a linguagem dos prédios modernos pode parecer semelhante à dos atuais, no que diz respeito à ausência de ornamentação e simplicidade volumétrica.

No caso específico dos blocos de Oscar Niemeyer, a discussão e os desafios passam por questões de ordem mais prática como carência de base documental organizada para estabelecer parâmetros para tomada de decisões e difusão de sua história entre a comunidade imediata, tanto entre moradores quanto entre arquitetos da cidade e técnicos do patrimônio. Outro ponto desafiador seria a inclusão dos moradores e comunidade em geral no seu processo de reconhecimento histórico e patrimonial.

Embora entenda-se que, sobretudo na arquitetura moderna, a espacialidade dos interiores e sua integração com o exterior são aspectos indissociáveis da composição volumétrica e concepção de fachadas dos edifícios, o enfoque do estudo de preservação dos blocos voltado para os pilotis e fachadas está justificado por algumas razões principais. A primeira delas é o entendimento de que tais aspectos são os que mais diretamente afetam a vivência coletiva e a ambiência da superquadra, com possíveis implicações para a escala residencial. Seriam, por assim dizer, pertencentes a uma dimensão coletiva ou semipública. A segunda diz respeito à gestão patrimonial e a recomendação de diretrizes objetivas de preservação, práticas ainda mais desafiadoras quando voltadas para bens materiais privados, como seria o caso do interior das unidades. Por último, a escolha se justifica pela dificuldade de levantamento do estado de preservação individual das unidades, cujo acesso é bastante mais restrito, sobretudo no contexto da

pandemia da COVID-19. Por essas razões, aspectos da concepção dos espaços internos das unidades, seus revestimentos, mobiliário e ocupação serão abordados de forma secundária, como informações complementares à pesquisa.

Uma vez que a preservação de blocos residenciais depende diretamente do conhecimento e envolvimento da comunidade em relação a sua história, o trabalho pretende investigar parte da memória do projeto, da construção e da ocupação do conjunto dos blocos da SQS 108 como uma forma de contribuição à sua preservação.

A pesquisa está baseada principalmente em fontes documentais e iconográficas do final da década de 1950 e da década de 1960, tais como artigos de revistas, matérias em jornais, desenhos técnicos, croquis, fotos e sequências cinematográficas, confrontadas à crítica arquitetônica aos blocos e ao seu atual estado de preservação.

Organização dos capítulos

Além desta Introdução, esta dissertação está dividida em três capítulos principais e uma parte relativa às considerações finais.

O capítulo 1, “A habitação como monumento e símbolo moderno”, traça um breve panorama da importância da habitação como projeto social e talvez principal símbolo dos movimentos de vanguarda do séc. XX. Busca-se relacionar o objeto de estudos a um contexto histórico e social mais abrangente. Parte-se primeiro de uma breve análise da habitação social dentro do cenário internacional. Em seguida, para as reverberações desse pensamento no cenário nacional e suas

particularidades, diante de um contexto socioeconômico, cultural e climático muito distinto do europeu. Aqui se julgou fundamental explicar o papel dos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões – para a promoção de projetos de habitação social no país a partir dos anos 1930 e a relevância de suas contribuições para a arquitetura residencial e urbanismo modernos no país, inclusive no que diz respeito à construção das superquadras. Finalmente, serão abordados os conceitos de superquadra e Unidade de Vizinhança, entendidos como símbolos da cidade e cuja materialização se dá em parte através da SQS 108.

O capítulo 2, “Os blocos da SQS 108: projeto, materialização e filiação”, trata do histórico dos blocos da SQS 108 propriamente dito e reúne documentação a respeito de seu projeto, construção e primeira década de ocupação. Este capítulo relaciona ainda pontos-de-vista de diferentes críticos a respeito da arquitetura destes edifícios e pretende situá-los dentro de parte da produção para habitação coletiva de Niemeyer, tanto em Brasília, quanto em outras cidades, demonstrando como algumas soluções arquitetônicas adotadas para a SQS 108 são recorrentes em outros projetos de mesma autoria.

O capítulo 3, “A preservação dos edifícios da superquadra 108 sul: uma reflexão teórica” propõe, de forma mais geral, relacionar o estudo de caso às discussões acerca da preservação e valorização do patrimônio residencial moderno e suas particularidades. Em termos mais específicos, trata do problema das implicações da preservação arquitetônica para a manutenção identitária da escala residencial. Propõe-se também uma leitura do grau de influência dos blocos da SQS 108 para outros edifícios do início da cidade e sua relevância para a definição de parte da escala residencial de Brasília. A partir da análise do Processo de Tombamento da

Unidade de Vizinhança (GDF, 2009), do Inventário da Unidade de Vizinhança (IPHAN, 2009) e do atual estado de conservação dos blocos, busca tecer reflexões a respeito dos desafios e possíveis perspectivas para sua valoração e preservação. Como balanço final da pesquisa, sugere-se objetivamente algumas diretrizes para o enfretamento e gestão desse patrimônio.

Em anexo, estão incorporados alguns desenhos, reunidos e tratados por essa pesquisa, referentes ao projeto dos blocos, além de uma crônica que retrata a vivência da SQS 108 em 2019.

Sobre os procedimentos de pesquisa

Foram revisadas publicações que trazem a história, desenhos, fotos, dados e críticas sobre os edifícios em questão e, posteriormente, buscadas as bases utilizadas (fontes primárias) para sua produção, com fins de sistematizar e organizar tais informações. As mais relevantes foram:

- L’Architecture d’Aujourd’hui– nº80 – Paris, outubro de 1958
- L’Architecture d’Aujourd’hui – nº90 – Paris, junho/julho de 1960
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. “Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública entre 1930 e 1964”. Vol. 2. São Paulo: Ed. Unesp, edições Sesc, 2014.
- BRUAND, Yves. “Arquitetura Contemporânea no Brasil”. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. “A invenção da superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília” Iphan / Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Brasília, 2008
- NIEMEYER, Oscar. “IAPB em Brasília”. Artigo publicado na revista Módulo de 12 de fevereiro de 1959.
- WEN, Leonardo. “APTO – A Moradia Moderna de Brasília”. Brasília: Ed. Tempo

de Imagem, 2011.

Destas, as duas bibliografias mais abordadas foram o livro “A invenção da superquadra” de Ferreira e Gorovitz (2008), por reunir informações sobre grande parte da produção edilícia para a escala residencial de Brasília e ainda o livro “Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública entre 1930 e 1964” Vol. 2. de Bonduki e Koury (2014), por trazer um panorama da produção dos IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensões, na qual está incluído o projeto para os blocos do IAPB.

Foram levantadas bases documentais e iconográficas que permitam leituras sobre o histórico projetual, de construção e primeiros anos de ocupação dos blocos através de pesquisa junto aos órgãos de documentação e veículos de imprensa. O recorte temporal para a pesquisa de tais documentos considerou o período desde 1957, data de publicação do Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa até 1970, uma década depois da ocupação dos blocos de apartamentos.

Os acervos identificados com documentação (fontes primárias) acerca da SQS 108, foram:

- ArPDF - Arquivo Público do Distrito Federal
- Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

O trabalho vincula-se ao grupo de pesquisas do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília denominado “Arquiteturas Impressas”. De acordo com Medeiros *“por arquitetura impressa passa-se a entender a documentação, imagética ou por escrito, relativa à produção da arquitetura, desde os tempos antigos”* (MEDEIROS, 2020, p. 5). E a teoria sobre a arquitetura impressa em textos

e imagens, desenhos, fotografias ou ilustrações é vista como um dos principais instrumentos de construção e propagação de valores. Portanto, o registro e organização de base documental e iconográfica sobre a SQS 108, como croquis, desenhos técnicos, memorial descritivo, fotografias, sequências cinematográficas e publicações em revistas e jornais serão cruciais para a valoração e preservação desta arquitetura.

O trabalho pretende analisar as imagens fotográficas e cinematográficas da SQS 108 enquanto fontes históricas, capazes de testemunhar sobre seus processos construtivos, sua materialidade, sua apropriação e difusão. Algumas das fontes bibliográficas utilizadas como suporte teórico para tal fim foram:

- BURKE, Peter. “Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica”. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- CAMPANY, David. “Architecture as Photography: document, publicity, commentary, art.” Munique, Londres, Nova Iorque: Prestel, 2014.
- NAVARRO, Luciana Jobim. “Brasílias impúblicas de Marcel Gautherot: o olhar do fotógrafo e o imaginário da cidade”. Dissertação de mestrado. Brasília: FAU UnB, 2017.

Foram pesquisados ainda livros de fotografia e acervos fotográficos de arquitetos que atuaram na cidade em suas primeiras décadas. Foram identificadas algumas fotos retratando o objeto de estudo nos seguintes acervos:

- Arquivo Público do DF
- Acervo digital do Iphan
- Marcel Gautherot – Acervo Instituto Moreira Salles
- Peter Scheier - Acervo Instituto Moreira Salles
- KIM, Lina; WESELY, Michael. “Arquivo Brasília”. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Os filmes que retratam a SQS 108 identificados foram:

- “Brasília, capital do século” de Gerson Tavares - 1959
- “Brasília, planejamento Urbano” de Fernando Coni Campos – 1964
- “Brasília, contradições de uma cidade nova” de Joaquim Pedro de Andrade – 1967

Além de publicações sobre a SQS 108 específicas do campo da arquitetura e urbanismo já citadas na revisão bibliográfica, como revista Módulo (RJ), Acrópole (SP) e L’Architecture d’Aujourd’hui (França), foram investigadas e analisadas reportagens sobre a quadra publicadas em veículos de imprensa de mais amplo alcance, tais como os jornais Correio Braziliense (DF) e Última Hora (RJ), sempre dentro do recorte temporal já estabelecido (1957-1970). Entende-se que os acervos jornalísticos são parte da construção do patrimônio cultural e da imagem da cidade de Brasília e trazem não só dados históricos objetivos sobre os edifícios em tela, como datas de inauguração e descrição de eventos oficiais, como também narrativas mais cotidianas, descrevendo aspectos de sua ocupação e fatos sobre seus primeiros moradores. Foram, portanto, utilizados como fontes dessa natureza:

- Acervo digital do jornal “Última Hora” (RJ) 1957-1970, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/>
- Acervo digital do jornal “Diário de Notícias” (RJ) 1957-1970, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/>

- Acervo digital do “Jornal do Brasil” (RJ) 1957-1970, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/>
- Acervo digital do jornal “Correio Braziliense” (DF) 1960-1970, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/>
- Acervo digital de “O Jornal” (RJ) 1960-1970, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional em <http://memoria.bn.br/>

Foram reunidos ainda depoimentos já publicados de pioneiros envolvidos na construção e primeiros anos de ocupação dos edifícios, através de:

- Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal
- Entrevistas publicadas com depoimentos de arquitetos, engenheiros e demais técnicos envolvidos no processo de projeto e construção
- Matérias em jornais
- Depoimentos de moradores publicados em WEN (2011)
- Entrevistas com arquitetos reunidas em Ferreira e Gorovitz (2008)
- Entrevistas e textos de Oscar Niemeyer e Lucio Costa

Foram estabelecidas tessituras entre os documentos acumulados e a historiografia e a crítica da arquitetura residencial moderna, sobretudo em relação às superquadras e, mais especificamente, ao objeto de estudo.

A fim de mensurar a influência dos blocos da SQS 108 para outros edifícios do início da cidade, visitou-se uma a uma, as superquadras mais antigas do Plano Piloto e registrou-se, por meio de fotografias, os blocos que guardam semelhanças ao objeto de estudo (tais como a solução de brise-soleil em colmeias de concreto, pano de vidro com esquadrias de ferro, pilotis em geometria trapezoidal, fachada posterior integralmente protegida por cobogós etc.). Os achados foram confrontados às informações trazidas por Braga (2005), Machado (2007), Ferreira e Gorovitz (2008) e Bonduki e Koury (2014). Como referencial teórico para o último capítulo desta dissertação, foram adotadas obras clássicas do campo de patrimônio e preservação como as Cartas Patrimoniais de Veneza (1964), Burra (1980), o Documento de Nara (1994) e a Carta de Brasília (1995), além da distinção entre monumentos intencionais e não-intencionais, proposta por Riegl (1903). Mais especificamente no campo da preservação moderna, foram abordados os estudos de Macdonald (2009), Saint (1996), Allan (2007) e Moreira (2011), que abordam o conjunto de especificidades para a preservação da arquitetura moderna, quando comparada a arquiteturas anteriores. Serviram de base para a definição dos atributos e diretrizes de preservação para os blocos da SQS 108 as colocações do Documento Madrid – Nova Delhi (ICOMOS, 2017) e ainda a visão do Docomomo.

As principais fontes de suporte teórico para a discussão acerca da preservação e valorização dos blocos da SQS 108 foram a tese de doutorado “Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural” (NASCIMENTO, 2011) que propõe o estudo e entendimento dos conjuntos residenciais modernos brasileiros (1930-1964) enquanto patrimônio cultural através da definição de

parâmetros conceituais e de estratégias de gestão e preservação e ainda a dissertação de mestrado “Habitar o Patrimônio Moderno” (MARCHETTO, 2017) que trata dos desafios e das particularidades da preservação da arquitetura residencial moderna e discorre sobre a adaptação de edifícios de habitação coletiva desse período para o uso contemporâneo. Outros apoios teóricos foram o trabalho de doutorado “Tem que tomar? Patrimônio moderno e forma alternativa de conservação” (LIMA, 2017), que discute possibilidades alternativas ao tombamento para a conservação da arquitetura moderna brasileira e o grupo de trabalho “Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhança”, iniciativa do Iphan coordenada por Lira e Giannecchini (2012).

Foi realizada uma análise do Processo de Tombamento da Unidade de Vizinhança (GDF, 2007) e ainda do Inventário da Unidade de Vizinhança (IPHAN, 2009) produzido pelo Iphan e pela Secretaria de Cultura do GDF. As informações sobre o estado de conservação dos blocos da SQS 108 que constam nas fichas do inventário, com dados de 2009, foram atualizadas¹² a partir de visitas in loco e de levantamento fotográfico sobre o atual estado de conservação dos edifícios em seus pilotis e fachadas. As informações encontradas foram relacionadas ao referencial teórico utilizado e aos dados sugeridos pela pesquisa documental e iconográfica dos edifícios em sua primeira década. Buscou-se, assim, situar os blocos da SQS 108 dentro das questões relativas à preservação e valorização da arquitetura da escala residencial de Brasília.

¹² Esta pesquisa optou por não adotar o mesmo modelo de ficha empregado pelo Iphan, que está baseado no sistema de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), por entender que

uma ficha fundamentada nos atributos essenciais determinados pela pesquisa resultaria em uma análise mais detalhada do estado de conservação dos blocos.

Esta dissertação propõe, portanto, contribuir para o registro dos primeiros anos dos blocos da SQS 108 e, talvez, servir como instrumento para decisões de patrimônio e para a atuação de profissionais de arquitetura, além de sensibilizar moradores e comunidades sobre sua história e importância para a cidade.

Cap 1. A habitação como monumento e símbolo moderno

Na apreciação dos edifícios hoje construídos, cumpre destacar a importância crescente daqueles que se destinam à habitação do homem comum. Até meados do século XIX a arquitetura mal tomava conhecimento dessa espécie de edifício, a menos que se tratasse de castelos, palácios e mansões senhoriais.

Edgar Graeff, 1976, p. 56



Figura 4 - Superquadra, Marcel Gautherot, circa 1962. Vista do playground e dos blocos D (esq.), J (centro) e G (direita) da SQS 108. Fonte: IMS

1.1 A habitação: um programa moderno

A produção arquitetônica do movimento moderno geralmente é associada quase que exclusivamente a determinados princípios estéticos, muitas vezes traduzidos em uma descrição estilística dos objetos: edifícios modernos são construções com coberturas planas, sem qualquer ou pouca ornamentação, de geometria pura, fachadas transparentes e clareza construtiva, enquanto a espacialidade e o próprio conteúdo social e teórico geradores desta linguagem plástica geralmente têm sua compreensão reduzida.

Anatole Kopp defende de forma admitidamente passional que para as vanguardas do século XX o moderno não era um *“estilo”*, mas *“uma causa”* e que a principal característica dos inovadores movimentos arquitetônicos do século XX foi a definição de um conteúdo programático, com o objetivo principal de solucionar problemas sociais (KOPP, [1986] 1990, pp. 13-25). A habitação, em especial a habitação coletiva, representa um dos principais temas de projeto dessa época, e através dela, os arquitetos buscaram responder à grande demanda habitacional dos pós-guerras na Europa e desenvolver teorias para uma nova organização da família, da casa e da cidade, almejando uma ordem social mais justa.

No século XX, é a primeira vez que a habitação se torna um tema central de discussão e núcleo projetual para concepção de um novo pensamento urbanístico - arquitetônico. O resultado desta produção é, portanto, um dos conteúdos mais relevantes em preservação de patrimônio moderno.

Embora a importância do movimento moderno tenha sido quase sempre reduzida a uma abordagem histórica e a um repertório de formas arquitetônicas, o

movimento representou uma corrente ideológica voltada para um objetivo de cunho social comum, que propunha, em seu discurso, mudanças profundas na organização da sociedade a fim de garantir melhores condições de vida à população.

No começo do século passado, como consequência da destruição das cidades na Primeira Guerra Mundial e da explosão populacional, surge, na Europa, uma crescente massa desabrigada. As moradias passam, então, a ser encaradas como projetos sociais e importantes objetos de pesquisa dos intelectuais de vanguarda, servindo, inclusive, de manifesto para os principais movimentos arquitetônicos que surgiam. Os arquitetos partiram em busca de novas tecnologias, materiais e métodos de produção em grande escala, de modo não só a melhor traduzir a sociedade industrial, como a contemplar a grande demanda por habitações sociais gerada pelo pós-guerra europeu e pelo crescente processo de urbanização.

Antes do século XX, nunca houve tantos pensadores, arquitetos e industriais voltados para a questão do habitat, isto é, empenhados em conceber moradas mais dignas e justas, com espaços adequados para o convívio familiar. Antes disso, poucas habitações, a não ser os palácios e as moradias mais nobres eram delegadas aos cuidados de um arquiteto. A maioria das residências era erguida sem qualquer ajuda profissional, com base na tradição vernácula e no conhecimento popular. O século XX pode ser então considerado como o século da habitação, *“o momento em que a arquitetura se aproxima das preocupações físicas do indivíduo e, no*

entanto, o momento em que maior distância é estabelecida entre arquitetos e usuários”¹³ (ZABALBEASCOA, 1998, p. 4).

A preocupação com o problema do déficit habitacional e com a produção de moradias em massa fez com que a standardização, o uso de novos materiais e a pré-fabricação fossem conceitos determinantes para a definição da nova arquitetura doméstica, sobretudo no cenário europeu.

O tema da casa é central, por exemplo, para a construção de “Por uma arquitetura”, livro manifesto do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, cuja introdução diz:

A arquitetura se ocupa da casa, da casa comum e habitual, para homens normais e comuns. Ela despreza os palácios. Eis um sinal dos tempos.

(CORBUSIER, [1923] 2006, p. 19)

O arquiteto franco-suíço defendia o desenho de residências úteis e esteticamente belas, assumindo uma universalidade das necessidades humanas, colocadas por ele como bases da vida do homem: “a escala humana”, “a necessidade-tipo”, “a função-tipo” e até mesmo “a emoção-tipo” (CORBUSIER, [1923] 2006, p. 19). Le Corbusier manifesta-se também em favor das casas em série:

[...] O problema da casa é um problema de época. O equilíbrio das sociedades hoje depende dele. A arquitetura tem como primeiro dever, em uma época de renovação, operar a revisão dos valores, a revisão dos elementos constitutivos da casa.

¹³Tradução livre de: “El siglo XX ha sido el tiempo de la vivienda, el momento en que la arquitectura se ha acercado a las preocupaciones físicas del individuo y se ha convertido también en el momento en que mayor distancia se ha establecido entre profesionales y usuarios.”

A série está baseada sobre a análise e a experimentação.

A grande indústria deve se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa.

É preciso criar o estado de espírito da série.

O estado de espírito de construir casas em série.

O estado de espírito de residir em casas em série.

O estado de espírito de conceber casas em série. [...]

(CORBUSIER, [1923] 2006, p. 32)

A Casa Dominó, de 1915, apresentava módulos a serem produzidos em série, definidores de dois níveis em planta livre. A sua distribuição interna permitiria variações, de acordo com a vontade do inquilino.

Dentro do contexto ideológico do movimento da década de 20, Le Corbusier define que a casa moderna deveria ser uma “*máquina de morar*” baseada em cinco pontos, formulados em 1926: ter o solo liberado, através dos pilotis, para circulação de pessoas e veículos; apresentar uma planta livre, isto é, organização interna independente da estrutura; apresentar fachadas livres, ou seja, modulação das esquadrias independentes da estrutura; janelas horizontais contínuas, com maior transparência para o exterior e a cobertura-jardim. (FRAMPTON, [1980] 2000, p. 188)

A Villa Savoye, uma moradia burguesa de 1929 localizada nos arredores de Paris, talvez seja a obra do arquiteto onde os cinco postulados modernos descritos aparecem de forma mais clara.

A partir de 1919, Walter Gropius desenvolveu com a Bauhaus protótipos de elementos arquitetônicos que pudessem ser produzidos industrialmente, como resposta ao problema da habitação em massa. O ideal da escola alemã era de que a arquitetura e o design assumissem um papel social enquanto parte de um projeto coletivo abrangente, em oposição aos valores do criticado individualismo burguês e ao excesso de ornamentação, entendido como esvaziado de sentido estético. Nesse contexto, as habitações de caráter unitário, antes erguidas artesanalmente, deveriam ser substituídas por modelos coletivos que pudessem ser produzidos e reproduzidos com maior rapidez, empregando técnicas construtivas novas, permitidas pela industrialização, e sendo equipadas com mobiliário e utensílios domésticos de desenho limpo e utilitário, próprios para a fabricação seriada e voltados para a praticidade da vida moderna, cuja necessidade se colocava já há algum tempo pelo ritmo pós-revolução industrial (BENEVOLO, [1960] 2001). De acordo com os preceitos da Bauhaus, o ensino deveria estar pautado em experiências concretas e o sentido dos projetos desenvolvidos não se dava de forma isolada, cada objeto era parte de um todo coerente, entendido como *“ambiente construído”*:

Desde o princípio, o objeto a ser demonstrado não é um móvel ou um edifício isolado, mas o ambiente construído, de que toda coisa é parte integrante; a nova metodologia investe todo o ciclo do projeto, da decoração à planificação territorial, e um elemento qualquer – uma cadeira, uma casa, um bairro – vale como modelo repetível em escala superior.

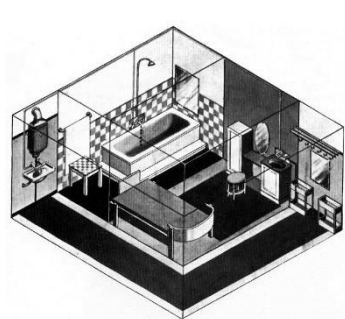
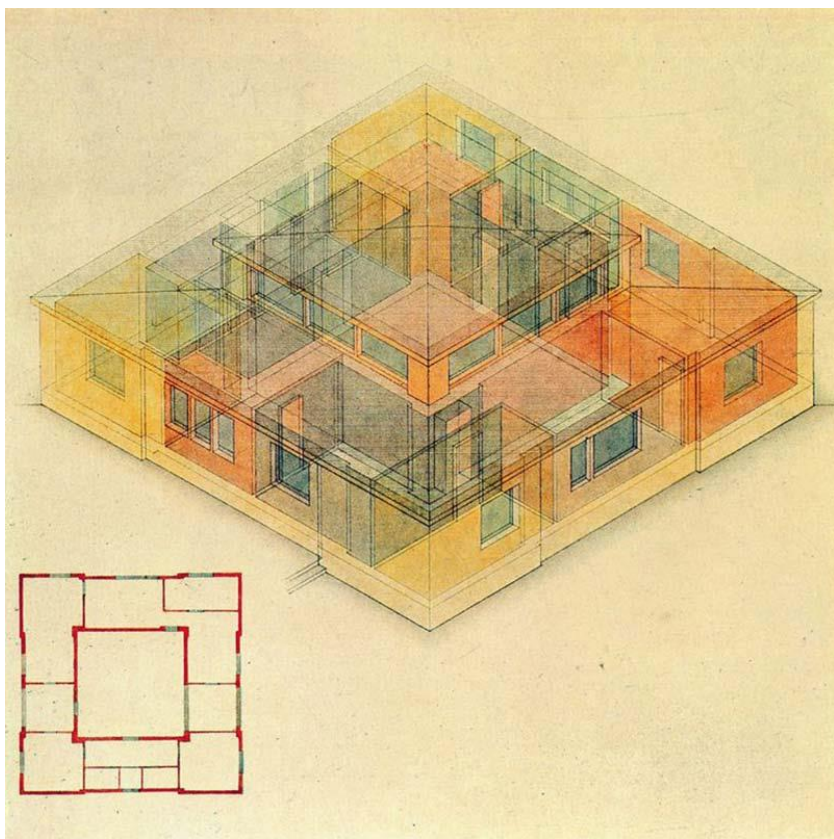
(BENEVOLO, [1960] 2001, p. 490)

Dentro da produção da escola alemã, Frampton destaca a qualidade dos ateliês de mobiliário sob a direção de Marcel Breuer que, a partir de 1926, passam a *“produzir cadeiras e mesas leves, de aço tubular, práticas, fáceis de limpar e econômicas.”*

(FRAMPTON, [1980] 2000, p. 152)



Figura 5 (acima) - Poltrona em estrutura de aço tubular B3, de Marcel Breuer, 1927. Fonte: Vitra Design Museum. Figura 6 – Interior de casa mobiliada por Breuer para a Werkbund ‘Neubühl’, 1934. Fonte: Yatzer



Depois de experiências concretas mais pontuais como a da realização da casa protótipo “*am Horn*” (projeto de Gerog Muche, 1923) e de duas casas para os professores da Bauhaus (Gropius, 1925), o primeiro laboratório em maior escala para testar efetivamente os princípios da escola alemã foi o pequeno bairro de Törten, de 1926, em Dessau.

Em 1927, a Deutscher Werkbund, a Associação Alemã de Artesãos, formada por um grupo de industriais, arquitetos e designers responsáveis pela fundação da Bauhaus, organiza sua segunda exposição em Stuttgart e patrocina, sob a direção de Mies van der Rohe, o conjunto habitacional Weissenhof. De acordo com Giedion, embora a Alemanha estivesse naquele momento sofrendo de uma aguda crise econômica, inclusive com escassez de materiais, foi feito um enorme esforço para se convidar criadores de diferentes nações, encarregados de executar os edifícios residenciais que traduzissem o habitar moderno como parte da exposição internacional (GIEDION, [1941] 1954, p.476). O grupo de arquitetos convidados para desenvolver os projetos de habitação para o Weissenhof incluiu, além de Gropius, a presença de nomes célebres como Peter Behrens, M. Taut, J.J.P. Oud, Mies van der Rohe e Le Corbusier. De acordo com Benévolo, o plano para o novo bairro, traçado por Mies, manifesta a concretização de alguns princípios já desenvolvidos teoricamente, “*como independência da construção das margens das ruas, separação entre o trânsito de carros e de pedestres.*” e o objetivo era de difundir “*um novo modelo de habitar*”, propor mudanças não apenas na escala do edifício, mas em “*todo o ambiente urbano*”. (BENEVOLO, [1960] 2001, pp. 456-469).

Figuras 7, 8 e 9 – Estudos para a casa protótipo projetada por Gerog Muche, 1923.
Fonte: Socks Studio.

A partir de 1928, Gropius desliga-se da Bauhaus e passa a atuar em projetos de maior escala, atuando na construção de novos bairros na Alemanha, como o Dammerstock (1928), na cidade de Carlsruhe, ou o bairro de Siemennstadt (1930), em Berlim.

O tema da habitação foi também primordial para as discussões dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs, fundados em 1928 em La Sarraz, na Suíça, por um grupo de arquitetos de diferentes nações da Europa que, ao identificar métodos de trabalho e aspirações semelhantes, julgaram pertinente fundar um fórum de discussões para debater os principais pontos de convergência e possíveis rumos da arquitetura moderna. Le Corbusier sintetiza, na ocasião, os seis pontos a serem discutidos: *“a técnica moderna e suas consequências; a padronização; a economia; a urbanística; a educação da juventude; a realização; a arquitetura e o Estado”* (BENEVOLO, [1960] 2001, pp. 474 -482).

O tema central do segundo CIAM, realizado em 1929 em Frankfurt, sob a direção de Ernst May, foi *“Unidade Mínima de habitação”*, em que se debateu a casa para os setores de renda mínima e a necessidade de se atender à grande carência de moradias para a classe operária. Para estudar o problema e tentar chegar a *“respostas operacionais”*, foi enviado às equipes dos diferentes países participantes um minucioso questionário, cujos dados investigados incluíam preço dos aluguéis, ventilação, iluminação, aquecimento, isolamento térmico, padrão mínimo para habitações e normas de construção. As equipes nacionais, como resposta, enviaram projetos, executados ou não, que foram então redesenhados e padronizados pela equipe de May, plantas mobiliadas e poucos cortes eram apresentados junto à indicação de alguns dados objetivos, como *“área do piso,*

volume construído, área das janelas, número de camas e situação de acesso.” (BRUNA, [2010] 2015, pp. 46-53).



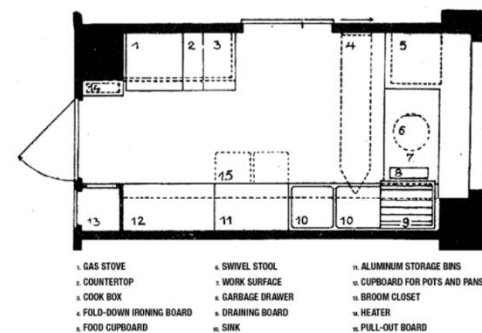
Figura 10 - Representação de projetos de Unidade Mínima de Habitação no CIAM de Frankfurt, 1929. Fonte: Semantic Scholar

De acordo com Benevolo, partindo da visão de higienistas, havia o argumento de que a área dos apartamentos poderia ser reduzida, se compensada pelo aumento da ventilação e iluminação naturais. Outros pontos relevantes colocados foram a importância da emancipação de indivíduos adultos do seio familiar, a necessidade de se estabelecer cômodos privados para membros adultos e a tendência socializante das habitações coletivas sobre as tradicionais casas individuais. Nesse sentido, as tipologias multifamiliares eram consideradas vantajosas.

Como conclusão do segundo CIAM, entendeu-se que a habitação mínima só seria economicamente viável para a classe operária a partir do apoio estatal e da redução de custos gerais como lote, rua, infraestrutura, o que amplia a escala do problema, colocando-se, então, a necessidade de discutir o bairro (BENEVOLO, [1960] 2001, p. 508). De acordo com Paulo Bruna, os projetos que melhor traduziam as preocupações sociais e a temática de habitação mínima colocados pelo segundo CIAM foram os conjuntos habitacionais Praunheim, Römerstadt e Westhausen, projetos de Ernst May construídos em Frankfurt (BRUNA [2010] 2005). Nas experiências dos Siedlungen alemães, a malha urbana tradicional, constituída por quarteirões bem delimitados em lotes individuais é diluída e ocupada por novas tipologias, comumente por sequências de casas em fita ou blocos, entremeados por generosos jardins e espaços comunitários (PANERAI et al., [1977] 2013).

O conceito de habitação mínima envolvia a discussão de uma nova forma de habitar e deveria servir de instrumento para significativas mudanças de comportamento. O estudo minucioso das atividades domésticas, a fim de simplificá-las através do desenho eficiente de móveis e demais equipamentos da

casa, visava já certo grau de emancipação feminina: a ideia de que as mulheres, com a redução do volume de trabalho doméstico, pudessem então ocupar outras posições sociais, trabalhando na indústria, nos escritórios e na administração pública. É destacado então, dentro da produção da equipe de May, o papel da Cozinha de Frankfurt, concebida pela arquiteta austríaca Margarete Grete. A cozinha, um esforço de se atingir máxima eficiência dentro de uma organização extremamente compacta, era altamente industrializada e racional, permitindo a otimização das tarefas pela eficiência dos movimentos (BRUNA, [2010] 2015, pp. 43-62).



Figuras 11 e 12 - Foto e planta com distribuição dos equipamentos da Cozinha de Frankfurt, projeto de Margarete Grete, 1926. Fonte: Hidden Architecture

O terceiro CIAM, realizado em 1930 em Bruxelas, trazia como tema *“Desenvolvimento racional do lote”*, voltado *“para as questões da altura ideal e do espaço entre os blocos, tendo em vista o uso mais eficiente tanto da terra quanto do material”*. O quarto CIAM, cujo tema foi *“A cidade funcional”*, realizou-se em Atenas em 1933 e foi, de acordo com Frampton, *“o congresso mais abrangente do ponto de vista urbanístico”*, em que se analisaram comparativamente 34 cidades europeias. A partir do debate, surgiram os preceitos da Carta de Atenas, publicada apenas em 1943 (FRAMPTON, [1980] 2000, p. 188).

A Carta de Atenas trazia uma leitura funcionalista da complexa organização urbanística, dividida em quatro pontos básicos: morar, trabalhar, recrear e circular, e estabelecia ainda diretrizes para a prática urbanística, como o zoneamento a partir das suas funções, a erradicação da rua-corredor, a importância dos espaços verdes, o controle do tamanho e da densidade das cidades. No centro da discussão estava o morar e, mais especificamente, os projetos de habitação coletiva.

O quinto CIAM, realizado em Paris (1937), tinha como tema *“Moradia e recreação”* e o nono CIAM, em Aix-en-Provence (1953) publicou a Carta da Habitação.

Todos estes debates acerca da habitação na Europa, bem como sua concretização, tanto em forma de projetos arquitetônicos quanto de obras construídas, difundem-se em outros continentes e chegam ao Brasil.

Quando Lucio Costa assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1930, passo importante para a consolidação do projeto moderno no Brasil, o tema da habitação popular surgia já com muita força e símbolo de mudanças no cenário nacional (BONDUKI, [1998] 2017, p. 147).

Ainda no começo dos anos 30, as discussões sobre habitação promovidas pelo CIAM de Frankfurt (1929) ecoam na Escola Nacional de Belas Artes e os estudantes e arquitetos passam a se debruçar sobre temas antes não abordados no ensino. Surgem, transpostas para o cenário nacional, discussões acerca da arquitetura como habitação econômica ou mínima, com estudos aprofundados sobre as dimensões e funções de cada cômodo da casa, como banheiro e cozinha, e a articulação entre tais peças (BONDUKI, [1998] 2017, pp. 150-151).

O habitar para o ideário moderno e as mudanças que propunha implicavam também em uma nova forma de conceber e vivenciar as cidades. A crença da vanguarda do início do século XX na existência de um homem de essência universal estabeleceu, dentro do conteúdo programático moderno, o princípio da coletividade, a ideia de que *“a cidade é toda ela casa do homem”* e de que o *“mundo será todo ele casa do homem”* (CARVALHO, [1938] 2003, p.53).

Segundo Hugo Segawa, para os arquitetos modernos a cidade deveria representar um território coletivo e democrático, que dispusesse das mais variadas funções para melhor atender às necessidades da população. A cidade era vista como um espaço de encontro, para a convivência e interação social. O solo urbano deveria representar um território livre e, portanto, o caráter estritamente privado das propriedades deveria ser diluído (SEGAWA, [1998] 2002, p. 151).

Esse princípio da coletividade na escala urbana, defendido pelo movimento moderno, é expresso de maneira clara nas diretrizes e parágrafos conclusivos da Carta de Atenas:

Essas cidades não correspondem de modo algum à sua finalidade, que seria a de satisfazerem as necessidades fundamentais biológicas e psicológicas de seus habitantes.

Essa situação denuncia, desde o início da era da máquina, a multiplicação incessante dos interesses particulares.

A violência dos interesses particulares determina uma desastrosa ruptura do equilíbrio entre a pressão das forças econômicas, de um lado, e a fraqueza do controle administrativo, de outro.

A cidade deve assegurar, no plano espiritual e material, a liberdade individual e os benefícios da ação coletiva.

(Carta de Atenas [1933] in BENEVOLO, 2001, p. 513)

Dentro do ideário moderno, a valorização da cidade e dos espaços públicos também implica a perda do papel da casa como o centro de todas as atividades, como podemos constatar a partir de trecho de “A casa do homem do século XX”, texto de Flávio de Carvalho de 1938:

O homem do século XX se utiliza da casa como um ponto de passagem, um local de repouso na rotina de sua vida diária [...] À medida que a cidade adquire compreensão maior da ideia de coletividade, à medida que ela fornece coletivamente maior conforto e luxo, a importância da casa como centro único de atividade diminui. As atividades do homem espalham-se mais pela cidade em vez de somente pela casa.

(CARVALHO, [1938] 2003, p.53)

Para o movimento moderno, a habitação, entendida não só como a casa, mas como o conjunto de espaços e equipamentos destinados à vida cotidiana, é colocada como módulo organizador da trama urbana, através do conceito de Unidade de Vizinhança criado por Perry na década de 1920 e retomado pelos CIAMs. O conceito de Unidade de Vizinhança objetivava promover o convívio social a partir das relações de proximidade física, como nos bairros das cidades tradicionais. Cada Unidade de Vizinhança deveria ter certa autonomia, permitir que se resolvessem

as principais demandas da vida cotidiana a uma distância acessível ao pedestre e livre do tráfego de veículos.

A Unidade de Vizinhança propõe a valorização dos espaços livres, equipamentos comunitários e edifícios públicos como uma extensão natural e coletiva do espaço doméstico e privado, representado pelo interior das casas e dos apartamentos. Seus focos seriam a vida social comunitária e a escola. Haveria ainda o comércio local, garantindo suprir as necessidades imediatas da comunidade. A partir deste conceito coletivo, ganharam espaço nos conjuntos habitacionais em diferentes países equipamentos coletivos como creche, ginásio, biblioteca, centro de saúde, lavanderias e playground.

Segundo Segawa, todos estes paradigmas de cidade moderna, quando aplicados à concepção de um edifício, geram soluções genéricas definidoras de um modelo dito ideal, voltado para uma causa maior (SEGAWA, [1998] 2002 p.151).

A valorização do coletivo define uma série de características que, transpostas para a escala de um edifício, diluem a separação entre público e privado e estabelecem áreas de transição como os pilotis e as marquises, além da grande conexão entre interior e exterior, através de amplas superfícies envidraçadas e planos permeáveis, como os de cobogós e brise-soleils. A criação dos pilotis permite que o lote, antes estritamente privado, seja um território livre e de integração, possibilitando a passagem e o seu uso por parte dos moradores de toda a cidade.

As moradias dos homens comuns passam a incorporar, em escala menor, os conceitos do urbanismo moderno e projetos de habitação coletiva passam a fazer parte de políticas públicas em diferentes partes do mundo.

Mas não é apenas a cidade moderna que exerce influência nos edifícios, o contrário também é verdadeiro. As lâminas horizontais, também chamadas de barras ou blocos, representam uma configuração característica do habitar moderno, herdando a lógica linear antes restrita a hospitais, armazéns, fábricas ou quartéis (ESKINAZI, 2008, p. 125). A disposição em linha representa a repetição em série da célula habitacional, de forma análoga à produção industrial, a capacidade de crescimento indefinido e contato imediato entre interior e exterior. Simboliza, em oposição à planta centralizada e aos quarteirões tradicionais, a ausência de hierarquia entre as unidades de habitação, ao proporcionar condições praticamente equivalentes de orientação solar e ventilação, acesso, contato com o espaço público e a paisagem, conforme preconizava o ideário igualitário e reformista das vanguardas. A adoção da tipologia habitacional dos blocos subverte a urbanística precedente, permitindo novos traçados geométricos, menor densidade urbana e contato mais direto com a natureza, alterando por completo o desenho das cidades.

Dessa forma, é possível identificar dentro do ideário moderno, o objetivo de se alcançar grande dimensão social e, para isso, as necessidades individuais foram minimizadas em favor de um universalismo na concepção das casas, edifícios habitacionais, bairros e cidades. A partir das décadas de 1920 e 1930, a edificação em linha se consolida enquanto tipologia habitacional da cultura moderna: uma “*unidade independente*” e “*passível de repetição infinita*” (FRAMPTON, [1980] 2000, p. 165).

O bloco sobre pilotis, tipologia em tela nessa dissertação, constitui um paradigma moderno da relação indissociável entre edifício e forma urbana: rompe com o

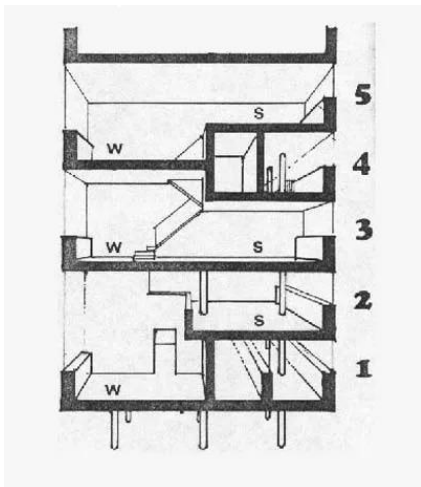
traçado tradicional, libera o solo e marca a paisagem com edifícios isolados geralmente complementados por serviços ou equipamentos comuns, incorporados ao edifício ou ao seu entorno.

Enquanto artefato, além dos pilotis, exprime estrutura independente das vedações, permitindo a transparência das janelas em fita ou fachadas cortinas, apresenta cobertura plana (para uso comum ou não) e incorpora elementos de proteção solar como os brise-soleils ou experimentações no desenho de esquadrias e sistemas de vedação. Emprega novas tecnologias como o concreto armado e o aço, elimina ornamentos e sugere a ideia de replicabilidade.

A partir de precedentes como dos blocos experimentados nas Siedlungen alemãs ou do bloco de seis pavimentos sobre pilotis para os Apartamentos Narkomfin, construído na União Soviética em 1929, é estabelecido um tipo (MAGALHÃES, 2009) que se dissemina em conjuntos urbanos ao redor do mundo.



Figura 13 - Bloco de apartamentos, Mies van der Rohe, Weissenhofsiedlung, 1927. Autor: Andreas Praefcke. Fonte: Wikimedia Commons



Figuras 14 e 15 - Corte e fachada do bloco de apartamentos Narkomfin, Ginzburg e Milinis, 1929.
Fonte: Wikiarquitectura

Argan considera um tipo arquitetônico como um esquema de bases formais e funcionais que se repetem em um conjunto de edifícios. O reconhecimento de uma “*forma-base comum*”, no entanto, não exclui a existência ou possibilidade de uma grande diversidade de exemplares, determinados a partir da exploração de infinitas variáveis:

O nascimento de um tipo é, portanto, condicionado ao fato de já existir uma série de edifícios que têm entre si uma evidente analogia formal e funcional [...] no processo de comparação e superposição das formas individuais para a determinação do tipo são eliminados os caracteres específicos dos edifícios isolados e são conservados todos e apenas os elementos que comparecem em todas as unidades da série. O tipo se configura assim como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum.

(ARGAN, [1965] 2001, p. 66)

A Unidade de Habitação de Marselha (1945-1952) proposta por Le Corbusier é considerada o ápice ou último estágio da dissolução da quadra pelo movimento moderno, relacionada à adoção da tipologia da barra isolada (PANERAI et al., [1977] 2013, p. 151). Em Marselha, Corbusier cria um edifício de grandes proporções sobre pilotis ou “*quadra vertical*”¹⁴ (PANERAI et al., [1977] 2013, p. 147), que integra células habitacionais mínimas acessíveis a partir de grandes eixos de circulação comum, também chamados de ruas internas. O edifício propõe ainda uma “*rua comercial*” em pavimento intermediário e equipamentos coletivos como creche e terraço na cobertura. O bloco em grande escala assume o ideal corbusiano

¹⁴ Para o grande bloco (de aproximadamente 140 m de comprimento, 24 m de largura e 17 pavimentos sobre pilotis) foi prevista uma população de 1500 a 1800 moradores. Apenas a título

comparativo, calcula-se que a população dos blocos de superquadra em foco nessa pesquisa seja de aproximadamente 180 a 200 moradores.

do transatlântico atracado à paisagem, equipado com cabines habitacionais e espaços internos comunitários voltados para a socialização.

A tipologia do bloco habitacional (expressa em uma diversidade de variantes, escalas e adaptações regionais) assume, portanto, o sentido de símbolo do ideal moderno de transformações sociais e urbanas do séc. XX, o que justifica o crescente interesse em abordá-la sob o ponto-de-vista patrimonial, enquanto legado da vida cotidiana desse período.

O entendimento da habitação como tema central das vanguardas europeias foi naturalmente herdado pelo movimento moderno brasileiro, mas evidentemente, com adaptações ao cenário local, tanto em aspectos climáticos, culturais, tecnológicos, quanto políticos e socioeconômicos. A ainda incipiente indústria nacional, por exemplo, era fator limitante à produção em larga escala e, muito embora tenha havido reprodução seriada de alguns projetos habitacionais, a estética moderna brasileira foi produzida fundamentalmente de maneira bastante artesanal em seus processos.

Segundo Bonduki, no movimento moderno brasileiro, a pesquisa pela simplificação e inovação dos métodos construtivos, a ausência de ornamentação, a racionalização do traçado urbanístico, a uniformização de unidades e a reprodução em série de blocos e casas foram características comuns aos projetos de habitação social produzidos entre os anos 1930 e 1950. De forma análoga aos ideais dos movimentos de vanguarda europeu, não visavam tanto resultados formais ou estilísticos, mas sim a produção em massa de moradias para atender, não a um contexto de pós-guerra, mas às enormes demandas que surgiam, dos trabalhadores das cidades industriais e da crescente expansão dos núcleos urbanos (BONDUKI, [1998] 2013, pp. 143-157).

Segundo Hugo Segawa, o conteúdo internacionalista do movimento moderno e todo o ideário que representava, quando transpostos para realidade brasileira, exigiram um grande esforço de transfiguração por parte dos arquitetos locais, assumindo características próprias, em uma tentativa de conciliação entre referências de identidade nacional, baseadas na nossa tradição, e a originalidade contemporânea. O complexo contexto político-social, ou *“teia de relações*

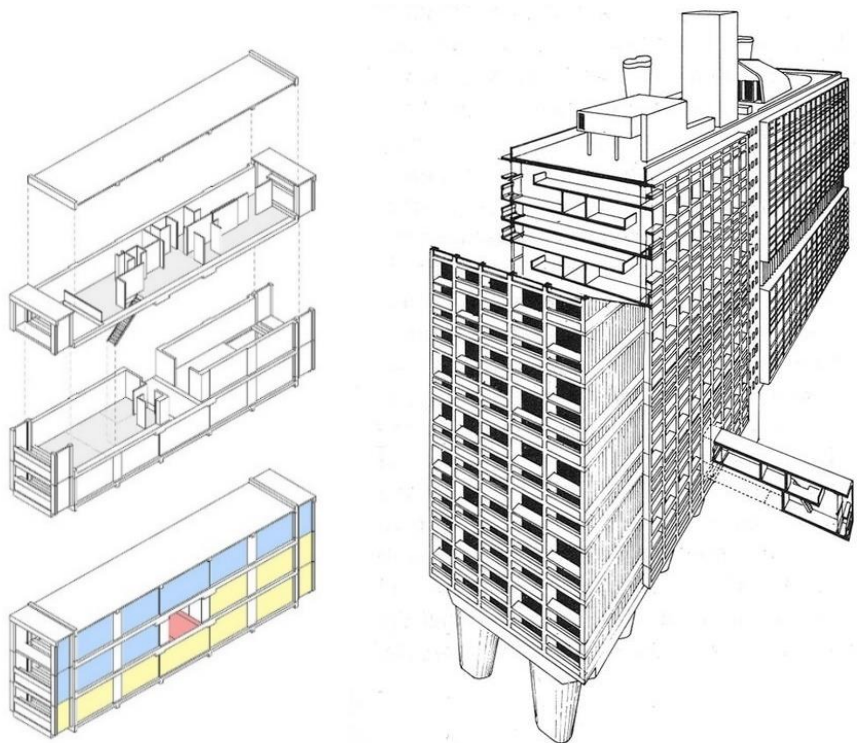


Figura 16 – Módulos de habitação da Unidade de Marselha, Le Corbusier, 1945. Fonte: Wikipedia França.
Figura 17 – Isométrica da organização dos módulos habitacionais. Fonte: Pinterest

políticas” em que a arquitetura moderna brasileira se desenvolve é, certamente, bastante diferente do europeu e carregado de incoerências políticas e ideológicas, conjuntura que o autor sintetiza chamando de *“quadro de conflitos ideológicos”*.

O estado foi o grande difusor e patrocinador da arquitetura moderna, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, e para que a arquitetura pudesse se concretizar, as vanguardas tiveram de assimilar aqui certa *“política de conciliações ideológicas”*. Segawa ressalta as contradições, por exemplo, de o movimento moderno liderado por Lucio Costa ter sido promovido, inicialmente, por Getúlio Vargas, presidente populista e antidemocrático. E, mais tarde, na década de 50, estar associado ao projeto desenvolvimentista promovido por JK através do Plano de Metas (1956), a dinamização da indústria em sintonia com sistema capitalista mundial, que culminou com a construção de Brasília.

No centro destas políticas, estava o habitar moderno e, ainda segundo Segawa, *“nada mais emblemático, como símbolo da modernidade arquitetônica e urbanística, que a moradia popular.”* (SEGAWA, [1998] 2002 pp. 114-122)

O país apresenta hoje importantes expoentes modernos de edifícios habitacionais multifamiliares. São frequentemente citados como exemplos fundadores os blocos do Parque Guinle, de Lucio Costa, projeto considerado como *“prenúncio das superquadras”* (COSTA [1995] 2018, p. 205) e o Pedregulho, de Affonso Reidy. A produção arquitetônica moderna de blocos de habitação coletiva no país é bastante mais abrangente e está muito ligada à atuação de órgãos governamentais. (BONDUKI; KOURY, 2014)

O ideário das vanguardas do século XX - traduzido e simbolizado pelos projetos de habitação moderna - brevemente relacionado nesse subcapítulo reverbera na atuação de arquitetos brasileiros envolvidos com as políticas estatais para moradias. Nesse sentido, o subcapítulo seguinte, pretende relativizar os blocos do Parque Guinle enquanto grande precedente nacional (frequentemente o único citado) para as superquadras e seus blocos de apartamentos, já que alguns dos princípios que distinguem este típico morar brasiliense já haviam sido largamente experimentados antes, nos conjuntos habitacionais produzidos por órgãos como os Institutos de Aposentadorias e Pensões – os IAPs ou a Fundação da Casa Popular.

1.2. A relevância dos institutos de aposentados e pensionistas para a arquitetura moderna no Brasil

Este subcapítulo pretende destacar o papel dos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões – para o desenvolvimento de projetos de habitação social no Brasil a partir dos anos 1930 e a relevância de suas contribuições para a definição da arquitetura e urbanismo modernos no país. Propõe-se brevemente compreender como o conteúdo programático das vanguardas descrito no subcapítulo anterior foi incorporado e transformado dentro do ideário moderno nacional, tendo alguns de seus preceitos aplicados à parte dos projetos estatais em habitação social e à produção das superquadras.

Habitação social no Brasil e modernidade

Nabil Bonduki e Ana Paula Koury, junto a um grande grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo, analisam a produção dos principais órgãos com ações para habitação social no Brasil em vasta e minuciosa pesquisa, chegando a inventariar mais de trezentos conjuntos em todo o país (NASCIMENTO, 2016, p. 19). Como justificativa para seu trabalho, os autores colocam as lacunas existentes sobre o tema na historiografia da arquitetura e do urbanismo nacionais e a importância de se aprofundar na questão, através da memória e da crítica, sobretudo como fonte para práticas futuras (BONDUKI; KOURY, 2014).

A habitação social como projeto político no Brasil surge ainda na era Vargas (1930-1945). A atuação do estado na produção de conjuntos habitacionais e no financiamento de moradias durante o período populista se deu, em grande parte,

através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAPs e da Fundação da Casa Popular - FCP. Estes foram os primeiros órgãos federais a atuar no setor da habitação social (BONDUKI, [1998] 2017, p. 107). Foram também, posteriormente, os responsáveis pela construção das primeiras superquadras em Brasília.

Além dos IAPs e da Fundação da Casa Popular, tiveram envolvimento na construção das primeiras superquadras a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público – CAPFESP, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Universidade de Brasília – UnB e a Sociedade de Interesse de Habitação Social Ltda – SHIS, além da construtora privada Graça Couto (FERREIRA; GOROVITZ, 2008). Até 1964, foram construídas cerca de doze mil unidades habitacionais em Brasília (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 413).

As superquadras brasilienses, foco desta dissertação, são frequentemente colocadas como desfecho ou consequência da produção precedente dos IAPs. Razão pela qual se justifica um olhar, ainda que panorâmico, sobre suas realizações anteriores.

Bonduki (2017) explica que, apesar de representarem as principais instituições públicas a atuarem na produção de habitação social no país, os IAPs surgiram entre 1933 e 1938 com o intuito primordial de assegurar suporte previdenciário (aposentadoria e pensões) e assistência médica a distintas categorias profissionais: IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPI (industriários), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e IAPE

(estivadores)¹⁵. Tais institutos funcionavam mediante aportes compulsórios por parte de todos seus assalariados e empregadores. Como o volume de recursos arrecadados era maior do que as despesas iniciais, uma vez que se tratava de sistema previdenciário para momento futuro, os fundos eram reinvestidos para ampliação de suas reservas.

Sob o controle do governo federal, os recursos acumulados pelos institutos financiaram grandes projetos, públicos e privados, e contribuíram para o desenvolvimentismo nacional. A habitação, embora objetivo secundário desses órgãos, sempre esteve presente em sua atuação, como *“seguridade social plena”* ou *“instrumento de capitalização dos recursos captados”*, isto é, como forma de investimento para se garantir o aumento dos fundos obtidos. A atuação mais intensa dos institutos em habitação social se deu a partir de 1937 por meio de um dispositivo regulamentar que permitiu a aplicação de maior volume de recursos para tal fim (BONDUKI [1998] 2017, pp. 109-111).

Além da criação de conjuntos habitacionais, os institutos tiveram grande participação em empreendimentos imobiliários, executando e financiando edifícios comerciais e residenciais, constituindo os maiores donos de terras urbanas no país. Segundo Bonduki, a imprecisão quanto ao papel habitacional dos institutos foi justamente o que, mais tarde, dificultou a formulação de políticas mais consistentes em habitação no país. (BONDUKI [1998] 2017, pp. 109-111). São citados como grandes feitos que também se beneficiaram do suporte econômico dos IAPs projetos como o da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda – RJ),

a Fábrica Nacional de Motores (Duque de Caxias – RJ) e a própria construção de Brasília. Segundo Segawa, embora não tenha havido clareza na política de habitação por parte dos institutos, seus projetos incorporaram princípios da arquitetura e urbanismo modernos, ancorados nos ideais reformistas das vanguardas do início do séc. XX (SEGAWA, [1998] 2002, p. 115).

Como resumo da sua atuação em habitação social, contabiliza-se que, juntos, os IAPs viabilizaram 123.995 unidades habitacionais em todo o país, além de financiarem milhares de apartamentos para a classe média (BONDUKI, [1998] 2017, p. 123). O número total de unidades residenciais produzidas pelos institutos e pela FCP (18.132 unidades) seria, no entanto, *“irrisório”* diante do déficit habitacional brasileiro (BONDUKI [1998] 2017, p. 135). Para Segawa, embora a moradia social fosse uma plataforma com muita força no discurso de Getúlio Vargas, os resultados obtidos foram, na prática, mais tímidos do que na oratória. É destacada, entretanto, a sua importância quanto às inovações e contribuições para a arquitetura habitacional e urbanismo modernos no país (SEGAWA [1998] 2002, p. 122).

Seus projetos de habitação chegaram a atender não só as famílias dos trabalhadores mais modestos, como por vezes seus associados das classes média e alta. Como contradição ao papel social desempenhado, há menção à exclusão deliberada de seus trabalhadores não assalariados enquanto beneficiários, e ainda às políticas clientelistas e de apadrinhamento praticadas dentro dos institutos (BONDUKI [1998] 2017, pp. 116 - 117). Práticas que, como veremos depois,

¹⁵ Destes, atuaram em Brasília, além do IAPB, o IAPTEC, o IAPI, o IAPC e o IPASE -Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado (FERREIRA e GOROVITZ, 2007)

também estiveram presentes na destinação das unidades nas superquadras brasilienses.

Embora tenham ficado conhecidos na historiografia como projetos modernos de habitação social quase que exclusivamente os exemplos dos conjuntos residenciais de Pedregulho e da Gávea (Reidy), no Rio de Janeiro, as contribuições de projetos deste tipo foram muito mais abrangentes, diversificadas e presentes em diferentes estados do país (BONDUKI, [1998] 2017 p. 141).

Argumento semelhante aparece no livro de Paulo Bruna “Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930 – 1950” que, apoiado nos estudos de Bonduki e outros, defende a ampliação dos conceitos de moderno e modernidade para além das obras monumentais, de programas excepcionais e grande expressividade plástica e pretende atestar que os primeiros arquitetos modernos no Brasil foram, em realidade, os que se debruçaram sobre os projetos dos inúmeros conjuntos habitacionais promovidos pelas carteiras dos IAPs, onde puderam empregar vários dos preceitos teóricos e métodos construtivos modernos, adaptados às condições socioeconômicas e tecnológicas brasileiras (BRUNA, [2010] 2015, p. 10).

Parte bastante expressiva dessa produção moderna em habitação social se concentra nos anos 1940, duas décadas antes da inauguração de Brasília. Bruna destaca como principais influências das vanguardas internacionais para os projetos em habitação social no Brasil as Siedlungen alemãs, as Höfe vienenses, a Unidade de Habitação de Le Corbusier, os projetos racionalistas dos pós-guerras, além do conceito de cidades-jardins (BRUNA, [2010] 2015, p. 172).

Alguns projetos de habitação social no Brasil produzidos pelos IAPs mereceram destaque em publicações dentro e fora do país. O célebre livro “Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942”, de Philip Goodwin (1943), produto da exposição homônima organizada pelo MoMa – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque - difundiu o que se produzia no Brasil para outros cantos do mundo e fazia menção a alguns destes projetos, como o Conjunto Residencial Operário de Realengo (IAPI), no Rio de Janeiro, obra de Carlos Frederico Ferreira, Waldir Leal e Mário Torres ou ao Conjunto Residencial da Várzea do Carmo (IAPI), bairro industrial de São Paulo de autoria de Attilio Corrêa Lima, ainda em fase de projeto à época da publicação (GOODWIN, 1943). Tal fato ajuda a colocar esses projetos como parte importante para a construção do movimento moderno brasileiro.

Embora Lucio Costa afirme que o seu projeto para o Parque Guinle “foi o primeiro conjunto de prédios construídos sobre pilotis e o prenúncio das superquadras de Brasília” (COSTA, [1995] 2018, p. 205), a superquadra é também consequência de inúmeros projetos em habitação social anteriores, implantados pelos IAPs. Esse é um argumento defendido por Bonduki e Koury, para quem:

A concepção de Lucio Costa para as áreas residenciais de Brasília é o ponto de chegada do ciclo de projetos habitacionais iniciado nos anos 1930 pelos IAPs. Nelas estão presentes os princípios e pressupostos urbanísticos que orientaram os empreendimentos mais inovadores que adotaram o conceito moderno de habitação; terra estatizada; implantação moderna; valorização do espaço público; liberação do solo, com amplas áreas verdes e arborização; gama completa de equipamentos coletivos; autarquização em relação aos setores destinados ao trabalho.

(BONDUKI; KOURY, 2014, p. 448)

A tese é endossada ainda por Segawa em “Arquiteturas do Brasil”, que depois de traçar um panorama histórico do papel dos IAPs e de outros órgãos como o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal para a habitação social, conclui seu capítulo intitulado Habitar Moderno com: “*É claro que as diversas experiências habitacionais dos modernos cariocas podem ser consideradas como ensaios da nova capital do país*” (SEGAWA, [1998] 2002, p. 122).

Segundo Bruna (2015), as principais diretrizes do movimento moderno estiveram desde o início presentes nas discussões e produção dos arquitetos, engenheiros e administradores que atuaram nas realizações dos institutos. Tal fato seria resultado não apenas de conhecimento sobre o vigente debate internacional em habitação social, mas também de discussões internas sobre a atuação estatal em habitação. É destacado o papel do I Congresso de Habitação realizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo em 1931, que trazia temáticas muito semelhantes aos CIAMs de Frankfurt e Bruxelas, tais como habitação mínima, habitação coletiva, racionalização dos materiais e processos construtivos, construção em série, conforto e salubridade, além de arranjo urbanístico e estudo do mobiliário (BRUNA, [2010] 2015, pp. 122-123).

São mencionadas, além dos anais dos CIAMs, várias publicações sobre habitação das vanguardas internacionais que circulavam no Brasil a partir da década de 30. Cabe ressaltar o livro publicado pelo arquiteto brasileiro Rubens Porto em 1938 intitulado “O problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de

Aposentadoria e Pensões” que, através de trabalho “*sistemático*”, pretendia lançar diretrizes para os conjuntos habitacionais a serem implantados por esses órgãos. (BRUNA [2010] 2015, p. 141). O trabalho publicado por Porto¹⁶ trazia ideias como conjuntos habitacionais articulados a planos urbanos regionais sobre “*grandes eixos cuidadosamente estudados*”, célula habitacional mínima e ventilada, moradias mobiliadas de forma racional, unidades organizadas em filas de casas ou blocos de apartamentos sobre pilotis, altura máxima de 4 pavimentos para blocos sem elevador, além de já defender o conceito das “*neighbourhood cells*”:

Em cada um deles os seus habitantes devem encontrar tudo que precisam – exceto o trabalho – cada unidade celular possuirá, pois, a sua escola, a sua igreja os seus “playgrounds”, o seu comércio. Dentro de cada unidade não haverá em regra senão o tráfego de pedestre: as vias de comunicação que põem a unidade em ligação com o resto da cidade devem estar na periferia.

(PORTO [1938] apud BRUNA, 2015, p. 146)

De acordo com Bruna, eram citados ainda como equipamentos integrantes do conjunto elementos como creche, cinema, clube, parques infantis, viveiros para plantas, serviço médico, correios e posto policial (BRUNA [2010] 2015, p. 147). Para os que conhecem as superquadras brasilienses, impossível não as relacionar aos apontamentos da publicação de 1938.

Porto defende assim o uso dos pilotis, justificado não apenas por razões mais objetivas, mas também por valores estéticos:

¹⁶ Este trabalho não chegou a ter acesso direto ao livro publicado por Rubens Porto. O conteúdo e as citações da obra trazidas aqui foram todos obtidos em BRUNA (2015) e BONDUKI (2017)

[...] com relação ao emprego dos “pilotis”, tenho ainda a salientar que o mesmo recupera 95% da área construída, porquanto, geralmente, a estrutura ocupa unicamente 5% da área edificada. Mais ainda, seu emprego assegura a todos os apartamentos visibilidade para o horizonte e contato com a natureza (uma das maiores conquistas da arquitetura contemporânea) evitando que os apartamentos, situados no térreo, sejam constantemente devassados e, portanto, desvalorizados.

(PORTO [1938] apud BRUNA, 2015, p. 145)

É curioso constatar o viés moralizante e ingênuo em sua argumentação em favor dos pilotis, para os quais previa intenso uso social, não só por parte das crianças como pelos operários, além de qualidades de profunda transformação social:

O operário, sem cultura, precisa de qualquer emprego das suas horas de lazer [...] Ele não se interessa pela leitura (via de regra), não se interessa pelo trabalho intelectual. Precisa, portanto, de vida social, viver em sociedade é uma das melhores maneiras de educá-lo [...] Ora, não tendo em que se ocupar, na falta de melhor meio social, o operário é naturalmente atraído pelas “rodas” dos botequins, onde imperam os vícios e maus costumes. Os “pilotis” resolvem, portanto, mais este problema, aliás de alta relevância social, de vez que naquela área agradável e amena, em constante contato com a natureza, os homens podem se reunir à noite e nas suas horas de lazer, organizando diversões, jogos, palestras [...] leituras de jornais (gratuitos), um bom rádio, ping pong, bilhar, xadrez, damas e mesmo “cartas” (baralho), que geralmente tanto aprecia.”

(PORTO [1938] apud BRUNA, 2015, p. 145)

Segundo Bonduki, Porto era defensor dos principais ideais do funcionalismo moderno, tais como planta racional, eliminação de ornamentos desnecessários, produção seriada de elementos construtivos e racionalidade no uso dos materiais: *“uma arquitetura lógica e sincera que procura soluções internas perfeitas”* (PORTO [1937] apud BONDUKI, 2017, p. 158).

A fim de ilustrar brevemente como estes pensamentos se traduziram nas práticas dos IAPs, foram escolhidos alguns conjuntos habitacionais executados pelos institutos e outros órgãos atuantes em habitação social no período anterior à construção de Brasília (1937 – 1957).

Conjunto Residencial Operário do Realengo, RJ (1940-1943)

O Conjunto Residencial Operário do Realengo, projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira executado pelo IAPI, está localizado no subúrbio da Zona Oeste carioca, próximo à estação de trem de Realengo. O projeto foi premiado no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos (1940) e mereceu destaque, ainda em fase de construção, na publicação *Brazil Builds* (1943). Foi concluído em 1943 e é considerado o primeiro projeto de habitação de interesse social em grande escala a ser implantado no Brasil, sendo composto por 2.344 unidades residenciais, entre casas e apartamentos (BONDUKI; KOURY, 2014, pp. 16-18).

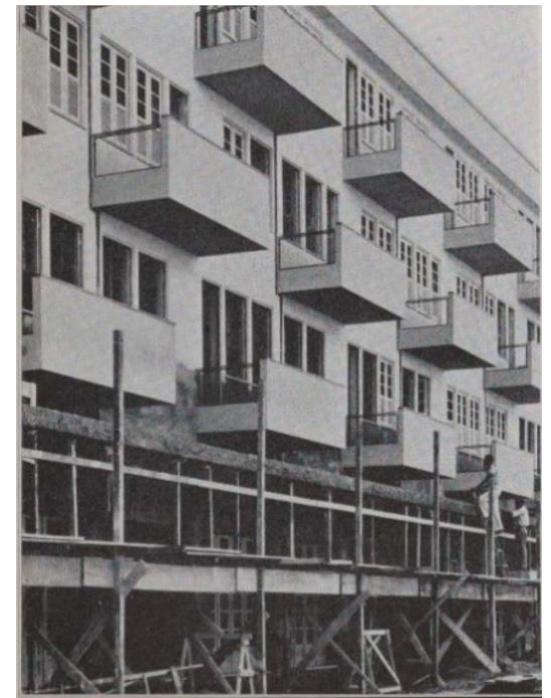
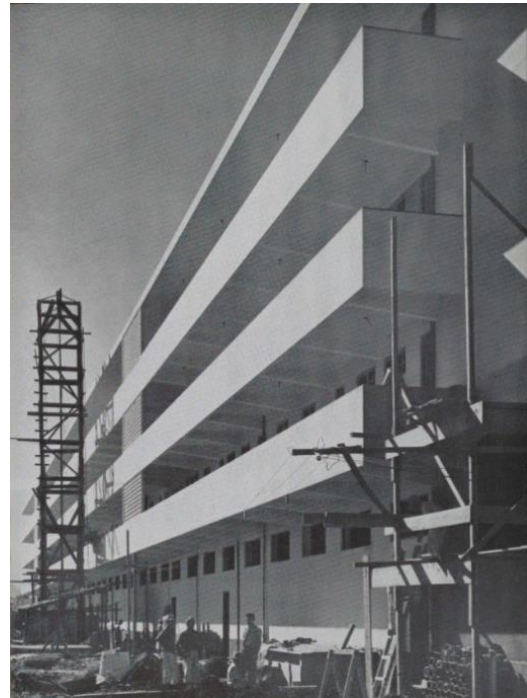
É destacada a grande variedade tipológica do projeto, composto por várias soluções de casas, dispostas duas a duas (geminadas) ou em fileiras, e por blocos de apartamentos de dois, três ou quatro pavimentos. O bloco principal (que apresenta 60 unidades de apartamentos em 4 pavimentos) apresenta balcões em balanço dispostos intercaladamente na fachada em rico jogo volumétrico, motivo de comparação com projeto de habitação coletiva estudantil da Bauhaus, em Dessau (BONDUKI, [1998] 2017, p. 173). Na face posterior do mesmo bloco, uma longa galeria aberta (ou varanda) dá acesso às unidades de dimensões mínimas, em torno de 30 m². Para esta galeria de acesso, estão voltados os banheiros e cozinhas, ventilados por janelas altas, além de um pequeno hall de entrada. Dormitórios e salas voltam-se sempre para a outra fachada, à exceção de um terceiro quarto de dimensões reduzidas, presente em algumas unidades maiores (3 dormitórios).



Figura 18 – Vista aérea do Conjunto Residencial Operário do Realengo, RJ.
Fonte: Bonduki e Koury (2014)

Interessante notar, como veremos a seguir, que Oscar Niemeyer adota também a solução de longa galeria de acesso para os blocos da SQS 108, projetada mais de 15 anos depois e com unidades bem mais amplas. Assim como no bloco de Realengo, janelas altas garantem a ventilação e privacidade de cozinhas, áreas de serviço e banhos voltados para o grande corredor de distribuição da SQS 108, protegido por cobogós, enquanto sala e dormitórios voltam-se para a fachada oposta, que possibilita aberturas mais amplas.

O projeto do IAPI em Realengo concretizou a criação de conjuntos operários ideados pelo governo Vargas, dotados de infraestrutura completa, como saneamento básico, luz, galerias de águas pluviais e pavimentação, além de equipamentos coletivos como escola, creche, consultórios, quadras esportivas, além de horto florestal. Representou um projeto econômico, pautado pela funcionalidade, racionalidade construtiva, inovação tecnológica (pioneiro em adotar alvenaria de blocos de concreto), além de romper com premissas urbanas tradicionais, ao eliminar parcialmente a divisão em lotes e adotar casas geminadas sem cercamento. Como parte de seu legado, definiu tipos que foram adaptados e reproduzidos em outras localidades.



Figuras 19 e 20 – Fotos do bloco principal do Conjunto do Realengo em construção, divulgadas na publicação Brazil Builds. Fonte: Goodwin, 1943

Conjunto Habitacional Várzea do Carmo, SP (1938-1942)

O projeto do IAPI para o Conjunto Habitacional Várzea do Carmo está localizado próximo ao centro de São Paulo e foi coordenado pelo arquiteto Attilio Corrêa Lima. É dos exemplos de maior qualidade entre as proposições dos institutos. O projeto, chamado de “*verdadeira superquadra*” por Bonduki e Koury, propunha sequências de edifícios em lâmina dispostos paralelamente e entremeados por espaços livres e verdes. Contava com 43 lâminas de quatro pavimentos sem pilotis e 16 lâminas de onze pavimentos sobre pilotis, totalizando 4038 unidades habitacionais. Os apartamentos seriam variados, de um a quatro dormitórios (de 32 a 96 m²) a fim de atender a uma grande diversidade de perfis familiares (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 38).

O plano inicial previa a execução de uma forte infraestrutura, que incluiria além de serviços como abastecimento de água potável, rede de esgoto e energia, a execução de equipamentos como escola, creche, cinema, rodoviária, hotel, comércios, clube, posto de gasolina, restaurante popular e centro de puericultura (BRUNA, 2015, p. 180).

As tipologias e o traçado adotados representavam certo ineditismo, rompiam com o tecido tradicional e visavam a criação de um grande parque público integrado à malha urbana paulistana.

A concretização do modelo deu-se, entretanto, de maneira mais tímida. Foram edificadas apenas 22 blocos de quatro pavimentos e as lâminas verticalizadas sobre pilotis não chegaram a ser implantadas. Bonduki e Koury lamentam a execução apenas parcial do plano que representaria “*um marco singular na paisagem de São*

Paulo” e referência de arquitetura e implantação urbana de grande qualidade em habitação social (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 38).

Bruna coloca que o conjunto hoje perdeu parte de seus espaços semipúblicos, relatando o cercamento do térreo dos edifícios e a transformação de algumas áreas livres em estacionamentos cobertos (BRUNA, 2015, pp. 184-186).



Figura 21 - Planta do Conjunto Residencial da Várzea do Carmo.
Fonte: Research Gate

Vila Guiomar, SP (1940 – 1951)

O Conjunto Habitacional Vila Guiomar foi construído pelo IAPI em Santo André. Seu projeto, misto em tipologia, já que combinava blocos de apartamentos de quatro pavimentos e casas unifamiliares, foi concebido a partir de 1940. A execução do conjunto se deu entre 1946 e 1951 (BRUNA, 2015, p. 192).

Sua implantação apresenta uma solução híbrida, combinando a postura mais racionalista e geométrica na área dos blocos de apartamentos à organicidade do traçado da área das casas. A proposta tem forte influência das cidades-jardins, especialmente na área das casas, cujo traçado das vias e implantação dos lotes acompanha as curvas da topografia em desenho sinuoso (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 22).

Mas talvez o aspecto mais importante aplicado à Vila Guiomar, que depois se faz presente nas superquadras de Brasília, é a presença de um conjunto de blocos de apartamentos em pilotis executados em meio a áreas arborizadas e de uso público.

O projeto data de 1942 e o primeiro conjunto de blocos teve sua execução iniciada em 1946, o que coloca a Vila Guiomar como conjunto pioneiro no uso dos pilotis, junto com os blocos Nova Cintra (1948), Bristol (1950) e Caledônia (1952) do Parque Guinle. Cabe mencionar que os pilotis da Vila Guiomar estão hoje completamente descaracterizados, uma vez que foram privatizados para a criação de cômodos adicionais, destinados a abrigar membros da família dos moradores ou utilizados como garagens e depósitos. Os blocos do conjunto foram também completamente murados, afastando-se dos ideais de projeto e aproximando-se da lógica dos condomínios privados (BRUNA, 2015, pp. 193-196).



Figura 22 – Vista aérea do Conjunto Vila Guiomar. Fonte: Research Gate



Figura 23 – Bloco com pilotis na Vila Guiomar Fonte: Cadernos de Habitação Coletiva FAU - USP

Conjunto Residencial da Penha, RJ (1940-1949)

O Conjunto Residencial da Penha, ou IAPI da Penha, está situado no bairro da Zona Norte carioca de mesmo nome, localizado entre a Av. Brasil e a via férrea.

Os irmãos Roberto são os autores do primeiro projeto para o conjunto, elaborado entre 1939 e 1940 e laureado no V Congresso Pan Americano de Arquitetos em Montevideu (1940). A proposta original era composta por lâminas de quatro andares configuradas por apartamentos duplex sobrepostos e geminados. O acesso às unidades se dava através de uma longa varanda coletiva. Os blocos de apartamentos seriam implantados adaptando-se às curvas de nível do terreno e intercalados por ruas de pedestres (BONDUKI; KOURY, 2014, pp. 60-63). O modelo apresentava forte influência das *siedlungen* alemãs, seja na organização em planta ou no plano urbanístico (NASCIMENTO; BOTAS, 2009).

O projeto baseava-se também no conceito de unidade de vizinhança e incluía equipamentos como centro comercial, cinema, posto de saúde, escola, creche playground, ginásio, piscina e quadra poliesportiva.

A proposta dos Roberto não chegou a ser executada, sendo substituída por outra, desenvolvida pelo corpo técnico do IAPI. Para Nascimento e Botas (2009), o projeto executado na Penha representa um ponto de redirecionamento das práticas projetuais dos institutos, onde o refinamento arquitetônico das práticas individualizadas é substituído por soluções mais objetivas e generalistas, pautadas pela racionalização construtiva, reprodução em série e economia. Foi definido um módulo de bloco residencial de quatro pavimentos com apartamentos de três dormitórios. Seu coroamento é feito por um telhado tradicional, em quatro águas.

Cada escada dá acesso a oito unidades, ou seja, duas unidades por patamar. O bloco adotado para o Conjunto da Penha se consagrou como uma espécie de protótipo, sendo reproduzido amplamente em outros projetos do IAPI, com pequenas modificações.

Outra mudança de abordagem estratégica foi a solução urbanística implantada, que adotou ruas em vez de alamedas ou caminhos de pedestres, transferindo para a municipalidade a responsabilidade sobre a conservação das vias e representando economia de manutenção para o IAPI.

O conjunto é marcado pela presença de uma enorme praça, dotada de inúmeros equipamentos e áreas de lazer.



Figura 24 – Conjunto Residencial da Penha (IAPI da Penha). Fonte: Anparq

O IAPB

O IAPB, instituto responsável pela construção da SQS 108, foi fundado em 1934 e, em 1950, contava com cerca de sessenta mil associados. A categoria dos bancários era a que recebia os salários médios mais altos entre as dos institutos e, por essa razão, contava com maior arrecadação per capita. Conseqüentemente, seus membros gozavam de uma posição privilegiada tanto em serviços quanto em proteção social, o que se refletiu em sua produção em habitação. O órgão produziu 6.164 unidades (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 179).

Diferentemente dos demais institutos, O IAPB teve o privilégio de implantar suas obras residenciais em áreas centrais e, muito frequentemente, adotou como partido edifícios em altura ou blocos isolados de quatro pavimentos, integrados à malha urbana. Foram empregados nesses projetos elementos típicos do movimento moderno no Brasil, tais como cobogós, brise-soleils, pilotis, fachadas envidraçadas, modulação da estrutura e equipamentos coletivos na cobertura.

Tais edifícios ficaram conhecidos como “edifícios dos bancários” e estão presentes em várias capitais brasileiras, mas também em cidades de pequeno e médio porte, sobretudo da região Sudeste. Quando implantados em terrenos maiores, sempre dispunham de áreas verdes e livres. Por essa razão, associa-se a atuação do IAPB ao processo de verticalização de inúmeras cidades brasileiras e à difusão do movimento moderno (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 179).

Importante destacar que os empreendimentos do IAPB contaram com a atuação de excelentes profissionais, tais como Carlos Leão, Sérgio Bernardes, João Filgueiras Lima (Lelé) e outros, gerando soluções variadas e muitos exemplares de

grande qualidade arquitetônica (BONDUKI; KOURY, 2014, pp. 179-233). Lelé, que atuou no instituto na década de 1950 e participou da construção da SQS 108, afirmou que todos os arquitetos queriam trabalhar para o instituto. Para Segawa, no entanto, *“Entre os IAPs, as mais significativas realizações de caráter moderno foram desenvolvidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários” – IAPI* (SEGAWA [1998] 2002, p. 116), já que os demais institutos não apresentariam *“o mesmo fôlego e envergadura”* (SEGAWA, [1998] 2002, p. 118).

No Plano Piloto, o IAPB foi também o órgão responsável pela construção dos blocos A e B da SQS 109, projetados por Aldary Toledo, João Filgueiras Lima e Luigi Pratesi (arquitetos do corpo técnico do IAPB) e os onze blocos da SQN 312, de autoria de Luigi Pratesi (FERREIRA; GOROVITZ, 2008, pp. 45-46).

A atuação dos IAPs em Brasília

Com a criação de Brasília, a demanda governamental de moradias para a nova cidade acabou por elevar a produção de exemplares modernos de habitação a outro patamar, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Como já dito, nas áreas residenciais do Plano Piloto, estão os critérios em boa parte empregados na anterior produção estatal em habitação, tais como o conceito das unidades de vizinhança, presença de equipamentos coletivos, estatização da terra, valorização do espaço público e áreas verdes, emprego dos pilotis, afastamento da habitação do local de trabalho e separação entre tráfego de veículos e pedestres.

A construção de Brasília foi o objetivo mais ambicioso do Plano de Metas, programa encampado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em continuidade com as políticas desenvolvimentistas iniciadas na era Vargas. Sob o lema *“cinquenta anos*

em cinco”, o plano de JK visava ampliar a infraestrutura do país através de projetos como implantação de usinas hidroelétricas, desenvolvimento da indústria automobilística, criação de rodovias, aumento dos leitos hospitalares e saneamento básico. A transferência da capital para o interior do país era o projeto símbolo e síntese do governo JK, uma vez que representava a ideia de unidade e integração do território nacional, deslocamento das decisões políticas para o centro do país, o desenvolvimento e povoamento do interior, além da difusão de uma imagem de modernidade para a nação. Tal desafio envolveu enormes recursos financeiros e humanos, especialmente pela urgência em se inaugurar a capital ainda em seu mandato (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 446).

A Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, empresa criada por lei em 1956 para gerenciar e construir o Plano Piloto, ficou encarregada da urbanização da nova cidade e da construção de seus edifícios públicos. A empresa, no entanto, não tinha competência legal para a construção dos edifícios residenciais, fundamentais para inauguração da nova cidade e para permitir a transferência dos funcionários públicos. A solução encontrada foi de que esses ficassem a cargo dos IAPs e da Fundação da Casa Popular, órgãos extremamente experientes na produção de habitação coletiva e com um corpo técnico consolidado. Como o capital arrecadado pelos institutos sempre financiou projetos estatais, o governo federal tinha uma dívida grande com estes órgãos. Cada instituto recebeu então duas superquadras e créditos para a execução dos edifícios como pagamento de parte desses passivos (FERREIRA e GOROVITZ, 2012, p. 103). Os institutos tiveram liberdade para projetar e implantar os blocos de superquadra, com a condição de que esses estivessem em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo relatório do Plano Piloto e pela Novacap (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 448).

Como resumo sobre a atuação dos institutos e demais órgãos pioneiros na implantação das zonas residenciais em Brasília, pode-se colocar que embora não tenha havido grande variedade de implantação ou mesmo tipológica (predominam as lâminas horizontais com fachadas laterais cegas e as casas geminadas), a qualidade arquitetônica da produção em habitação da cidade em suas primeiras décadas é inegável, com soluções diversificadas em planta, no desenho de seus elementos de ventilação e proteção solar (janelas, venezianas, brise-soleils e cobogós), nas soluções estruturais adotadas e ainda na variedade compositiva. A riqueza plástica dos blocos advém também do estudo minucioso do emprego de materiais, cores e, em alguns exemplares, da incorporação de painéis decorativos em azulejos, como tradicionalmente presentes no movimento moderno no Brasil. Como evidentemente já se sabe, contrariamente aos ideais de projeto, as áreas residenciais do Plano Piloto nunca chegaram a contemplar a variedade social pretendida em projeto. Desde o princípio, foi excluída da ocupação desta produção habitacional a imensa massa de trabalhadores que vieram para a construção da capital, que se instalou em inúmeros assentamentos informais e mais precários do entorno. De acordo com Bonduki, a atuação em Brasília *“foi a última tarefa relevante desses órgãos pioneiros da habitação social no Brasil”* (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 446).

Como conclusão, a experiência da produção estatal em habitação social representou, sobretudo entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, um grande laboratório de soluções tipológicas, propondo vários modelos de casas, blocos e edifícios. Embora os blocos laminares não tenham sido a tipologia mais largamente empregada nesses conjuntos urbanos (KOURY et al., 2003), é possível sim cogitar que tenham influenciado a posterior produção em Brasília. Podem ser

citados como exemplo os blocos laminares cujos apartamentos - à semelhança da Unidade Habitacional de Marselha ou da própria SQS 108 - são acessados por um corredor único (ou rua interna), uma tipologia empregada em projetos como o Conjunto Residencial do Realengo (1943), o Conjunto Residencial Pedregulho (1945), o Conjunto Residencial Bangu (1949), a Casa da Bancária – RJ (1956) ou no Edifício dos Bancários de Araguari – MG (1958).

Para um entendimento dos blocos habitacionais enquanto elementos indissociáveis do urbanismo moderno, propõe-se no próximo subcapítulo abordar mais detalhadamente o conceito de Unidade de Vizinhança proposto por Perry (1929), que, como vimos, norteou o agenciamento espacial de vários conjuntos habitacionais propostos pelos IAPs e, posteriormente, constituiu conceito-chave para a definição da escala residencial em Brasília.

1.3 Os conceitos de superquadra e Área de Vizinhança em Brasília

Este subcapítulo pretende abordar o pensamento urbanístico e o ideário modernos que permeiam os conceitos de superquadra e Área de Vizinhança, formulados por Lucio Costa e materializados na Unidade de Vizinhança nº1, da qual faz parte o objeto de estudos da pesquisa. Entende-se que tal base teórica é fundamental para a compreensão da arquitetura dos blocos habitacionais da cidade e para o embasamento das discussões acerca da sua valoração e preservação.

O projeto e planejamento das cidades, desde o século XIX, constituem muito frequentemente uma resposta utópica de seus idealizadores para um dado problema, e trazem em si anseios de transformação social, cultural e econômica.

O historiador de arquitetura Leonardo Benevolo (1923-2017) chama de utopistas todo um grupo de pensadores debruçados em formular teorias, projetos e planos de ação com o intuito de modificar a pesada realidade do ambiente urbano construído e consolidado a partir da Revolução Industrial. Suas propostas pretendiam ser modelos de organização social ou de cidades ideais, localizadas sempre afastadas dos grandes centros e com soluções inovadoras, que fugiam completamente das experiências urbanas de então¹⁷. (BENEVOLO, [1960] 2001, p. 173-182)

A Cidade Industrial de Tony Garnier (1899-1918) foi concebida para uma população de 35000 habitantes, que viveria sem a existência de muros, igreja, propriedade

privada, delegacia ou tribunal de justiça. Era previsto um forte zoneamento de suas funções urbanas (residencial, de saúde, industrial, serviços e esportes) e todas as áreas não construídas seriam destinadas a parques públicos. O solo da cidade seria um imenso parque, sem barreiras entre os terrenos (BENEVOLO, [1960] 2001, pp. 330-344)

A cidade-linear do espanhol Soria (1882) seria uma organização extensível configurada pela sequência de pequenas casas: *“Para cada família, uma casa, em cada casa, uma horta e um jardim”* (SORIA apud BENEVOLO, [1960] 2001, p. 362).

Embora crítico da insalubridade urbana pós-revolução industrial, Soria era também um entusiasta das ferroviárias. Acreditava que o transporte seria capaz de transformar positivamente a sociedade, tornando-a mais democrática, através da distribuição mais eficiente dos serviços e da ruptura da forte hierarquização dos espaços urbanos. A cidade linear se desenvolveria ao longo do eixo ferroviário, apresentaria largura limitada, mas poderia expandir-se indefinidamente em sentido longitudinal (MACHADO, 2007, p. 36)

Na Inglaterra, o movimento das cidades-jardim inglesas idealizado por Ebenezer Howard (1850-1928) propunha que, eliminada a especulação privada, os edifícios poderiam dar lugar a espaços verdes. Howard pretendia criar comunidades autossuficientes, com produção agrícola autônoma e conciliar, assim, a antítese cidade-campo. Sua visão propunha um equilíbrio saudável entre vida

propunha um modelo de convivência ideal, uma pequena cidade para uma comunidade restrita e autossuficiente.

¹⁷ Entre os utopistas citados por Benevolo ([1960] 2001) estão o filósofo francês Charles Fourier (1777-1837), que defendia que os indivíduos deveriam abandonar as cidades e viver em falanstérios (grandes edifícios coletivos para 1620 habitantes), ou o inglês Robert Owen (1771-1858) que

urbana e rural (BENEVOLO, [1960] 2001, pp. 356-360). Howard não chegou a desenvolver um desenho urbano propriamente dito, mas sim um diagrama circular esquematizando suas ideias, composto por um centro urbano, rodeado por anéis que continham núcleos secundários e que poderiam ser acrescidos indefinidamente (MACHADO, 2003, pp. 31-33). Seu pensamento propunha uma ruptura das relações espaciais presentes no modelo urbano tradicional, enfatizando o vazio paisagístico e o domínio público do solo, através da intensa presença de parques e jardins. Seu modelo foi depois materializado em inúmeros projetos implantados em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil.

Como diferenciação em relação ao urbanismo moderno, as cidades-jardins adotavam concepção naturalista, com traçados curvilíneos e pitorescos, caracterizados mais pela composição entre partes distintas do que pela apreensão de um todo ordenado e coeso. No movimento moderno, seus princípios foram ajustados à nova lógica espacial. A adoção do bloco como tipologia moderna libera as cidades jardins de seus componentes pitorescos, adotando traçado geométrico rígido com edificações regulares e em série. Referência em habitação social na Alemanha, as Siedlungen executadas a partir da década de 1920 são herdeiras dos princípios de Howard, adotando baixa densidade e contato com a natureza como suas grandes premissas, mas com novo desenho urbano e tipologia (ESKINAZI, 2008, p.30).

Todos estes modelos, carregados de sentido utópico, estão em maior ou menor grau relacionados à concepção do Plano Piloto de Brasília. Mas, possivelmente, a proposta urbanística mais relevante a ser compreendida para o entendimento da superquadra seja o modelo de Unidade de Vizinhança, criado pelo arquiteto

americano Clarence Perry na década de 1920 e posteriormente incorporado pelos CIAMs.

A Unidade de Vizinhança foi concebida por Perry como uma possível resposta aos crescentes conflitos urbanos gerados pela presença extensiva de automóveis nas áreas habitacionais das cidades estadunidenses. Presença que provocava congestionamentos, invadia calçadas e outros espaços públicos, além de representar risco crescente para os pedestres. Seu conceito objetivava promover o convívio social a partir das relações de proximidade física, como nos bairros das cidades tradicionais. Perry (1929) visava resgatar o nostálgico sentido de comunidade vicinal, através da criação de agrupamentos habitacionais limitados, cujo centro da vida social e comunitária seria a escola primária, principal instituição à qual os núcleos familiares com crianças se relacionavam. A escola gerou o dimensionamento populacional da Unidade de Vizinhança, calculado em função do número de habitantes atendidos por cada unidade escolar. As escolas primárias seriam acessadas a pé e eram encaradas como verdadeiros centros comunitários que, além de oferecerem atividades curriculares, deveriam promover atividades educativas e sociais para o público adulto, além de variados eventos culturais e esportivos.

Cada Unidade de Vizinhança deveria ter certa autonomia, como *“parte de um todo maior”* operando como uma *“entidade distinta por si mesma”*, ao permitir que se resolvessem as principais demandas da vida cotidiana a uma distância adequada ao pedestre. Para seu autor, os moradores das cidades desejavam que o comércio local fosse acessível, mas ao mesmo tempo *“não próximo às suas portas”* (PERRY, 1929). Era proposto um sistema de vias internas à célula residencial, cujo traçado

e largura possibilitariam um tráfego de veículos mais lento e seguro para os pedestres. Vias arteriais de maior fluxo delimitariam todas as faces da unidade. O comércio local seria então implantando em seus limites, preferencialmente na interseção de eixos, podendo ser acessado tanto por pedestres, através das vias internas, quanto por veículos, através das vias arteriais. As unidades de vizinhança contariam com um sistema de pequenos parques e espaços recreativos.

Clarence Perry expôs então uma série de plantas e diagramas que ilustravam como os princípios de Unidade de Vizinhança poderiam ser aplicados em diferentes contextos urbanos, tais como: “*empreendimento suburbano de baixo custo*”, “*unidade de vizinhança para uma área industrial*” e “*unidade de blocos de apartamentos*”.

Para a proposta de baixo custo para a área suburbana (figura 25), Perry indica uma população de 6000 habitantes. O plano apresenta em grande parte loteamentos com casas. As tipologias sugeridas são sobretudo residências unifamiliares e casas geminadas, à exceção de poucos blocos de apartamentos localizados em uma das faces do diagrama. O traçado das vias segue majoritariamente um desenho sinuoso e irregular. Neste plano, o comércio está concentrado nas esquinas e a escola situada mais centralmente à planta. Há a presença de grandes praças – parques, a maioria com definição de função, tais como “*parque infantil escolar*”, “*área de recreação para meninas*”, “*área de recreação para meninos*”, “*quadras de tênis*”, além de outras menores, voltadas para os loteamentos com casas, mas integradas à toda unidade de vizinhança. Os espaços verdes e de recreação representavam 10,6 por cento da área total do plano.



Figura 25 – UV -Esquema de empreendimento suburbano de baixo custo
Fonte: Perry, 1929

Já em unidade de vizinhança para uma área industrial é apresentado um diagrama (figura 26), também hipotético, voltado para áreas vizinhas a fábricas ou trilhos de trem. Para este plano, a maioria das tipologias sugeridas segue sendo a das unidades unifamiliares, no interior de todo o plano, com a presença de blocos de apartamentos nas margens de três dos lados do quadrilátero da proposta desenhada. A população total contemplada seria de 8800 habitantes. Na face próxima ao que seria uma estação de metrô, é indicada uma espécie de portal onde se concentraria o comércio seguido de um eixo central que define uma praça com teatro e hotel e se prolonga até o centro, onde se situariam a escola e igrejas. Ao limite norte da planta, próximo aos trilhos de trem, é proposta a implantação de indústrias leves e galpões de armazenagem.

Importante mencionar que os desenhos de unidades de vizinhança indicados por Perry apresentam ainda traçados bastante convencionais, alguns marcados pela organicidade do tecido, outros por fortes eixos de simetria. Os parques, jardins e espaços públicos, mesmo que abundantes em todos os desenhos, são ainda fortemente delimitados pelo traçado das ruas, limite dos loteamentos e pelas edificações, como no urbanismo tradicional.

De todos os diagramas ou planos apresentados por Clarence Perry, talvez o que se aproxime um pouco mais da urbanística moderna seja a unidade com blocos de apartamentos, uma proposta voltada para uma população de 10 mil pessoas. A relativa aproximação ao urbanismo moderno acontece pela disposição de apartamentos em grandes blocos de cinco pavimentos e porão, organizados em uma configuração que se assemelha a quarteirões tradicionais, mas fragmentados. O interior dos quarteirões fragmentados é acessível, unindo-se às vias e demais

espaços públicos, provocando uma diluição das fronteiras das áreas dos parques. A relação figura-fundo entre a área edificada e os espaços vazios torna-se mais difusa do que nas propostas anteriormente mencionadas (figura 27, p.48).

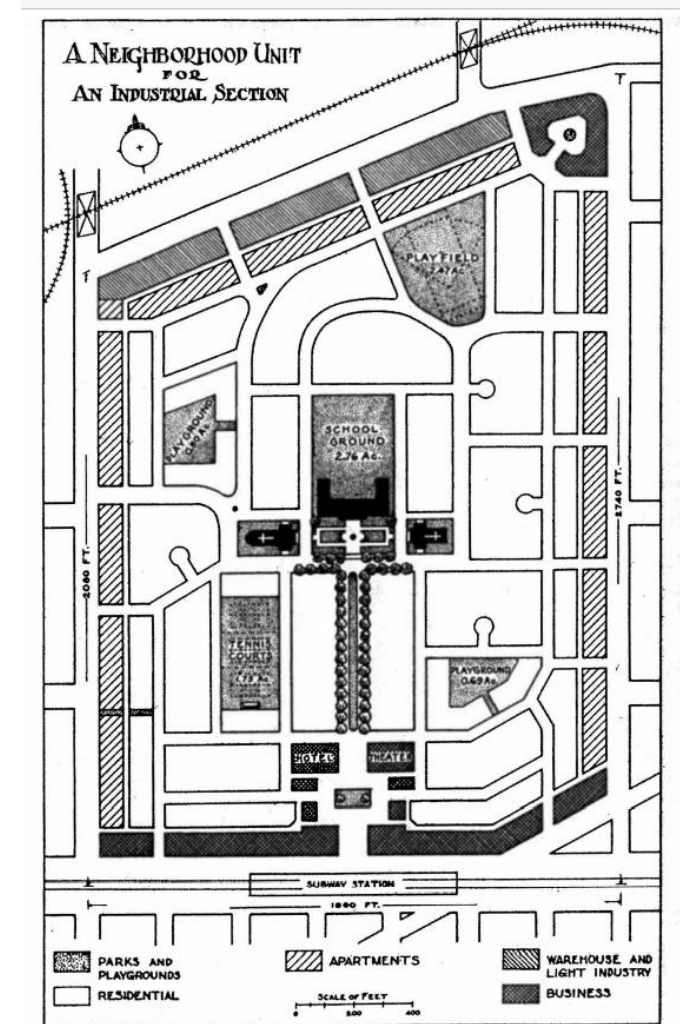


Figura 26 – UV -Esquema para área industrial Fonte: Perry, 1929

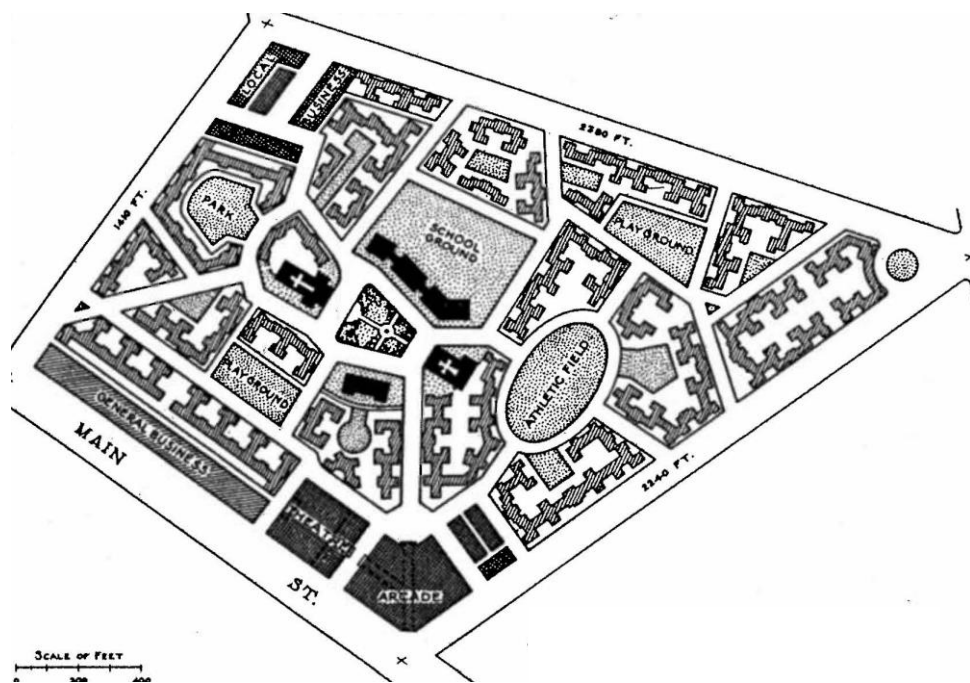


Figura 27 – UV -Esquema com blocos de apartamentos. Fonte: Perry, 1929

Os apontamentos de Perry influenciaram de forma decisiva as práticas urbanísticas do séc. XX, sendo aplicados em inúmeros novos bairros e cidades. O conceito de Unidade de Vizinhança passou então a ser base para boa parte das experiências da primeira geração das *new towns* inglesas, como foi o caso de Maryland, Greenhills, Ohio e outras. Como uma das principais críticas ao modelo proposto por Perry tem-se a de que suas ideias estavam focadas em um núcleo limitado da sociedade, o de famílias com filhos, onde a criança era entendida como centro da vida. Muitos alegam que sua concepção de vizinhança não abarca a diversidade da vida urbana.

Especialmente representativo desta produção é o projeto de Clarence Stein e Henry Wright para o subúrbio de Radburn (1928), em New Jersey, também chamado de “cidade da era do automóvel”, por trazer já vários dos preceitos defendidos pelo urbanismo moderno, tais como substituição do quarteirão tradicional e de dimensões reduzidas por superquarteirões (ou superquadras), diferenciação das vias de acordo com o uso, separação entre pedestres e automóveis e a presença dos parques e áreas verdes enquanto elementos estruturantes do bairro (MACHADO, 2003).

Enquanto herdeiras desse ideário, as propostas para cidades modernas materializam vários desses preceitos, tais como o ordenamento das atividades urbanas, a separação entre a circulação de pedestres e veículos, a tipificação das moradias e outros.

A Carta de Atenas (1933), manifesto urbanístico do quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) reitera esses conceitos. Propõe uma leitura funcionalista da complexa organização urbanística, dividida em quatro pontos básicos: morar, trabalhar, recrear e circular, e estabelece ainda diretrizes para a prática urbanística, como o zoneamento a partir das suas funções, a erradicação da rua-corredor, a importância dos espaços verdes, o controle do tamanho e da densidade das cidades.

A partir de filiação em parte acima explicitada, Lucio Costa concebe o plano para a cidade de Brasília, em que um de seus eixos principais, o residencial, é configurado

por meio da organização de superquadras: células de 300 metros de lado¹⁸, onde estariam dispersos blocos de habitação coletiva de seis pavimentos e térreo público, envoltos por vegetação, além de uma escola primária ou jardim de infância.

A dimensão utópica da criação de Lucio Costa é evidenciada em seu relatório para o Plano Piloto, quando o urbanista cita: a convivência em harmonia de diferentes classes sociais; o chão livre – pilotis - público e destinado à convivência social; a autonomia das unidades de vizinhança; a separação do tráfego de pedestres e veículos; o espírito de coletividade em blocos difusos em meio ao verde; ausência de *“calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios”*; o endereçamento identificado apenas por letras e números; e a faixa de terreno, em cada uma das superquadras, que seria destinada à floricultura, horta e pomar (COSTA, [1957] 2018, p. 291- 295).

Ao descrever o eixo residencial, Lucio Costa o faz através de definições urbanísticas e paisagísticas:

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada [...] com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem.

(COSTA, [1957] 2018, pp. 291 - 292).

¹⁸Embora Lucio Costa tenha definido a dimensão de 300 m de lado para as superquadras no Relatório do Plano Piloto (1957), estas tiveram sua dimensão reduzida na implantação da cidade. Possivelmente em função da acomodação à topografia, o Eixo Rodoviário foi encurtado e as superquadras foram implantadas com 280 m de lado, 240 m destinados à área dos blocos, somados aos 20 m de cinturão verde periféricos (IPHAN, 2009)

Quanto à sua arquitetura, se atém a definir aspectos mais gerais de volumetria dos edifícios, defendendo também flexibilidade para sua implantação:

Dentro dessas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres.

(COSTA, [1957] 2018, p. 292)

Cada agrupamento de quatro superquadras constituiria um conjunto que deveria contar com escola parque (ensino complementar voltado para as artes, cultura e práticas desportivas), clube, comércio e cinema. Embora o conjunto de quatro superquadras em Brasília seja hoje chamado de Unidade de Vizinhança, pelas semelhanças à proposta de Perry, Costa não chegou a explicitar o termo no relatório do Plano Piloto.

Embora a concepção para as superquadras brasilienses derive do conceito de Unidade de Vizinhança proposto por Perry, Gorovitz e Ferreira (2008) apontam algumas diferenças entre os dois modelos. Ao confrontarem a proposta de Perry à solução adotada em Brasília, colocam que enquanto as Unidades de Vizinhança são originalmente concebidas de modo *“hierárquico, autossuficiente, introvertido e suburbano”*, os conjuntos de quatro superquadras, ao qual preferem referir-se como Áreas de Vizinhança (AVs)¹⁹, apresentam estrutura em *“grade”* e *“vocaçõo plurivicinal”*.

¹⁹ A opção por “Área de Vizinhança” (AV) é justificada pelos autores por ser este o termo escolhido por Lucio Costa para descrever sua concepção para o conjunto de quatro superquadras, como diferenciação ao conceito de “Unidade de Vizinhança” (FERREIRA e GOROVITZ, 2008)

De acordo com os autores, a diferenciação entre as duas concepções deriva de vários aspectos, sejam eles programáticos, de implantação, dimensionamento ou estéticos. Coloca-se que embora Costa tenha adotado o dimensionamento típico das UVs (de três mil a quatro mil habitantes em torno de uma escola primária ou jardim de infância), este número foi aplicado ao módulo de cada superquadra, ampliando a população das AVs brasileiras para 12 mil habitantes. Além dos blocos residenciais, os únicos equipamentos introvertidos, isto é, localizados no interior de cada superquadra, são justamente as escolas-classe e os jardins de infância. Todos os demais edifícios, inclusive o comércio local, estão localizados às margens das quadras e mais diretamente ligados às vias urbanas.

A superquadra corresponde à célula de uma estrutura concebida para o eixo rodoviário-residencial da cidade, dentro da qual a concepção do “*chão público*” e dos pilotis representa a possibilidade do livre caminhar por toda a sua extensão e do olhar desimpedido, que permite progressivamente apreender a paisagem como um contínuo.

Gorovitz ([2005] 2012, pp. 254-266), ao analisar plasticamente o partido de Brasília, reconhece a coesão das partes, que são apreendidas como o todo de uma obra de arte. Sobre as colocações de Lucio Costa, o autor destaca a frase: “*O monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado*”. (COSTA, [1995] 2018, p. 308). São identificados como fatores de conectividade das Áreas de Vizinhança: “*axialidade, eurritmia, simetria, comodulação, isonomia e ubiquidade*” (GOROVITZ, [2005] 2012, p. 258).

A axialidade é definida pelo cruzamento dos dois eixos. As superquadras estão organizadas ao longo do Eixo Residencial em arco. E a sua disposição em sequência

regular gera um ritmo harmônico e cadenciado, a eurritmia. Para a escala residencial, a simetria se dá a partir do Eixo Monumental, entre os lados sul e norte do Eixo Rodoviário e é apontada ainda a simetria presente nos dois lados do comércio local e no rebatimento entre as quadras pares e ímpares.

A comodulação é explicada como o conjunto da relação das partes entre si e com o todo. O módulo de 280 metros da superquadra assume dimensão estética e ordenadora do setor residencial. O autor aponta ainda que o conjunto de quatro superquadras, ou uma unidade de vizinhança, constitui também um módulo ordenador. Oito áreas de vizinhança, ou 32 superquadras, conformariam cada uma das asas do Plano Piloto.

A isonomia diz respeito ao mesmo dimensionamento, princípios de tratamento urbanístico e volumétrico em todas as superquadras, o que determina, portanto, uma relação de equivalência entre os módulos. Este tratamento indiferenciado entre as superquadras resulta na ubiquidade, a possibilidade ou percepção de vivenciá-las simultaneamente.

Brasília, cidade organizada de acordo com os ideais de cidade-jardim, setorização das funções e abolição das estruturas urbanas tradicionais torna-se a materialização de vários dos paradigmas do urbanismo moderno.

Ficher e Palazzo (2005) reconhecem uma série de conceitos urbanísticos e arquitetônicos presentes na concepção e materialização do Plano Piloto como pertencentes a um acervo ou repertório largamente difundido no ensino e nas publicações especializadas, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Como paradigmas de forma urbana são apontados princípios como o rodoviarismo, a

especialização de vias (separação entre pedestres e veículos), o zoneamento ou setorização das funções da cidade e o conceito de cidades-satélites (como extensão de um centro urbano planejado e de desenho rígido).

Não se pretende aqui pormenorizar cada um deles, mas cabe destacar alguns. É apontado, por exemplo, o fato de que o urbanismo moderno frequentemente recorre a princípios compositivos tradicionais para estabelecer a monumentalidade espacial, tais como: grandes eixos reguladores, simetria, desenho geométrico, isolamento das partes, definição de pontos focais e disposição ordenada de volumes. As superquadras organizadas ao longo de um eixo rodoviário derivam do conceito de cidade linear proposto por Soria. Conceito, como apontam Ficher e Palazzo, frequentemente transponível para a escala arquitetônica, através da concepção de edifícios em linha.

Especificamente sobre os paradigmas de forma arquitetônica, os autores colocam que *“a manipulação da forma urbana não pode deixar de acarretar mudanças em seu preenchimento, ou seja, na matéria arquitetônica em si.”* (FICHER; PALAZZO, 2005, p. 61, grifo nosso). O quarteirão é então descrito como um elemento definido pela sobreposição de três sistemas - o sistema viário, o parcelamento do solo urbano e as edificações. Elemento que, no movimento moderno, torna-se progressivamente mais “rarefeito”. As preocupações com a ventilação, insolação ou prevenção de incêndio na primeira metade do século XX são colocadas como passo determinante para a dissolução do quarteirão tradicional, já que implicam em legislações que preveem recuos e afastamentos das fachadas das construções em relação aos limites do lote. O passo seguinte foi a adoção dos edifícios isolados, tornando corriqueira uma solução antes restrita às arquiteturas monumentais e de

exceção. A última etapa é a adoção do uso dos pilotis, liberando as edificações do solo. Associados ao rodoviário, as mudanças no “preenchimento” da quadra levam à ruptura completa do modelo de parcelamento do lote com limites bem definidos (FICHER; PALAZZO, 2005, p. 63).

A tipologia habitacional coletiva em barra, ou bloco linear, é elemento de configuração fundamental para a afirmação do urbanismo moderno, já que permite condições igualitárias de ventilação e iluminação, acesso aos espaços verdes e rompe com a lógica dos loteamentos tradicionais. Estes princípios passam a nortear a produção de vários conjuntos habitacionais ao redor do mundo.

Graeff (1976) explica que antes dos edifícios de habitação coletiva, as quadras nas cidades brasileiras eram ocupadas por muitas habitações independentes, lotes com casas com frente e quintal e que os conjuntos habitacionais imprimiram profundas mudanças nos hábitos, costumes e relações da vida cotidiana. Para o autor, o coroamento de tal fenômeno se dá com o advento das superquadras e unidades de vizinhança:

A invenção e proliferação dos grandes edifícios de vários pavimentos, os “arranha-céus”, vieram difundir um tipo de propriedade imobiliária – o condomínio – que tem sentido socializante. Socializante não apenas no plano da economia, mas ao nível dos hábitos, costumes e relações da vida cotidiana, o que implica ação mais profunda. O senso arraigado da propriedade privada vai sendo diluído numa prática cotidiana que evidencia e impõe as vantagens da propriedade coletiva dos imóveis e da coexistência de diversas famílias sob o mesmo teto. A difusão crescente, em todo o mundo, dos conjuntos habitacionais, quer sob a forma de superquadras, quer sob a forma de unidades de vizinhança completas, com edifícios elevados sobre pilotis e serviços complementares de uso comum, vem acentuar esse projeto socializante, pois aqui o solo urbano permanece livre e aberto ao uso de toda a população,

transformado em parques, jardins, áreas abertas de recreio, passeios, escolas, parques de jogos infantis, campos de esportes.

A antiga ideia de posse de uma casa própria, com jardim na frente e quintal no fundo está desaparecendo. Cede lugar ao sentimento de posse de toda a unidade de vizinhança.

(GRAEFF, 1976, p. 21)

Sessenta anos depois de sua criação e ocupação, a superquadra pode ser considerada um modelo de habitação consolidado. No entanto, até que ponto a apropriação do projeto se deu conforme o imaginado?

Embora a concepção do Plano Piloto previsse que cada quatro superquadras constituiriam uma Área de Vizinhança com certa autonomia e dotada de gama completa de equipamentos, tais como escola parque, clube, comércio variado e cinema, apenas o conjunto conformado pelas SQSs 107, 108, 307 e 308 foi consolidado de acordo com a proposta original. Tal conjunto, hoje conhecido por Unidade de Vizinhança nº1, foi implantado nos primeiros anos de ocupação da cidade (1957- 1970) e constitui uma espécie de embrião ou protótipo do que se pretendia para a escala residencial de Brasília. O projeto da área ocupada hoje pelas quatro superquadras foi, desde o início do processo de implantação do Plano Piloto, objeto de vários estudos de detalhamento por parte da equipe de arquitetos e outros técnicos da Novacap, como atestam as imagens das maquetes volumétricas e os desenhos para o conjunto. Além do envolvimento de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, sua concepção é partilhada ainda por outros nomes como Roberto Burle Marx (responsável pelo paisagismo da SQS 308), Marcelo Graça Couto Campello e Sérgio Rocha (autores dos blocos da SQS 308, quadra executada pelo Banco do Brasil), Lucio Marinho Estelita (Clube de Vizinhança), Nauro Esteves

e Athos Bulcão (autor dos painéis em azulejos da Igrejinha e do Jardim de Infância da SQS 308 e do painel acústico do Cine Brasília).

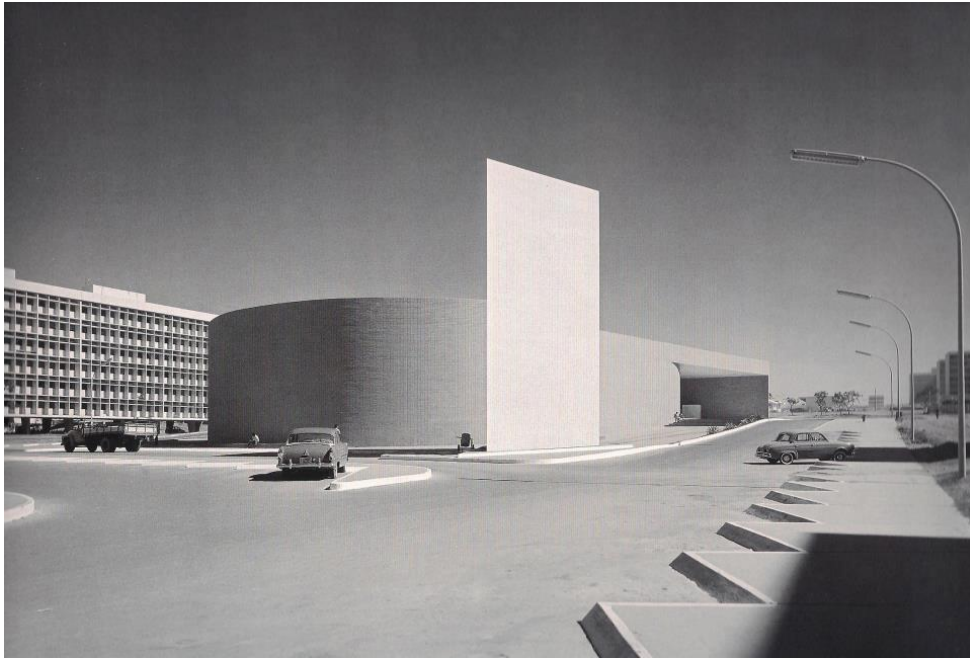
Na Unidade de Vizinhança nº1, Niemeyer, além de ter sido o responsável pelo projeto dos blocos da SQS 108, também replicados na SQS 107, é autor de vários edifícios de usos complementares à habitação, como a singela e expressiva Igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada entre a SQSs 307 e 308, ou o Cine Brasília, implantado nos limites da U.V., entre as SQSs 107 e 106.

A Igrejinha, como é popularmente chamada, pode ser descrita como um pequeno templo configurado por uma única parede curva revestida externamente por azulejos de Athos Bulcão, sob o abrigo de ampla cobertura triangular e curvilínea, apoiada em três escultóricos pilares.



Figura 28 - Igreja Nossa Senhora de Fátima e SQS 108 em construção. Autor: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do DF.

O Cine Brasília, em forma de anfiteatro (trapezoidal em planta), é marcado por grandes planos maciços revestidos por cerâmicas terracota. Os trechos curvos dos planos de fechamento direcionam o visitante para a vazia do foyer de entrada, sob o abrigo da cobertura e com fechamentos em pele de vidro transparente. Uma torre em planta triangular branca, externa e lateral ao volume trapezoidal principal marca o conjunto.



Figuras 29 e 30 – Cine Brasília. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Kim e Weseley (2010)

Atribui-se também a Oscar Niemeyer e equipe o projeto da Escola Classe 108 sul (figuras 31 e 32, à direita), localizada no interior da superquadra, e o projeto de uma pequena biblioteca (figura 33, p.55), localizada entre as SQS 108 e 308. A Escola Classe está implantada em dois blocos térreos, o administrativo e o das salas de aula, conectados por uma marquise. O edifício da administração é alongado e o bloco principal abriga as salas de aula dispostas lateralmente em torno de um pátio coberto, ao fundo do qual estão localizados a cozinha e os banheiros. As salas de aula são protegidas por brises em concreto armado. Uma pequena abertura na cobertura do bloco principal configura uma espécie de átrio no interior do pátio coberto. As fachadas do bloco da administração, que abriga funções como secretaria, direção e sala dos professores, combinam cobogós e esquadrias em ferro e vidro. O mesmo projeto foi adotado para a Escola Classe 308 Sul.



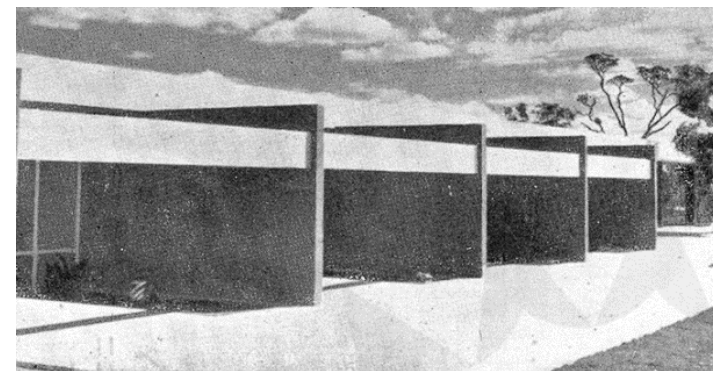
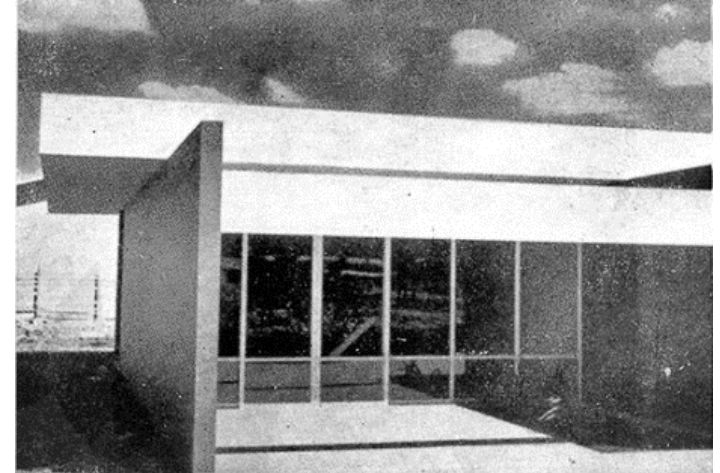
Figuras 31 e 32 – Escola Classe 108 Sul, *circa* 1960. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

Também outros equipamentos e serviços complementam a vivência da Unidade de Vizinhança e caracterizam sua significância cultural e arquitetônica. A educação é atendida ainda por dois jardins de infância, um localizado na 108 sul, de autoria atribuída a Nauro Esteves²⁰ (figuras 34 e 35) e outro na 308 sul, de autoria de Stelio Seabra, pelo Centro de Ensino Fundamental 2 da SQS 107 e ainda pela Escola Parque, projeto de José de Souza Reis (figura 37, p.56). Localizada entre as SQS 308 e 307, a Escola Parque oferece atividades educacionais complementares ao ensino regular, com aulas de música, artes plásticas, esportes e expressão corporal, além dos comércios locais das entrequadras.



Figura 33 – Biblioteca localizada entre as SQSs 108 e 308. Fonte: Autora

²⁰ Embora o Inventário do Iphan sobre a Unidade de Vizinhança (Iphan, 2009) coloque a autoria do Jardim de Infância da SQS 108 como sendo desconhecida, a Revista Acrópole nº256 (1960) traz uma foto do edifício indicando a autoria de Nauro Esteves na legenda.



Figuras 34 e 35 – Jardim de Infância 108 Sul, Nauro Esteves.
Fonte: Revista Acrópole

O Clube de Vizinhança (figura 36), projeto original de Lucio Marinho Estelita, está localizado nos limites da U.V., entre as SQSs 108 e 109, e possui academia, piscinas, quadras de esportes e administração.

Bonduki e Koury (2014) reconhecem o conjunto da Unidade de Vizinhança como a concretização do modelo do memorial redigido por Lucio Costa. Sobre a arquitetura do conjunto, destacam a *“leveza plástica e formas curvas”* da Igrejinha em contraste com a *“ortogonalidade dos demais edifícios, de volumetria mais racionalista.”* Os autores mencionam ainda a presença da escola Parque enquanto modelo educacional revolucionário proposto por Anísio Teixeira (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 452).



Figura 36 – Clube de Vizinhança. Fonte: Site Clube de Vizinhança



Figura 37 – Escola Parque. Fonte: Wikiwand

O entendimento da Unidade de Vizinhança nº 1 enquanto protótipo para o eixo residencial se dá em diferentes instâncias ou escalas. A primeira delas, já citada, é pelo conjunto formado pelas quatro superquadras dispor de todos os equipamentos educacionais, culturais, de lazer, de saúde e religioso originalmente previstos para as Áreas de Vizinhança.

A segunda diz respeito ao próprio sistema de ordenamento dos blocos e traçado viário interno das superquadras, já que o esquema compositivo da implantação da primeira superquadra foi girado, espelhado e aplicado como uma espécie de estampa a outras quadras (ESTEVES, [2005] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008).

A terceira é edilícia: assim como os blocos do IAPB serviram como protótipos e tiveram seus projetos replicados em outras superquadras, o mesmo aconteceu com outros edifícios de equipamentos implantados na U.V. Este parece ser o caso do projeto da Escola Classe 108 sul, que além de ter sido implantado também na 308 Sul²¹, pode ser encontrado em versões praticamente idênticas nas Escolas Classes da 206 Sul e 304 Sul, ou ainda do projeto para a Biblioteca da EQS 108/308, que também foi adotado para a Biblioteca Infantil EQS 104/304, localizada entre as SQS 104 e SQS 304. E, em último nível, pode-se cogitar ainda a influência de algumas soluções projetuais e elementos arquitetônicos empregados nos projetos da UV, que comumente são encontrados em outros edifícios de uso cotidiano da cidade.

Como continuidade à reflexão já colocada da relação indissociável entre o urbanismo moderno e as novas tipologias habitacionais, o trabalho propõe uma abordagem patrimonial do bloco enquanto célula da escala residencial de Brasília.

O capítulo subsequente trata especificamente dos blocos da SQS 108, busca reunir documentação, dados históricos e críticas para melhor compreensão do projeto arquitetônico e sua assimilação. Embora a vizinha SQS 308 e seus blocos sejam mais comumente objeto de pesquisas, já que esta é hoje a superquadra amplamente difundida e reconhecida pela comunidade enquanto “quadra modelo” do Plano Piloto, seja pelo melhor estado de conservação de seus edifícios, pelo agradável projeto paisagístico de Burle Marx, pela proximidade à Igreja ou pela dinâmica social em torno de seus espaços, pretende-se demonstrar que a um pouco esquecida SQS 108, quadra pioneira, foi originalmente concebida com esse propósito.

²¹ A Escola Classe 308 Sul foi individualmente objeto de tombamento distrital pela DECRETO N° 11.234, de 02/09/1988 (GDF, 1988)

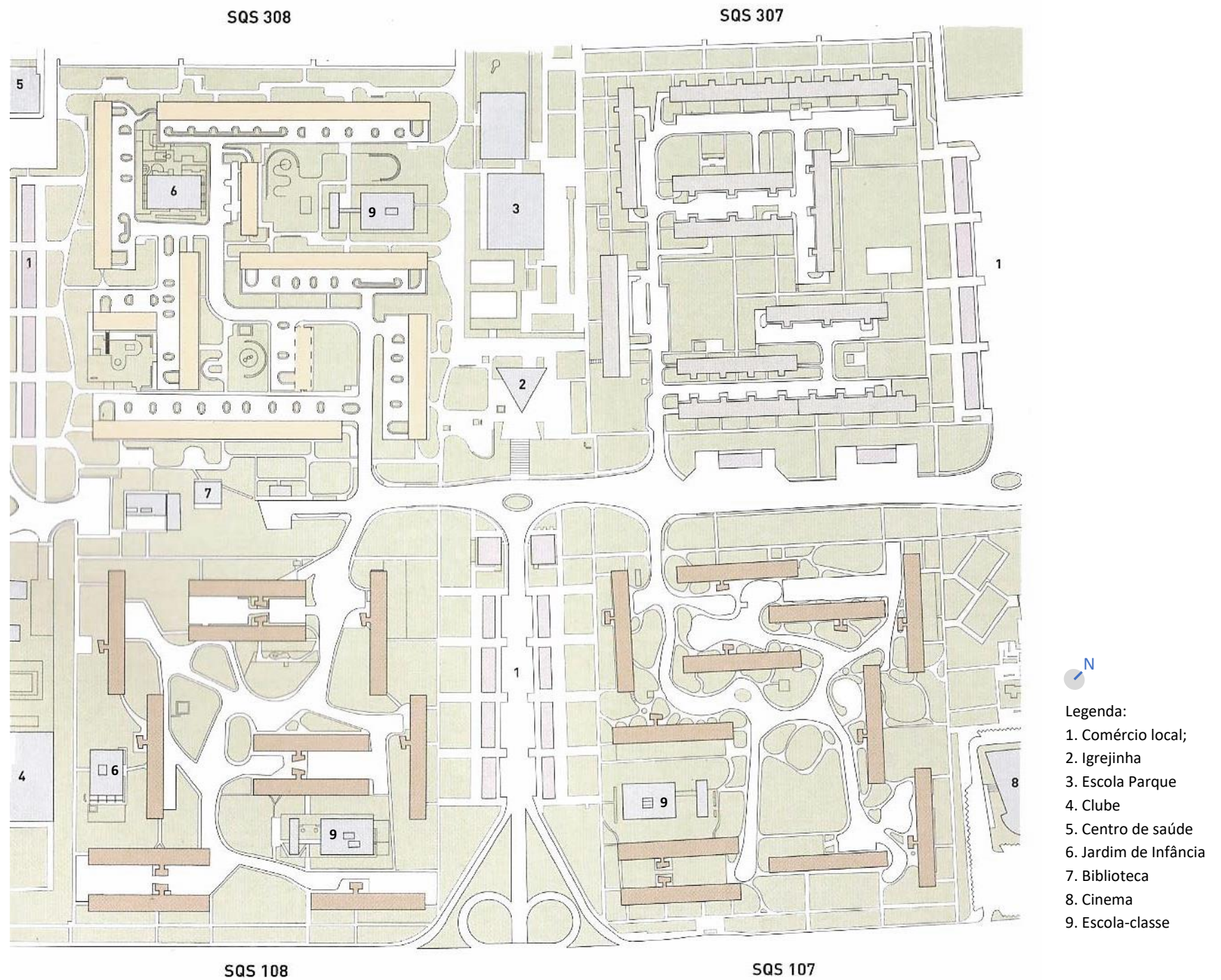


Figura 38 – Unidade de Vizinhança. Fonte: Bonduki e Koury (2014), editado pela autora.

Cap. 2. Os blocos da SQS 108: projeto, materialização e filiação

*Eu conto porque é velho, e
assim arrisca-se a ser
esquecido ou considerado
como válido somente para o
passado. Mas não são
inúmeros aqueles para quem
tudo isto é novo?*

**Berthold Brecht apud KOPP,
1990, p.9**



Figura 39 - SQS 108, circa 1962 Foto: Marcel Gautherot. Fonte: IMS



Figura 40 – Localização da SQS 108 no Plano Piloto. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores.



Figura 41 – Unidade de Vizinhança nº 1. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores.



Figura 42 – Localização SQS 108. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores.

2.1 Os blocos de Niemeyer para o IAPB: projeto, canteiro, construção e documentação

*assim cantavam
os primeiros e últimos
bardos khandanguz
tudo era puro chão
(finíssima poeira
entrando pelos poros)
tudo era pura lama
(limpíssima água
que bebíamos
com alegria)
tudo era puro sonho
tudo era ilusão*

Nicolas Behr, 2017, p. 54

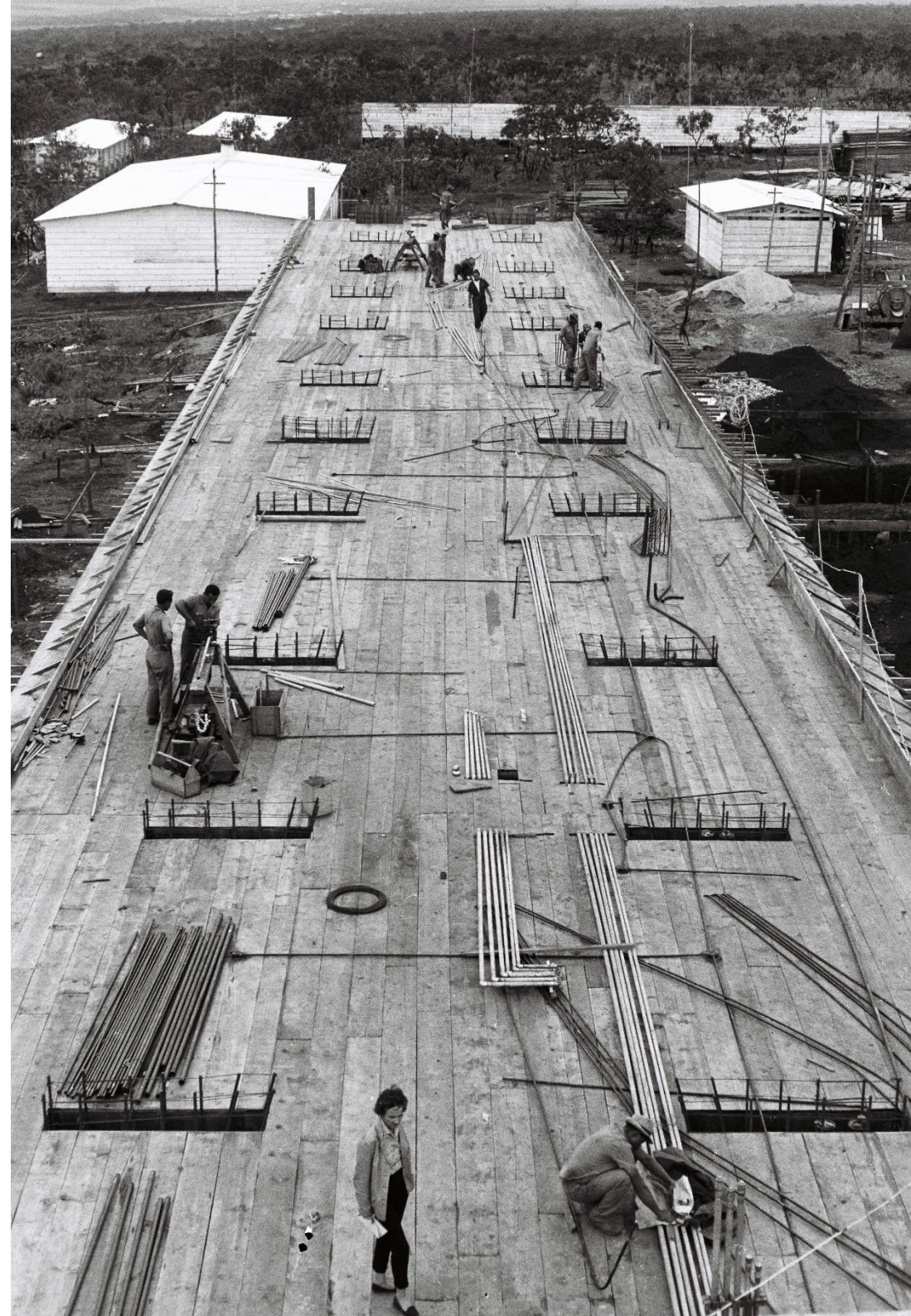


Figura 43 – Foto da construção de bloco do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF



Figura 44 – Foto da construção de bloco do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF

A história da SQS 108, a superquadra desenvolvida pelo IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários - inicia-se anos antes da inauguração de Brasília e logo depois da escolha do projeto de Lucio Costa como vencedor do concurso para o plano piloto da nova cidade. Dos desenhos encontrados por esta pesquisa com o projeto para os blocos do IAPB, os primeiros datam de junho de 1957 e os últimos de outubro de 1959 (Arquivo Público do Distrito Federal).

Como já mencionado neste trabalho, os edifícios da SQS 108, bem como os demais blocos das primeiras superquadras brasilienses, foram fruto de uma estratégia do presidente JK para o problema da habitação em Brasília. Com a finalidade de acelerar a construção de moradias, foram cedidas duas quadras e crédito para a execução dos edifícios aos Institutos de Aposentadoria e Pensão de funcionários públicos. É importante destacar que, além dos IAPs, também atuaram como entidades promotoras da habitação na cidade a Fundação da Casa Popular, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Universidade de Brasília e a Novacap. (FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 43).

Os blocos de apartamentos desenvolvidos para a superquadra do IAPB, como era conhecida a SQS 108 à época da construção da cidade, são projetos de Oscar Niemeyer junto a um grande grupo de engenheiros, arquitetos e projetistas. Participaram de sua concepção e execução arquitetos como Nauro Esteves, João Filgueiras Lima (Lelé), Eduardo Negri, Luigi Pratesi e Abel Accioly²², à época ainda desenhista. O engenheiro responsável pela obra foi Mauro Pessoa e a construtora chamava-se Ecisa – Engenharia, Comércio e Indústria S/A (FERREIRA; GOROVITZ,

²² Além da participação de Esteves, Lelé, Negri e Pratesi no projeto da SQS 108, confirmada pelas entrevistas concedidas por estes arquitetos em Ferreira e Gorovitz (2008), chegou-se também ao

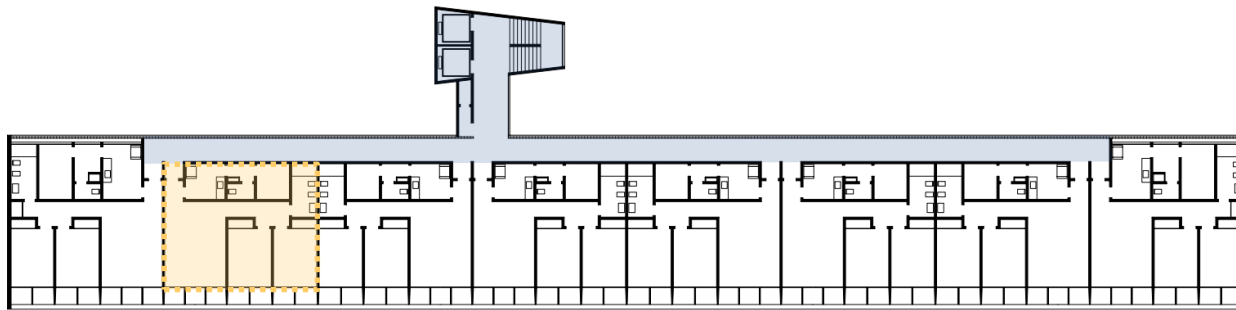
2008). Os engenheiros Werner Müller e José Ferreira de Castro Chaves também são apontados como colaboradores do projeto e construção da quadra em Bonduki e Koury (2014) e Ferreira e Gorovitz (2008).

Os 456 apartamentos projetados por Niemeyer e sua equipe para esta superquadra distribuem-se em onze blocos de dois tipos. Cinco deles são do tipo AFA (sigla para Apartamento Funcional A), com oito unidades de dois dormitórios por pavimento - unidades de 82,30m² e 97,60 m² (canto) - e acesso através de uma galeria de cobogós. Tal galeria serve de longo corredor de distribuição para as unidades e está ligada à única torre de circulação vertical, que se encontra externa à projeção.

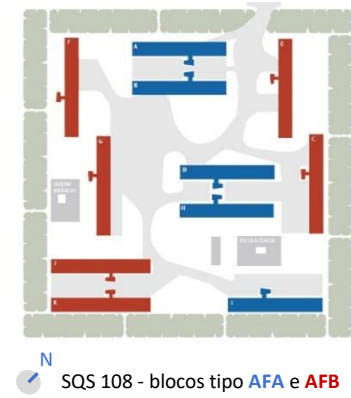
Há ainda seis blocos do tipo AFB (Apartamento Funcional B), composto por seis unidades de três dormitórios por pavimento – unidades de 122,20m² e 134,63m²(canto) - acessados por quatro circulações verticais. Dessas circulações, três são prumadas de acesso social, acessíveis pelos pilotis, e uma corresponde à torre de circulação vertical externa ao volume da projeção que, assim como nos blocos do tipo AFA, liga-se às entradas de serviço dos apartamentos por uma galeria única, revestida externamente por cobogós.

Em ambos os tipos (2 ou 3 dormitórios), sala e quartos estão voltados para as fachadas principais, enquanto cozinha, área de serviço e banhos voltam-se para a circulação protegida por cobogós. Também tanto nas plantas de pavimento tipo dos blocos AFA quanto dos AFB, os apartamentos das extremidades dos blocos incorporam a área do corredor de distribuição e, são, por esta razão, ligeiramente mais amplos que os demais.

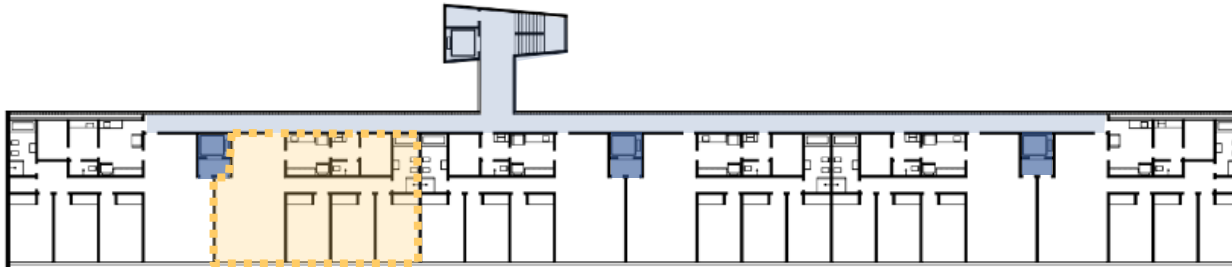
nome de Abel Accioly, que consta como desenhista em pranchas dos blocos localizadas no Arquivo Público do DF.



■ **Planta tipo de bloco AFA** (dois dormitórios) da SQS 108. Em amarelo, apartamento-tipo. Em azul, circulações.



N
● SQS 108 - blocos tipo **AFA** e **AFB**



■ **Planta tipo de bloco AFB** (três dormitórios) da SQS 108. Em amarelo, apartamento-tipo. Em azul, circulações.

Nesses blocos, poucos elementos, cores e materiais definem uma plástica bastante sintética, de grande pureza formal. Os pilares trapezoidais robustos, originalmente escuros, reforçavam plasticamente a suspensão das lâminas, volumes prismáticos claros que pareciam levar na paisagem. Os apoios localizados nas extremidades das lâminas encontram-se parcialmente deslocados para além do plano das empenas cegas e brancas, destacando-se ligeiramente do volume principal.

A torre de circulação, externa ao volume principal e deslocada de seu eixo, é de aspecto bastante maciço e ganha destaque como elemento vertical na composição.

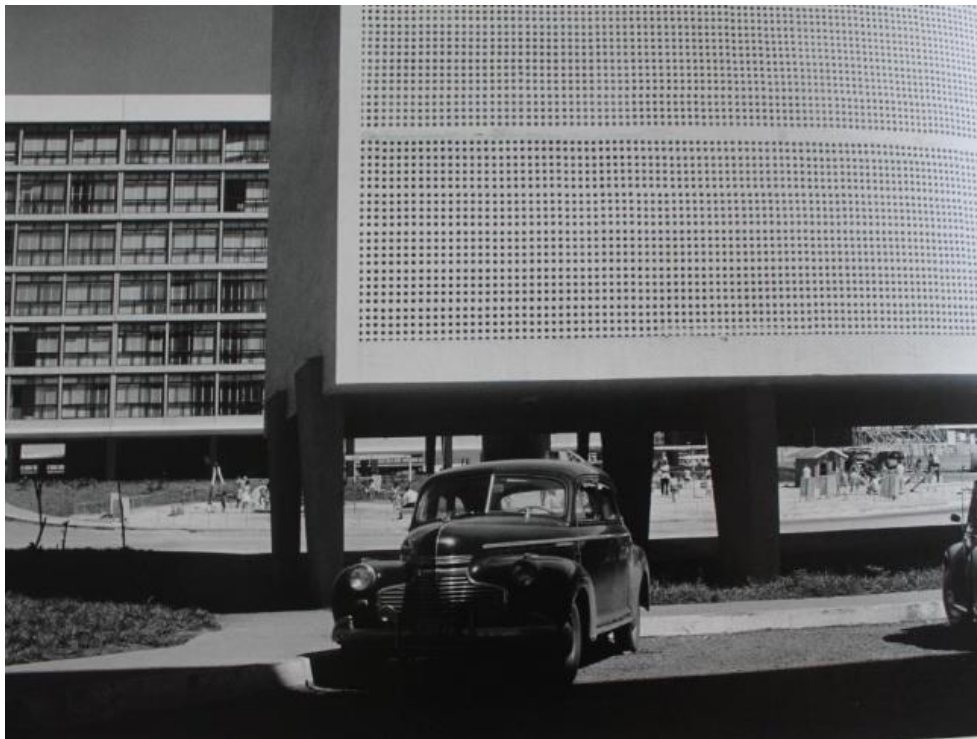


Fig. 48 - Foto dos blocos D (em primeiro plano) e B (ao fundo) da SQS 108. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: KIM e WESELEY (2010)

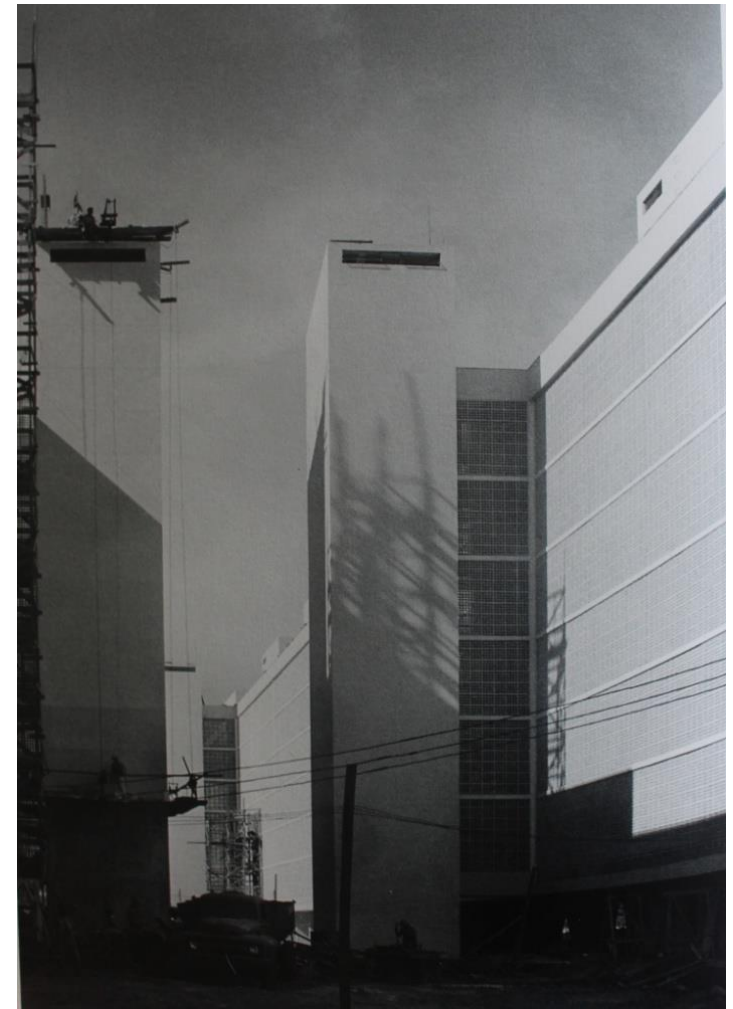


Fig. 49 – Foto da fachada posterior dos blocos. Autor: Mário Fontenelle. Fonte: KIM e WESELEY (2010)

A denominação dos tipos de blocos da SQS 108 é ainda complementada em função do tratamento diferenciado dado às fachadas principais, a depender da orientação. Assim, há os AFA-2 e os AFB-2, cujas fachadas principais são protegidas por trama de brises em concreto armado verticais e horizontais, e os AFA-4 e AFB-4, com fachadas principais inteiramente envidraçadas.

As fachadas envidraçadas dos blocos AFA-4 e AFB-4 apresentam certo dinamismo na composição, gerada pela modulação das esquadrias em ferro. A solução de caixilharia adotada para os panos de vidro desses blocos consiste no emolduramento e a subdivisão do plano envidraçado em três faixas de larguras distintas. A faixa inferior serve de guarda-corpo e subdivide-se em três partes iguais por meio de montantes em ferro. A faixa intermediária, de maior largura que as demais, representa uma janela de correr dividida em duas peças de mesmo tamanho. Por fim, a faixa superior, mais estreita que as já descritas, corresponde a três idênticas janelas com aberturas de tipo basculante, justapostas. A variação na largura das faixas e sua subdivisão em três, duas e três partes²³ conferem movimento à fachada dos blocos.

O bloco I da SQS 108, antigo bloco 9 nas indicações de plantas da Novacap, traz uma pequena inovação na modulação dos brises da fachada em relação aos demais blocos da quadra e, por essa razão, recebe a nomenclatura AFA-3. Apresenta ritmo mais dinâmico, resultado da variação dos intervalos entre os eixos verticais da trama em concreto.

²³Nas salas, a esquadria é também dividida em três faixas horizontais, mas, como o vão é maior que o dos dormitórios, a subdivisão das diferentes faixas é feita em 4 partes (guarda-corpo), 3 partes (janela de correr intermediária) e 4 partes (basculantes).



Fig. 50 - Fachada envidraçada do bloco K (AFB - 4). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

■ Blocos AFA - 4 ou AFB - 4 (fachada envidraçada)



Fig. 51 - Fachadas com brise-soleils. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

■ Blocos AFA - 2 ou AFB - 2 (fachada protegida por brises)

Fig. 52 (acima e à direita) - Localização dos blocos da SQS 108. Em amarelo, blocos com brises. Em roxo, blocos com fachada envidraçada. Fonte: Adaptado pela autora de Ferreira e Gorovitz (2008)

Bloco tipo AFA – 3



■ Bloco AFA - 3 (fachada protegida por brise-soleils em ritmo variável)

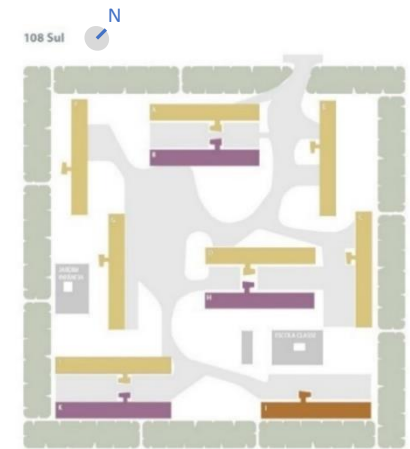
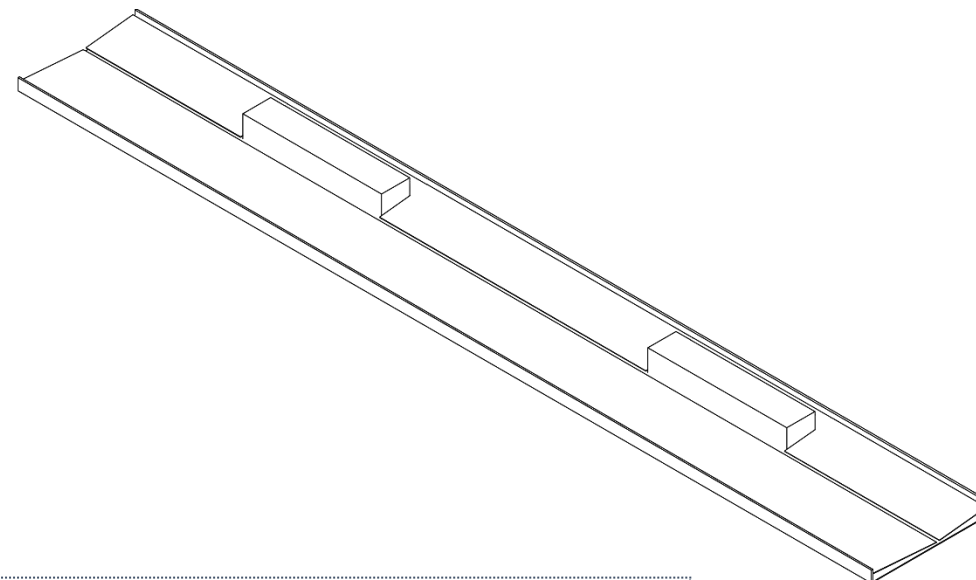


Fig. 54 (acima e à direita) - Localização dos blocos da SQS 108. Em marrom, bloco I, com brises em ritmo variável. Fonte: Adaptado pela autora de Ferreira e Gorovitz (2008)

Bloco tipo AFA – 2

(dois dormitórios e fachada principal com brise-soleils)



torre de circulação anexa (revestida por pastilhas cerâmicas brancas)

galeria de circulação (protegida por cobogós)

fachada principal brise-soleils em concreto aparente (ritmo regular)

empenas laterais cegas (revestidas por pastilhas cerâmicas brancas)

pilares trapezoidais (em concreto aparente)

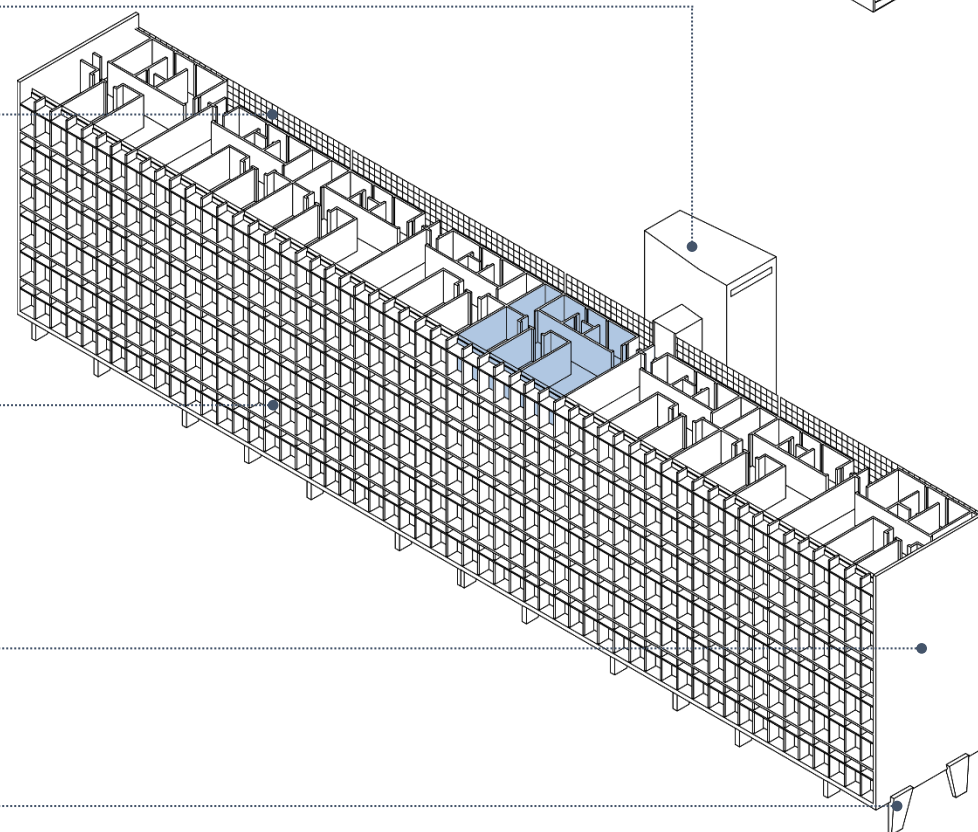
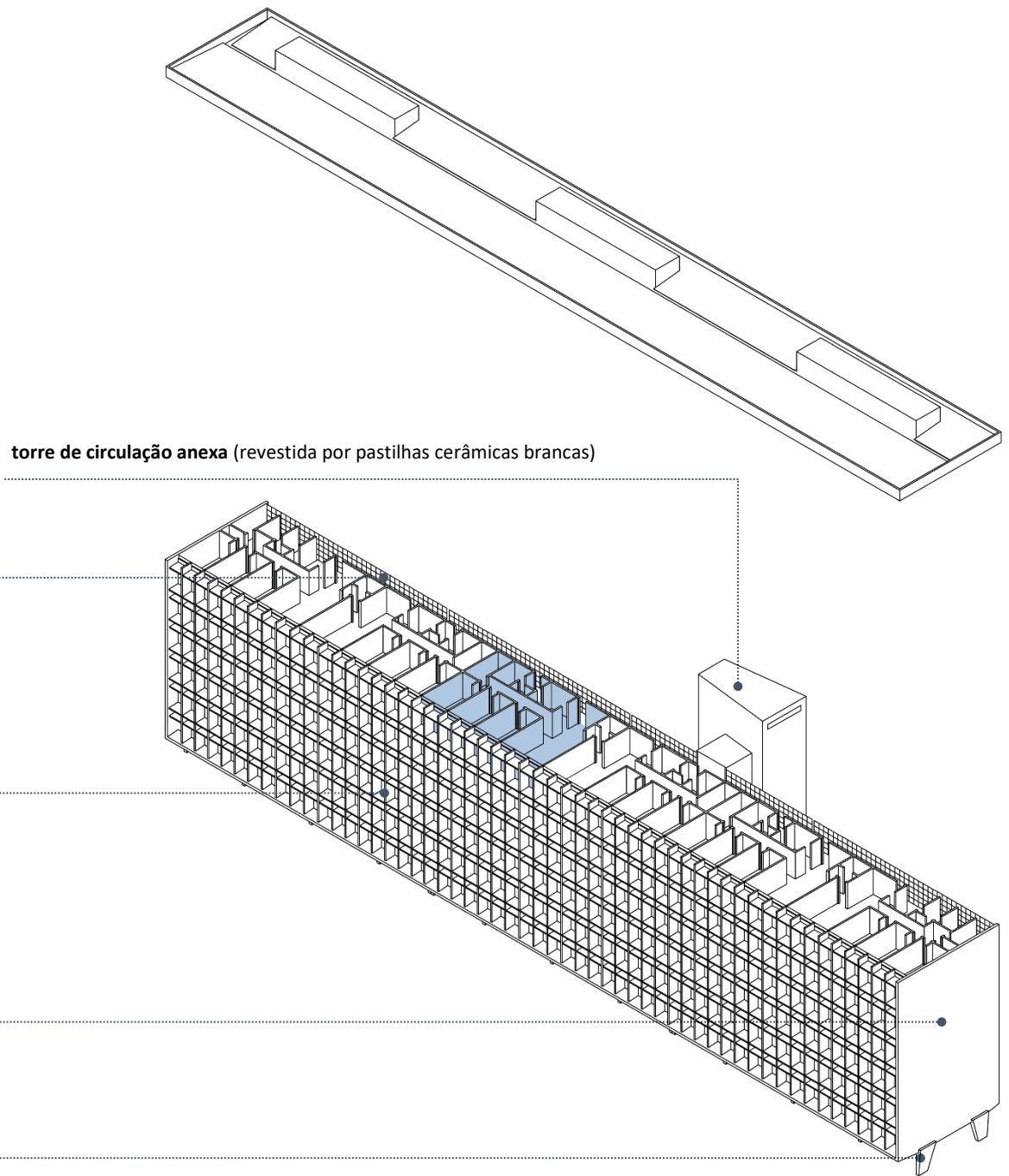


Figura 55 - Perspectiva do bloco D (tipo AFA-2). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Akira Uwai.

Bloco tipo AFB – 2

(três dormitórios e fachada principal com brise-soleils)



torre de circulação anexa (revestida por pastilhas cerâmicas brancas)

galeria de circulação (protegida por cobogós)

fachada principal brise-soleils em concreto aparente (ritmo regular)

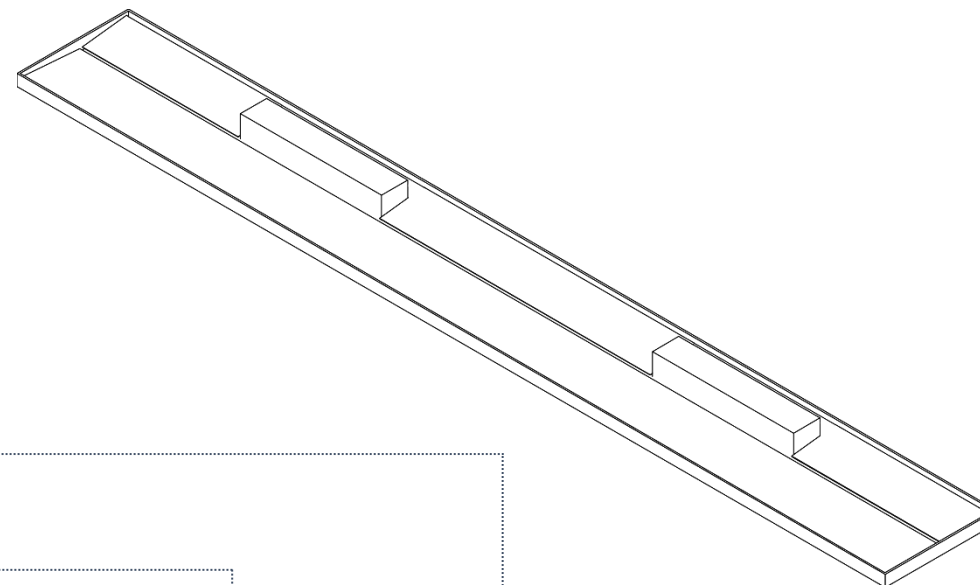
empenas laterais cegas (revestidas por pastilhas cerâmicas brancas)

pilares trapezoidais (em concreto aparente)

Figura 56 - Perspectiva do bloco E (tipo AFB-2). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Akira Uwai.

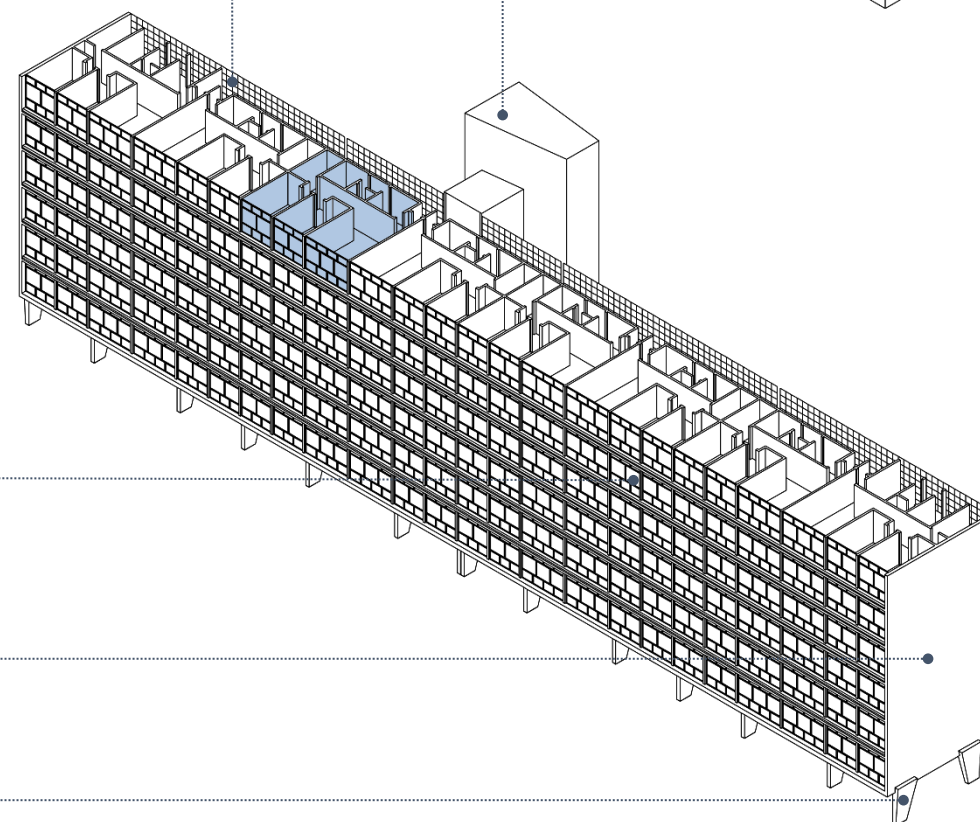
Bloco tipo AFA – 4

(dois dormitórios e fachada principal envidraçada)



torre de circulação anexa (revestida por pastilhas cerâmicas brancas)

galeria de circulação (protegida por cobogós)



fachada principal envidraçada (esquadrias em ferro e vidro transparente)

empenas laterais cegas (revestidas por pastilhas cerâmicas brancas)

pilares trapezoidais (em concreto aparente)

Bloco tipo AFA – 3

(dois dormitórios e fachada principal em brises variáveis)

torre de circulação anexa (revestida por pastilhas cerâmicas brancas)

galeria de circulação (protegida por cobogós)

fachada principal: brise-soleils em concreto aparente (ritmo variável)

empenas laterais cegas (revestidas por pastilhas cerâmicas brancas)

pilares trapezoidais (em concreto aparente)

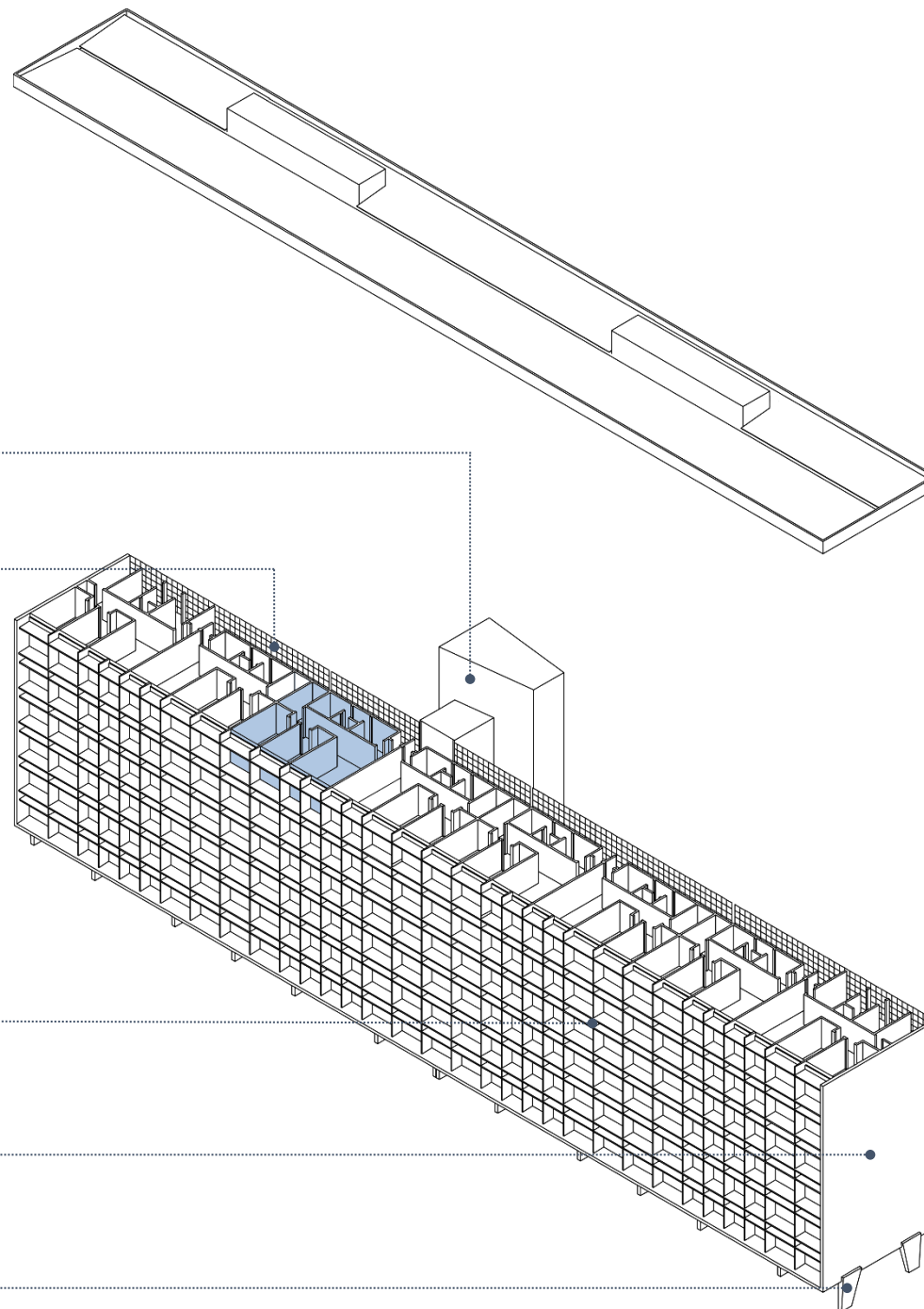


Figura 58 - Perspectiva do bloco I (tipo AFA-3). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Akira Uwai.

A volumetria dos pilares e a linguagem dos brises dos edifícios da 108 sul parecem também estar filiados ao projeto de Le Corbusier para a Unidade de Habitação de Marselha, de 1952.

Embora Oscar Niemeyer reconhecesse oficialmente apenas a autoria dos blocos AFA e AFB realizados para o IAPB²⁴, de acordo com Ferreira e Gorovitz (2008), os onze blocos de apartamentos da SQS 108 são parte integrante de um total de ao menos vinte e quatro edifícios, de projeto basicamente idêntico, dos quais onze compõem a totalidade da SQS 107 e outros dois blocos (A e B) são parte da SQS 106 (IAPC). Além das tipologias AFA e AFB já descritas, há ainda na SQS 107 (IAPETEC) o bloco AFC-4, uma variante com quatro dormitórios, onde não há o volume da torre de circulação externa, e sim duas prumadas de acesso nos pilotis, sendo a fachada principal envidraçada e a posterior em elementos vazados.

Segundo Bonduki e Koury (2014), o modelo teria ainda sido tomado como referência para os blocos das SQSs 104, 304, 206, 306 e 208. De acordo com levantamento realizado durante esta pesquisa, o total de blocos de tipo AFA, AFB e AFC executados nas quadras supracitadas totalizam 53 unidades. Niemeyer e sua equipe foram, portanto, responsáveis por um grande conjunto de edifícios de superquadra em Brasília, chegando a definir porção significativa do panorama urbano da escala residencial, sobretudo na Asa Sul.

Dos onze blocos distribuídos na área da superquadra SQS 108 sul, sete estão implantados paralelamente ao Eixo Rodoviário (blocos A, B, D, H, J, K e I) e quatro

perpendicularmente ao mesmo eixo (blocos C, E, F e G). Logo à direita da entrada da quadra, localizam-se os blocos A (AFA-2) e B (AFA-4), dispostos em par, com suas fachadas de serviço, em cobogós, voltadas frente à frente e delimitando uma área de estacionamento. Diante da fachada principal e envidraçada do bloco B, há um declive e, em seguida, um recanto de limites curvos definindo uma pequena praça, onde está localizado o principal parque infantil da superquadra. Cruzando-se a rua em frente ao parque infantil, encontram-se os blocos D (AFA-2) e H (AFA-4) também em par, e com fachadas de serviço frente à frente delimitando uma área de estacionamentos. Em frente à fachada principal e envidraçada do Bloco H, há um trecho bastante arborizado onde o terreno cai suavemente. Em nível um pouco abaixo do bloco H, está localizada a Escola Classe 108 sul. O bloco I (AFA – 3) está implantado próximo dos limites da quadra, com sua fachada de serviços e área de estacionamentos voltada para a escola classe e sua fachada principal, protegida por brises-soleil, voltada para a cinta arbórea em frente ao Eixo Rodoviário. Ao lado do bloco I, também dispostos paralelamente e em par, estão os blocos J (AFB-2) e K (AFB-4), vizinhos ao Clube de vizinhança, localizado entre as SQSs 108 e 109. A fachada principal e envidraçada do bloco K abre-se para a cinta arbórea nos limites do eixo.

Sobre os quatro blocos implantados ortogonalmente ao Eixo Rodoviário (C, E, F e G), todos são do tipo AFB -2 e com fachadas orientadas da mesma maneira, isto é, com os brises-soleil orientados para a direção norte do Eixo Rodoviário (fachadas NE) e com as fachadas em cobogós orientadas para a direção sul do Eixo (fachadas

²⁴Na lista de obras de Oscar Niemeyer disponível na Fundação Oscar Niemeyer, consta apenas a “SUPER QUADRA 108 SUL” como sendo de sua autoria. Fonte: www.niemeyer.org/obras, acessado em 08.01.21

SO). À esquerda da entrada da quadra, está o bloco E, cuja fachada de cobogó volta-se para o interior da quadra e cuja fachada principal orienta-se para uma área de estacionamentos seguida de faixa arborizada limite ao comércio de entrequadras 108 e 107 sul. Logo abaixo no terreno, está o bloco C, que, embora apresente a mesma orientação do bloco E, encontra-se com alinhamento deslocado deste último e mais próximo à entrequadra comercial. Um pequeno muro de arrimo separa o estacionamento do bloco C²⁵(AFB -2), em nível mais alto, da área asfaltada entre os blocos D e H, em cota mais baixa. Os blocos F (AFB-2) e G (AFB-2) também se posicionam deslocados entre si e na outra extremidade da quadra, com suas fachadas de serviços orientadas, respectivamente, para o Clube Unidade de Vizinhança e para o Jardim de Infância 108 Sul.

Na configuração da SQS 108, enquanto a disposição dos blocos adota uma composição geométrica mais rígida, baseada na relação de paralelismos entre os blocos, o traçado das vias para veículos e o desenho das calçadas é livre e curvilíneo, como é frequente na tradição moderna brasileira, no que diz respeito ao tratamento do solo, pavimentação e paisagismo.

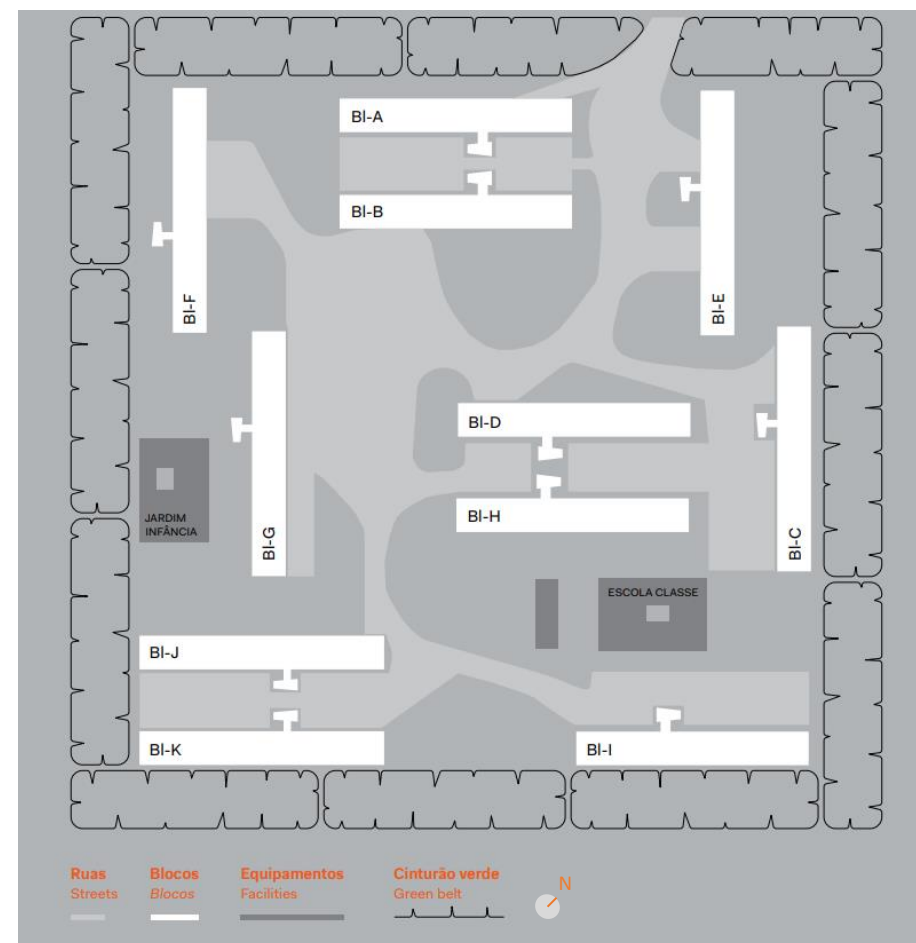


Figura 59 – Implantação da SQS 108, com a indicação da localização dos blocos.

Fonte: Ferreira e Gorovitz (2020)

²⁵De acordo com o Iphan (2009), o desnível um pouco brusco existente hoje entre os blocos C e os blocos D e H deve-se à movimentação de terra, com nivelamento, para criação de estacionamento para moradores do bloco C.

A primeira menção aos projetos de Niemeyer para superquadras encontrada em periódicos de arquitetura data de outubro de 1958, pela revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*, exemplar nº 80.

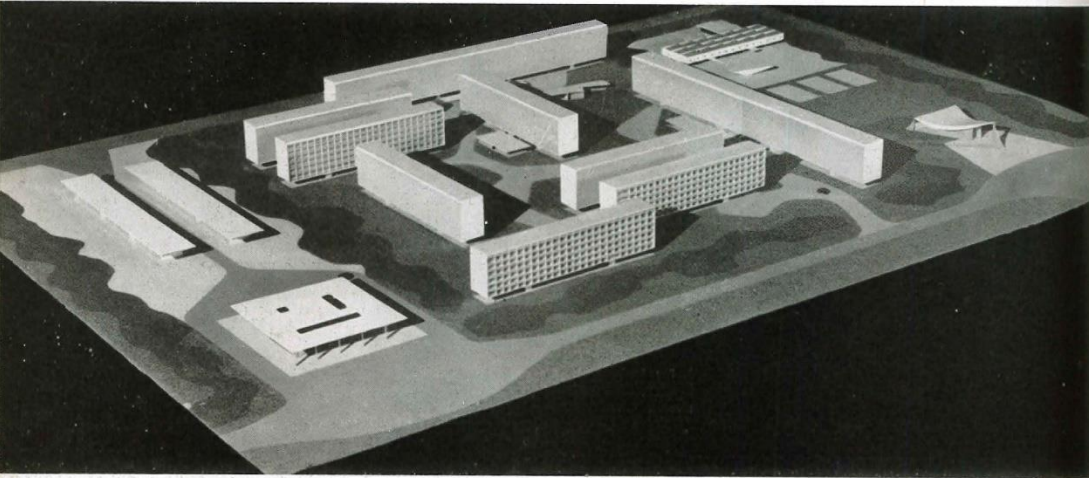
Tinen (2010) coloca esse periódico francês entre as mais relevantes publicações internacionais voltadas para a produção do movimento moderno. Segundo a autora, um dos objetivos desses periódicos seria justamente de difundir o alcance do movimento em “*países longínquos e mais periféricos*”. O Brasil se destacava por ter tido o estilo internacional adotado como elemento chave de um projeto de identidade nacional, contando com numerosas obras construídas, sobretudo estatais. Tinen (2010) esclarece que, embora essas revistas não objetivassem de forma mais direta criar narrativas históricas, elas acabaram tornando-se fontes documentais primordiais para a sua construção e para a posterior definição da arquitetura brasileira enquanto parte dos cânones modernos. Mais especificamente, como postura da revista francesa em relação à arquitetura brasileira, afirma: “*L'Architecture d'Aujourd'hui contrapunha a audácia dos jovens arquitetos modernos e das encomendas dos políticos e empresários brasileiros à timidez da autoridade francesa*” (TINEN 2010, p. 5). Mais do que natural, portanto, que a construção de Brasília despertasse grande interesse por parte da publicação, ainda antes de sua inauguração.

O exemplar de número 80, ao descrever o projeto das superquadras concebidas pelo urbanista Lucio Costa, faz menção ao projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer

para um conjunto de blocos residenciais sobre pilotis em Brasília, destacando que “*as demais superquadras não seriam idênticas, nem necessariamente projetadas pelo mesmo arquiteto*”.²⁶ A descrição do que seria uma superquadra é ainda realizada em termos gerais e o artigo trazia já fotos de alguns blocos em construção (não identificados), desenhos esquemáticos da Unidade de Vizinhança, além de fotos de uma maquete com estudos volumétricos para a disposição dos blocos (*L'Architecture d'Aujourd'hui*, out. 1958, pp. 68-69). Um croquis de Niemeyer representando uma superquadra, embora não correspondesse exatamente à disposição de edifícios encontrada na SQS 108, trazia já algumas definições volumétricas e compositivas semelhantes às adotadas para os blocos do IAPB, como a sequência de pilares trapezoidais e fachadas com cobogós. Já a maquete representava a volumetria da Igrejinha e um estudo de disposição de blocos de superquadra ocupando a localização do que é hoje a SQS 308. Entretanto, a distribuição e projeto arquitetônico dos edifícios apresentados são diferentes do que foi executado para esta quadra²⁷ e pode-se arriscar dizer que apresentam ligeiras semelhanças à proposta para SQS 108, tais como a disposição de alguns blocos paralelos em pares e as fachadas com brises em retícula.

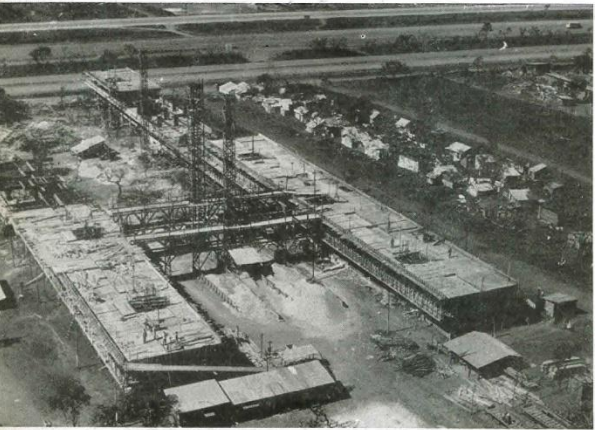
²⁶Tradução livre: “*Nous présentons, ici, les projets d'Oscar Niemeyer pour un de ces ensembles: les autres ne seront pas identiques ni forcément réalisés par le même architecte.*” (*L'Architecture d'Aujourd'hui*, out. 1958, p. 68)

²⁷A SQS 308, frequentemente citada como a superquadra modelo de Brasília, foi construída pelo Banco do Brasil e projetada pelos arquitetos Marcelo Graça Couto Campello e Sérgio Rocha, com paisagismo de Burle Marx. Seu projeto começou a ser desenvolvido depois da inauguração da cidade e sua construção concluída apenas em 1962 (FERREIRA e GOROVITZ, 2008).



ZONES RÉSIDENTIELLES : LES " SUPER QUADRA "

URBANISME : LUCIO COSTA. ARCHITECTURE : OSCAR NIEMEYER

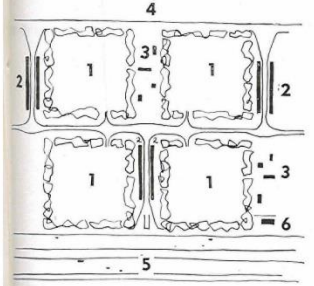
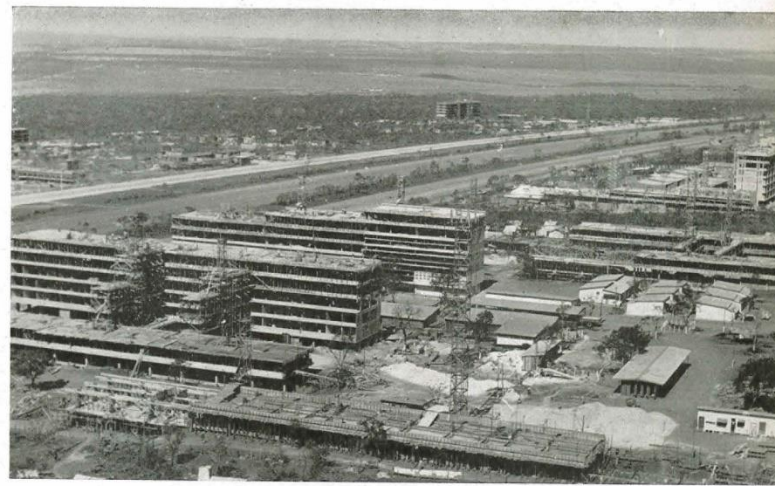
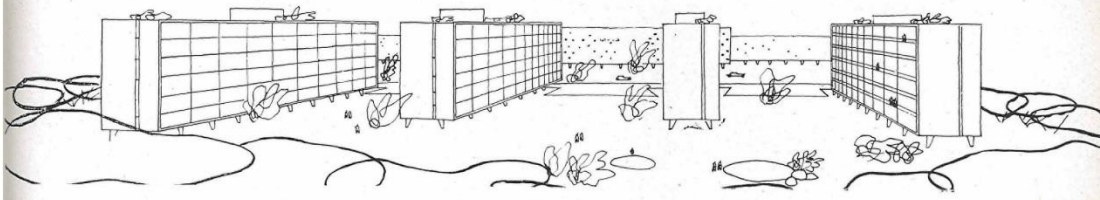


Le problème de l'habitat a été résolu par la création de zones résidentielles de plans carrés reliées par une ceinture verte plantée d'arbres.

Chaque « quadra » est prévu pour trois mille habitants environ pourvu de tous les services complémentaires : école, église, petit commerce, sports, cinémas, accessibles facilement et sans danger, la circulation automobile étant nettement séparée de celle des piétons.

Les immeubles d'habitation auront, au maximum, six étages sur pilotis. Nous présentons, ici, les projets d'Oscar Niemeyer pour un de ces ensembles ; les autres ne seront pas identiques ni forcément réalisés par le même architecte.

Ces immeubles sont, dans l'ensemble, destinés aux fonctionnaires et seront appelés à Brasília dès le transfert des services dans la nouvelle capitale.



Ensemble de 4 « Super Quadra » groupant environ 12.000 habitants, soit 3.000 par « Super Quadra » : 1. Immeubles d'habitation, 2. Commerce, 3. Ecoles, crèche et cinémas, 4. Circulation des services et des transports en commun, 5. Autoroute, 6. Eglise, salle de réunion ou cinéma.

Page vis-à-vis : Maquette et vues de chantier du « Super Quadra » dont Oscar Niemeyer est l'architecte. On remarquera l'église Notre-Dame de Fátima élevée sur l'initiative de Mme Juscelino Kubitschek, l'architecte Oscar Niemeyer ; au centre de la photographie : les immeubles temporaires des ouvriers.

Centre plan de ce Super Quadra : 1. Immeubles d'habitation, 2. Ecoles, 3. Lycée, 4. Eglise, 5. Marché, 6. Magasins, 7. Sports, jardin d'enfants et crèche.

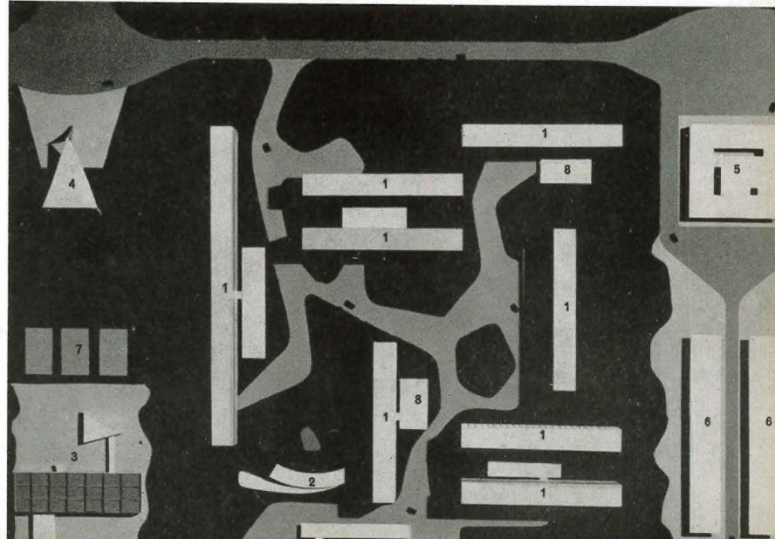


Figura 60 – Artigo sobre a superquadra. Edição nº 80 do periódico L'Architecture d'Aujourd'hui, pp. 68- 69. Fonte: Acervo da redação L'Architecture d'Aujourd'hui.

Meses depois, em fevereiro de 1959, Oscar Niemeyer publicou no exemplar nº 12 da revista Módulo (RJ), periódico de arquitetura, arte e cultura brasileiras criado, editado e dirigido por ele, o artigo intitulado “IAPB em Brasília” (NIEMEYER, 1959, pp. 16-17). Ao difundir o texto, Niemeyer deixa clara sua intenção de que os blocos da SQS 108 fossem tomados como modelos, exemplos de qualidade para a habitação coletiva em Brasília:

Os edifícios de apartamentos do I.A.P.B. serão bons exemplos de habitação coletiva e uma colaboração efetiva para que os moradores de Brasília encontrem na nova cidade o indispensável conforto.

(NIEMEYER, 1959, p. 16)

A revista Módulo trazia textos em português e inglês, sendo bastante difundida não só no país, mas internacionalmente. Tal fato corrobora para a defesa de que os blocos da superquadra 108 constituem projetos arquitetônicos de relevância dentro da produção de Oscar Niemeyer, sob a óptica do próprio autor.

Em seu artigo de 1959, Niemeyer apresenta o partido arquitetônico dos edifícios habitacionais em tela e, a despeito dos dois únicos tipos de planta de apartamentos desenvolvidos para a superquadra do IAPB, coloca a intenção de que suas unidades fossem destinadas a moradores de diferentes perfis socioeconômicos:

São apartamentos de vários tipos, uma vez que se destinam a pessoas de diferentes níveis econômicos; contudo, desde o mais modesto ao de maior luxo, houve a preocupação em encontrar-se – dentro das possibilidades de cada um – o maior conforto para os moradores. Nesse sentido, evitou-se o sistema de poço ou tubo de ventilação. Todos os banheiros e cozinhas se abrem diretamente para o exterior, sendo que as últimas são providas de área de serviço. (...) Cada bloco de habitação tem 6 andares e o pavimento térreo inteiramente livre.

(NIEMEYER, 1959, p.16)



Figura 61 – Artigo “IAPB em Brasília”, publicado nas páginas 16 e 17 da Revista Módulo, 1959. Fonte: Cediarte/ FAU -UNB

Há a menção a uma lavanderia coletiva para os moradores, que não chegou a ser executada. Embora, como nos atestam as fotos, alguns blocos do IAPB já estivessem em fase de construção no momento da publicação do exemplar da revista, a planta de situação apresentada indica a disposição de algumas lâminas (atuais F e E) diferente da implantada, com dois pares de edifícios emendados, dispostos em paralelo à direita da entrada da quadra (onde hoje estão implantados apenas os blocos A e B), e apenas dois blocos dispostos ortogonalmente ao Eixo Rodoviário, em lugar dos quatro que foram implantados neste sentido. A localização apontada para a escola classe é muito semelhante à atual e não havia ainda a indicação para o jardim de infância. Os demais blocos apresentavam posição que parece igual à dos atuais A, B, C, D, G, H, I, J e K.

Importante colocar que o exemplar nº 12 da Revista Módulo trazia, além do artigo de Niemeyer sobre o IAPB, outras duas reportagens com o tema das superquadras. A primeira, intitulada “Habitação coletiva em Brasília”, de autoria de Lucio Costa (COSTA, 1959, p. 12-13), explicava brevemente a concepção para as áreas residenciais da cidade e estava ilustrada com fotos da construção dos blocos da SQS 108 e da SQS 105 (IAPI), além de indicar sua localização²⁸. A segunda era intitulada “IAPI em Brasília” (UCHÔA, 1959, pp. 14 - 15) e assinada por Hélio Uchôa, arquiteto dos blocos da SQS 105, e trazia um breve texto explicando seu projeto, também ilustrado com fotos da construção.

As reportagens atestam, portanto, que estes dois projetos (IAPB e IAPI) foram os primeiros blocos residenciais sobre pilotis a serem desenvolvidos em Brasília,

²⁸ A suposta localização das superquadras SQS 105 e 108 (IAPI e IAPB) indicada na legenda da imagem do Plano Piloto que ilustra do artigo “Habitação coletiva em Brasília” está equivocada.

informação que se confirma também pelo artigo “Brasília: uma interpretação”, de Jorge Wilhem, publicado na revista paulistana Acrópole nº256, de fevereiro de 1960 (WILHEM, 1960, p. 48).

Wilhem adota, ao longo do texto, posicionamento claramente crítico à concepção da cidade de uma forma geral. Ao citar especificamente a arquitetura das superquadras, lamenta questões como a presença dos dormitórios de empregada - camuflados, segundo o autor, como despensas nas plantas dos apartamentos, e ainda a monotonia, repetição e detalhamento insuficiente dos blocos, que seriam consequência da urgência na inauguração da cidade. O autor cita já a contradição representada pelos alojamentos precários dos trabalhadores que vieram para a construção, localizados nas cidades-satélites e favelas (WILHEM, 1960, p. 38). Em trecho da revista que apresenta mais detalhadamente imagens da arquitetura da nova cidade, são exibidas três fotos dos blocos do IAPB e uma do IAPI, ambas já com os blocos edificadas. Nas legendas referentes aos blocos de Niemeyer, há a informação: “apartamentos médios do IAPB para serem alugados com mobília” (Acrópole, fev. 1960, p. 100).

O projeto e construção das primeiras superquadras representaram parte de um enorme esforço coletivo por parte de arquitetos, técnicos, projetistas, engenheiros e operários envolvidos na desafiadora missão de concluir as obras da cidade a tempo de sua inauguração. Tal tarefa, como se sabe, foi apenas realizável sob

condições muitas vezes adversas e precárias, representadas por intensas jornadas de trabalho, escassez de materiais e dificuldades com mão-de-obra.

O relato do arquiteto Eduardo Negri, responsável pelos primeiros desenhos para os blocos de Niemeyer, evidencia o ritmo intenso para o projeto dos blocos do IAPB e demais edifícios do início da cidade:

Os projetos eram feitos pelo Oscar Niemeyer, os primeiros foram, inclusive, desenhados por mim. Apartamentos AFA, AFB, que eram feitos pelos institutos IAPC, IAPB, IAPI. O IAPB tinha projetos lindos que foram construídos pelo Lelé, que trabalhava lá. Mas os projetos eram feitos pelo Niemeyer e eu fui desenhar esses projetos no escritório dele, mas pela Novacap. Ele tinha aquele negócio de virada, né? Ter que apresentar na segunda-feira com uma Semana Santa no meio disso.

(NEGRI [2000] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 101)

O depoimento do arquiteto Nauro Esteves, braço direito de Niemeyer e então chefe da divisão de arquitetura da Novacap, também reforça a narrativa do clima de urgência que pautava os primeiros anos de construção da cidade:

O que a gente achava era que a gente tinha que mudar a capital dia 21 de abril – tinha que mudar. Isso estava na cabeça da gente, parecia coisa de maluco, mas tinha que ser, não havia outra possibilidade, porque tinha que mudar (...)

(ESTEVES [2005] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 102)

Nauro Esteves participou ativamente do projeto e construção da SQS 108. A quase totalidade dos desenhos referentes aos blocos AFA e AFB encontrados trazem, além da assinatura dos desenhistas, a assinatura do arquiteto como supervisor. Esteves é também autor do traçado urbano da SQS 108. Desenhou caminhos

sinuosos e de largura variável para as vias de circulação da quadra, criando recantos e certa continuidade entre calçadas e pilotis. Seu traçado representava um agradável convite aos passeios, aos trajetos livres e à vida pública. Segundo o arquiteto, foi ele o responsável pela execução da urbanização das primeiras superquadras da cidade. Também em razão da urgência para a urbanização das quadras, Esteves descreve ter desenhado as calçadas com marcações in loco, realizadas posteriormente à construção dos blocos, conforme depoimento abaixo:

[...] Fui eu que fiz a urbanização delas todas, fiz, inclusive, depois da execução quando veio aquele prefeito, Plínio Catanhede, que até pegou o apelido de Prefeito Jardineiro, aí, eu fiz então a urbanização. Eu apresentei a urbanização, o arruamento, procurei fazer diferente em cada uma porque a posição dos blocos variava. Fazia as calçadas. Eu fazia pessoalmente; eu ia lá atender ao empreiteiro. Então quem marcava no chão, a calçada, era eu. Não havia tempo de ficar projetando calçada; não, eu ia lá e levava um esquema básico e lançava a Superquadra com o empreiteiro e o mestre de obras. E quem me acompanhava na parte de jardins era o Ozanan, do Parques e Jardins, da Novacap. O Ozanan era prático. A empreiteira fazia a execução de calçadas e a arborização. Eu que locava as árvores. [...]

(ESTEVES [2005] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 103)

A informação de a SQS 108 ter sido a primeira superquadra a ser integralmente construída em Brasília foi divulgada pelos principais jornais da época, que narravam a saga da construção da capital em meio ao cerrado.

Segundo Ferreira e Gorovitz, a construção dos onze blocos residenciais foi iniciada em 1957 e sua conclusão se deu no dia 02 de fevereiro de 1960, quando o conjunto recebeu o nome de Conjunto Residencial Presidente Juscelino Kubitschek, em homenagem ao fundador da cidade (FERREIRA; GOROVITZ, 2008: p.44). Entretanto, acordo com as placas comemorativas fixadas aos blocos residenciais da SQS 108,

os primeiros blocos a serem inaugurados teriam sido os blocos H e K, com placas datadas de 12 de setembro de 1959, e os últimos blocos a serem inaugurados teriam sido os blocos F e E, com placas datadas de 21 de abril de 1960, mesma data de fundação do Plano Piloto. Em cada uma das placas de bronze dos blocos foi gravada uma mensagem sobre Brasília de autoria de personagens ilustres, tais como André Malraux, João Goulart, JK e Lucio Costa.

De acordo com o documento do histórico de tombamento da Unidade de Vizinhança pelo GDF, Lucio Costa teria participado pessoalmente da cerimônia de inauguração dos primeiros blocos H e K, realizada no dia do aniversário de JK, em 12 de setembro de 1959 (GDF, 2007).

A informação de inauguração da totalidade dos blocos apenas em 21 de abril de 1960 coincide com reportagens trazidas pelos principais jornais da época, que descreviam a inauguração da sua superquadra como parte dos eventos comemorativos pela transferência da capital.



Figura 62 – Foto de placa comemorativa localizada nos pilotis do bloco K. Fonte: autora

Bloco A

“...um dos maiores acontecimentos da história brasileira, porque encerra a oportunidade de uma ressurreição político-econômica-administrativa e abre as portas da imortalidade àquele que concretizar a ciclópica e consagrada obra.” Marechal José Pessoa

02/02/1960

Bloco B

“Nesta cidade nascente, junto às fontes límpidas das três bacias americanas, forte será o pensamento, sincera a visão e dominante a força de espírito.” Israel Pinheiro

02/02/1960

Bloco C

“O futuro vos dará, a vós e a vossos filhos, a exata medida da gigantesca obra de que participastes, oferecendo ao indomável impulso de emancipação econômica que empolga a alma do povo brasileiro, na sua decisiva marcha para o oeste, sonhada e iniciada pelo imortal Getúlio Vargas, e continuada pelo dinamismo de Juscelino Kubitschek, uma contribuição ciclópica que a posteridade não deixará nunca de recordar e enaltecer.” João Goulart

21/03/1960

Bloco D

“Se voltar à humanidade a paixão pelos monumentos, gravar-se-á nos que aqui se vão erguer as palavras audácia, energia e confiança.” André Malraux

02/02/1960

Bloco E

“Brasília não é uma cidade a mais que se constrói no Brasil e no mundo. Brasília é a verdadeira chave do nosso desenvolvimento, todo um programa de realizações longamente sonhadas pelas gerações que nos antecederam.” Danton Jobim

21/04/1960

Bloco F

“A nova capital representa os esforços para conquista definitiva do interior brasileiro por meio do desenvolvimento da nossa rede de rodovias que liga Brasília a todos os quadrantes do nosso vasto território.” Marechal Henrique Lott

21/04/1960

Bloco G

“Que as bênçãos de Deus e da Virgem mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil. Incipit vita nova.” Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota

21/03/1960

Bloco H

“Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.” Lucio Costa

12/09/1959

Bloco I

“Brasília: árvore frondosa providencialmente plantada no centro do Brasil e que se arroga, depois do descobrimento e da libertação, o terceiro grande marco da história pátria.” Enos Sadok de Sá Motta

02/02/1960

Bloco J

“Brasília passou a representar, não apenas a construção de uma cidade, mas o movimento que simboliza(sic)a marcha de um povo para a conquista de seus destinos.” Juscelino Kubitschek

02/02/1960

Bloco K

“Brasília, capital aérea e rodoviária, cidade parque. Sonho arqui-secular do patriarca.” Lucio Costa

12/09/1959

Uma reportagem do jornal carioca Última Hora, de 22 de abril de 1960, traz uma entrevista com o presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, Enos Sadok de Sá Motta, ressaltando o fato de que o IAPB foi a única autarquia que chegou a concluir a totalidade dos blocos de uma superquadra dentro do prazo previsto, ou seja, a tempo da inauguração. O presidente do IAPB, em sua fala, demonstra a consciência de estar participando de um evento histórico: *“Tal é a profundidade de Brasília que talvez nem mesmo as gerações atuais sintam toda (sic) a sua importância, mas, na realidade, ela define uma era dentro da existência de nossa pátria”* (MOTTA [1960] apud RIBEIRO, 1960)

A inclusão da quadra como parte da celebração de inauguração da cidade e a escolha das frases gravadas nas placas dos blocos, que expressam um sentimento de grandiosidade e orgulho pela construção da capital, revelam que a SQS 108 nasce com a intenção de ser lembrada enquanto elemento significativo para o marco histórico da transferência da capital.



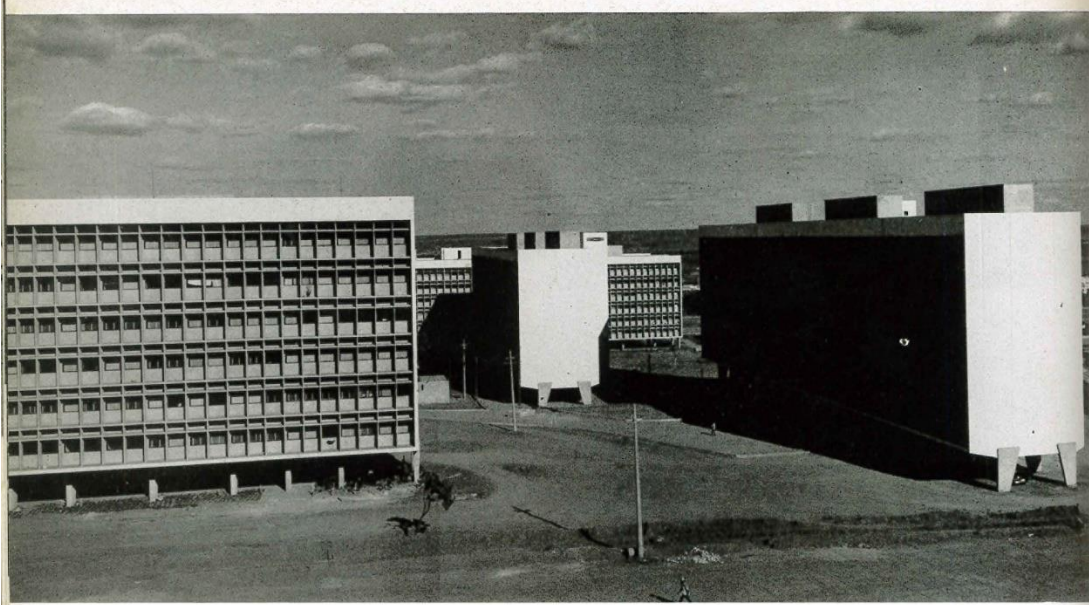
Já uma reportagem do Jornal do Brasil (RJ) de 21 de abril de 1960 destaca, em tom claramente crítico à transferência da capital e de descrença em relação a sua consolidação, que no dia de inauguração da cidade havia apenas 36 blocos de apartamentos concluídos. De acordo com o jornal, haveria algumas quadras já iniciadas, além da SQS 108. Seriam elas: SQS 206 e 208 (IPASE), SQS 106 e 306 (IAPC), SQS 105 (IAPI) e SQS 104 e 304 (CAPFESP), além das superquadras duplas representadas então pelas SQSs 411, 412, 413 e 414²⁹ (BRASÍLIA ..., 1960). A reportagem traz ainda a imagem de um dos blocos de Niemeyer (não identificado), parcialmente encoberto por uma montanha de peças de madeira, restos do canteiro desmontado às pressas para a inauguração.

Logo após sua inauguração, a superquadra e os blocos concebidos por Oscar Niemeyer voltam a ser tema de interesse do periódico *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em artigo da edição n° 90 de junho e julho de 1960, intitulado "Brasília: le premier superquadra réalisé". O artigo traz fotos dos blocos AFA e AFB e inclusive a imagem do interior de um de seus apartamentos, mobiliado com peças modernas em estrutura metálica, de desenho limpo e retilíneo. A foto de autoria de Franceschi parece posada: um casal bem-vestido, de costas e apoiado à esquadria transparente, olha para o exterior da superquadra, enquanto uma menina sentada brinca com um cachorro. A imagem difundia internacionalmente o interior de um habitar essencialmente moderno. (*L'Architecture d'Aujourd'hui*, jun-jul. de 1960, pp. 24 - 25)



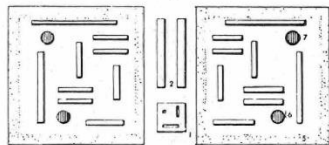
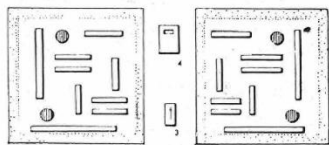
Figura 65 – Interior de bloco de tipo AFA ou AFB mobiliado. Foto: Franceschi. Fonte: Acervo da redação *L'Architecture d'Aujourd'hui*.

²⁹Ferreira e Gorovitz (2008) destacam também a SQS 107 (IAPETEC) como uma das primeiras superquadras de Brasília.



BRASILIA

LE PREMIER SUPER QUADRA RÉALISÉ



Quatre « super-quadra » constituent une unité de voisinage prévue pour 3.000 personnes et comprenant : 1. Cinéma. 2. Petit commerce. 3. Chapelle. 4. Enseignement second degré. 5. Rideau d'arbres. 6. Ecole primaire. 7. Jardin d'enfants.



Photo Franzeck

La distribution des zones d'habitat est une des caractéristiques du Plan Pilote. Elles se développent le long de l'axe résidentiel sur une longueur de 13 km. Rappelons que l'axe monumental s'étend sur 6 km.

La base du système est le super-quadra 200 X 280 m), chaque super-quadra comportant de 8 à 11 immeubles de six étages sur pilotis.

Il a été prévu de grouper ces super-quadras en unités de voisinage (960 X 720 m) comprenant, en plus, des immeubles d'habitation d'un standing moins élevé disposés sur le pourtour, et les prolongements de l'habitat : écoles, commerce, cinéma, dispensaire, etc. Des rideaux d'arbres isolent les quadras de l'axe résidentiel.

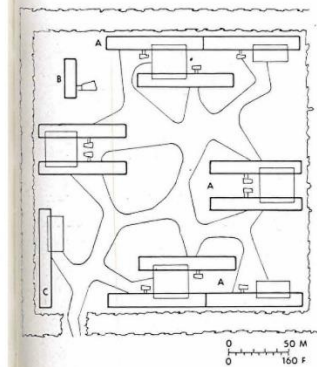
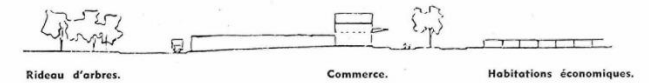
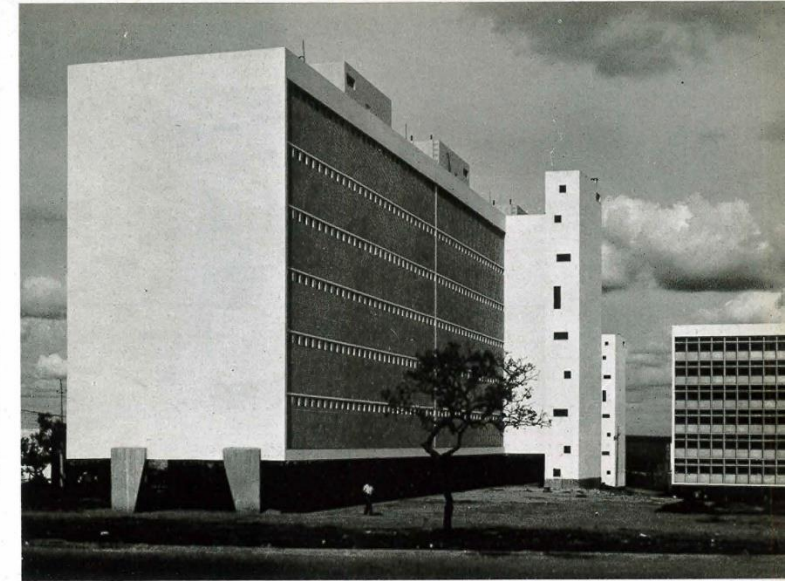
Les super-quadras sont desservis par des voies automobiles à circulation lente reliées par des ronds routiers en tréfiles à l'axe résidentiel de circulation rapide.

Il y a au total 86 super-quadras et les zones résidentielles couvrent 160.000 m².

Nous présentons ici un des premiers super-quadras réalisés par Oscar Niemeyer, les autres ne seront pas identiques, même conçus par le même architecte. Dans la plupart des cas cependant il est fait appel à des architectes différents et l'on notera à ce sujet le projet de Sérgio Bernardes pour le personnel de l'Institut Brésilien du Café.

En dehors des super-quadras on remarquera sur le plan directeur présenté en page 4 de ce numéro, l'emplacement des groupes d'habitation répondant à des programmes variés.

OSCAR NIEMEYER, ARCHITECTE



PLAN D'ENSEMBLE D'UN DES « SUPER-QUADRAS » : A. Immeuble d'habitation, B. Ecole, C. Commerce.

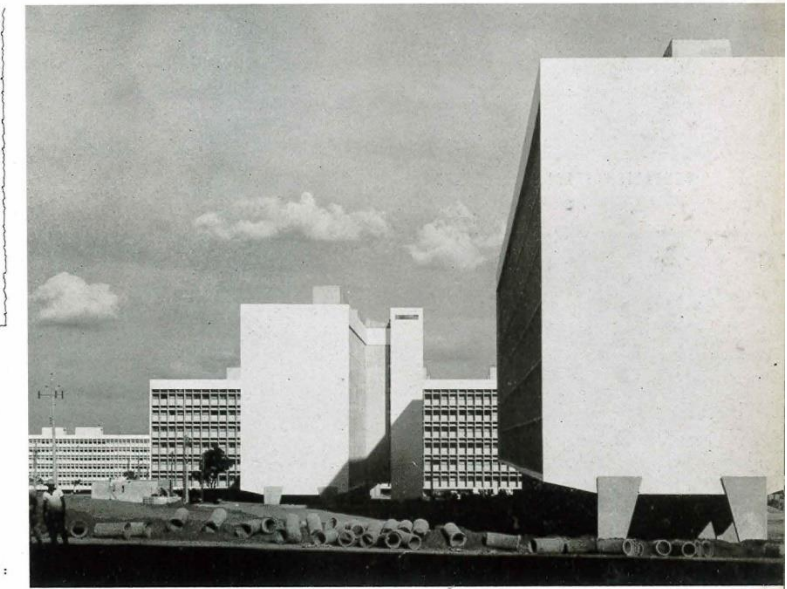
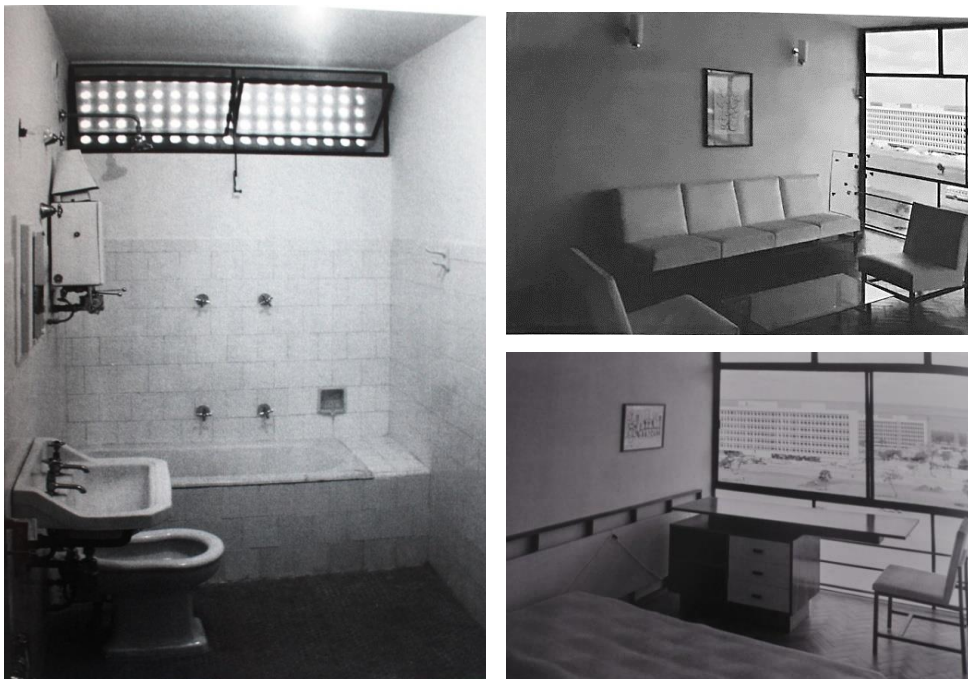


Figura 66 – Artigo “Brasilia: le premier superquadra réalisé” publicado no periódico L’Architecture d’Aujourd’hui, n° 90, pp. 24-25. Fonte: Acervo da redação L’Architecture d’Aujourd’hui.

Além dessa, outras imagens de interiores de apartamentos encontradas em Kim e Weseley (2010) reforçam os relatos do jornalista e pioneiro Manuel Mendes em “Meu Testemunho de Brasília”,³⁰ de que as primeiras unidades construídas nas superquadras eram abertas à visitação do público e dispunham, inclusive, de alguns ambientes decorados (MENDES, 2006).



Figuras 67 a 69 - Fotos de interiores de apartamentos de blocos do tipo AFA e AFB.
Fonte: KIM e WESELEY (2010)

Importante observar que, embora a revista francesa L'Architecture d'Aujourd'hui cite a “primeira superquadra realizada”, o artigo traz, na verdade, fotos dos blocos AFA e AFB realizados pelo IAPC na SQS 106, o que reforça a lógica de uma arquitetura edilícia concebida como conjunto, um modelo que fora replicado. Isto é, para ilustrar o artigo, embora houvesse referência cronológica aos blocos do IAPB, as imagens poderiam muito bem ser genéricas, trazendo blocos de mesmo projeto e autoria, mas em localização distinta.

A repetição funcionalista de um mesmo modelo arquitetônico para as áreas não monumentais de Brasília parece não representar um problema para Niemeyer, que chega a explicitar sua preocupação com a unidade dos conjuntos para os prédios urbanos mais cotidianos do Plano Piloto, através da fixação de “normas e princípios”. É destacado também o papel de um serviço de aprovação de projetos para a manutenção de certos critérios (NIEMEYER, [1961], 2006):

Com relação aos outros prédios – os prédios urbanos – desejava estabelecer uma disciplina que preservasse a unidade do conjunto, fixando para os mesmos normas e princípios, com o objetivo de evitar, entre outros inconvenientes, as tendências formalistas que vêm desvirtuando a arquitetura brasileira. Com essa intenção, organizamos, mais tarde, um serviço especial de aprovação de plantas, onde, intransigentemente, mantivemos esse critério, recusando as soluções que pudessem comprometer a arquitetura da cidade e estabelecer precedentes lamentáveis, pela repetição de formas características dos prédios governamentais ou outras que se revelassem exóticas e desproporcionais.

(NIEMEYER, [1961] 2006, p. 10)

³⁰O jornalista pernambucano Manuel Mendes chegou em Brasília em 1957, como servidor do Instituto de Previdência de Assistência dos Servidores do Estado (IPASE-RJ). Em “Meu Testemunho de Brasília” (2006), o autor relata sua vivência e fatos históricos da construção da cidade, documentados

detalhadamente através de registros em diário, fotografias e filmes. Posteriormente, o jornalista atuou como colunista do Correio Braziliense por 28 anos.

Para os edifícios monumentais, as ditas arquiteturas de exceção, o arquiteto relata, em contraste, a busca de inovações plásticas sem as amarras impostas pelo funcionalismo:

Minha preocupação era encontrar – sem limitações funcionalistas – uma forma clara e bela de estrutura que definisse e caracterizasse os edifícios principais – os palácios propriamente ditos – dentro de critério de simplicidade e nobreza, indispensável. Mas preocupava-me, fundamentalmente, que esses prédios constituíssem qualquer coisa de novo e diferente [...]

(NIEMEYER, [1961] 2006, pp. 9 - 10)

A publicação “Brasília”, primeiro periódico da cidade, que tinha como objetivo difundir um histórico do andamento e características da construção da cidade trazia, em vários números, boletins a respeito da superquadra do IAPB, bem como das superquadras dos demais institutos. Como o papel da publicação era o de uma espécie de prestação de contas ao resto do país do que vinha sendo produzido na capital, além da difusão dos ideais da arquitetura moderna, a presença dos blocos habitacionais de Oscar Niemeyer em vários de seus exemplares reforça a intenção de que estes fossem tomados como modelo de habitar moderno para construções futuras, não só para o Plano Piloto, como para o resto do país.

Conforme Mendes (2006), havia uma espécie de competição extraoficial entre as construtoras e autarquias da cidade para finalização das diferentes etapas das obras dos blocos de superquadra. Assim nos relata o jornalista:

O entusiasmo era geral. Sem que houvesse qualquer promessa de prêmio, num movimento espontâneo, inspirado no desejo de marcar presença na história de Brasília, começou uma acirrada disputa entre os diversos IAPs, uma corrida desesperada para os primeiros.

(MENDES, 2006, p. 73)

O primeiro edifício a ter sua estrutura concluída foi um dos blocos do IAPB da 108, de acordo com o depoimento de Nauro Esteves, em sua entrevista a Matheus Gorovitz para o livro “A invenção da superquadra”. O presidente Juscelino Kubitschek teria, inclusive, participado da festa da cumeeira em comemoração à ocasião (FERREIRA; GOROVITZ, 2008: pp. 44-45). A informação aparece ainda confirmada por Mendes, que anedoticamente nos relata que a vitória concedida ao bloco K da SQS 108, por ser o primeiro edifício de apartamentos em Brasília a chegar à cumeeira, foi fruto de uma estratégia de execução estrutural não muito usual:

Os blocos tinham seis pavimentos, erigidos sobre pilotis. Para se chegar à cumeeira deviam ser concretadas sete lajes. Foi aí que os engenheiros do IAPB aplicaram o golpe: armaram uma laje sim e outra não. Com apenas quatro lajes concretadas, eles estavam na cumeeira. [...] Apesar dos protestos, as tradicionais folhas de palmeira foram amarradas nas torres do bloco K, da 108.

(MENDES, 2006, p. 74)



Figura 70 – Construção dos blocos do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF 89



Figura 71 – Operários do IAPB reunidos em pilotis da SQS 108 para confraternização. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal



Figuras 72 e 73 (acima) – Missa celebrada em pilotis da SQS 108. Figura 74 – JK e convidados em confraternização em pilotis da SQS 108. Figura 75 - Oscar Niemeyer em celebração na SQS 108.
Fonte das imagens: Arquivo Público do Distrito Federal

A estratégia de concretar alternadamente as lajes dos pavimentos trouxe, ainda segundo o mesmo autor, desafios adicionais para armação das três lajes restantes dos blocos do IAPB. E, por esta razão, estes não foram os primeiros a concluir a alvenaria dos blocos ou a entregar um edifício de apartamentos completamente acabado. O primeiro bloco concluído, pronto a ser ocupado, teria sido o bloco D da SQS 106, realizado pelo IAPC. Já o primeiro instituto a completar um apartamento teria sido o IAPI, na SQS 105 - uma unidade de primeiro andar que, além de contar com todos os acabamentos, luminárias e equipamentos sanitários, teria sido mobiliado para visitação (MENDES, 2006, p. 74).

Bonduki e Koury (2014) destacam a criatividade da equipe do IAPB em Brasília, composta, entre outros, pelo arquiteto João Filgueiras Lima,   época recém-formado. Segundo os autores, a alternância na concretagem das lajes nos blocos desse instituto visava, na verdade, a não paralisa o das obras no período das chuvas. Concretar apenas as lajes ímpares, isto  , a primeira, terceira, quinta e sétima lajes, possibilitou aos operários do IAPB trabalhar sob o abrigo das intempéries. A opera o exigiu altera es no projeto estrutural dos edifícios, a cargo do engenheiro Werner Müller (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 452).

No histórico contido no tombamento da Unidade de Vizinhança, consta o relato de que em fevereiro de 1999, durante uma reforma no bloco C, foram descobertas inscri es realizadas pelos operários   época de constru o sob o reboco antigo. Tais inscri es são descritas como *“nomes, apelidos, frases de saudade da terra natal, desenhos de índios, pássaros, aviões e caub is”*, que contariam a *“história de nascimento de uma cidade”* (GDF, 2007).

A história da SQS 108   parte decisiva para a biografia de Lelé, cuja trajetória profissional ali se iniciou justamente, quando veio, em setembro de 1957 e aos 25 anos, para atuar na constru o dos blocos do IAPB (VILELA JUNIOR, 2018, p. 34). Assim descreve o arquiteto, em entrevista a Adalberto Vilela, a sua vinda para a constru o da nova capital:

Veja bem, eu acreditava extremamente no Plano Piloto, principalmente por causa de Dr. Lucio, mas eu não tinha era uma convic o daquilo que eu iria fazer. Eu, um recém-formado, no meio de um enorme canteiro: “O que eu vou fazer lá? Mas eu fui assim mesmo, sem nenhuma convic o de que eu seria útil [...] Mas ninguém queria ir. Me pegaram a laço. Esse episódio   engraçado: primeiro eu conversei com o Nauro Esteves, que era quem coordenava a equipe [...] depois eu fui falar com o Oscar, e aí me deram um bolo de desenhos dos apartamentos da 108. Eu peguei aquilo e fui para Brasília, mas sem nenhuma convic o. A situa o era tão precária que eu tinha de fazer os acampamentos para começar as obras. Eu não tinha prancheta, não tinha mesa, não tinha nada. Eu levei uma régua e um esquadro. Os primeiros barracões foram feitos assim, sem desenho, pegando os profissionais.

(LIMA [2011] in VILELA JUNIOR, 2011, p.301)

Confrontado com a necessidade de executar, rapidamente, um grande canteiro de obras para abrigar os mais de 2000 trabalhadores que atuavam na construção do IAPB, Lelé desenvolve pavilhões de madeira com peças pré-fabricadas que chegavam prontas do fornecedor, uma vez que os centros de abastecimento eram muito afastados do canteiro da cidade e os materiais chegavam, muitas vezes, inclusive por avião (VILELA JUNIOR, 2018, pp. 34-36). É, portanto, também durante a construção da SQS 108, que se dá a primeira efetiva experiência de Lelé em racionalização de processos construtivos:

[...] pela primeira vez eu senti a necessidade de trabalhar em termos de racionalização, não só para reduzir os custos, mas sobretudo para reduzir os prazos. A primeira providência que tomei foi fazer acampamentos pré-fabricados para poder implantar rapidamente os canteiros. Eu fui responsável pela montagem de todo o acampamento, e naquela época o acampamento era uma cidade. Nós tínhamos 2000 operários que tinham que morar lá, ter refeitórios, lavanderia, todas as coisas. Então precisávamos construir uma pequena cidade que Brasília não tinha. Durante a construção da superquadra ainda não existia nenhuma experiência sobre industrialização e o desperdício de madeira era brutal para fazer o concreto.

(LIMA [1998] in VILELA JUNIOR, 2011, p.31)



Fig. 76 – Pavilhão de madeira desenvolvido por Lelé para o canteiro de obras da SQS 108. Autor: M. Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal



Fig. 77 – Vista do canteiro de obras da SQS 108. Autor: M. Fontenelle. Fonte: ArPDF

Para construção do canteiro do IAPB da 108, Lelé relata ter montado, com a ajuda de dois carpinteiros alemães, uma grande oficina no terreno da SQS 109, também do IAPB. O acampamento do IAPB tornou-se, então, um dos mais bens executados, chegando a hospedar visitantes e ter seu refeitório frequentado por Oscar Niemeyer (LIMA [2011] in VILELA JUNIOR, 2011, p. 302).

Manuel Mendes destaca que, à época dos primeiros anos de construção, os endereçamentos em Brasília eram referenciados não pela numeração das quadras, mas pelo nome de cada instituto:

Em 1957 os institutos estavam montando seus acampamentos. Na ocasião, as quadras não se distinguiam porque não havia as atuais ruas divisórias, onde se instala o comércio local. O cerrado era contínuo e denso e, no seu meio, como ilhas, os acampamentos. Em razão disso, até finais de 1959, ninguém conhecia ou chegava a uma SQS por seu número correspondente e sim pelo nome do instituto ou construtora que ali estava instalada.

(MENDES, 2006, p.36)



Figura 78 – Sinalização do canteiro de obras do IAPB. Fonte: ArPDF

Esta identificação das superquadras pelos nomes dos institutos e não pelo ordenamento ao longo do Eixo Rodoviário estendeu-se até alguns anos depois da inauguração da cidade e ocupação das quadras, uma vez que frequentemente, em reportagens em jornais da primeira década da cidade, a superquadra da SQS 108 era denominada simplesmente “superquadra do IAPB”, ou mesmo “IAPB”.

Assim como para Lelé, os acampamentos dos Institutos são descritos pelo jornalista Mendes como minicidades em madeira, onde aconteciam, inclusive, pequenas festividades:

O acampamento era como uma pequena cidade em si, independente e com vida própria. Todos possuíam uma cantina, ponto de reunião das famílias, sobretudo aos sábados e domingos. Ali se realizavam as festinhas de aniversário, Natal e Carnaval. Como televisão e fitas de vídeo ainda estavam muito longe, alguns institutos compraram projetores de 16 mm para o cineminha de fim-de-semana (sic)[...] Também o IAPB e a Construtora Rabelo passaram a adotar o cineminha em seus acampamentos, alugando filmes no Rio.

(MENDES, 2006, p. 37)

O pioneiro narra ainda que, em 10 de novembro de 1958, o presidente Juscelino teria participado de um grande churrasco para cerca de 300 pessoas, nos pilotis de um dos blocos do IAPB, com longas mesas improvisadas a partir de pranchas das obras (MENDES, 2006, pp. 78-79).

Seus relatos incluem também a diferenciação na qualidade dos alojamentos destinados aos operários, geralmente precários e com área reduzida, daqueles destinados aos engenheiros, arquitetos e demais técnicos, mais confortáveis. Entre os desafios enfrentados pelos institutos e construtoras, são citados os atrasos no recebimento dos materiais, as dificuldades para contratação de mão-de-obra, a

distância dos grandes centros fornecedores, precariedade das estradas de acesso à cidade e carência de energia elétrica, inicialmente provida por geradores. Estão descritas também as condições adversas de trabalho dos operários, que atuavam sem equipamento de proteção em regimes de até 16 horas diárias. Mendes chega a relatar ainda um acidente ocorrido com operários do IAPB:

Ao lado de tudo isso, não existiam, em nenhuma obra dos IAPs, até 1960, os modernos guindastes de hoje. Usavam-se torres de madeira, com até 30 m de altura e um guincho à guisa de elevador. Por ali tinham que içar todo o material, até a última laje. O ferro e a madeira, por serem longos, subiam em molhos, puxados a mão, por meio de cordas e roldanas. Até o primeiro andar usavam-se rampas de madeira, por onde os serventes subiam, com suas giricas carregadas de concreto. Daí para cima, tudo subia pelo guincho, inclusive os operários.

Um dos mais sérios acidentes aconteceu na SQS 108, quando um desses guinchos, cheios de operários, despencou matando quatro deles.

(MENDES, 2006, p. 75)

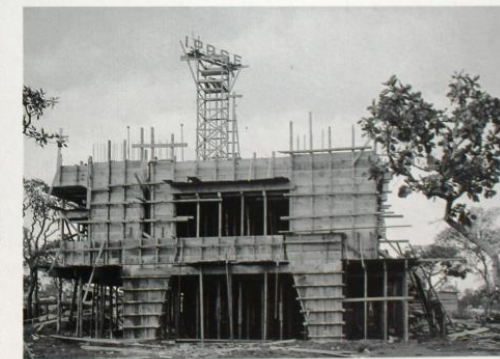
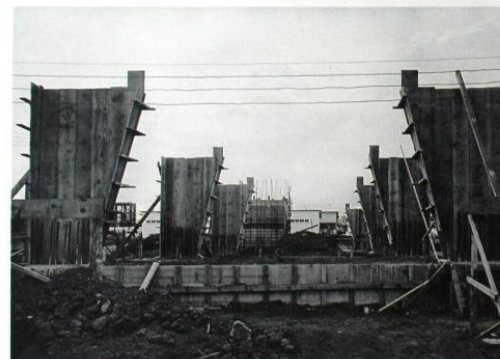
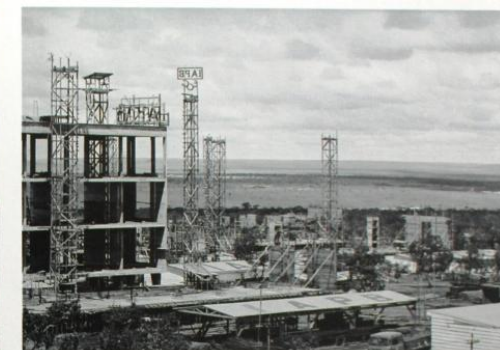




Figura 83 – Foto da construção de bloco do IAPB que mostra a concretagem intercalada das lajes dos pavimentos e as torres de madeira utilizadas no canteiro. Fonte: Arquivo Público do DF.



Figura 84 - Foto da construção dos blocos do IAPB. Figura 85 – Formas em madeira para concretagem dos pilares. Figura 86 – Execução por etapas dos brises em concreto. Fonte: Arquivo Público do DF.

Além de ter sido difundida como a primeira superquadra a ter seus blocos concluídos, várias reportagens encontradas em jornais da época destacavam o fato de a quadra do IAPB ter sido também a primeira superquadra a ser urbanizada. Uma reportagem do jornal carioca Última Hora de 12 de setembro de 1960 informava que o Presidente JK participou no dia 11 de setembro do mesmo ano, de cerimônia de inauguração da pavimentação, jardins, arborização e "playground" da superquadra SQS 108 (BRASÍLIA...,1960). Ainda hoje, a quadra apresenta, na área do parque infantil, um mastro de bandeira não utilizado e um pequeno púlpito cuja placa comemorativa se perdeu, prováveis resquícios da cerimônia de inauguração.

De acordo com o levantamento histórico que consta no processo de tombamento da Unidade de Vizinhança pelo GDF, o próprio Juscelino Kubitschek teria sido proprietário de um apartamento na SQS 108, supostamente localizado no bloco J. O presidente teria ainda o costume de apresentar a quadra como modelo de habitação em Brasília para os visitantes ilustres que vinham conhecer a cidade (GDF, 2007).



Figura 87 - Projeto de urbanização e jardins da SQS 108. Autor: Marcel Gautherot.
Fonte: Instituto Moreira Salles

Em 2009, foi realizado um inventário da Unidade em Vizinhança pelo Iphan. No que tange à preservação dos blocos de superquadra, tal inventário sugeria um grau de proteção 2 a todos os edifícios residenciais das SQS 107, 108, 307 e 308, por apresentarem valor histórico e arquitetônico e formarem um conjunto único (IPHAN, 2009). Este nível 2 de proteção garantiria que tais edifícios fossem preservados em seus materiais originais em seus aspectos externos, ou seja, pilotis e fachadas, e que quaisquer intervenções dessa natureza devessem ser autorizadas por órgãos do patrimônio. No caso dos edifícios já bastante descaracterizados, sugeria-se que, em reformas posteriores, fossem retomados os materiais originais³¹.

O inventário trazia também uma breve descrição e a análise do estado de conservação de cada um dos edifícios residenciais no momento de sua publicação (2009), ilustrando com fotos algumas das intervenções posteriores à construção e sua consequente parcial descaracterização.

Logo após a publicação do inventário, a Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal tombou o conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Unidade de Vizinhança em decreto de nº30303/09.³²

Muito embora haja esta proteção legal do conjunto destes edifícios por parte do Governo do Distrito Federal e ainda a indicação do Iphan de que se respeitasse a originalidade dos pilotis e fachadas da obra, a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal³³ alegava dificuldade de gerir e atuar sobre este patrimônio

justamente por indefinições quanto ao que deve ser preservado e o que deve ser considerado original, no caso específico dos blocos de apartamentos. Um dos principais problemas enfrentados seria a carência de bases iconográficas organizadas que pudessem respaldar tais decisões.

Com o objetivo de contribuir minimamente para a tomada de decisões, julgou-se relevante pesquisar e descrever desenhos, imagens e outros documentos relevantes sobre a SQS 108. Os desenhos técnicos referentes aos blocos do IAPB encontrados por esta pesquisa, quase todos localizados no Arquivo Público do Distrito Federal, foram digitalizados e anexados ao final desse trabalho.

Dos desenhos encontrados, quase todos traziam a assinatura do arquiteto Nauro Esteves, então responsável, como já dito, pela supervisão da produção do Departamento de Arquitetura.

Sobre a materialidade dos blocos da SQS 108, o inventário realizado pelo Iphan em 2009 trazia uma breve descrição dos materiais supostamente empregados na construção destes blocos e sugeria ainda que revestimentos similares fossem resgatados em reformas posteriores. Os materiais sugeridos pelo Iphan são: piso dos pilotis em cerâmica preta (IPHAN, 2009, vol. 1, p. 50) ou pedra Pirenópolis (IPHAN, 2009, vol. 4, p.32), pastilhas cerâmicas brancas para as fachadas laterais, pilares em concreto aparente, brises em concreto aparente e cobogós chapiscados em branco (IPHAN, 2009, vol. 4, p.32).

³¹A questão sobre os conceitos de originalidade e autenticidade em teoria do patrimônio e preservação será retomada, de forma mais minuciosa, no capítulo 3 desta dissertação.

³²Diário Oficial do Distrito Federal – Decreto de Tombamento da Unidade de Vizinhança - nº 30303/09, publicado em 28/04/2009

³³O depoimento foi dado à autora, em abril de 2018, pelo então diretor de preservação da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, Rodrigo Figueiredo.

Foram encontrados desenhos que realmente traziam algumas das especificações de materialidade descritas para as fachadas pelo inventário de 2009. Os desenhos encontrados descrevem pilares em concreto aparente, chapisco branco para os cobogós e revestimento em pastilhas brancas de 2,5 x 5 cm tanto para as empenas laterais, quanto para as bordas das fachadas principal e posterior e ainda para o revestimento externo das torres de circulação. Para as placas verticais e horizontais dos brises, há a indicação de concreto aparente. A coloração dos parapeitos das fachadas com brises não está descrita.

Mas, quando confrontamos tal descrição ao material fotográfico do início da construção de Brasília e a outros desenhos (plantas mais recentes, também com a assinatura de Esteves) disponíveis para consulta, nos deparamos com uma série de imprecisões e dificuldades em definir onde se situaria esta originalidade e seu respeito às intenções de projeto, já que os materiais descritos são diferentes dos anteriormente mencionados. Em consulta a fotos antigas dos edifícios, também de acervo do Arquivo Público do DF e ainda ao livro Arquivo Brasília (organizado pelos fotógrafos Kim e Weseley), foram realmente identificados pilares em concreto aparente. Já a descrição cromática das fachadas, reduzida ao branco e a tons de cinza para o inventário do Iphan de 2009, não parece ter respaldo iconográfico definitivo, uma vez que algumas imagens antigas da construção indicam fachadas suavemente coloridas. Em uma foto, um bloco com fachada envidraçada parece apresentar pequenas faixas em tons suaves de cinza-azulado e outra traz um segundo bloco, que apresentava tons de alaranjado claro nos parapeitos das fachadas com brises. A nomenclatura dos blocos não pôde ser identificada.



Figuras 88 e 89 - Fotos dos blocos do IAPB que fornecem indícios de que as fachadas poderiam ser levemente coloridas. Fonte: Arquivo Público do DF.

Em vários desenhos de pilotis, pode-se identificar a proposição de uma laje de cobertura que serviria de abrigo para uma garagem, e de um pequeno volume com apartamento para zelador (não executados). O piso dos pilotis seria em cimentado com junta de madeira ou em pedra Pirenópolis, com alguns trechos

gramados formando jardins retangulares. Não há a informação de piso cerâmico preto, conforme indicado pelo inventário. Percebe-se também o marcante desenho sinuoso dos calçamentos (que formam um contínuo com o piso dos pilotis) e das áreas asfaltadas.

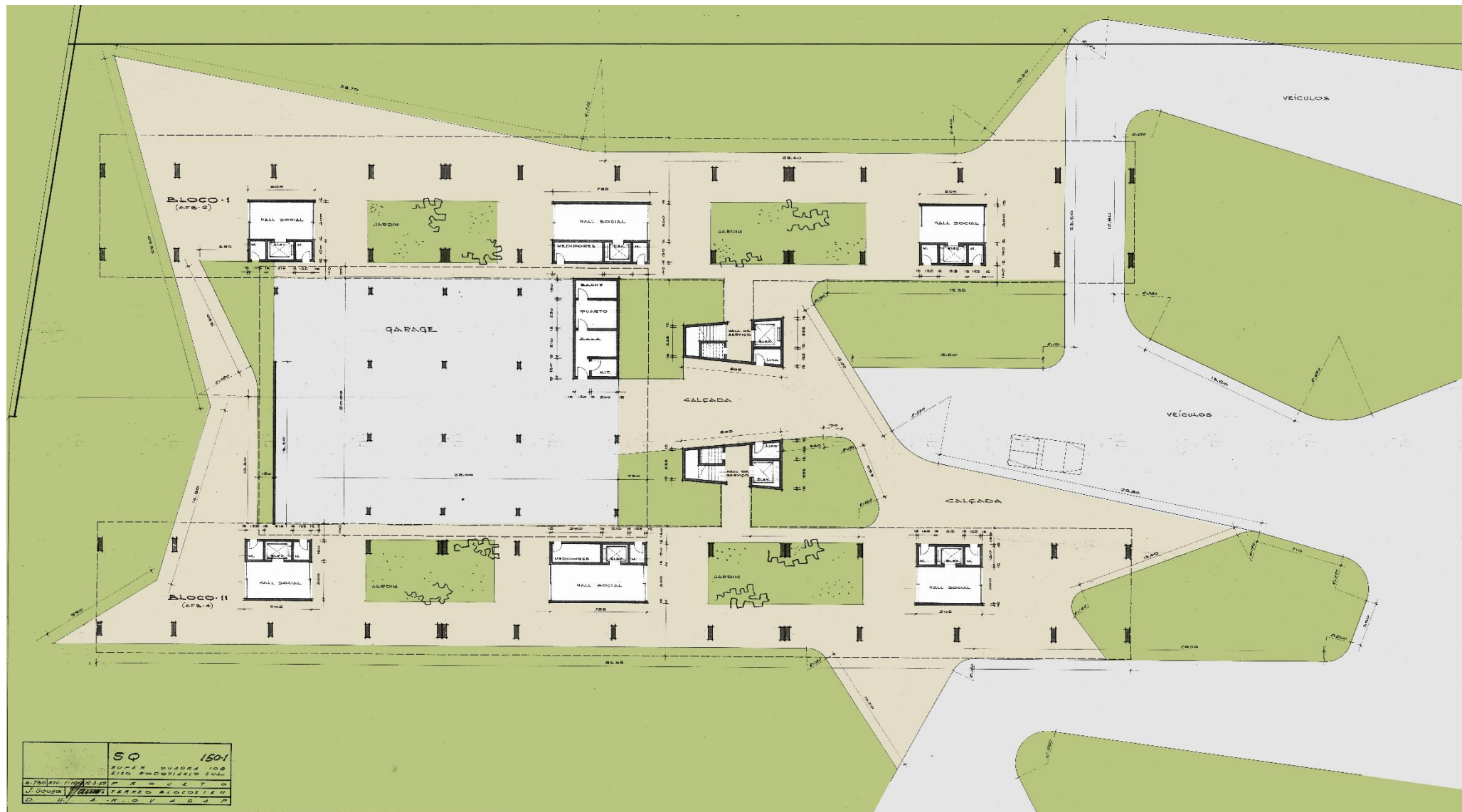


Figura 90 – Desenho datado de março de 1959 com indicação de proposta de térreo (não executada) para os blocos 1 (atual bloco A) e 11 (atual bloco B). Fonte: Arquivo Público do DF. Desenho interpretado 101 em cores por essa pesquisa e tratado por Dante Akira Uwai.

O projeto de canteiros com jardins no interior dos pilotis parece ter mesmo sido, em alguma medida, executado, como nos atestam as imagens da sequência cinematográfica de Fernando Coni Campos.



Figura 93 – Imagem que atesta a existência de jardins nos pilotis da SQS 108, em filme de 1964. O piso parece ser de placas de cimento. Fonte: Quadro retirado do filme “Brasília, planejamento Urbano” (1964), de Fernando Coni Campos, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk&t=714s



Figuras 94 a 117 – Quadros seleccionados pela autora do filme “Brasília, planejamento Urbano” (1964), de Fernando Coni Campos, que retratam a SQS 108 e alguns equipamentos da Unidade de Vizinhança nº 1.
 Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk&t=714s

Quanto aos materiais especificados em algumas plantas de pilotis estão indicados: para o revestimento dos pilares, monolítico cinza grão nº2; para as superfícies externas das paredes dos halls sociais (volumes das prumadas de acesso), pintura a óleo na cor azul ultra-mar; para o interior dos halls sociais, pintura a óleo na cor cinza e lambris em madeira peroba; para o piso do interior dos halls sociais, encontrou-se a especificação de “*marmorite beige*”.

Em visita realizada ao bloco A, constatou-se o uso de madeira no hall de entrada que, segundo depoimento de moradores³⁴, seria original.



Figuras 118 e 119 – Imagens do uso da madeira no hall de entrada do bloco A. Fonte: autora

Em depoimento oral³⁵, moradores do bloco G da SQS 108 também afirmaram que o piso original dos pilotis do bloco era em placas cimentadas. E, que em reforma realizada na década de 1970, tal revestimento foi substituído pela atual granitina e os pilares revestidos em mármore branco.

O piso dos pilotis originalmente executado em placas cimentadas - e não em cerâmica preta ou pedra Pirenópolis, como descrito no inventário do Iphan – foi respaldado ainda pelo depoimento de moradores antigos do bloco A.

Interessante ainda quanto ao levantamento histórico da materialidade destes projetos é um trecho da entrevista do arquiteto Luiz Pessina, que pertenceu à divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras no Distrito Federal, também para o livro “A invenção da superquadra”, em que ele descreve como se deu a mudança de pintura de fachada para um dos blocos da SQS 108, solicitada por um síndico, em 1969:

Um síndico foi à DLFO pedir licença para pintar o bloco e eu achei legal, mas ele queria pintar de cinza. Eu disse que iria ver o bloco dele e então aprovaria ou não. E levei o Athos Bulcão comigo, à 108 Sul, que sugeriu terra de Siena para os parapeitos e areia para os brises. O síndico gostou, agradeceu muito e assim o fez. E no final, o prédio ficou muito elegante. O Athos dizia que os prédios de Brasília deveriam ter cores que não brigassem com a paisagem. Mas isso foi em 1969, não sei se o prédio continua do mesmo jeito. Hoje, você vê os prédios serem pintados de qualquer maneira. [...] O Código de Obras estabelecia isso. Você aprovava pintura, examinava letreiro, etc. [...] Os projetos não deveriam criar desarmonia com o restante do ambiente já edificado. [...] Quando fiz meu primeiro projeto, usei um conjunto de normas contidas em quatro folhinhas. Era simples e muito bom. Aquela idéia (sic) do Dr. Lucio:

³⁴ Os depoimentos dos moradores do bloco A foram feitos à autora em junho de 2019.

³⁵ Os depoimentos dos moradores do bloco G foram feitos à autora em maio de 2018.

o que é realmente necessário é que seja um bom arquiteto. [...] O Código ficou mais complicado.

(PESSINA [2006] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, pp. 109-110)

Luiz Pessina relata como se dava a dinâmica de aprovação de modificações em edifícios no início da cidade e faz, assim, uma crítica ao atual processo de aprovação.

É importante registrar ainda que, em consulta à Administração Regional do Plano Piloto, órgão responsável por aprovar obras e modificações de arquitetura na Asa Sul, o dossiê com o endereçamento da SQS 108 não foi localizado. Por isso, não se pôde encontrar qualquer documento que esclarecesse como se deu o processo de aprovação das modificações posteriores.

Embora tenham sido encontrados alguns desenhos técnicos no Arquivo Público do Distrito Federal, devido ao acelerado ritmo de construção dos edifícios, a fim de que fossem finalizados antes da inauguração da cidade, muitos detalhes acabaram sendo desenvolvidos e resolvidos *in loco*, sem documentação de respaldo.

Segundo ainda o depoimento de alguns moradores, por serem muito antigos, os blocos não apresentariam sequer habite-se³⁶, o que dificulta bastante o processo de aprovação de projetos, portanto, acredita-se que muitas das modificações nas fachadas e pilotis dos edifícios possivelmente tenham sido realizadas sem qualquer tipo de aprovação pela esfera pública.

³⁶Habite-se é o documento que atesta que o imóvel foi construído de acordo com as normas da prefeitura local ou, no caso de Brasília, do Distrito Federal. É um documento necessário tanto para a fase de construção quanto para a aprovação de reformas ou obras posteriores.

Outro ponto de dificuldade a ser mencionado para o levantamento iconográfico é a descentralização da documentação referente à SQS 108. Alguns desenhos originais referenciados em publicações anteriores não puderam ser encontrados, por mudanças na organização e localização dos acervos. E os abundantes desenhos originais sobre os edifícios encontrados no Arquivo Público do DF (referentes a instalações hidráulicas, elétricas e inclusive de detalhamento de armários e áreas molhadas) nos levam a crer que o real volume de desenhos arquitetônicos produzidos pelo Departamento de Arquitetura possa ser ainda maior que o localizado por esta pesquisa.

Embora este não seja o foco da dissertação, parece importante registrar que foi possível encontrar algumas plantas mobiliadas com especificações mais gerais de materiais, tanto para o interior das unidades dos apartamentos quanto para as galerias de circulação e acesso aos elevadores em cada andar. De acordo com os desenhos do Arquivo Público do DF, foram especificados para a sala dos apartamentos piso em *“taco espinhado sem tabeira”*, *“paredes com pintura a óleo”* e *“teto com caiação”*; para os dormitórios, as especificações de piso e teto são as mesmas, mas para as paredes foi especificado *“gesso cola”*. A mesma prancha com a planta baixa das unidades com *layout* do mobiliário traz ainda na porção superior ao desenho as informações *“pisos: cerâmica”*, *“paredes: azulejos brancos até o teto”* e *“teto: caiação branca”*, supõe-se que para banhos e cozinha.

A descrição das longas galerias de acesso às unidades, trazem as seguintes informações: *“concreto aparente”* para as lajes, *“caiação”* para os cobogós e piso

em “marmorite”. Foi encontrado ainda o detalhe de um acabamento em gesso para o teto das galerias, como uma alternativa para resguardar as janelas da cozinha e área de serviço (página 309 dessa dissertação).

Os halls dos elevadores nos andares tipo dos apartamentos de tipo AFB descrevem também piso em “marmorite”, “parede com pintura a óleo” e “teto com caiação”.

Outra fonte documental muito importante sobre os blocos da SQS 108 são as imagens reveladas pelas lentes de sensíveis fotógrafos como Marcel Gautherot, Mário Fontenelle, Jesco von Puttkamer, João Gabriel Godim de Lima e irmãos José e Humberto Franceschi.

A parceria entre arquitetos e fotógrafos constitui um marco para a difusão da arquitetura da primeira metade do século passado. Sobre a documentação e divulgação das obras do movimento moderno brasileiro, destaca-se Marcel Gautherot, arquiteto e fotógrafo francês, que se radicou no Brasil a partir da década de 1940. O estado brasileiro desempenhou um papel importante enquanto promotor da associação fotógrafo-arquiteto, tendo o próprio Gautherot sido convidado por Rodrigo Mello Franco de Andrade para atuar como colaborador do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir deste contato, foram realizados registros para o hotel de Ouro Preto, para a Casa de Baile e o Yatch Club da Pampulha, dando início assim à sua associação a Oscar Niemeyer. (BREIER; SCHLEE; PEREIRA, 2011)

Marcel Gautherot produziu extenso material fotográfico sobre a construção e primeiras décadas de Brasília. Os blocos de superquadra de tipo AFA e AFB foram amplamente documentados pelo fotógrafo. Nos acervos do Iphan e do Instituto Moreira Salles, constam ao menos 80 imagens de sua autoria, retratando os blocos em diferentes momentos³⁷. As fotografias retratam os edifícios em contextos diversos: há representações do canteiro, com ou sem a presença de operários; há fotos do contraste social de precários barracos de alojamento improvisados vizinhos aos blocos recém-construídos e de linhas regulares; há imagens do conjunto arquitetônico e outras que parecem enfatizar o projeto urbanístico e paisagístico da superquadra. Sobre as imagens com presença de moradores, algumas revelam crianças brincando no parque infantil, outras, noturnas, evidenciam a presença humana através dos interiores iluminados das fachadas envidraçadas dos apartamentos. Em algumas fotografias, Gautherot incluía a silhueta de sua sombra dentro do enquadramento das cenas urbanas, realizando espécies de autorretratos sobre a presença do fotógrafo na cidade.

Nascimento (2011) chama a atenção para o fato de que as imagens dos edifícios modernos mais comumente difundidas pelas publicações de arquitetura, embora constituam importantes fontes históricas e documentais para o patrimônio, são geralmente em preto e branco e representam edifícios recém-inaugurados, sem as marcas do tempo e frequentemente sem a presença de usuários ou do entorno, “a atenção mais pela forma do que pela materialidade” (NASCIMENTO, 2011, p. 267). Tais fotografias são, em geral, representações da pureza geométrica de volumes e

³⁷ Foram encontradas imagens dos edifícios datadas de 1960, 1962, 1968 e 1972 de autoria de Gautherot.

linhas a partir de ângulos precisamente controlados, não chegando a revelar a integralidade das construções ou o espaço como de fato vivenciado.

Algumas destas fotografias de edifícios tornaram-se icônicas, tendo sido divulgadas por periódicos e livros de arquitetura mundo afora, eternizando uma imagem imaculada de algumas obras que nunca chegaram a representar a realidade dos edifícios em uso.

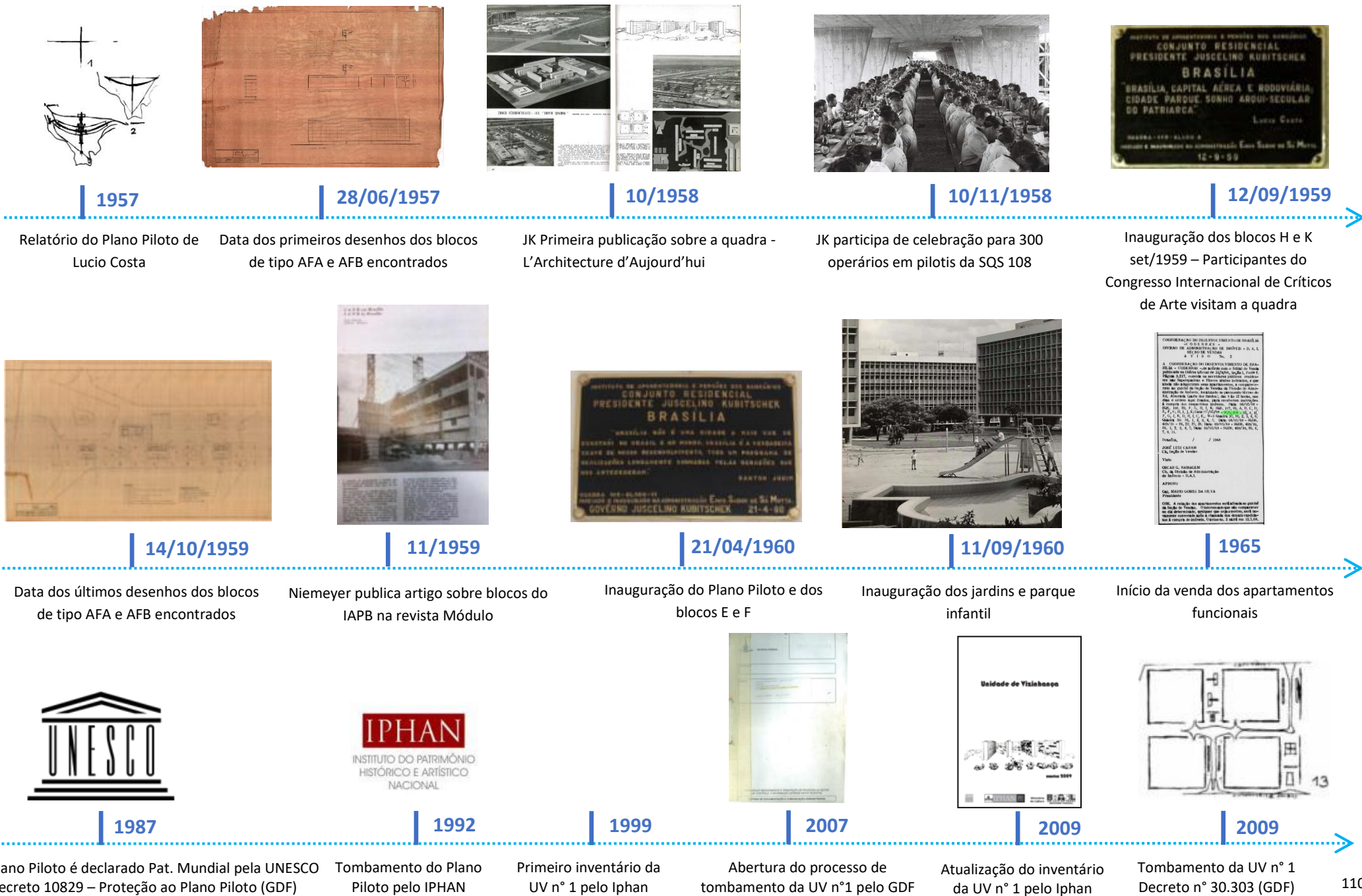
Este parece ser o caso quando analisamos o conjunto de imagens que foram divulgadas sobre a SQS 108 na maior parte dos periódicos no Brasil e internacionalmente. Embora algumas publicações mais recentes, como “A invenção da superquadra” ou o trabalho fotográfico de Wen (2011) representem os blocos da SQS 108 em cores, com seus materiais, desgastes do tempo e transformações, a superquadra ainda é, mesmo hoje, frequentemente difundida a partir das fotografias das suas primeiras décadas de ocupação.

As imagens da SQS 108 que privilegiam a representação da forma arquitetônica em detrimento da materialidade ou do seu uso constituem, possivelmente, parte da base para as primeiras críticas que surgem à SQS 108 e ao modelo de habitação brasiliense, reunidas no próximo subcapítulo. As críticas iniciais à SQS 108 parecem ter influenciado algumas visões que até hoje, a nosso ver, frequentemente analisam a superquadra a partir de um ponto-de-vista externo, que pouco considera as relações estabelecidas com moradores e comunidade, tomando-as como espécies de objetos abstratos e inertes, carentes de humanização e, portanto, desprovidos de grande interesse cultural.

Considerando que as visões intersubjetivas são relevantes para a construção da significância cultural de um sítio, o texto segue reunindo críticas que tratam especificamente da SQS 108 e ainda reportagens de jornais sobre seus primeiros anos de ocupação. Entende-se que a reunião dessas informações, confrontada depois à ocupação e estado de conservação dos blocos atualmente, pode contribuir para a sua valoração e ajudar a balizar futuras decisões patrimoniais.

Cronologia: SQS 108

Figura 120 – Cronologia da SQS 108. Fonte: elaboração própria



2.2 Televisões de candangos, reprodução seriada e monotonia? A crítica e a ocupação inicial da SQS 108

Superquadra

na entrada

um quebra-molas

e uma banca

de jornal

blocos blocos blocos

blocos blocos blocos

blocos blocos blocos

Nicolas Behr, 2017, p. 15



Figura 121 – Fotografia de fachada envidraçada de bloco de tipo AFA ou AFB na Asa Sul, 1960. Autor: Peter Scheier. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

A arquitetura dos blocos da SQS 108 e, de maneira mais geral, a forma de habitar que a nova cidade propunha foram objeto de crítica por parte de muitos, não apenas por críticos e historiadores de arquitetura, mas também antropólogos, jornalistas e moradores da cidade. Este subcapítulo propõe uma análise dos blocos do IAPB partindo de pontos-de-vista de diferentes atores, relacionados a informações reunidas a respeito de seus primeiros anos de ocupação em publicações e jornais. Entende-se a reunião desses pontos-de-vista como elemento importante para a construção de uma valoração intersubjetiva do objeto de estudos e como parte das bases para a determinação de sua significância para escala residencial de Brasília. Essa abordagem está em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Icomos (2017) para preservação de sítios modernos, que encoraja ao máximo a reunião de fontes primárias, tais como relatos de arquitetos, construtores, clientes, usuários e outros membros da comunidade envolvidos na sua criação e ainda pelas cartas patrimoniais, que entendem a significância de um bem em relação com o seu contexto sociocultural. A recepção que os blocos da SQS 108 tiveram por parte da crítica pareceu sobretudo importante para a análise de seu valor artístico e para a definição dos seus atributos a serem preservados sugeridos no último capítulo desta dissertação.

José Pessôa, arquiteto, professor e antigo colaborador do Iphan, no artigo intitulado “O tombamento de um centro histórico moderno” (PESSÔA, [2005] 2012, pp. 298-305) discorre sobre a forma como se deu o desenvolvimento do Plano Piloto de Brasília em seus primeiros anos e analisa as particularidades sobre seu processo de tombamento, já mencionadas brevemente na introdução deste trabalho. O autor ressalta a ocupação desigual nas primeiras décadas da cidade, que se concentrou majoritariamente na parte Sul do Eixo Rodoviário, e comenta o

ineditismo de um tombamento baseado no conceito de escalas, que buscava preservar sobretudo “*princípios volumétricos e espaciais*”, sendo a rigor possível, à exceção dos palácios e outros edifícios excepcionais, demoli-los e manter apenas a volumetria pré-estabelecida. No trecho em que discorre sobre a escala residencial, as superquadras são enaltecidas como o “*grande elemento inovador de Brasília*” e, ao mesmo tempo, como “*objeto de maior crítica*” e “*pressão*” do mercado imobiliário, sobretudo pelo gabarito reduzido uniforme e a baixa densidade. (PESSÔA [2005] 2012, p.301)

Para Pessôa, a ocupação das primeiras superquadras e do modelo desenvolvido por Niemeyer para os blocos AFA e AFB representam a concretização de uma solução que já havia sido esboçada por Lucio Costa em seus croquis para o Plano Piloto e nortearam o ordenamento de quase todo o Eixo Rodoviário:

O modelo inicial de ocupação das primeiras superquadras da Asa Sul projetadas por Oscar Niemeyer – onze prédios em lâmina, numerados pelas letras do alfabeto, tendo os dois últimos, dispostos lado a lado, as letras J e K numa curiosa homenagem ao presidente fundador da cidade, Juscelino Kubitschek – tornou-se uma regra informal. Mesmo não sendo obrigatório, este modelo estará presente, com pequenas variações, em quase todas as superquadras até hoje construídas [...] A ocupação das superquadras por prédios em lâmina já estava ilustrada nos esboços de Lucio Costa para o plano piloto. É curioso constatar que a força deste desenho inicial, desenvolvido nos primeiros projetos de superquadras de Oscar Niemeyer, irá ser um elemento ordenador de quase toda ocupação sucessiva, tornando um padrão exatamente aquilo que, segundo o plano, não deveria ter um modelo fixo. Este padrão de edifício é uma solução recorrente da arquitetura residencial moderna brasileira dos anos 1940 e 1950, pelas vantagens que trazia para a ventilação das unidades residenciais.

(PESSÔA, [2005] 2012, p. 302)

De maneira análoga à Pessôa, Machado (2007), em “Superquadra: pensamento e prática urbanística” reconhece “*um processo de difusão social*” das organizações espaciais propostas pelas primeiras quadras, sobretudo da Asa Sul. Tal processo resultou não só na aceitação do modelo, mas em sua reprodução pelos arquitetos que atuavam nos projetos urbanísticos das superquadras, culminando com sua transformação em tipos. A superquadra do IAPB, desenvolvida por Niemeyer e sua equipe, é reconhecida pela autora como um “*tipo consagrado*”, cujas principais características difundidas foram: “*11 blocos, representação da torre de circulação do edifício em área pública, garagens cobertas³⁸, anexas às projeções, e sistema viário do tipo ameiba*” (MACHADO, 2007, p. 74)

O depoimento de Nauro Esteves nos ajuda a compreender como se deu este processo de difusão de um modelo inicial que acabou sendo replicado por uma razão prática, a urgência em se aprovar e executar com certa agilidade trecho da escala residencial:

O governo deu duas quadras e financiamento para construir, nós recebemos a coisa para fazer. Tínhamos o esquema de uma Superquadra, não íamos repeti-lo em todas, seria a maior chatice, não? Mas, nós tínhamos que fazer aquilo. Nós fizemos o seguinte: eu fiz uma superquadra e, dessa, nós fizemos seis, seis superquadras, girando assim, virando assim, com o mesmo desenho básico.

(ESTEVES, [2005] in FERREIRA; GOROVITZ, p. 103)

A definição desse modelo muitas vezes compreendido como esquemático para as superquadras, imposto em grande parte pela urgência para a construção da cidade,

foi alvo de crítica dos participantes do Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte.

De acordo com Rossetti (2009), o congresso internacional foi realizado entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília em setembro de 1959, quando o Plano Piloto era ainda um grande canteiro-de-obras, e reuniu um grupo que contava com nomes ilustres como Giulio Carlo Argan, Bruno Zevi, Eero Saarinen, Jean Prouvé, Richard Neutra, entre outros. Brasília, com seus diferentes setores ainda em construção, é então tema central dos debates sobre a cidade e a arquitetura moderna instituídos pelo congresso e que acabam se desdobrando em críticas posteriores. A realização do congresso internacional em Brasília está inserida nos planos estratégicos de JK de difusão e promoção, tanto nacional quanto internacionalmente, de uma imagem de modernidade do país, cuja transferência da capital era o maior símbolo. O evento é tido como o ápice de uma política internacional brasileira que vinha sendo estabelecida de convidar e receber variadas personalidades da comunidade internacional para conhecer a cidade em obras. Além de objetivarem a promoção de uma imagem desenvolvimentista para o país, tais práticas contribuiriam para validar internamente o ambicioso projeto de transferência da capital, que sofria com fortes forças políticas contrárias e descrença por parte da opinião pública. Aos participantes do Congresso Internacional dos Críticos de Arte, o próprio Niemeyer, junto ao resto da comitiva, apresentou não só as obras arquitetônicas da escala monumental da cidade, concluídas ou não, mas também a Igrejinha, as superquadras e seus blocos de apartamentos (ROSSETTI, 2009).

³⁸ Como já colocado no subcapítulo anterior, as marquises de cobertura para automóveis não cehagaram a ser executadas na SQS 108.

Àquela altura, setembro de 1959, a SQS 108 e seus blocos, junto a outras superquadras pioneiras da Asa Sul³⁹, eram exibidos como modelo para a habitação na nova capital. Assim descreve o arquiteto e historiador italiano Bruno Zevi, em janeiro de 1960, suas impressões sobre as áreas residenciais para a nova capital:

O que talvez mais preocupe no plano piloto de Lucio Costa é o anonimato dos núcleos residenciais, uniformizados pela maré dos *superblocks*. A composição das superquadras é bem estudada, porque prevê, próximos aos edifícios residenciais, uma escola elementar, um liceu ou colégio, uma capela, um mercadinho e um supermercado. O efeito do conjunto é, no entanto, devastador. Ao vê-los construídos, esses blocos de apartamentos também funcionalmente discutíveis, experimenta-se uma sensação de desorientação.

(ZEVI, [1959] 2012 p. 68)

Em texto de novembro de 1959 intitulado “Brasília – uma capital pré-fabricada” Françoise Choay destaca a “urgência obsessiva” e a “fixação no prazo” para a inauguração da cidade, que impuseram um ritmo acelerado de trabalho para a execução dos projetos da capital. Sobre as superquadras pioneiras, em fase de conclusão, cita especificamente as projetadas por Niemeyer e as define enquanto soluções esquemáticas:

Essas, segundo reconhece o próprio Niemeyer, não passam de esboços de soluções, efetuados às pressas para atender à demanda mais urgente.

(CHOAY, [1959] 2012 p. 65)

³⁹ De acordo com os dados reunidos por esta pesquisa, em setembro de 1959, quando o congresso internacional foi realizado, nenhuma superquadra estava concluída. Na SQS 108, já haviam sido inaugurados os blocos H e K e os demais estavam ainda em construção. Além dos blocos de tipo AFA e AFB, JK e AP-05 de Oscar Niemeyer, são destacados como pioneiros os blocos de Hélio Uchôa, realizados pelo (IAPI) na SQS 105. De acordo com Ferreira e Gorovitz (2008) e ainda as matérias de jornal encontradas pela pesquisa, são também apontadas como pioneiras as quadras SQS 206 e 208

A historiadora francesa compara então os blocos de Niemeyer às “*Habitations à Loyer Modéré*”, moradias populares em seu país de origem:

O arquiteto até o momento realizou apenas blocos comparáveis às HLM de nossas periferias. Os pilotis e a policromia são às vezes usados com mais propriedade, mas a organização do espaço interno é similar [...] não é mais bem estudado que nas HLM, quer se trate do isolamento acústico, quer da ventilação.

(CHOAY, [1959] 2012, p. 65)

Em seguida, manifesta a expectativa de que as outras superquadras, a serem desenvolvidas por outros arquitetos a partir da inauguração da cidade “*tratam seriamente do conforto das habitações, que hoje deveria ser a preocupação central dos arquitetos.*”⁴⁰ (CHOAY, [1959] 2012, p. 65)

Reconhecendo a relevância do programa habitacional para o século XX, a historiadora lamenta a constatação de que o mesmo cuidado e atenção voltados aos palácios e edifícios públicos de Brasília não tenham sido conferidos à construção do seu setor habitacional. Ao mesmo tempo em que fez duras críticas ao Plano Piloto e, mais especificamente, às suas soluções para a habitação, destacou a realização da capital enquanto “*exemplo de coragem e ousadia*” e concluiu seu texto relativizando suas críticas, que seriam “*poucas*” e de caráter “*construtivo*”, consequência dos complexos processos envolvidos para a fundação de uma cidade contemporânea. Talvez um ponto importante seja que a despeito

(IPASE), SQS 106 e 306 (IAPC), SQS 107 (IAPTEC), SQS 105 (IAPI) e SQS 104 e 304 (CAPFESP), além das superquadras duplas representadas então pelas SQSs 411, 412, 413 e 414.

⁴⁰ Embora não tenha sido possível confirmar a participação de Françoise Choay no Congresso Internacional dos Críticos de Arte, este mesmo texto deixa implícita a ideia de que autora visitou a futura capital em construção: “*para todos os que tiveram a sorte de visitá-la, foi uma oportunidade de tomarmos plena consciência [...]*” (CHOAY [1959] 2012, p. 66)

das ressalvas apontadas, já naquele momento, Choay reconhece um sentido de perenidade na fundação da capital, quando afirma: *“a aventura de Brasília já extrapola o contexto de um grande país e pertence a cada um de nós.”* (CHOAY, [1959] 2012, p. 66)

Em defesa ao projeto de Brasília, tanto em termos urbanístico-arquitetônicos, quanto políticos e sociais, Lucio Costa se manifesta às críticas realizadas no âmbito do Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte: *“Discuti, discordai à vontade. Sois críticos, a insatisfação é o vosso clima. [...] com Brasília se comprova [...] já não exportamos apenas café, açúcar, cacau – damos um pouco de comer à cultura universal”* (COSTA, [1959] 2018, p. 299).

Parece também fundamental contextualizar essas críticas sofridas tanto pelo modelo da superquadra quanto pelos blocos de Niemeyer, já que dizem respeito à fase anterior à ocupação da cidade, com base em observações do projeto ou da expressa visita ao seu canteiro de obras.

Outro ponto a se colocar é que as críticas das quais se extraiu os trechos aqui relacionados se debruçaram muito mais sobre a arquitetura dos palácios e outros edifícios monumentais de Brasília - dos quais são destacadas a expressão plástica do concreto armado, o jogo escultórico das formas, a leveza estrutural ou valor poético - do que sobre a volumetria mais contida da arquitetura cotidiana da cidade. Como bem observou Rossetti (2013), a produção arquitetônica das superquadras fica frequentemente, até hoje, obscurecida diante da impactante presença da arquitetura monumental e simbólica de Brasília. Em 1959 ou 1960, não era diferente.

As primeiras percepções de que a solução para as superquadras e para seus blocos residenciais era massificada, monótona e careceria de maiores detalhamentos e atenção projetual serão depois reiteradas ou reproduzidas por diversos críticos, sobretudo internacionalmente. Em agosto de 1960, logo depois de inaugurada a cidade, a solução para a habitação no Plano Piloto é também objeto de parte da análise realizada por Giedion (1960). Embora não sejam abordados mais especificamente os projetos arquitetônicos dos blocos, a solução para as superquadras é resumida em aspectos como a monotonia ou produção seriada:

As unidades residenciais [...] são todas quadradas, têm o mesmo tamanho e aí estão como se uma máquina as tivesse produzido em série [...] Mesmo que os blocos residenciais sejam dispostos de maneira distinta no interior de cada superquadra, não há como evitar a monotonia.

(GIEDION, [1960] 2012, p. 82)

Bullrich, arquiteto argentino, reiterando a percepção de Choay (1959) sobre a participação de Niemeyer na escala residencial, coloca em 1968:

Foi nefasto que Oscar Niemeyer, sobrecarregado com o projeto de todos os edifícios públicos não aceitasse a colaboração de outros arquitetos que, talvez, houvessem disposto de mais tempo para estudar a fundo o planejamento das áreas residenciais.

(BULLRICH, [1968] 2012, p. 174)

Entende-se que esses comentários resultam muitas vezes de uma simplificação que deixa de considerar certas singularidades dos espaços urbanos e arquitetônicos da superquadra ou as relações dos habitantes com tais espaços. Em 1968, por exemplo, momento da crítica de Bullrich, parte da escala residencial já havia sido

ocupada por blocos desenvolvidos por outros arquitetos que, embora tenham sido influenciados pelos blocos de Niemeyer, traziam já variações significativas quanto a soluções de fachada, organização interna e mesmo de agenciamento do espaço urbano da quadra. Entende-se que a crítica esboça, portanto, uma análise incompleta do que seria a escala residencial naquele momento.

Como possível contraponto ao sentido dessas críticas iniciais, o arquiteto inglês David Crease publicou um texto em abril de 1962 que pretende descrever a cidade não a partir do ponto-de-vista externo, baseado em informações projetuais, fotos ou na experiência pontual da visita ao canteiro da cidade, mas sob o ponto-de-vista de um morador, que a vivencia cotidianamente em seus primeiros anos pós-fundação⁴¹:

Em que medida, porém, ela se tornou, em termos visuais e funcionais, uma cidade de verdade? Como é morar ali? As várias críticas feitas ao projeto podem ser agora contestadas? [...] Ainda circulam rumores dizendo que Brasília é uma cidade sem alma, monótona, árida e sem vida; mas essas vozes ouvem-se cada vez menos, e com menos força, à medida que os trechos concluídos da cidade recebem pessoas, vegetação e a parafernália urbana, e que as abstrações dos planejadores se traduzem na concretude de vistas, cheiros e sons. [...] A conquista social da superquadra é mais real do que artística.

(CREASE, [1962] 2012, p. 95 - 98)

Quanto à qualidade projetual dos pioneiros blocos de superquadra, Crease diz que as superquadras já construídas naquele momento seriam “*decentes, mas nada excepcionais*” e faz uma distinção à SQS 105, projetada por Hélio Uchôa, que diz se

tratar de uma honrosa exceção e, assim como outros críticos, também manifesta grandes expectativas quanto aos rumos da produção posterior dos blocos.

Quanto ao perfil social de seus primeiros moradores, coloca que foram ocupadas por uma minoria de privilegiados, sobretudo funcionários públicos, e assim descreve um pouco da ambiência das quadras:

O automóvel não foi banido da superquadra, mas é apenas tolerado. Pela manhã, quando passam os ônibus e as peruas das diversas repartições recolhendo os funcionários para levá-los ao trabalho, voltam a soar nas superquadras as buzinas dos veículos. Há também linhas públicas de ônibus, e muitos usam seus próprios carros.

(CREASE, [1962] 2012, p. 98)

Considerando que os pilotis são objeto de análise desse estudo, transcrevemos a descrição que Crease faz da intensa apropriação social desses espaços em seus primeiros dois anos de ocupação:

O térreo, na verdade, é o centro da vida em comunidade; o convívio social informal, a vida nas esquinas e nas calçadas, tão tradicional nos países latinos, em Brasília se transforma na convivência em meio aos pilotis. Por ocasião das festas, os moradores descem de seus apartamentos com móveis e decorações, e os pilotis e os jardins adquirem um ar festivo com árvores-de-natal (sic), quermesses improvisadas ou bandas de carnaval, dependendo da época do ano. Como brasileiros de todas as partes afluíram para a construção de Brasília, nessas ocasiões veem-se os pratos, os costumes e a música dos mais diversos cantos do país.

(CREASE, [1962] 2012, p. 98)

⁴¹ O arquiteto inglês David Crease integrou a equipe de Niemeyer na Novacap entre 1960 e 1961 e trabalhou de forma independente na capital até 1963 (KATINSKY e XAVIER, 2012, p. 454)

A descrição dessa intensa apropriação social dos térreos dos blocos contrasta com a percepção que se tem hoje ao caminhar pelos pilotis da SQS 108 ou de outras superquadras, cujos espaços ficam frequentemente desérticos e a ocupação se dá de forma mais esporádica, sobretudo em momentos da manhã e da tarde, para as brincadeiras infantis ou para eventuais conversas entre vizinhos.

O esvaziamento dos pilotis da cidade está longe de ser, entretanto, um cenário definitivo ou irreversível. Esses espaços livres permitem contínua resignificação. Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a vivência dos pilotis e outras áreas das superquadras foi bastante intensificada. Diante do imperativo de se evitar o convívio social em ambientes fechados, moradores passaram a festejar aniversários nos térreos dos blocos, a realizar piqueniques nas faixas arborizadas e a descer com cadeiras para a socialização entre vizinhos. A arquitetura serviu, como nas palavras de Paulo Mendes da Rocha, *“para amparar a imprevisibilidade da vida”* (ROCHA, 2018)



Figura 122 – Pilotis do bloco K, 2019. Fonte: autora

Sobre a presença de linhas de ônibus exclusivas para o transporte dos funcionários públicos que ocuparam as primeiras superquadras, tal qual narrada por Crease, foram encontradas reportagens de jornais que descrevem linhas de ônibus ligando diretamente a SQS 108 (IAPB) e outras quadras construídas pelos institutos ao Congresso Nacional.

Ainda que no discurso de Niemeyer para seu artigo na revista *Módulo*, os blocos tenham sido originalmente concebidos para moradores de diferentes níveis econômicos, esta possibilidade se mostra bastante improvável. Segundo Bonduki e Koury (2014), a própria dimensão dos apartamentos de tipo AFA ou AFB, de 82 a 134 m², é reveladora da sua destinação, desde o princípio, a altos funcionários. Os funcionários públicos de salários mais baixos teriam sido inicialmente alojados nas 400, nos blocos de tipo JK⁴² (BONDUKI; KOURY, 2014, pp. 450-452).

Ainda de acordo com o já exposto no primeiro capítulo, o IAPB tinha status singular entre os institutos, já que a categoria dos bancários era financeiramente privilegiada e isso se refletia em sua produção habitacional. Natural, portanto, que a superquadra que estivesse a cargo do IAPB tivesse algum prestígio. Embora hoje não seja a quadra com maior reputação ou status, os blocos da SQS 108 são ainda ocupados quase em sua totalidade, assim como no resto do Plano Piloto, por moradores das classes média e alta.

Reportagens jornalísticas da primeira década da cidade reforçam a tese de que a ocupação dos blocos do IAPB, talvez por serem dos primeiros a serem habitados,

⁴² A título de comparação, de acordo com Ferreira e Gorovitz (2008), os blocos projetados por Niemeyer para as superquadras 400 apresentam área de 52,50 m² (blocos JK) ou área de 54,75 a 73,12 m² (blocos AP-05).

se deu em grande parte por membros do Congresso Nacional e altos funcionários públicos.

Fig. 123 - Linha de ônibus ligando o Senado Federal diretamente a algumas superquadras e outros pontos da cidade. Recorte do Correio Braziliense (DF) de 14.05.1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LINHA 3 — IAPB (S. Q. 108), passando pela frente das quadras residenciais (IAPETC, IAPC, IAPI, CAFESP), Avenida do eixo.

Horário	Itinerário
7,30	— Condução para escolares
12,00	— Saída para a Câmara, passando pelas quadras acima
12,15	— Regresso ao IAPB, pelo mesmo itinerário
12,30	— Saída para a Câmara
12,45	— Regresso ao IAPB
13,00	— Saída para a Câmara
13,15	— Regresso ao IAPB
13,30	— Saída para a Câmara
18,15	— Saída da Câmara para o IAPB
18,30	— Volta do IAPB para a Câmara
19,15	— Regresso ao IAPB
19,30	— Saída para a Câmara
20,00	— Regresso ao IAPB

As sextas-feiras e domingos, às 9,30 horas, para a Cidade Livre, onde permanecerá, voltando às 11,30 horas.
As quintas-feiras, às 8,30 horas, do IAPB para o Aeroporto, onde permanecerá regressando às 10,30 para o IAPB

Fig. 124 - Linha de ônibus ligando a SQS 108 à Câmara de Deputados. Recorte do Correio Braziliense (DF) de 26.05.1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SENADO GANHA A LINHA DE ÔNIBUS

A Secretaria do Senado organizou para os srs. senadores e funcionários uma linha permanente de ônibus, lá em pleno funcionamento, obedecendo ao seguinte horário e percurso:

CIRCULAR 1		CIRCULAR 2	
Horas ímpares:	Local	Local	Hora
7,00, 9,00, 11,00, 13,00, 15,00, 17,00, 19,00.	Senado	Senado	00,00
	Hospital	Hospital	00,05
	CAFESP (104)	CAFESP (104)	00,07
	IAPI (105)	IAPI (105)	00,10
	IAPC (106)	IAPC (106)	00,12
	Caixa Econômica	Caixa Econômica	00,15
	Supermercado	Supermercado	00,20
	Novacap	Novacap	00,21
	Lojas	Lojas	00,22
	IAPETC (107)	IAPETC (107)	00,23
	Igreja	Igreja	00,24
	IAPB (108)	IAPB (108)	00,25
	Ipase (208)	Ipase (208)	00,29
	Ipase (206)	Ipase (206)	00,30
	Senado	Senado	00,40
	Senado	Senado	01,00
	Ipase (206)	Ipase (206)	01,05
	Ipase (208)	Ipase (208)	01,07
	IAPB (108)	IAPB (108)	01,10
	Igreja	Igreja	01,11

O mesmo sistema deve ser aplicado em relação às horas pares.

Duração aproximada do percurso: 40 minutos.

Em reportagem do dia seguinte à inauguração da cidade, 22 de abril de 1960, é relatado anedoticamente um episódio ocorrido com um de seus primeiros ocupantes, um deputado:

O PITORESCO NA POLÍTICA: PASSOU PELO “BRISE-SOLEIL”

O deputado Djalma Maranhão (PTN – Rio Grande do Norte) chegou a Brasília e só foi obter um colchão às 11 horas da noite, levando-o para o bloco 8, do IAPB, onde fixou residência.

Cansado como estava, dormiu como um justo, mas, ao acordar encontrou fechada por dentro a porta de saída, em consequência de um defeito no trinco.

Apesar dos seus cem quilos, lembrou-se dos tempos de atleta (foi campeão de futebol, basquete e corrida) e, saltando a janela, esgueirando-se pelo “brise-soleil”, conseguiu atingir a janela do apartamento contíguo e safar-se em boas condições.

Comentando o fato com os colegas, dizia-lhes:

“Se eu não fôsse (sic) de circo, a Câmara iria começar seus trabalhos com um necrológi...”

(O PITORESCO..., 1960)

A divertida reportagem, não se sabe até que ponto verídica ou ficcional, não é só indício do perfil socialmente privilegiado dos primeiros ocupantes da superquadra, mas uma narrativa que já valoriza a arquitetura dos blocos e seus elementos, tais como os brise-soleils, como parte da paisagem e imaginário da nova capital.

Posteriormente, alguns críticos reconhecem valor artístico nos primeiros blocos da cidade. Em “Arquitetura Contemporânea no Brasil”, Yves Bruand (BRUAND, [1981] 2008) coloca o valor da “concordância” entre o plano urbanístico de Lucio Costa e a arquitetura de Niemeyer, reconhecida tanto pelos entusiastas da cidade quanto

por seus críticos mais ácidos. As obras de Niemeyer em Brasília são, então, identificadas por ele como pertencentes a três categorias distintas: “os palácios de pórticos”, “os edifícios compostos por jogos de volume simples” e “os edifícios religiosos de planta centrada” (BRUAND, [1981] 2008, p. 183).

Interessa-nos aqui, para este trabalho, a segunda categoria, que abarca a maior parte da produção do arquiteto em Brasília e que, além de conter a análise de Bruand para o Palácio do Congresso, a Esplanada dos Ministérios e o Teatro Nacional, traz uma subcategoria intitulada “O hotel e os setores residenciais”, que trata do Brasília Palace e aborda especificamente a SQS 108, destacada como a superquadra supervisionada pelo arquiteto brasileiro.

Assim narra o crítico francês a opção de Niemeyer por atuar e exercer certo controle na escala residencial da cidade, deixando clara também a preocupação do arquiteto com a unidade e qualidade arquitetônica do conjunto urbano:

[...] recusou-se, no entanto, a abandonar inteiramente aos colaboradores a responsabilidade pelos prédios de escritórios e apartamentos, pois também estes deviam contribuir para definir o panorama urbano. Enquanto diretor dos serviços de arquitetura, ele exerceu vigilância em tempo integral para que as normas estabelecidas pelo plano de Lucio Costa fossem estritamente mantidas e, em certos casos, exerceu uma verdadeira censura, a fim de evitar as excentricidades com que ocasionalmente sonhavam os amantes do sensacionalismo ou dos imitadores desajeitados.

(BRUAND, [1981] 2008, p. 208)

Bruand, ao contrário das posições anteriores, define os blocos de Niemeyer e equipe para a SQS 108 como exemplares de “alta qualidade estética” e busca criticamente associá-los a alguns modelos precedentes.

Embora reconheça a semelhança de perfil dos pilotis da SQS 108 àqueles da Unidade de Habitação de Marselha (Le Corbusier, 1947-52), destaca que o tratamento dado por Niemeyer é oposto, seja na autonomia dos apoios, que escuros, dissociam-se do volume principal marcado por duas empenas brancas, seja no tratamento do solo, mais direto, sem a criação de relevo artificial do modelo francês. Os blocos de Niemeyer são também de porte bem menor que as grandes construções em habitação social desenvolvidas por Corbusier e a dissociação plástica entre o volume principal dos blocos e o terreno da SQS 108 seguiria a lógica de leveza e relação com a paisagem adotadas pelo arquiteto carioca para a concepção de outros edifícios em Brasília (BRUAND, [1981], p. 209).

O crítico destaca ainda a solução compositiva de alguns blocos que foram dispostos em pares, cuja oposição entre as torres de circulação e planos de cobogós determina uma espacialidade marcante, *“onde uma perspectiva central corre por perspectivas laterais bruscamente bloqueadas”*. Embora a elogie plasticamente, menciona que tal disposição dos edifícios acaba por comprometer a orientação de uma das fachadas principais, como já havia sido apontado por outros críticos, como Crease (1962) ou Bullrich (1968). Há comentários ainda à solução da galeria de distribuição, que, apesar de econômica, por otimizar o número de elevadores e escadas, compromete a iluminação e ventilação de banheiros, cozinha, área de serviço e dependência de empregada, realizadas de forma indireta e descritas como insuficientes. Bruand conclui sua análise sobre a SQS 108 afirmando que a superquadra é um *“êxito brilhante do ponto de vista da estética pura”*, embora, sem precisar as razões, afirme que o mesmo não pode ser dito a respeito das quadras vizinhas feitas no mesmo modelo (BRUAND, [1981] 2008, p. 209). Muito provavelmente, a crítica às quadras semelhantes deva-se pela não tão bem-

sucedida implantação urbana, e ainda por pequenas modificações no projeto arquitetônico.

Menos entusiasmado que Bruand com as soluções para arquitetura cotidiana de Brasília, Comas (1987) faz uma crítica à cidade, que representaria, ao mesmo tempo, *“o triunfo dos preceitos da Carta de Atenas”* e a *“debilitação da ideia de caráter arquitetônico.”* Retomando a recorrente análise muitas vezes simplificada que opõe a exuberância plástica das arquiteturas de exceção a soluções monótonas e repetitivas para as arquiteturas cotidianas, aos olhos do autor, Brasília oscilaria entre a arquitetura como escultura, *“o jogo correto, sábio e magnífico sob a luz, de uma coleção de Acrópolis”* e como *“projeto de desenho industrial (uma coleção anônima de armários gigantescos feitos em série)”*.

Em artigo posterior, em que examina a produção de Niemeyer em habitação coletiva, Comas (2016) afirma que o impacto do projeto elaborado pelo arquiteto para a superquadra brasiliense é bem menor que o de suas realizações precedentes. Tal afirmação, entretanto, tampouco parece se afirmar em análise esmiuçada do projeto dos blocos para o IAPB, já que suas observações apresentam certas imprecisões. O autor referencia a quadra de Niemeyer como sendo a SQS 308 e, embora descreva alguns aspectos que realmente estão presentes nos blocos de tipo AFA e AFB de autoria de Niemeyer - e não nos de Marcelo Campello e Sérgio Rocha para a SQS 308 - tais como *“pilares em v cheios”* e *“aspecto alveolar da grelha de proteção solar”*, cita garagens subterrâneas e sistema internalizado de circulação vertical que não correspondem ao projeto da SQS 108.

Nesse sentido, pode-se dizer que a crítica arquitetônica, quando não atenta às particularidades dos projetos de diferentes edifícios de superquadra, pode atuar,

muitas vezes, no sentido de reforçar certos clichês de que os blocos de superquadra seriam todos iguais, monótonos, banais, sem identidade ou grande interesse cultural. A crítica, quando não distingue autoria, localização ou especificidades projetuais, acaba por acentuar o pretense anonimato dos blocos brasilienses.



Figura 125 – Vista do conjunto das primeiras superquadras de Brasília. Pode-se ver a implantação dos blocos do tipo AFA e AFB na SQS 108 (em primeiro plano), e nas SQS 107 e 106, logo em sequência. Foto: Arquivo Público do DF, em WEN (2011)

A SQS 108 foi também o modelo eleito para o capítulo intitulado “Tipologias de ordem, trabalho e residência” de James Holston no polêmico “The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília”. Nele, Holston expõe que as contradições sociais brasileiras estariam presentes tanto em planta (dormitório de empregada, distinção entre elevadores de serviço e social), quanto em fachada (dificuldade dos moradores em viver a transparência moderna). Interessa aqui sobretudo sua análise das fachadas limpas e transparentes adotadas para os blocos da SQS 108.

Segundo o autor, para além das questões de desenvolvimento tecnológico e de salubridade, a transparência do movimento moderno seria uma escolha ideológica, com o objetivo de exposição da vida privada ao escrutínio público, em oposição crítica ao interior burguês resguardado por densas paredes ornamentadas. Os brasilienses, de acordo com o antropólogo americano, reagiriam radicalmente contra tal exposição, criando as mais variadas formas de barreiras visuais à transparência (HOLSTON, 1989, p. 184).

Ainda segundo Holston, a exposição da vida privada seria tema de uma anedota da cidade, a de que assistir ao espetáculo da vida alheia consistiria, na verdade, na grande diversão dos humildes trabalhadores da cidade. As peles de vidro dos blocos residenciais foram, por esta razão, apelidadas de “televisões de candangos”.

A expressão “televisões de candangos” aparece em reportagem sobre os blocos do IAPB logo no início da cidade, em 30 de dezembro de 1960, na coluna Carrossel de Brasília do Correio Braziliense - DF, em crítica à profusão de varais de roupas nas fachadas de vidro dos apartamentos:

OS VARAIS SE MULTIPLICAM

É deprimente para a Nova Capital o espetáculo gratuito que assistimos nos apartamentos do Plano Piloto. Parece até que está havendo algum tipo de concurso, promovido pela Censura Estética para o maior e mais colorido varal. Imensos lençóis (sic) de tôdas (sic) as côres (sic), toalhas de todos os tamanhos, peças de uso as mais diversas, são estendidas pelas janelas envidraçadas dos edifícios [...] Os vencedores do “original concurso” serão, provavelmente, os ocupantes da Super Quadra do IAPB que proporcionam colorido espetáculo nas suas televisões de candango. Por menores que sejam as áreas dos apartamentos, haverá sempre um lugar, que não sejam as janelas, para colocação dos “enxugadores” cuja venda é tão anunciada no comércio local. Caberia até uma campanha oportuna: “Vamos suprimir os varais”

(CAMPOS, 1960)

Em razão da transparência, a forma dos moradores ocuparem o interior dos apartamentos, agora exposta aos olhos de todos, passa a ser alvo de críticas pelos observadores externos, sobretudo quando confrontada à estética controlada e de aparente perfeição difundida pelas imagens divulgadas da arquitetura moderna. A exibição de banais varais de roupas, objetos cotidianos de todos os lares, mas agora evidenciados pelas fachadas envidraçadas, passa a ser vista como um problema e com desaprovação, como fica evidente também em nota na coluna “Visto, lido e ouvido”, de Ari Cunha, em exemplar do Correio Braziliense de 18 de maio de 1961: *“O IAPB também virou favelinha. No bloco 9, diante do Eixo, pode-se ver sempre um pequeno varal expondo indiscretas peças de indumentária”* (CUNHA, 1961).

⁴³ Tradução livre de: *“It's not so much that the inside of the building is exposed, but that the building represents exposure, and this exposure occurs on a screen. Glass is called on to simulate transparency.”*

A ideia de exposição da vida privada através de uma tela, imagem sugerida pelo termo “televisão de candango”, permite estabelecer um paralelo com as leituras que Beatriz Colomina (2019) faz da transparência no movimento moderno em “X-ray Architecture”. A transparência na arquitetura dos edifícios teria sido influenciada diretamente pelo advento dos aparelhos de raio-x. Através de uma pequena tela, que reproduzia as imagens de corpos sob o efeito dos misteriosos raios, chegou-se à compreensão de que nada era inteiramente opaco, mas na verdade composto por camadas de diferentes graus de transparência. A nova arquitetura traduziria esta recente forma de enxergar a realidade, em que barreiras físicas tornam-se difusas e o espaço é entendido como um todo contínuo e integrado.

Assim coloca a autora sobre os edifícios modernos:

Não é tanto que o interior do edifício esteja exposto, mas que o edifício mesmo represente exposição, e esta exposição se dá através de uma tela. O vidro é empregado para simular a transparência.⁴³

(COLOMINA, 2019, p. 135)



Figura 126 – Fotografia noturna de fachada envidraçada de bloco de tipo AFA ou AFB (não identificado) na Asa Sul. Fonte: Acervo digital do Iphan.

A forma como os usuários lidaram com a transparência moderna foi, entretanto, nem sempre positiva. Colomina transcreve trecho de entrevista da Sra. Farnsworth, proprietária da icônica Casa de Vidro projetada por Mies van der Rohe, em que é relatado o incômodo de se ter de esconder a lixeira da cozinha, ou um varal de roupas, para não arruinar a visão que um observador externo teria da casa. Ela descreve a experiência de viver em um espaço percebido enquanto “muito fixo” e não livre (COLOMINA, 2019, p. 146).

As reportagens sobre os varais de roupas nos blocos do IAPB atestam que o desconforto com o que era exibido através dos panos de vidro se fez, em algum nível, presente nos edifícios habitacionais da cidade. O ideal de que os blocos modernos devessem mostrar uma imagem praticamente imaculada, não permitindo revelar objetos prosaicos, mas de estética indesejada, efetivamente gerou, por parte de alguns, certo desejo de controle daquilo que era exteriorizado.

Entretanto, a afirmação de Holston (1989) de que as fachadas envidraçadas trariam grande desconforto e provocariam intervenções radicais por parte de moradores, que criariam barreiras visuais à transparência moderna, parece fruto de certa generalização. Embora se possa admitir, a partir da análise do tratamento hoje dado às fachadas dos blocos, que alguns usuários realmente tenham intervindo no sentido de negar a transparência, esta percepção por parte do antropólogo parece longe de constituir observação precisa ou unânime. Ao contrário, em muitos casos, apartamentos como os dos blocos AFA e AFB são valorados justamente por serem bem iluminados e ventilados e com agradável vista para a quadra e seus espaços arborizados.

As cortinas de vidro dos blocos de superquadra, objeto da crítica de Holston (1989), cunham a expressão tipicamente brasiliense e talvez pejorativa “televisões de candango”, mas representam elementos que fizeram e seguem fazendo parte do imaginário da cidade. A transparência permite ao morador, ao experimentar o bloco, experimentar simultaneamente a quadra e a paisagem urbana, o céu, a massa arbórea, o movimento dos automóveis e arquitetura dos outros blocos e equipamentos da superquadra. Ao mesmo tempo em que o habitante da cidade que se desloca pela quadra ou pelo Eixo Rodoviário pode apreender parte do interior dos blocos, especialmente à noite.

Sandoval (2014), ao analisar as representações da cidade de Brasília no cinema, reconhece que a percepção de movimento e fluidez característicos da linguagem cinematográfica se encontram na própria arquitetura da cidade, traduzida na materialidade e transparência de seus blocos, na concepção de seus espaços e no emprego de novos materiais que expressam “*a experiência dos corpos, da visão e da velocidade das máquinas*” (SANDOVAL, 2014, p. 30).

No movimento moderno se dá a ruptura da delimitação espacial tradicional e é instaurado um imbricamento entre espaços interiores e exteriores que dificulta a clara distinção entre essas duas entidades. O espaço, antes volumetricamente definido e delimitado por planos opacos, é substituído por planos soltos, independência estrutural, transparências, além de elementos de transição tais como os pilotis e as marquises. Os espaços passam a ser mais fluídos, interpenetráveis, simultâneos e transitórios e esse novo tipo de experiência espacial é fundamental para o edifício moderno (SANDOVAL, 2014, pp. 30 -33).



Figura 127 – Fachada envidraçada do bloco H da SQS 108, 2020. Fonte: autora.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a transparência das fachadas dos blocos como os do IAPB passa a ser reveladora, tal como nos quadros exibidos pelas telas das salas de cinema ou da televisão, da singularidade da vida cotidiana e da apropriação interna de cada apartamento, que podem ser observadas pelos habitantes da cidade, seja a partir do deslocamento mais lento no interior da superquadra, ou mais expresso, a partir do Eixo Rodoviário.

No caso dos blocos do IAPB, a crítica ou o desejo de controle quanto à ocupação das fachadas dos apartamentos não foi expressa apenas em relação às cortinas de vidro, mas também em relação aos planos de cobogós das fachadas posteriores ou ainda das grelhas de brise-soleils dos blocos de tipo AFA-2 ou AFB - 2, que também se tornaram elementos típicos da cena urbana no Plano Piloto.

Assim descreve o historiador britânico Arnold Toynbee alguns blocos brasilienses em 1967:

A maior parte da população de Brasília mora em apartamentos, onde o efeito de colmeia é destacado por enormes painéis de elementos vazados de concreto que delimitam a parte posterior desses apartamentos. Talvez esses painéis ocultem a roupa lavada estendida para secar.

(TOYNBEE [1967] 2012, p. 164)

Já Bullrich, na mesma crítica já relacionada de 1968, ao analisar os blocos de Niemeyer, entende a ocupação dos brise-soleils com objetos cotidianos enquanto esforços por parte dos moradores de dotá-los de alguma identidade:

O ressentimento dos moradores quanto ao desenho da fachada se evidencia pelo uso dos parapeitos de concreto como suporte para bicicletas, utensílios de cozinha ou qualquer

objeto, com o propósito de ganhar alguma identidade. Os edifícios de apartamentos realmente não são capazes de criar uma ordem significativa na qual iniciativas individuais possam afirmar-se.

(BULLRICH [1968] 2012, p. 174)



Figura 128 – Ocupação dos brise-soleils em concreto da fachada do bloco F, 2019. Fonte: autora.

De acordo com o crítico de arquitetura Serapião (2010), houve dificuldade de assimilação do modelo estético moderno pelos habitantes das superquadras brasileiras. Segundo ele, os volumes puros, a neutralidade dos revestimentos e coletivização dos edifícios que nos sugere a arquitetura dos blocos do início da cidade sofreram e sofrem resistência por parte dos moradores, que buscam a individualização de seus edifícios através da personalização das fachadas, troca de revestimentos e reformas nas portarias e pilotis.

Sob óptica semelhante, o antropólogo James Holston (1989) afirma que uma das críticas mais recorrentes que os moradores de superquadra fazem seria à monotonia e padronização da arquitetura residencial da cidade, que negaria a individualidade e o status social de seus habitantes. O tema da monotonia da arquitetura residencial brasileira aparece também nos versos do poeta Nicolas Behr, que abrem este subcapítulo.

Cavalcanti e Guimaraens (1984) colocam que no Brasil, tradicionalmente, são bem demarcados e opostos os limites entre o espaço da casa, domínio da pessoa e da segurança, e o da rua, domínio do anônimo e do perigo. Talvez, por esta razão, o projeto de terrenos públicos, percursos de pedestres desimpedidos e errantes pelo interior da quadra SQS 108 não logrou concretização total, ao se confrontar com uma comunidade habituada a organizações espaciais com limites público-privados bem demarcados.

De acordo com Cavalcanti e Guimaraens (1984), no caso de edifícios, esta separação se dá já ao nível do acesso, com a distinção entre entradas de serviço e social. A portaria dos prédios adquire assim, a importância de evidenciar o status social de seus moradores, servindo de espécie de “*vitrine*” reveladora do padrão

econômico do edifício. Segundo os autores, não raro investe-se em materiais de construção mais caros e em melhores acabamentos na portaria em relação a outras áreas do edifício, ou mesmo em relação ao interior do apartamento.

Outro tema habitual nas reportagens dos jornais sobre a superquadra em seus primeiros anos era o descontentamento com a ausência de garagens para abrigar os automóveis particulares dos altos funcionários, sobretudo por se tratar de uma cidade concebida dentro de uma lógica rodoviária, símbolo do desenvolvimento nacional pretendido pelo Plano de Metas de JK, que objetivou, entre outras coisas, o progresso da indústria automobilística através de incentivos fiscais.

O Diário de Notícias (RJ) faz menção especificamente à superquadra do IAPB ao abordar o tema das garagens, e cita inclusive o projeto que previa coberturas de abrigo:

FALTAM AS GARAGENS

Apesar de ter iniciado a construção de mais uma superquadra, o IAPB ainda não construiu as garagens da superquadra 108, conforme consta do projeto das superquadras.

(FALTAM..., 1962)

Embora houvesse a indicação, em projeto, de coberturas para abrigo de carros, anexas às projeções, esta definição nunca foi executada na SQS 108. Apesar disso, pode-se encontrar garagens executadas nestes moldes em alguns blocos das primeiras superquadras de Brasília, como nas SQSs 107, 206 e 208, por exemplo.

Hoje, ao visitar essas quadras, pode-se constatar que as amplas marquises anexas às projeções de alguns blocos pioneiros não foram uma boa solução para garagens, já que escurecem a área dos pilotis e prejudicam a circulação e a continuidade espacial da superquadra.

Uma reportagem de “O Jornal” (RJ) de janeiro de 1963 também abordava o tema, trazendo, inclusive, um suposto posicionamento de Lucio Costa sobre a ocupação dos pilotis por automóveis:

Problema de abrigo de autos

Um problema que tem uma constante em Brasília tem sido o de abrigo para automóveis. Numa população de alto poder aquisitivo, onde quase todos os moradores possuem automóveis, a falta de abrigo para carros tem se agravado cada dia.

As superquadras mais organizadas não permitem o estacionamento sob os pilotis porque no comêço (sic) os próprios moradores exageravam no uso dessa área, e em muitos casos, oficinas mecânicas foram encontradas sob os pilotis dos prédios residenciais.

O professor Lucio Costa é de opinião que os carros podem ficar na área dos pilotis, enquanto outra corrente acha que essa parte do edifício deve ser entregue às crianças para seus recreios. [...]

(PROBLEMA..., 1963)

Imagens dos primeiros anos de ocupação da SQS 108 realmente sugerem que os pilotis dos blocos serviram, em um primeiro momento, para o abrigo de automóveis. Hoje, alguns blocos como o E ou o F, ainda contam com passagens ou cancelas para veículos no espaço dos pilotis.

O problema da falta de garagens cobertas em uma cidade com lógica automobilística determina para a posterior ocupação da escala residencial, como veremos no próximo capítulo, a revisão do código de obras do GDF que passa a permitir a ocupação subterrânea para os blocos.

Significativos também para a construção da memória da SQS 108 são os dois depoimentos de moradores pioneiros dos blocos do IAPB, colhidos por Leonardo Wen (2011) para o livro e ensaio fotográfico “Apto: a moradia moderna de Brasília.” Os relatos foram feitos por dois ex-funcionários públicos que chegaram para ocupar os blocos depois de inaugurados e que seguiam morando nos mesmos apartamentos, por escolha própria, mais de cinquenta anos depois. Seus relatos, além de abordarem temas mais gerais como apadrinhamento político para destinação dos apartamentos funcionais, as diferenças sociais entre os habitantes das superquadras e aqueles da Cidade Livre ou vila Telebrasilândia e ainda a forte campanha política contra Brasília, tratam também de alguns pontos especificamente relevantes sobre os blocos da SQS 108. Fica claro, por exemplo, o status diferenciado conferido aos apartamentos do IAPB nos primeiros anos da ocupação do Plano Piloto, vistos, naquela época, como de qualidade superior. Além disso, através de ambos os depoimentos, se evidencia o vínculo identitário estabelecido com o morar em cada bloco. Ambos os moradores relatam que sua vinda para Brasília se deu a contragosto, já que havia um sentimento comum por parte dos funcionários públicos de grande resistência em deixar o Rio de Janeiro e ocupar a nova cidade. Apesar das diversas dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da cidade, a moradia que em princípio seria circunstancial ou transitória se transforma em lar:

Virgílio

A primeira vez que eu pisei nessa terra foi em 1958, para a inauguração da Igrejinha. Naquela época eu trabalhava para a Presidência, servindo a primeira-dama, Dona Sarah Kubitscheck. [...] Mas eu só me mudei em definitivo em abril de 1960, no mês da inauguração. E vim direto para este apartamento. Como eu trabalhava no Palácio, eu tinha algum status, e uma das regalias era poder morar nestes edifícios, que eram os melhores da cidade [...]

Eu não queria ficar em Brasília de jeito nenhum, aqui não tinha nada. [...] Eu tinha que ir até a Cidade Livre para fazer compras. Havia também o povoado da Telebrasília, onde morava um pessoal trabalhador, gente muito humilde. Eu ia até lá para poder conversar com alguém, porque aqui não tinha absolutamente ninguém.

Era muito difícil acostumar-se com a seca, a poeira, a falta de espaço. Muitas das coisas que vieram com a minha mudança simplesmente não couberam. [...]

Eu vim sozinho para Brasília. Como eu podia botar a minha família, morando no Rio, na cidade mais aculturada do país, nesse fim de mundo? O carioca era contra a mudança da capital, isso nos parecia um despropósito.

Havia uma campanha muito forte contra Brasília. Tinha um jornalista que dizia que aqui só tinha índio, mato, bicho selvagem. [...] Nunca fui seqüestrado (sic), nenhum bicho me comeu, não tive nenhuma doença grave. [...] E estou aqui, aproveitando os meus 84 anos, nessa cidade que, finalmente, se tornou a minha casa.

(Depoimento do morador Virgílio⁴⁴ in WEN, 2011, pp. 57 - 58)



Figura 129 – Imagem aérea da Igrejinha com SQS 108 ainda em construção. Fonte: ArPDF

⁴⁴ Leonardo Wen, autor do livro, confirmou que os depoimentos dos moradores dos blocos da SQS 108 são verídicos. Entretanto, na ocasião, os entrevistados quiseram manter seu anonimato e, por

essa razão, foram adotados os pseudônimos Antônio e Virgílio. Embora a publicação do livro date de 2011, não há indicação mais precisa de quando os depoimentos foram colhidos.

No depoimento do morador Antônio, além de alguns dos temas já citados por Virgílio, fica claro o sentimento de orgulho e pertencimento, não só em relação à quadra, mas à cidade como todo. Ao descrever sua relação com a cidade, o relato não se restringe ao bloco e à forma particular como ele e sua família se apropriaram do espaço do apartamento e o personalizaram, mas à vida comunitária que se estabelece em torno da Unidade de Vizinhança, já que cita os amigos e a vivência em alguns equipamentos do conjunto urbano, como o clube ou a Igreja:

Antônio

Eu venho do Rio. Cheguei em Brasília no dia 2 de outubro de 1959. Eu era funcionário da Câmara dos Deputados, e fui transferido para cá. Sempre morei neste apartamento, estamos aqui até hoje. E vou morrer aqui. O que eu vou fazer? Sair daqui para onde? Estou aposentado, e eu gosto deste lugar. [...]

No começo, era muito difícil morar aqui. Sair de Botafogo, no Rio de Janeiro, para vir para este faroeste...Eu apenas um funcionário pau mandado. [...]

Antes disso aqui era só mato. Não tinha as outras quadras, a 307, a 308. Naquela época, vir para Brasília era um tormento enorme na vida do funcionário. Mas hoje a sorte deste país é esta terra.

Este edifício aqui foi o primeiro a ficar pronto. Essa quadra tem 11 prédios, mas o primeiro a ficar pronto foi este. Quem construiu foi o antigo IAPB [Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários]. Eles eram os encarregados pelo Governo (sic) de construir os blocos, e a Câmara tinha sua cota de apartamentos para dar aos seus funcionários.

Entregavam-nos os apartamentos assim, sem nada. Depois, com o tempo, a gente pensou em fazer uma reforma, para que a casa ficasse do jeito que a gente queria. Por exemplo, eu mudei a posição do nosso banheiro e do de empregada, para nos dar mais espaço. Essa reforma eu fiz há uns 12 anos mais ou menos. Coisa da minha mulher. Ela é toda assim rapaz, é toda final!

Quando inauguraram o edifício, inauguraram a quadra ao mesmo tempo. Eu não fui à festa porque naquele tempo a gente não podia se expor. Éramos “os” homens desta cidade. As coisas não eram como hoje, onde qualquer cachorro mete a cara, faz o que quer e o que não quer.

O Juscelino Kubitschek eu conhecia, e como! Ele morava no Catetinho, mas vinha despachar em um dos apartamentos deste bloco, quando estava chovendo ou quando ele saía tarde do Palácio. E é claro que ele fazia suas festinhas por aqui. Quem acabou com ele foi o Carlos Lacerda. [...]

Este apartamento é muito bom, é aconchegante. Eu gosto dele porque sou igual gato. Já ouviu falar que gato quando nasce gosta de ficar no mesmo lugar? Eu podia morar em um bem maior. [...] Mas eu não quero mudar porque aqui eu tenho os meus amigos, aqui eu conheço todo mundo na rua, na Igreja, no clube [...]

(Depoimento do morador Antônio in WEN, 2011, pp. 55 - 56)

Ambos os depoimentos expressam que os blocos do IAPB, apesar de constituírem um protótipo para a escala residencial de Brasília e terem sido replicados em outras superquadras, estão longe de representar uma “coleção anônima de armários gigantescos feitos em série” (COMAS, 1987) aos olhos de seus moradores.

Cabe salientar que a construção massiva de blocos de apartamentos para habitação coletiva e sua reprodução enquanto protótipo não se restringe ao contexto do Plano Piloto, mas constituiu uma prática comum ao movimento moderno. Sendo assim, os blocos de superquadra foram alvo das mesmas críticas que se direcionavam ao modernismo e estilo internacional de uma forma mais geral. Zevi reconhece que as críticas feitas por ele à cidade dizem respeito especificamente a Brasília apenas “dentro de certos limites”, já que em grande

parte tratam de problemas comuns à arquitetura moderna internacional (ZEVI, [1959] 2012, p. 68).

O próprio Lucio Costa admite a massificação enquanto sinal dos tempos no texto em destaque na abertura desta dissertação, em que reconhece a habitação como monumento símbolo do século XX: *“A chamada “massificação” é uma fatalidade histórica decorrente do fato de já ser tecnicamente possível dar à totalidade das pessoas condições dignas de morar”* (COSTA, [1995] 2018, p. 310). A massificação, portanto, não excluiria da habitação seu valor enquanto produto cultural que pode ser reconhecido enquanto bem patrimonial.

A reflexão de Flávia Nascimento sobre a reprodutibilidade não negar o fato de que cada objeto é único e pode estar ou ser investido de valores culturais (NASCIMENTO, 2011, p. 269) parece fundamental à análise desses blocos sob o viés patrimonial.

Mesmo que tenham sido considerados por parte da crítica como uma solução esquemática para a habitação da cidade, cujo detalhamento não teria recebido a mesma atenção da arquitetura monumental, os blocos do IAPB acabaram por definir uma tipologia (lâmina horizontal com torre externa, fachadas laterais cegas e diferenciação entre fachada principal e oposta) que foi adotada em grande parte do Eixo Rodoviário. Como vimos, são reconhecidos nos edifícios AFA e AFB um vocabulário, soluções ou expressão que se tornaram típicos dos blocos modernos em Brasília. Ainda que as expectativas de grande variedade tipológica para o restante das superquadras não tenham sido atingidas, pode-se dizer que o “esboço” ou “esquema” inicial tenha frutificado, já que empregam elementos como cobogós, brise-soleils e fachadas envidraçadas que serão posteriormente

objeto de detalhamentos talvez mais sofisticados por parte daqueles que se dedicaram à arquitetura dos blocos posteriores.

Bruand reconhece que o estabelecimento de regras um tanto rígidas por Lucio Costa para a ocupação da escala residencial foi o que garantiu uma unidade monumental ao Plano Piloto. Restrições que, segundo o autor, não comprometeram a experimentação plástica e técnica por parte de outros arquitetos que puderam criar *“obras harmoniosas marcadas com o selo de sua personalidade”* (BRUAND, [1981] 2008, p. 370).

O próximo subcapítulo pretende situar e relacionar os blocos da SQS 108 a outros projetos de Niemeyer em habitação coletiva. Como os edifícios possuem autoria consagrada, entende-se que esta abordagem é crucial para a definição de alguns elementos ou operações projetuais que são comuns ou filiados a demais projetos de Niemeyer e que nem sempre estão explicitados, já que a maior parte dos estudos sobre a obra do arquiteto estão voltados para a sua produção monumental ou de arquiteturas de exceção.

2.3 A SQS 108 e outros projetos em habitação coletiva: relações dentro da produção de Niemeyer



Figura 130 – Bloco habitacional de Niemeyer (1957) para o Hansaviertel em Berlim. Foto: Horst Siegmann. Fonte: Site Hansaviertel Berlim

A obra de Oscar Niemeyer é possivelmente a mais estudada e revisada entre os arquitetos brasileiros. Entretanto, a maioria dos estudos está debruçada sobre suas obras icônicas, isto é, seus singulares palácios, edifícios religiosos ou museus. O arquiteto tinha o costume de se manifestar quase que exclusivamente a respeito desta produção de programas excepcionais, chegando, inclusive, a mencionar que o tema da habitação social não lhe despertava grande interesse: *“não me atraía essa ideia da habitação mais barata”* (NIEMEYER apud CAVALCANTI, 2013, p. 96).

Em outro momento, diante da célebre crítica do arquiteto suíço Max Bill à arquitetura moderna brasileira, acusada de individualismo, excessos formais e pouca preocupação social, Niemeyer responde com rechaço ao termo “arquitetura social” e se opõe ao funcionalismo europeu:

Recusamo-nos a apelar para uma arquitetura mais rígida e fria – de tendência europeia – bem como nos recusamos a apelar para uma “arquitetura social”, dentro do ambiente em que vivemos. Com isso, conseguiríamos apenas empobrecer a nossa arquitetura no que ela tem de novo e criador, ou apresentá-la de forma enganadora, artificial e demagógica.

(NIEMEYER apud BRUNA, 2015, pp. 158 - 159)

Embora praticamente ausente em seu discurso e relativamente ainda pouco estudada nas publicações a respeito de sua numerosa e variada produção, Niemeyer, como já colocado, chegou a desenvolver vários projetos dentro do tema da habitação coletiva e, mais especificamente, mesmo dentro da habitação de interesse social. Seus projetos em habitação coletiva são bastante variados, seja em termos de escala, entidades promotoras, forma, tipologias de apartamentos

adotadas ou mesmo perfil de moradores aos quais se destinavam. Em alguns, predomina a exuberância plástica característica de suas obras monumentais, em outros são adotadas soluções mais pragmáticas, onde a influência do funcionalismo europeu, apesar do expresso rechaço pelo autor, parece inegável.

Em Brasília, a atuação de Niemeyer foi bastante ampla, tendo desenvolvido projetos para edifícios comerciais, institucionais, pequenas escolas, pontos-de-ônibus, bibliotecas, hospital, clube, residências e universidade. Enquanto o patrimônio representado pelas obras icônicas do célebre arquiteto é quase sempre reconhecido e tem sua preservação em certo grau estabelecida, suas obras mais modestas são frequentemente esquecidas e sofrem perdas com muitas intervenções pouco cuidadas.

Este subcapítulo pretende brevemente situar os blocos da SQS 108 dentro do conjunto da produção de Niemeyer em habitação coletiva, buscando semelhanças, filiações e oposições a obras precedentes, como a dos edifícios Hotel Quitandinha (1950), projetado para Petrópolis-RJ, os edifícios Montreal (1954), Eiffel (1956) e Copan (1951-66), em São Paulo - SP, dos edifícios JK (1952) e Ed. Niemeyer (1955), em Belo Horizonte - MG, do Brasília Palace (1958), em Brasília e ainda do Hansaviertel (1957), em Berlim.

Julgou-se importante mencionar com maior detalhe as outras produções em habitação coletiva desenvolvidas por Niemeyer e sua equipe para a cidade de Brasília, como os blocos JK (1958-1960), localizados nas SQS 411, 412 e 413 e os blocos de tipo “AP-5”⁴⁵ (1959-1961), localizados na SQS 408. Grande parte desses

⁴⁵ Além dos referidos blocos, Oscar Niemeyer e equipe também projetaram casas geminadas, localizadas nas 708, 709 e 710 sul.

blocos brasileiros está hoje bastante descaracterizada, fato que ficou evidente ao visitá-los e fotografá-los em seu atual estado de conservação.

Foram adotadas como principais fontes bibliográficas para este subcapítulo os trabalhos de Leal (2013), que investiga a produção de edifícios em altura produzidos em São Paulo por Niemeyer na década de 1950; Macedo (2008), que trata da obra de Niemeyer em Belo Horizonte; Eskinazi (2008), que aborda o projeto do bairro berlinense de Hansaviertel, para o qual Niemeyer desenvolveu um bloco de apartamentos e ainda as colocações de Comas (2016) sobre a produção de Niemeyer em habitação social.

Talvez a primeira proposta de Niemeyer de grandes proporções em habitação coletiva tenha sido o projeto não realizado para o Hotel Quitandinha, desenvolvido entre 1947 e 1950, para terreno em Petrópolis. Encomendado pelo empreendedor mineiro Joaquim Rolla, tratava-se de um prédio-condomínio de grandes proporções, com 5700 unidades em semi-duplex, espécie de apart-hotel (MACEDO, 2008). Influenciado pelas ideias de Le Corbusier para a Unidade de Habitação de Marselha, Niemeyer propôs para o Quitandinha uma verdadeira cidade vertical, um bloco em arco de mais de 400 metros de extensão e 33 pavimentos na região serrana⁴⁶. As células habitacionais, em semi-duplex⁴⁷ e mobiliadas, representariam o ideal de habitat mínimo, complementadas pela presença de serviços, teatro e comércio, localizados nos primeiros pavimentos,

⁴⁶ A proposta para o Quitandinha parece ser mesmo de grandes proporções, sobretudo se a comparamos com as dimensões da Unidade de Habitação de Le Corbusier em Marselha, cujo bloco apresenta aproximadamente 140m de comprimento por 24 m de largura e 56 m de altura.

⁴⁷ A informação sobre as 5700 unidades em semi-duplex para o Quitandinha aparece em Macedo (2008). Já Leal (2013), ao abordar o mesmo projeto, menciona cinco tipologias diferentes para o

além de restaurante, solário e jardim de infância, localizados em terraço no último pavimento. Assim como na Unidade de Habitação, há a proposta de um edifício em grande escala, uma presença monumental na paisagem, como no ideal corbusiano do transatlântico de células habitacionais mínimas (MACEDO, 2008).

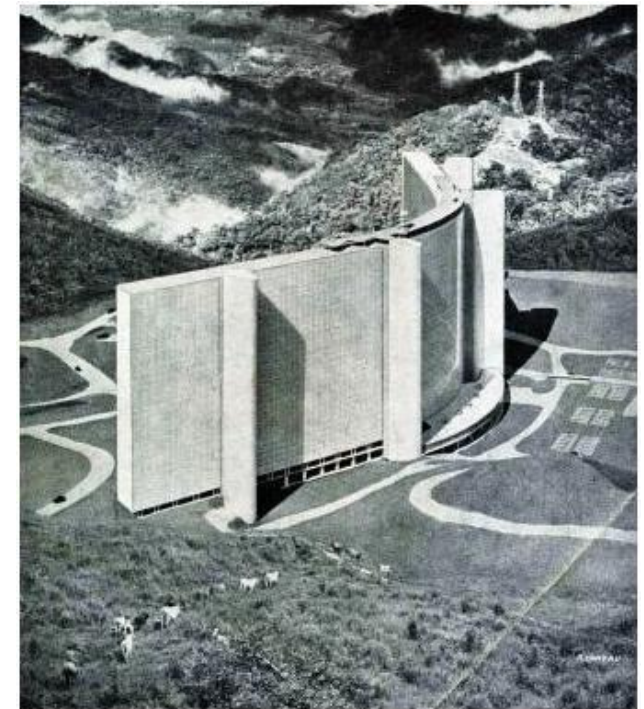


Fig. 131 – Fotomontagem com maquete do Hotel Quitandinha.

Fonte: Pinterest.

conjunto, incluindo “módulos mínimos” e “grandes conjuntos com dois quartos e sala ampla”. Como o projeto não foi construído e há poucas publicações a seu respeito, não ficou claro se realmente todas as unidades propostas seriam do tipo “semi-duplex”.

Apesar de o projeto para o Quitandinha não ter sido executado, serviu de ensaio para outro complexo habitacional de grandes proporções, idealizado a partir de 1950 e concluído em 1970, em Belo Horizonte: o Conjunto Governador Kubitschek. O conjunto é fruto de uma parceria público privada entre o governo de Minas Gerais, que forneceu o terreno, e o empresário Joaquim Rolla, mesmo idealizador do Quitandinha, que, em troca, cederia frações de área construída para repartições públicas (MACEDO, 2008, p. 245). Está localizado em frente ao anel viário da Praça Raul Soares e é conformado por dois grandes edifícios habitacionais em pilotis sobre plataformas comerciais. Possui 1.086 apartamentos (5.700 unidades se somadas as hoteleiras) e área total de 1,6 mil metros quadrados. Hoje abriga uma população de mais de 5 mil habitantes.

O primeiro edifício, o bloco A, consiste em uma lâmina horizontal de 100 metros de extensão e 26 pavimentos exclusivamente residencial. Já a segunda lâmina, do bloco B, assume proporções de torre, com 50 metros de extensão e 36 pavimentos (100 metros de altura). O bloco mais vertical abriga, além de unidades habitacionais, comércio e repartições públicas (JUNQUEIRA; LOPES, 2019). Ambas as lâminas apresentam fachadas laterais inteiramente cegas. O bloco horizontal apresenta torre de circulação anexa ao volume principal, em planta triangular.

Um aspecto a ser destacado no projeto é a grande variedade tipológica das unidades habitacionais. Para o Conjunto JK, foram adotados apartamentos de oito tipos diferentes: os semi-duplex de um dormitório e vazados - solução que otimiza os espaços de circulação do edifício (como os adotados para o projeto Quitandinha), além de apartamentos com um ambiente e banheiro (como de quarto de hotel), apartamentos de um quarto, sala, banheiro e copa e até unidades

mais amplas, com dois ou três dormitórios. As áreas das unidades variam entre 13,9 m² a mais de 100 m².

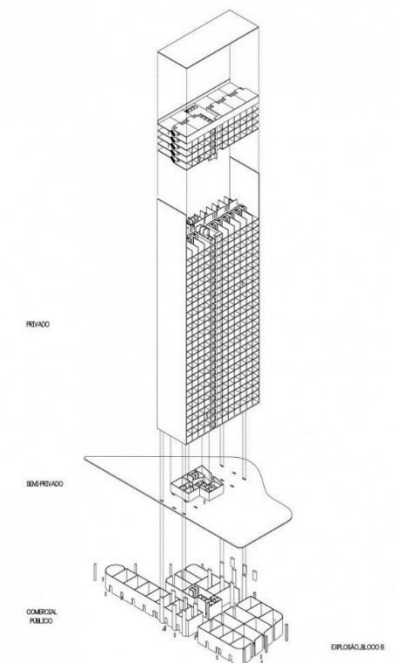
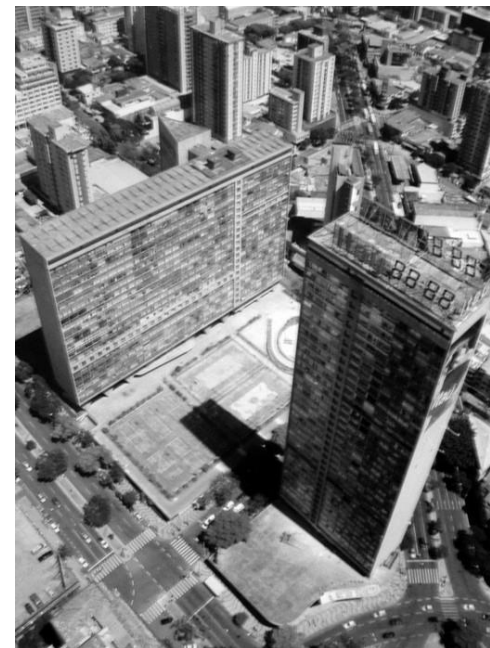
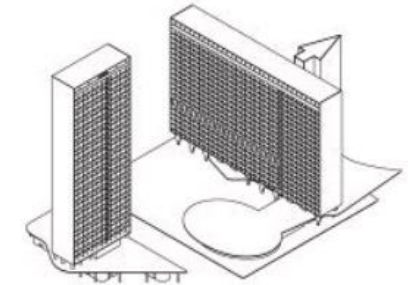


Fig. 132 – Fachada do Conjunto JK, Belo Horizonte. Figura 133 – Foto aérea com implantação urbana do Conjunto JK. Fig.134 - Perspectiva com blocos A e B. Fig. 135 – Perspectiva do bloco B (torre).
Fonte: Plataforma Arquitectura.

A divisão interna dos blocos segue a modulação estrutural de 3,16 m de largura, correspondendo a um quadrado na fachada. Cada um dos tipos de planta ocupa de um a cinco módulos na fachada. Para seu fechamento, Niemeyer adotou esquadrias de ferro e vidro de piso a teto, com modulação na mesma lógica de 3-2-3 partes adotada para os blocos da SQS 108, ou seja: faixa inferior (guarda-corpo) subdividida por montantes verticais em 3 partes iguais, janela de correr com duas folhas na faixa intermediária e porção superior da esquadria subdividida em 3 basculantes. No bloco B (torre), a fachada voltada para o oeste é protegida por brises metálicos verticais reguláveis.

Em abril de 2022, o Conjunto JK foi tombado como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte (PIMENTEL, 2022).

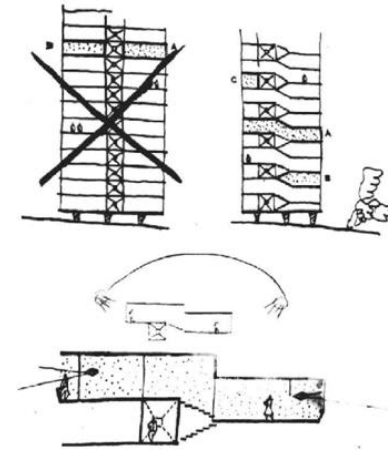
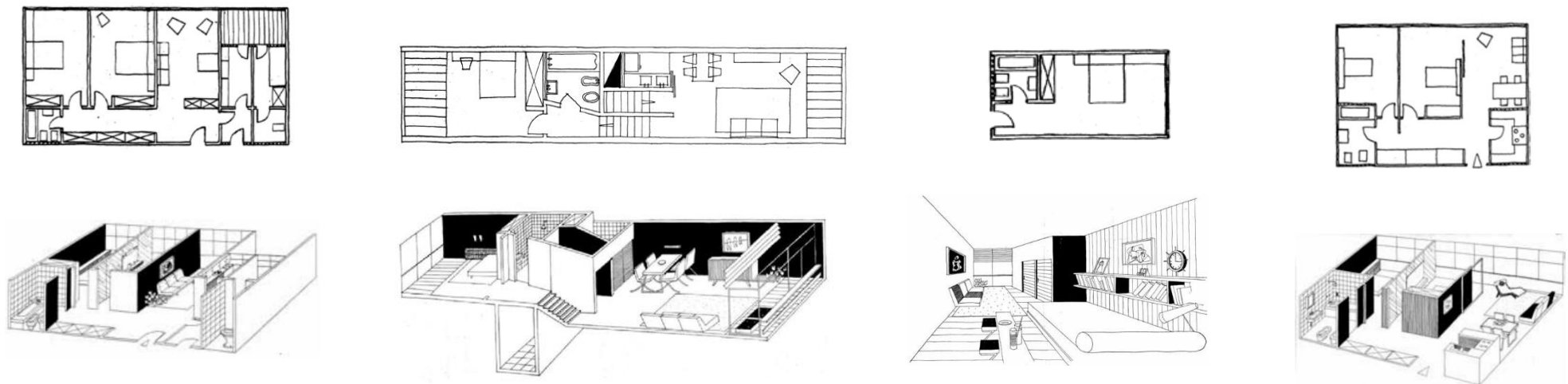


Fig. 136 – Esquema de organização de tipologia semi-duplex. Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI (1950) em Research Gate.



Figuras 137 a 146 – Algumas das tipologias desenvolvidas por Oscar Niemeyer para o Conjunto JK, em Belo Horizonte. Fonte: Macedo (2008)

O edifício Niemeyer, também localizado em Belo Horizonte, abriga amplos apartamentos de 120 a 150 m², e foi implantado em lote triangular localizado na esquina da Praça da Liberdade com a Avenida Brasil. Foi projetado em 1954 e sua construção se deu entre 1958 e 1962. A Praça da Liberdade é um emblemático complexo paisagístico e arquitetônico criado durante a fundação da cidade, em seu ponto mais alto, com o objetivo de abrigar a antiga sede do poder mineiro. Nela, estão localizados vários edifícios públicos monumentais, em sua maioria em estilo eclético, como o Palácio da Liberdade, as primeiras Secretarias de Estado, alguns palacetes e um solar (NERY; BAETA, 2019).

Diferente da linguagem mais contida adotada por Niemeyer em outros edifícios em habitação coletiva, como é o caso dos blocos de apartamentos em Brasília, neste projeto em Belo Horizonte, a plasticidade do concreto armado e os traços sinuosos são explorados ao máximo. O arquiteto tira partido do lote triangular para criar um edifício de 12 pavimentos com planta em trevo de três braços, configurado por curvas côncavas e convexas e circundado por salientes lâminas de concreto em profundidade variável que configuram os brise-soleils horizontais. A sequência de brises é interrompida apenas no ponto onde se situa o volume cilíndrico de aspecto maciço que abriga a torre de escadas. O fechamento do volume em trevo se dá ou por meio de panos de vidro de piso a teto ou por paredes cegas decoradas externamente por azulejos do artista Athos Bulcão, criando dinâmico jogo de cheios e vazios. Apesar da inusitada forma externa, a divisão interna dos apartamentos de 3 a 4 dormitórios é simples e racional, seguindo um esquema predominantemente ortogonal. Para Bruand, a obra é muito bem-sucedida. O edifício foi onde o arquiteto *“levou mais longe suas tentativas de liberdade formal*

no que diz respeito aos edifícios de vários pavimentos”, mas com *“imaginação dentro dos limites do racional”* (BRUAND [1981]2008, pp. 160 - 161).

Nery e Baeta (2019) destacam que Niemeyer soube concretizar com êxito, e de forma respeitosa ao contexto urbano de Belo Horizonte, uma proposta bastante desafiadora: um edifício moderno de 12 pavimentos em meio a conjunto arquitetônico monumental já consolidado, de palácios de 3 a 4 pavimentos em estilo tradicional. Os autores colocam que, apesar de não seguir o gabarito, padrão tipológico ou formal das edificações preexistentes, o edifício de Niemeyer transforma a Praça da Liberdade de maneira suave e se conecta com o conjunto, seja pela complexa composição volumétrica ou pelo rico tratamento das superfícies.

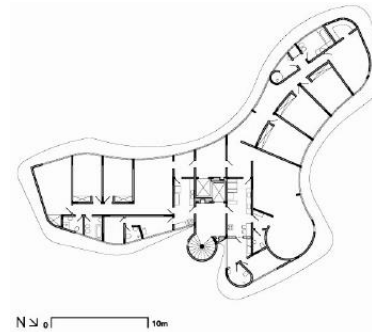


Figura 147 – Planta de pavimento tipo do Edifício Niemeyer. Fonte: Copeve – UFMG.
Figura 148 - Edifício Niemeyer na Praça Liberdade, Belo Horizonte. Fonte: Archdaily

Segundo Leal (2013), durante a década de 1950, quase em paralelo à produção dos edifícios já descritos em Belo Horizonte, Oscar Niemeyer realiza uma série de projetos para o mercado imobiliário paulistano. Dentro da habitação coletiva, são destacados os edifícios Montreal (1954), Eiffel (1956) e Copan (1951-66). À época, a cidade de São Paulo encontrava-se em franco processo de expansão e verticalização. E o arquiteto carioca, já bastante conhecido e prestigiado, é solicitado pelos empreendedores para realizar uma série de projetos, como forma de agregar valor e notoriedade aos edifícios.

Seu principal cliente é o Banco Nacional Imobiliário (BNI), instituição que viabiliza a construção de edifícios mediante financiamento e parcelamento de gastos, funcionando como uma espécie de cooperativa. O trabalho de Oscar, realizado à distância, conta com o apoio de um escritório satélite na capital paulista, chefiado pelo arquiteto e historiador de arquitetura Carlos Lemos.

O edifício Montreal é um edifício de uso misto, com térreo comercial e 21 pavimentos residenciais. Está localizado em região central e privilegiada da cidade de São Paulo, em lote de esquina entre a Av. Ipiranga e a Av. Casper Líbero (antiga Rua Conceição). Com programa bastante inovador para a época, o projeto adotava a tipologia de apartamentos de um dormitório (quitinetes), visando atender à crescente demanda de quartos de hotel adaptados como apartamentos permanentes. A tipologia econômica atraía principalmente trabalhadores solteiros ou jovens casais que chegavam a São Paulo em busca de novas oportunidades (LEAL, 2013). As unidades apresentavam área de 32, 36 ou 48 m² (QUEIROZ, 2013).

A solução volumétrica da torre do edifício Montreal é engenhosa. O código de obras da cidade de São Paulo previa à época da construção recuos na fachada à

medida que os edifícios ganhassem altura, em efeito de escalonamento. A fim de manter a integridade e pureza formais, Niemeyer adota um corpo central mais alto e em arco e duas alas laterais mais baixas, com dez pavimentos. Para romper a leitura do efeito de escalonamento, o tratamento dado às partes é distinto: enquanto o corpo central em arco apresenta janelas em fita, protegidas em um trecho por brise-soleils em delgadas lâminas de fibrocimento perfuradas, semelhantes aos brises do Ed. Niemeyer ou Copan, as alas laterais e mais baixas do Montreal apresentam janelas convencionais, com aberturas quadradas em plano regular e maciço, fundindo-se plasticamente aos edifícios adjacentes, quase como se não pertencessem à construção de esquina. Cabe mencionar ainda a participação do artista plástico Di Cavalcanti, que desenvolve painel mosaico em pastilhas de vidro para a entrada do edifício.

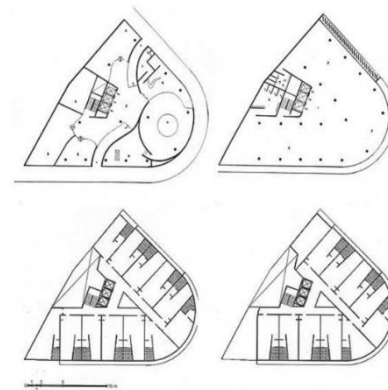


Figura 149 – Plantas do Edifício Montreal. Fonte: Espallargas (2005)

Figura 150 - Edifício Montreal, São Paulo. Foto: Nelson Kon

Também localizado em área central da cidade de São Paulo, está o edifício Eiffel, projetado a partir de 1952 e inaugurado em 1956. A construção situa-se em terreno triangular de esquina, entre as ruas Araújo e Marquês de Itu, de frente para a tradicional e arborizada Praça da República. Trata-se de um edifício com 54 apartamentos duplex, concebido como um empreendimento moderno voltado para um público economicamente privilegiado. A ideia era atrair, também a partir do nome prestigiado de Niemeyer, moradores interessados em ocupar o novo centro da cidade, marcado pela presença de novos espaços verdes e passeios públicos em meio a modernos edifícios verticalizados (LEAL, 2003).

Seu volume principal, popularmente chamado de “livro aberto”, é composto por uma ala central mais alta e recuada do alinhamento frontal do lote a qual se unem duas alas laterais mais baixas, dispostas simetricamente e inclinadas ao eixo central, de forma que todas as unidades tenham vista para a Praça da República. As alas laterais mais baixas são em consequência da legislação da época, que previa recuos obrigatórios, e garantem melhor aproveitamento da luz solar. Tal volume principal pousa sobre um embasamento triangular sobre pilotis, que abriga uma galeria de lojas e um restaurante, onde antes funcionava o Clube de Xadrez de São Paulo (LORES, 2020).

O volume principal apresenta basicamente duas tipologias diferentes de apartamentos, em duplex. O acesso para ambas as tipologias se dá pelo piso superior, onde estão localizadas a parte social e de serviço das unidades, enquanto a área íntima dos dormitórios está localizada no piso inferior, mais resguardada dos ruídos dos apartamentos vizinhos (LORES, 2020; GONÇALVES, 2020).

A porção central e mais alta do volume principal, com 23 pavimentos, abriga unidades de menor dimensão. Os apartamentos deste tipo contam com sala, pequena cozinha, lavabo, área de serviço e dependência de empregada, localizados no piso de entrada, e dois dormitórios e um banheiro no piso inferior. Já as alas laterais de 11 pavimentos abrigam no piso de entrada cozinha, área de serviço, e sala mais amplos que na primeira unidade, além de um lavabo. No piso inferior, há quatro dormitórios (sendo um em suíte) e um banheiro comum. A área das unidades varia entre 115 e 240 m² (GONÇALVES, 2020).



Figura 151 - Edifício Eiffel, São Paulo. Foto: Nelson Kon

Cabe destacar no projeto para o edifício Eiffel o tratamento de fachadas adotado, combinando cobogós com perfurações circulares e painéis de vidro, em um dinâmico mosaico compositivo. Para a divisão da fachada, Niemeyer adota o recorrente esquema compositivo de 3 faixas horizontais, assim como na SQS 108 ou no edifício JK, à diferença que no Edifício Eiffel, tal esquema é combinado com trechos preenchidos por elementos vazados. A caixilharia metálica divide o plano de fechamento de toda a fachada (piso a teto) em três faixas. A inferior configura um guarda-corpo, ora subdividido em três partes totalmente envidraçadas - na sala, área de serviço e em alguns dormitórios - ora preenchido por elementos vazados - caso de alguns dormitórios. A faixa intermediária apresenta janela de correr em duas folhas e a superior é subdividida em três janelas basculantes. Uma parede de cobogós de piso a teto resguarda a transparência da cortina de vidro nos trechos das áreas de serviço.

Sucesso imobiliário, o edifício Eiffel apresenta todas as suas unidades ocupadas, apesar de sua região estar relativamente degradada (LEAL, 2003).

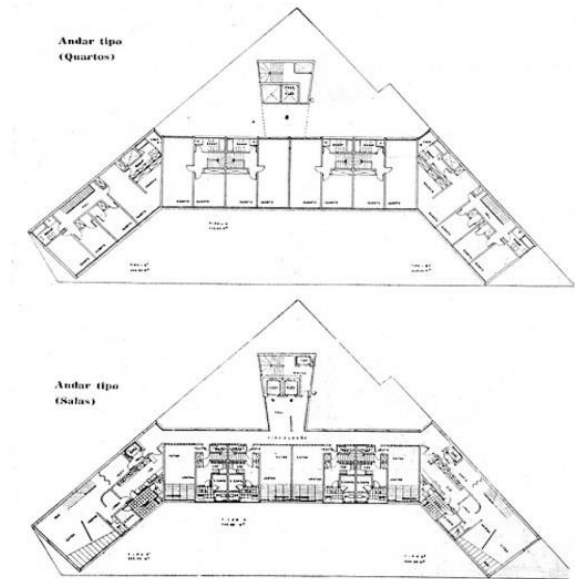


Figura 152 – Plantas do Edifício Eiffel, São Paulo. Fonte: Espallargas (2005)

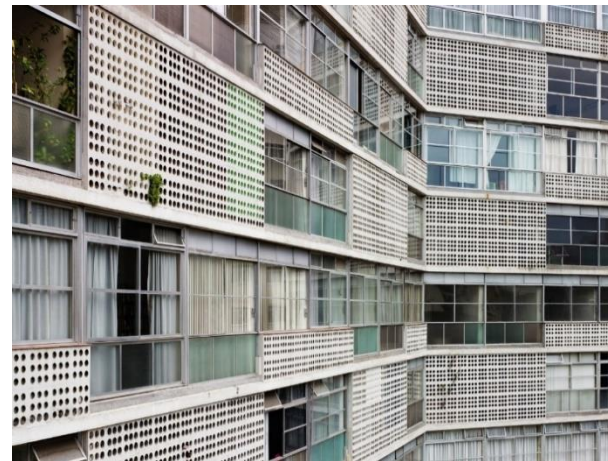


Figura 153 - Fachada do edifício Eiffel. Foto: Nelson Kon



Fig. 154 – Interior de apartamento no Ed. Eiffel. Foto: Nelson Kon

O edifício Copan configura um marco urbano para a cidade de São Paulo e constitui a mais célebre obra de Oscar Niemeyer em habitação coletiva. Trata-se de uma icônica torre residencial em forma de S, 32 andares e 1160 apartamentos (GALVÃO; ORSTEIN, 2008). Seu térreo, espécie de prolongamento do piso da cidade, abriga lojas, restaurantes, cafés e um cinema (QUEIROZ, 2013). Foi projetado a partir de 1951, mas inaugurado apenas em 1966, quinze anos depois. Seu programa partiu da iniciativa de um grupo de empreendedores interessados em criar um grande complexo turístico para a cidade, voltado para as comemorações do seu quarto centenário. Acreditava-se que a grande variedade tipológica poderia atrair clientela variada e propunha-se, além do bloco residencial, lojas de comércio, cinema e teatro além de um segundo edifício que funcionaria como hotel - não construído (LEAL, 2003).

A partir de 1957, Niemeyer já estava absorvido pelos projetos para Brasília e, em virtude disso, participou mais ativamente apenas da fase inicial do projeto, distanciando-se da sua implementação, que foi acompanhada por Carlos Lemos (LEAL, 2003). O projeto passou por várias modificações, sobretudo internas, em razão de exigências dos empreendedores. Razão pela qual considera-se como autoria de Niemeyer apenas “o aspecto exterior” do edifício⁴⁸.

Localizado em terreno bastante irregular conformado pela esquina da Av. Ipiranga com a Rua Araújo e ainda pelo limite da sinuosa Rua José Paulo Mantovan Freire (antiga R. Vila Normanda) que se prolonga em trecho em cul-de-sac aos fundos do

lote, a lâmina assume um desenho curvilíneo, marcado pela perfeita concordância entre trechos curvos e retos. O quarteirão onde o lote irregular está situado é definido ainda pela presença da Rua Consolação e da Avenida São Luís.

A extensa forma em “S” proposta por Niemeyer visa o melhor aproveitamento do terreno irregular, permitindo a criação de grande número de unidades. O edifício é, na verdade, composto por seis blocos (A a F) distintos e justapostos. Cada qual com entrada e circulação independentes, os blocos se comunicam apenas no térreo. Cada um dos blocos apresenta uma ou duas tipologias de apartamento que são quitinetes ou apartamentos de um, dois ou três dormitórios. A área⁴⁹ de cada uma das unidades varia entre aproximadamente 25 a 160 m² (GALVÃO; ORSTEIN, 2008).

Quanto ao tratamento dos invólucros, as duas fachadas principais são inteiramente envidraçadas, com os planos de esquadria definidos pela presença das lajes de cada pavimento e lateralmente pela modulação das paredes que definem cada ambiente interno. A solução de esquadria foi repetida em todas as unidades (QUEIROZ, 2013). A fachada voltada para a Avenida Ipiranga é protegida por 92 lâminas horizontais de concreto de fina espessura revestidas por pastilhas e afastadas do plano de esquadria (LEAL, 2003). Tais lâminas ou brises horizontais reforçam a desenho ondulante da planta. Já a fachada oposta, voltada para a Rua Consolação, apresenta trechos completamente transparentes, outros

⁴⁸ Tal informação sobre a autoria parcial de Niemeyer no Copan está expressa no site da Fundação Oscar Niemeyer, disponível em: www.niemeyer.org.br/obra/pro042 (acesso em 14.03.2022)

⁴⁹ As informações sobre a área útil das tipologias adotadas são ligeiramente divergentes entre as bibliografias consultadas e ainda entre reportagens sobre o edifício Copan. Aqui se optou por adotar a indicada por Galvão e Orstein (2008) por se tratar de um trabalho que versa especificamente sobre a análise de desempenho das tipologias.

resguardados por uma retícula em concreto parcialmente recoberta por planos de cobogós.

Desde 2012, o Edifício Copan é tombado a nível municipal como patrimônio da capital paulista (CONPRESP, 2012).

Como balanço da produção de Niemeyer em São Paulo, Leal (2013) menciona que em razão da distância e da pequena participação do arquiteto no processo de execução e acompanhamento de suas obras em São Paulo, além da urgência na execução de empreendimentos imobiliários, tal produção contou com detalhamentos mais escassos, o que levou, frequentemente, a alterações significativas nas propostas originais e resultados menos satisfatórios sob a óptica do autor. Possivelmente, por essa razão, Niemeyer quase não fazia menção a tais projetos.

Mais tarde, o arquiteto faz uma autocrítica a esta produção, encarada enquanto *“processo normal e construtivo capaz de nos conduzir à correção de erros e a melhores resultados, com a adoção de uma série de providências e medidas disciplinadoras”*. Niemeyer decide então pela *“redução de trabalhos no escritório”* e *“recusa sistemática daqueles que visem apenas a interesses comerciais, a fim de melhor me dedicar aos restantes, dando-lhes assistência contínua e adequada”* (NIEMEYER [1958] apud MACEDO, 2008, p. 114).

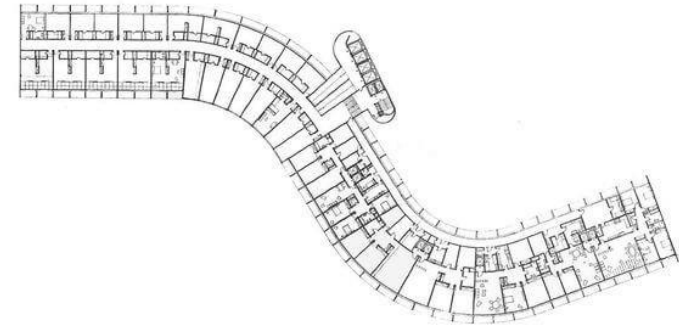


Figura 155 – Planta com apartamentos do Ed. Copan. Fonte: Pinterest



Figura 156 – Edifício Copan, São Paulo. Foto: Nelson Kon

As experiências de Niemeyer em habitação coletiva não ficam restritas ao Brasil. O arquiteto brasileiro foi convidado a desenvolver um dos exemplares de tipologia em barras para a Interbau de 1957, a primeira Exposição Internacional de Arquitetura realizada após a Segunda Guerra Mundial. O projeto da lâmina de Niemeyer em Berlim integra, portanto, uma das grandes experiências em habitação social promovida pelas vanguardas modernas. A iniciativa derivou da decisão do Senado da Berlim Ocidental pela reconstrução do bairro oitocentista de classe média Hansaviertel, parcialmente destruído pela guerra e localizado entre o Parque Tiergarten e o rio Spree. É tomada também a decisão de vincular sua reconstrução à Interbau, cujo lema foi *“A cidade do Amanhã”*. A concepção do bairro com arquitetura e urbanismo modernos e sua promoção mediante o contexto de uma exposição universal simbolizavam uma oposição crítica ideológica à realização de outro bairro, o Stalinallee, concebido aos moldes clássicos e implantado pelo regime socialista pela Berlim Oriental (ESKINAZI; COMAS, 2008).

Em 1953, foi realizado então um concurso urbanístico para a realização do bairro. O projeto vencedor sofreu inúmeras modificações até sua implantação, cujo principal intuito foi de estabelecer maior variedade tipológica. O Hansaviertel, embora tenha sido implantado em área densa, com ruas e quarteirões bem delimitados pela massa edificada, adota grande variedade de experiências em tipologias modernas, implantadas seguindo uma lógica compositiva de vanguarda: edifícios em meio a um grande parque. A concepção de generosas áreas verdes adquire papel central para o desenho urbano do bairro, que contou com a colaboração de vários arquitetos paisagistas (ESKINAZI, 2008).

Além de Oscar Niemeyer, a Interbau contou com a participação de mais de quarenta arquitetos, tanto alemães como de outras nações. Alguns dos célebres

nomes que desenvolveram projetos para a empreitada berlinense foram Walter Gropius, Alvar Aalto, Arne Jacobsen e van den Broek e Bakema.

Entre as tipologias adotadas, há residências unifamiliares, torres e lâminas. Há dois tipos de lâminas, mais baixas, de 3 a 4 pavimentos, ou de 8 a 10 pavimentos. Niemeyer desenvolve uma das barras mais altas, com 8 pavimentos.

Além das tipologias habitacionais, o novo bairro para o Hansaviertel contava com uma variada gama de equipamentos, distribuídos uniformemente pela área e capazes de conferir certa autonomia ao bairro, tais como centro comercial com cinema, restaurante e lojas, biblioteca, jardim de infância, igreja, centro cultural, estação de metrô, comércio e serviços (ESKINAZI, 2008).

De todos os projetos de Niemeyer descritos até aqui, a lâmina berlinense é a que mais se assemelha aos blocos da SQS 108. Seu projeto foi desenvolvido a partir de 1955, pouco antes de Niemeyer assumir os trabalhos para nova capital. A barra para a Interbau apresenta também volume predominantemente horizontal (sete pavimentos sobre pilotis) e fachadas laterais praticamente cegas (há um diminuto rasgo vertical para iluminação dos banheiros). E adota, assim como na 108, a solução de conferir destaque volumétrico à torre de circulação vertical, deslocando-a dos limites da projeção. Em Berlim, a torre assume planta triangular e abriga apenas os elevadores, enquanto nos blocos para a superquadra, sua forma é trapezoidal e inclui também escadas.

São seis pavimentos-tipo, cada um com doze apartamentos vazados. E um andar diferenciado, o quinto, que conta com uma área coletiva - dotada de dois salões envidraçados, e voltada para a fachada principal do bloco - além de seis unidades de apartamentos abertos apenas para a fachada oposta. O coroamento do edifício

abriga área técnica e depósitos (ESKINAZI, 2008). A fachada principal do bloco apresenta balcões nos pavimentos tipos e janelas em fita no pavimento diferenciado (5º andar). A fachada posterior apresenta a solução de janelas em fita tanto para os pavimentos-tipo quanto para o pavimento diferenciado. A área do pilotis abriga seis prumadas de acesso às escadas.

A fim de reduzir os espaços de circulação interna, otimizar o número de elevadores e garantir que todas as unidades dos pavimentos-tipo fossem vazadas, Niemeyer adota sistema pouco usual e até criticado para a circulação vertical: os elevadores possuem apenas duas paradas, uma no andar diferenciado (quinto) e outra na cobertura (área técnica). As únicas unidades com acesso direto por elevadores são os seis apartamentos do quinto andar. Assim, o primeiro e o segundo andares são acessíveis por lances de escada a partir do térreo. O terceiro, quarto, sexto e sétimo andares são acessados por lances de escada a partir do andar diferenciado.

As varandas da lâmina berlinense são simples recuos de fachada com esquadrias envidraçadas que evidenciam a modulação estrutural do sistema construtivo em concreto e criam emolduramentos espessos, como acontece também, de forma distinta, com a modulação dos brises em concreto das fachadas de Brasília.

Quanto às soluções em planta, em Brasília tem-se quartos e a sala de estar voltados para a fachada principal e serviços e banheiros voltados para a fachada oposta. Já em Berlim, nos pavimentos-tipo, temos cozinha e sala abrindo-se para as varandas da fachada principal e dormitórios para a fachada posterior. Os banheiros estão organizados em um núcleo central.

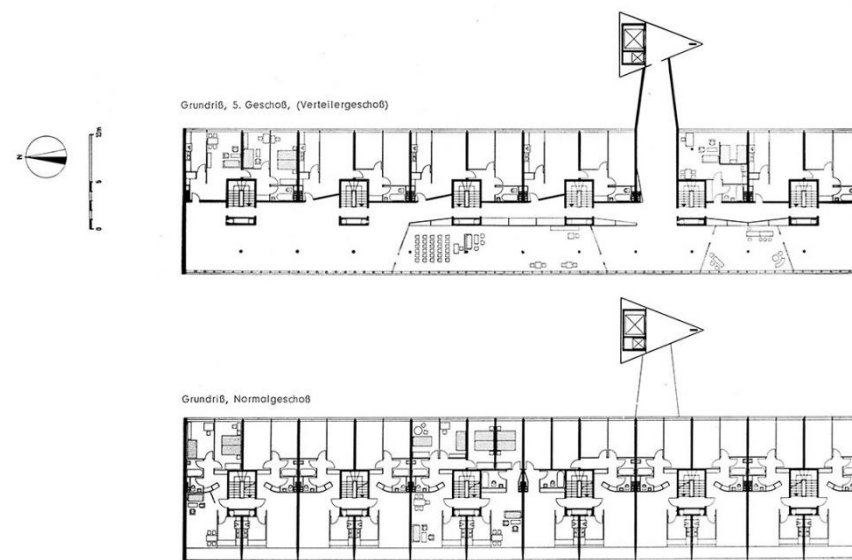


Figura 157 – Plantas do bloco de Niemeyer em Berlim.
Fonte: Site Hansaviertel Berlim



Figura 158 – Fachada do bloco de Niemeyer em Berlim.
Fonte: Site Hansaviertel Berlim

Em ambos os edifícios, Niemeyer adotou um tratamento escultórico para os pilares dos pilotis. Embora a solução para Berlim seja mais complexa, com apoios em “V”, é interessante notar que sua projeção em fachada lateral gera trapézio semelhante ao empregado nos pilares dos edifícios da SQS 108.

Para o bloco berlinense foram adotadas unidades econômicas de um (44m²), dois (72 m²) ou três dormitórios (79m²), totalizando 78 apartamentos (ESKINAZI, 2008). As áreas das unidades brasilienses são bastante mais generosas, considerando que as unidades de dois dormitórios (blocos tipo AFA) apresentam entre 82 a 97 m² e as unidades de três dormitórios (blocos tipo AFB) apresentam de 122 a 134 m².

Todo o conjunto da Interbau Berlinense é protegido como patrimônio histórico de Berlim desde 1995.



Figura 159 – Pilotis do bloco de Niemeyer em Berlim. Foto: Pedro Kok. Fonte: Flickr



Figura 160 – Fachada do bloco de Niemeyer em Berlim. Foto: Pedro Kok. Fonte: Flickr

Em Brasília, Niemeyer realiza, além do projeto para os blocos do IAPB, dois projetos de blocos mais econômicos, de 3 pavimentos, sem pilotis e acesso apenas por meio de escadas, localizados no setor das 400: os blocos JK e os blocos AP-05.

Os blocos econômicos que ficaram popularmente conhecidos em Brasília como JK foram desenvolvidos por Oscar Niemeyer e equipe entre 1958 e 1960, mesma época do projeto e construção da SQS 108. Constituem 28 blocos, localizados nas SQS 411, 412 e 413. Cada bloco conta com 30 unidades habitacionais com sala, um dormitório, cozinha, área de serviço e banheiro, totalizando 52,50 m² (Ferreira e Gorovitz, 2008). Cinco prumadas dão acesso a duas unidades por pavimento.

A fachada principal, para a qual estão voltados sala e dormitório, é marcada pela sequência de faixas verticais, onde estão localizadas janelas também verticais, além das cinco portas de acesso às prumadas. Tais faixas encontram-se ligeiramente recuadas em relação ao plano de alvenaria mais externo à fachada. No térreo, pequenas marquises em concreto marcam os acessos. Já na fachada posterior, para a qual se voltam cozinha, área de serviço e banheiro, foram adotadas janelas horizontais. Em cada pavimento, tais janelas foram agrupadas em pequenas faixas horizontais, alternando-se em duas alturas, o que confere dinamismo à composição do bloco.

De acordo com Ferreira e Gorovitz (2020), os blocos JK eram originalmente pintados de branco. Na fachada principal, as faixas verticais recuadas, onde se encontram os parapeitos das janelas verticais, eram pintadas em cores primárias alternadas. Tal informação foi confirmada por imagens encontradas no Arquivo Público do DF. Hoje, os blocos JK já passaram por inúmeras modificações e nenhum preserva o cromatismo original. Vários exemplares sofreram intervenções mais

graves, com incorporação de pastilhas coloridas, pedras e outros revestimentos às fachadas, criação dos mais variados grafismos, mudanças no desenho das esquadrias e instalação de pesadas grades.

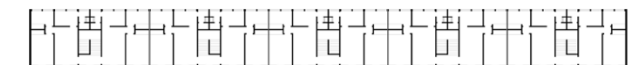
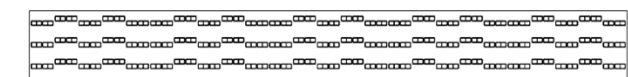
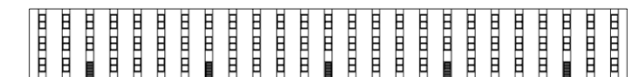


Figura 161 – Fachadas e planta do bloco JK. Fonte: Ferreira e Gorovitz (2020)



Figura 162 – Cromatismo original dos blocos JK. Fonte: Arquivo Público do DF

Para os oito blocos de tipo AP-05, localizados na SQS 408 (blocos E, F, G, H, I, J, Q e T) Niemeyer adota solução de circulação muito semelhante à dos blocos da SQS 108, especialmente aos de tipo AFA (dois dormitórios), uma vez que dispõe o volume da torre de escadas anexo ao volume principal do edifício e deslocado em relação ao eixo central do bloco. A torre de escadas, assim como nos blocos da 108, está associada a uma galeria única de acesso aos apartamentos, também inteiramente protegida por cobogós. Um único acesso protegido por delicada marquise, situado no térreo, na metade do bloco oposta à da torre de escadas, promove uma discreta interrupção no plano de cobogós e marca a entrada ao edifício. Para a fachada oposta e principal do AP-05, Niemeyer não adota as janelas em fita ou cortinas de vidro como no projeto para o IAPB, mas uma sequência de faixas de esquadrias verticais sobre parapeitos de alvenaria, ligeiramente deslocadas da face mais externa da fachada e dispostas em intervalos praticamente regulares, em solução bastante semelhante à da fachada principal dos blocos JK. Os blocos AP-05 foram executados pela Novacap entre 1959 e 1961 e são também, portanto, uma produção praticamente concomitante à SQS 108.

Embora Niemeyer tenha afirmado não se interessar pelo tema da habitação social e opor-se duramente à arquitetura rígida e fria de tendência europeia, a influência das Siedlungen alemãs para os blocos econômicos JK e AP-05 parece evidente tanto na tipologia adotada, de lâminas de 3 pavimentos, quanto na solução de fachada. E até mesmo em planta, já que o modelo adotado nos blocos JK de duas unidades de apartamentos acessíveis por escada e com porta de acesso direto ao espaço público é solução recorrente nos modelos alemães e em outras experiências modernas em habitação social. Cada bloco de tipo AP-05 apresenta 18 unidades de dois tipos: 2 e 3 dormitórios, entre 54,75 m² e 73,12 m² (Ferreira e Gorovitz,

2020). A primeira, com sala, 2 dormitórios, cozinha e área de serviço. As unidades de 3 dormitórios localizam-se nas extremidades dos blocos.

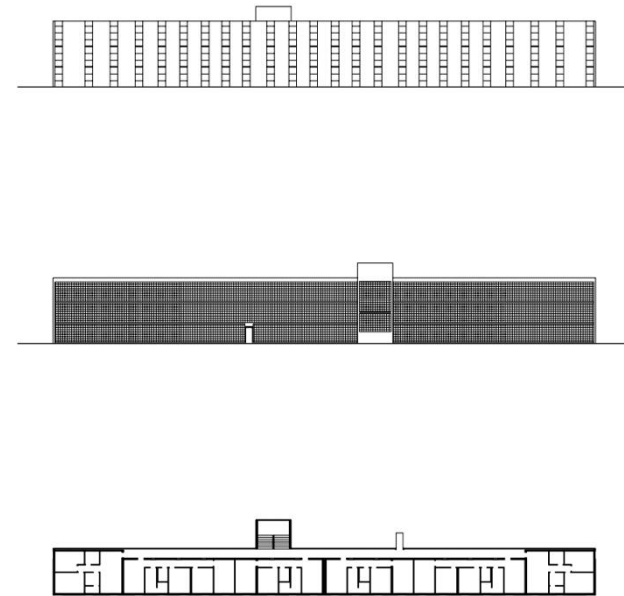


Figura 163 – Fachadas e planta do bloco AP-05. Fonte: Ferreira e Gorovitz (2020)



Figura 164 – Fachada posterior de bloco AP-05. Fonte: autora

Apesar das diferenças óbvias no que diz respeito ao programa e proporções, foi possível identificar algumas semelhanças entre o projeto do Hotel Brasília Palace (1958) e dos blocos para a SQS 108, concluídos logo depois. Bruand o descreve enquanto “projeto brilhante”, que soube tirar proveito da ausência de limitações urbanas através da criação de um volume prismático alongado, em harmonia com a paisagem circundante. O projeto foi um dos primeiros a serem concluídos em Brasília, já que visava justamente servir para hospedar políticos e outras figuras importantes para o apoio e acompanhamento da construção da nova capital. (BRUAND, [1981] 2008, p. 208)

O volume principal do hotel consiste em uma lâmina horizontal de 3 pavimentos sobre pilotis, com fachadas laterais cegas. O plano da fachada principal era originalmente envidraçado, fechava a varanda dos quartos do hotel, e apresentava também solução de esquadrias com a caixilharia dividida em três faixas – a inferior, subdividida em três planos, servindo de guarda corpo, a intermediária, que consistia em uma janela de correr e a faixa superior, subdividida em três basculantes. A fachada oposta, assim como na SQS 108, também era inteiramente recoberta por plano de cobogós, que protegiam uma ampla galeria de distribuição para os quartos, acessada por um hall central de elevadores⁵⁰. O bloco principal do hotel se conecta a outro volume, mais baixo, que abriga um restaurante, bar e salão para eventos.

⁵⁰ O hotel Brasília Palace hoje não apresenta o plano de cobogós ou a fachada transparente característicos do projeto original, já que foram adotadas soluções diferentes para a requalificação do edifício conduzida pelo próprio Niemeyer entre 2001 e 2007: brises verticais metálicos na fachada

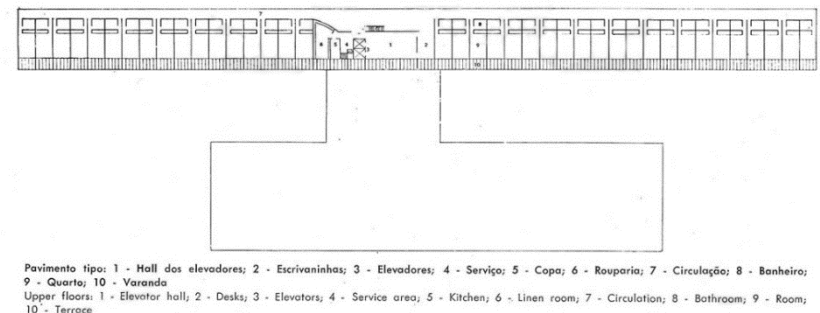
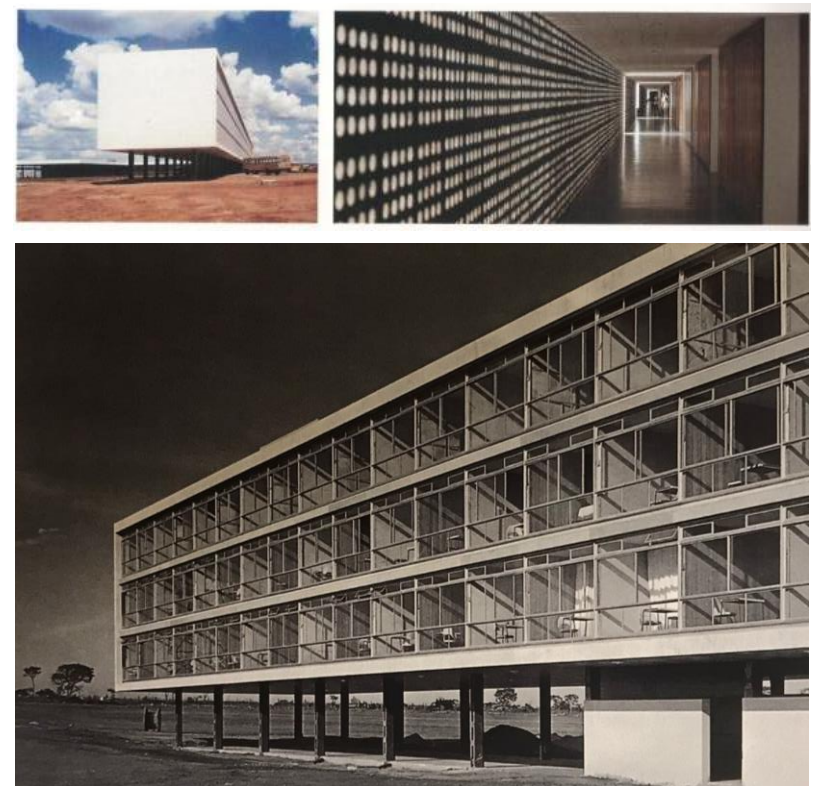


Figura 165 – Planta do pavimento tipo do Brasília Palace. Fonte: Revista Acrópole



Figuras 166 a 168 – Fotos do Brasília Palace. Fonte: Kim e Weseley (2010)

posterior e criação de varandas com guardacorpo contínuo de alvenaria na fachada principal (MEDEIROS; FERREIRA, 2015)

Schlee (2016) aponta o Catetinho (1958), o primeiro palácio presidencial em Brasília e outras edificações provisórias em madeira como ensaios para a posterior construção dos edifícios em concreto da capital. O Catetinho ou Palácio de Tábuas pode ser descrito como um pavilhão horizontal de um pavimento sobre pilotis e fachadas laterais cegas, cuja modulação estrutural define a divisão dos cômodos organizados em linha e acessados por uma varanda periférica conectada a uma escada externa.



Figura 169 – Catetinho. Foto: Maritza Dantas

Balço da produção de Niemeyer

Apesar da evidente variedade dos projetos descritos, foi possível identificar um repertório de soluções recorrentes a várias obras de Niemeyer em habitação coletiva. Algumas destas soluções fazem parte do vocabulário comum ao movimento moderno internacional, como as fachadas envidraçadas ou janelas em fita, cuja transparência e desobstrução da paisagem permitem maior contato entre interior e exterior, o uso dos pilotis ou mesmo o aproveitamento da cobertura, que aparece como proposta em alguns conjuntos.

Os pilotis se fazem presentes em praticamente todos os projetos analisados, à exceção dos blocos econômicos para Brasília. Em quase todos os casos, torna-se evidente a predileção de Niemeyer por pilotis com espaços generosos, com menor quantidade de apoios (maiores vãos) e tratamento escultórico dos pilares, em “V” ou “W”. O depoimento de Niemeyer transcrito abaixo indica as razões para tal escolha:

Solução preconizada por Le Corbusier e adotada com êxito em nosso país, conferindo aos edifícios maior leveza e, a certos problemas espaciais e circulatórios, justa solução. Nos primeiros prédios projetados em ‘pilotis’, estes elementos eram quase sempre verticais, seus espaçamentos variavam de 4 a 9 metros e a principal preocupação do arquiteto consistia em reduzir-lhes as seções, a fim de torná-los – prédios e ‘pilotis’ – mais leves e graciosos. Com o correr do tempo, verificou-se que em alguns casos a construção exigia 3 ou 4 filas de colunas, o que, principalmente em edifícios extensos, dava uma estranha aparência de ‘paliteiro’ – como o povo passou a denominá-los. Procurou-se, então, acompanhar a técnica do concreto armado nas suas possibilidades atuais de grandes vãos e conseqüente redução de apoios. Assim, nas grandes estruturas o problema geralmente se fixa na transição das colunas, isto é, nos andares normais os apoios se aproximam de forma a poderem ficar embutidos nas paredes – evitando o inconveniente de colunas soltas em peças reduzidas – distanciando-se no pavimento térreo, a fim de criar vãos maiores e melhor aproveitamento das áreas cobertas. [...] Dentro desse critério, já apareceram entre nós soluções justas, destinadas a resolver o problema plasticamente, sem maiores ginásticas para a estrutura. Dentre elas, permito-me exemplificar com as colunas em ‘V’ por mim projetadas para o Parque Ibirapuera em São Paulo, a Feira de Reconstrução de Berlim e o Hospital Sul América desta cidade, e em ‘W’ para o conjunto Kubitschek de Belo Horizonte, todas destinadas a obras de vulto, em meio a grandes espaços livres.

(NIEMEYER [1957] apud MACEDO, 2008, pp. 106 - 107)

Como é frequente nas propostas em habitação do movimento moderno, vários edifícios projetados por Niemeyer foram concebidos como pequenas cidades, prevendo uso misto e gama de equipamentos coletivos, cuja intenção, ao menos em projeto, parecia ser a de suprir grande parte das necessidades da vida cotidiana. Esse é o caso de projetos como o Quitandinha, Conjunto JK e Copan. Naturalmente, já em blocos situados em conjuntos urbanos com lógica de unidade de vizinhança, como é o caso dos blocos para as superquadras ou da lâmina berlinense para o bairro Hansaviertel, supridos já de equipamentos como escola, jardim de infância, comércio local, biblioteca, cinema e outros, os blocos de Niemeyer assumem programa mais conciso.

Os brise-soleils são explorados em uma extensa variedade de soluções, em malha de concreto, em delgadas lâminas curvas (perfuradas ou não) ou como elementos verticais metálicos e móveis. Comas (2016), por exemplo, descreve as soluções de Niemeyer para proteção solar em fachadas através de termos como “*multi-lâminas*”, “*nervurado*”, “*estriado*”, “*grelha*” ou “*persiana*”. Além disso, observa muito bem que embora haja tratamento muitas vezes denso dessas superfícies, a transparência interna é surpreendente. Outra observação do crítico é que frequentemente a modulação das esquadrias define a compartimentação interna (COMAS, 2016, pp. 59 - 60). Ambas as observações parecem se aplicar aos blocos de tipo AFA e AFB, cuja solução de brise-soleils pode ser descrita como *grelha*.

Cabe destacar a solução de esquadria de piso a teto - dividida em guarda-corpo, janela de correr intermediária e basculantes superiores - repetida, com pequenas modificações, em muitos dos seus projetos, frequentemente adotando como modulação as subdivisões 3-2-3 ou 4-3-4 (respectivamente faixas inferior, do meio

e superior). O sistema de fachadas para os blocos AFA e AFB, segundo Bruand (BRUAND, [1981] 2008), se relaciona ao modelo já experimentado por Niemeyer no Hospital Sul-América (1952) no Rio de Janeiro, que já emprega as esquadrias envidraçadas de piso a teto e ainda os fechamentos em cobogós.



Figura 170 – Interior de apartamento de bloco tipo AFA-2. Foto: autora

Recurso largamente adotado pela arquitetura moderna brasileira, o uso de cobogós também aparece em vários de seus projetos, sendo tratado como um grande plano contínuo em diversos edifícios, como nos blocos do IAPB, no Hotel Brasília Palace e ainda nos blocos AP-05, ou aparecendo como artefato que integra uma composição de fachada mais dinâmica, associado a outros elementos, como nos casos do Copan ou do Edifício Eiffel. Nos projetos onde foi tratado como plano contínuo, o uso de cobogós protege extensas galerias de distribuição para as unidades, como acontece tanto no Brasília Palace, nos blocos para o IAPB, quanto nos blocos AP-05. Cabe mencionar que no Catetinho, embora o uso de cobogós não esteja presente, também há a galeria única de distribuição ao longo de uma das fachadas, aqui sob a forma de varanda, que dá acesso aos dormitórios e espaço de estar localizados no pavimento superior do edifício em madeira.

São frequentes também nas soluções volumétricas as empenas laterais cegas (hotel Quitandinha, Brasília Palace, blocos da SQS 108, Conjunto JK, Catetinho e blocos JK) ou praticamente cegas, isto é, planos de aspecto maciço com aberturas muito discretas (casos do bloco Hansaviertel e Copan).

As torres de circulação como volumes anexos e destacados do corpo principal do edifício aparecem em praticamente todos os projetos, à exceção dos blocos JK em Brasília, e do edifício Montreal, em São Paulo.

Embora a variedade tipológica esteja presente em vários dos projetos citados - a maioria deles efetivamente concretizados - a mesma diversidade, por alguma razão, não se dá no caso dos blocos desenvolvidos para as superquadras brasilienses. Tal fato levanta um questionamento importante, já que havia a intenção expressa no discurso, tanto para o projeto para o Plano Piloto quanto para

o projeto dos blocos da quadra modelo do IAPB, de que as superquadras abrigassem maior variedade socioeconômica. Isso se torna evidente quando comparamos a área dos apartamentos projetados para a SQS 108 (de 82 a 134 m²) ou mesmo dos blocos JK ou AP-05 (de 52 m² a 73m²) com as áreas do universo das tipologias desenvolvidas para os demais projetos em habitação coletiva, que variam desde unidades mais econômicas (de 14, 25, 32 ou 50 m²) até apartamentos com luxuosos 240 m².

De todos os exemplos descritos até aqui, é importante mencionar que os blocos de superquadra brasiliense projetados por Niemeyer, tanto os blocos do IAPB quanto os JK ou AP-05 são, possivelmente, daqueles que sofreram modificações mais drásticas em suas fachadas, materiais e pilotis.

Neste subcapítulo, buscou-se identificar estratégias e repertórios projetuais que caracterizam a produção de Niemeyer em habitação coletiva. Tais elementos servirão como parte do embasamento para a definição dos atributos a serem preservados nos blocos da SQS 108, relacionados à teoria da preservação moderna abordada no próximo capítulo.



Figuras 171 e 172 – Descaracterização de fachadas de blocos AP-05, 2021. Foto: autora

Cronologia: Niemeyer e habitação coletiva

Figura 173 – Cronologia da produção de Niemeyer em habitação coletiva. Fonte: elaboração própria



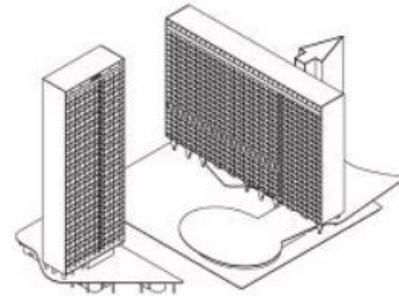
1938

Grande Hotel Ouro Preto, MG



1947-50

Hotel Quitandinha, RJ (não executado)



1950 - 70

Conjunto Residencial JK, MG



1951 - 54

Edifício Montreal, SP



1951 - 66

Edifício Copan, SP



1952 - 56

Edifício Eiffel, SP



1954 - 62

Edifício Niemeyer, MG



1955 - 57

Bloco para o Hansaviertel, Berlin



1958

Brasília Palace, DF



1957 - 60

Blocos SQS 108, DF



1958 - 60

Blocos JK, DF



1959 - 61

Blocos AP-05, DF

Cap. 3. A preservação dos edifícios da superquadra 108 sul: uma reflexão teórica

*antes de ser
matéria compacta
esse pilotis
que você toca
foi sonho
toque com cuidado*

Nicolas Behr, 2012, p. 56



Figura 174 – Superquadra. Marcel Gautherot, circa 1962. Vista do bloco D (primeiro plano) e B (ao fundo) da SQS 108. Fonte: Acervo IMS



Figura 175 – Pilotis do bloco J, 2021. Foto: autora

3.1 Patrimônio Moderno e as especificidades da preservação da sua arquitetura residencial

Passados cem anos do surgimento dos primeiros edifícios dos movimentos de vanguarda do século XX, os processos de intervenções e restaurações em edifícios modernos se tornaram comuns ao redor do mundo. Algumas dessas práticas podem ser consideradas como exemplos bem-sucedidos, enquanto outras representam prejuízos consideráveis ao valor e significância dos bens, podendo levar à sua completa descaracterização.

Lamentavelmente, ações pouco criteriosas constituem praticamente a regra quando observamos o conjunto de intervenções dos blocos de superquadra em Brasília. Razão pela qual compreender um pouco da teoria e prática preservacionista, sobretudo relativas à arquitetura moderna, pareceu fundamental ao abordar o tema do patrimônio edilício da escala residencial da cidade.

Há dificuldade de atribuição de valor a conjuntos de edifícios residenciais modernos, uma vez que a tradição preservacionista, seja no Brasil ou em outros países, está comumente voltada a edifícios icônicos, aos monumentos como catedrais, palácios e sedes governamentais. Nascimento (2011) nos mostra o quão recente, restrita, ainda pouco estruturada e cheia de especificidades é a prática de preservação desses conjuntos. Neste sentido, a Carta de Veneza constituiu, segundo a autora, um marco para a valoração patrimonial de construções mais modestas, em oposição à quase exclusividade histórica da atenção dada às arquiteturas de exceção:

A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.

(Carta de Veneza [1964] apud BRITO, 2011)

A partir desse entendimento, o campo patrimonial passa a contemplar como objetos de estudo não só as obras isoladas de maior prestígio, mas também as de programa mais prosaico que, em conjunto ou individualmente, podem chegar a ser consideradas como monumento coletivo, seja pela sua relação com o entorno ou por representarem testemunhos do cotidiano de determinado período histórico.

O argumento apresentado pela Carta de Veneza (1964) parece encontrar eco ainda no discurso de Graeff (1967), para quem a qualidade arquitetônica está ligada muito mais aos valores artísticos do que à sua função social, técnica construtiva ou grandiosidade, podendo, portanto, manifestar-se nas obras mais singelas às mais grandiosas e eloquentes:

A qualidade arquitetônica, ao contrário do que pensava a maioria dos teóricos e estudiosos até fins do último século, não é prerrogativa de alguns tipos de edifícios destinados aos serviços dos deuses, dos mortos e dos príncipes. Pode manifestar-se em qualquer tipo de edifício e revela-se hoje tanto na fábrica, no armazém, na modesta habitação operária, como no palácio governamental. Porque o valor artístico da obra é decidido, em última instância, pelo talento do arquiteto e não pela maior ou menor riqueza dos materiais e das técnicas ou pelo volume e complexidade da construção.

(GRAEFF, 1967, p. 37)

Apesar de também abarcar o enfoque estético defendido por Graeff para mensurar a qualidade arquitetônica de uma obra, hoje a valoração de um bem material edificado (edifício) envolve sentido bastante mais plural. Resumidamente, o termo “patrimônio cultural” comumente adotado hoje pelo campo da preservação e restauro é de conceito amplo, mas pode ser sinteticamente definido como o conjunto de bens (materiais ou imateriais) considerados pela sociedade como de fundamental importância a serem vivenciados e preservados enquanto legado para as gerações futuras, já que expressam a memória, a identidade e a riqueza cultural de um lugar, ou de um ou mais povos.

Lima (2017), apoiado no teórico da conservação austríaco Alois Riegl (1858-1905) ressalta o sentido de patrimônio histórico enquanto algo não naturalizado, ou seja, trata-se de uma construção social, historicamente determinada e declarada por indivíduos (sejam eles usuários, especialistas, autoridades), grupos ou parte integrante da sociedade. Assim, a pretensa universalidade e eternidade dos valores outorgados aos bens patrimoniais passa a ser questionável. Seus critérios seriam transitórios e subjetivos e estariam relacionados a determinado período histórico. A valoração em sentido amplo de um bem seria decorrente, necessariamente, do seu reconhecimento coletivo e plural pela comunidade.

O prefácio de Françoise Choay para o livro “O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese” de Riegl é elucidativo quanto a essa subjetividade e “opacidade” da valoração do bem patrimonial, presentes tanto na prática quanto

na teoria do restauro: “O dilema destruição/conservação não pode ser opção absoluta, o quê e o como da conservação não comportando jamais uma solução – justa e verdadeira – mas soluções alternativas, de permanência relativa.” (CHOAY [1984] in RIEGL, 2006, p. 15)

Para compreender as razões pelas quais alguns edifícios de programas cotidianos podem ser entendidos enquanto patrimônio cultural, propõe-se aqui um breve olhar sobre a distinção entre monumentos intencionais e não intencionais apresentada por Riegl⁵¹ (RIEGL [1903] 2006).

Ainda de acordo com o prefácio de Choay, etimologicamente monumento pode ser entendido como “o artefato que nos interpela para nos fazer lembrar” (CHOAY [1984] in RIEGL, 2006, p. 10). Segundo o Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos, a palavra *monumento* traz como um de seus sentidos a ideia de “lembrança, recordação, reminiscência”, em oposição a “deslembração, esquecimento, olvido.” (HOUAISS, 2003, p. 456)

Para Riegl, um monumento intencional é quando determinado bem já é criado com a função expressa de rememorar um fato ou personagem histórico. Já um monumento não intencional seria aquele que, embora não tenha sido originalmente concebido para tal fim, adquire a função de rememoração ao longo do tempo, ou seja, esta função lhe é atribuída ou reconhecida posteriormente.

⁵¹ Em busca de uma melhor compreensão dos valores distinguidos por Riegl para caracterizar os monumentos históricos, essa pesquisa valeu-se de duas traduções diferentes da sua obra para o português, uma realizada por Peixoto e Vicentini, aqui referenciada por Riegl ([1903] 2006) e outra por Davidsohn e Falbel, referenciada por Riegl ([1903], 2014). Elucidativos foram ainda trechos

introdutórios, tais como glossários e textos de apresentação contidos em ambos os livros, além da leitura e interpretação dos valores de Riegl realizada por Lima (2017).

O teórico austríaco buscou identificar e sistematizar as qualidades (ou valores) específicos que determinam a significância de um bem ou objeto. Este trabalho não pretende se alongar no sistema de valoração estabelecido por Riegl, mas basicamente tais valores foram divididos em dois grupos principais: os “valores de rememoração” e os “valores de contemporaneidade” (RIEGL [1903] 2006).

Os valores de rememoração (ou memória) reúnem o valor histórico, o valor de antiguidade e o valor de rememoração intencional. Já o grupo dos valores de contemporaneidade (ou atualidade) reúne o valor de uso e o valor de arte, sendo que este último compreende (ou subdivide-se em) o valor de novidade e o valor de arte relativo.

Todos esses valores⁵² são relativos, entendidos como de natureza subjetiva e mutável, já que são historicamente atribuídos e se relacionam com o que Riegl define como “*vontade de arte da época.*” A partir dessa conceituação, a preservação é entendida como uma prática não objetiva, que possibilita múltiplos caminhos, pautados pela análise do complexo jogo de forças entre valores determinados subjetivamente e que são, frequentemente, de natureza conflitante. (LIMA, 2017)

A citação de Lucio Costa escolhida para abrir esta dissertação, onde o urbanista atribui às superquadras uma “*feição de certo modo monumental*”, seja “*por seu tamanho, pela volumetria do seu conjunto e pela escala*” aponta para a relevância

da superquadra e da escala residencial para a significância da cidade. A palavra monumento, entendida aqui como “aquilo que deve ser rememorado”, possivelmente assume para Costa o sentido próximo ao de monumento não-intencional proposto por Riegl. Ao afirmar que “*a moradia do homem comum há de ser o monumento símbolo do nosso tempo, assim como o túmulo, os mosteiros e os palácios o foram em outras épocas*”, o arquiteto reconhece ainda a habitação enquanto “*monumento símbolo*” da modernidade, o que nos faz pensar em um sentido de permanência ou perenidade e, logo, na pertinência de talvez abordar não apenas a superquadra e seus atributos mais gerais enquanto objetos patrimoniais, mas também alguns de seus edifícios ou blocos.

Embora no discurso de Lucio Costa haja um reconhecimento da habitação enquanto patrimônio, as práticas preservacionistas que o arquiteto ajudou a instituir e consolidar tendem a privilegiar as obras de exceção. Além de Lucio Costa, ressalta-se o protagonismo de pensadores e intelectuais modernistas como Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Leão e Alcides da Rocha Miranda para a fundação e atuação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN, origem do atual Iphan. Ao mesmo tempo em que atuaram no sentido de consolidar o moderno enquanto patrimônio e garantir a sua proteção, priorizaram ou estabeleceram práticas patrimoniais voltadas para a “*estética*”, “*privilégio às áreas centrais da cidade*” e “*excepcionalidade das obras*” (NASCIMENTO, 2011, p. 25).

⁵² O sistema de valoração proposto por Riegl para caracterização dos monumentos gerou e ainda gera vários desdobramentos. Hoje no campo patrimonial, além dos valores citados aqui, são comumente considerados por diferentes métodos de análise da valoração dos bens aspectos como o valor afetivo, valor econômico, valor simbólico e valor cultural (TABOSA, 2021). Tais métodos de valoração não

foram adotados enquanto metodologia por esta pesquisa e, por esta razão, a menção aos valores de Riegl no texto foi apenas pontual.

Esta conjuntura opera, ainda hoje, no sentido de dificultar a preservação das arquiteturas cotidianas e se desdobra, como veremos no próximo subcapítulo, na forma como se deu o processo de patrimonialização de Brasília.

Muito embora a ampliação conceitual do campo do patrimônio para além das arquiteturas de exceção tenha seu início na década de 60 como evidenciado pela Carta de Veneza, este processo só começou a ser revertido em ações efetivas no Brasil a partir dos anos 80, quando os vários programas de pós-graduação do país passam a se ocupar de pesquisas que promovem um entendimento do legado moderno para além da produção canônica (NASCIMENTO, 2011). Trata-se, portanto, de cenário bastante recente.

Também na década de 1980, é publicada a Carta de Burra (IPHAN, 1980) que amplia ainda mais o sentido de patrimônio proposto pela Carta de Veneza, através da definição de significância cultural, que compreenderia o conjunto de valores estéticos, históricos, científicos e sociais de bem. Valores que devem ser preservados para *“as gerações passadas, presentes ou futuras”*. A Carta de Burra representa ainda um esforço de conceituação de termos amplamente empregados no campo patrimonial, tais como restauro, preservação, manutenção e substância.

Embora muitos princípios da teoria preservacionista clássica se apliquem ao patrimônio do movimento moderno, autores como Macdonald (1996), Prudon (2008), Saint (1996), Allan (2007) e Heynen (2005) tratam das conceituações, características e desafios próprios da produção desde período. Grande parte do debate promovido por esses atores é catalisado pelo Docomomo - International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement, organismo criado na Holanda em 1988

(CASTRO, 2020). Trata-se de uma organização internacional não-governamental e sem fins lucrativos, cujo objetivo principal está voltado, como o próprio nome indica, para a documentação e conservação de sítios modernos, sejam eles edifícios, espaços públicos ou conjuntos urbanos. Sua atuação não se restringe ao tema da preservação, já que a organização também opera enquanto importante difusora da cultura e produção arquitetônica do movimento moderno internacional.

O Docomomo torna-se, a partir da década de 1990, um fórum central para o debate da teoria e da prática preservacionista, reunindo membros de mais de cinquenta países e contando com representações nacionais e regionais ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Seus objetos de estudo contemplam a diversidade programática do movimento moderno, não se restringindo apenas à arquitetura canônica, já que incluem os mais diversos tipos de edifícios, bairros, cidades, paisagismo e obras de engenharia (NASCIMENTO, 2011).

Apesar de abarcar certa pluralidade de atores e visões, seu posicionamento primordial é de que a preservação da arquitetura do movimento moderno apresenta especificidades, tanto técnicas quanto teóricas, muitas vezes não abarcadas pela teoria do restauro de outros períodos. Questões como adoção de novos materiais e tecnologias, obsolescência programada, efemeridade das edificações ou autenticidade tornam-se centrais nas discussões promovidas pelo Docomomo, em oposição ao arcabouço teórico da restauração tradicional.

Saint (1996) busca sintetizar grande parte das discussões acerca das especificidades de preservação da arquitetura do séc. XX, ao estabelecer seis categorias básicas pelas quais esta se distinguiria daquela direcionada aos edifícios de períodos anteriores.

Pelo caráter didático da forma como o autor busca organizar os desafios específicos da produção desse período e por considerar que as categorias elencadas por ele estão diretamente relacionadas ao objeto de estudos, optou-se por citá-las, relacionando-as a outros autores. Seriam elas: “*número, técnica, intenção, desempenho, viabilidade e apelo*”⁵³ (SAINT, 1996, p.16).

Sobre o número, entende-se que em muitos centros urbanos, a quantidade de edifícios recentes do período moderno supera largamente a de períodos anteriores, o que por si só, sem levar em consideração questões de qualidade estética ou relevância histórica, já traz valores de raridade ao segundo grupo geralmente não atribuídos aos edifícios modernos (SAINT, 1996, p.16). A raridade frequentemente implica na noção de preciosidade, tornando-se um atributo comumente valorizado dentro dos processos patrimoniais. Como consequência, tipologias de edifícios replicadas largamente, como muitas vezes é o caso nos conjuntos habitacionais modernos, ou mais especificamente dos blocos de superquadra, tendem a ser percebidas como mais banais, o que implica em desafios adicionais à sua valoração.

Ainda de acordo com Saint, como consequência de sua ampla presença, os edifícios modernos são hoje naturalmente menos protegidos pelos órgãos patrimoniais. Além disso, ainda em razão da sua quantidade, seja em exemplares legalmente protegidos ou não, geralmente tolera-se que recebam intervenções menos criteriosas e mais drásticas, quando comparados à produção de períodos precedentes. O autor coloca ainda que esta ausência de raridade é provisória, uma vez que, à medida que nos distanciamos temporalmente da arquitetura do

séc. XX, a tendência é de que os edifícios modernos se tornem menos numerosos, pelos naturais processos de demolição, intervenções e sobreposição de camadas históricas nas cidades (SAINT, 1996, pp. 16-17).

Cabe então questionar se os edifícios modernos cotidianos que resistirão a este processo de substituição devem ser resultado de um processo natural e espontâneo, como alguns defendem. Ou se, ao contrário, dentro dessa numerosa produção moderna para programas mais comuns, deve buscar-se estabelecer critérios para seleção dos sobreviventes, já que estes representarão testemunhos históricos da vida cotidiana do período para as gerações futuras.

A técnica, segunda categoria destacada por Saint, diz respeito às inovações e experimentações quanto aos métodos construtivos, novos materiais e industrialização adotados pelo movimento moderno. A ênfase colocada no valor do trabalho artesanal, no aspecto das superfícies e ornamentos de períodos precedentes não se aplicaria aos exemplares modernos, cujas inovações demandariam estudos técnicos específicos não contemplados pela preservação tradicional. Saint esclarece, entretanto, que nem sempre a distinção quanto à especificidade dos aspectos técnico-construtivos das edificações modernas em relação à arquitetura de outros períodos é tão evidente, já que, muito frequentemente, edifícios modernos foram construídos com base em técnicas construtivas tradicionais ou artesanais e muitos edifícios de aparência estilística não moderna foram construídos incorporando novas tecnologias, materiais e processos construtivos inovadores (SAINT, 1996, pp. 17-20).

⁵³ Tradução livre de: *number, technique, intention, performance, viability e appeal.*

Em Brasília, a dificuldade de distinção pela técnica tem a particularidade de se estabelecer, sobretudo entre pessoas fora do campo da arquitetura e urbanismo, em meio a edifícios que seriam tipicamente pertencentes ao movimento moderno e a outros pós-modernos e contemporâneos, já que também empregam técnicas como o concreto armado ou fachadas envidraçadas.

Quanto à intenção, a preservação do patrimônio moderno apresenta a particularidade de que o pensamento dos atores envolvidos no processo de criação das obras modernas torna-se mais acessível. Ou seja, é possível geralmente pesquisar e levar em consideração em decisões patrimoniais o que pretendiam arquitetos, engenheiros, clientes e demais atores envolvidos em sua criação, seja por meio de desenhos, maquetes ou depoimentos (SAINT, 1996, pp. 20-22).

O desempenho diz respeito ao fato de que os edifícios do período moderno apresentam, em geral, vida útil mais curta do que os de outros períodos. Esse encurtamento de seu ciclo de durabilidade se dá em função da adoção de novas técnicas, do emprego de materiais cujo desempenho a longo prazo era desconhecido, pela criação de estruturas inovadoras e mais esbeltas, ou ainda pela obsolescência programada de alguns de seus exemplares, projetados com intenção de efemeridade ou de acordo com um funcionalismo rígido, voltado para usos bastante específicos, que posteriormente tendem a se mostrar obsoletos ou pouco flexíveis diante da rapidez de mudança dos usos contemporâneos (SAINT, 1996, pp. 22-24). São citados ainda como desafios para o desempenho de edifícios modernos problemas de detalhamento, novos modos de emprego de materiais tradicionais, falhas de construção ou o emprego de materiais produzidos em série (MACDONALD, 1996, pp. 92-93). Cabe destacar ainda o extensivo emprego do

concreto aparente que, em princípio, julgava-se ser material de pouca ou nenhuma manutenção e bastante resistente às intempéries, mas que se mostrou sujeito a processos de degradação, tais como trincas por dilatação térmica, carbonatação, porosidade das superfícies e corrosão da armadura (MOREIRA, 2011).

Quanto à viabilidade de sua preservação, esta envolve uma complexa equação de fatores econômicos, políticos e sociais. Mas Saint (1996) destaca o fato de que, frequentemente, em razão de um ciclo de vida útil mais curto, a manutenção e preservação dos artefatos do período moderno pode tornar-se mais dispendiosa.

Por apelo, pode-se entender o interesse, a atenção ou o vínculo identitário que as obras de arquitetura são capazes de mobilizar. Há dificuldade quanto ao valor e reconhecimento deste acervo, mas admite-se que tal resistência também se dava em períodos anteriores, quando do início de seu processo de reconhecimento patrimonial. Saint coloca que ainda que sejam seguidas estratégias de sensibilização ou educação patrimonial junto a gestores ou comunidade em geral, a capacidade que uma determinada construção tem de ser preservada resultará, inevitavelmente, daquilo que o autor chama de seu *“apelo emocional”*. (SAINT, 1996, pp. 27-28)

Sobre a dificuldade de reconhecimento do moderno enquanto patrimônio, citadas tanto por Macdonald (1996) quanto por Saint (1996) ou Prudon (2008), cabe uma ressalva quanto a esse processo dentro do contexto brasileiro. No Brasil, a criação e consolidação do movimento moderno se dá paralelamente à construção social do patrimônio histórico e artístico nacional (MEDEIROS, 2017). Ainda que a falta de reconhecimento ao legado do século XX se confirme, em algum nível, junto à comunidade leiga, ou seja, entre os não-técnicos, as instituições patrimoniais

brasileiras, por sua gênese, garantiram um reconhecimento precoce ou pioneiro à parte dessa produção, mesmo que voltada majoritariamente para obras monumentais ou de exceção.

Às especificidades do patrimônio moderno citadas por Saint, pode-se acrescentar ainda a dificuldade da aceitação da pátina nas edificações desse acervo, apontada por Macdonald (1996; 2009), Prudon (2008) e Moreira (2011). A pátina - sinal físico da passagem do tempo, que se manifesta visualmente através de marcas, desgastes materiais, desbotamentos e manchas das superfícies - constitui um valor para a preservação das arquiteturas tradicionais, mas é comumente vista como inadequada para a preservação da arquitetura do século XX, sendo interpretada como sinal de decadência, sujeira ou degradação para as obras modernas, sobretudo porque foram amplamente difundidas em fotografias em branco e preto que suavizavam as superfícies e enfatizavam a forma arquitetônica (MACDONALD, 2009, pp. 8-9).



Figura 176 – Sinais da pátina na superfície da empena do bloco A. Foto: autora



Figura 177 – Desgastes materiais na trama de brises em concreto do bloco A. Foto: autora

A posição originalmente defendida por alguns membros do Docomomo de que a preservação da arquitetura do séc. XX envolveria especificidades suficientes para permitir abordagens teóricas ou práticas que a distanciam do arcabouço teórico da conservação vem sendo revista (CASTRO, 2020). Tal posição é contestada por vários teóricos, que alegam que o propósito da conservação defendida pelo órgão para a arquitetura moderna não estaria pautado na “*autenticidade material*”, mas sobretudo na perpetuação de uma irreal imagem imaculada, íntegra e perfeita dos edifícios, próxima a um estado original (LIMA, 2017).

As discussões acerca da autenticidade e integridade em patrimônio também pareceram fundamentais à análise da preservação dos blocos de superquadra, já que a preocupação com as frequentes intervenções insensíveis ou alheias às questões patrimoniais e suas possíveis implicações ou danos para a escala residencial do Plano Piloto foram motivadores dessa pesquisa.

De acordo com Heynen (2005), o conceito de autenticidade é central para as discussões da preservação do patrimônio moderno, já que demonstra uma aparente contradição ou conflito entre dois principais sentidos para o termo, “*entre os quais é difícil encontrar um equilíbrio*”⁵⁴ (HEYNEN, 2005, p. 1). O primeiro deles advém do campo tradicional da prática conservacionista, de matriz europeia, que relaciona a autenticidade sobretudo aos aspectos tangíveis de uma obra, isto é, à genuinidade material do monumento relacionada a determinado período histórico. Nesse sentido, autêntica seria uma obra que foi capaz de manter muito do aspecto de sua substância material original. A autora defende que tal visão

parece de difícil conciliação com o conceito que a autenticidade assume dentro do movimento moderno, cuja concepção arquitetônica estava pautada em responder de forma objetiva e honesta, através da economia de meios, racionalidade construtiva, despojamento, inovações tecnológicas e funcionalismo às novas demandas: “*a autenticidade estava relacionada à coragem de enfrentar os desafios da vida moderna*”⁵⁵ (HEYNEN, 2005, p. 2).

Dentro do contexto cambiante de inúmeras e aceleradas transformações sociais do século XX, a efemeridade é intrínseca ao conceito de modernidade, sendo muitos dos edifícios produzidos pelas vanguardas inclusive concebidos para um ciclo de vida curto e pré-determinado, como já colocado. Assim, é estabelecido um conflito: é autêntico preservar algo concebido dentro de um sentido de transitoriedade, efemeridade ou atualidade? Alguns defendem, portanto, a visão de que no restauro de edifícios modernos, a autenticidade não estaria tanto atrelada à preservação da substância material original dos edifícios, mas sim à preservação da qualidade de seus espaços, proporções, atenção aos detalhes e critério no uso dos materiais, podendo incorporar, inclusive, certos avanços tecnológicos e adaptações de usos, sem que estes representem perdas relevantes para sua significância.

A discussão se amplia ainda quando se passa a entender, conforme apontam Carsalade (2015) e Lira (2018), a autenticidade enquanto conceito não objetivo ou intrínseco ao bem, mas atrelado a contextos socioculturais mutáveis e definido por critérios estabelecidos por um ou vários sujeitos. Tais critérios abarcam ainda tanto

⁵⁴ Tradução livre de: “*between which it is not easy to find a balance*”.

⁵⁵ Tradução livre de: “*Authenticity had to do with the courage to face up to the challenges of modernity.*”

seus aspectos tangíveis quanto intangíveis. Nos debates mais recentes, o entendimento de autenticidade se distancia, portanto, do conceito ocidental originalmente atrelado às características do objeto, já que *“não é ele que gera as identidades, apenas as simboliza, representa valores anteriormente gerados que se agregam em torno daquilo que podemos chamar identidades”*. (CARSALADE, 2015, p. 13).

Sobre a incorporação do conceito de autenticidade aos debates internacionais da teoria da conservação, Lira (2018) identifica alguns marcos. A Carta de Veneza (1964) é o primeiro documento internacional a citar o termo, mas de maneira ainda pontual e sem grande precisão conceitual. O debate se intensifica a partir de 1977, quando a Unesco passa a exigir que os bens candidatos a reconhecimento enquanto patrimônio mundial sejam submetidos antes a um *“teste de autenticidade”*. A partir disso, passou-se a questionar a determinação de um conceito global para o termo, já que a visão materialista ocidental, com origem relacionada ao culto às relíquias, não abarcava *“a diversidade de bens e expressões culturais”* ao redor do mundo (LIRA, 2018, p. 273).

A Conferência de Nara de 1994, no Japão, destaca a autenticidade como o *“principal fator de atribuição de valores”* (IPHAN, 1994) e amplia seu conceito incorporando a diversidade cultural em seus aspectos tangíveis e intangíveis (LIRA, 2018). Assim, o valor e a autenticidade de um bem não devem ser julgados de acordo com *“critérios fixos”*, mas suas características devem ser *“consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertencem”*. Para tanto, o documento cita aspectos como *“forma e desenho, materiais e substância, uso e função,*

tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos” (IPHAN, 1994).

A Carta Brasília (IPHAN, 1995) busca o entendimento do autêntico dentro das especificidades do contexto sociocultural do Cone Sul. É destacada a dificuldade em se estabelecer *“critérios únicos e invariáveis”* para autenticidade em nações cujas identidades nacionais encontram-se ainda em formação, e são marcadas pela pluralidade, heterogeneidade, transformação e imposição entre culturas. Quanto à materialidade, é apontada a efemeridade de materiais como o barro, folhas vegetais e madeira nas arquiteturas tradicionais e vernáculas, que são frequentemente substituídos, dentro de um processo de renovação que pode ser entendido enquanto autêntico. Na carta, reforça-se ainda a autenticidade enquanto conceito não apenas inerente ao objeto, mas atribuído por sujeitos: *“nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e o seu significado.”* Os edifícios ou sítios são entendidos enquanto patrimônios *“portadores de uma mensagem”* e *“a mensagem original do bem deve ser preservada”* (IPHAN, 1995).

Tanto Lira (2018) quanto Carsalade (2015) apontam que as discussões em torno de autenticidade dentro do campo patrimonial envolvem ainda a sua estreita e talvez indissociável relação com integridade, conceito que também passa a ser uma das exigências da Unesco para a listagem de bens enquanto patrimônio mundial a partir de 2005. Sobre o sentido de integridade, Lira destaca inicialmente a definição pela Unesco:

Integridade é uma medida da inteireza e de estar intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos. Examinar as condições de integridade requer que se acesse a extensão na

qual o bem: a) inclui todos os elementos necessários para expressar o seu valor universal excepcional; b) seja de dimensão adequada para assegurar a completa representação das características e processos que atribuíram a esse bem significado; c) tenha sofrido efeitos adversos do desenvolvimento e/ou por negligência”

(UNESCO [2005] apud LIRA, 2018).

Como possível distinção entre os dois termos, a integridade seria sinônimo daquilo que é completo, inteiro e está em continuidade com o contexto, ao passo que a autenticidade estaria mais relacionada à legitimidade da matéria, da organização espacial e da forma, à genuinidade da função. São reconhecidas sobreposições entre as definições de autenticidade e integridade, um imbricamento que leva a serem tomadas conceitualmente como um par (LIRA, 2018). Ainda de acordo com Lira (2018), Herb Stovel propõe uma abordagem que analisa, portanto, a autenticidade/integridade como uma mesma categoria, cujos critérios a serem observados seriam os seguintes: *“inteireza, estado intacto, genuinidade material, organização do espaço e forma, continuidade da função e continuidade do entorno”* (STOVEL [2007] apud LIRA, 2018).

O objetivo final do restauro é, em teoria, recuperar ou restituir a integridade ao bem (CARSALADE, 2015). Para tanto, suas práticas necessariamente intervêm na matéria, na forma, no espaço e função da obra, implicando, inevitavelmente, em consequências para sua autenticidade. Há hoje o entendimento de que ambos os conceitos estão relacionados a valores culturais e que as decisões de restauro não podem ser encaradas como objetivas, uma vez que sempre partirão de leituras subjetivas do bem.

O conceito de pátina é usado por Carsalade (2015) para exemplificar tal subjetividade, na medida em que os mesmos desgastes materiais podem ser entendidos enquanto um valor que remete à antiguidade do objeto e lhe confere, portanto, autenticidade, ou como algo negativo, enquanto deterioração, fragmentação, perda da sua integridade ou inteireza e prejuízo para sua significância. Não há, portanto, um restauro *“neutro ou transparente para o objeto”* (LIRA, 2018).

Ao mesmo tempo, como bem nos lembra Medeiros (2017), os aspectos intangíveis, ou seja, a mensagem ou significado que o edifício ou o lugar carregam/transmitem, só se viabilizam a partir de um suporte material:

A arquitetura e a prática preservacionista a ela associada aproximam-se cada vez mais do entendimento da indissociabilidade entre matéria e substância, entre patrimônio tangível e intangível. Afinal, da mesma maneira que a verdade das expressões ou modos de fazer intangíveis não subsiste sem a matéria por meio da qual se manifesta, a autenticidade da arquitetura também não perdura sem que sejam consideradas a concretude da pedra, da cal, do cimento ou do aço e a imaterialidade do espírito, da essência, da substância, do conceito.

(MEDEIROS, 2017, pp. 96 - 97)

Assim como a matéria é mutável, a mensagem e o significado vinculados ao objeto patrimonial também o são, já que são resultado da relação entre bem cultural e grupos sociais. A significância cultural é criada e transformada ao longo do tempo, à medida que o lugar vai sendo apropriado pelos sujeitos, que vão lhe atribuindo usos, valores e sentidos. Autenticidade e integridade são compreendidas como conceitos dinâmicos, não vinculados apenas à origem do artefato, mas que incorporam as transformações, tanto do corpo material quanto de seus significados (LIRA, 2018).

Tudo isso posto, são sintetizados na contemporânea teoria da conservação princípios balizadores para as práticas de restauro, com o objetivo de minimizar os prejuízos à matéria e sua autenticidade, quando da busca por restituir sua integridade. São eles: a distinguibilidade, a reversibilidade e a mínima intervenção (LIRA, 2018). A distinguibilidade determina que as sucessivas intervenções devem ser facilmente reconhecíveis e passíveis de serem cronologicamente situadas; a reversibilidade coloca que uma intervenção deve minimizar ao máximo os danos à matéria, no caso de a ação de restauro ser revista ou removida por intervenções posteriores; e a mínima intervenção coloca que as práticas devem se ater ao estritamente necessário para a preservação do bem. Estes três princípios, como veremos, serão adotados pelo Icomos – International Council on Monuments and Sites, nas recomendações do documento Madrid – Nova Delhi (2017) para intervenções em patrimônio moderno.

De acordo com Castro (2020), o documento Madrid – Nova Delhi surge como consequência de um movimento que busca uma concordância ou equilíbrio entre as duas principais visões já colocadas para a preservação da arquitetura moderna: a que defende que as especificidades e desafios próprios da preservação do patrimônio do século XX justificariam uma abordagem particular (em uma simplificação, chamada de visão Docomomo) e aquela que, apoiada no arcabouço teórico da conservação, argumenta que os mesmos princípios adotados para a preservação das arquiteturas de outros períodos devem nortear as intervenções em edifícios ou sítios modernos. Elaborado pelos membros do Comitê Internacional sobre o Patrimônio do Séc. XX do Icomos – ISC20C, o documento pretende servir de referência internacional para a gestão e interpretação dos sítios

modernos, estabelecendo alguns critérios e princípios para a sua preservação (ICOMOS, 2017).

Em seu texto introdutório, o documento reconhece que, muito embora o século XX tenha representado mudanças sem precedentes (econômicas, sociais, tecnológicas ou políticas), transformado drasticamente as formas de vida, trabalho, habitação e meios de transporte das sociedades, gerado novas paisagens culturais, formas urbanas e programas arquitetônicos, poucos dos sítios que refletem estes significativos câmbios são hoje efetivamente protegidos. Embora haja uma crescente valoração desse legado, muitas obras seguem ameaçadas, seja em decorrência da falta de cuidado, apreço ou reconhecimento (ICOMOS, 2017, p. 2).

Entre os critérios estabelecidos pelo Icomos para a preservação de sítios do patrimônio cultural moderno, buscou-se elencar aqui os que pareceram mais diretamente aplicáveis ao estudo de caso dessa pesquisa. Entende-se que as recomendações do Icomos são, como em qualquer postura dentro do campo patrimonial, subjetivas e pautadas pela visão de seus integrantes. Entretanto, como muitas constituem direcionamentos mais objetivos para as práticas de preservação em objetos do movimento moderno, serão adotadas no último subcapítulo, que trata especificamente do estado de preservação dos blocos da SQS 108.

O documento expressa que a relevância do patrimônio cultural deste período equivaleria à de outras épocas precedentes, portanto que ele deve ser identificado, avaliado e valorado de acordo com critérios comuns ao patrimônio cultural de uma forma geral, ainda que entendido especificamente enquanto *“registro físico do seu tempo, lugar e uso”* (ICOMOS, 2017, p. 3). A significância das obras é compreendida

dentro de um contexto interrelacional complexo, portanto, devem ser considerados e avaliados todos seus elementos, sua relação com o entorno, com os espaços a ele conectados, com as pessoas, seu contexto histórico, cultural e social, seus aspectos tangíveis e intangíveis (ICOMOS, 2017, pp. 3 - 4).

É destacado o valor da pesquisa e da documentação detalhada enquanto base para discutir a definição de atributos, elementos e valores essenciais para a significância cultural dos sítios e, assim, mitigar possíveis danos ou perdas para sua preservação. A reunião de informações a partir de fontes primárias é encorajada, tais como relatos e documentos de arquitetos, construtores, clientes e outros membros da comunidade envolvidos na sua criação. A relevância dos envolvidos na sua criação, entretanto, não é absoluta, deve ser encarada com certa cautela, já que há o entendimento de que *“lugares e sítios evoluem ao longo do tempo e alterações posteriores podem apresentar significância cultural.”*⁵⁶ (ICOMOS, 2017, p. 5). As técnicas construtivas, os materiais utilizados, formas e soluções estruturais devem ser identificados e interpretados quanto à sua significância. Os inventários e o monitoramento periódico do estado de conservação das obras são encorajados (ICOMOS, 2017, p. 4).

Cada uma das intervenções realizadas no patrimônio do séc. XX devem ser documentadas e registradas para que sejam distinguíveis em consulta posterior, através de fotos, desenhos, modelagem 3D, história oral etc. A documentação deve registrar tanto o estado anterior à intervenção, quanto seu curso (a intervenção em processo) e o estado posterior à ação (ICOMOS, 2017, p. 6).

⁵⁶ Todos os trechos do Documento Madrid – Delhi relacionados aqui entre aspas são de tradução livre.

As mudanças ou intervenções devem ser geridas criteriosamente, já que quando acumuladas, podem comprometer a integridade e autenticidade do bem e sua significância cultural (ICOMOS, 2017, p. 7). Quanto às mudanças, o documento coloca que *“deve-se fazer o tanto quanto for necessário e o mínimo quanto for possível”* e essas devem ser *“o mais reversíveis possível”* (ICOMOS, 2017, p. 8). As intervenções devem ser discretas, pouco invasivas e justificadas por questões de melhoria da funcionalidade ou desempenho do sítio. Os planos de manutenção periódica e cuidados preventivos são fortemente recomendados, já que essa é considerada a estratégia mais eficiente para a preservação dos bens (ICOMOS, 2017, p. 8). Deve-se reconhecer quando a manutenção do programa (uso) é relevante para a significância do sítio. O restauro, reparo ou estabilização dos elementos significativos do bem é mais recomendável do que a sua substituição ou reconstrução. Quando a substituição for essencial para manutenção da significância, os materiais empregados devem ser semelhantes aos originais, mas marcados ou datados como forma de distinção. É reconhecido o valor da pátina e das camadas históricas. A reconstrução integral de um sítio patrimonial ou de seus elementos fundamentais é desaconselhada, mas a reconstrução parcial pode chegar a ser admitida, caso contribua para a integridade e compreensão do sítio e esteja fundamentada em base documental (ICOMOS, 2017, p. 9).

Os acréscimos só devem ser permitidos após análise criteriosa e ser concebidos com respeito à escala, ao entorno, aos aspectos compositivos, estruturais, aos materiais, texturas e cores do sítio moderno. Não devem implicar em impacto negativo para a significância. Devem ser claramente distinguíveis em relação ao

estado anterior à sua execução e, ao mesmo tempo, atuar em harmonia em relação ao existente (ICOMOS, 2017, p. 8).

Finalmente, o documento destaca a importância de se difundir e promover o patrimônio do séc. XX junto à comunidade mais ampla, contribuindo para a sua valoração e para a compreensão de sua significância (ICOMOS, 2017, p. 10).

As recomendações do documento Madrid – Nova Delhi, como já colocado, pretendem servir de referência internacional para a gestão e interpretação de sítios modernos em sentido amplo. Logo, estão voltadas para um acervo variado, tanto em termos de programa, quanto escala, técnica ou contexto cultural e socioeconômico. Por essa razão, convém à análise da preservação dos blocos de superquadra, observar também as particularidades das habitações modernas.

Além dos desafios e debates em torno do patrimônio moderno em sentido amplo, ao abordarmos especificamente a arquitetura residencial do período, a equação torna-se mais complexa, já que as medidas de preservação raramente encontram convergência entre interesses de moradores e interesses públicos e patrimoniais. No caso específico dos blocos de superquadra, trata-se de uma preservação que envolve a discussão e certo equilíbrio entre diferentes esferas⁵⁷: a esfera pública, na medida em que, embora sejam legalmente edifícios privados, podem ser de grande relevância para a preservação da cidade como um todo; a semipública, já que as áreas de pilotis são parte integrante da edificação das quais todos desfrutam de livre acesso e circulação; a coletiva, uma vez que as discussões envolvem

condôminos e habitantes da superquadra e, por fim, a esfera privada, que corresponderia às consequências das medidas de preservação para as unidades dos apartamentos e para a vida cotidiana de seus moradores.

O arquiteto inglês John Allan, apresenta-se como um “*practitioner*” e, a partir de suas experiências, coloca o descompasso que muitas vezes se dá entre a teoria e a prática da conservação moderna. Para ele, para que seja viável e bem-sucedida, a conservação depende do sutil equilíbrio entre diferentes atores envolvidos no processo de restauro, com demandas, visões e prioridades bastante diferentes entre si. Tais distintos pontos-de-vista são inclusive, muitas vezes, conflituosos. Segundo ele, em geral, os proprietários do bem estariam preocupados com o valor monetário do imóvel e com os custos envolvidos em sua preservação. Já as maiores preocupações dos usuários envolveriam questões de uso, desempenho do edifício, seu conforto ou o quão agradável é habitá-lo. Os técnicos em preservação, por outro lado, estariam preocupados com questões como as já elencadas aqui, tais como autenticidade, integridade, significado e valores históricos e patrimoniais (ALLAN, 2007). Com uma visão que propõe uma conciliação com os interesses do mercado, Allan coloca que o papel do arquiteto responsável pelos projetos de restauro seria de, a partir da história e entendimento do objeto, definir aquilo que é realmente significativo para a sua preservação e defendê-lo com firmeza. E, com base nisso, buscar um acordo com o seu desempenho, para que o edifício também funcione dentro da melhor maneira possível, com soluções que abarquem novos estilos de vida, configurações espaciais e recursos tecnológicos (ALLAN, 2007).

contexto urbano do Plano Piloto.

⁵⁷ O entendimento das diferentes esferas que envolvem patrimônio residencial moderno está baseado no que foi proposto por Marchetto (2017) e foi aqui adaptado para as especificidades de

Essa postura de busca de equilíbrio de interesses parece sobretudo relevante para intervenções em projetos de habitação coletiva modernas, na medida em que algumas concessões dentro do campo preservacionista, depois de avaliadas criteriosamente suas implicações para a autenticidade ou integridade do bem, podem ser consideradas para que a prática de restauro se concretize e para que os edifícios não se tornem obsoletos frente às novas demandas do uso residencial ou sejam demasiado conflitantes com as expectativas dos moradores.

Marta Peixoto (2020)⁵⁸ coloca que a adoção de critérios mais rígidos para a preservação da habitação moderna implica na impossibilidade da manutenção do programa original. Esse parece ser o caso de várias canônicas casas modernas, tais como a Villa Savoye, a Casa Schroeder ou a Casa Eames, que acabaram se transformando em museus. Segundo ela, não avançamos muito em pensar na ortodoxia do patrimônio moderno habitacional, que quando preservado, muitas vezes é preservado vazio, sem ocupação ou com grandes restrições aos usos. Há ainda a visão sacralizada da preservação pautada na crença de que o uso destrói, deteriora ou modifica negativamente. Quando, no entanto, pode-se defender que as boas transformações atuem como cerne ou ponto de inflexão da valoração e consequente preservação desses edifícios. Peixoto coloca ainda o enorme desafio representado pelo grande acervo de edifícios residenciais modernos em várias cidades brasileiras, cujos valores patrimoniais são ainda frequentemente desprezados (PEIXOTO, 2020).

⁵⁸ As colocações da Profa. Dra. Marta Peixoto referenciadas aqui dizem respeito à sua participação no encontro online do 4º Simpósio Científico do Icomos Brasil, webinar 8: “A preservação do Patrimônio do Séc. XX: A discussão multidisciplinar e as diferentes escalas (do objeto à cidade)”, em 21 de outubro de 2020 (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=COZQP_QPrko).

Para que a manutenção do uso habitacional seja viável à preservação do amplo acervo de blocos de superquadra, ainda que adotar parâmetros excessivamente rigorosos para seu restauro provavelmente não seja possível, deve-se buscar a permanência de seus valores essenciais e significância, conciliando as demandas de moradores aos já citados princípios da mínima intervenção, busca pela preservação da matéria original, distinguibilidade e reversibilidade.

No próximo subcapítulo, pretende-se, com base nos pontos teóricos reunidos aqui, situar a preservação dos blocos de superquadra dentro das discussões sobre a escala residencial de Brasília, ou seja, analisar possíveis vínculos entre a preservação do objeto arquitetônico e a preservação da cidade.

Marta Peixoto afirma que, quando se trata de preservação do patrimônio residencial, os interiores são, desde o ponto de partida, mais difíceis de serem preservados, seja em razão do caráter efêmero da ambientação de tais espaços (como materiais, mobiliários, escolhas cromáticas e elementos decorativos) ou em razão das constantes transformações nas formas de habitar a casa (dinâmicas das famílias, atualizações de equipamentos domésticos, instalações elétricas e de rede (PEIXOTO, 2020). Naturalmente, são raros os apartamentos da SQS 108 que mantêm os revestimentos, armários embutidos ou configuração espacial originais e entende-se ainda que as decisões quanto a essas intervenções estão mais relacionadas à esfera privada.

Também participaram do encontro a Profa. Dra. Cláudia Carvalho (mediadora), Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento e Prof. Dr. Eduardo Rossetti.

Embora este estudo reconheça a indissociabilidade entre espaço interior e exterior enquanto fundamento da concepção dos edifícios habitacionais modernos, escolheu-se analisar a preservação dos blocos de superquadra com enfoque em seus atributos relacionados aos pilotis e fachadas, já que estes estariam mais diretamente vinculados a uma esfera semipública ou coletiva, com maiores implicações para a manutenção da escala residencial.

3.2. A questão da preservação dos blocos de superquadra para a manutenção da escala residencial



Figura 178 – Manutenção da trama de brises em concreto do bloco G, 2021. Foto: autora

Este subcapítulo toma parte das discussões sobre as consequências da preservação da arquitetura dos blocos de superquadra para a manutenção das características da escala residencial da cidade, um debate que segue aberto, ainda com muitas indefinições e dificuldades de gestão.

Notas sobre o processo de patrimonialização em Brasília

O Conjunto Urbanístico de Brasília representa a primeira obra moderna a ser listada pela Unesco enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1987. O pioneirismo de seu reconhecimento internacional se deve em grande parte aos esforços coletivos, em âmbito nacional, de diversos atores envolvidos em seu processo de patrimonialização (SILVA, 2019). Muito embora o decreto distrital 10.829 (GDF, 1987), elaborado em função da exigência da Unesco quanto ao detalhamento dos seus *“meios de preservação ou de conservação”*, tenha sido a primeira legislação a tratar mais especificamente da proteção de Brasília, a discussão em torno da valoração e preservação da cidade data de muito antes. De acordo com Silva (2019), ainda em 1960, ano de fundação da cidade, Juscelino Kubitschek já demonstra sua preocupação com o tema da preservação de Brasília em carta dirigida a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1981 se deu, também por meio de decreto distrital, a criação do GT – Brasília, o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, formado por especialistas em variados campos do conhecimento que buscaram estudar e investigar formas de preservação para a cidade. O GT- Brasília (1981 a 1987) foi um ator de grande relevância para o seu processo de patrimonialização e realizou uma pesquisa ampla sobre o território, que não se

limitou ao Plano Piloto, mas considerou todo o Distrito Federal (incluindo as preexistências à fundação da capital) como base para discutir alternativas dentro do campo patrimonial. O grupo buscou estudar a preservação da cidade através do planejamento urbano, e destacava algumas de suas características essenciais, identificadas como as que lhe conferiam um *“caráter excepcional”*. Em contraponto ao conceito de escalas defendido por Costa e Campofiorito e base para o decreto 10.829, o GT- Brasília propunha um modelo de *“preservação dinâmica”*, a partir do entendimento da cidade *“como um artefato construído e um espaço dinâmico”*. Discutia-se então a definição de uma *“escala de gradações a ser aplicada ao acervo protegido”*. A visão defendida pelo GT chegou a se opor, inclusive, à ideia de tombamento (SILVA, 2019).

A escolha para a candidatura à Unesco privilegiou, entretanto, a legislação baseada nas escalas monumental, residencial, gregária e bucólica, que seguia, como já colocado na introdução deste trabalho, conceituação explicitada por Lucio Costa. Cinco anos depois, em 1992, a proteção em termos de escalas é endossada federalmente pelo Iphan pela Portaria nº314 (IPHAN, 1992).

Ao longo do processo de patrimonialização do conjunto urbano de Brasília, também se deu a proteção a alguns de seus edifícios modernos mediante tombamento individual. Pioneiros neste reconhecimento são os casos do Catetinho e da Catedral Metropolitana de Brasília, tombados pelo Iphan em 1959 e 1962, respectivamente (IPHAN, 2021). Cabe ainda destacar que, em comemoração ao centenário de Oscar Niemeyer, em 2007, o órgão federal tomba definitivamente mais 24 obras do arquiteto carioca, selecionadas pelo próprio autor, das quais 23 estão localizadas em Brasília-DF (IPHAN, 2007). Tanto Lucio Costa quanto Oscar

Niemeyer, portanto, participaram ativamente do processo de proteção ao Plano Piloto e a algumas de suas edificações (SILVA, 2019).

Do conjunto das edificações tombadas individualmente pelo Iphan no Distrito Federal (IPHAN, 2021), todas são de autoria de Oscar Niemeyer e representam exemplares da arquitetura moderna dita de exceção ou monumental. Dessas, apenas o Catetinho encontra-se fora do Plano Piloto. Quanto às edificações tombadas individualmente em nível distrital (GDF, 2021), estas abarcam todas as edificações já protegidas pelo Iphan, que têm então seu tombamento pelo GDF automático e *ex-officio*, e contemplam ainda um acervo edilício mais amplo. Tal acervo inclui algumas obras de programa mais cotidiano, como é o caso do Cine Brasília ou da Escola Classe 308 Sul (ambos também projetos de Niemeyer). Embora a Unidade de Vizinhança nº1 tenha sido protegida distritalmente em 2009, seu tombamento não significa a proteção individual aos seus edifícios. Ainda que a lista de bens patrimoniais distritais contemple algumas obras de outras localidades do Distrito Federal, como o Relógio da Praça Central de Taguatinga ou a Caixa D'água da Ceilândia, e ainda obras de outros períodos arquitetônicos, como é o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, os edifícios monumentais modernos localizados no Plano Piloto representam a maioria do quadro.

Em razão do exposto, apesar de suas particularidades, pode-se afirmar que o processo de patrimonialização de Brasília segue a tradição comum ao campo patrimonial de privilegiar as arquiteturas de exceção. Em função disso, pode-se dizer que, embora no discurso as escalas tenham igual relevância para a concepção urbanística, naturalmente dentro do campo patrimonial, no tocante ao seu acervo

edilício, a escala monumental do Plano Piloto tem sua preservação mais bem assegurada que as demais.

Os estudos promovidos pelo GT-Brasília serviram como base para definições posteriores e seguem alimentando os debates contemporâneos sobre a preservação da cidade. Em 2016, é publicada pelo Iphan a Portaria nº166 (IPHAN, 2016) com objetivo de complementar e detalhar as diretrizes gerais de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília propostas pela Portaria nº314. A Portaria nº 166 define áreas com diferentes níveis de preservação dentro do perímetro tombado já existente. O documento detalha as diretrizes para a preservação das superquadras das Asas Sul e Norte, contidas na área 6 da Zona de Preservação 1 da Macroárea A, zona que compreende *“a parte da porção urbana descrita no Relatório do Plano Piloto de Brasília, de 1957, constituindo-se na área de maior representatividade simbólica, morfológica e urbanística do CUB⁵⁹”* (IPHAN, 2016). A portaria traz diretrizes mais gerais para os blocos de superquadra como altura máxima de 23 metros mais 4 metros adicionais para caixas d'água e demais elementos técnicos e ocupação descontínua dos pilotis dos blocos em no máximo 30% (trinta por cento) do total da área do térreo, mas não chega a tratar mais diretamente da sua preservação arquitetônica. No que concerne a preservação das superquadras e de seus blocos, há poucas mudanças significativas.

⁵⁹A sigla CUB se refere a Conjunto Urbanístico de Brasília

Escala residencial e preservação

Como já explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, a definição de Lucio Costa para o eixo residencial da cidade contida no Relatório do Plano Piloto (1957) está baseada em definições urbanísticas e paisagísticas. Quanto à sua ocupação arquitetônica, o urbanista se atém a definir aspectos mais gerais de volumetria dos edifícios, defendendo também certa flexibilidade para sua implantação. Costa já prevê, inclusive, que a cinta arborizada atuaria como uma espécie de camuflagem para as edificações de baixa qualidade, já que garantiria *“a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios”* (COSTA [1957] 2018, p. 292).

Mais tarde, a liberdade arquitetônica para a ocupação da escala residencial é reiterada em considerações feitas no Senado Federal, em 1974:

Naturalmente podem ocorrer soluções arquitetônicas julgadas convenientes nas quadras do Plano Piloto. Sempre se admitiu isso e se esperou essa variação dentro de cada quadra, uma vez que devidamente protegida pela cortina da arborização verde. Sempre se admitiu pudessem ocorrer as soluções arquitetônicas julgadas convenientes e com a máxima liberdade para os arquitetos, uma vez que servissem aos seis pavimentos⁶⁰ e aos pilotis livres.

(COSTA [1974] in FERREIRA e GOROVITZ, 2008, p. 78)

Em Brasília Revisitada, texto base para a sua proteção, o urbanista defende a escala residencial e a superquadra como *“uma proposta inovadora [...] uma nova maneira*

de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa da das demais cidades brasileiras”. São destacadas suas qualidades urbanísticas, tais como *“a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde”* (COSTA [1985/87] in GDF, 1987, p. 8), ou seu entrosamento com a escala monumental, determinado *“não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de pátio interno urbano”* (COSTA [1985/87] in GDF, 1987, p. 9). Coloca ainda que: *“morar em apartamento na Superquadra significa dispor de chão livre e gramados generosos contíguos à ‘casa’ numa escala que um lote individual normal não tem possibilidade de oferecer”* (COSTA [1985/87] in GDF, 1987, p. 12).

Em “O tombamento de um centro histórico moderno”, José Pessoa nos esclarece que a solução de proteção em termos de escala proposta em 1987 visava por um lado garantir que o resto do Plano Piloto, ainda bastante incompleto à época da inscrição na Unesco, fosse executado segundo as diretrizes estabelecidas pelo relatório de Lucio Costa e, por outro, evitar a proteção tradicional a edifícios de baixa qualidade arquitetônica que, naquele momento, já conviviam lado a lado com outros exemplares de boa qualidade. A ocupação do plano era então já dada, segundo ele, pela coexistência entre *“arquitetura e antiarquitetura”*. Assim Pessoa conclui seu raciocínio:

⁶⁰ Embora Costa refira-se aqui apenas às edificações com seis pavimentos sobre pilotis, a escala residencial apresenta também outras tipologias habitacionais. Os blocos das 400, quadras situadas à leste do Eixo Rodoviário e mais próximas ao lago Paranoá, apresentam térreo (nem todos em pilotis) mais dois ou três pavimentos. O setor das quadras 700, a oeste de via W3, é marcado pela presença

de alguns blocos também mais baixos e tipologias de casas unifamiliares e geminadas. Os blocos de 6 pavimentos sobre pilotis ocupam as quadras 100 e 300 (localizadas à oeste do Eixo Rodoviário) e as 200 (localizadas a leste desse mesmo eixo).

A solução foi então do inédito tombamento de um plano urbanístico, isto é, dos princípios volumétricos e espaciais que caracterizam cada uma das escalas que compõem a civitas brasiliense. À exceção de alguns palácios no Eixo Monumental que são preservados integralmente em suas características arquitetônicas, todo o resto está preservado na sua volumetria, podendo ser passível de demolição desde que as futuras edificações obedeam aos parâmetros originais de ocupação do plano.

(PESSÔA [2005] 2012, p. 300)

A proposta da legislação para a preservação de Brasília propunha a manutenção de seus princípios urbanísticos e de volumetria predial, não determinando, portanto, a salvaguarda das edificações existentes. Pessoa argumenta que, obviamente, não haverá possivelmente interesse econômico em demolir um prédio para se construir outro de mesma área e gabarito. Mas, a nosso ver, isto não garante que mantida a ossatura das edificações existentes, exemplares significativos de blocos modernos sejam bastante descaracterizados, transformando-se em edificações completamente diferentes.

O próprio Pessoa não deixa de lamentar, ao final do mesmo artigo, a ausência de proteção a alguns edifícios de superquadra de grande qualidade arquitetônica:

É pena que a exceção dada aos Palácios do Eixo Monumental não tenha sido estendida a algumas superquadras da Asa Sul, exemplares da qualidade da arquitetura brasileira daquele momento e da utopia que ela representava.

(PESSÔA [2005] 2012, p. 305)

Diante do exposto, a preservação do patrimônio residencial moderno assume, no contexto do conjunto urbano do Plano Piloto, grande complexidade e algumas especificidades. Embora a proteção por escalas tenha sido uma boa solução para o

inédito tombamento de um centro histórico em pleno desenvolvimento, a escolha de se preservar apenas o aspecto volumétrico das edificações acaba por não estabelecer critérios mais objetivos para a conservação e intervenções em edifícios não monumentais e de grande qualidade que integram a paisagem brasiliense.

A escolha que o Iphan faz, em seu portal de internet aberto ao público, de esclarecer suas atribuições e competências quanto à fiscalização das reformas prediais em blocos de superquadra, dentro de todo o universo de temas ligados ao patrimônio moderno, parece sintomática de uma discussão controversa e ainda incipiente diante deste patrimônio edificado que mereceria, talvez, debate mais amplo. O instituto é categórico ao precisar que a fiscalização das reformas individuais em blocos de superquadra realizadas por síndicos e condôminos não está sob sua responsabilidade, mas sim do GDF. Seu papel está legalmente restrito a garantir que sejam mantidas as premissas do tombamento por escalas, assegurando que sejam respeitadas diretrizes gerais como gabarito máximo de seis pavimentos, pilotis majoritariamente livres, manutenção do cinturão arborizado e demais espaços livres.

O órgão posiciona-se ainda quanto às consequências das reformas dos blocos à escala residencial, minimizando seu prejuízo ao tombamento do conjunto urbano e apenas lamentando intervenções arquitetônicas de baixa qualidade:

Entende-se que a reforma de um bloco residencial (ou de outros) não implica, necessariamente, em prejuízo ao tombamento – nem em caso de prédio tombado individualmente essa relação é assim direta.

Contudo, o que se tem visto, de maneira geral, são reformas mal concebidas, desrespeitosas à arquitetura original da edificação e que não agregam valor algum ao edifício. Na verdade,

são intervenções arquitetônicas geralmente de baixa qualidade, boa parte feita sem o acompanhamento de um profissional legalmente habilitado.⁶¹

Em “Os blocos de superquadra: um tipo de modernidade”, Magalhães (2009) destaca o comprometimento de um grupo de arquitetos modernos em, a partir dos “parâmetros gerais” definidos por Lucio Costa, criar exemplares arquitetônicos capazes de “conferir à cidade os aspectos essenciais à sua perenidade histórica” (grifo nosso).

O acervo arquitetônico das Asas Sul e Norte apresenta, portanto, uma variedade de edifícios residenciais modernos criados a partir de princípios comuns que constituem testemunho de uma época. No Plano Piloto, como bem lembra Maria Elisa Costa, é a primeira vez que a tipologia dos blocos sobre pilotis apresenta presença urbana contínua (COSTA [1985] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 86).

Os blocos, paradigma moderno da relação indissociável entre edifício e forma urbana, assumem no Plano Piloto proporção significativa, seja pela extensão urbana que ocupam, pela sua quantidade ou pela variedade no tratamento projetual que receberam por parte dos arquitetos.

Tais edifícios são hoje numerosos, variados em sua linguagem e datam de diferentes períodos de ocupação da escala residencial. Para além da já citada baixa qualidade de alguns, os exemplares construídos ao longo dos anos de desenvolvimento do eixo rodoviário incorporaram significativas mudanças volumétricas em comparação aos implantados nas primeiras décadas. Magalhães

(2009) também elenca as principais transformações na “fisionomia” dos blocos decorrentes de mudanças nos códigos de edificações do Plano Piloto. São citadas a “gradativa ampliação da largura das projeções” decorrente dos maiores índices de ocupação permitidos; a “modificação significativa da volumetria”, já que “as possibilidades de avanços e compensações de áreas”, tais como a criação de varandas, permitiram a criação de volumes mais complexos em relação à concisão volumétrica das primeiras lâminas; a redução das áreas dos pilotis, com a flexibilização de uso para criação de salões de festas, guaritas, bicicletários e, finalmente, o “acréscimo de coberturas de uso individual ou coletivo, que modificam a cota de coroamento.”

Em razão disso, a arquitetura residencial brasiliense tem sua produção mais expressiva concentrada entre a fundação da cidade e o início dos anos 1980, período marcado pela atuação dos IAPs, além de outros órgãos promotores como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Novacap e a Universidade de Brasília.

Esse acervo mais expressivo é caracterizado por edificações que expressam vários dos pontos da arquitetura moderna postulados por Le Corbusier, tais como pilotis e fachadas livres (esquadrias independentes da estrutura), janelas horizontais em fita e a cobertura plana. Característicos desse período são também o uso de brise-soleils, empenas cegas e cobogós, sendo a utilização de elementos vazados especialmente comum nas áreas de serviço e circulação interna comum aos apartamentos. O emprego de elementos vazados (ou cobogós) resguardando as

61 O trecho foi retirado de texto intitulado “Obras e reformas no Plano Piloto” no site do Iphan, cujo conteúdo foi acessado em 13/12/2019 no endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/df/pagina/detalhes/1269>

áreas de serviço era uma exigência do código de obras de 1960, o que determinou a disseminação de seu uso nos blocos habitacionais do Plano Piloto. Os apartamentos dessa fase apresentam quase sempre dupla orientação, permitindo a ventilação cruzada (BRAGA, 2005).

A partir daí, o mercado imobiliário assume a produção de blocos residenciais do Plano Piloto e verifica-se uma queda significativa na sua qualidade arquitetônica, que se evidencia tanto em seus espaços, quanto nas fachadas ou sua relação com o entorno (GASTAL [2008] in FERREIRA e GOROVITZ, 2008, p. 10).

A volumetria pura dos blocos pioneiros vai progressivamente assumindo contornos mais irregulares nos edifícios implantados nas fases subsequentes. São permitidas as sacadas e jardineiras e os volumes passam a incorporar reentrâncias, recortes e até alguns elementos curvos. As unidades dos apartamentos apresentam, em geral, menor área útil e deixam de ser vazadas. As diferentes fachadas de um mesmo edifício passam a demonstrar tratamento indiferenciado, tanto compositivo quanto de conforto ambiental (BRAGA, 2005). Quanto aos materiais das fachadas, neutros e modestos na primeira fase, passam a ser empregados em larga escala revestimentos como pastilhas coloridas, mármore e granitos, vidros espelhados e com aplicação de variadas películas, entre outros.

Substantivas são também as mudanças nos espaços dos pilotis dos blocos. Os da primeira fase apresentam quase sempre espacialidade tipicamente moderna, com integração entre o térreo do bloco e o entorno da quadra. Essa integração é definida tanto pela permeabilidade visual, que permite que o olhar desimpedido atravesse o edifício e apreenda a paisagem, quanto física, determinada pela

continuidade entre os espaços dos pilotis, pelo nivelamento entre o térreo e seu entorno imediato e pela ausência de barreiras.

Com a mudança no código de obras que passou a exigir a criação de garagens subterrâneas (1967) muitos blocos passam a ser implantados sobre uma base elevada ou com desnível em um de seus limites, a fim de garantir a ventilação do subsolo. Vários arquitetos, sobretudo os que atuaram até o início dos anos 1980, souberam trabalhar muito bem a implantação de edifícios com garagens. Entretanto, os pilotis dos blocos das últimas décadas são frequentemente mal integrados ao entorno imediato, apresentando barreiras as mais variadas para seu acesso e para a livre circulação. Além de apresentarem menor proporção de áreas livres, frequentemente demonstram soluções em planta que criam becos, barreiras visuais e desarticulação entre os espaços. Assim, muito frequentemente, embora a proporção de áreas livres nos pilotis determinada pelo código de obras seja mantida, a forma como parte dessas áreas livres é tratada as configura enquanto espaços residuais.

Sob o ponto de vista patrimonial, entretanto, o tratamento é na prática indistinto entre toda a produção da escala residencial ou, como coloca Pessôa (2005), entre *“a arquitetura e a antiarquitetura”*. Cabe questionar, portanto, se a indiferenciação dos blocos de superquadra quanto a seus critérios de preservação deve ser mantida ou se haveria pertinência em estabelecer graus de significância ou critérios de preservação dentro dessa heterogênea produção.

Muito embora tenha fixado apenas princípios urbanísticos, paisagísticos e de volumetria geral para a preservação da escala residencial, defendendo liberdade para proposições arquitetônicas para a superquadra, Lucio Costa não se mostra

indiferente à qualidade dessas edificações, como fica evidente em seu texto para o setor de residências, elaborado para o Código de Obras de Brasília de 1960:

1.1. submeter ao DUA⁶² o anteprojeto, para sugestões, cuja aprovação se dará à vista do projeto definitivo.

2.1. O projeto deve ser arquiteturalmente válido, isto é:

A estruturalmente definido;

B organicamente articulado;

C plasticamente composto.

3.1. O projeto deve ser concebido visando ao conforto e ao bem-estar, e tendo em conta o meio, a época e as intempéries.

3.2. O partido deve ser claro, e as formas devem ser simples; deve haver sobriedade no emprego de elementos e no de materiais diferentes.

3.3 O projeto não pode ser: complicado, extravagante, pretensioso ou rebuscado.

4.1. As formas usadas nas estruturas monumentais não podem ser transportadas para a escala residencial. [...]

(COSTA [1960] in FERREIRA; GOROVITZ, 2020, p. 82)

Sobre as reformas nos pilotis, afirma:

Essa tendência de querer fechar pilotis, a pretexto de instalação de salões, é um perigo. É preciso reagir contra isso. Essa característica de Brasília, pilotis livres, é fundamental para a vida da quadra.

(COSTA [1974] in FERREIRA; GOROVITZ, 2020, p. 92)

Ainda em 1970, o urbanista já critica duramente a qualidade projetual de alguns edifícios implantados:

O plano propunha o recurso a determinados arquitetos ou a abertura de concurso público para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura e Urbanismo, mas a própria Coordenação para o Desenvolvimento de Brasília (Codebras) está lamentavelmente construindo em grande escala, ao longo do eixo rodoviário-residencial, edifícios vulgares de aparência suburbana e coloração imprópria. À vista do grande número de quadras por construir, ainda está em tempo de corrigir essa tendência a antiarquitetura que paradoxalmente se alastra na capital do país, desfigurando-lhe a feição já consagrada. O teor arquitetônico de um prédio não depende do seu custo, depende, sim, da presença de um arquiteto que na verdade o seja.

(COSTA [1970] in FERREIRA; GOROVITZ, 2020, p. 88)

Oscar Niemeyer também participou ativamente das decisões quanto à arquitetura que ocupou, ao princípio, a escala residencial. Como já dito, além de ter projetado com sua equipe os blocos para a SQS 108 e outras superquadras de Brasília, atuou como diretor do departamento de arquitetura, aprovando ou censurando projetos, a fim de garantir que fossem seguidas as diretrizes do plano urbanístico.

⁶² Supõe – se que a sigla DUA faça referência à Divisão de Arquitetura e Urbanismo da Novacap.

Os blocos de superquadra constituem o que Niemeyer chama de “*solução de conjunto*”. Pode-se defender, portanto, que os principais critérios de preservação adotados para tais edifícios tomem como premissas fundamentais justamente a “*unidade e harmonia*” apontadas pelo arquiteto como essenciais para este tipo de composição (NIEMEYER [1958], 2012, p. 149)

Em texto dirigido aos interessados em arquitetura, em especial aos mais jovens, é destacada a importância da unidade urbana e é expressa a preferência pela adoção das mesmas cores e acabamentos para os edifícios cotidianos em Brasília:

Um dos problemas mais graves do urbanismo e da arquitetura atuais é a unidade urbana [...] O problema é antigo e tão importante que em épocas passadas, na França por exemplo, ao se criar uma praça e nela construir um palácio, construía-se, ao mesmo tempo, as fachadas dos futuros prédios nela previstos [...] problema que com o correr dos tempos foi sendo esquecido e hoje completamente desprezado. Daí resultou essa confusão arquitetônica em que vivemos, desconfigurando os conjuntos urbanos de todas as cidades modernas [...] Na arquitetura de Brasília esse problema nos preocupou. A idéia (sic) era dar inteira liberdade (respeitados afastamentos, volumes a alturas estabelecidos) aos prédios isolados, procurando manter a unidade arquitetural – como no setor bancário por exemplo – recomendando a utilização dos mesmos acabamentos externos, cores etc., dentro dos volumes pré-fixados.

(NIEMEYER [1993], 1999, pp. 40-41)

O trabalho de Ferreira e Gorovitz⁶³ (2008) realizado para o Iphan sobre a superquadra brasiliense nos permitiu o conhecimento mais profundo sobre a concepção das áreas residenciais do Plano Piloto e uma abrangente pesquisa com

reunião de dados sobre alguns significativos blocos de superquadra. Espécie de inventário, a vasta pesquisa trouxe à tona uma expressiva e numerosa produção, que era até então pouco conhecida pelo público em geral e até por profissionais da área de arquitetura e urbanismo. A apreciação da arquitetura dos blocos brasilienses não se dá de forma tão direta por quem circula pelo Eixo Rodoviário, uma vez que vários exemplares estão resguardados no interior das quadras, os mais antigos encobertos pela copa das árvores do cinturão verde que as delimita, como bem previu o urbanista. O interesse patrimonial do estudo de Ferreira e Gorovitz e a consequente valoração que aporta para a arquitetura dos blocos brasilienses foram destacados por Alfredo Gastal, superintendente nacional do Iphan à época da primeira publicação:

As Superquadras de Brasília, por exemplo, embora famosas nacional e internacionalmente entre os especialistas no assunto, são freqüentemente (sic) pouco familiares aos habitantes do Distrito Federal [...] Ao publicar o resultado do escrutínio feito pelos autores deste trabalho, o Iphan cumpre o seu papel institucional de informar e dar publicidade à população dos bens que constituem o patrimônio histórico nacional. Aqui se publica um conjunto de informações gráficas e históricas ainda não acessado pelo público, sobre o urbanismo e a arquitetura dos edifícios que constituem grande parte do patrimônio cultural de Brasília. Exibe-se neste livro a arquitetura pouco conhecida – e por isso pouco reconhecida – dos edifícios residenciais da capital da República, assim como se apresentam informações sobre a qualidade e a variedade de arquitetos brasileiros do período modernista que aqui estiveram construindo esta cidade excepcional [...]

(GASTAL [2008] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 8)

⁶³ Os arquitetos Matheus Gorovitz e Márcio Mendes Ferreira foram professores da Universidade de Brasília – UnB. Márcio Ferreira, além de autor do livro, é também autor de vários blocos de

superquadra. A pesquisa sobre a superquadra brasiliense, realizada entre 1999 e 2007, contou com a colaboração de um grupo de pesquisa formado por alunos da FAU- UnB.

Gastal, em contraste ao mais recente posicionamento do Iphan, coloca-se de forma bastante contundente contra a natureza das reformas conduzidas em alguns blocos e quanto às transformações na forma de ocupação da superquadra (acréscimo de coberturas, privatização dos pilotis e ocupação das áreas verdes) e ainda em relação a mudanças no código de obras distrital:

O reflexo desse anonimato da qualidade arquitetônica dos prédios residenciais – principalmente os situados na Asa Sul – reflete-se na sanha legiferante de alguns momentos da existência de Brasília, a qual foi capaz de engendrar coberturas, salões de festas e garagens ocupando a área verde das quadras e outros atentados ao Plano Piloto de Lucio Costa e ao próprio tombamento da cidade. Contaram esses políticos e governadores com o apoio de síndicos e proprietários que preferiram ver mármore e blindex em suas paredes – numa alusão aos prédios da arquitetura “nouveau riche” dos condomínios espalhados pelo Brasil – em lugar de azulejos de Athos Bulcão ou discretas pastilhas. Quando se compara a legislação edilícia distrital, da época do tombamento federal, com a legislação atual, as diferenças parecem pequenas, porém, são, às vezes, abissais.

(GASTAL [2008] in FERREIRA; GOROVITZ, 2008, p. 9)

Os critérios adotados por Ferreira e Gorovitz (2008) para a escolha dos projetos arquitetônicos que integrariam seu trabalho podem servir para alimentar a discussão acerca de possíveis parâmetros para a definição de graus de significância dentro da heterogenia do eixo residencial da cidade. Foram considerados para registro os projetos que apresentassem:

Disponibilidade de documentação como plantas, cortes, fachadas - informações necessárias ao preenchimento do banco de dados e fotos que permitiram visualizar o projeto original sem descaracterizações posteriores; Projetos elaborados pelos arquitetos que participaram do início da construção de Brasília (1957/1970); Projetos elaborados na fase subsequente (1970/1980), cujo caráter arquitetônico considera a integridade do conjunto urbanístico da

Superquadra; Respeito às normas urbanísticas: limites das projeções sem artificios que as subvertam; Continuidade dos pilotis com as áreas ajardinadas da Superquadra, livre de obstruções que dificultam a livre circulação dos pedestres; Projetos cujos aspectos construtivos e programáticos se ajustam às normas de composição plástica: proporção, ritmo, modenatura, comodulação etc.; decorre daí a pureza da arquitetura e a harmonia da Superquadra [...]Projetos que acatam as recomendações expressas por Lucio Costa no sentido de distinguir a Escala Doméstica da Monumental.

(FERREIRA; GOROVITZ, 2020, p. 21)

São indicadas também as razões pelas quais alguns projetos foram preteridos, em concordância a alguns critérios explicitados em textos de Lucio Costa:

Rompem a ordenação urbanística: a personificação dos projetos, intervenções que individualizam os blocos por murais decorativos apostos às empenas e ainda, no dizer de Lucio Costa, “edifícios vulgares de aparência suburbana e coloração imprópria” (costa, 1970, s/n); O partido deve ser claro, e as formas devem ser simples; deve haver sobriedade no emprego de elementos e no de materiais diferentes. O Projeto não pode ser: complicado, extravagante, pretensioso ou rebuscado. · As formas usadas nas estruturas monumentais não podem ser transpostas para a escala residencial (COSTA, 1962, p. 325);

(FERREIRA; GOROVITZ, 2020, p. 21)

Embora talvez não possam ainda ser chamados de “*ruínas de uma certa modernidade*”, termo que Segawa adotou para descrever o estado de conservação de alguns icônicos conjuntos habitacionais modernos (SEGAWA [1998] 2002, p. 119) muitos blocos de superquadra representativos do movimento moderno passam por paulatino processo de degradação e desvirtuamento conceitual, convocando discussões que os abordem sob o ponto de vista patrimonial.

Ainda que os blocos de superquadra só sejam efetivamente protegidos em seus aspectos volumétricos e de ocupação dos pilotis, entende-se que esse processo de sucessivas intervenções quase sempre insensíveis às questões patrimoniais não deve ser desprezado ou minimizado, uma vez que o documento Madrid – Nova Delhi (Icomos, 2017) ressalta a importância de gerir criteriosamente as transformações e mudanças no patrimônio moderno, já que tal processo cumulativo pode chegar a comprometer a integridade/autenticidade do bem e sua significância cultural.

A superquadra foi tanto exaltada quanto duramente criticada por diversos arquitetos, teóricos e usuários. Apesar da pluralidade de visões acerca da escala residencial, seu valor cultural afirma-se pela relação identitária que moradores e comunidade estabeleceram com seus espaços. Caminhar pelas quadras, desfrutar do Eixão do Lazer aos finais de semana, “descer para brincar”, descansar ou encontrar amigos “debaixo do bloco” é parte do que representa ser morador ou frequentador do Plano Piloto de Brasília. Assim o poeta Nicolas Behr conceitua o verbo “descer” em “BRASÍLIA-Z: cidade palavra”:

Descer Taí um verbo que o brasileiro aprende cedo. “Hoje você está de castigo. Não vai descer”. E o amiguinho lá embaixo, no gramado, se esgoelando: “Desce. Desce logo!”. É por isso que os blocos das superquadras têm, no máximo, seis andares. Para que a mãe possa gritar lá de cima: “Sobe. Agora! Tá na hora do almoço”, e o filho ouvir. A magia das superquadras invadindo infâncias, tardes e manhãs.

(BEHR, 2014, p. 50)

Mas qual o peso ou relevância da preservação arquitetônica individual de blocos ou conjunto de blocos habitacionais, foco deste trabalho, para a manutenção da

significância cultural da superquadra ou da escala residencial como um todo? Ou até que ponto a integridade da superquadra, entendida enquanto aquilo que está completo, íntegro e que mantém sua continuidade com o entorno estará mesmo assegurada diante da manutenção apenas dos aspectos volumétricos e proporção livre dos pilotis de seus blocos?

Palazzo e Solórzano (2020) apontam modos como o bloco residencial se relacionaria com o usuário: “a delimitação espacial”, ou “plano de fundo” para quem circula no interior da superquadra e usufrui de seus espaços abertos, “*espaço de passagem e abrigo transitório*” e “*moldura da paisagem vista de dentro para fora*”, através de “*janelas e sacadas*”.

Caberia, talvez, acrescentar ou comentar sobre alguns pontos. A espacialidade dos pilotis determinada pela arquitetura dos blocos modernos pode ser entendida não apenas enquanto “*espaço de passagem e abrigo transitório*”, já que ainda que não apresente o uso intenso talvez idealizado, constitui frequentemente lugar de certa permanência, a ser partilhado através do encontro, recreação e socialização. Pode-se dizer ainda que o emolduramento da paisagem pelos blocos, não se dá apenas “*de dentro para fora*” (a partir de janelas, varandas ou cobogós), mas também através dos pilotis, que representam sucessivas molduras habitáveis e transponíveis, a partir das quais a paisagem é revelada e são acessados outros espaços da escala residencial.



Figura 179 – Emolduramento da paisagem, pilotis do bloco K, 2019. Foto: autora



Figura 180 – Emolduramento da paisagem, pilotis do bloco I, 2021. Foto: autora

Sobre o entendimento da paisagem em Brasília, Lucio Costa coloca:

Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem.

(COSTA [1967] 2018, p. 303)

A partir dos princípios de conectividade e dimensão estética apontados por Gorovitz (2005), axialidade, eurritmia, comodulação, ubiquidade, etc., pode-se argumentar que as constantes modificações nos blocos de superquadras, com substituição de materiais, drásticas mudanças cromáticas, além do fechamento parcial dos pilotis e modificações no desenho de portarias e acessos de prumada, promovem quebras na harmonia rítmica da sequência de blocos definidores da paisagem urbana, que podem ser comprometedoras para a unidade plástica do conjunto. Os fechamentos ainda que parciais dos pilotis, somados aos cercamentos de caminhos e outros tipos de barreiras implicam interrupções na sequência de superquadras que, embora autônomas, devem ser transponíveis e comunicam-se em sistema de “grade”, e que, para Gorovitz, “qualificam espaços de conciliação do domínio público e privado” (GOROVITZ [2005] 2012, p. 260). Lucio Costa afirma ainda que “as áreas de vizinhança justapostas não são estanques – se permeiam”. (COSTA [1995] 2018, p. 308)

Pela existência em todo o conjunto das superquadras do mesmo dimensionamento, gabarito de seis pavimentos, cinturão verde e adoção de pilotis, “estando numa quadra, devido ao mesmo tratamento e recorrência de situações, tem-se a sensação de vivenciar todas elas simultaneamente.” (GOROVITZ [2005] 2012, p. 260). Esse seria o princípio da ubiquidade. Reconhece-se, portanto, uma

significância das superquadras e das áreas de vizinhança que iria muito além da esfera local e da vivência da comunidade mais imediata.



Figura 181 – A escala residencial em Brasília. Foto: Joana França

A argumentação contra modificações de fachada que apresentam definições cromáticas e de revestimentos chamativas, mudanças drásticas em relação à discrição de sua linguagem original, parece ter respaldo teórico na descrição de Lucio Costa, que defendia o conteúdo das quadras visto “*em segundo plano e como que amortecido pela paisagem*” (COSTA, [1957] 2018, p. 292) e ainda no comentário atribuído a Athos Bulcão, para quem os prédios do Plano Piloto deveriam ter “*cores que não brigassem com a paisagem*”.

A ideia de “*pátio interno urbano*” expressa por Costa (COSTA [1985/87] in GDF, 1987, p. 9) pressupõe a vivência de um espaço interior delimitado e descoberto. Espaço que, no caso da superquadra, é mais permeável que nos pátios tradicionais e está conformado não apenas pelas fachadas dos blocos, mas também pela cinta arbórea periférica. Parece lógico concluir que as ambiências no interior desses “pátios” sejam diretamente afetadas pela qualidade dos edifícios que as integram e as emolduram. E que, portanto, parte da preservação e significância dessas atmosferas dependa também da manutenção de alguns atributos essenciais dos edifícios que as conformam.

A permeabilidade da superquadra é também determinante para forma de apreciação de seus edifícios. O vazio intencional paisagístico presente no urbanismo moderno acaba por enfatizar os edifícios residenciais enquanto artefatos, que apesar de frequentemente implantados em conjunto, podem ser apreendidos em toda a sua volumetria e individualmente.

Como bem nos lembra Magalhães, o edifício isolado não é uma invenção moderna, mas tradicionalmente o destaque volumétrico em relação ao entorno era atribuído a obras excepcionais, tais como os palácios ou catedrais. Ao mesmo tempo em que

o recurso de conferir destaque ao bloco em relação a seu entorno alinha-se com a relevância atribuída ao programa habitacional pelo movimento moderno, ao ser aplicado em grande extensão, como é o caso da escala residencial, acaba tornando comum o que era originalmente de caráter excepcional (MAGALHÃES, 2009).

O posicionamento do Iphan que, em parte, desvincula intervenções no edifício ao conjunto urbano pode ser questionado. Edgar Graeff (1976) nos explica como apenas um edifício exerce certo raio de modificação espacial em suas adjacências, interferindo na paisagem, no solo, nas árvores, nos outros edifícios e na vivência urbana como um todo:

Ao ser erigido, o edifício, além de abarcar ou envolver uma certa porção de espaço, exerce influência sobre as adjacências. Ele constitui uma presença, um objeto ocupando um lugar; e se relaciona com outros objetos, com o solo, as árvores, a paisagem, outros edifícios. Ele projeta sombras, apara o vento, modifica um pouco a “atmosfera” local. É como se ocorresse um fenômeno de irradiação, através do qual o edifício viesse a incorporar uma parcela do espaço que o envolve.

(GRAEFF, 1976, p. 14)

Esse raio de influência é ainda maior quando se trata de um conjunto de edifícios ou tipologias que, grosso modo, se repetem e ocupam fisicamente uma porção significativa da cidade, como é o caso dos blocos residenciais de superquadra, mais especificamente dos que constituem o estudo de caso desta dissertação.

É possível concluir que, ao longo dos anos, sucessivas intervenções individuais e sem muito critério em edifícios do Plano Piloto acabam por ferir seu conjunto urbano. A escala residencial, que em sua origem era marcada pela grande homogeneidade visual dos edifícios, difusos pelo verde da cidade-parque, vem

sofrendo perdas drásticas e progressivas, por conta de modificações em edifícios isolados que, somadas, podem chegar a comprometer a unidade e caráter de seu conjunto.

Ainda que Lucio Costa defendesse liberdade para a arquitetura residencial das superquadras e que a cidade devesse ser encarada como um ente vivo e aberto a novas experiências, certas intervenções deveriam ser evitadas sob a óptica preservacionista.

A partir deste entendimento do edifício como elemento não isolado, gerador da cidade e de grande interferência para o entorno, passa-se a enxergar a designação de edifícios privados mais como um termo jurídico do que efetivo para a vivência urbana. Graeff coloca ainda, a partir de citação de Bruno Zevi, que a obra de arquitetura é um tipo de arte diferente da música e da pintura, de cuja vivência não podemos escapar e, defende assim, a comunidade inteira como sendo sua proprietária:

Este caráter impositivo da presença dos edifícios implica a necessidade de reconhecer a comunidade inteira como proprietária e usuária da obra de arquitetura. A sociedade aparece, portanto, diante do arquiteto como cliente, parte interessada na obra, com necessidades e aspirações a serem integradas no programa. [...] E é também daí que decorre o peso da sua responsabilidade social, como autor de obras que afetam direta e impositivamente a vida cotidiana dos membros de uma comunidade.

(GRAEFF, 1976, p. 21)

Sobre a obra de arte, Costa nos fala sobre seu sentido de perenidade, que se aplicaria também, obviamente, à arquitetura:

É através das coisas belas que nos ficamos do passado que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do tempo que ficou vivo para sempre porque entranhado na obra de arte. O que caracteriza a obra de arte é, precisamente, esta eterna presença na coisa daquela carga de amor e de saber que, um dia, a configurou.

(COSTA, [1980] 2006, p. 17)

Esta reflexão, quando transposta para o campo da preservação da arquitetura residencial, é uma possível resposta contrária aos que defendem que os blocos de superquadra seriam edifícios privados cujas modificações em reformas não diriam respeito algum à comunidade além de seus moradores e condôminos, estando sujeitas apenas ao respeito a regras gerais como gabarito de seis pavimentos e proporção de área livre nos pilotis. Regras gerais que, ainda assim, são frequentemente feridas.⁶⁴

Para além das questões de volumetria e espacialidade, Graeff afirma ainda que “*os materiais de construção selecionados e as técnicas empregadas deixam marcas bastante nítidas no edifício*” (GRAEFF, 1976, p. 17). Caberiam então, dentro das discussões sobre superquadra e patrimônio cultural, pesquisas mais detalhadas baseadas em documentação projetual e na análise das técnicas construtivas e materiais empregados na construção de seus blocos mais representativos. O objetivo seria o de registrar parte da memória física dos edifícios, da materialidade

⁶⁴No capítulo 3, serão detalhadamente abordadas as modificações realizadas nos blocos da SQS 108.

da arquitetura como testemunha de seu tempo, no entendimento do valor historiográfico da técnica.

Sobre a questão dos aspectos materiais para a preservação dos blocos de superquadra, entende-se que a sua valoração envolve seu entendimento enquanto produto cultural de uma época e que, logo, seu valor de antiguidade deve ser reconhecido. Considera-se, portanto, que os processos de restauração não devem buscar a repriminção, ou seja, a volta a um fictício estado original, já que devem ser reconhecidos o valor da pátina e das camadas históricas no movimento moderno, como coloca o documento Madrid – Nova Delhi (ICOMOS, 2017).

A difusão do modelo do IAPB para outras superquadras na escala residencial

Parece fundamental ao estudo mais específico dos blocos do IAPB buscar situar seus problemas de preservação relacionando-os a um contexto maior, o da escala urbana. O entendimento das primeiras superquadras de Brasília enquanto protótipos que influenciariam toda a posterior ocupação da escala residencial e concretização do ideário expresso por Lucio Costa são confirmados pelo depoimento de sua filha, Maria Elisa Costa:

Para compreender com maior clareza o que é uma superquadra, é de grande ajuda analisar seus parâmetros de ocupação do solo e as diretrizes paisagísticas da sua concepção. Tais informações podem ser obtidas através das primeiras SQ efetivamente construídas – que, no caso, funcionam como se fossem “maquetes” em escala de 1:1.

(COSTA [2005] 2012, p. 249)

Se tomamos, por exemplo, a descrição que Lucio Costa faz do tratamento do solo no interior das superquadras (tanto em texto quanto em croquis) confrontada aos desenhos encontrados para os espaços de pilotis dos blocos da SQS 108, a relação entre a concepção urbano-paisagística da superquadra e o detalhamento dos blocos parece bastante direta. Lucio Costa afirma:

As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamentos de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra técnica paisagística de parques e jardins.

(COSTA [1957] 2018, p. 295)

Como bem observam Palazzo e Solórzano (2020), o croquis de Costa representando o interior da superquadra expressa certa ambiguidade quanto à existência ou não de pavimentação para a circulação de automóveis, o tratamento do solo tal qual representado pelo urbanista é descrito pelos autores como “*uma superfície genérica*”.

Embora o croquis seja ainda uma representação abstrata do que seria a ocupação de uma superquadra, alguns elementos são já claramente distinguíveis. As lâminas estão implantadas em agrupamentos paralelos, dispostas alinhada ou perpendicularmente ao eixo rodoviário. Enquanto a ortogonalidade domina o ordenamento dos blocos (mais numerosos do que nas superquadras efetivamente implantadas), uma linha sinuosa e contínua parte da entrada da quadra, atravessa os volumes e cria recantos. O pontilhado sutilmente aplicado à zona externa à linha sinuosa pressupõe o uso de vegetação rasteira e indica que os jardins poderiam tomar o térreo dos blocos, em uma continuidade entre o espaço externo público e

o espaço abrigado e semipúblico dos pilotis, reforçando a diluição das fronteiras. A representação da arborização mais densa fica restrita ao cinturão verde, ideia que, se materializada, conferiria maior destaque às fachadas dos blocos a partir da perspectiva do interior da quadra (“pátio interno urbano”) do que a partir de perspectivas externas.

As áreas ajardinadas que se estendem e se integram à área dos pilotis são também perceptíveis na concepção dos térreos para os blocos do IAPB⁶⁵, tal como desenhados por Niemeyer e sua equipe.

Assim como acontece no croquis e textos de Lucio Costa, os desenhos dos térreos dos blocos também trazem certa indefinição ou ambiguidade quanto à diferenciação entre tipos de pavimentação, presença de meios-fios ou calçamentos e caminhos ao longo das vias internas.

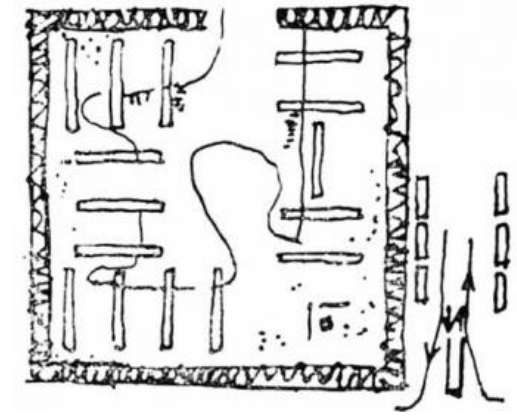


Figura 182 – Superquadra. Croquis de Lucio Costa. Fonte: Vitruvius

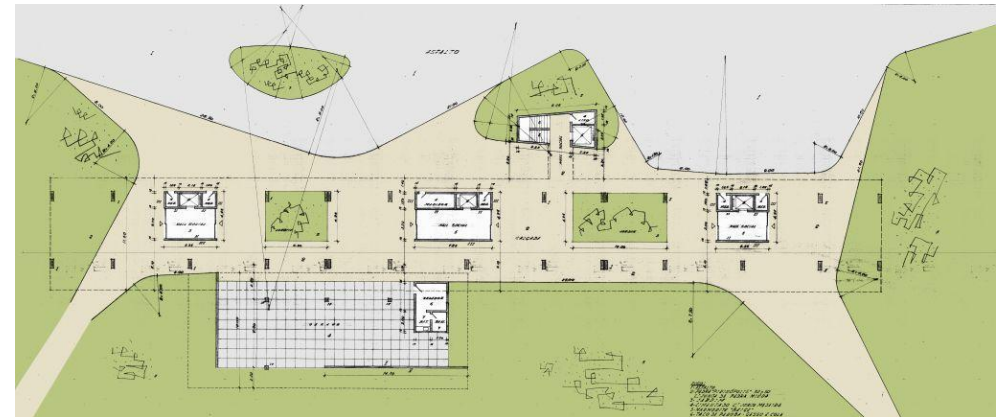


Figura 183 – Proposta para térreo da SQS 108. Fonte: Arquivo Público do DF (editado por esta pesquisa)

⁶⁵ Fotos das primeiras décadas da SQS 108 indicam que a concepção de áreas ajardinadas nos pilotis e continuidade entre pavimentação coberta e descoberta foram apenas parcialmente executadas.

O desenho encontrado com a implantação dos blocos do IAPB e a proposta para seus arruamentos reitera algumas indicações já presentes no croquis de Costa: disposição de algumas lâminas em paralelo, blocos com disposição ortogonal, vias internas com desenho mais livre e criação de recantos, além da massa arbórea concentrada na cinta periférica.

Outro croquis de Lucio Costa representa uma perspectiva de superquadra vista a partir de seu exterior. No desenho, o comércio local e o cinturão verde, em primeiro plano, encobrem a maior parte dos volumes dos blocos. Ainda assim, os blocos são perceptíveis, uma vez que os últimos andares das edificações coroam por cima das copas das árvores, exatamente como acontece hoje nas superquadras mais antigas, já densamente arborizadas.

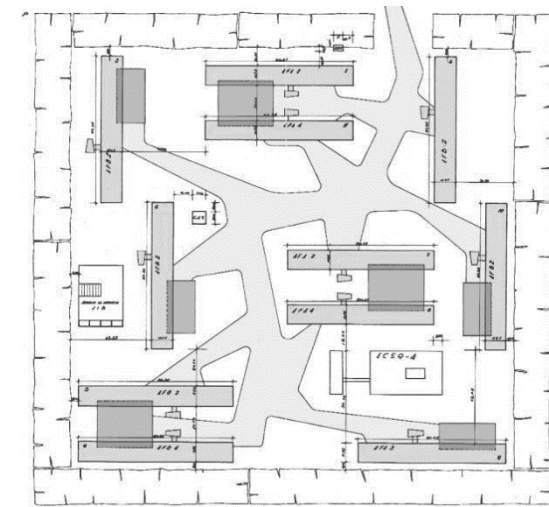


Fig.184 – Proposta para implantação e arruamentos da SQS 108. Fonte: Wen (2011)

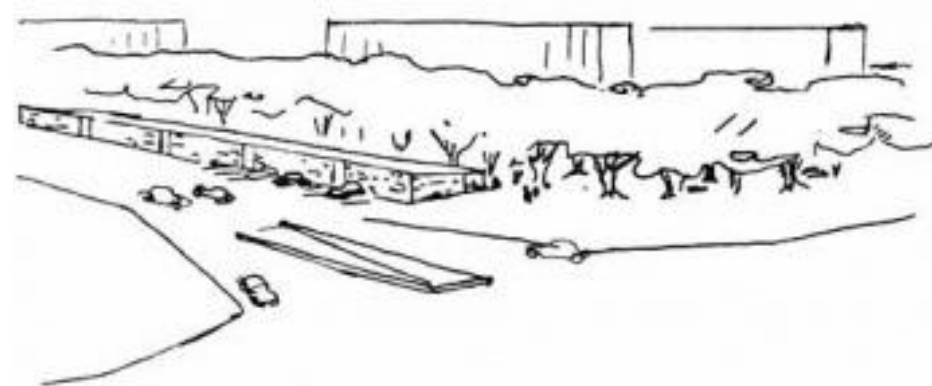
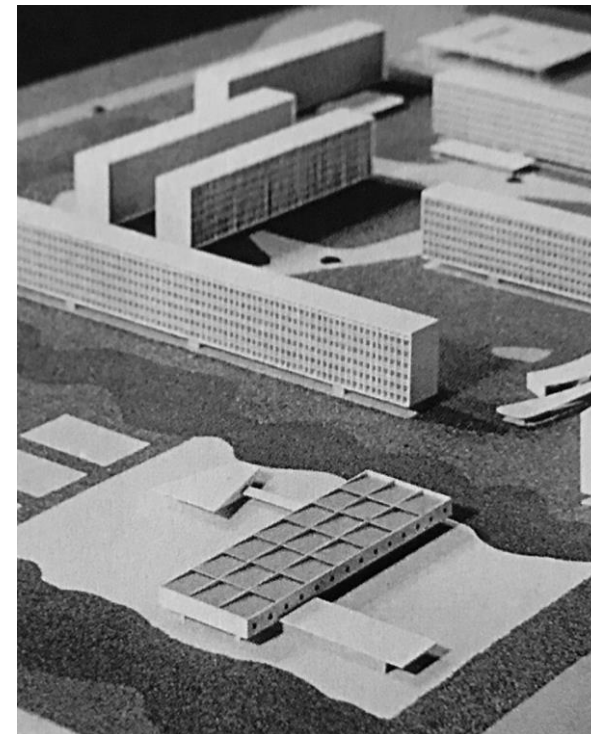


Figura 185 – Superquadra. Croquis de Lucio Costa. Fonte: Vitruvius

Quanto à solução de fachadas e organização interna dos blocos, Magalhães (2009) aponta que as lâminas das duas primeiras décadas de ocupação se distinguem por apresentarem, além das empenas laterais cegas, duas fachadas principais com tratamentos bastante diferentes, já que para uma estão voltados os ambientes sociais e para a outra os setores de serviço ou circulação.

Esta solução, repetida largamente, foi empregada nos blocos da SQS 108 e estava já indicada antes da implantação das primeiras superquadras, como nas maquetes desenvolvidas por Niemeyer e equipe da Novacap⁶⁶. Os volumes representados indicam já o tratamento diferenciado às duas fachadas principais dos blocos, uma com plano mais uniforme e contínuo e outra marcada por cheios e vazios. Também nas maquetes é reiterada a opção pela disposição ortogonal dos blocos, o paralelismo entre algumas lâminas e o desenho livre dos arruamentos.



Figs. 186 a 189 – Maquetes de estudos para as superquadras desenvolvidas pela equipe da Novacap. Fonte: Kim e Weseley (2010)

⁶⁶ De acordo com Kim e Weseley (2010), as maquetes da Novacap eram elaboradas sob o comando dos maquetistas franceses Marcel e Gui Dimanche. São as mesmas que ilustram a matéria sobre a superquadra em *L'Architecture d'Aujourd'hui* n°80, já abordada no capítulo anterior.

Os croquis com estudos para as primeiras superquadras implantadas desenvolvidos pela equipe da Novacap indicam já, além da proposição da diferenciação entre fachadas, a proposição de desenho trapezoidal para os pilares dos pilotis. Mais uma vez, quanto ao tratamento paisagístico, é indicado o protagonismo da massa arbórea na cinta periférica.

Braga (2005) coloca que o tratamento claramente diferenciado entre as fachadas principal e posterior dos blocos começa progressivamente a desaparecer nas construções posteriores às primeiras décadas, sobretudo em função da adoção de apartamentos não vazados, que determinam a equivalência entre fachadas.

A autora, cujo enfoque de estudo situa-se no conforto térmico dos blocos de superquadra, analisa à época, 117 superquadras e 1392 blocos já construídos, determinando, a partir disso, as fachadas mais recorrentes na escala residencial. É definida como a solução de fachadas mais usual para blocos de superquadra a de tipologias que, assim como os blocos AFA-2 e AFB-2, apresentam na fachada principal janelas protegidas por uma densa trama de brises de concreto e fachada posterior inteiramente em cobogós. Tal tipologia equivaleria a 48 edifícios ou 5,4 por cento de todos os edifícios implantados no Plano Piloto até 2004. A segunda tipologia mais recorrente seria com “a fachada principal livre e sem brises, janelas corridas, empenas laterais cegas e cobogós nas áreas de serviço” (BRAGA, 2005, pp. 59-60).

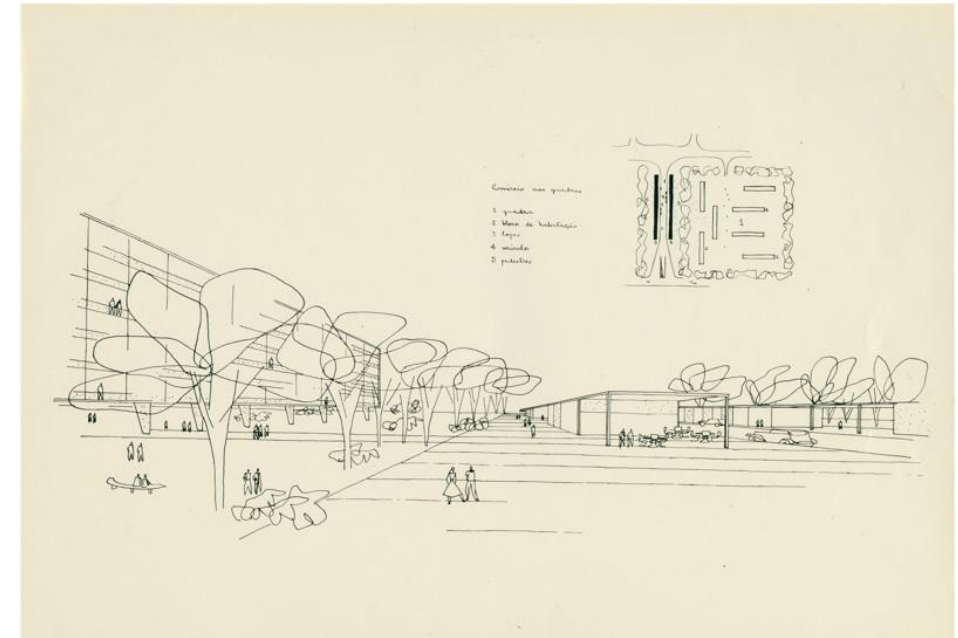
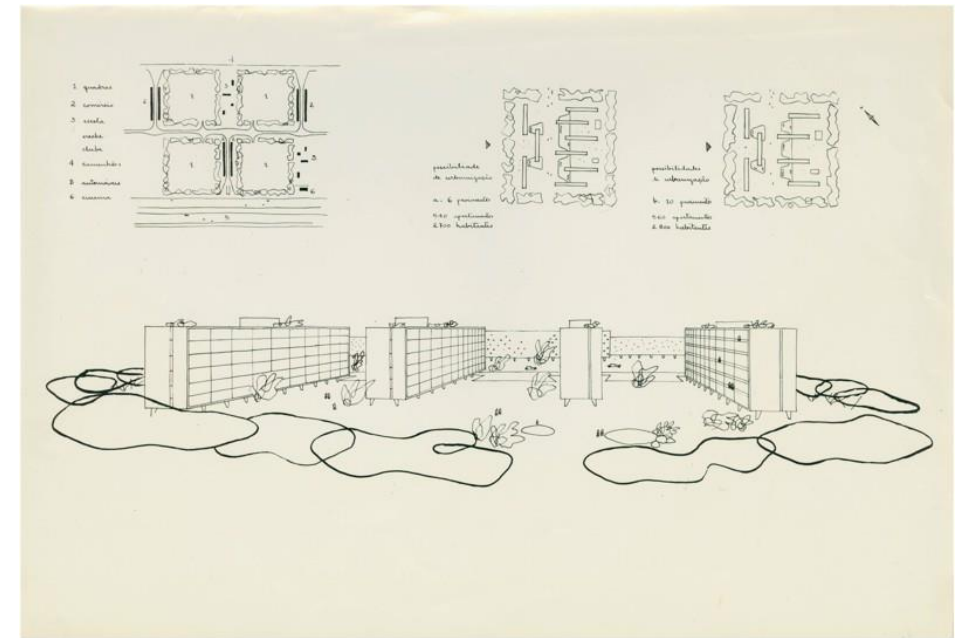


Figura. 190 e 191 – Croquis para as superquadras desenvolvidos pela equipe da Novacap. Fonte: IBGE

Machado (2007) traz alguns dados estatísticos relevantes para o entendimento da forma de implantação das superquadras em Brasília, apontando, por exemplo, que 95,70% da totalidade dos blocos apresenta disposição ortogonal contra apenas 2,50 % em disposição inclinada (MACHADO, 2007, p. 92).

É indicado também um quadro com tipologias de forma das projeções habitacionais adotadas na cidade, em que são identificados sete tipos básicos. Dos sete modelos apresentados pela autora, os três primeiros constituem lâminas horizontais de diferentes proporções, sendo o tipo 1 correspondente ao modelo de lâmina estabelecido pelas primeiras superquadras, com projeção de aproximadamente 12,65 x 84,35 m e torre de circulação anexa à projeção⁶⁷. A ilustração desse tipo 1 de projeção é basicamente definida pelo modelo dos blocos do IAPB. Sobre os dados estatísticos quanto às formas de projeção adotadas, há grande prevalência das formas retangulares (96,04%), em comparação às projeções quadradas ou em “H” (MACHADO, 2007, pp. 93-95).








	Forma	Local
Tipo 1		SQS SQN
Tipo 2		SQDS SQDN
Tipo 3		SQS SQN
Tipo 4		SQS, SQN SQDS, SQDN
Tipo 5		SQS 207
Tipo 6		SQS 207
Tipo 7		SQN 204

Fig. 192 – Forma das projeções implantadas nas superquadras. Fonte: Machado (2007)

⁶⁷As plantas encontradas dos blocos da SQS 108 indicam exatamente o comprimento das projeções de 84,35m mencionado por MACHADO (2007), no entanto, a largura dos blocos AFA e AFB indicada pelos desenhos do Arquivo Público é ligeiramente inferior, variando de 11,25m a 11,65m (descontadas as dimensões da torre anexa à projeção).

O panorama das primeiras décadas de ocupação define, portanto, um conjunto marcado pela grande homogeneidade visual, simplicidade volumétrica e pela repetição de algumas tipologias. Tal reprodução se deu em função da rápida construção da cidade, economia de meios, urgente demanda para moradias e ainda pelo protagonismo de alguns arquitetos, que chegaram a elaborar projetos para várias quadras. Além de Niemeyer, esse é também o caso de outros nomes como Eduardo Negri, Marcílio Mendes Ferreira, Hélio Uchôa, Marcelo Campello e Sérgio Rocha.

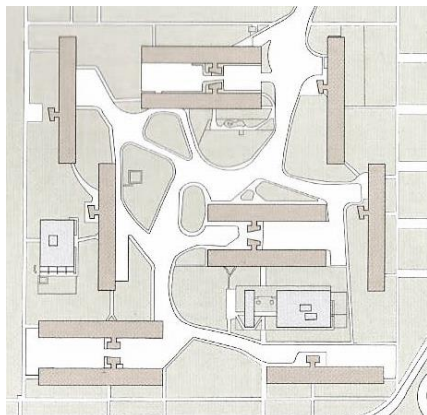
Esta pesquisa, com base no levantamento prévio estabelecido por Bonduki e Koury (2014) e Ferreira e Gorovitz (2008), buscou visitar as primeiras superquadras implantadas no Plano Piloto, a fim de precisar a quantidade exata de blocos das tipologias AFA, AFB e AFC (desenvolvidas por Niemeyer⁶⁸) implantados.

Chegou-se a um total de 42 blocos além dos 11 implantados pelo IAPB na SQS 108, totalizando 53 blocos. Desses, onze localizam-se na SQS 107, oito na SQS 106, oito na SQS 304, cinco na SQS 206, quatro na SQS 208, três na SQS 306 e três na SQS 104.

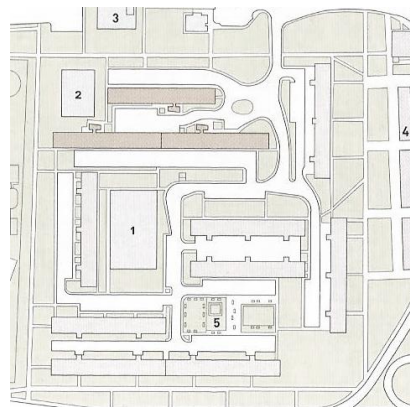
⁶⁸ Embora constituam a reprodução dos mesmos tipos, a Fundação Oscar Niemeyer reconhece a autoria do arquiteto apenas para os blocos da SQS 108 (IAPB) enfocados por este trabalho. Ferreira e Gorovitz (2008) indicam como sendo de Niemeyer, além dos blocos do IAPB, todos os 11 blocos da SQS 107 e ainda 6 blocos da SQS 106. O levantamento de Bonduki e Koury (2014) é o que mais se aproxima ao número encontrado de blocos na tipologia definida por Niemeyer efetivamente implantados no Plano Piloto. O levantamento de blocos indicado pela pesquisa desses últimos autores

foi confirmado pela visita e levantamento nas quadras do Plano piloto, exceto pelo número de blocos na SQS 306. Apesar de Bonduki e Koury (2014) indicarem a totalidade dos blocos da SQS 306 como sendo das tipologias de Niemeyer, esta pesquisa confirmou a presença de apenas 3 blocos desse tipo na quadra.

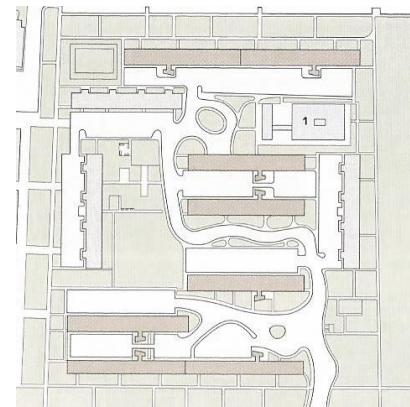
Blocos de tipo AFA, AFB e AFC implantados em superquadras da Asa Sul



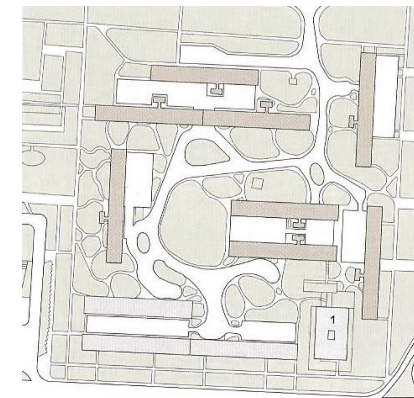
SQS 108 - IAPB



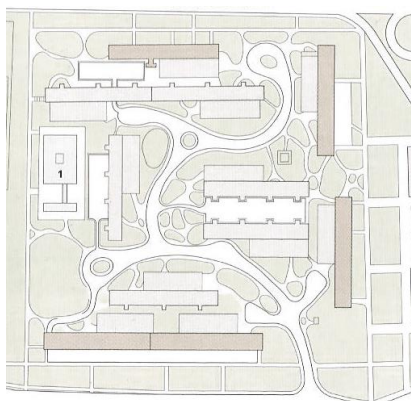
SQS 104 - CAPFESP



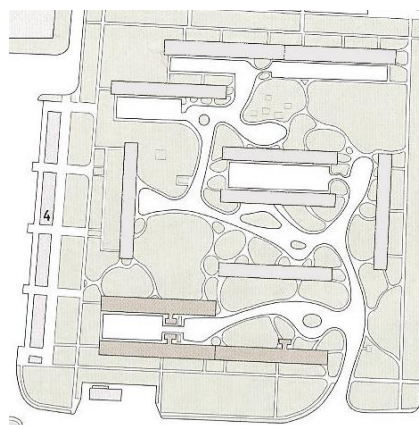
SQS 304 - CAPFESP



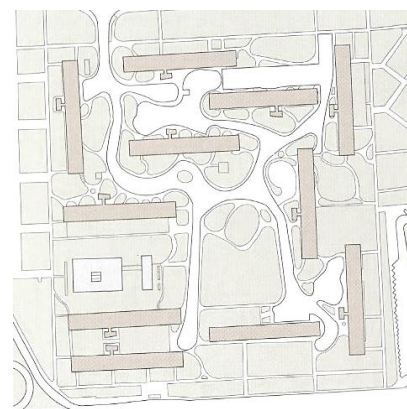
SQS 106 - IAPC



SQS 206 - IPASE



SQS 306 - IAPC



SQS 107 - IAPTEC



SQS 208 - IPASE

Fig. 193 – Em marrom escuro, os **53 blocos** de tipo AFA, AFB e AFC implantados no Plano Piloto. Fonte: Adaptado de Bonduki e Koury (2014)

Esses blocos, embora sejam a reprodução de um tipo, apresentam pequenas variações em seus detalhamentos. Foram observadas, sobretudo, diferenças quanto ao padrão dos cobogós adotados, quanto às espessuras e detalhamento dos caixilhos dos panos das esquadrias das fachadas principais, quanto ao desenho e modulação das tramas dos brises de concreto, detalhamento das torres anexas ao volume principal e ainda ao desenho de pilotis, portarias e prumadas de acesso⁶⁹. Algumas dessas variações se dão mesmo entre blocos pertencentes à mesma quadra, como veremos ser o caso da SQS 108.

Quanto ao padrão de cobogós adotado, foram identificados elementos com perfurações circulares ou quadradas. Em certos blocos, como é o caso de alguns localizados na SQS 106, o plano contínuo de cobogós é perfurado, em cada andar, por uma sequência de pequenas janelas quadradas em sua porção superior (figura 194).

Quanto aos brises, foram identificadas variações na modulação adotada, que pode ser mais ou menos densa, nos intervalos entre as peças verticais, que podem ser regulares ou irregulares, na espessura das placas de concreto e ainda na forma como essa trama de brises se vincula ao plano de fechamento interno (alvenaria e esquadrias). Em alguns blocos, as peças verticais dos brises estão associadas ou coladas ao plano interno da fachada. Em outros, esses elementos verticais estão

destacados, havendo um espaçamento entre as peças de concreto e a alvenaria interna. Em outros blocos, os trechos superiores das tramas de brises são fechados.



Fig. 194 – Variação de tratamento do plano de cobogós. Fonte: ArPDF

⁶⁹ Tais variações descritas aqui datam do período de construção dos blocos (não são decorrentes de alterações posteriores) já que foram confirmadas pelo acervo de imagens das superquadras em seus primeiros anos de ocupação coletadas por esta pesquisa. O trabalho optou por não especificar ou ilustrar por meio de plantas, fotos ou texto a variação de desenho de portarias e prumadas de acesso nos diferentes blocos implantados, já que o levantamento dessa informação foi dificultado em razão

das escassas imagens antigas dos pilotis e também das alterações decorrentes de sucessivas reformas, que dificultam precisar seu desenho original. A visita aos pilotis de todos os blocos e a identificação de padrões que se repetiam ou não em diferentes quadras levou a constatação de que algumas variações provavelmente já existiam desde a sua implantação.

Quanto às esquadrias, foram identificadas variações nas espessuras dos caixilhos originais e no seu desenho. Em alguns blocos, a fachada principal não assume o aspecto de cortina de vidro, ou esquadrias de piso a teto, mas de janelas em fita, já que muitas estão instaladas sobre pequeno parapeito opaco, executado em alvenaria ou concreto.

Variações também foram encontradas na disposição e tamanho das aberturas nas caixas de escada. Em alguns blocos, tais aberturas formam um dinâmico jogo compositivo, intercalando em diferentes alturas e à direita ou esquerda do plano, aberturas quadradas e retangulares, dispostas em sentido vertical ou horizontal (fig. 194, p.197). Em outros, tais aberturas são regulares e de maiores dimensões, tomando toda a largura da lateral da torre.

Quanto à conexão da torre de escada ao volume principal do bloco, esta, em alguns edifícios é inteiramente recoberta por cobogós. Em outros blocos, seu fechamento é majoritariamente opaco.

Embora a análise da preservação dos blocos de Niemeyer em outras superquadras não seja o objetivo do trabalho, parece importante mencionar que, ao visitar essas quadras (figuras à direita), evidenciou-se que muitos blocos sofreram já intervenções ainda mais drásticas que as encontradas nos edifícios da SQS 108, com descaracterização das empenas cegas, pilotis e fachadas principais.



A influência do modelo desenvolvido por Niemeyer não se restringe, entretanto, aos 53 blocos identificados. Nas referidas quadras, frequentemente os demais edifícios embora não sigam as tipologias AFA, AFB e AFC, também assumem algumas características do modelo, tais como: pilares trapezoidais maciços, fachada posterior recoberta por cobogós, fachada principal com janelas em fita e brises em concreto ou cortina de vidro e empenas laterais cegas. Tais características foram adotadas ainda em blocos de outras quadras da Asa Sul e da Asa Norte.

Caminhos para a valoração e preservação dos blocos de superquadra

Foram já colocados argumentos fundamentando a relevância de alguns blocos de superquadra como exemplos icônicos do movimento moderno no Brasil e testemunhos da proposta de Lucio Costa para o Plano Piloto, essenciais para a manutenção de um modo de morar que é particular a Brasília e que possui muitas qualidades reconhecidas por seus moradores. Constituiriam, portanto, um patrimônio cultural significativo tanto para as gerações atuais quanto futuras. Os debates sobre o patrimônio em Brasília e sua preservação revelam cada vez mais frequentemente a preocupação com intervenções consideradas de baixa qualidade nesses edifícios, que representariam perdas significativas desse acervo cultural, podendo comprometer a ambiência urbana das superquadras e até a vivência da escala residencial como um todo.

Embora seja quase consensual que a musealização de blocos de superquadra não seja uma resposta, visto que as demandas da vida doméstica e as configurações

familiares vivem em constante transformação, algumas intervenções desrespeitosas não devem ser ignoradas. Se o ritmo e a natureza das intervenções se mantiverem, corre-se o risco de que, em um futuro não muito distante, apesar de mantidos os pilotis majoritariamente livres e os seis pavimentos, alguns representativos blocos de superquadra não guardem muito daquilo que um dia foram. E as primeiras impressões de Clarice Lispector sobre a cidade parecerão, então, de natureza profética: *“Brasília é de um passado esplendoroso que já não existe mais”* (LISPECTOR [1970] 2012, p. 180).

Mas, se o rígido tombamento edilício talvez não seja a solução para a preservação dos blocos, que alternativas haveria para sua valoração e reconhecimento patrimonial?

Braga (2005) sugere, por exemplo, que alguns critérios estabelecidos pelo Docomomo para determinar a importância de edifícios do movimento moderno sejam adotados para definir que blocos de superquadra devem ser preservados, em que grau e como. Segundo a autora, tais critérios seriam:

1. Mérito tecnológico: quando a obra contém tecnologias inovadoras para resolver problemas de estrutura, do programa ou estéticos;
2. Mérito social: quando o desenho reflete mudanças nos padrões sociais do século XX;
3. Mérito artístico e estético: quando a obra possui composição, proporção, escala, material ou detalhes que deveriam ser preservados;
4. Mérito canônico: quando a obra e/ou o arquiteto são famosos;
5. Valor referencial: quando a obra influenciou outros artistas ou arquitetos por causa de seus atributos;

6.Integridade: quando a intenção original de desenho está aparente e não houve reformas que comprometeram a integridade arquitetônica da estrutura ou do lugar

(DOCOMOMO apud BRAGA, 2005, p. 20)

Dentro dos critérios apontados, os blocos do IAPB enfocados por esta pesquisa se distinguiriam por seu mérito social, uma vez que representam o marco da mudança para a nova capital do país e a proposição de um novo modelo de habitar; mérito artístico e estético, uma vez que suas qualidades compositivas foram destacadas por alguns críticos, como Bruand; mérito canônico, já que são de autoria de Oscar Niemeyer e equipe e ainda valor referencial, já que foram reproduzidos em várias superquadras de Brasília e influenciaram vários outros blocos da escala residencial, sobretudo nas duas primeiras décadas de sua ocupação. Quanto à sua integridade, como veremos no próximo subcapítulo, embora alguns tenham já sofrido intervenções insensíveis que representaram danos importantes à sua significância, entende-se o conjunto dos blocos ainda guarda atributos essenciais que justificam sua valoração e preservação.

Embora a maioria das abordagens sobre a preservação da escala residencial de Brasília esteja ainda voltada para seus aspectos urbanísticos, paisagísticos e de volumetria predial, o debate acerca da relevância do patrimônio arquitetônico dos blocos para a preservação de Brasília parece ter ganhado mais corpo a partir dos anos 2000. Possivelmente como consequência da publicação de Ferreira e Gorovitz já destacada, surgem alguns trabalhos que pretendem abordar os blocos de superquadra sob o ponto-de-vista patrimonial.

Para a conservação da arquitetura moderna não-monumental de Brasília, a tese de Lima (2017) pretendeu discutir possibilidades alternativas ao tombamento. Um de

seus objetos de estudos foi o bloco de superquadra A-22, de Marcílio Ferreira, localizado na SQN 206. A autor propõe um instrumento alternativo para a valoração e caracterização das arquiteturas cotidianas da cidade, chamado por ele de INSERE - Inventário de Sensibilização e Reconhecimento. Como proposta, é destacado que o INSERE não pretende constituir uma ferramenta rígida para valoração de bens patrimoniais e sim descrever e identificar os objetos a partir de uma linguagem acessível à comunidade, que seja informal, direta e livre e possa servir de base para seu reconhecimento e conservação. Apesar de poder assumir formatos livres tais como crônica, quadrinhos ou vídeo, a realização de tal inventário deve estar baseada em profunda pesquisa sobre o objeto de estudos e ainda referenciar adequadamente suas fontes (LIMA, 2017, pp. 332-333).

Mais recentemente, Tabosa (2021) realizou uma pesquisa com enfoque patrimonial sobre os blocos da SQN 107, projetados por Mayumi Watanabe de Souza Lima, usando como instrumento a Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade – DSIA, ferramenta desenvolvida pelas professoras Virgínia Pontual e Flaviana Lira para a análise e valoração dos graus de integridade e autenticidade de um objeto patrimonial, através da validação por especialistas e atores sociais.

Em comemoração aos sessenta anos de Brasília, e como forma de valoração e divulgação do patrimônio de arquiteturas modernas não-monumentais da cidade, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal lançou em agosto de 2020 o Selo CAU/DF – Arquitetura de Brasília” (CAU/DF, 2020). Diante das perdas muitas vezes irreparáveis ao patrimônio edificado da cidade em razão de reformas pouco sensíveis, o selo foi proposto como uma espécie de premiação voltada às

obras representativas da arquitetura brasileira do cotidiano (residências, blocos de superquadra, edifícios comerciais, edifícios de escritórios e edifícios institucionais) em que se buscou a preservação da linguagem arquitetônica do movimento moderno. O selo também foi criado como forma de reconhecimento e incentivo das *“boas práticas de conservação e manutenção predial.”*⁷⁰. Para isto, foi criada uma Comissão Temporária de Patrimônio para indicar 30 obras selecionadas, cujos principais critérios de avaliação foram:

[...] respeito à arquitetura original; manutenção adequada das fachadas; respeito às linhas gerais de composição do edifício; manutenção dos tipos de revestimento e cores originais, sempre que possível; manutenção de elementos originais, se não for possível, critério na reconstrução/substituição; manutenção dos pilotis livres, sem cercamento; ausência de ocupações excessivas dos pilotis; se houver intervenções, que respeitem a autenticidade do edifício

(CAU/DF, 2020)

Das trinta obras indicadas pela comissão, oito foram premiadas. Importante mencionar que na edição de 2020, o bloco I da SQS 108 foi um dos 30 edifícios indicados para a premiação, mas não chegou a ser laureado.

Felizmente, algumas iniciativas recentes têm sido feitas dentro do âmbito da educação patrimonial em relação às superquadras. Em 2015, a Superintendência

do Iphan do Distrito Federal lançou a publicação *“Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver”*, com o intuito de que fosse distribuída gratuitamente entre moradores do Plano Piloto e o público em geral a fim de elucidar questões a respeito da história da cidade, conceitos sobre a concepção da superquadra e importância de sua preservação.

A publicação de cerca de cem páginas é bastante detalhada e ilustrada com muitas fotos e desenhos. Pode-se questionar, entretanto, o tom muitas vezes acadêmico e prolixo do texto, levando-se em consideração o público leigo a que se destina. No capítulo *“Preservando a superquadra”*, o livro traz recomendações gerais destinadas especificamente à arquitetura, ao orientar os moradores sobre modificações nas fachadas dos blocos:

Em intervenções, reformas ou modernizações, tenha-se o cuidado de alterar o mínimo possível as características originais do edifício, principalmente quando se tratar de fachadas, revestimentos, painéis decorativos de azulejos, tipo e desenho de esquadrias e cobogós.

(IPHAN, 2009, p. 74)

Há ainda recomendações sobre intervenções nos pilotis, indicando que sua ocupação e cercamento fora dos limites legais devem ser evitados, já que além de passível de punição, desvalorizariam o bloco e acarretariam na perda de espaço de convivência protegido de intempéries e qualificado.

⁷⁰ Técnicos como a profa. Flávia Lira (Universidade de Brasília) apontam que os critérios adotados pela comissão para a premiação do Selo CAU/DF são observações mais gerais sobre a conservação dos edifícios modernos de Brasília e não estão diretamente relacionados à teoria da conservação (CERUTI, 2021). O CAU-DF, por exemplo, não explicita se a premiação leva em conta algum tipo de base documental para determinar a integridade e autenticidade das obras ou mesmo se estabelece algum método para identificação e valoração dos atributos específicos dos blocos indicados. No caso do bloco I da SQS 108, selecionando como um dos finalistas, chama a atenção o fato de seu estado

de preservação ter sido avaliado pelos técnicos do Iphan como *“muito alterado”* em 2009, pela troca de revestimentos do pilotis por mármore e granito, pela instalação de grades na fachada e ainda pela presença de um bicicletário adicionado ao térreo (IPHAN, 2009).

Em 2011, uma iniciativa encabeçada por alguns funcionários do Iphan foi a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhança, cujo um dos principais objetivos voltava-se para a preservação da arquitetura dos blocos residenciais da UV. O grupo buscou desenvolver um trabalho interdisciplinar e colaborativo entre Iphan e Secretaria de Cultura do GDF. Além de organizar um seminário e promover o debate sobre o tema com especialistas e membros da comunidade, visava-se a criação de uma cartilha de preservação, com orientações e critérios práticos de intervenção para cada quadra. Como bem colocaram as autoras, a manutenção do uso residencial é premissa fundamental para que as superquadras mantenham seu significado e autenticidade, de acordo com o exposto para a escala residencial do Plano Piloto, portanto, é necessário conciliar as demandas dos moradores por reformas e adequações aos interesses patrimoniais (LIRA; GIANNECCHINI, 2012). Essa abordagem adotada pelas autoras está em conformidade com o Icomos (2017) que destaca a importância da manutenção do programa quando este for relevante para a significância do sítio.

Algumas diretrizes gerais para a manutenção da arquitetura dos blocos foram discutidas, tais como manutenção dos planos, linhas compositivas e relação entre cheios e vazios das fachadas; manutenção da permeabilidade entre espaço público e pilotis e das técnicas e materialidade (textura, cor e acabamento) dos pisos, paredes e pilares dos térreos dos blocos; das empenas, bordas e frisos das fachadas; do tipo, material e cor das esquadrias e ainda reconhecimento do valor da pátina (LIRA; GIANNECCHINI, 2012, pp. 10-13). Entretanto, o detalhamento dos

atributos específicos para os blocos de cada quadra não chegou a ser definido e a cartilha não pôde ser concretizada.

Lira e Gianneccchini ressaltaram ainda a tímida participação dos moradores no processo de valoração e seminário organizados pelo GT. (LIRA; GIANNECCHINI, 2012, p. 8). De acordo com o depoimento de Gianneccchini⁷¹, o trabalho foi interrompido por questões de gestão e acabou sendo preterido por outros temas entendidos como de maior relevância pelo Iphan.

Ainda que extremamente positivas, medidas como estas do selo CAU e da cartilha patrimonial do Iphan são iniciativas ainda pontuais, propostas geralmente pelo interesse e esforço de alguns poucos técnicos interessados no tema de preservação dos blocos de superquadra. Sofrem, frequentemente, com problemas de gestão e de falta de continuidade. Assim, é difícil julgar a dimensão de sua abrangência e seu impacto na comunidade imediata.

Para a valoração e preservação do acervo arquitetônico da escala residencial, parece fundamental a pesquisa mais detalhada e específica sobre seus blocos modernos mais significativos, baseada na análise de documentação projetual, dados históricos e memória de arquitetos e moradores. A partir disso, outro ponto seria a definição de atributos arquitetônicos essenciais a serem mantidos nos blocos, além da posterior análise de seu estado de conservação e a determinação objetiva de critérios para sua conservação e preservação. Está claro, entretanto, que a reunião desses dados e sua análise, por si só, não surtirão impacto se não envolverem a comunidade.

⁷¹ O depoimento de Ana Clara Gianneccchini foi dado à autora no dia 25/03/2022.

Outro ponto cogitado para a valoração dos blocos seria a sinalização urbana das superquadras que, a depender da relevância da quadra, poderia incorporar algumas informações patrimoniais, tais como ano de construção, autoria e características da arquitetura do movimento moderno presentes nos blocos. É curioso perceber, por exemplo, que as placas comemorativas da fundação afixadas aos blocos da SQS 108 não trazem informações sobre a autoria de Oscar Niemeyer. Especificamente sobre o conjunto da Unidade de Vizinhança nº1, embora haja uma placa com algumas informações gerais próxima à Igrejinha, a peça está mal conservada e traz ainda poucos dados sobre os edifícios ou sobre os valores históricos e artísticos do conjunto.

Com base nas reflexões reunidas aqui sobre a preservação dos blocos de superquadra relacionadas ao contexto da escala residencial, passaremos à descrição do estado de preservação dos blocos da SQS 108 associada à análise do Inventário da Unidade de Vizinhança (IPHAN, 2009) e processo de tombamento da Unidade de Vizinhança nº1 (GDF, 2009).



3.3 Os blocos da SQS 108: notas sobre o atual estado de preservação, desafios e perspectivas

Embaixo do bloco

Mudam os tempos, mudam as vontades, mas é embaixo do bloco, o prédio residencial da superquadra, que ainda acontecem os ritos de passagem. Infância para puberdade. Daí para a adolescência. O primeiro beijo, o primeiro amasso, o primeiro fora. Adultos, continuamos embaixo do bloco. Lugar para jogar, namorar, estudar, fumar, ou simplesmente passar o tempo sem fazer absolutamente nada. Ah, se esses pilotis falassem...

Nicolas Behr, 2014, p. 58



Figura 202 – Pilotis do bloco I, 2021. Fonte: autora.

A recente exposição organizada por Wisnik e Serapião, "Infinito Vão – 90 anos de Arquitetura Brasileira" (2018-2019) para a Casa da Arquitectura, em Portugal, trazia em seu vídeo de abertura duas sequências cinematográficas retratando os blocos da SQS 108 em seus primeiros anos de ocupação. Os edifícios também estiveram presentes na montagem da exposição para o MoMa "Latin America in Construction: Architecture 1955-1980" (2015) e na publicação de livro homônimo (BERGDOLL et al., 2015) ambas ilustradas com imagens dos blocos nos primeiros anos de Brasília. Hoje parcialmente descaracterizados pelas sucessivas reformas dos moradores que modificaram e privatizaram espaços dos pilotis, substituíram revestimentos, obstruíram transparências, e definiram barreiras para a livre circulação, a imagem que se projeta da SQS 108 para o mundo é outra. Parece congelada, sem querer envelhecer.

A resistência ou desconhecimento da comunidade em relação a alguns dos ideais de projeto para os blocos da SQS 108 são expressas pelas sucessivas intervenções realizadas, que modificaram e privatizaram espaços dos pilotis, substituíram materiais, obstruíram transparências, criaram cercamentos e definiram barreiras para os caminhos de pedestres. Pode-se perceber ainda o apagamento de parte da história de toda a SQS 108, como na inscrição que se perdeu na placa comemorativa do parque infantil.

O texto de apresentação do Inventário da Unidade de Vizinhança colocava que o trabalho realizado pelo Iphan visava levantar informações e embasar a "*Instrução do Processo de Tombamento da Unidade de Vizinhança*" e ressaltava seu papel em produzir "*um conhecimento mais aprofundado dos bens arquitetônicos inseridos*

⁷²Burle Marx é o autor do projeto paisagístico da SQS 308.

no Plano Piloto de Brasília." Era citada a localização do conjunto da Unidade de Vizinhança formada pelas SQSs 107, 108, 307 e 308 dentro do perímetro já tombado federalmente pela Portaria nº 314 (Iphan, 1992), mas destacadas as restrições de uma proteção voltada para "*volumetria, usos e gabaritos*", que não contemplava as "*particularidades de seus elementos arquitetônicos e paisagísticos*". A apresentação do trabalho fazia menção ainda à relevância de projetos de autoria de Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx⁷² dentro dos limites da U.V. (IPHAN, 2009, vol. 1, p. 10).

O extenso trabalho, de cerca de 600 páginas organizadas em quatro volumes, visava atualizar e complementar as informações de um inventário precedente, realizado dez anos antes pelo mesmo instituto⁷³. O primeiro volume apresenta um longo histórico sobre os antecedentes da unidade de vizinhança, destacando as particularidades de um modelo único, concebido para o Plano Piloto e concretizado pelo conjunto em análise. O histórico está amplamente ilustrado com mapas, croquis, desenhos esquemáticos, fotos, maquetes e plantas, tanto da Unidade de Vizinhança, quanto do Plano Piloto e do Distrito Federal. Sobre a arquitetura dos blocos da SQS 108, no entanto, a documentação é escassa: algumas fotos da construção dos blocos e supostas plantas baixas de apartamentos da SQS 108 que, na verdade, não representam o projeto dos blocos do IAPB implantados (IPHAN, 2009, vol. 1, p. 41).

Os volumes seguintes correspondem mais ao que seria o inventário da Unidade de Vizinhança propriamente dito, trazendo fichas cadastrais dos 31 edifícios residenciais presentes nas quatro superquadras (volume 2), além de seus edifícios

⁷³Esta pesquisa não teve acesso a este documento precedente, realizado entre 1999 e 2000.

institucionais, comerciais e do projeto paisagístico da SQS 308 concebido por Burle Marx (volume 3).

As fichas dos blocos residenciais traziam uma síntese histórica do projeto, suas características arquitetônicas principais e breves considerações sobre reformas e seu estado de conservação e preservação. As fichas das onze lâminas da SQS 108 indicavam um bom estado de conservação⁷⁴ para todos os edifícios, mas um grau de preservação que variava de pouco alterado (blocos A, D, E, G, H e K) a muito alterado (blocos B, C, F, I, J). Sobre os graus de preservação dos blocos residenciais considerados pelo Inventário, são definidos como *íntegros “edifícios que não sofreram nenhum tipo de intervenção”*. São considerados pouco alterados aqueles *“que sofreram modificações em relação a pequenas intervenções, como manutenção da pintura, substituição de algum revestimento sem ferir o princípio original mantendo as cores, tamanhos e tipos dos materiais”*. Os muito alterados são os *“que sofreram modificações consideráveis, como a retirada de revestimento, troca de tipos de esquadrias, aumento de área construída modificando a volumetria e a implantação do edifício”*. E, finalmente, são considerados descaracterizados os *“que receberam várias intervenções, substituição de materiais e alteração de uso”*. Cabe mencionar que, talvez pela extensão do trabalho, as fichas cadastrais dos blocos da SQS 108 trazem uma série de informações equivocadas, como a indicação de alguns blocos do tipo AFB com dois dormitórios em lugar dos três existentes, imprecisões quanto aos materiais originais e ainda indicação de base documental de pesquisa limitada⁷⁵. Além disso, em comparação com outras fichas cadastrais,

⁷⁴O inventário do Iphan entendia como edifícios em bom estado de conservação aqueles *“que não estão abandonados ou sem uso adequado que, periodicamente, sofrem manutenções”*(IPHAN, 2009, volume 2, pp. 54 -97).

como a dos edifícios institucionais, que trazem um levantamento métrico com indicação de materiais, descrição mais detalhada das intervenções e levantamento fotográfico mais extenso, pode-se afirmar que os edifícios residenciais receberam menor grau de atenção por parte do corpo técnico (IPHAN, 2009, vol.2, pp. 54-97).

O volume 4 trazia um texto em defesa do tombamento do conjunto e sugeria três diferentes níveis de proteção aos edifícios, de acordo com as alterações sofridas. A todos os blocos residenciais das quatro superquadras, sugeriu-se uma proteção individual a nível federal de grau 2, o que significa uma proteção destinada a edificações de *“valores históricos e arquitetônicos”* que representam um *“conjunto único”* e, portanto, devem ter seus *“aspectos característicos externos preservados”*. Havia ainda a recomendação de que todas as futuras intervenções de fachadas e pilotis fossem submetidas à aprovação junto ao Iphan. Só seriam permitidas as substituições de materiais tecnicamente justificadas e, no caso de serem realmente necessárias, sugeria-se a adoção de materiais similares aos originais e aprovados pelo órgão federal. Quando a edificação já não dispusesse mais dos materiais originais, em razão de reformas anteriores, sugeria-se que para as intervenções futuras, tais materiais fossem substituídos por outros, semelhantes aos originais e também submetidos à anuência do Iphan. Não são explicitadas, no entanto, as justificativas teóricas ou os procedimentos metodológicos que levaram a essas definições.

⁷⁵São listados poucos desenhos no campo *“levantamento arquitetônico existente”*. As informações se repetem nas diferentes fichas cadastrais e não são indicados a que projeto se referem (tipos AFA-2, AFA-4, AFB-2) ou a que bloco da SQS 108.

Apesar do esforço dessa iniciativa, que propunha certo nível de proteção aos edifícios e trazia algumas recomendações para intervenções futuras, o tombamento da Unidade de Vizinhança se deu apenas a nível distrital. E a despeito dessa efetiva proteção legal e dos esforços por sua valoração, quando se compara o estado de preservação dos blocos descritos no inventário de 2009 ao atual, o que se percebe é que houve avanços muito pequenos e que muitas intervenções posteriores, de baixa qualidade, continuaram a ser feitas, descaracterizando ainda mais o conjunto⁷⁶.

Notas sobre o processo de tombamento distrital

Assim defende o tombamento distrital da Unidade de Vizinhança o Professor José Carlos Coutinho, diretor da Depha à época do processo de tombamento:

Brasília constitui um dos mais belos conjuntos urbanístico-arquitetônicos do séc. XX. Seu significado, porém, vai além de suas qualidades estéticas, para plasmar o mais completo testemunho edificado do pensamento urbanístico da vanguarda do modernismo, sintetizado na Carta de Atenas, redigida por Le Corbusier, em 1933. Embora algumas partes deste conjunto estejam aquém da qualidade alcançada pelo todo, outras há em seu interior que reúnem características excepcionais, seja do ponto de vista estético, histórico ou conceitual, justificando plenamente serem distinguidas, no complexo maior. Uma delas é constituída pelo conjunto urbanístico-arquitetônico que se convencionou chamar de Unidade de Vizinhança [...] Por circunstâncias particulares, acabou sendo este o único modelo a ser multiplicado em toda a sua extensão, razão por que mais avulta sua importância.

(GDF, 2007)

Em outro texto, Coutinho frisa ainda o valor histórico do conjunto, que registra “o momento pioneiro da construção da capital” (GDF, 2007).

Ao se analisar o processo de tombamento da Unidade de Vizinhança (GDF, 2007), entretanto, nota-se que especificamente o tema da preservação da arquitetura dos blocos de apartamentos foi abordado de forma pouco detalhada e que houve escassa participação popular no processo como um todo. É curioso perceber, por exemplo, o questionamento feito por parte de uma consultora jurídica, em despacho à diretoria da Depha, sobre a consulta ou não aos moradores a respeito do processo de tombamento:

Restitua-se à Secretaria de Estado de Cultura, solicitando informar se o Conjunto da Unidade de Vizinhança a ser tombado engloba bens pertencentes a particulares, e, em caso afirmativo, se estes foram ouvidos ao longo do processo administrativo.

(GDF, 2007)

A réplica da Depha busca esclarecer que o tombamento de um conjunto urbano, como é o proposto para a UV, “*não implica necessariamente no tombamento individual dos edifícios que o integram*”. O texto ressalta ainda a tradição brasileira em tombamentos de centros históricos, em que a proteção dos edifícios se dá em forma de um conjunto edificado e não isoladamente. Informa que, mesmo para o caso de tombamentos privados, está prevista legalmente a possibilidade de que o processo se dê “*à revelia de seus proprietários*” e destaca o fato de que o próprio reconhecimento do Plano Piloto como Patrimônio Mundial pela Unesco “*não exigiu*

⁷⁶Serão detalhadas com maior precisão, no próximo subcapítulo, as intervenções e o atual estado de preservação dos blocos. Houve recentes reformas (posteriores a 2009) significativas e pouco cuidadosas nos blocos C, G e H.

audiência prévia de seus proprietários nem qualquer espécie de apropriação". Como conclusão da resposta contida no processo, salienta-se o papel *"eminente social"* do tombamento, *"em que o Estado visa preservar os bens comuns da sociedade, protegendo-os de seus agentes de destruição"*, para a *"memória e a identidade das futuras gerações"*, o que não representaria violação aos direitos ou bens individuais.

Embora os argumentos para dar seguimento ao processo legal possam parecer lógicos, a resposta evidencia que o envolvimento comunitário, especialmente importante para a preservação de conjuntos habitacionais, foi minimizado ao longo do percurso para o tombamento. Importante salientar que a Constituição de 1988 já defende a participação popular nos processos patrimoniais mediante o artigo 216: *"O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."* E que tal posição é endossada e depois regulamentada pelo Estatuto da Cidade, lei 10.257 de 2001.

Pode-se especular que a limitada participação popular no processo de tombamento da U.V. nº1 tenha se dado por hábito ou tradição, uma vez que ainda comumente as práticas de patrimonialização se dão majoritariamente através da discussão entre especialistas e gestores, ou por razões mais pragmáticas, tais como possível urgência para se decretar o tombamento, ou mesmo a falta de corpo técnico para se estabelecer trabalho de diálogo mais amplo com a comunidade.

Quanto à lacuna do envolvimento comunitário, faz-se aqui uma pequena ressalva referente à reunião realizada pelo Depha com os prefeitos das quadras, tomados como representantes da opinião dos moradores à época do processo e que aprovaram, por unanimidade, o tombamento do conjunto. Quanto ao tema da preservação arquitetônica dos blocos, destaca-se o posicionamento relatado na ata da reunião por parte de um dos líderes comunitários, o Sr. Eduardo Chaves, prefeito da SQS 308, que mostrava preocupação em decisões tomadas individualmente pelos síndicos de cada bloco: *"disse ser da opinião que os blocos não poderiam tomar atitudes isoladas e que seus síndicos deveriam buscar orientação e consenso com os demais blocos e prefeitura de suas quadras"* (GDF, 2007). A posição do prefeito evidencia que a preocupação com unidade e harmonia entre os blocos de superquadra não é restrita aos técnicos e profissionais do campo da arquitetura e urbanismo.

Embora o ponto das intervenções nos blocos habitacionais tenha sido colocado, o tombamento não chega a definir critérios para a sua preservação ou os atributos arquitetônicos essenciais para a manutenção de seus valores.

Ainda que tenham sido, desde o princípio, ocupados majoritariamente por moradores das classes média e alta, a natureza das intervenções e dos desafios para a preservação dos blocos de superquadra é muito semelhante aos apontamentos de Nascimento (2011) a respeito dos conjuntos modernos de habitação social no Brasil: fechamento e privatização dos pilotis, necessidade crescente de áreas de estacionamento, atualização tecnológica e de redes de infraestrutura, substituição de esquadrias e a consequente falta de padronização das fachadas, necessidade de individualizar os blocos através da adoção de novos

materiais de revestimentos externos e escolhas cromáticas, além dos acréscimos na área interna dos apartamentos⁷⁷ (NASCIMENTO, 2011, pp. 274-290).

Muitas mudanças nos pilotis dos blocos da SQS 108 como instalação de forros de gesso e presença de dutos elétricos e hidráulicos expostos são em função das novas demandas de redes de comunicação e dos circuitos de câmeras de segurança. Em alguns blocos, foram construídos pequenos apartamentos para os porteiros, abrigos para bicicletas, salões de festas e até pequenas academias. Em quase todos, foram executadas guaritas não previstas originalmente no projeto. Frequentemente, os modestos e opacos materiais originais dos pisos e pilares são substituídos por materiais mais nobres, como mármore, granitos e cerâmicas.

Em alguns blocos, a porção superior da trama dos brises de concreto em cada um dos andares foi telada ou mesmo completamente fechada, em razão da presença e proliferação de aves. Em muitos apartamentos, foram instaladas grades incorporadas aos brises ou aos panos de vidro, por motivos de segurança. Há também as alterações de fachada em função da instalação de condensadores de ar-condicionado. Ainda que as razões que motivaram tais adaptações sejam bastante justificáveis e devam ser consideradas nos processos de restauração, seguindo os princípios de equilíbrio entre visão dos usuários e visão patrimonial apontados por Allan (2007), não há padronização ou estudos para as soluções adotadas. O fato de que a administração de cada bloco adote isoladamente soluções e desenhos diferentes para esses problemas acaba comprometendo a unidade e harmonia do conjunto.

⁷⁷ Nos blocos da SQS 108, muitos apartamentos dos cantos deslocaram a posição da porta de serviços, incorporando um pouco da área da circulação protegida por cobogós.



Figura 203 – Fechamento parcial dos pilotis do bloco B. Fonte: autora.



Figura 204 – Intervenções nos pilotis do bloco J. Fonte: autora.

O desafio de preservação no caso específico dos blocos da superquadra 108 envolve também sua quantidade. Trata-se de onze blocos, que apesar de pequenas particularidades que diferenciam as unidades, foram produzidos em conjunto, pela mesma construtora e instituto. Há de se questionar, portanto, se a preservação deve entrar em especificidades para cada unidade ou se, ao contrário, a relevância e as estratégias devem se debruçar sobre o conjunto como um todo.

Talvez as soluções para cada um dos blocos devam considerar os dois pontos, isto é, buscar um consenso em soluções comuns que visem garantir a unidade do conjunto, através do emprego harmônico de cores, materiais, manutenção das esquadrias, desenho padronizado para soluções de ar-condicionado e instalações prediais e que, ao mesmo tempo, mantenham as particularidades de detalhamento de cada um dos blocos, já que desde sua origem os edifícios apresentam entre si pequenas variações quanto ao padrão dos cobogós, brises, esquadrias, torres de circulação, etc.

Ainda que a presença de 53 blocos com as mesmas tipologias na cidade possa implicar, de acordo com o exposto por Saint (1996), em maior dificuldade para a sua valoração, já que tendem a ser percebidos como não raros ou excepcionais, o fato de estarem relacionados à fundação da escala residencial e servirem como protótipos para a sua ocupação posterior deve ser valorado.

A monotonia e desorientação foram, como vimos, uma crítica recorrente à reprodução da superquadra do IAPB, que representou um protótipo tanto em função da repetição de um certo padrão de implantação dos blocos e de seu traçado urbano quanto do próprio edifício. Esta monotonia, como vimos, foi apontada por Zevi (1960) que a ela se refere como *“anonimato da maré de*

superblocks” ou ainda por Giedion (1960) que afirma que *“as superquadras são todas quadradas, têm mesmo tamanho e aí estão como se uma máquina as tivesse produzido em série.”* Essas críticas podem ser relativizadas se tomadas como pontos-de-vista anteriores à consolidação do modelo da superquadra ou como advindas de observadores que avaliam a superquadra e seus blocos como uma espécie de modelo estéril, objeto inerte ou maquete. Pode-se considerar ainda que a reprodução da unidade habitacional enquanto protótipo, em uma lógica semelhante à produção industrial, é representativa de um ideário presente na produção arquitetônica do século XX em variadas cidades ao redor do mundo, não sendo uma particularidade de Brasília. A reprodutibilidade do modelo poderia ser tomada, portanto, não como demérito exclusivo à cidade, mas como expressão típica da cultura arquitetônica de uma época.

Para a sua preservação, deve-se considerar que para os habitantes da superquadra, que vivenciam o habitar em blocos e reconhecem nele algumas, senão muitas qualidades, a relação estabelecida com a quadra ou com o bloco não coincide com o suposto anonimato ou desorientação apontados pelos críticos.

Ao mesmo tempo, entende-se que a personalização de fachadas e pilotis com adoção de desenhos e soluções compositivas como provável tentativa de quebra à essa aparente monotonia (HOLSTON, 1989; SERAPIÃO, 2010) não é aceitável, posto que hoje é quase consensual a visão de que a preservação de edifícios do século XX quanto à sua autenticidade/integridade está alinhada com os princípios fundamentais da teoria da conservação. Importante colocar também que aquilo que frequentemente é apontado como monotonia, rígida uniformidade de desenho e anonimato gerado pela repetição seriada é aos olhos de Lucio Costa,

Niemeyer, Ferreira e Gorovitz e Bruand a garantia de unidade e harmonia urbana, ajuste às normas de composição plástica ou ainda integridade do conjunto urbanístico da superquadra e da escala residencial.

No caso do conjunto dos blocos da SQS 108, já em 2009 o Iphan aponta como *“muito alterados”* diversos de seus blocos (IPHAN, 2009). E, apenas durante o curso dessa pesquisa, foram presenciadas reformas substantivas nos blocos G (AFB-2) e H (AFA-4). No bloco G, houve renovação quase completa dos pilotis e prumadas de acesso. E os brises da fachada principal, que apresentavam algumas patologias, estavam sendo recobertos e pintados. Ainda que tenham sido mantidos alguns aspectos mais essenciais da sua espacialidade original, a intervenção nos pilotis do bloco G incorporou novos painéis, revestimentos, cores, criou bancos de granito como mobiliário fixo, fechou um trecho dos pilotis para bicicletário e instalou uma rampa de acessibilidade de forma pouco estudada, de maneira que esse elemento constitui uma barreira, física e visual, entre os pilotis e o entorno. Fora isso, a percepção que se tem ao caminhar pelo térreo do edifício é a de estar em um bloco recém-inaugurado. Já no bloco H, presenciou-se a substituição completa de esquadrias em uma das unidades e a incorporação de novos dutos hidráulicos no teto e pilares dos pilotis. O desfecho da reforma no bloco H não pôde ser acompanhado por essa pesquisa.

Isso atesta que, diante da necessidade de manutenção desses blocos modernos que já levam mais de sessenta anos e ainda de sua adaptação às demandas e normas contemporâneas, tais como renovação de instalações e acessibilidade, as transformações nesses edifícios têm se dado em um ritmo bastante acelerado, daí a urgência em estudá-los e tratá-los enquanto objetos de interesse e valor cultural.



Figura 205 – Intervenções nas esquadrias da fachada do bloco H. Fonte: autora.

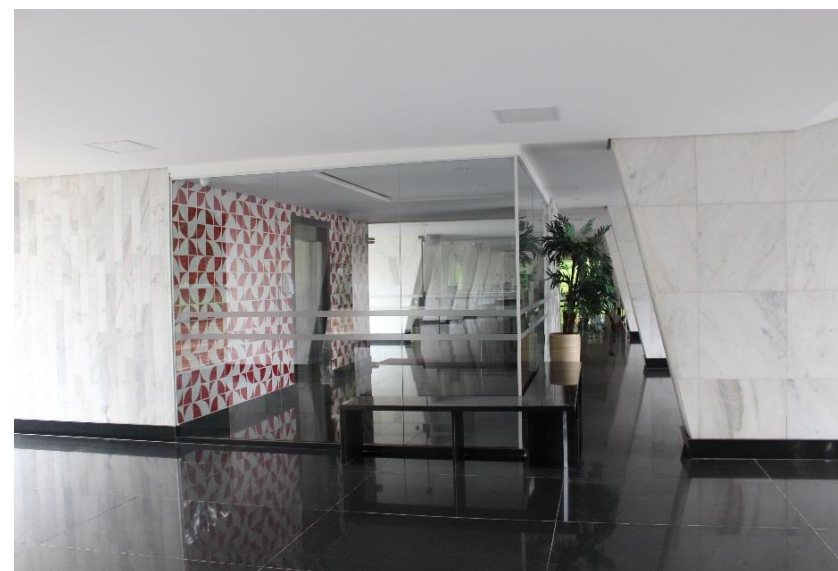


Figura 206 – Intervenções nos pilotis do bloco G. Fonte: autora.

Já se colocou neste trabalho que o texto do tombamento da Unidade de Vizinhança pelo GDF é vago, não precisando as particularidades de proteção de cada uma das edificações que a integram. Ao se analisar brevemente o processo de tombamento da Unidade de Vizinhança (GDF, 2009), através dos relatos das atas de reunião com os prefeitos das quadras, representantes dos moradores à época do processo, notava-se a preocupação latente da comunidade quanto ao engessamento de seus imóveis, perda de liberdade de decisão e uma ausência de entendimento do real sentido da preservação.

Este subcapítulo pretende, a partir da fundamentação teórica dos subcapítulos anteriores e ainda do detalhamento e atualização das informações sobre os blocos da 108 sul contidas no Inventário do Iphan (2009), tecer reflexões sobre o que seriam medidas possíveis ou justificáveis para a manutenção e preservação deste patrimônio.

Como ponto de partida, pareceu fundamental a tentativa de identificar e descrever quais atributos arquitetônicos seriam essenciais para a preservação dos blocos. Isto é, selecionar com base na pesquisa documental e de memória dos blocos quais elementos, materiais e características os distinguem enquanto obras de interesse cultural e sem os quais perderiam grande parte de sua significância.



Figura 207 – Intervenções nos brises do bloco G. Fonte: autora.

Atributos essenciais para a preservação dos blocos

Brise - soleils e cobogós

Entende-se que as tramas de brise-soleils adotadas para os blocos da SQS 108 são elementos significativos para caracterização da arquitetura dos primeiros blocos da cidade, constituindo artefatos herdeiros de uma longa tradição, presente em outros edifícios símbolo da produção brasileira do séc. XX, tais como o Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema (1936) ou o edifício da Associação Brasileira de Imprensa (1935), projeto dos irmãos Roberto.

Os elementos de ventilação e proteção solar constituem das grandes contribuições da arquitetura brasileira ao movimento moderno. Goodwin (1943) abre o prefácio de *Brazil Builds* explicitando que a viagem organizada pelo MoMa – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, e pelo AIA - American Institute of Architects ao Brasil foi motivada, além da intenção de estreitar laços entre os dois países *“pelo desejo agudo de conhecer melhor a arquitetura brasileira, principalmente as soluções dadas ao problema do combate ao calor e aos efeitos da luz sobre as grandes superfícies envidraçadas”* (GOODWIN, 1943, p. 7).

As soluções de fachadas e o detalhamento de seus mecanismos não só se fazem presentes ao longo de todo o texto da publicação de Goodwin, mas também são claramente o enfoque de grande parte das fotografias e desenhos apresentados. A integração entre as artes, a exploração das possibilidades plásticas do concreto armado e a experimentação com elementos de fachadas representam elementos que distinguem a expressão arquitetônica brasileira. Os elementos de proteção constituem, portanto, artefatos parte da construção de uma identidade moderna

nacional e são significativos para a preservação da arquitetura do período, devendo ser, portanto, contemplados pela teoria e prática do campo patrimonial.

No texto *“Considerações Sobre a Arquitetura Brasileira”*, Niemeyer destaca a relevância dos brise-soleils para a arquitetura nacional:

Entre os tipos de proteção adotados em nosso meio com o maior sucesso, desejo destacar o ‘brise-soleil’, idealizado por Le Corbusier, hoje uma das características constantes da nossa arquitetura. A esse elemento de proteção solar coube-nos incorporar, além de algumas inovações felizes, outros elementos de idêntica finalidade – cobogós, cerâmicas, etc. A princípio, o ‘brise-soleil’ era aplicado tendo em vista apenas as conveniências técnicas: se uma fachada estava orientada para o norte, por exemplo, a solução era pura e simplesmente o ‘brise-soleil’ horizontal. Depois, com o emprego dos outros elementos referidos, sentiram-se os arquitetos com maior campo de ação, daí surgindo projetos com fachadas interessantes e variadas como, no Rio, o Parque Guinle.

(NIEMEYER [1957] apud MACEDO, 2008, p. 110)

A trama de concreto proposta por Niemeyer para os brises dos blocos do IAPB, por exemplo, guarda semelhanças compositivas a outros de seus projetos anteriores, como a da solução para o Ministério da Educação e Saúde ou para o Hospital Sul América (1952).



Figura 208 – Brises do bloco G, 2020. Fonte: autora.

De maneira análoga, os grandes planos de cobogós também são defendidos aqui nesta dissertação como elementos fundamentais para a caracterização dos blocos do IAPB. As grandes superfícies de elementos vazados são determinantes para a pureza estética dos volumes, permitindo uma solução de ventilação econômica e eficiente. Os cobogós também constituem elementos icônicos para a arquitetura moderna brasileira, e representam o resgate da tradição colonial dos muxarabis e das treliças em madeira. Seus efeitos de luz e sombra, percebidos tanto externamente, nas fachadas dos blocos, quanto internamente, a partir da luz incidente nas galerias de distribuição para os apartamentos, já se tornaram parte da identidade dos brasilienses, fazendo-se presentes em albuns de família, ensaios de casamento e até fotos de moda e publicidade. Durante o dia, as galerias protegidas por cobogós são frequentemente inundadas por uma luz quadriculada, e a paisagem externa revela-se para o passante mais atento a partir das inúmeras diminutas aberturas da trama. Já à noite, iluminados a partir do interior, os cobogós evidenciam a silhueta de passantes, bicicletas, vasos com vegetação e outros elementos da vida cotidiana que ocupam e humanizam as galerias dos blocos.



Figura 209 – Galeria de cobogós do bloco D, 2021. Fonte: autora.



Figura 210 – Fachadas de cobogós dos blocos D (à esquerda), H (à direita) e C (ao fundo), 2021. Fonte: autora.

Por essas razões, argumenta-se que os cobogós e tramas de brises dos blocos da SQS 108 devem ser preservados ao máximo em sua materialidade original. Para isso, parece essencial que seja feita a frequente manutenção desses elementos.

No caso dos cobogós, sugere-se a limpeza e a pintura periódicas das superfícies, além do tratamento de patologias como infiltrações e mofo, presentes pontualmente sobretudo na base e topo das fachadas. As intervenções nos cobogós devem seguir os princípios da distinguibilidade e a mínima intervenção recomendados pelo Icomos no documento Madrid - Nova Delhi (2017). No raro caso de trechos irrecuperáveis, como nos pontos em que forem identificadas quebras ou demolições, sugere-se a substituição dos elementos danificados por novas peças de cobogós, mantendo-se, sempre que possível o material, desenho, modulação e dimensionamento das peças originais. Sugere-se que as peças de cobogó substituídas estejam datadas mediante algum tipo de marcação em sua superfície para que, em restauros posteriores, seja possível identificá-las.

Para as tramas de brises em concreto armado, sugere-se também a limpeza e pintura periódicas das superfícies, uma vez que o concreto, originalmente aparente ou caiado, já está recoberto por tinta em todos os blocos de tipo AFA-2 e AFB-2. Parece imprescindível à manutenção dessas estruturas o tratamento de patologias do concreto identificadas em alguns trechos, tais como infiltrações, carbonatação, perda da camada de recobrimento do concreto com exposição da ferragem, quebras e fissuras. O princípio da mínima intervenção também deve ser aplicado ao restauro dos brises, evitando recobrimentos que alterem significativamente sua espessura ou aspecto original. Para minimizar possíveis danos, recomenda-se que as intervenções nos brises de concreto sejam conduzidas por

profissionais capacitados da área de conservação e restauro do patrimônio moderno construído em concreto.

Quanto à incorporação de aparelhos de ar-condicionado, sugere-se que sejam adotadas soluções padronizadas para todo o conjunto dos blocos da SQS 108, que visem minimizar ao máximo o impacto visual da presença desses equipamentos nas fachadas com brises. Como alternativa, Lira e Giannecchini (2012) propõem que sejam estudadas para os blocos de superquadra, sempre que possível, soluções de ar-condicionado que aproveitem os dutos e fossos existentes e concentrem as condensadoras na fachada posterior do bloco, que é geralmente recoberta por cobogós.

Soluções conjuntas e de mínimo impacto visual devem ser buscadas também para evitar os ninhos de pombos na porção superior dos brises, que representam um grande inconveniente para os usuários. Em uma primeira análise, avalia-se que seu fechamento com superfícies opacas (gesso ou alvenaria) representa uma intervenção mais drástica do que discretas soluções teladas, posto que os fechamentos alteram a concepção de cheios e vazios original e são menos facilmente reversíveis.

Quanto aos gradeamentos, entende-se que, esteticamente, estes representam barreiras à integração entre interior e exterior preconizada pelo movimento moderno e proporcionada pelas janelas em fita, além de comprometerem a composição da fachada. Por essas razões, são, em princípio, desaconselhados. Ao mesmo tempo, reconhece-se os atuais problemas de violência urbana como uma preocupação legítima dos moradores. Caso os gradis sejam considerados medida de segurança absolutamente essencial por parte dos usuários, recomenda-se que

para suas soluções sejam adotados desenhos padronizados para as unidades, preferencialmente não só do mesmo bloco, mas de toda a quadra. O desenho dos gradis deve ser estudado de forma que seja reversível, represente o menor dano possível à leitura dos cheios e vazios dos brises e à apreensão da paisagem a partir do interior das unidades. No caso da composição de cheios e vazios dos brises de concreto das fachadas de tipo AFA-2, AFB-2 ou AFA-3, esta pesquisa considera, em uma análise preliminar, que gradis instalados junto ao plano interno da fachada (isto é, janelas das unidades) parecem menos comprometedores que aqueles que fecham os nichos da trama de brises em seu plano mais externo. A mesma recomendação pode ser feita em relação às redes de segurança.

Em relação às críticas apontadas no segundo capítulo dessa dissertação quanto à ocupação dos nichos e parapeitos de concreto dos blocos com plantas, jardineiras, elementos decorativos ou outros objetos de uso pessoal, considera-se que estes elementos, ao contrário, humanizam os blocos modernos e simbolizam sua viva apropriação pelo uso residencial, em oposição à imagem de edifícios imaculados, estéreis ou anônimos colocados pela crítica. Posto isso, não haveria, em princípio, restrições para a ocupação desses nichos com objetos de uso pessoal, contanto que não representem prejuízo ou riscos ao desempenho das estruturas em concreto ou à integridade da fachada.

Cortinas de vidro mantendo-se a modulação, desenho, proporção dos caixilhos e tipo de abertura

Como vimos no capítulo anterior, as cortinas de vidros adotadas para a os blocos da SQS 108 seguem um desenho e lógica de modulação presentes em inúmeras

fachadas de vidro de projetos anteriores de Oscar Niemeyer. A lógica compositiva empregada, com a variação da posição dos caixilhos verticais nas três faixas de cada andar (guardacorpo, janela de correr e basculantes), gera um dinamismo à apreensão da fachada como um todo. Por essa razão, a troca de esquadrias feitas individualmente pelos apartamentos que comumente substituem os materiais originais (ferro e vidro transparente) por outros (alumínio, blindex, pvc e películas) e adotam modulação regular com mesmo número de subdivisões para todos as faixas do plano de vidro representam uma ruptura dessa lógica compositiva. Sugere-se, sempre que possível, a manutenção regular das esquadrias originais em ferro, já que são reconhecidas como elementos característicos de um período histórico da arquitetura moderna. Em situações em que a manutenção das esquadrias for mesmo inviável, ou seja, quando a perda dos caixilhos por corrosão, demolição precedente ou quaisquer outras razões for inevitável, recomenda-se que as substituições respeitem os princípios compositivos e de materialidade da fachada e tipo de abertura previsto.

Entendemos que a transparência na modernidade não admite a incorporação de vidros com películas coloridas, amarronzadas ou mesmo espelhadas. A instalação de tais películas ou de vidros temperados coloridos, além de romper com a unidade material da fachada, fere o princípio da continuidade espacial entre exterior e interior pregada pelo movimento moderno. Entende-se que as questões da privacidade ou proteção quanto à incidência solar podem ser resolvidas por meio da adoção de soluções como cortinas e persianas móveis para as unidades, a serem escolhidas individualmente pelos moradores ou coletivamente, em soluções padronizadas adotadas pelo condomínio.

Ao mesmo tempo, parece importante precisar que a preservação da transparência do movimento moderno defendida aqui não significa a preservação da sua irreal imagem, imaculada e controlada, tal como difundida pelas icônicas imagens das casas modernas, cujas expectativas parecem entrar em choque quando confrontadas à observação da sua real ocupação pelo uso residencial, conforme expresso nas críticas reunidas no segundo capítulo.

As “*televisões de candango*” fizeram e fazem parte do imaginário da cidade, já que revelam, especialmente à noite, um mosaico de quadros da vida cotidiana, em que é possível apreender a singularidade da ocupação de cada apartamento. Assim, a transparência enquanto reveladora das identidades de seus moradores pode ser entendida como valor, em contraste à ideia do suposto anonimato e impessoalidade que a arquitetura dos blocos de superquadra estabeleceria com seus moradores. Nesse sentido, as películas espelhadas e foscas, se adotadas para grandes panos de vidro como os dos blocos da SQS 108 é que representariam o seu anonimato e a esterilidade do uso ou mesmo a perda do sentido de integração entre o edifício e a cidade e a fluidez da espacialidade moderna.

Outro ponto a ser considerado é a possível adoção de um desenho padronizado para solucionar a incorporação de aparelhos de ar-condicionado, considerando que seu uso já é uma realidade em muitas unidades e torna-se cada vez mais frequente. Desenvolver uma solução pensada arquitetonicamente pode minimizar os impactos estéticos da nova tecnologia às fachadas. No caso dos blocos de tipo AFA-4 ou AFB-4, pode-se considerar as indicações de Lira e Giannecchini, que sugerem que para a refrigeração das unidades, deve-se buscar, sempre que possível, adotar soluções que aproveitem os dutos e fossos existentes. Ou, como alternativa,

estudar soluções na fachada posterior dos blocos (LIRA; GIANNECCHINI, 2012, p. 13).

De maneira semelhante, a incorporação de gradis deve ser evitada ao máximo. Mas, no caso de se tratar de uma reivindicação incontornável por parte comunidade de moradores, deve ser feita de maneira padronizada e reversível. Nesse caso, recomenda-se que os gradis apresentem desenho conciso, retilíneo e o mais delicado possível, com mínima interferência para a relação entre edifício e paisagem externa.

A espacialidade moderna na área dos pilotis

O crítico e historiador de arquitetura italiano Bruno Zevi, ao teorizar sobre o espaço, diz que as fachadas de uma edificação representariam apenas o invólucro dentro do qual estaria contida *“a joia arquitetônica”*, isto é, o espaço. O autor coloca como o objeto principal da arquitetura o vazio. Para Zevi, espaço e vazio seriam sinônimos e a arquitetura não seria definida por um conjunto de dimensões dos elementos construtivos que encerram o espaço, mas sim por este oco, espaço delimitado pelo invólucro, onde se dá a vida: *“A arquitetura, ao contrário, é como uma grande escultura escavada, no interior da qual o homem penetra, caminha e vive”*⁷⁸ (ZEVI [1948] apud Niemeyer, 1999, p.19).

É nestas definições de Zevi, que Oscar Niemeyer se apoia para descrever o conceito de espaço arquitetural. O vazio é entendido como uma matéria-prima a ser manipulada e esculpida pelo arquiteto- artista. Niemeyer afirma:

Quando um arquiteto cria um conjunto de colunas, o espaço que separa as colunas é por ele estudado. Faz parte da arquitetura. É tão importante quanto as próprias colunas. Nele, o arquiteto se esmera, dando-lhe a forma e o ritmo que mais lhe agradam, multiplicando-o, fazendo-o diferente. No fundo, ele corta os espaços livres e neles integra sua arquitetura. Entre dois edifícios, o espaço existente é também fixado pelo próprio arquiteto, que lhe dá a proporção adequada aos volumes que projeta. Muitas vezes esse espaço arquitetural se expande, envolvendo a arquitetura e os conjuntos urbanísticos que ele completa.”

(NIEMEYER [1993]1999, p. 20)

Amorim e Loureiro (2007) colocam que talvez a maior e mais impactante contribuição da arquitetura moderna seja a profunda ruptura com a espacialidade da tradição arquitetônica ocidental precedente. Conceitos como planta e fachada livres, pilotis, integração entre exterior e interior, fluidez espacial, diluição entre as fronteiras da esfera pública e privada, setorização das funções revolucionaram não apenas a forma dos edifícios, mas sobretudo a maneira como estes são usados, como as pessoas vivem e relacionam-se em seus espaços.

Os autores observaram, entretanto, a partir da análise das cartas patrimoniais e outros documentos fundadores da teoria preservacionista do período moderno, que o debate em torno do tema segue incipiente. O espaço, como entendido dentro do contexto da modernidade, praticamente não é abordado enquanto ente a ser preservado.

Tal fato deve-se principalmente à dissonância entre as teorias do restauro e as teorias de arquitetura moderna. Enquanto as primeiras (Viollet Le Duc, Brandi e Boito) têm seus paradigmas centrados na tectônica, isto é, na preservação do corpo material dos edifícios, do invólucro do espaço arquitetônico, as segundas baseiam-se no protagonismo do espaço (Zevi, Giedion). Amorim e Loureiro (2007) advogam, portanto, em defesa da incorporação da espacialidade como valor patrimonial central a ser considerado pelas teorias e práticas do patrimônio moderno, já que o espaço pode ser entendido como elemento que diferencia a arquitetura das demais manifestações artísticas. A configuração espacial e as relações sociais que

⁷⁸ Tradução livre de: *“L’architecture, au contraire, est comme une grande sculpture évidée, à l’intérieur de laquelle l’homme pénètre, marche et vit.”*

nele se estabelecem deveriam ser encaradas como parte de nosso patrimônio cultural.

Assim, a preservação da espacialidade moderna dos pilotis não pode estar resumida apenas a critérios mais objetivos - tais como a manutenção de área majoritariamente livre - ou tangíveis - como a preservação da materialidade dos elementos que a configuram (pilares, piso e teto), mas deve considerar sobretudo sua significância enquanto configuração espacial que envolve além de atributos plásticos, profundas relações sociais. Os pilotis representam, além de espaço de encontro já consolidado no cotidiano de brasilienses, a liberdade de circular pela cidade, desvendar suas paisagens através da expansão dos planos visuais, vivenciar a continuidade espacial e, assim, entender-se como parte da urbe.

Partindo desses pressupostos e da análise dos espaços dos pilotis dos blocos da 108 sul, entende-se que para sua salvaguarda não basta assegurar apenas que o mínimo de 70 por cento de sua área permaneça não edificada. É preciso garantir que os principais campos visuais desde seu interior, que permitem não apenas a apreensão da continuidade espacial do próprio pilotis, mas que também se abrem em visuais para a paisagem da quadra e dos seus limites (Eixo Rodoviário, faixa arborizada, comércio local) sejam preservados. Muito embora pareça importante defender que os projetos de reformas dos blocos sejam objeto da análise subjetiva, sensível e criteriosa de técnicos do campo patrimonial e da arquitetura, o apontamento de algumas diretrizes básicas orientando ações futuras parece pertinente. Assim, barreiras visuais e físicas sejam elas paredes, cercas-vivas, mobiliário, rampas de acesso e guarda-corpos mal localizados que representem

elementos bloqueadores dos principais campos visuais e da fluidez de circulação devem ser evitados.

O desenho das prumadas de acesso deve ser mantido o mais próximo possível ao original, mantendo a geometria pura das suas linhas compositivas e priorizando a transparência e permeabilidade visual.

Para as guaritas dos porteiros, embora estas constituam acréscimos posteriores em função das demandas do uso residencial, sugere-se que sigam premissas semelhantes às das prumadas de acesso: desenho limpo, discricção no uso de materiais e garantia de permeabilidade visual e fluidez de circulação dos pilotis.

A cobertura dos pilotis deve ser mantida, em toda a sua extensão, incluindo prumadas de acesso e guaritas, enquanto plano retangular limpo que destaca e emoldura a paisagem. Portanto, o uso de sancas, frisos na porção superior dos pilares ou detalhes em gesso para iluminação embutida são desaconselhados.

Acréscimos como salões de festas, bicicletários e outros devem ser, na medida do possível, evitados ou criteriosamente avaliados para não representarem rupturas à permeabilidade e espacialidade dos pilotis. Caso tais acréscimos sejam considerados uma demanda fundamental por parte dos moradores, sugere-se que sejam realizados com base nos princípios da reversibilidade e mínima intervenção, garantindo, sempre que possível, a manutenção dos campos visuais, o respeito aos aspectos compositivos, aos materiais, texturas e cores dos pilotis. Seguindo as recomendações do Icomos (2017) devem ser claramente distinguíveis em relação ao estado anterior à sua execução e harmônicos ao existente.

Quanto à situação dos pilotis que já sofreram drásticas transformações, com muitos acréscimos, privatizações ou mudanças no desenho de portarias, como nos blocos B, C ou J, pode-se avaliar criteriosamente, em reformas ou intervenções futuras, a possibilidade de retomar alguns princípios da espacialidade moderna expressos no desenho original dos térreos. Não se trata aqui de defender a irreal retomada de um estado original ou de ferir os princípios da autenticidade, apenas de considerar as observações da Carta de Brasília que define um bem enquanto autêntico quando há correspondência entre “*objeto material e significado*” (IPHAN, 1995), considerando-se que os pilotis, sua relação com o entorno e as relações sociais que promovem são parte importante do significado dos blocos e de sua relação com a cidade.

Esta possibilidade pode ter o respaldo ainda do Documento Madrid – Nova Delhi (2017) que admite a reconstrução parcial de um bem, caso entenda-se que esta contribua para a integridade/compreensão do sítio e esteja fundamentada em base documental. Outro ponto é o conceito de autenticidade/integridade apontado por Lira (2018) que abarca não apenas aspectos de genuidade material, mas também de inteireza, organização do espaço e forma e continuidade do entorno.

Sobre a materialidade dos pisos dos pilotis, observa-se que, ainda que nenhum dos blocos da SQS 108 mantenha hoje seu revestimento original (piso em cimento), os pisos devem buscar manter uma relação harmônica e de continuidade com os calçamentos do seu entorno imediato e da quadra. Nesse sentido, o emprego de materiais de aspecto mais monolítico, rústico e de coloração suave (como as

granitinas ou pisos cimentícios) parece mais adequado do que o uso de granitos polidos, porcelanatos ou cerâmicas.



Figura 211 – A espacialidade dos pilotis do bloco E, 2019. Fonte: autora.



Figura 212 – Pilotis do bloco J, 2020. Fonte: autora.

Desenho e proporção dos pilares trapezoidais

Os robustos pilares trapezoidais, originalmente em concreto aparente, são um elemento muito característico dos blocos do IAPB. De acordo com o Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. Hoje, encontram-se revestidos por mármore branco ou granito na maioria dos blocos. Sua forma segue preservada. Preocupam, no entanto, reformas recentes de instalações prediais (elétricas, hidráulicas e de águas pluviais), que incorporam dutos aos pilares – alguns de seção considerável - e que podem levar ainda a intervenções futuras mais severas como seu alargamento, acréscimos de *shafts* em gesso, etc. A instalação de guaritas ou a construção de outros equipamentos em torno dos apoios que alterem a forma desses elementos é fortemente desaconselhada. Intervenções desse tipo (guaritas em torno dos pilares) que representam prejuízos quanto à forma original desses elementos já aconteceram em blocos como o B e H, comprometendo plasticamente o espaço dos pilotis.

Uma das observações de Bruand sobre a distinção estética dos blocos foi quanto ao contraste entre os pilares escuros (concreto aparente) dos pilotis e as empenas laterais claras. Considera-se, portanto, essa informação relevante para decisões patrimoniais. Nesse sentido, entende-se que os pilares de blocos como o D, H ou F que não foram revestidos por placas de mármore, granito ou peças cerâmicas devem manter o aspecto rústico e escuro de suas superfícies, ainda que não correspondam mais ao concreto aparente original.

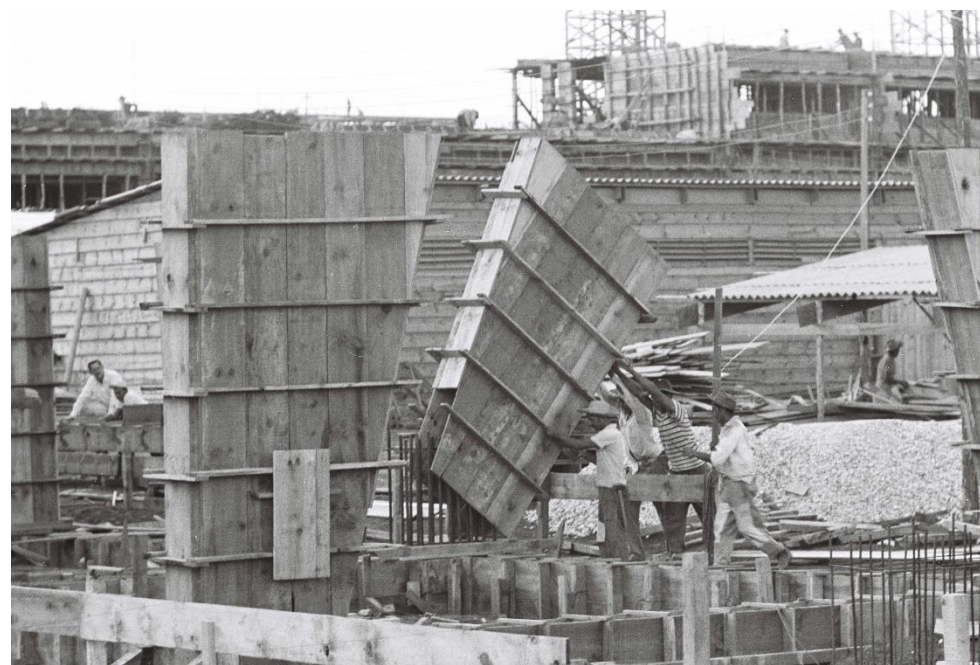


Figura 213 – Construção dos pilares trapezoidais. Fonte: Arquivo Público do DF.

Empenas cegas

As lâminas horizontais com fachadas laterais cegas são uma tipologia clássica do movimento moderno. Nos primeiros blocos de superquadra brasiliense, tal tipologia, de proporções alongadas horizontalmente, permitiu a criação de apartamentos vazados, com ventilação cruzada e muito bem iluminados. As aberturas ficam concentradas nas duas fachadas principais que, por suas proporções, permitem o descortinamento da paisagem a partir dos grandes planos envidraçados, das janelas em fita ou cobogós.

Plasticamente, os fechamentos laterais dos blocos reforçam o protagonismo das longas fachadas horizontais e representam a pureza do plano geométrico retangular. Romper com a ideia de empenas laterais cegas, através da criação de aberturas, certamente significaria um grande prejuízo para a volumetria originalmente proposta. Esse seria, portanto, um dos atributos essenciais a serem preservados nos blocos da SQS 108. Entende-se também que a preservação das empenas enquanto valor arquitetônico passa não apenas pela manutenção do plano completamente cego, mas também pelo respeito à sua materialidade e coloração originais. Nesse sentido, encoraja-se sempre que possível a preservação das pastilhas cerâmicas brancas (hoje amareladas pela pátina) originais, evitando a sua pintura. No caso de empenas onde a pintura já houver sido realizada sobre as pastilhas e sua remoção for tecnicamente inviável, buscar sempre uma coloração próxima à neutralidade original, excluindo-se grafismos e cores extravagantes. Tais grafismos e colorações, já incorporados a alguns dos blocos do início da cidade, representam, lamentavelmente, perdas irreparáveis para o patrimônio

arquitetônico e são dissonantes à pureza material proposta, provocando uma presença visualmente ruidosa na paisagem.

Para os casos onde já houve perda do material de revestimento original, ou seja, em que as pastilhas originais já foram removidas, recomenda-se, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Inventário do Iphan (2009), a adoção de materiais semelhantes em reformas posteriores, indicando que se trata de uma substituição posterior, não original.



Figura 214 – Empenas brancas e pilares em concreto. Fonte: ArPDF.

Torre de circulação anexa

A torre de circulação anexa ao volume principal é elemento característico dos blocos do tipo AFA e AFB. Seu aspecto maciço e limpo é garantido pela simplicidade volumétrica e pela unidade cromática e material. Assim como as empenas laterais cegas, originalmente as torres eram inteiramente revestidas por pastilhas cerâmicas brancas (hoje amareladas pela pátina). Grande parte dos blocos ainda mantém as pastilhas originais, que estão, em sua maioria, pintadas.

Em alguns edifícios da SQS 108, foram adotados revestimentos em mármore ou peças cerâmicas nas bases das torres, intervenções que comprometem a unidade do elemento vertical e sua relação com as demais fachadas do edifício e blocos do entorno. Entende-se, portanto, que tais ações devem ser evitadas ou revistas e que o mesmo tipo de material de revestimento e cor devem ser adotados para toda a extensão da torre.

Encoraja-se sempre que possível a manutenção das pastilhas cerâmicas brancas originais, evitando a sua pintura. No caso das torres onde a pintura já houver sido realizada sobre as pastilhas, deve-se buscar sempre uma coloração próxima à neutralidade do projeto, excluindo-se grafismos e cores extravagantes. Quando a perda dos revestimentos for inevitável, sugere-se a adoção de materiais semelhantes em reformas, indicando que se trata de uma substituição posterior, não original.

Em alguns blocos, a incorporação mal estudada de toldos ou marquises junto aos acessos das torres rompe com a pureza volumétrica da concepção arquitetônica. A incorporação desses elementos deve ser evitada. Mas caso o abrigo junto aos

acessos seja uma reivindicação incortornável por parte dos moradores, devem ser adotadas soluções leves, de volumetria simples e que permitam sua posterior remoção (reversibilidade).

Quanto às aberturas junto às escadas, encoraja-se sempre que possível a manutenção dos caixilhos originais. Esses, entretanto, já foram substituídos na maioria dos blocos. Quando a reposição for inevitável, a proporção, material e tipo das aberturas devem ser respeitados.



Fig. 215 – Superquadra, M. Gautherot, circa 1962. Blocos J e K (em paralelo) e G (ao fundo).
Fonte: Acervo IMS

Manutenção de características essenciais dos materiais

A materialidade dos pilotis e fachadas dos blocos da SQS 108, como já vimos, é originalmente marcada pela sobriedade cromática e pelo uso de revestimentos modestos, tais como concreto aparente, chapisco, pastilhas cerâmicas e piso cimentado. Tais princípios são consonantes com a arquitetura doméstica do século XX, cuja ênfase situa-se mais na concepção espacial moderna, integração com a paisagem e diluição das fronteiras entre exterior e interior do que no emprego de materiais sofisticados. Na arquitetura moderna do início da construção de Brasília, materiais nobres como mármore e granito estavam geralmente restritos às arquiteturas palacianas, no entendimento de que contribuem para a marcação simbólica daquilo que é solene, de domínio público ou monumental, como distinção do que é cotidiano, simples e de dimensão doméstica.

Dito isso, é importante defender que os materiais originais sejam mantidos sempre que possível, seguindo os princípios de respeito à pátina e da mínima intervenção. E nos casos em que a perda da materialidade seja já fato consumado, que sejam adotados novos revestimentos que respeitem as premissas do projeto, aproximando-se à ideia de emprego de materiais modestos e em cores discretas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Inventário do Iphan (2009).

A adoção de materiais semelhantes em reformas posteriores deve ser realizada com a indicação de que se trata de uma substituição posterior, não original. Neste caso, sugere-se que a indicação seja marcada, quando possível, por marcações nas peças ou por meio de delicadas alterações no padrão de paginação, dimensão dos revestimentos ou mesmo sutil variação cromática.

Devem ser observadas também as recomendações de Lira e Giannecchini de que quando a substituição dos materiais originais for inevitável, sejam adotados outros que garantam semelhante processo de envelhecimento das superfícies (LIRA e GIANNECCHINI, 2012, p. 13).

Sobre a substituição de materiais, devem ser seguidas as recomendações do Documento Madrid-Nova Delhi (2017) que preconiza que cada uma das intervenções realizadas deve ser documentada e registrada, para que seja distinguível em consulta posterior, através de fotos, relatórios e desenhos que esclareçam tanto o estado anterior à intervenção, quanto a intervenção em processo e seu estado posterior.



Figura 216 –Descaracterização dos materiais do pilotis do bloco B, 2019. Fonte: autora.

Sobre o uso de cores extravagantes e painéis murais arbitrários incorporados a alguns edifícios, Niemeyer expressa sua preocupação ao escrever didaticamente sobre o tema também no texto “*Considerações Sobre a Arquitetura Brasileira*”.

Assim se manifesta o arquiteto:

Em muitos edifícios, inclusive, o problema agrava-se com a utilização arbitrária e inadequada de cores, painéis (sic), murais, mosaicos, cerâmicas etc. Não sou contra o painel mural; acho, ao contrário, que ele cria para os artistas plásticos maior possibilidade de trabalho, dando-lhes ainda novo e variado terreno de experiências. Muitas vezes, porém, a arquitetura exige uma simples parede de nobre material, e, nesses casos, o painel mural só vem compromê-la [...]

Justamente a falta de critério na utilização do painel mural é que o tem desvalorizado irremediavelmente, e isso sem levar em conta o baixo nível artístico com que freqüentemente (sic) é executado. Nos materiais de acabamento externo verificam-se os mesmos erros. Sempre considerei que esses materiais deveriam ser aplicados em função das características construtivas dos elementos a revestir – estruturais ou de vedação. Aos primeiros, destinando revestimentos que não lhes tirem as características próprias e estruturais, e aos segundos, que lhes acentuem a função simplesmente vedativa. Nesse espírito, utilizamos no edifício do Ministério da Educação os painéis de azulejos dando grande leveza às paredes independentes da estrutura, e, nas colunas, as placas de granito que constituem simples revestimento.

E a todas essas incompreensões adiciona-se ainda a volúpia das cores, que para os técnicos deveriam ser dosadas em função das conveniências locais de iluminação, insolação etc., uma vez que com sua aplicação lógica é possível ampliarem-se as áreas de sombra ou de luz, e eliminar parte do calor externo por simples reflexão.

Nada disso se toma em conta, e as cores em geral são distribuídas de acordo com o gosto de cada um ou – pior ainda – de acordo com o gosto do proprietário, que freqüentemente (sic) exige ‘cores vivas, alegres e modernas.’

(NIEMEYER [1957] apud MACEDO, 2008, pp. 110-112)

Portanto, intervenções como as realizadas no bloco G que incorporam painéis murais geométricos⁷⁹, ainda que inspirados na tradição da arte abstrata brasileira, são fortemente desaconselhadas.

Descrição do estado de conservação dos blocos

Com base nos atributos elencados como essenciais para a preservação dos blocos, e ainda nas informações prévias levantadas pelo inventário realizado pelo Iphan em 2009, a descrição do estado de conservação de cada um dos edifícios da SQS 108 foi atualizada. Esta dissertação optou, no entanto, por não adotar o mesmo modelo de ficha empregado pelo Iphan, que está baseado no sistema de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), por entender que uma ficha fundamentada nos atributos essenciais determinados pela pesquisa resultaria em uma análise mais detalhada do estado de conservação dos blocos.

Seguem fichas descritivas de cada um dos edifícios com base em informações atualizadas a partir de visitas *in loco* e do levantamento fotográfico⁸⁰ de seus pilotis e fachadas, seguidas de uma tabela com recomendações gerais para futuras intervenções.

⁷⁹ Diferente de outros blocos da cidade, que contam com painéis em azulejos ou outros materiais, os blocos da SQS 108 não apresentam originalmente quaisquer painéis murais.

⁸⁰ As figuras das fichas receberam numeração independente para facilitar sua identificação ao longo do texto descritivo de cada edifício.

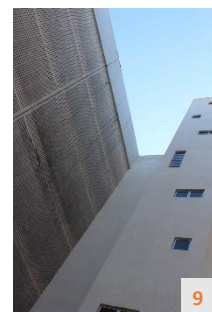
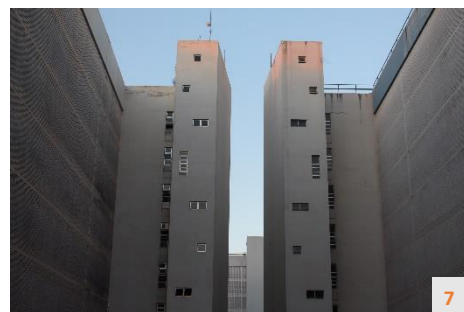
BLOCO A	TIPO: AFA – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021
 <p data-bbox="197 555 495 579">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO A</p>		
<p>DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p>O bloco A da SQS 108 é do tipo AFA-2, possui planta com dois dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 02/02/1960. O bloco está localizado à direita da entrada da superquadra, com sua fachada principal voltada para a faixa arbórea e para a pequena biblioteca localizada entre as SQS 108 e 308. Sua fachada posterior é paralela ao bloco B.</p>		
<p>DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>		
<p>A trama de brises da fachada principal encontra-se preservada em sua forma original. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, a trama está pintada na cor branca (figs. 1 e 2). Foram identificados pontos de fissuras, infiltrações, mofo e perdas materiais das placas de concreto (fig.3).</p> <p>Os nichos da parte superior da trama em cada um dos andares encontram-se, em geral, telados em material leve, não interferindo na relação de cheios e vazios. As telas necessitam manutenção (algumas peças estão deformadas e soltas). O uso de gradeamentos pesados e não padronizados em alguns poucos nichos verticais compromete um pouco o conjunto. Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada.</p> <p>Os parapeitos encontram-se pintados na cor verde. As pastilhas cerâmicas das bordas inferior, superior e laterais da fachada principal encontram-se preservadas e estão pintadas de branco (fig. 2).</p> <p>Poucas unidades ainda preservam as esquadrias em ferro e vidro originais. A janela inferior possui aberturas de correr e janela superior abertura do tipo basculante. Na maioria dos apartamentos as esquadrias originais foram já substituídas, em geral por janelas do tipo blindex e com perfil em alumínio galvanizado preto ou comum. Os parapeitos estão preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>		

Tabela 1 – Descrição do estado de conservação do bloco A.

Fonte das imagens: autora

BLOCO A TIPO: AFA – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFA – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco A é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade. Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege claro e necessitam manutenção e pintura. Foram identificados pontos de infiltração, manchas de mofo e outras sujidades na extensão de toda a fachada de cobogós (figs. 7, 8 e 9). As bordas superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor bege. A borda inferior, também com as pastilhas originais, está pintada na cor cinza.

A torre de circulação preserva sua forma original (figs. 7 e 8). Há um toldo em estrutura metálica curva unindo as torres dos blocos A e B que compromete a composição do conjunto (fig. 10). As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (fig.7). Embora tenham sido substituídas, o tamanho e desenho das aberturas foi mantido, preservando o jogo compositivo original. A torre do bloco A apresenta as pastilhas originais preservadas, mas estas foram pintadas na cor cinza em sua base e na cor bege claro no restante do elemento vertical. Há eletrodutos expostos em sua porção inferior (figs. 8 e 10).

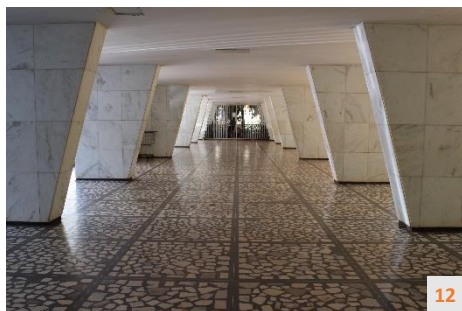
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco A encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro (figs. 4, 5 e 6).

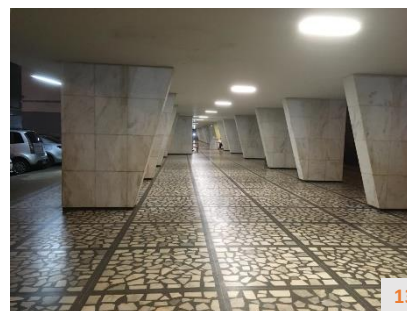
Há uma descida de descarga de para-raios junto à fachada lateral direita (fig.6).



11



12



13



14

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco A mantém a espacialidade moderna de seu pilotis bem preservada. Não foram identificados acréscimos ou mudanças significativas na área dos pilotis ou da prumada de acesso (figs. 11, 12 e 13). O térreo do bloco permanece bastante bem integrado ao seu entorno, com exceção do lado direito do edifício, onde um trecho do pilotis foi fechado com grades para criação de bicicletário (fig. 14).

Há alguns bancos móveis para o encontro ou descanso de moradores nos pilotis. O teto da área de pilotis permanece limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares que comprometam a composição original. O interior da prumada de acesso mantém ainda o plano de cobertura limpo, em continuidade espacial com o pilotis.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), os pilares do bloco A foram revestidos por placas de mármore branco na década de 1980. O revestimento foi mantido até hoje (figs. 12 e 13).

O piso cimentício original foi substituído por um piso em granilite mesclado com mármore branco nas cores cinza claro, bege e cinza escuro (fig. 13). A prumada de acesso à torre também encontra-se revestida externamente por placas de mármore branco. As esquadrias da prumada são em vidro com perfis de alumínio, em substituição às esquadrias em ferro e vidro originais. O interior da prumada do bloco A é o único que apresenta revestimento em madeira, tal como especificado nos desenhos do projeto encontrados.

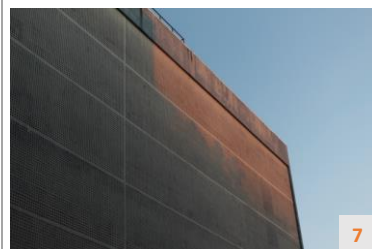
BLOCO B	TIPO: AFA – 4 FACHADA PRINCIPAL EM CORTINA DE VIDRO	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021
 <p data-bbox="197 555 495 577">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO B</p>		
<p data-bbox="120 619 461 641">DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p data-bbox="120 667 2141 737">O bloco B da SQS 108 é do tipo AFA-4, possui planta com dois dormitórios e fachada principal em cortina de vidro. Foi inaugurado em 02/02/1960. Está localizado com sua fachada principal voltada para o parque infantil da SQS 108 e sua fachada posterior paralela ao bloco A.</p>		
<p data-bbox="120 794 1182 817">DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (EM CORTINA DE VIDRO)</p>		
<p data-bbox="120 842 2141 1034">A maior parte dos apartamentos do bloco B ainda mantém as esquadrias originais (figs. 1, 2 e 3). Alguns poucos apartamentos substituíram esses elementos por novos, que apesar de seguirem a modulação original, foram executados em outros materiais, como o alumínio anodizado preto. A modulação original das janelas segue lógica compositiva típica das soluções de Niemeyer para fachadas envidraçadas, com a subdivisão das três faixas do plano de esquadria (guardacorpo, janela de correr intermediária e basculantes superiores) em 4-3-4 partes para as salas e 3-2-3 para os dormitórios. As aberturas superiores estão preservadas, mas algumas unidades substituíram as basculantes superiores por aberturas de correr.</p>		
<p data-bbox="120 1072 2141 1184">Embora a maioria das unidades ainda mantenha os caixilhos em ferro originais, vários proprietários adotaram películas escuras em todo o plano envidraçado (fig.2) ou pintura em branco para a porção inferior do fechamento em vidro (fig.4). Há ainda alguns apartamentos que adotaram gradeamentos pesados e em diferentes padrões, o que representa prejuízos para a composição da fachada (figs. 1 e 2). Há condensadoras de ar-condicionado expostas em algumas unidades.</p>		
<p data-bbox="120 1225 2141 1295">As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada principal encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor azul. A pintura azul apresenta sinais de desbotamento (figs. 3 e 4).</p>		

Tabela 2 – Descrição do estado de conservação do bloco B

Fonte das imagens: autora

BLOCO B TIPO: AFA – 4 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFA – 4 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco B é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (figs. 7 e 9). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege claro. Foram identificados alguns pontos de infiltração, pequenas manchas de mofo e outras sujidades, sobretudo junto ao coroamento e base do volume principal, ou no encontro entre a parede de cobogós e as lajes de cada andar. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor azul (fig.7). A pintura azul apresenta sinais de desbotamento.

A torre do bloco B preserva sua forma original, mas sua base sofreu substituição das pastilhas cerâmicas brancas originais por peças cerâmicas de 10x10 cm na cor cinza e rejunte de 1,5 cm na cor preta, o que compromete a integridade do elemento vertical e sua unidade com a torre do bloco A, localizada em frente (figs. 8 e 10). À exceção da base, as pastilhas originais (brancas) da torre estão preservadas, mas foram pintadas na cor bege (fig.9).

As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (fig.9). Embora tenham sido substituídas, o tamanho e desenho das aberturas foi mantido, preservando o jogo compositivo original. Há um toldo em estrutura metálica curva unindo as torres, que também a composição do conjunto (fig.10).

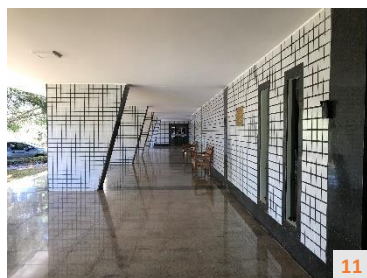
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco B encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro, com duas pequenas faixas laterais pintadas na cor azul (figs. 5 e 6).

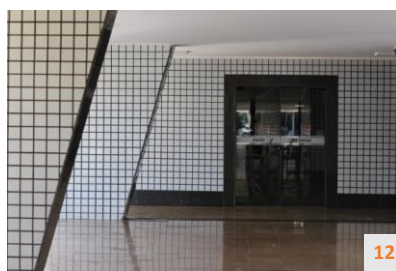
Há eletrodutos aparentes nas duas empenas laterais. As descargas dos para-raios descem junto à empena do lado esquerdo do bloco e são bastante visíveis.

Tabela 2 – Descrição do estado de conservação do bloco B

Fonte das imagens: autora



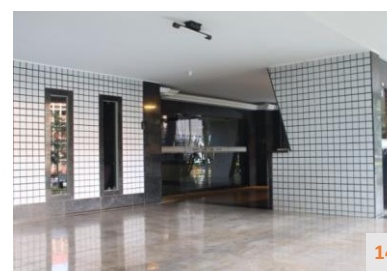
11



12



13



14



15

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Entende-se que a espacialidade dos pilotis do bloco B está descaracterizada. O térreo do bloco sofreu muitos acréscimos de área em relação ao projeto implantado, com criação de salão de festas (e outros equipamentos que comprometeram a relação do térreo do bloco com o seu entorno (figs. 8, 11 e 12). Alguns acréscimos foram mal localizados, criando becos e espaços residuais. A guarita compromete a volumetria de um dos pilares (fig. 13).

O teto da área de pilotis permanece limpo na maior parte de sua extensão, mas houve o acréscimo de sanca em gesso na área de acesso à prumada (figs. 14 e 15). Os vidros escuros adotados para portas, janelas e guarita também comprometem a integração espacial.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970 e os pilares do bloco B teriam sido ainda revestidos por placas de mármore branco na década de 1980.

O bloco B atualmente apresenta em todos os pilares revestimento em cerâmica cinza claro de tamanho 10x10 cm com rejunte preto de 1,5 cm e perfil revestido por placas de granito escuro. O mesmo revestimento (cerâmica 10x10 cm e granito escuro) foi adotado externamente para todas as paredes do térreo, tais como os volumes da prumada, guarita, salão de festas, etc (figs. 11 a 15). Segundo o Iphan (2009), esta intervenção data de 1995.

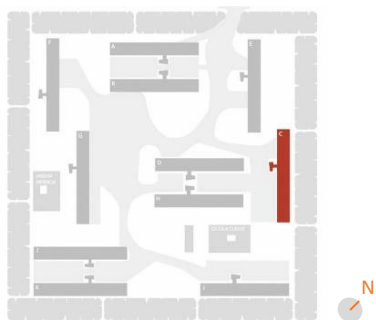
Entende-se que os revestimentos adotados resultam em prejuízos ao aspecto monolítico dos elementos trapezoidais. Apesar dessa perda, quase todos os apoios estão ainda preservados em sua forma original, à exceção do ponto já mencionado, onde foi realizado o acréscimo de uma guarita em torno de um dos pilares, executada em alvenaria e fechamento em vidros escuros.

O piso cimentício original foi substituído. Hoje o pilotis apresenta-se revestido por placas de granito marrom polido com faixas em granito mais escuro nos alinhamentos dos pilares. O padrão da paginação adotado fere o princípio de continuidade visual do piso. Não há relação de continuidade visual entre os materiais adotados para o pilotis e os calçamentos do entorno.

BLOCO C

TIPO: AFB – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES

DATA DA VISTORIA: 23/08/2021



SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO C



1



2



3

DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO

O bloco C da SQS 108 é do tipo AFB-2, possui planta com três dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 21/03/1960. O bloco está localizado com sua fachada posterior voltada para as laterais dos blocos D e H e sua fachada principal voltada para a cinta arbórea e a entrequadra comercial.

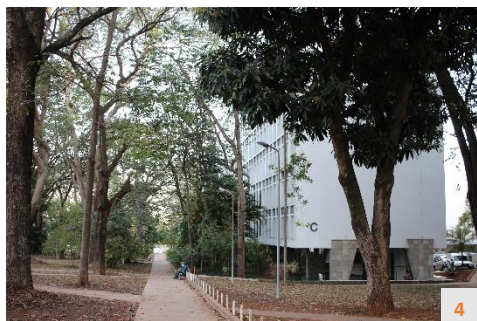
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)

A trama de brises verticais e horizontais da fachada principal encontra-se em bom estado de conservação, mas sofreu algumas intervenções importantes. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, os brises foram revestidos por pastilhas cerâmicas retangulares brancas (não previstas em projeto). Como solução à proliferação de aves (pombos), optou-se pelo fechamento de todos os nichos superiores da trama com elemento metálico leve, espécie de persiana horizontal, que também serve para ocultar a presença das condensadoras de ar-condicionado (figs. 1, 2 e 3). Foram incorporados ainda gradeamentos leves e padronizados para algumas unidades (figs. 2 e 3). Embora tenham sido adotadas soluções em conjunto, que garantem certa unidade à fachada, a relação de cheios e vazios original não foi preservada. Os parapeitos foram revestidos por pastilhas cerâmicas verdes tampouco previstas no projeto original (fig. 3).

As pastilhas cerâmicas das bordas e frisos da fachada principal foram substituídas por peças cerâmicas novas. As novas pastilhas adotadas são também em formato retangular e brancas, mas apresentam superfície mais esmaltada, rejunte mais espesso entre as peças e paginação vertical e regular (a paginação original das pastilhas nos outros blocos é transpassada, com as peças dispostas em sentido horizontal- nas bordas superior e inferior- e em sentido vertical - nas bordas laterais). Não há dutos elétricos aparentes na fachada, estes foram embutidos durante a reforma. Essas intervenções são posteriores à 2009, já que não estavam na descrição do Inventário da Unidade de Vizinhança realizado pelo Iphan (2009). As esquadrias em ferro e vidro originais foram substituídas por janelas do tipo blindex com perfil em alumínio em quase todas as unidades. A janela inferior possui aberturas de correr e janela superior abertura do tipo basculante. As basculas superiores foram fechadas. Os parapeitos apresentam pequenas variações em suas alturas, não mantendo todos os alinhamentos da fachada original.

BLOCO C TIPO: AFB – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFB – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco C é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações quadradas. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (figs. 5 e 6). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em branco e apresentam excelente estado de manutenção. Não foram identificados pontos com manchas, infiltrações ou sujidades importantes. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas por pastilhas cerâmicas retangulares brancas semelhantes às originais, que foram retiradas em reforma a partir do ano 2009. As novas pastilhas apresentam rejunte mais espesso entre as peças e paginação vertical e regular.

A torre de circulação anexa preserva sua forma original. Também passou por troca do revestimento das pastilhas cerâmicas, adotando o mesmo padrão já descrito. As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (fig. 5). Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original das esquadrias desse bloco em específico.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco C encontram-se íntegras (figs. 4 e 5). As pastilhas originais foram substituídas por novas em reforma posterior à 2009. As pastilhas adotadas são também em formato retangular e brancas, mas apresentam rejunte mais espesso entre as peças, superfície mais esmaltada e paginação vertical e regular (a paginação original das pastilhas nas empenas dos outros blocos é transpassada, com as peças dispostas em sentido horizontal).

Tabela 3 – Descrição do estado de conservação do bloco C

Fonte das imagens: autora



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Entende-se que a espacialidade dos pilotis do bloco C está descaracterizada. O térreo do bloco sofreu muitos acréscimos de área em relação ao projeto implantado, com criação de salão de festas e outros equipamentos que comprometeram sua relação com o entorno (figs. 8, 10 e 11). Um trecho do perímetro dos pilotis foi cercado e apresenta uma pequena vala, impedindo a passagem de pedestres (fig. 12). O desenho das prumadas de acesso foi completamente modificado, com acréscimo de áreas e fechamentos em diagonal (fig. 8). A guarita da portaria acrescida apresenta forma retangular com chanfros nas arestas (fig. 10).

O plano de cobertura da área de pilotis também foi alterado, com acréscimo de sancas na área das prumadas de acesso (fig. 9) e frisos em gesso junto à porção superior dos pilares (fig. 10). De acordo com o Inventário da Unidade de Vizinhança realizado pelo Iphan (2009), os moradores do bloco C teriam nivelado parte da área do entorno do edifício para a criação de estacionamento público (figs. 7 e 13). A intervenção criou um desnível que foi cercado e que constitui uma barreira física entre parte do entorno do bloco C e sua relação com os blocos H e D.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. Os pilares e as paredes das prumadas do bloco C encontram-se todos revestidos externamente por placas de granito marrom (figs. 8 e 10). Esta segunda intervenção dataria, de acordo como o Iphan (2009), de 2000.

O piso cimentício original foi primeiro substituído por granilite mesclado com mármore branco (IPHAN, 2009). Hoje todo o piso do térreo está revestido por placas em granito marrom, mesmo material adotado para os pilares, em intervenção nos anos 2000 (figs. 8 e 10). O piso não mantém a continuidade visual com os calçamentos do entorno. Os materiais nobres e o desenho irregular adotado para as novas prumadas do bloco C contrastam com a concepção original para o térreo dos blocos da SQS 108, para os quais foram previstos materiais modestos e volumes concisos. Entende-se, portanto, que as intervenções representam prejuízos à autenticidade/originalidade dos pilotis do edifício.

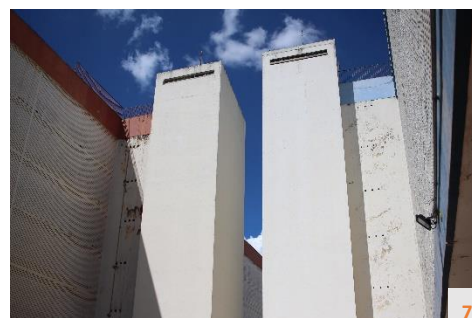
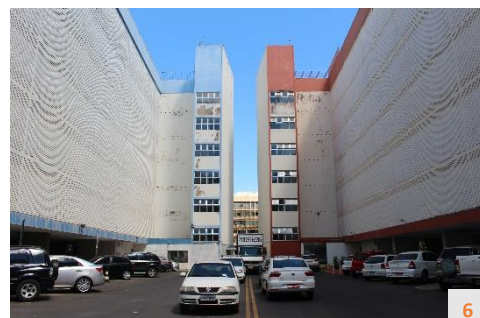
BLOCO D	TIPO: AFA – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021	
 <p data-bbox="197 555 495 579">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO D</p>	 <p data-bbox="1137 547 1160 571">1</p>	 <p data-bbox="1462 547 1485 571">2</p>	 <p data-bbox="2063 547 2085 571">3</p>
<p data-bbox="120 619 461 643">DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>			
<p data-bbox="120 671 2130 783">O bloco D da SQS 108 é do tipo AFA-2, possui planta com dois dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 02/02/1960. O bloco está localizado no centro da superquadra, com sua fachada principal voltada para o espaço do parque infantil e a fachada posterior paralela ao bloco H.</p>			
<p data-bbox="120 836 1055 860">DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>			
<p data-bbox="120 890 2141 959">A trama de brises da fachada principal encontra-se preservada em sua forma original e em bom estado de conservação (fig. 1). Originalmente em concreto em concreto parente moldado “in loco”, os brises estão pintados na cor bege claro.</p> <p data-bbox="120 995 2141 1110">Os nichos da parte superior da trama em cada um dos andares encontram-se, em geral, telados em material leve (fig. 2), não comprometendo a composição original. Entretanto, o uso de gradeamentos pesados e não padronizados em alguns nichos, tanto verticais quanto horizontais, comprometem a relação de cheios e vazios do conjunto (fig. 3). Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada.</p> <p data-bbox="120 1147 2141 1262">Os parapeitos encontram-se pintados na cor terracota, com variações de tonalidade entre as unidades, com alguns elementos pintados em vermelho (fig. 3). As pastilhas cerâmicas das bordas e frisos da fachada principal encontram-se preservadas, eram originalmente claras (brancas), mas encontram-se pintadas na mesma cor dos parapeitos (terracota).</p> <p data-bbox="120 1299 2141 1414">Algumas unidades ainda preservam as esquadrias em ferro e vidro originais. A janela inferior possui aberturas de correr e janela superior aberturas do tipo basculante. Em grande parte das unidades, as esquadrias originais foram já substituídas, em geral por janelas do tipo blindex e com perfil em alumínio. Os parapeitos estão preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>			

Tabela 4 – Descrição do estado de conservação do bloco D

Fonte das imagens: autora

BLOCO D TIPO: AFA – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFA – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco D é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (fig. 6). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege claro e apresentam bom estado de manutenção. Foram identificados, entretanto, alguns pontos de infiltração, com mofos e outras sujidades, sobretudo junto ao coroamento e base do volume principal, ou no encontro entre a porção inferior da parede de cobogós e as lajes de cada andar. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor terracota.

A torre de circulação anexa apresenta as pastilhas originais preservadas, mas estas foram pintadas na cor bege claro (figs. 6 e 7). O coroamento, frisos laterais e base da face que contém as esquadrias da torre estão pintados em terracota (fig.6). As esquadrias foram substituídas por outras em alumínio e vidro. Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original das esquadrias da torre desse bloco em específico. Os parapeitos das janelas não estão revestidos por pastilhas cerâmicas, apenas pintados na cor bege claro. No térreo da torre, assim como no bloco H, houve o acréscimo de uma pequena marquise de entrada e há eletrodutos expostos (fig.8). Além disso, foram instaladas coberturas metálicas curvas junto a algumas portas no térreo da torre do bloco D.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco D encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro, com duas pequenas faixas laterais pintadas na cor terracota (figs. 4 e 5).

Há eletrodutos aparentes nas duas empenas laterais. As descargas dos para-raios descem junto aos pilares e são bastante visíveis (fig. 5).

Tabela 4 – Descrição do estado de conservação do bloco D

Fonte das imagens: autora



9



10



11



12

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco D mantém a espacialidade moderna de seu pilotis bem preservada. Não foram identificados acréscimos ou mudanças significativas na área dos pilotis ou da prumada de acesso. O térreo do bloco permanece bastante bem integrado ao seu entorno (figs. 9 e 10). Ao lado direito do edifício, há um playground (menor que o parque infantil da quadra), com cercamento baixo. Neste ponto, a circulação de pedestres é dificultada pela presença de um canteiro de plantas entre os limites da cerca e da área dos pilotis.

Há algumas mesas e cadeiras para o encontro ou descanso de moradores nos pilotis, mas que não constituem barreiras à circulação do espaço. Há apenas um trecho com vasos de plantas bloqueando a passagem dos pedestres, possivelmente para evitar a passagem de motos ou carros (fig. 11).

O teto da área de pilotis permanece limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares (fig.9). A exceção é o interior da prumada de acesso, que foi reformada em seus revestimentos e recebeu detalhe em gesso, comprometendo sua integração com o resto do térreo.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. O bloco D é um dos poucos que não adotou posteriormente revestimento de mármore, granitos ou pastilha para os pilares. Preservam a textura rústica do granilite e hoje estão pintados na cor cinza-claro (fig.9).

O piso cimentício original foi substituído por um piso em granilite nas cores cinza, bege e preto, com desenho de paginação quadrangular (fig.9). O padrão da paginação adotado fere o princípio de continuidade visual do piso. Há uma calha linear instalada ao longo da calçada voltada para a fachada principal para evitar o acúmulo de águas pluviais na área dos pilotis (figs. 9, 10 e 11). A prumada de acesso foi bastante modificada quanto aos seus materiais originais, com instalação de pastilhas cerâmicas nas paredes externas (fig. 12), alteração na composição de aberturas e substituição do piso original por granito preto polido. Assim, entende-se que a continuidade espacial entre pilotis e prumada de acesso fica um pouco comprometida.

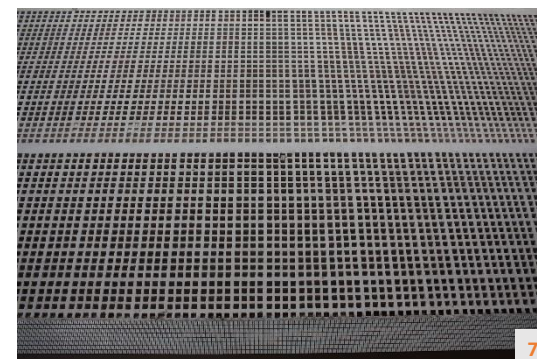
BLOCO E	TIPO: AFB – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021
 <p data-bbox="190 518 548 550">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO E</p>		
<p data-bbox="114 576 465 608">DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p data-bbox="114 616 2148 743">O bloco E da SQS 108 é do tipo AFB-2, possui planta com três dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 21/04/1960. Está localizado à esquerda da entrada da superquadra. Sua fachada principal está voltada para a faixa arbórea entre a superquadra e a entrequadra comercial.</p>		
<p data-bbox="114 751 1059 783">DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>		
<p data-bbox="114 791 2148 1031">A trama de brises da fachada principal encontra-se em bom estado de conservação. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, a trama está atualmente pintada na cor branca. Os nichos da parte superior dos brises em cada um dos andares encontram-se fechados por superfície opaca pintada na cor verde (figs. 1, 2 e 3). Embora tenha sido adotada solução padronizada para o problema de ninhos de pombos, a relação de cheios e vazios original da fachada foi alterada. Com esta solução, internamente, os apartamentos perdem a ventilação e iluminação adicionais proporcionadas pelas bôsculas superiores. Foi identificado ainda o uso de gradeamentos não padronizados em alguns nichos verticais, que também alteram um pouco a relação de cheios e vazios do conjunto. Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada.</p>		
<p data-bbox="114 1031 2148 1270">Os parapeitos encontram-se todos pintados no mesmo tom de verde-claro. A pintura da fachada encontra-se em excelente estado de manutenção. As pastilhas cerâmicas das bordas e frisos da fachada principal foram substituídas por pastilhas cerâmicas novas, em reforma posterior à 2009 (fig. 1). Segundo o Inventário da Unidade de Vizinhança (IPHAN, 2009), o Iphan chegou a ser consultado antes da reforma. As novas pastilhas adotadas são também em formato retangular e brancas, mas apresentam rejunte mais espesso entre as peças, superfície mais esmaltada e paginação vertical e regular (a paginação original das pastilhas nos outros blocos é transpassada, com as peças dispostas em sentido horizontal- nas bordas superior e inferior- e em sentido vertical - nas bordas laterais). Não há dutos elétricos aparentes na fachada, já que foram embutidos durante a reforma.</p>		
<p data-bbox="114 1270 2148 1436">Originalmente, as janelas da fachada principal eram em ferro e vidro, a janela inferior, instalada sobre parapeito, possui aberturas de correr e a janela superior possuía aberturas do tipo basculante. As janelas superiores foram fechadas. Embora algumas unidades ainda preservem as janelas inferiores em ferro e vidro originais, em grande parte das unidades, as esquadrias foram substituídas. Em geral, por janelas do tipo blindex e com perfil em alumínio. Os parapeitos estão preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>		

Tabela 5 – Descrição do estado de conservação do bloco E

Fonte das imagens: autora

BLOCO E TIPO: AFB – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFB – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco E é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações também quadradas (fig.7). O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade. Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados de branco e apresentam bom estado de manutenção (figs. 4, 5, 6 e 7). As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas por pastilhas cerâmicas retangulares brancas em substituição às originais, que foram retiradas em reforma a partir do ano 2009. As novas pastilhas são mais esmaltadas, apresentam rejunte mais espesso entre as peças e paginação vertical e regular (fig. 7).

A torre de circulação anexa preserva sua forma original (figs. 5 e 6). Também passou por troca do revestimento das pastilhas cerâmicas, adotando o mesmo padrão já descrito. As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro. De acordo com foto de Marcel Gautherot da SQS 108 datada de 1968, as aberturas da torre de circulação do bloco formavam originalmente um dinâmico jogo compositivo, intercalando em diferentes alturas e à direita ou esquerda do plano, aberturas quadradas e retangulares (dispostas em sentido vertical ou horizontal).

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco E encontram-se íntegras (fig. 4). As pastilhas originais foram substituídas por novas em reforma posterior à 2009, seguindo o padrão já descrito. Não há eletrodutos aparentes nas duas empenas laterais. Há eletrodutos passando na face externa dos pilares das extremidades do bloco. Como estão pintados de preto, mesma cor do pilar, seu impacto visual é pequeno.

Tabela 5 – Descrição do estado de conservação do bloco E

Fonte das imagens: autora



8



9



10



11

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco E mantém a espacialidade de seu pilotis bem preservada (figs. 8 e 9). Não foram identificados acréscimos na área dos pilotis ou das prumadas de acesso. O térreo do bloco permanece bastante bem integrado ao seu entorno. A guarita apresenta desenho conciso e está bem localizada, não comprometendo a qualidade espacial.

O teto da área de pilotis permanece limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares (figs. 8 e 10). As prumadas de acesso mantêm o desenho limpo e a permeabilidade visual originais (fig.11). Embora tenham adotado revestimento em gesso, a solução é retilínea e mantém a continuidade visual do plano de cobertura.

Cabe mencionar que o bloco apresenta área de estacionamento privativo, localizado entre a fachada principal do bloco e a entrequadra, cujo acesso se dá através do pilotis. Nesse ponto, há uma cancela controlando o acesso dos carros e elementos baixos de concreto impedindo a sua passagem para outras áreas dos pilotis (fig. 10).

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. O bloco E é um dos poucos que não adotou revestimento de mármore, granitos ou cerâmica para os pilares, que apresentam a textura rústica do granilite e hoje estão pintados na cor preta (figs. 8, 9 e 10).

O piso cimentício original foi substituído por um piso em granilite na cor bege (fig. 8). O aspecto do piso é monolítico e sua cor é harmônica em relação aos calçamentos do entorno (fig.9). Sua manutenção foi recomendada pelo Iphan em consulta ao órgão em 2008 (IPHAN, 2009). Há continuidade entre os pisos do pilotis e a área interna às prumadas (mesmo revestimento). As prumadas de acesso e a guarita estão revestidas por placas de mármore branco (figs. 8 e 11). Os desenhos originais encontrados no Arquivo Público indicavam “gressite cinza” para os revestimentos das paredes externas das prumadas. Com base nas informações dos desenhos e nas fotos dos blocos em sua primeira década, supõe-se que o emprego do mármore seja fruto de intervenção posterior à inauguração do bloco.

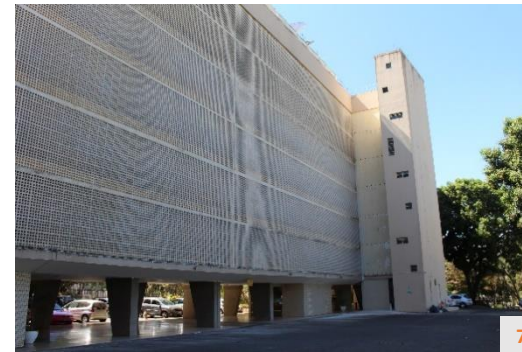
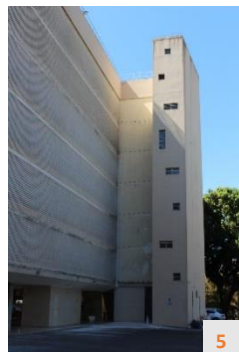
BLOCO F	TIPO: AFB – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021
 <p data-bbox="197 555 492 579">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO F</p>	 <p data-bbox="1055 502 1077 523">1</p>	 <p data-bbox="1570 502 1592 523">2</p>  <p data-bbox="2078 502 2101 523">3</p>
<p data-bbox="120 619 461 643">DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p data-bbox="120 667 2141 778">O bloco F da SQS 108 é do tipo AFB-2, possui planta com três dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 21/04/1960. Sua fachada principal está voltada para as laterais dos blocos A e B e sua fachada posterior está voltada para a faixa arbórea entre a superquadra e o Clube Unidade de Vizinhança.</p>		
<p data-bbox="120 834 1057 858">DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>		
<p data-bbox="120 882 2141 954">A trama de brises da fachada principal encontra-se preservada em sua forma original e em bom estado de conservação. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, os brises estão pintados na cor bege claro (figs. 1, 2 e 3).</p> <p data-bbox="120 991 2141 1102">Os nichos da parte superior da trama em cada um dos andares encontram-se, em geral, telados em material leve (fig. 3), não comprometendo a composição original. As telas necessitam manutenção (algumas peças estão deformadas e soltas). O uso de gradeamentos não padronizados em alguns nichos verticais compromete a relação de cheios e vazios do conjunto. Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada.</p> <p data-bbox="120 1139 2141 1212">Os parapeitos encontram-se pintados na cor bege, com variações de tonalidade entre as unidades, com alguns elementos pintados em tom mais rosado. As pastilhas cerâmicas das bordas e frisos da fachada principal não são mais visíveis, tendo sido ou removidas ou recobertas.</p> <p data-bbox="120 1249 2141 1361">A maior parte das unidades ainda preservam as esquadrias em ferro e vidro originais. A janela inferior possui aberturas de correr e janela superior abertura do tipo basculante. Em algumas unidades, as esquadrias originais foram já substituídas, em geral por janelas do tipo blindex e com perfil em alumínio. Os parapeitos estão preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>		

Tabela 6 – Descrição do estado de conservação do bloco F

Fonte das imagens: autora

BLOCO F TIPO: AFB – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFB – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco F é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações também quadradas (fig. 6). O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (fig. 7). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege e necessitam manutenção e pintura. Foram identificados alguns pontos de infiltração, manchas de mofo e outras sujidades sobretudo junto à laje de cobertura dos pilotis, ou no encontro entre a parede de cobogós e as lajes de cada andar. Há fiação e eletrodutos expostos junto à borda inferior do plano de cobogós. (fig. 6).

A torre de circulação anexa preserva sua forma original (figs. 5 e 7). Parece ter havido, entretanto, fechamento de sua conexão com os pilotis, já que nos outros blocos de tipo AFB, o elemento vertical é um volume solto ao nível do térreo. As aberturas da torre de circulação do bloco F são ainda em ferro e vidro e formam um dinâmico jogo compositivo, intercalando em diferentes alturas e à direita ou esquerda do plano, aberturas quadradas e retangulares (dispostas em sentido vertical ou horizontal).

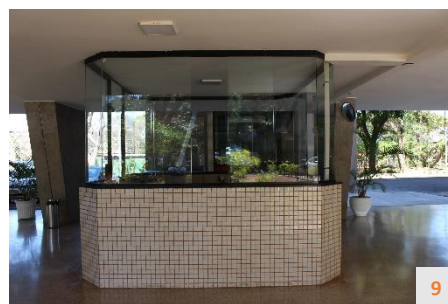
As pastilhas cerâmicas das bordas inferior, superior e laterais da fachada posterior, bem como as pastilhas da torre não são mais visíveis, tendo sido ou removidas ou recobertas. A fachada apresenta pintura na cor bege com textura rugosa.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco F encontram-se preservadas, mas o revestimento em pastilhas cerâmicas, como nas demais fachadas, não é mais visível. As empenas apresentam pintura com textura rugosa na cor bege (fig. 4). Há fiação aparente exposta nas fachadas laterais.



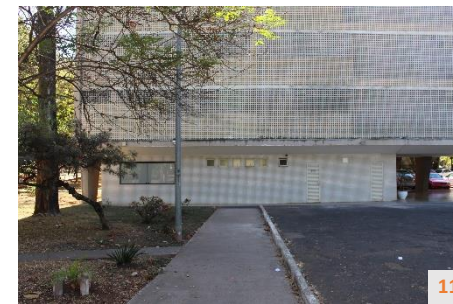
8



9



10



11

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco F mantém a espacialidade de seu pilotis parcialmente preservada. Segundo o Inventário da Unidade de Vizinhança realizada pelo Iphan (2009), parte do pilotis foi privatizado (fig. 11) para a criação de salas para funcionários e outros equipamentos em reforma realizada em 1998. A guarita da portaria acrescida apresenta forma retangular com chanfros nas arestas (fig. 9).

As prumadas de acesso mantêm o desenho limpo e a permeabilidade visual originais (fig 10). Cabe mencionar que o bloco apresenta área de estacionamento privativo, localizado entre a fachada posterior do bloco e a faixa arbórea, cujo acesso se dá através do pilotis.

O teto da área de pilotis permanece limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares (fig. 8). No interior das prumadas de acesso, entretanto, foi empregado forro de gesso retilíneo com frisos em detalhe escalonado (fig. 10). Apesar disso, a continuidade visual do plano de cobertura foi mantida.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. O bloco F é um dos poucos que não adotou revestimento de mármore, granitos ou cerâmica para os pilares e que mantêm a textura rústica e a coloração do granilite (fig. 8).

O piso cimentício original foi substituído por um piso em granilite na cor marrom (figs. 8, 9 e 10). O aspecto do piso é monolítico e sua cor é harmônica em relação aos calçamentos do entorno. Não há, porém, continuidade entre os pisos do pilotis e a área interna às prumadas, revestida por piso em porcelanato polido bege. As paredes das prumadas de acesso, guarita e outros volumes do espaço dos pilotis foram revestidas externamente por pastilhas cerâmicas de 5x5 cm na cor bege com rejunte espesso na cor marrom (figs. 9 e 10). As esquadrias originais das prumadas de acesso foram substituídas por panos de vidro blindex com perfil metálico preto. Os desenhos originais encontrados no Arquivo Público indicavam “gressite cinza” para os revestimentos das paredes externas das prumadas.

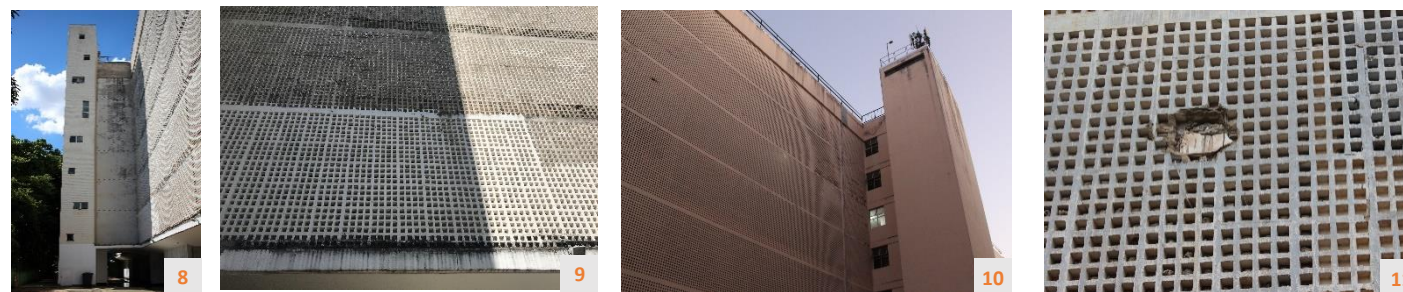
BLOCO G	TIPO: AFB – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 13/05/2022
 <p>SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO G</p>		
<p>DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p>O bloco G da SQS 108 é do tipo AFB-2, possui planta com três dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils em concreto com modulação regular. Foi inaugurado em 21/03/1960. Sua fachada principal está voltada para as fachadas laterais dos blocos D e H e sua fachada posterior, em cobogós, está voltada para o Jardim de Infância 108 Sul.</p>		
<p>DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>		
<p>Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, a trama de brises da fachada principal encontrava-se até 2020 pintada na cor bege. Naquele momento, foram identificadas algumas trincas, infiltrações e perda material em algumas placas (fig. 3). Os nichos da parte superior dos brises em cada um dos andares encontravam-se fechados por tela leve para evitar a proliferação de aves, como os pombos. As telas necessitavam manutenção, mas não comprometiam a relação de cheios e vazios original da fachada. Foi identificado ainda o uso de gradeamentos não padronizados em alguns nichos verticais, que alteravam um pouco a relação de cheios e vazios do conjunto (figs. 1 e 2). Havia algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada. Os parapeitos encontravam-se todos pintados em bege, em tom mais escuro do que o adotado para os brises. As bordas inferior e superior da fachada principal já não apresentavam o revestimento em pastilha cerâmica original (cor branca) e encontravam-se pintadas na cor bege. As pastilhas cerâmicas originais se mantinham nas duas bordas laterais, porém também recobertas por tinta na cor bege.</p>		
<p>Em agosto de 2021, a fachada principal do bloco passava por intervenção de manutenção, com recobrimento das placas de concreto dos brises. Em maio de 2022, a fachada do bloco seguia em reforma. As grades haviam sido removidas e os brises e emolduramentos da fachada principal foram todos pintados de branco (fig. 4).</p>		
<p>As esquadrias originais da fachada principal são em ferro e vidro, a janela inferior, instalada sobre parapeito, possui aberturas de correr e a janela superior possui aberturas do tipo basculante. Embora algumas unidades ainda preservem as janelas inferiores em ferro e vidro originais, em grande parte das unidades, as esquadrias foram substituídas. Em geral, por janelas com perfil em alumínio. Os parapeitos estavam preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>		

Tabela 7 – Descrição do estado de conservação do bloco G

Fonte das figuras 1 a 3: autora. Fonte da figura 4: Bruna Lima

BLOCO G TIPO: AFB – 2 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFB – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



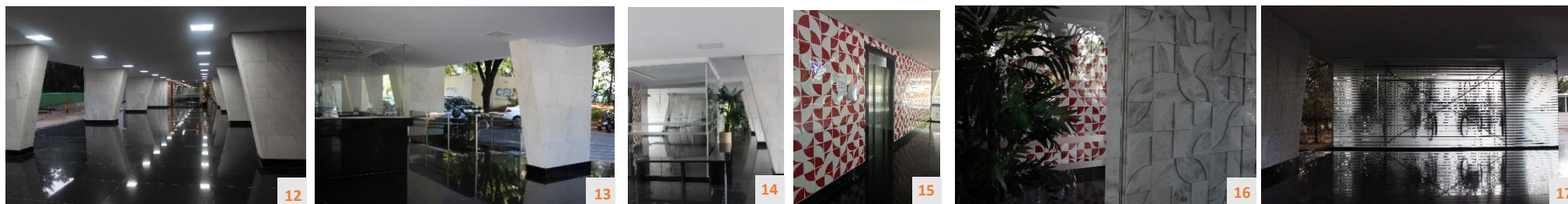
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco G é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações também quadradas (fig. 9). O plano encontra-se preservado em sua materialidade, porém com pontos com quebras (figs. 9, 10 e 11). Foram identificados pontos de infiltração, manchas de mofo e outras sujidades na extensão de toda a fachada de cobogós. Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estavam pintados na cor bege e necessitavam pintura.

A torre de circulação preserva sua forma original (figs. 8 e 10). As pastilhas cerâmicas originais que revestem a torre encontravam-se preservadas, mas pintadas em bege claro na área da base do elemento vertical. As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro. Embora tenham sido substituídas, o tamanho e desenho das aberturas foi mantido, preservando o jogo compositivo original.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco G encontravam-se preservadas e com suas pastilhas cerâmicas originais aparentes (figs. 6 e 7). A empena direita havia perdido parte do revestimento cerâmico original em sua porção superior (fig. 5).



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco G mantém a espacialidade de seu pilotis preservada, mas com alguns comprometimentos. Em reforma concluída em 2019, foram modificadas as prumadas de acesso, com demolição de parte do plano em alvenaria oposto aos volumes dos elevadores e substituição das esquadrias antigas (figs. 14, 15 e 16). O trecho do plano de alvenaria que foi demolido foi substituído por blindex e o trecho mantido foi revestido por painel geométrico em relevo de mármore branco (fig. 16). Em torno de parte do volume das prumadas, foram executados bancos fixos em granito escuro que, associados a vasos de plantas móveis, diminuem o espaço para a circulação (fig. 14). Os volumes que abrigam os elevadores foram revestidos por painel de azulejos nas cores vermelha e branca (fig. 15). Apesar dessas intervenções, a permeabilidade visual das prumadas foi preservada. A guarita apresenta desenho conciso e está bem localizada, não comprometendo a qualidade espacial. Entretanto, a rampa para acessibilidade, instalada logo em frente, bloqueia visualmente o vão entre dois pilares (fig. 13). Houve um acréscimo para bicicletário ao lado esquerdo do pilotis, executado em vidro com faixas em película translúcida. O bicicletário é leve e de pequenas proporções, não representando maiores prejuízos à espacialidade dos pilotis (fig. 17). O teto recebeu forro de gesso para ocultar novos sistemas de instalações e projeto de iluminação. Embora tenham adotado o revestimento em gesso, a solução é retilínea e mantém a continuidade visual do plano de cobertura. No interior da prumadas, apesar de preservada a continuidade visual do forro, foram adotados rasgos em “L” para iluminação embutida, que rompem com a pureza do plano de cobertura.

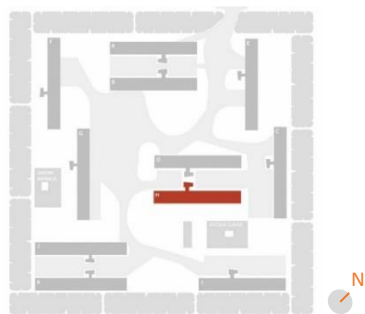
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970 e os pilares do bloco G foram revestidos por placas de mármore branco na década de 1980. O revestimento em mármore branco se mantém até hoje. O piso cimentício original foi substituído por piso em granilite uniforme em cor escura (IPHAN, 2009). Em reforma concluída em 2019, o piso em granilite escura foi novamente substituído, agora por placas em granito escuro polido (figs. 12 e 13). Os pilares revestidos em mármore branco receberam rodapé em granito escuro durante a mesma intervenção. A superfície do piso polido, associada ao novo projeto de iluminação, produz reflexos indesejáveis (fig. 12). O piso não mantém a continuidade visual com os calçamentos do entorno. Os materiais nobres, painéis decorativos e cromatismo adotados para a última reforma do pilotis do bloco G contrastam com a concepção original para o térreo dos blocos da SQS 108, para os quais foram previstos materiais modestos, em coloração discreta. Entende-se, portanto, que a escolha dos materiais representa prejuízos à autenticidade/originalidade do pilotis do edifício.

BLOCO H

TIPO: AFA – 4 FACHADA PRINCIPAL EM CORTINA DE VIDRO

DATA DA VISTORIA: 13/05/2022



SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO H



DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO

O bloco H da SQS 108 é do tipo AFA-4, possui planta com dois dormitórios e fachada principal em cortina de vidro. O bloco H, junto com o K, foram os primeiros a serem inaugurados na SQS 108, em 12/09/1959. Está localizado no centro da superquadra, com sua fachada principal voltada para a Escala Classe 108 e a fachada posterior paralela ao bloco D.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (EM CORTINA DE VIDRO)

A integridade da fachada principal foi comprometida por uma série de intervenções ou substituições realizadas individualmente nas esquadrias de vários apartamentos. Embora algumas unidades ainda mantenham as janelas em ferro e vidro transparente originais, alguns proprietários adotaram películas escuras em todo o plano envidraçado ou pintura em branco para a porção inferior da esquadria. Em outras unidades, os panos de fechamento originais foram completamente substituídos por esquadrias em outros materiais, tais como alumínio anodizado preto e blindex (figs. 1, 2 e 3). Além de não respeitarem os materiais originais, as novas esquadrias trazem espessuras de caixilhos diferentes, não seguem o padrão de abertura (as básculas superiores foram substituídas por janelas de correr em várias unidades) ou a modulação original. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada principal encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor azul (fig. 2). Há um eletroduto metálico ao longo de trecho da borda inferior.

A modulação original segue lógica compositiva típica das soluções de Niemeyer para fachadas envidraçadas, com a subdivisão das três faixas do plano de esquadria (guardacopo, janela de correr intermediária e basculantes superiores) em 4-3-4 partes para as salas e 3-2-3 para os dormitórios.

Alguns apartamentos adotaram gradeamentos pesados e em diferentes padrões, o que também representa prejuízos para a composição da fachada. Há condensadoras de ar-condicionado expostas em algumas unidades.

Tabela 8 – Descrição do estado de conservação do bloco H

Fonte das imagens: autora

BLOCO H TIPO: AFA – 4 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFA – 4 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco H é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares (figs. 5, 6 e 7). O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade. Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege claro e a pintura apresenta sinais de desgaste. Foram identificados alguns pontos de infiltração, com mofo e outras sujidades, sobretudo junto ao coroamento e base do volume principal, ou no encontro entre a porção inferior da parede de cobogós e as lajes de cada andar. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor azul (fig.6). A pintura azul apresenta sinais de desbotamento.

A torre de circulação anexa apresenta as pastilhas originais preservadas, mas estas foram pintadas na cor bege claro. Seu coroamento, frisos laterais e base da face que contém as esquadrias estão pintados na cor azul (figs. 5 e 7). As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (fig. 5). Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original das esquadrias da torre desse bloco em específico. Os parapeitos das janelas não estão revestidos por pastilhas cerâmicas, apenas pintados na cor bege claro.

A base da torre do bloco H foi revestida por placas de mármore (fig.7), o que compromete a integridade do elemento vertical e sua unidade com a torre do bloco D, localizada em frente. No térreo da torre, assim como no bloco D, houve o acréscimo de uma pequena marquise de entrada e há eletrodutos expostos.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco H encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro (fig. 4).

Há eletrodutos aparentes nas duas empenas laterais. As descargas dos para-raios descem junto aos pilares e são bastante visíveis.

Tabela 8 – Descrição do estado de conservação do bloco H

Fonte das imagens: autora



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

A espacialidade do bloco H manteve-se preservada até 2019 (fig.9), à exceção do acréscimo de uma guarita que, mal localizada, comprometia a volumetria de um de seus pilares (fig.10). Não haviam sido, até então, identificados acréscimos de área significativos na área dos pilotis ou da prumada de acesso. O térreo do bloco permanecia bastante bem integrado ao seu entorno. Seu teto continuava limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação em gesso ou frisos junto à porção superior dos pilares. A exceção é o interior da prumada de acesso, que em reforma recebeu moldura em sanca de gesso, comprometendo a integração do plano de cobertura do interior da prumada com o resto dos pilotis.

Esta pesquisa considera, entretanto, que a espacialidade dos pilotis do bloco H encontra-se sob ameaça de perda de sua integridade diante de reforma em curso para atualização de sua rede elétrica e hidráulica. A intervenção prevê a instalação de forro de gesso em toda a extensão dos pilotis e determinou a descida de canos de águas pluviais junto a alguns pilares (figs.11, 12 e 13).

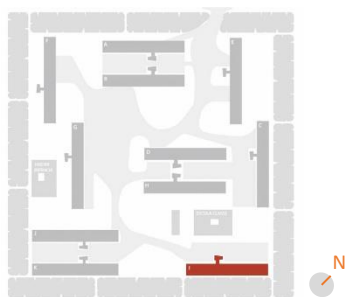
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. O bloco H é um dos poucos que não havia adotado ainda revestimento de mármore, granitos ou cerâmicas para seus apoios. Os pilares apresentam a textura rústica do granilite (fig.9). Quase todos os apoios estão preservados em sua forma e proporção originais, à exceção do ponto já mencionado, onde foi realizado o acréscimo de uma guarita em torno de um dos pilares, executada em alvenaria revestida por mármore branco e esquadrias em alumínio e vidro (fig.10). O piso cimentício original foi substituído por um piso em granilite nas cores cinza escuro, bege e branca, com desenho de paginação quadrangular. A prumada de acesso encontra-se revestida externamente por placas de mármore branco e com esquadrias em alumínio e vidro, em substituição às originais. O piso interno à prumada de acesso é o mesmo empregado nos pilotis. Na reforma em curso, alguns pilares tiveram sua seção aumentada para descida de canos de águas pluviais (fig. 13).

BLOCO I

TIPO: AFA – 3 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES

DATA DA VISTORIA: 23/08/2021



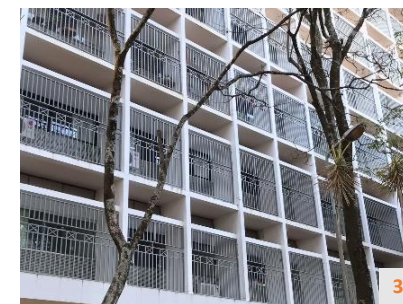
SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO I



1



2



3

DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO

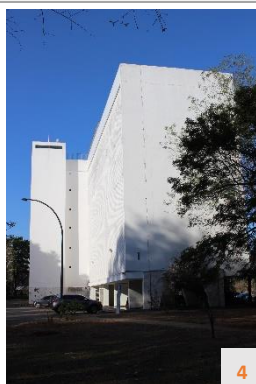
O bloco I da SQS 108 é do tipo AFA-3, possui planta com dois dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação variável. Foi inaugurado em 02/02/1960. Está localizado com sua fachada principal voltada para a faixa arbórea que separa a superquadra do Eixo Rodoviário e sua fachada posterior voltada para a Escola Classe 108 e para a fachada lateral do bloco C.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)

A trama de brises da fachada principal encontra-se em bom estado de conservação. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, os brises estão pintados na cor branca. Em alguns pontos, a pintura apresenta descascamentos e fissuras (figs. 1 e 2).

Apesar de apresentar bom estado de conservação, a fachada principal do edifício sofreu algumas intervenções significativas, comprometendo parcialmente sua integridade. Os parapeitos foram revestidos por mosaico de pastilhas cerâmicas de 2,5x2,5cm na cor cinza-esverdeado não previsto em projeto (fig.2). Segundo o Iphan (2009), a incorporação de pastilhas aos parapeitos data de reforma de 2001.

Todos os nichos inferiores da trama em concreto de cada andar apresentam hoje gradeamentos padronizados em ferro pintado de cinza (figs. 2 e 3). O aspecto pesado das grades compromete a composição de cheios e vazios original da fachada. Os nichos superiores não receberam nenhum tipo de fechamento e encontram-se preservados. Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada principal. As pastilhas cerâmicas das bordas inferior, superior e laterais da fachada encontram-se preservadas, mas pintadas na cor branca. As janelas originais da fachada principal são em ferro e vidro, a janela inferior, instalada sobre parapeito, possui aberturas de correr e a janela superior possui aberturas do tipo basculante. As aberturas superiores encontram-se preservadas. Embora alguns apartamentos ainda mantenham as janelas em ferro e vidro originais, em grande parte das unidades, as esquadrias foram substituídas. Os parapeitos apresentam pequenas variações de altura e não mantêm todos os alinhamentos da fachada original.

BLOCO I TIPO: AFA – 3 EMPENAS CEGAS**TIPO: AFA – 3 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS****DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA**

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco I é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (figs. 7, 8 e 10). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em branco e apresentam bom estado de manutenção. Há alguns pontos de descascamento da pintura, sobretudo na face externa das lajes de cada andar. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se com suas pastilhas cerâmicas originais preservadas, que foram pintadas na cor branca.

A torre de circulação anexa preserva sua volumetria original e as pastilhas cerâmicas originais estão preservadas, mas estas também se encontram pintadas na cor branca (figs. 7 e 8). As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro. Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original dessas aberturas em específico. Os parapeitos das janelas da torre não estão revestidos por pastilhas cerâmicas, apenas pintados na cor verde-claro.

A base da torre do bloco I foi revestida por placas de mármore, o que compromete a integridade do elemento vertical (fig. 9). No térreo da torre, houve o acréscimo de uma marquise metálica curva. Outra marquise do mesmo tipo foi anexada à fachada posterior, junto aos pilotis.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco I encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado (figs. 4, 5 e 6). As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor branca.

Há descidas de descarga de para-raios e outros eletrodutos aparentes nas duas fachadas laterais.

Tabela 9 – Descrição do estado de conservação do bloco I

Fonte das imagens: autora



11



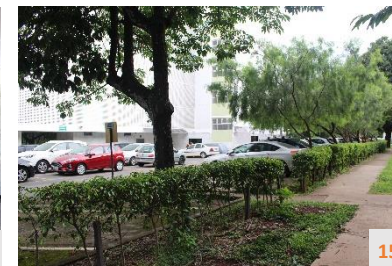
12



13



14



15

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco I preserva a espacialidade de seus pilotis, mas com alguns comprometimentos. Houve acréscimos de área para a construção de um bicicletário (fig.12), guarita e outros equipamentos. A guarita da portaria apresenta forma retangular com chanfros nas arestas. De acordo com o Iphan (2009), tais intervenções datam de reforma realizada em 2001. Apesar dos acréscimos, a permeabilidade visual e a livre circulação pelo interior dos pilotis foram mantidas (figs. 11, 13 e 14).

O teto da área de pilotis permanece limpo, sem incorporação de forros, sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares. Houve, entretanto, o acréscimo de detalhe em friso de gesso na porção superior das paredes do volume que abriga o bicicletário e a prumada de acesso.

Uma cerca viva contornando os pilotis e o perímetro da área de estacionamentos prejudica a integração do térreo do bloco I ao seu entorno (figs. 11 e 15).

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. Ainda segundo o Iphan (2009), em 2001 os pilares do bloco I foram revestidos por placas de mármore branco. O revestimento em mármore branco se mantém até os dias de hoje. O mesmo material foi empregado para recobrir externamente o volume da prumada de acesso e bicicletário, que apresentam aberturas com fechamentos em vidro blindex transparente com trechos recobertos por película translúcida (fig.12). A guarita da portaria é de alvenaria, revestida por granito escuro e com fechamentos em vidro blindex transparente (fig. 13).

O piso cimentício original foi primeiro substituído por granilite mesclado com mármore branco (IPHAN, 2009). Hoje todo o piso do térreo está revestido por placas em granito acinzentado e os pilares receberam rodapé em granito escuro (figs. 11, 12, 13 e 14). Tal intervenção dataria de reforma de 2001 (IPHAN, 2009). O piso polido não mantém a continuidade visual com os calçamentos do entorno. Além disso, parte dos calçamentos externos ao bloco foram substituídos, com instalação de faixa em pedra Miracema (fig. 11), material diferente do adotado para os calçamentos de outras áreas da superquadra. Entende-se, portanto, que a escolha dos materiais representa prejuízos à autenticidade/originalidade do pilotis do edifício.

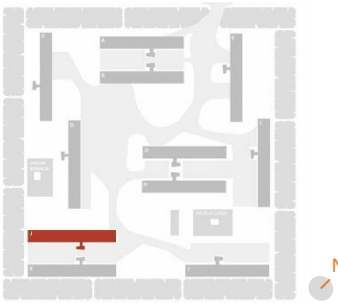
BLOCO J	TIPO: AFB – 2 FACHADA PRINCIPAL COM BRISES	DATA DA VISTORIA: 23/08/2021
 <p data-bbox="168 550 459 582">SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO J</p>		
<p>DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO</p>		
<p>O bloco J da SQS 108 é do tipo AFB-2, possui planta com três dormitórios e fachada principal protegida por trama de brise-soleils com modulação regular. Foi inaugurado em 02/02/1960. O edifício está localizado com sua fachada principal voltada para a lateral do bloco G e sua fachada posterior paralela à fachada posterior do bloco K.</p>		
<p>DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (COM BRISES)</p>		
<p>A trama de brises verticais e horizontais da fachada principal encontra-se preservada, mas necessita manutenção (figs. 1,2,3 e 4). Foram identificadas patologias como trincas, infiltrações, mofos e perda material em alguns pontos (figs. 3 e 4). Em uma das unidades, a remoção das esquadrias provocou quebras na placa de concreto. Originalmente em concreto aparente moldado “in loco”, os brises encontram-se pintados na cor bege. Como solução à proliferação de aves (pombos), optou-se pelo fechamento de todos os nichos superiores da trama com tela metálica leve, que não compromete a composição original da fachada, mas necessita manutenção (algumas peças estão deformadas e soltas).</p> <p>A incorporação de gradeamentos pesados e não padronizados em alguns nichos verticais compromete a relação de cheios e vazios do conjunto (figs. 3 e 4). Há algumas condensadoras de ar-condicionado expostas na fachada.</p> <p>Os parapeitos encontram-se pintados na cor pêssego, com variações de tonalidade entre as unidades, com alguns elementos pintados em bege. As pastilhas cerâmicas das bordas superior, inferior e laterais da fachada principal encontram-se preservadas, mas foram pintadas na cor bege claro.</p> <p>Poucas unidades ainda mantêm as esquadrias em ferro e vidro originais. A janela inferior possui aberturas de correr e janela superior abertura do tipo basculante. As aberturas superiores foram mantidas. Na maior parte dos apartamentos, as esquadrias originais foram substituídas por janelas do tipo blindex e com perfil em alumínio, em cor natural ou preta. Os parapeitos estão preservados em suas alturas e alinhamentos.</p>		

Tabela 10 – Descrição do estado de conservação do bloco J

Fonte das imagens: autora


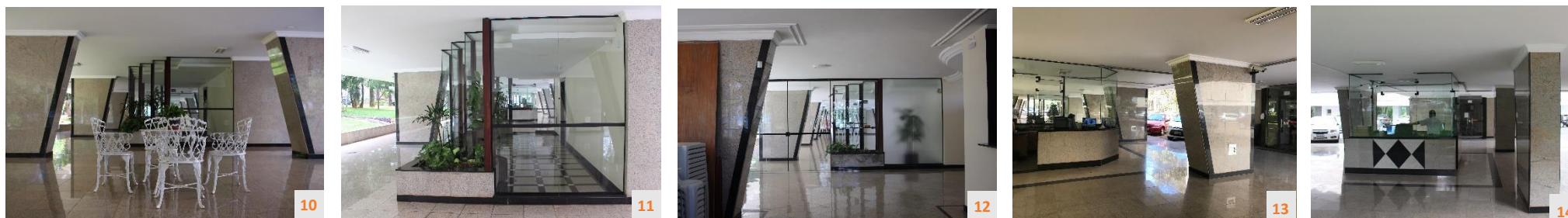
BLOCO J TIPO: AFB – 2 EMPENAS CEGAS	TIPO: AFB – 2 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS
	   
<p>DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA</p>	
<p>O plano de cobogós da fachada posterior do bloco J é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares (figs. 6,7 e 8). O plano encontra-se preservado, mas necessita manutenção e pintura. Foram identificados pontos de infiltração, manchas de mofo e outras sujidades na extensão de toda a fachada de cobogós. Há sinais de mofo mais severo sobretudo ao longo da base do plano (figs. 7 e 8). Foram identificados ainda alguns pontos com quebras e desgastes materiais nas peças de elementos vazados. Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege. A pintura apresenta descascamentos em toda a extensão do plano. As bordas inferior, superior e laterais da fachada posterior encontram-se preservadas, mas estão pintadas na cor bege. Há fiação e eletrodutos expostos na fachada posterior (fig. 9).</p> <p>A torre de circulação anexa preserva sua forma original, mas necessita manutenção. As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (figs. 6 e 7). Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original das esquadrias desse bloco em específico. Os parapeitos das janelas da torre não estão revestidos por pastilhas cerâmicas, apenas pintados, e apresentam significativo desgaste material (fig.6).</p>	
<p>DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS</p>	
<p>As duas empenas laterais cegas do bloco J encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro (fig. 5). As empenas não apresentam fiação ou eletrodutos aparentes.</p>	

Tabela 10 – Descrição do estado de conservação do bloco J

Fonte das imagens: autora



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

A espacialidade dos pilotis do bloco J está descaracterizada. O térreo do bloco sofreu muitos acréscimos de área em relação ao projeto implantado, com criação de salão de festas (fig. 12), bicicletário e outros equipamentos que representam prejuízos à sua integração com o entorno. De acordo com o Iphan (2009), tais intervenções datam de reforma de 1999. O desenho das prumadas de acesso foi completamente modificado com demolição dos planos de alvenaria opostos ao volume dos elevadores, e sua substituição por fechamento em vidro escalonado e jardineiras (fig. 11). A guarita da portaria acrescida apresenta forma retangular com chanfros (figs. 13 e 14).

O plano de cobertura da área de pilotis também foi bastante alterado, com acréscimo de sancas na área das prumadas de acesso e frisos em gesso junto à porção superior dos pilares (figs. 10, 11 e 12). Há dutos de instalações prediais expostos em alguns pontos da cobertura do térreo (fig. 13). Uma pequena mureta (fig. 11) incorporada à parte do perímetro do pilotis dificulta a acessibilidade e livre circulação entre os blocos. Outra intervenção que compromete a integração do edifício ao entorno é a cerca-viva de cerca de 2 metros de altura instalada entre as fachadas laterais dos blocos J e K, consituindo uma espécie de muro vegetal entre a área de estacionamento e a faixa arborizada que separa a superquadra do Clube de Vizinhança.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente. Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), todos os pilares dos blocos da SQS 108 receberam tratamento em granilite rústico na década de 1970. Os pilares e as paredes das prumadas do bloco J encontram-se todos revestidos externamente por placas de granito marrom, com arestas revestidas por filetes de granito escuro e rodapés em granito também escuro (figs. 10 a 14). Esta segunda intervenção dataria, de acordo como o Iphan, de 1999. O piso cimentício original foi primeiro substituído por granilite mesclado com mármore branco (IPHAN, 2009). Hoje todo o piso do térreo está revestido por placas em granito marrom (figs. 10 a 14), mesmo material adotado para os pilares, também na reforma realizada em 1999. O piso não mantém a continuidade visual com os calçamentos do entorno. Os materiais nobres, o desenho irregular adotado para as novas prumadas do bloco J e as alterações no seu plano de cobertura contrastam com a concepção original para o térreo dos blocos da SQS 108, para os quais foram previstos materiais modestos e volumes e espacialidade concisos. Entende-se, portanto, que a escolha dos materiais representa prejuízos à autenticidade/originalidade do pilotis do edifício.

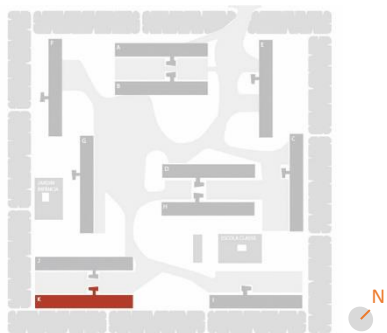
Tabela 10 – Descrição do estado de conservação do bloco J

Fonte das imagens: autora

BLOCO K

TIPO: AFB – 4 FACHADA PRINCIPAL EM CORTINA DE VIDRO

DATA DA VISTORIA: 23/08/2021



SQS 108 - LOCALIZAÇÃO BLOCO K



1



2



3

DESCRIÇÃO GERAL DO BLOCO

O bloco K da SQS 108 é do tipo AFB-4, possui planta com três dormitórios e fachada principal em cortina de vidro. Está localizado com sua fachada principal voltada para a faixa arbórea que separa a superquadra do Eixo Rodoviário e sua fachada posterior paralela ao bloco J. O bloco K, junto com o bloco H, foram os primeiros a serem inaugurados na SQS 108, em 12/09/1959.

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL (EM CORTINA DE VIDRO)

As esquadrias originais são em ferro e vidro e sua modulação segue lógica compositiva típica das soluções de Niemeyer para fachadas envidraçadas, com a subdivisão das três faixas do plano de esquadria (guardacorpo, janela de correr intermediária e basculantes superiores) em 4-3-4 partes para as salas e 3-2-3 para os dormitórios.

A integridade da fachada principal do bloco K foi comprometida por uma série de intervenções ou substituições realizadas individualmente nas esquadrias de vários apartamentos (figs. 1, 2 e 3). Em várias unidades, os panos de fechamento originais foram completamente substituídos por esquadrias em outros materiais, tais como alumínio anodizado preto e blindex. Além de não respeitarem os materiais originais, as novas esquadrias trazem espessuras de caixilhos diferentes, não seguem o padrão de abertura ou a modulação original. Alguns proprietários adotaram películas escuras em todo o plano envidraçado ou na sua porção inferior.

Há ainda alguns apartamentos que adotaram gradeamentos pesados e em diferentes padrões, o que também representa prejuízos para a composição da fachada. Há condensadoras de ar-condicionado expostas em algumas unidades (fig. 3).

As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada principal encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas também em branco.

Tabela 11 – Descrição do estado de conservação do bloco K

Fonte das imagens: autora

BLOCO K TIPO: AFB – 4 EMPENAS CEGAS

TIPO: AFB – 4 FACHADA POSTERIOR COM COBOGÓS



DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA POSTERIOR (COM COBOGÓS) E TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA

O plano de cobogós da fachada posterior do bloco K é composto pela justaposição, entre as lajes de cada andar, de peças quadradas com perfurações circulares. O plano encontra-se íntegro e preservado em sua materialidade (figs. 5, 6, 7 e 8). Originalmente caiados (de acordo com desenhos encontrados), os cobogós estão pintados em bege claro. Foram identificados poucos pontos com patologias, tais como mofo, infiltrações e outras sujidades, sobretudo junto à base do volume principal. As bordas inferior, superior e laterais do plano da fachada posterior encontram-se revestidas pelas pastilhas cerâmicas originais (brancas), que foram pintadas na cor bege. Há eletrodutos expostos junto à face externa da laje de cobertura dos pilotis.

A torre de circulação anexa apresenta as pastilhas originais preservadas, mas estas foram pintadas na cor bege claro. As esquadrias da torre de circulação foram substituídas por outras em alumínio e vidro (fig. 5). Esta pesquisa não encontrou informações sobre o desenho ou proporção original dessas esquadrias em específico. Os parapeitos das janelas da torre não estão revestidos por pastilhas cerâmicas, apenas pintados na cor bege claro.

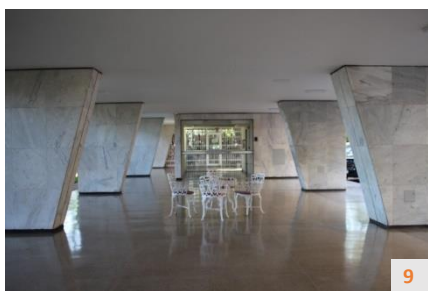
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS CEGAS

As duas empenas laterais cegas do bloco K encontram-se íntegras e com seu revestimento em pastilha cerâmica original preservado. As pastilhas foram, entretanto, pintadas na cor bege claro (fig. 4).

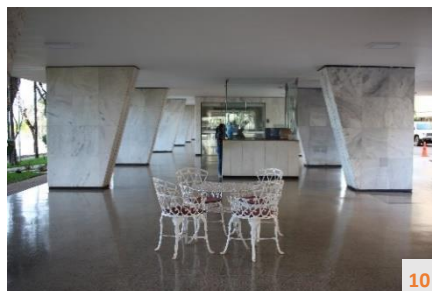
Há fiação aparente nas duas empenas laterais. As descargas dos para-raios descem junto aos pilares e são bastante visíveis. Na fachada lateral esquerda, há um cano para drenagem de águas pluviais exposto.

Tabela 11 – Descrição do estado de conservação do bloco K

Fonte das imagens: autora



9



10



11



12



13

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DA ESPACIALIDADE DOS PILOTIS

Avaliou-se que o bloco K mantém a espacialidade moderna de seu pilotis bem preservada (figs. 9, 10 e 12). Não foram identificados acréscimos ou mudanças significativas na área dos pilotis ou das prumadas de acesso. O térreo do bloco permanece bastante bem integrado ao seu entorno, com exceção do lado esquerdo do edifício, onde um trecho do pilotis foi fechado com gradeamentos para bicicletário (fig.11). Outra intervenção que compromete a integração do edifício ao entorno é a cerca-viva de cerca de 2 metros de altura instalada entre as fachadas laterais dos blocos K e J, constituindo uma espécie de muro vegetal entre a área de estacionamento e a faixa arborizada que separa a superquadra do Clube de Vizinhança.

A guarita apresenta desenho limpo e não compromete a circulação ou permeabilidade visual do espaço (fig. 10). Há alguns mesas e cadeiras para o encontro ou descanso de moradores nos pilotis, que tampouco prejudicam a circulação.

O teto da área de pilotis permanece limpo, sem acréscimos de sancas, detalhes de iluminação ou frisos junto à porção superior dos pilares. A exceção é o interior das prumadas de acesso, onde foram incorporados detalhes em sanca de gesso (fig. 13).

DESCRIÇÃO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS DOS PILOTIS

Os pilares trapezoidais eram originalmente em concreto aparente (fig. 9 e 10). Sua forma e proporção estão preservadas. Segundo o Inventário do Iphan (2009), os pilares do bloco K foram revestidos por placas de mármore branco na década de 1980.

As prumadas de acesso à torre também se encontram revestidas externamente por placas de mármore branco. As esquadrias das prumadas foram substituídas por fechamentos em blindex. A guarita da portaria adota os mesmos materiais (fig. 10).

O piso cimentício original foi substituído por piso em granilite mesclado com mármore branco na cor cinza amarronzado. O aspecto do piso é monolítico e sua cor é harmônica em relação aos calçamentos do entorno. Cabe citar, entretanto, a incorporação de calçamento em pedra Miracema ao longo da fachada principal do bloco (fig. 11), material diferente do adotado para as calçadas de outras áreas da superquadra.

ATRIBUTO	RECOMENDAÇÕES
<p>FACHADA COM BRISE – SOLEILS</p>	<p>Limpeza e pintura periódicas das superfícies. Manter coloração neutra para a pintura dos brises.</p> <p>Tratamento de patologias (infiltrações, carbonatação, perda da camada de recobrimento do concreto, quebras e fissuras etc.) mediante a supervisão por profissionais capacitados da área de conservação e restauro do patrimônio construído em concreto. Evitar recobrimentos que alterem significativamente a espessura original das placas de concreto.</p> <p>O revestimento dos brises ou parapeitos das janelas com pastilhas cerâmicas é desaconselhado.</p> <p>Empregar a mesma cor para a pintura dos parapeitos do bloco. As cores adotadas por cada edifício devem ser harmônicas entre si e em relação à paisagem.</p> <p>Buscar soluções conjuntas (comuns aos blocos da SQS 108) para a proliferação de aves nos nichos superiores. Adotar, preferencialmente, fechamentos leves, translúcidos, facilmente removíveis e que não comprometam a relação de cheios e vazios da fachada.</p> <p>O uso de gradeamentos deve ser evitado. Caso sejam uma reivindicação incontornável, adotar desenhos padronizados para as unidades, preferencialmente não só do mesmo bloco, mas de toda a quadra. Os gradis devem ser reversíveis, de desenho limpo e instalados junto ao plano interno da fachada (janelas das unidades) e representar o menor dano possível à leitura dos cheios e vazios da fachada e à apreensão da paisagem a partir do interior das unidades. A mesma recomendação é feita em relação às redes de segurança.</p> <p>Manter, sempre que possível, as esquadrias originais. Quando inevitáveis, as substituições devem respeitar desenho, modulação, material (ferro e vidro), padrão de abertura (janelas de correr e básculas superiores) e alinhamentos originais das esquadrias.</p> <p>Minimizar o impacto visual dos aparelhos de ar-condicionado. Se possível, estudar soluções que aproveitem os dutos e fossos existentes e concentrem as condensadoras na fachada posterior de cobogós (LIRA; GIANNECCHINI, 2012).</p>
<p>FACHADA COM PLANO DE COBOGÓS</p>	<p>Limpeza e pintura periódicas das superfícies. Manter cor branca para o plano de cobogós.</p> <p>Deve ser feito o tratamento periódico de patologias como infiltrações e mofos, presentes sobretudo na base e topo das fachadas.</p> <p>No caso de quebras, a substituição dos elementos danificados deve ser feita por novas peças que mantenham, sempre que possível, o material, desenho, modulação e dimensionamento das peças originais. Sugere-se que as peças de cobogós substituídas sejam datadas mediante algum tipo de marcação em sua superfície para que, em restauros posteriores, seja possível identificá-las.</p>

Tabela 12 – Recomendações para intervenções nos blocos da SQS 108.

ATRIBUTO	RECOMENDAÇÕES
<p align="center">FACHADA ENVIDRAÇADA (CORTINA DE VIDRO)</p>	<p>Manter, sempre que possível, as esquadrias originais. Quando a perda dos caixilhos for inevitável, sugere-se que as substituições respeitem os princípios compositivos e de materialidade da fachada original (ferro e vidro), além do tipo de abertura previstos: modulação com a subdivisão das três faixas do plano de esquadria (guarda-corpo, janela de correr intermediária e basculantes superiores) em 4-3-4 partes para as salas e 3-2-3 para os dormitórios.</p> <p>Manutenção da transparência da fachada principal. A instalação de películas escuras, coloridas ou espelhadas é fortemente desaconselhada.</p> <p>As questões de privacidade ou proteção quanto à incidência solar devem ser resolvidas por meio da adoção de soluções como cortinas e persianas móveis para as unidades, a serem escolhidas individualmente pelos moradores ou coletivamente, em soluções padronizadas adotadas pelo condomínio. O acréscimo de toldos é desaconselhado.</p> <p>O uso de gradeamentos deve ser evitado. Caso sejam uma reivindicação incontornável, adotar desenhos padronizados para as unidades, preferencialmente não só do mesmo bloco, mas de toda a quadra. Os gradis devem ter desenho limpo, ser reversíveis, instalados internamente aos apartamentos e representar o menor dano possível à apreensão da paisagem. A mesma recomendação é feita em relação às redes de segurança.</p> <p>Minimizar o impacto visual dos aparelhos de ar-condicionado. Estudar soluções que aproveitem os dutos e fossos existentes e concentrem as condensadoras na fachada posterior de cobogós (LIRA; GIANNECCHINI, 2012).</p>
<p align="center">EMPENAS CEGAS</p>	<p>Manutenção do plano completamente cego (sem aberturas).</p> <p>Manter, sempre que possível, as pastilhas cerâmicas brancas originais (amareladas pela pátina), evitando sua pintura. Quando a pintura já tiver sido realizada sobre as pastilhas e sua remoção for tecnicamente inviável, buscar sempre uma coloração próxima à neutralidade original, excluindo-se grafismos e cores extravagantes.</p> <p>Em situações em que as pastilhas originais já foram removidas ou sua manutenção for inviável, recomenda-se, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Inventário do Iphan (2009), a adoção de materiais semelhantes em reformas posteriores, indicando que se trata de uma substituição posterior, não original.</p> <p>Minimizar o impacto visual dos eletrodutos nas empenas. Quando não puderem ser embutidos, devem ser pintados na mesma cor da empena e pilares. Sugere-se que seja estudada a possibilidade de descida dos para-raios junto à torre de circulação vertical e não junto às fachadas laterais.</p>

Tabela 12 – Recomendações para intervenções nos blocos da SQS 108.

ATRIBUTO	RECOMENDAÇÕES
<p>TORRE DE CIRCULAÇÃO ANEXA</p>	<p>Devem ser mantidas, sempre que possível, as pastilhas cerâmicas brancas originais (hoje amareladas pela pátina), evitando a sua pintura. No caso das torres onde a pintura já houver sido realizada, deve-se buscar uma coloração próxima à neutralidade original, excluindo-se grafismos e cores extravagantes.</p> <p>Nos casos em que houver perda do revestimento, sugere-se a adoção de materiais semelhantes em reformas, indicando que se trata de uma substituição posterior. O mesmo tipo de material e cor devem ser adotados para a integridade do elemento vertical.</p> <p>Quanto às aberturas junto às escadas, encoraja-se sempre que possível, a manutenção dos caixilhos originais. Quando a reposição for inevitável, a proporção, o material (ferro e vidro) e tipo das aberturas originais devem ser respeitados.</p> <p>A incorporação de elementos como toldos e marquises junto aos acessos das torres deve ser evitada. Mas caso o abrigo junto à entrada seja uma reivindicação incontornável por parte dos moradores, devem ser adotadas soluções leves, de desenho simples e que permitam sua posterior remoção (reversibilidade).</p>
<p>MANUTENÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DOS MATERIAIS</p>	<p>A materialidade original (pastilhas, caixilhos em ferro, pisos) deve ser mantida sempre que possível, seguindo os princípios de respeito à pátina e da mínima intervenção.</p> <p>Quando a perda for inevitável, devem ser adotados novos materiais que respeitem as premissas do projeto, aproximando-se à ideia de emprego de revestimentos modestos e em cores discretas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Inventário do Iphan (2009). Devem ser empregados, de preferência, materiais que garantam semelhante processo de envelhecimento das superfícies (LIRA; GIANNECCHINI, 2012, p. 13).</p> <p>A adoção de materiais semelhantes em reformas deve ser realizada com a indicação de que se trata de uma substituição posterior, não original. Neste caso, sugere-se que a indicação seja marcada, quando possível, por marcações nas peças ou por meio de delicadas alterações no padrão de paginação, dimensão dos revestimentos ou mesmo sutil variação cromática.</p> <p>Cada uma das intervenções realizadas deve ser devidamente documentada e registrada, para que seja distinguível e datada enquanto ação posterior à construção dos blocos, através de fotos, relatórios e desenhos. Devem ser registrados tanto o estado anterior à intervenção, quanto a intervenção em processo e seu estado posterior.</p>

Tabela 12 – Recomendações para intervenções nos blocos da SQS 108.

ATRIBUTO	RECOMENDAÇÕES
<p>PILARES TRAPEZOIDAIS</p>	<p>Os pilares devem ser preservados em seu desenho e proporção.</p> <p>Não devem ser incorporados dutos de instalações prediais que modifiquem a seção desses elementos de apoio.</p> <p>A instalação de guaritas ou a construção de outros equipamentos em torno dos pilares que modifiquem sua forma é fortemente desaconselhada.</p> <p>Deve-se manter, sempre que possível, o aspecto rústico e escuro de suas superfícies, ainda que não correspondam mais ao concreto aparente original.</p> <p>A incorporação de rodapés junto à base dos pilares ou frisos de gesso na sua porção superior é desaconselhada.</p>
<p>A ESPACIALIDADE DOS PILOTIS</p>	<p>Devem ser evitadas barreiras visuais e físicas que representem elementos bloqueadores dos principais campos visuais e da fluidez de circulação, sejam elas paredes, cercas-vivas, mobiliário, rampas de acesso ou guarda-corpos mal localizados. O bloco permanecer bem integrado a seu entorno.</p> <p>O desenho das prumadas de acesso deve ser mantido o mais próximo possível ao original, preservando a geometria pura das suas linhas compositivas e priorizando a transparência e permeabilidade visual. As guaritas dos porteiros (acréscimos) devem seguir os mesmos princípios.</p> <p>A cobertura do pilotis deve ser mantida, em toda a sua extensão (incluindo prumadas de acesso e guaritas) enquanto plano retangular puro. O uso de sancas, detalhes em gesso para iluminação embutida ou frisos na porção superior dos pilares são desaconselhados.</p> <p>Acréscimos como salões de festas, bicicletários e outros devem ser, na medida do possível, evitados ou criteriosamente avaliados para não representarem rupturas à permeabilidade e espacialidade dos pilotis. Caso tais acréscimos sejam considerados uma demanda fundamental por parte dos moradores, devem seguir os princípios da reversibilidade e mínima intervenção, garantindo, sempre que possível, a manutenção dos campos visuais, o respeito aos aspectos compositivos, aos materiais, texturas e cores dos térreos.</p> <p>Seguindo as recomendações do Icomos (2017), os acréscimos devem ser claramente distinguíveis em relação ao estado anterior à sua execução e harmônicos ao existente. As intervenções devem ser documentadas, possibilitando sua revisão e análise em práticas patrimoniais posteriores.</p> <p>Para pilotis já bastante descaracterizados, pode-se avaliar criteriosamente, em reformas ou intervenções futuras, a possibilidade de retomar alguns princípios da espacialidade moderna expressos no desenho original dos térreos, observando não apenas aspectos de genuidade material, mas também de inteireza, organização do espaço, forma e continuidade em relação ao entorno.</p>

Tabela 12 – Recomendações para intervenções nos blocos da SQS 108.

A SQS 108 e a comunidade

Embora este trabalho, por limitações do escopo da pesquisa, não tenha envolvido mais diretamente a comunidade para determinação de seus valores e significância, foram encontrados vários indícios de que os moradores exprimem um sentimento de percentencimento em relação à SQS 108 e seus blocos e ainda de que a comunidade reconhece a sua importância enquanto marco histórico da fundação do Plano Piloto e identidade do habitar brasiliense.

Há a pequena banca de jornais que em seu letrreiro intitula-se *“Banca Cultural 108 sul”* e traz a mensagem: *“Brasília começou aqui e amanheceu capital. Essa foi a manchete do dia vendida por Lourival [...]”*. Além da banca, uma placa improvisada na entrada da superquadra, elaborada pela prefeitura e moradores, também destaca o pioneirismo da SQS 108, trazendo os dizeres: *“Bem-vindo à SQS 108: Primeira superquadra de Brasília. Projeto de Oscar Niemeyer. Brasília começou aqui”*. A prumada de acesso de um dos blocos exibe, em uma de suas paredes, fotos dos edifícios em sua fase de construção emolduradas.

O perfil de *Instagram* Histórias de Brasília⁸¹ publicou em algumas ocasiões fotos da SQS 108 em sua primeira década e houve grande interesse pelas postagens sobre essa superquadra, não só por parte de moradores e ex-moradores, mas também pela comunidade em geral. Uma das imagens divulgadas, foto dos operários do IAPB ocupando os pilotis de um dos blocos durante a celebração da festa da cumeieira, recebeu inúmeros comentários⁸² que expressavam sentimentos como a

gratidão e reconhecimento do trabalho dos candagos: *“total respeito por eles. Sem os quais não estaríamos aqui”, “meu pai e tio ajudaram na construção de Brasília, será que eles estão aí nessa foto?” e “viva a coragem dos candagos”*. Há os que reconhecem a arquitetura dos blocos como parte de sua identidade: *“brinquei demais nesses pilotis e nos corredores com cobogós”, “nossa história”, “já morei três anos no A e agora moro no D há quatro anos. Uma honra para mim e minha família” ou “brinquei muito nesses prédios”*. Há os que destacam seu pioneirismo e reconhecem a SQS 108 enquanto marco da fundação do Plano Piloto: *“Nossa! Primeira quadra, se não me engano. E a Igrejinha veio antes, em 58. “ e “moro na 108 e amei ver a foto. O prédio onde moro foi inaugurado em fevereiro de 1960, dois meses antes da inauguração oficial da cidade”*. Os comentários dos usuários reconheciam ainda a importância dos pilotis enquanto espaço público que deve permanecer aberto à comunidade: *“hoje alguns insensatos querem proibir as crianças de brincar nos pilotis”; “hoje em dia não se pode nem mais passar pelos pilotis [...] para quem não sabe pilotis é área pública” ou “essa foto deve dar um nervoso naqueles síndicos/moradores de hoje que não gostam de gente debaixo do bloco”*. Outros reconhecem na arquitetura dos blocos valores que não estão presentes na produção habitacional mais recente da cidade: *“pena que a atmosfera utópica não resistiu à especulação imobiliária”*. E ainda há os que comentam a integração dos blocos com a quadra e seus equipamentos: *“Deve ser o bloco H, onde morei. Estudei na escolinha em frente. Da janela, minha bisa nos dava tchau na hora do recreio. Saudades!” ou “brinquei muito no parquinho!”*.

⁸¹ O perfil histórias de Brasília reúne imagens e relatos sobre o Plano Piloto e as cidades de seu entorno. Além de apresentar fotos de acervos fotográficos como o do Arquivo Público do DF, conta com a colaboração de uma rede de cerca de 100 mil seguidores, que enviam antigas fotos de álbuns de família e relatam suas histórias.

⁸² Entre aspas está a transcrição de alguns dos comentários feitos por usuários da rede social *Instagram* à foto com o pilotis da SQS 108, que foi publicada pelo perfil Histórias de Brasília em 11/03/2021 e em 09/03/2022.

Ainda que baseada no imediatismo das redes sociais, a leitura dos sintéticos e espontâneos comentários evidencia que para a comunidade, a preservação da arquitetura dos blocos pode ser de grande relevância, já que nela são reconhecidos valores materiais e imateriais. Embora contemplem também a dimensão do privado, buscou-se defender aqui que os blocos da SQS 108 representam um patrimônio cultural na medida em que se constroem enquanto espaços de interesse da coletividade.



Figura 217 – Fachada do bloco G, 2021. Fonte: autora.

Considerações finais

Esta dissertação buscou corroborar não só para um entendimento mais detalhado acerca dos blocos de tipo AFA e AFB projetados para a SQS 108, como também relativo ao papel desempenhado por Oscar Niemeyer e equipe para a definição da escala residencial em Brasília. Durante o processo de pesquisa, ficou claro que ainda que os blocos para o IAPB tenham sido já citados em alguns artigos e publicações, esses edifícios não haviam sido até então objeto de análise mais aprofundada em trabalhos acadêmicos. Embora sejam reconhecidos pela historiografia enquanto exemplares significativos e pioneiros da arquitetura das superquadras, as abordagens são, em sua maioria, brevemente descritivas e algumas trazem ainda certas imprecisões. Acredita-se, portanto, que as informações e documentos reunidos aqui possam servir de apoio para práticas patrimoniais futuras.

A partir da pesquisa sobre os blocos do IAPB e sua posterior análise sob ponto-de-vista patrimonial, este trabalho considera que ainda que a preservação da escala residencial de Brasília esteja baseada na manutenção de seus princípios urbanísticos e de volumetria predial e não determine a salvaguarda das edificações existentes, a visão muitas vezes naturalizada de que as intervenções arquitetônicas insensíveis às questões patrimoniais nos blocos de superquadra não representam danos (ainda que pequenos) à integridade da escala residencial está longe de ser um paradigma absoluto ou um problema resolvido. O imbricamento no movimento moderno entre forma urbana e edifício estabelece uma relação de continuidade espacial em que os limites entre a arquitetura e o urbanismo tornam-se difusos, de difícil precisão. Onde terminaria o bloco e começaria a cidade? Em que medida os

blocos não seriam também a cidade? A partir desse ponto-de-vista, determinar até que ponto mudanças significativas na arquitetura dos pilotis e fachadas dos edifícios interferem ou constituem prejuízos à autenticidade/integridade da escala residencial passa a ser um grande desafio.

Esta pesquisa cogita, portanto, que uma escala de gradação de significância cultural poderia ser adotada em relação ao heterogêneo acervo arquitetônico que conforma hoje o eixo residencial da cidade, reconhecendo e valorando aqueles blocos que são testemunhos de um período marcante da arquitetura moderna brasileira e da implantação e consolidação do ideário do Plano Piloto. Para isso, parece fundamental a pesquisa mais detalhada e específica sobre seus blocos mais significativos, baseada na análise de documentação projetual, dados históricos e memória de arquitetos e moradores. Entende-se que o tratamento que é, na prática, equivalente entre toda a produção acaba por não estabelecer diretrizes mais específicas para as intervenções em cada um desses edifícios, dificultado a tomada de decisão para a gestão desse patrimônio e deixando vulneráveis aquelas arquiteturas que se entende como importantes para a Brasília contemporânea e para as futuras gerações.

Pretendeu-se aqui contextualizar os blocos da SQS 108 como pertencentes a alguns acervos significativos para a habitação no movimento moderno brasileiro, já que integram a produção estatal promovida pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, estão filiados e carregam atributos e soluções comuns a outros exemplares da produção de Niemeyer em habitação coletiva e ainda porque representam um protótipo para a ocupação da escala residencial de Brasília.

A partir da sua análise sob o ponto-de-vista patrimonial, buscou-se também apontar algumas sugestões para futuras intervenções nesses blocos, que, além de considerar as recomendações mais gerais já feitas pelo Iphan para o conjunto de blocos de superquadra, também levassem em consideração algumas características que são específicas dos blocos de tipo AFA e AFB de Oscar Niemeyer.

Salienta-se que as possíveis contribuições para a valoração dos blocos da SQS 108 ou recomendações para intervenções de restauro e conservação trazidas por essa pesquisa são ainda limitadas, posto que estão sobretudo fundamentadas na base documental reunida, no depoimento de arquitetos envolvidos na construção do Plano Piloto, nas visões de especialistas acerca da preservação da escala residencial de Brasília, relacionadas à teoria da conservação e às recomendações de órgãos como Docomomo ou Icomos. Este trabalho reconhece a crucialidade do envolvimento popular nas práticas patrimoniais e considera os debates mais recentes sobre significância cultural e sua mutabilidade, mas não se propôs, no tempo limitado para a pesquisa, a envolver a comunidade imediata para a valoração de seus atributos. Entende-se, entretanto, que as possíveis contribuições e achados apenas terão validade se apresentados, confrontados e discutidos entre moradores e comunidade imediata.

Como possível resposta a esta lacuna, sugere-se como passo seguinte para a análise e definição de critérios voltados à preservação dos blocos da SQS 108 a aplicação de instrumentos como a Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade – DSIA, proposta por Pontual e Lira. Trata-se de uma ferramenta de avaliação da valoração e integridade/autenticidade dos objetos patrimoniais com abordagem intersubjetiva que, por meio da participação de especialistas e atores

sociais, pretende determinar a significância da obra e estabelecer diretrizes para a sua gestão patrimonial (TABOSA, 2021).

Outra reflexão gerada pelo processo de pesquisa é a de que assim como o livro “A invenção da superquadra” representou um instrumento importante de valoração dos blocos do Plano Piloto, reunindo desenhos técnicos, informações de autoria, fotos e dados históricos dos projetos habitacionais, atuando como uma espécie de inventário desse acervo e possibilitando trabalhos posteriores dentro do campo patrimonial, poderia se cogitar que, mesmo no Plano Piloto, restam ainda grandes lacunas quanto aos acervos cotidianos de outros programas arquitetônicos, situados ou não na escala residencial, tais como edifícios educacionais, institucionais, comerciais, etc. Ainda que não sejam, em sua maioria, objetos de tombamento distrital ou federal, o mapeamento desses acervos parece importante, posto que também representam parte relevante do patrimônio cultural da cidade. Embora o foco da pesquisa fossem os blocos, durante as visitas às superquadras, ficou evidente, por exemplo, o estado de abandono de algumas escolas-classe e jardins-de-infância e a ausência de uma base documental sólida sobre estes edifícios na análise do Inventário da Unidade de Vizinhança (IPHAN, 2009).

Levando em conta o interesse dos moradores de Brasília em perfis de rede sociais que tratam da cidade e suas narrativas (como o *Instagram* “Histórias de Brasília”: @historiasdebsb), ou que tratam de sua preservação e problemas urbanos (como

o *Instagram* Cri Cri Brasília @cri_cri_brasília⁸³) e ainda o mais recente e progressivo uso das ferramentas digitais para difusão das pesquisas acadêmicas, esse trabalho propõe, de forma experimental, a divulgação de alguns dados sobre a SQS 108 aqui reunidos através da criação do perfil Memórias da 108 Sul (*Instagram* @memoriasda108sul). Tal divulgação seria uma tentativa de atender às recomendações do Icomos (2017) que destaca a importância de se difundir o patrimônio do séc. XX junto à comunidade mais ampla, como forma de contribuição para a sua valoração e compreensão de sua significância cultural.

⁸³ O perfil Cri Cri Brasília reúne mais de mil seguidores e pretende “*não mostrar a beleza de Brasília, mas registrar seus problemas comuns a qualquer metrópole brasileira, seja do olhar do pedestre ou do motorista*”. Frequentemente o perfil aborda questões relativas à superquadra e à preservação de seus blocos.

Epílogo

Superquadra 108 sul: 60 anos depois

Superquadra 108 sul: 60 anos depois⁸⁴

15.05.19, quarta-feira

19:33 Estaciono o carro logo em frente à generosa escada de acesso à Igreja Nossa Senhora de Fátima. Uma missa é celebrada. O vigia de carros me pede um trocado. Não tenho. O homem curva-se ao chão agarrando o tornozelo e pergunta se não posso comprar-lhe um *Dorflex*, no cartão. Seu corpo todo dói. Ao lado esquerdo, próximo à Igreja, há uma pequena barraca de comida, *Shawarma's do Habib*: comida árabe e mexicana. Sentados em cadeiras de plástico, um casal conversa, enquanto um dos funcionários descansa e o outro assa a carne. Em frente à Igrejinha, esparramados no banco longo e sinuoso estão seis guardadores de carros. São cinco homens e uma mulher. Fumam, gargalham e gesticulam. Uma velha cadeira de rodas está encostada ao lado deles. Ao pé da escadaria, duas amigas conversam. Uma apresenta algo à outra na tela de seu telefone. Poucas crianças, acompanhadas dos pais e em uniformes de escolas particulares, atravessam as calçadas. Meia dúzia de patinetes motorizados estão à disposição para serem alugados mediante aplicativo de celular, me explica um rapaz em roupa esportiva. Vejo ao longe um pai e uma menina dividindo o mesmo pequeno veículo. Eles riem.

Subo as escadas em direção à igreja. Estou embaixo da grande cobertura curva e branca. A iluminação vinda do alto é forte e quase ofuscante. Duas crianças brincam, rodopiando repetidamente embaixo da marquise e logo se despedem. A

missa acabou. Poucas pessoas, não mais de meia dúzia, seguem conversando embaixo da cobertura de acesso. Dois homens de jeans desfazem a dobradura em sanfona da grande porta em madeira treliçada pintada de branco. A igreja se fecha. Apaga-se a luz. Circundo a parede curva recoberta por azulejos de pássaros que encerra o espaço de culto. Encontro ainda na lateral da igreja uma seteira vertical e alongada, ainda aberta e iluminada. Espio e vejo enquadrada, ao fundo, a escultura de um santo segurando uma criança. Abruptamente, a pequena janela se fecha. Sigo o movimento curvo da parede. Atrás da igreja, ao abrigo da marquise, há alguns colchões velhos e papelões estendidos, um velho carrinho de supermercados cheio de cobertores, caixas de pizza abertas e vazias. Atirada à grama, uma garrafa plástica cujo rótulo com ilustração erótica diz: “Catuaba Selvagem”. Vejo uma peça de roupa íntima feminina jogada. Está escuro, mas algo brilha na grama: pedaços de papel prateado. Do lado direito da igreja, alguns homens desmontam a estrutura metálica de uma grande festa, a Quermesse de Nossa Senhora de Fátima, festa popular que durou mais de dez dias. Leio alguns dos dizeres nas barracas que estão sendo desmontadas: “artigos religiosos”, “canjica de milho e derivados”.

Volto para a escadaria de acesso - dois homens fotografam, quase que simultaneamente, a fachada principal da igreja. O primeiro usa um aparelho grande e outro enquadra o edifício na tela do celular. Desço os degraus. Sou abordada por outra vigia de carros. Ela me pede dinheiro. Estou fazendo um trabalho para a faculdade, digo. “Aqui a gente trabalha com Deus”, ela me responde.

⁸⁴ Esta crônica foi elaborada em 2019 pela autora a partir da observação dos usos e espaços da SQS 108 sessenta anos depois de sua inauguração, durante diferentes dias da semana e em horários variados, em busca de uma descrição que, embora bastante pessoal, pudesse parcialmente responder como se dá a apropriação do modelo

proposto em projeto na contemporaneidade. A crônica faz parte de um artigo publicado nos Anais do Enanparq (PALHAS et al., 2021)

19:58 Ao pé da escada, um grupo de moças bem vestidas come cachorro-quente. O *Raimundo Hot Dog*, o dog da Igreja, está bastante movimentado e instalado à direita e abaixo do templo, perto da calçada. Há homens de gravata e camisa social sentados nas mesinhas de plástico ou aguardando os pedidos. O movimento dos cozinheiros é ágil e coreografado. Ouço o ritmo quase regular da espátula arranhando a chapa. A produção é organizada. Os funcionários utilizam toucas nos cabelos, máscara protetora na boca e nariz e luvas plásticas ao manipular a comida. Eles gritam os pedidos uns aos outros: “completo com bastante bacon, completo na 25!” Na parte do caixa, há fichas, um laptop e máquinas de cartão.

20:00 Entro na 108 sul, a quadra está silenciosa. Escuto apenas o ruído dos meus passos que amassam as folhas secas das árvores. Um automóvel circula tranquilamente. Ouço o bater das portas dos carros. Uma mãe e duas crianças carregando mochilas escolares entram na portaria do bloco D. Alguns suaves latidos de cães ao fundo. Um casal de namorados passa. À noite, os caminhos de pedestre e os jardins da quadra são escuros. Enxerga-se a rua suavemente iluminada, a luz vinda dos apartamentos e pilotis. À noite, a fachada de cobogós revela a silhueta de algumas pessoas circulando e bicicletas encostadas no interior do edifício.

20:11 O silêncio é interrompido pelos chinelos arrastados no chão por um adolescente. Vestido com o uniforme de uma escola particular, o jovem canta alto a letra de um rap em inglês, que escuta em seus *headphones*. Ouço o barulho de uma motocicleta. É uma entrega da empresa *Uber Eats*. Uma mulher sozinha passeia tranquila com o seu cachorro.



Figura 218 – Cobogós, 2019. Fonte: autora.

A placa abstrata, retangular e vertical, que traz as letras F e G juntas a uma seta apontando para o alto, e as letras H, I, J e K acompanhadas de seta voltada para a esquerda é elegante, mas me provoca certa desorientação.

Chego ao pilotis recém reformado do bloco G, que ganhou novo projeto de iluminação e revestimentos. A luz é clara e quase ofuscante, os pontos de iluminação são refletidos no piso de granito preto, tão bem polido a ponto de parecer um espelho. Nas prumadas de acesso, azulejos decorados e um painel de mármore branco em relevo exibem motivos geométricos. Foram instalados grandes espelhos. Dentro de um aquário envidraçado, o porteiro vestido de calça

preta, camisa social e gravata, assiste à novela em uma diminuta tela, enquanto batuca dedilhando no balcão de sua guarita. Uma moradora chega do trabalho: “boa noite, seu Cláudio!”. “Boa noite!”, ele responde.

20:30 Aproximo-me da fachada de cobogós, para a qual está voltada a zona de serviço dos apartamentos. Ouço o barulho agudo de pratos e talheres. É hora do jantar. Vejo passar, através dos cobogós, uma mulher de véu cobrindo os cabelos. Ela entra em um dos apartamentos.

Em frente, está o Jardim de Infância da 108 sul, uma construção baixa, cercada por um muro não muito alto com arames farpados. Na entrada, no toldo azul em que algumas partes do letreiro estão faltando, leio: “ardi de Infância”.

20:45 Caminho por entre os blocos. À noite, é possível ver através das janelas, seus interiores iluminados. Sentados ao sofá, os rostos de um casal se iluminam e apagam conforme mudam os quadros do programa da televisão. Em outro apartamento, é possível enxergar na sala, as poltronas de aço cromado e linhas puras da Bauhaus, junto a um quadro de São Francisco de Assis. Em um cômodo quase vazio, um cachorro Shitsu parece me observar da janela.

16.05.19, quinta-feira

9:00 Duas imensas árvores unidas em suas copas criam uma espécie de portal para a Banca Cultural da 108, com os dizeres: “Brasília começou aqui”. Vejo passar atrás das árvores duas senhoras, levando nas mãos uma Bíblia e uma rosa vermelha. Em mesas de plástico perto da banca, um pai toma água de coco com a filha.

Olho para o pilotis do bloco A, vejo apenas as pernas do porteiro sentado, cujo tronco está oculto pela sequência de pilares trapezoidais. Em seguida, uma senhora caminha ao lado de sua cuidadora, vestida de branco.

9:20 A grande área do parquinho em frente ao bloco B está desértica. Não há ninguém. Há alguns solitários balanços e um brinquedo de escalada, com um pequeno escorregador. A área da praça apresenta um canteiro de contornos sinuosos coberto de grama, onde um dia houve uma pequena piscina para as crianças. Logo ao lado, um pequeno púlpito inteiramente recoberto de tinta branca, sem nenhuma placa comemorativa ou dizer. Qualquer que fosse a informação que trazia, já não está mais ali. Um grande mastro de bandeira, na mesma área, está vazio. Um funcionário retoca a pintura branca da pequena mureta, agora cercada, que hoje fecha um dos lados do parque.

Olho para a grande fachada transparente do bloco B, em que janelas de vidro ocupam toda a extensão dos quartos e sala, de parede a teto. Alguns apartamentos estão cobertos por cortinas de tecidos pesados, outros por leves tecidos de voal ou persianas. O tratamento dado aos grandes panos de esquadrias é o mais variado possível. Há janelas inteiramente tapadas com papel pardo, outras em que se criou, internamente, meia parede de madeirite, deixando a porção superior livre. Em algumas, a aplicação de películas de diferentes tonalidades resguarda um pouco do seu interior. Em alguns, é possível enxergar absolutamente tudo.

Em um apartamento do sexto andar do bloco H, a funcionária doméstica, espremida entre cama de casal e o exterior, esfrega com vigor um pano úmido ao vidro. Em outro, pode-se ver um varal de roupas aberto ao lado do sofá na sala de

estar. Uma moça trabalha concentrada em frente ao computador, cuja mesa está encostada à janela.

Embaixo do bloco, dois funcionários caminham com grandes rodos de limpeza, puxando a água acumulada nos pilotis. O porteiro espera em sua guarita, onde um grande relógio redondo, de aparência antiga, com moldura de madeira envernizada e algarismos romanos, está parado na hora sete.

No bloco D, vejo outra funcionária doméstica com o corpo inclinado para fora da janela do quarto andar, limpando com um rodo as janelas do apartamento.

Uma moça bem vestida carrega no colo um cachorro de pelo impecavelmente branco, enquanto leva um segundo animal caminhando na coleira. A seu lado, a babá vestida de branco empurra um carrinho com uma criança. As duas conversam.

20.05.2019, segunda-feira

17:00 Uma menina, de não mais de seis anos, corre descalça e livremente, de um lado para o outro, entre os pilotis dos blocos A e B e o estacionamento que os separa. Uma moradora idosa no pilotis do bloco A para e brinca com a menina. Pergunta se não é perigoso que ela ande sozinha por aí. O porteiro responde que não. A menina é esperta, filha de funcionária do bloco B e todos os porteiros a conhecem.

Um casal de namorados ocupa o banco de madeira na calçada em frente ao bloco D.

No pátio externo da escola Classe 108 sul, duas professoras ensaiam com seus alunos uma coreografia de festa junina. O pequeno edifício está cercado por um portão de grades coloridas com algumas pequenas aberturas que são atravessadas por árvores que resolveram crescer para além dos limites dos portões. As árvores estão cercadas por pavimentação. Toda a área da escola está hoje cimentada. Mesmo que esteja dentro de uma cidade-parque, na área interna aos seus limites, não há mais um centímetro quadrado de grama. Ali perto, sentadas em um banco embaixo de uma árvore, duas moças conversam.

No Bloco J, contei dezesseis câmeras de segurança instaladas no pilotis. Há um salão de festas fechado e vazio. Leio a placa: “Para a segurança de todos, este local está sendo filmado.”



Figura 219 – Você está sendo filmado, 2019. Fonte: autora.

Estacionados na quadra, alguns ônibus e muitas vans escolares esperam as crianças na saída da escola classe. No vidro traseiro dos veículos, pode-se conhecer alguns de seus destinos: Jardins Mangueiral, Paranoá, Itapoã, Condomínio ESAF e São Sebastião.

17.05.2019, sexta-feira

18:30 O portão da escola se abre, as crianças atravessam afoitas a faixa de pedestres. Os silenciosos pilotis do bloco H são então invadidos momentaneamente pelos ruídos dos alunos que os atravessam com suas mochilas de rodinhas. Algumas crianças cruzam a quadra em direção à parada de ônibus e a estação de metrô. Outras estão acompanhadas de seus pais, que seguem com elas até seus carros.

18:45 O trânsito é intenso na comercial da 108/107 sul, há congestionamento de carros na descida da tesourinha, provocado pelo grande número de pessoas que voltam do trabalho. O comércio instalado na entrequadra é bastante variado. Há restaurantes, uma escola de balé, lojas de roupas, cabeleireiro, pizzaria, petshop, padaria, farmácia, mercearia, casa de ferragens, casa lotérica, açougue, agência de turismo e sede do jornal local.

18.05.2019, sábado

11:49 Estaciono novamente meu carro em frente à Igrejinha. As barracas de comida da noite deram lugar a um mercado de frutas e verduras e a um vendedor de castanhas e temperos. Moradores passam com carrinhos de compras. Um homem brinca com o seu cachorro. Subo as escadas da Igreja, que hoje está aberta.

Um menino corre, pega impulso e tenta escalar a rampa do pilar curvo e escultórico da entrada. Embaixo da marquise, uma menina amassa com os pés um tubo de papelão vazio, destes que soltam papéis coloridos. No interior do edifício, turistas comentam a pintura nas paredes. Observo agora mais atentamente a imagem que vi rapidamente, pelo exterior da igreja, dias antes: o santo, de pé, carrega no braço esquerdo um menino e uma cesta de pães, enquanto oferece, com a mão direita, o alimento a um miserável ajoelhado. Olho de dentro para fora, através da seteira aberta: dois moradores de rua dormem em velhos colchões, sob o abrigo da marquise. Saio da igreja. À esquerda do edifício, três outros homens dormem ao ar livre, em colchões embaixo das árvores do bloco B da 308 sul, quadra conhecido como modelo de Brasília. Junto deles, uma cadeira de rodas e várias sacolas amontoadas. Sentado em um banco logo ao lado, um homem observa tranquilamente a tela do celular.

Três rapazes jovens cruzam, em bicicletas a grande velocidade, a praça da Igrejinha. Ao fundo, ouvem-se os gritos animados de crianças e adolescentes na quadra de esportes da Escola Parque.

A fumaça com cheiro de churrasco vinda dos restaurantes da comercial invade a praça de acesso à Igrejinha. A rua está movimentada neste final da manhã de sábado.

Na entrada da superquadra, um automóvel pequeno, com porta-malas aberto, anuncia: “Lava Jato Superbrilho”.

Caminho ao longo do desértico pilotis do bloco C, sinto o cheiro da comida que é preparada em um dos apartamentos. Na faixa arborizada entre os blocos

residenciais e os edifícios de comércio, um bar estende mesas, cadeiras e toldo para a área gramada. Alguns grupos de amigos conversam enquanto na parede lateral do bar um grande telão exibe uma partida de futebol. Na marquise de ligação entre dois blocos comerciais, noto um burburinho: trata-se de uma feira de doação de cães e gatos que acontece naquele sábado.

Um grupo de empregadas domésticas conversa embaixo do bloco B. Um bebê dorme no carrinho. Uma menina pergunta à babá se podem ir brincar no parquinho em frente ao bloco. A babá desconversa, diz que a mãe da criança não quer que ela brinque lá.

Um casal de idosos no estacionamento do bloco J descarrega as compras do portamalas do carro em um carrinho de supermercados. O pilotis do bloco K está vazio. Nele, uma grande área foi gradeada, onde estão guardadas as bicicletas, triciclos e motos infantis. Uma pequena placa grudada à grade informa: “monitoramento por câmera de segurança”. Mais adiante, uma mesa e quatro cadeiras de ferro muito ornamentadas e pintadas de branco esperam ser ocupadas. Folhetos de propaganda de uma clínica estética foram deixados sobre os móveis.

Caminho ao lado da superquadra em direção ao Eixo Rodoviário, escuto o barulho dos tênis e da bola que quica contra o piso de madeira do ginásio do Clube de Vizinhança. Há música animada ao fundo. Em seguida, pedala pela calçada, um homem de meia-idade em uma bicicleta com entrega da *Uber Eats*.

Aqui, já se ouve, de forma bastante intensa, o barulho constante dos carros que circulam em velocidade no Eixo Rodoviário. Uma faixa de cerca-viva fecha o estacionamento entre os blocos J e K, onde um homem trabalha lavando carros.

13:20 Volto à Igrejinha. Jovens tiram retratos no celular com o painel de Athos Bulcão ao fundo. Eles checam o resultado e refazem a foto inúmeras vezes, em poses diferentes. Uma van em frente à Igreja descarrega cadeiras e mesas de plástico brancas, que são organizadas ao lado do templo. Pergunto a razão de estarem ali. Uma jovem me explica que as mesas e cadeiras são para o almoço da equipe de um filme publicitário para o BRB, o Banco de Brasília. O Dog da Igrejinha será utilizado como cenário para a peça de publicidade. A produtora me explica que entrou em contato com o Raimundo, dono da loja de cochorro-quentes para autorização da filmagem e que ele viria, logo mais, montar a sua estrutura.

14.06.2019, sexta-feira

9:20 Quatro homens de terno e gravata, entre eles o porteiro, gargalham próximos à guarita do bloco F. Dois estão sentados relaxadamente em um banco de madeira. Quando pergunto se todos trabalham naquele edifício, um deles, prontamente me responde: “este edifício é demais, aqui tem porteiro, zelador, motorista e segurança”. E, em resposta à minha expressão de surpresa, ouço: “é que aqui mora autoridade, doutora!”

11:00 Avisto um grupo de quinze jovens sentados em roda nos pilotis do bloco A. Dois professores, com desenhos da quadra nas mãos, explicam aos alunos o conceito de Unidade de Vizinhança, proposto para a área residencial de Brasília. Pergunto se são da cidade. Não. Trata-se de um grupo de estudantes de uma escola parque, privada e situada na Gávea, bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro. Fazem uma viagem de estudos para conhecer Brasília. Não podiam, é claro, deixar a 108 de fora.

Referências

ALLAN, John. Points of ballance: patterns of practice in the conservation of modern architecture. In: MACDONALD, Susan et al. **Conservation of Modern Architecture**. Journal of architectural conservation, v. 13, n. 2. Shaftesbury, 2007: pp. 13-46.

AMORIM, Luís; LOUREIRO, Cláudia. **The space of architecture and a new conservation agenda**. City & Time 2 (3): 1. 2007. Disponível em: <<http://ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-68.pdf>>

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

BEHR, Nicolas. **Brasilírica**: Antologia poemas escolhidos 1977-2017. Brasília: Gráfica e editora Teixeira, 2017. Disponível em: <http://www.nicolasbehr.com.br/arquivos/livros/miolo_brasilirica.pdf>

BEHR, Nicolas. **A teus pilotis**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.nicolasbehr.com.br/arquivos/livros/a_teus_pilotis_miolo.pdf>

BEHR, Nicolas. **BRÁSÍLIA-Z**: cidade palavra. Brasília: Gráfica e editora Teixeira, 2014. Disponível em: <http://www.nicolasbehr.com.br/arquivos/livros/brasiliada_v6_miolo.pdf>

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BERGDOLL, B.; COMAS, C.E.; LIERNUR, J.F.; REAL, P. del. **Latin America in Construction: Architecture 1955-1980**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 7ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social**: inventário da produção pública entre 1930 e 1964. Vol. 2. São Paulo: Ed. Unesp, edições Sesc, 2014.

BRAGA, Darja Kos. **Arquitetura residencial das superquadras do Plano Piloto de Brasília**: aspectos de conforto térmico. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2005.

BRANDÃO, Vera Bonna. **Brasília, a cidade patrimônio e sua escala residencial**: preservar o quê? E por quê? Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2013.

BREIER, Ana Cláudia Böer; SCHLEE, Andrey Rosenthal, e PEREIRA, Maíra Teixeira. **Fotógrafos perpetuando visões de arquitetura. Arqutextos Vitruvius**, São Paulo, fevereiro de 2011, ano 11, n. 129.07 ed.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos**: habitação social no Brasil. 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2015.

BULLRICH, Francisco. Utopia e realidade urbanas. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 170-175.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CAMPANY, David. Architecture as photography: document, publicity, commentary, art. In: PARDO, Alona; REDSTONE, Elias. **Constructing Worlds**: Photography and Architecture in the Modern Age. Munique, Londres, Nova Iorque: Prestel, 2014.

CAMPOFIORITO, Ítalo. As escalas de Brasília. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 285-291.

CARSALADE, Flávio. Patrimônio como construção cultural. In: ZANCHETTI, Silvio M.; AZEVÊDO, Gabriela M. e NEVES, Carolina M (orgs.) **A Conservação do Patrimônio no Brasil**: teoria e prática. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2015: pp. 5-25.

CARVALHO, Flávio de. A casa do homem do século XX. In: XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração**: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CASTRO, André Luiz de Souza. **Preservando o edifício moderno**: Congresso Nacional. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2020.

CAU/DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. **Selo CAU/DF**: Arquitetura de Brasília. Brasília: CAU/DF, 2020. Disponível em: < <https://caudf.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Selo-CAU-DF-de-Arquitetura-de-Brasília-2.pdf> > (acesso em 26 de nov. 2020).

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

CAVALCANTI, Lauro; GUIMARAENS, Dinah. **Morar**: a casa brasileira. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1984.

CERUTI, Luíza. **O bloco como patrimônio**: notas para a declaração de significância do edifício R3 de Milton Ramos e Aleixo Furtado. Ensaio teórico. Brasília: FAU UnB, 2021.

CHOAY, Françoise. A propósito de culto e de monumentos. In: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora UCG, 2006.

CHOAY, Françoise. Brasília, uma capital pré-fabricada. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 60-66.

COLOMINA, Beatriz. **X-ray Architecture**. Zurique: Lars Müller Publishers, 2019.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Oscar Niemeyer e a Habitação Coletiva de Interesse Social. In: **Atas do II Congresso de Habitação Coletiva Sustentável**. São Paulo, 2016: pp. 49-62. Disponível em: <https://issuu.com/laboratoriovivienda21/docs/livro_actas__book_r04_livro_digital/49>.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiência a reconhecer. **Arquitetura Revista** N. 5. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1987: pp. 22-8.

COSTA, Lucio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

COSTA, Lucio. Habitação coletiva em Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 12, fevereiro de 1959: pp. 12 - 13.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Edições SESC, 2018.

COSTA, Maria Elisa. A superquadra em números e contexto. Munique/Cambridge, 2005. In KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília- antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 247-254.

CREASE, David. Progresso em Brasília. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília - antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp. 94-102.

ESKINAZI, M. O.; COMAS, Carlos Eduardo Dias. Niemeyer em Berlim. **ARQTEXTO** (UFRGS), v. 10-11, 2008: pp. 114-155.

ESKINAZI, Mara Oliveira. **A Interbau 1957 em Berlim**: diferentes formas de habitar na cidade moderna. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 2008.

ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. Oscar Niemeyer: a arquitetura renegada na cidade de São Paulo. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, dezembro de 2012, ano 13, n. 151.06. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4630>>.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília. Brasília: Iphan / Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2008.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília, 2ª ed. Brasília: Iphan / Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2020.

FICHER, Sylvia; LEITÃO, Francisco; BATISTA, Geraldo N.; FRANÇA, Dionísio A. **Uma análise dos blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

FICHER, Sylvia; PALAZZO, Pedro Paulo. Os paradigmas urbanísticos de Brasília. In: **Cadernos PPG – AU/FAUFBA**, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Ano 3, edição especial (2005). Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005: pp. 49-71.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

GALVÃO, Walter José Ferreira; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Análise da funcionalidade dos apartamentos do edifício COPAN/SP**. São Paulo: NUTAU-USP, 2008.

GDF - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa . **Patrimônio Material – Lista de bens tombados no DF**, 2021. Disponível em: <<https://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-material/>> (acesso em 06 de abr. de 2020)

GIEDION, Sigfried. Forma urbana e a fundação de Brasília. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 82-90

GIEDION, Sigfried. **Space, Time and Architecture**: the growth of a new tradition. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

GOODWIN, Philip. **Brazil builds**: architecture new and old, 1652-1942. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 1943.

GONÇALVES, Maria Beatriz. Saiba como é morar no Eiffel, icônico edifício projetado por Oscar Niemeyer. **Casa e Jardim**, São Paulo, 14 jan. 2020. Disponível em: <<https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2020/01/saiba-como-e-morar-no-eiffel-icone-edificio-projetado-por-oscar-niemeyer.html>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

G1 Minas, Belo Horizonte, 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/27/conjunto-jk-e-tombado-patrimonio-cultural-de-belo-horizonte.ghtml>>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

GOROVITZ, Matheus. Brasília - sobre as áreas de vizinhança. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 254-266.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **O Edifício**. São Paulo: Cadernos Brasileiros de Arquitetura, Revista Projeto, 1976.

HEYNEN, Hilde. Questioning Authenticity. In: **Repenser les limites** : l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines. Paris: INHA (« Actes de colloques »), 2005. Disponível em: <<http://inha.revues.org/890>>

HOLSTON, James. **The Modernist City**: An Anthropological Critique of Brasilia. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1989.

ICOMOS. Approaches for the Conservation of Twentieth Century Cultural Heritage. **Madrid - New Delhi Document**. Madrid, Nova Delhi: ICOMOS International Committee on Twentieth Century Heritage (ISC20C), 2017. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Working_Groups/SDG/ICOMOS_2017_Madrid-Delhi_Document-_Conservation_of_20c_Heritage-_en-fr-es.pdf>

IPHAN. **Carta Brasília**. Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>

IPHAN. **Carta de Burra**. Burra, Austrália, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>

IPHAN. **Carta de Veneza**. Veneza, Itália, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>

IPHAN. **Conferência de Nara**. Nara, Japão, 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>

IPHAN. **Inventário da Unidade de Vizinhança**. Volumes 1-4. Brasília: Iphan, Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2009.

IPHAN. **Iphan tomba obras de Niemeyer** (publicado em 07/12/2007). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1974>> (acesso em 10 de abr. 2022)

IPHAN. **Superquadra de Brasília**: preservando um lugar de viver. Brasília: Iphan, Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2015.

IPHAN. **Obras e reformas no Plano Piloto**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/df/pagina/detalhes/1269>> (acesso em 13 de dez. 2019)

IPHAN. **Patrimônio Material – DF**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/df/pagina/detalhes/892>>

JUNQUEIRA, Thaís Lanna; LOPES, Myriam Bahia. Edifício JK: a monumentalidade da arquitetura moderna. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, ano 20, n. 235.05, dezembro de 2019. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.235/7592>>.

KATINSKY, Julio; XAVIER, Alberto (orgs). **Brasília - antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

KIM, Lina; WESELY, Michael. **Arquivo Brasília**. São Paulo: CosacNaify, 2010.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

KOURY, Ana Paula; BONDUKI, Nabil; SÁLUA, Manoel Kairuz. **Análise Tipológica da Produção de Habitação Econômica no Brasil (1930-1964)**. São Carlos: 5º Seminário Docomomo Brasil, São Carlos, SAP/EESC/USP, 2003. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/115R.pdf>>

LEAL, Daniela Viana. **Oscar Niemeyer e o mercado imobiliário de São Paulo na década de 1950**: o escritório satélite sob direção do arquiteto Carlos Lemos e os edifícios encomendados pelo Banco Nacional Imobiliário. Dissertação (Mestrado no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências). Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Jayme Wesley de. **Tem que tomar?:** patrimônio moderno e forma alternativa de conservação. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2017.

LIRA, Flaviana Barreto. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: Unesp, v. 14, n. 2, julho-dezembro, 2018: pp. 272-298.

LIRA, Flaviana Barreto; GIANNECCHINI, Ana Clara. **O desafio da conservação dos blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília – DF:** uma resposta interinstitucional ao caso da unidade de vizinhança constituída pelas SQS 107, 108, 307 e 308. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Anparq, Natal, 2012.

LISPECTOR, Clarice. Nos primeiros começos de Brasília. In: KATINSKY(org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília - antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp. 179 - 182.

LORES, Raul Justes. Eiffel: o último residencial projetado por Oscar Niemeyer em São Paulo. **Veja São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/sao-paulo-nas-alturas/edificio-eiffel-ultimo-residencial-oscar-niemeyer/>>

MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2009.

MACDONALD, Susan. Reconciling authenticity and repair in the conservation of modern architecture. In: **Modern matters: principles and practice in conserving recent architecture**. Shaftesbury, English Heritage, 1996. Org. Susan Macdonald.

MACEDO, Danilo Matoso. **Da matéria à invenção:** as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

MACHADO, Marília Pacheco. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. Dissertação de mestrado, Brasília. UnB. 2007.

MAGALHÃES, Carlos Henrique. Os blocos de superquadra: um tipo de modernidade. **MDC Revista de Arquitetura e Urbanismo**, 2009. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2009/06/02/os-blocos-de-superquadra-um-tipo-da-modernidade/>>

MARCHETTO, Katia Fernanda. **Habitar o Patrimônio Moderno**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 2017.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Arquiteturas Impressas**. Projeto de Pesquisa e plano de atividades. Brasília: FAU UnB, 2020.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Arte e Verdade na arquitetura: uma reflexão a partir da perspectiva preservacionista. **Revista Estética e semiótica**, v. 7, p. 79-100, 2017

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida; FERREIRA, Oscar Luís. A forma segue a função? Uma contribuição ao estado atual da arte da conservação patrimonial no Brasil a partir de dois estudos de caso: o Touring Club e o Brasília Palace Hotel. In: ZANCHETTI, Silvio M.; AZEVEDO, Gabriela M.; NEVES, Carolina M (orgs.) **A Conservação do Patrimônio no Brasil:** teoria e prática. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2015: pp. 108 - 123

MENDES, Manuel. **Meu testemunho de Brasília**. Brasília: Ed. Thesaurus, 2006.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. São Paulo, **Revista CPC** n°. 11, 2011: p. 152-187. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15676>>. Acesso em: 18.04. 2022.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de Memórias:** habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU - USP, 2011.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Conjuntos residenciais modernos:** valor e preservação. Porto Alegre: 7° Seminário Docomomo Brasil, 2007. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/021.pdf>

NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. **O Conjunto Residencial da Penha:** a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade. Rio de Janeiro: 8° Seminário Docomomo Brasil, 2009. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/140.pdf>>

NAVARRO, Luciana Jobim. **Brasílias impúblicáveis de Marcel Gautherot:** o olhar do fotógrafo e o imaginário da cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2017.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **O Edifício Niemeyer e o Movimento Moderno na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte**. Salvador: 13° Seminário Docomomo Brasil, 2019. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110959.pdf>>

NIEMEYER, Oscar. **Conversa de Arquiteto**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

NIEMEYER, Oscar. IAPB em Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 12, fev. 1959: pp. 16 – 17.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

NIEMEYER, Oscar. Depoimento. In: KATINSKY(org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília - antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp. 147 - 149.

PALHAS, A. C. M.; BERDET, M.; MEDEIROS, A. E. Superquadra 108 Sul: sessenta anos depois. In: **Anais do VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA - ENANPARQ, 2021, BRASÍLIA**. VI ENANPARQ & Diálogos Internacionais: Limiaridade, processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo, 2021, Brasília. Brasília: FAU UnB, 2021: p. 695-712.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean ; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: a dissolução da quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PEIXOTO, Elane; VICENTINI, Albertina. Introdução da tradução brasileira In: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. UCG, 2006.

PEIXOTO, Marta Silveira. **A preservação do Patrimônio do Séc. XX: A discussão multidisciplinar e as diferentes escalas (do objeto à cidade)**. Youtube, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C0ZQP_QPrko>. Acesso em: 21 out de 2020.

PERRY, Clarence Arthur. **The Neighborhood Unit: a Scheme of Arrangement for the Family-life Community**. Monograph 1, Vol. VII, The Regional Plan of N.Y. and Its Environs. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1929.

PESSÔA, José. O tombamento de um centro histórico moderno. In: KATINSKY(org.), Julio e XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. São Paulo, Cosac Naify, 2012: pp. 298-305

PIMENTEL, Thaís. Conjunto JK é tombado como patrimônio cultural de Belo Horizonte. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/27/conjunto-jk-e-tombado-patrimonio-cultural-de-belo-horizonte.ghtml>>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

PRUDON, Theodore H.M. **Preservation of modern architecture**. New Jersey, John Wiley & Sons, 2008.

QUEIROZ, Rodrigo. Forma moderna e cidade: a arquitetura de Oscar Niemeyer no centro de São Paulo. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, dezembro de 2013, ano 13, n 151.08 ed.

Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4632>> (acessado em 07 de mar. de 2022)

ROCHA, Paulo Mendes da. A arquitetura deve permitir que as pessoas conversem. Entrevista concedida a André Sollitto. **Isto é**, São Paulo, ed. N. 2544, 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/a-arquitetura-deve-permitir-que-as-pessoas-conversem/>>. Acesso em: 22 de mai. de 2022.

SANDOVAL, Liz da Costa. **Brasília, cinema e modernidade: percorrendo a cidade modernista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2014.

SCHLEE, Andrey. Farwest e modernism candango. In: COMAS, C.E.; PEIXOTO, M.; MARQUES, S. **Madeira: Primitivismo e tecnologia na arquitetura do cone sul-americano. 1930/1970**. Porto Alegre: Uniritter, 2016: pp. 93-103.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP-Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SERAPIÃO, Fernando. Consequências de uma utopia residencial. **Arquitextos Vitruvius**, ano 10, n. 117.05, abril. 2010. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.117/3418>>.

SILVA, Jéssica Gomes da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2019.

TABOSA, Mayara Cibele de Oliveira. **Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) como ferramenta de proteção do patrimônio moderno: (Re)descobrimos os blocos de Mayumi de Souza Lima para a Unidade de Vizinhança São Miguel na SQN 107**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2021.

TINEM, Nelci. **As revistas de arquitetura como documentos pré-canônicos**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Anparq, 2010. Disponível em: <www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/169/169-678-1-SP.pdf>.

TOYNBEE, Arnold J. O que Brasília representa. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp. 159-165.

UCHÔA, Hélio. IAPI em Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 12, fevereiro de 1959: pp. 14 – 15.

UNESCO. **World Heritage List**. Site da Unesco. Paris: World Heritage Centre, 2022. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/> (acesso em 08 de abr. de 2022).

VILELA JÚNIOR, Adalberto José. **A casa na obra de João Filgueiras Lima Lelé**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU UnB, 2011.

VILELA JÚNIOR, Adalberto José. **Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé**. Tese de doutorado. Zurique: ETH, 2018.

WEN, Leonardo. **APTO – A Moradia Moderna de Brasília**. Ed. Tempo de Imagem, 2011.

WILHEIN, Jorge. Brasília 1960: uma interpretação. In: **Revista Acrópole** n° 256, ano 22, fev. de 1960. São Paulo, 1960: pp. 19 – 49.

XAVIER, Alberto. **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ZABALBEASCOA, Anaxtu. **Las casas del siglo**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

ZEVI, Bruno. Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana. In: KATINSKY (org.), Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. Cosac Naify, 2012: pp 66-72.

Documentos

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n° 30303**, de 27 de abril de 2009. Dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/ 308 Sul. Disponível em: www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/60273/Decreto_30303_27_04_2009.html (acesso em 03 abr. 2019).

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n° 10.829**, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Suplemento. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf (acesso em 02 abr.2022).

DISTRITO FEDERAL - DEPHA – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – **Processo de Tombamento da Unidade de Vizinhança** - Processo n° 150.001.366/2007.

IPHAN. **Portaria n° 166**, de 11 de maio de 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria n° 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas.pdf

IPHAN. **Portaria n° 314**, de 8 de outubro de 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf

IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento** (atualizado em 22/11/2021) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> (acesso em 06 de abr. 2022)

BRASIL. **Lei n° 10.257**, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - **Resolução N° 19**, 18 de dezembro de 2012. São Paulo: CONPRESP, 2012. Disponível em: www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/04/ed-copan.pdf

Constituição Federal – **Art. 216** - Iphan (disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf).

UNESCO. Inscription: Brasilia (Brazil). Report of the World Heritage Committee, Eleventh Session. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. Paris: Unesco,1987.

Filmes

Andrade, Joaquim Pedro de. **Brasília, contradições de uma cidade nova**, 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J5dCiDc6U-c>

CAMPOS, Fernando Coni. **Brasília, planejamento urbano**, 1964. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk&t=714s

TAVARES, Gerson. **Brasília, capital do século**, 1959. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y0MaMv1DohY&t=521s>>

Revistas

Revista **Acrópole** n. 256, ano 22, São Paulo, fev. de 1960. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256>>

Revista **Brasília**, Brasília, NOVACAP, 1957 – 1962. Fonte: Arquivo Público do DF

Revista **L'Architecture d'Aujourd'hui** n. 80, Paris, out. 1958.

Revista **L'Architecture d'Aujourd'hui** n. 90, Paris, jun./jul. 1960.

Revista **Módulo** n. 12, Rio de Janeiro, fev. 1959.

Reportagens em jornais

BRASÍLIA comemora o aniversário de JK. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 12 set. 1960. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1960. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional.

CAMPOS, C. de Queirós. Os varais se multiplicam. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 dez. 1960. Carrossel de Brasília. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional.

CUNHA, Ari. O IAPB também virou favelinha. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 mai. 1961. Visto, lido e ouvido. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional.

FALTAM as garagens. **O Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01 set. 1962. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O PITORESCO na política: passou pelo brise-soleil. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 abr. 1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

PROBLEMA de abrigo de autos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1963. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

RIBEIRO, Dilson. Presidente do IAPB: nossa geração talvez não compreenda a importância de Brasília. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1960. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional.

SENADO ganha linha de ônibus. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mai. 1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Acervos fotográficos

Arquivo Público do DF.

Acervo digital do Iphan. Disponível em: <acervodigital.iphan.gov.br>

Marcel Gautherot - Acervo Instituto Moreira Salles

Peter Scheier - Acervo Instituto Moreira Salles

Lista de figuras

- Figura 1** - Vista do playground e dos blocos D (esq.), J (centro) e G (direita) da SQS 108. Autor desconhecido. Fonte: Kim e Weseley (2010) – capa
- Figura 2** - SQS 108 em construção: blocos K (primeiro plano), J e H (ao fundo). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – folha de rosto
- Figura 3** - Vista aérea da área residencial de Brasília (SQS 108 em primeiro plano), 1960. Peter Scheier. Fonte: Instituto Moreira Salles. – p. 3
- Figura 4** - Superquadra. Marcel Gautherot, circa 1962. Vista do playground e dos blocos D (esq.), J (centro) e G (direita) da SQS 108. Fonte: IMS – p.18
- Figura 5** - Poltrona em estrutura de aço tubular B3, de Marcel Breuer, 1927. Fonte: Vitra Design Museum. – p. 21
- Figura 6** – Interior de casa mobiliada por Breuer para a Werkbund ‘Neubühl’, 1934. Fonte: Yatzer – p. 21
- Figuras 7, 8 e 9** – Estudos para a casa protótipo projetada por Gerog Muche, 1923. Fonte: Socks Studio. – p. 22
- Figura 10** - Representação de projetos de Unidade Mínima de Habitação no CIAM de Frankfurt, 1929. Fonte: Semantic Scholar – p. 23
- Figuras 11 e 12** - Foto e planta com distribuição dos equipamentos da Cozinha de Frankfurt, projeto de Margarete Grete, 1926. Fonte: Hidden Architecture – p. 24
- Figura 13** - Bloco de apartamentos, Mies van der Rohe, Weissenhofsiedlung, 1927. Autor: Andreas Praefcke. Fonte: Wikimedia Commons – p. 27
- Figuras 14 e 15** - Corte e fachada do bloco de apartamentos Narkomfin, Ginzburg e Milinis, 1929. Fonte: Wikiarquitectura – p.28
- Figura 16** – Módulos de habitação da Unidade de Habitação de Marselha, Le Corbusier, 1945. Fonte: Wikipedia França. – p.29
- Figura 17** – Isométrica da organização dos módulos habitacionais da Unidade de Habitação de Marselha. Fonte: Pinterest – p. 29
- Figura 18** – Vista aérea do Conjunto Residencial Operário do Realengo, RJ. Fonte: Bonduki e Koury (2014) – p. 36
- Figuras 19 e 20** – Fotos do bloco principal do Conjunto do Realengo em construção, divulgadas na publicação Brazil Builds. Fonte: Goodwin, 1943 – p. 37
- Figura 21** - Planta do Conjunto Residencial da Várzea do Carmo. Fonte: Research Gate – p. 38
- Figura 22** – Vista aérea do Conjunto Vila Guiomar. Fonte: Research Gate – p. 39
- Figura 23** – Bloco com pilotis na Vila Guiomar Fonte: Cadernos de Habitação Coletiva FAU – USP – p. 39
- Figura 24** – Conjunto Residencial da Penha (IAPI da Penha). Fonte: Anparq – p.40
- Figura 25** – UV -Esquema de empreendimento suburbano de baixo custo Fonte: Perry, 1929 – p. 46
- Figura 26** – UV -Esquema para área industrial Fonte: Perry, 1929 – p. 47
- Figura 27** – UV -Esquema com blocos de apartamentos. Fonte: Perry, 1929 – p. 48
- Figura 28** - Igreja Nossa Senhora de Fátima e SQS 108 em construção. Autor: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do DF – p.52
- Figuras 29 e 30** – Cine Brasília. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Kim e Weseley (2010) – p. 53

Figuras 31 e 32 – Escola Classe 108 Sul, *circa* 1960. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles – p. 54

Figura 33 – Biblioteca localizada entre as SQSs 108 e 308. Fonte: Autora – p. 55

Figuras 34 e 35 – Jardim de Infância 108 Sul, Nauro Esteves. Fonte: Revista Acrópole – p. 55

Figura 36 – Clube de Vizinhança. Fonte: Site Clube de Vizinhança – p. 56

Figura 37 – Escola Parque. Fonte: Wikiwand – p. 56

Figura 38 – Unidade de Vizinhança. Fonte: Bonduki e Koury (2014), editado pela autora – p. 58

Figura 39 - SQS 108, *circa* 1962 Foto: Marcel Gautherot. Fonte: IMS – p. 59

Figura 40 – Localização da SQS 108 no Plano Piloto. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores – p. 60

Figura 41 – Unidade de Vizinhança nº 1. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores – p. 61

Figura 42 – Localização SQS 108. Fonte: Google Maps. Editado por Alice Flores – p. 62

Figura 43 – Foto da construção de bloco do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 63

Figura 44 – Foto da construção de bloco do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 64

Figuras 45 e 46 – Plantas tipo dos blocos AFA e AFB. Fonte: Adaptado de Ferreira e Gorovitz (2008) – p. 66

Figura 47 – Localização dos blocos AFA e AFB. Fonte: Adaptado de Ferreira e Gorovitz (2008) – p. 66

Figura 48 - Foto dos blocos D (em primeiro plano) e B (ao fundo) da SQS 108. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: KIM e WESELEY (2010) – p. 67

Figura 49 – Foto da fachada posterior dos blocos. Autor: Mário Fontenelle. Fonte: KIM e WESELEY (2010) – p. 67

Figura 50 - Fachada envidraçada do bloco K. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 69

Figura 51 - Fachadas com brise-soleils. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 69

Figura 52 - Localização dos blocos da SQS 108 com tipo de tratamento das fachadas principais. Fonte: Adaptado pela autora de Ferreira e Gorovitz (2008) – p. 69

Figura 53 - SQS 108. À direita, bloco I (tipo AFA -3) e ao fundo, bloco K. Autor: M. Gautherot. Fonte: Acervo IMS – p. 70

Figura 54 - Localização dos blocos da SQS 108 com tipo de tratamento das fachadas principais. Fonte: Adaptado pela autora de Ferreira e Gorovitz (2008) – p. 70

Figura 55 - Perspectiva do bloco D (tipo AFA-2). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Uwai – p. 71

Figura 56 - Perspectiva do bloco E (tipo AFB-2). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Uwai – p. 72

Figura 57 - Perspectiva do bloco H (tipo AFA-4). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Uwai – p. 73

Figura 58 - Perspectiva do bloco I (tipo AFA-3). Fonte: Elaboração própria. Modelado por Dante Uwai – p. 74

Figura 59 – Implantação da SQS 108, com a indicação da localização dos blocos. Fonte: FERREIRA e GOROVITZ (2020) – p. 76

Figura 60 – Artigo sobre a superquadra. Edição nº 80 do periódico *L'Architecture d'Aujourd'hui*, págs. 68 e 69. Fonte: Acervo da redação *L'Architecture d'Aujourd'hui*. – p. 78

Figura 61 – Artigo “IAPB em Brasília”, publicado nas páginas 16 e 17 da Revista *Módulo*, 1959. Fonte: Cediarte/ FAU -UnB – p. 79

Figura 62 – Foto de placa comemorativa localizada nos pilotis do bloco K. Fonte: autora – p. 83

Figuras 63 e 64 – Blocos do tipo AFA e AFB. Corrida comemorativa no Eixo Rodoviário Sul. Brasília, 1960. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles – p. 85

Figura 65 – Interior de bloco de tipo AFA ou AFB mobiliado. Fonte: Acervo da redação *L'Architecture d'Aujourd'hui* – p. 86

Figura 66 – Artigo “Brasília: le premier super quadra réalisé” publicado em *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº 90. Fonte: Redação *L'Architecture d'Aujourd'hui* – p. 87

Figuras 67 a 69 - Fotos de interiores de apartamentos de blocos do tipo AFA e AFB. Fonte: KIM e WESELEY (2010) – p. 88

Figura 70 – Construção dos blocos do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 89

Figura 71 – Operários do IAPB reunidos em pilotis da SQS 108 para confraternização. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - p. 90

Figuras 72 e 73 – Missa celebrada em pilotis da SQS 108. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 91

Figura 74 – JK e convidados em confraternização em pilotis da SQS 108. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 91

Figura 75 - Oscar Niemeyer em celebração na SQS 108. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 91

Figura 76 – Pavilhão de madeira desenvolvido por Lelé para o canteiro de obras da SQS 108. Autor: M. Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 93

Figura 77 – Vista do canteiro de obras da SQS 108. Autor: M. Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 93

Figura 78 – Sinalização do canteiro de obras do IAPB. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – p. 94

Figuras 79 e 80 - Fotos da construção dos blocos do IAPB que mostram as torres de madeira executadas no canteiro de obras. Fonte: KIM e WESELEY (2010) – p.95

Figuras 81 e 82 - Formas em madeira para a concretagem dos pilares trapezoidais. Fonte: KIM e WESELEY (2010) – p. 95

Figura 83 – Foto da construção de bloco do IAPB que mostra a concretagem intercalada das lajes dos pavimentos e as torres de madeira utilizadas no canteiro. Fonte: ArPDF - p. 96

Figura 84 - Foto da construção dos blocos do IAPB. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 97

Figura 85 – Formas em madeira para concretagem dos pilares. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 97

Figura 86 – Execução por etapas dos brises em concreto. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 97

Figura 87 - Projeto de urbanização e jardins da SQS 108. Autor: Marcel Gautherot. Fonte: Instituto Moreira Salles – p. 98

Figuras 88 e 89 - Fotos dos blocos do IAPB que fornecem indícios de que as fachadas poderiam ser levemente coloridas. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 100

Figura 90 – Proposta de térreo (não executada) para os blocos 1 (atual bloco A) e 11 (atual bloco B). Fonte: Arquivo Público do DF. Editado por Dante Uwai. – p. 101

Figura 91 – Proposta de térreo (não executada) para o bloco 4 (atual bloco G). Fonte: Arquivo Público do DF. Editado por Dante Uwai. – p. 102

Figura 92 – Proposta para o térreo de dois blocos implantados em paralelo, o bloco 7 (atual bloco D) e o bloco 8 (atual bloco H). Fonte: Arquivo Público do DF – p. 103

Figura 93 – Imagem que atesta a existência de jardins nos pilotis da SQS 108, em filme de 1964. Fonte: Quadro selecionado pela autora do filme “Brasília, planejamento Urbano” (1964), de Fernando Coni Campos, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk&t=714s – p. 104

Figuras 94 a 117 –Quadros selecionados pela autora do filme “Brasília, planejamento Urbano” (1964), de Fernando Coni Campos, que retratam a SQS 108 e alguns equipamentos da Unidade de Vizinhança nº 1. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk&t=714s – p. 105

Figuras 118 e 119 – Imagens do uso da madeira no hall de entrada do bloco A. Fonte: autora – p. 106

Figura 120 – Cronologia da SQS 108. Fonte: elaboração própria – p. 110

Figura 121 – Fotografia de fachada envidraçada de bloco de tipo AFA ou AFB na Asa Sul, 1960. Autor: Peter Scheier. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles – p. 111

Figura 122– Pilotis do bloco K, 2019. Fonte: autora – p. 118

Figura 123 - Recorte do Correio Braziliense (DF) de 14.05.1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – p. 119

Figura 124 - Recorte do Correio Braziliense (DF) de 26.05.1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – p. 119

Figura 125– Vista do conjunto das primeiras superquadras de Brasília. Foto: Arquivo Público do DF, em WEN (2011) – p. 122

Figura 126 – Fotografia noturna de fachada envidraçada de bloco de tipo AFA ou AFB (não identificado na Asa Sul). Fonte: Acervo digital do Iphan – p. 124

Figura 127 – Fachada envidraçada do bloco H da SQS 108, 2020. Fonte: autora – p.126

Figura 128 – Ocupação dos brise-soleils em concreto da fachada do bloco F, 2019. Fonte: autora – p. 128

Figura 129 – Imagem aérea da Igrejinha com SQS 108 ainda em construção. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 131

Figura 130 – Bloco habitacional de Niemeyer (1957) para o Hansaviertel em Berlim. Foto: Horst Siegmann. Fonte: Site Hansaviertel Berlim – p. 134

Figura 131 – Fotomontagem com maquete do Hotel Quitandinha. Fonte: Pinterest- p. 136

Figura 132 – Fachada do Conjunto JK, Belo Horizonte – p. 137

Figura 133 – Foto aérea com implantação urbana do Conjunto JK – p. 137

Figura 134 - Perspectiva com blocos A e B – p. 137

Figura 135 – Perspectiva do bloco B (torre). Fonte: Plataforma Arquitectura. – p. 137

Figura 136 – Esquema de organização de tipologia semi-duplex. Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI (1950) em Research Gate – p. 138

Figuras 137 a 146 – Algumas das tipologias desenvolvidas por Oscar Niemeyer para o Conjunto JK, em Belo Horizonte. Fonte: Macedo (2008) – p. 138

Figura 147 – Planta de pavimento tipo do Edifício Niemeyer. Fonte: Copeve – UFMG – p. 139

Figura 148 - Edifício Niemeyer na Praça Liberdade, Belo Horizonte. Fonte: Archdaily – p. 139

Figura 149 – Plantas do Edifício Montreal. Fonte: Espallargas (2005) – p. 140

Figura 150 - Edifício Montreal, São Paulo. Foto: Nelson Kon – p. 140

Figura 151 - Edifício Eiffel, São Paulo. Foto: Nelson Kon – p. 141

Figura 152 – Plantas do Edifício Eiffel, São Paulo. Fonte: Espallargas (2005) – p. 142

Figura 153- Fachada do edifício Eiffel. Foto: Nelson Kon – p. 142

Figura 154 – Interior de apartamento no Ed. Eiffel. Foto: Nelson Kon – p. 142

Figura 155– Planta com apartamentos do Ed. Copan. Fonte: Pinterest – p. 144

Figura 156 – Edifício Copan, São Paulo. Foto: Nelson Kon – p. 144

Figura 157 – Plantas do bloco de Niemeyer em Berlim. Fonte: Site Hansaviertel Berlim – p. 146

Figura 158– Fachada do bloco de Niemeyer em Berlim. Fonte: Site Hansaviertel Berlim – p. 146

Figura 159 – Pilotis do bloco de Niemeyer em Berlim. Foto: Pedro Kok. Fonte: Flickr – p. 147

Figura 160 – Fachada do bloco de Niemeyer em Berlim. Foto: Pedro Kok. Fonte: Flickr – p. 147

Figura 161 – Fachadas e planta do bloco JK. Fonte: Ferreira e Gorovitz (2020) – p. 148

Figura 162 – Cromatismo original dos blocos JK. Fonte: Arquivo Público do DF – p.148

Figura 163 – Fachadas e planta do bloco AP-05. Fonte: Ferreira e Gorovitz (2020) – p. 149

Figura 164 – Fachada posterior de bloco AP-05. Fonte: autora – p. 149

Figura 165 – Planta do pavimento tipo do Brasília Palace. Fonte: Revista Acrópole – p. 150

Figuras 166 a 168 – Fotos do Brasília Palace. Fonte: Kim e Weseley (2010) – p. 150

Figura 169 - Catetinho. Foto: Maritza Dantas – p. 151

Figura 170 – Interior de apartamento do tipo AFA-2. Foto: autora – p. 152

Figuras 171 e 172 – Descaracterização de fachadas de blocos AP-05, 2021. Foto: autora – p. 153

Figura 173 – Cronologia da produção de Niemeyer em habitação coletiva. Fonte: elaboração própria – p. 154

Figura 174 – Superquadra. Marcel Gautherot, circa 1962. Vista do bloco D (primeiro plano) e B (ao fundo) da SQS 108. Fonte: Acervo IMS – p. 155

Figura 175 – Pilotis do bloco J, 2021. Foto: autora – p. 156

Figura 176 – Sinais da pátina na superfície da empena do bloco A. Foto: autora – p. 163

Figura 177 – Desgastes materiais na trama de brises em concreto do bloco A. Foto: autora – p. 163

Figura 178 – Manutenção da trama de brises em concreto do bloco G, 2021. Foto: autora – p. 172

Figura 179 – Emolduramento da paisagem, pilotis do bloco K, 2019. Foto: autora – p. 183

Figura 180 – Emolduramento da paisagem, pilotis do bloco I, 2021. Foto: autora – p. 184

Figura 181 – A escala residencial em Brasília. Foto: Joana França – p. 186

Figura 182 – Superquadra. Croquis de Lucio Costa. Fonte: Vitruvius – p. 190

Figura 183 – Proposta para térreo da SQS 108. Fonte: Arquivo Público do DF (editado por esta pesquisa) – p. 190

Figura 184 – Proposta para implantação e arruamentos da SQS 108. Fonte: Wen (2011) – p. 191

Figura 185 – Superquadra. Croquis de Lucio Costa. Fonte: Vitruvius – p. 191

Figuras 186 a 189 – Maquetes de estudos para as superquadras desenvolvidas pela equipe da Novacap. Fonte: Kim e Weseley (2010) – p. 192

Figuras 190 e 191 – Croquis para as superquadras desenvolvidos pela equipe da Novacap. Fonte: IBGE – p. 193

Figura 192 – Forma das projeções implantadas nas superquadras. Fonte: Machado (2007) – p. 194

Figura 193 – Blocos de tipo AFA, AFB e AFC implantados no Plano Piloto. Fonte: Adaptado de Bonduki e Koury (2014) – p. 196

Figura 194 – Variação de tratamento do plano de cobogós. Fonte: ArPDF – p. 197

Figuras 195 a 200 – Intervenções em blocos AFA e AFB em outras superquadras da Asa Sul. Fonte: autora – p. 198

Figura 201 – Pilotis do bloco A, 2021. Fonte: autora – p. 204

Figura 202 – Pilotis do bloco I, 2021. Fonte: autora – p. 205

Figura 203 – Fechamento parcial dos pilotis do bloco B. Fonte: autora – p. 210

Figura 204 – Intervenções nos pilotis do bloco J. Fonte: autora – p. 210

Figura 205 – Intervenções nas esquadrias da fachada do bloco H. Fonte: autora – p. 212

Figura 206 – Intervenções nos pilotis do bloco G. Fonte: autora – p. 212

Figura 207 – Intervenções nos brises do bloco G. Fonte: autora – p. 213

Figura 208 – Brises do bloco G, 2020. Fonte: autora – p. 215

Figura 209 – Galeria de cobogós do bloco D, 2021. Fonte: autora – p. 216

Figura 210 – Fachadas de cobogós dos blocos D (à esq.), H (à dir.) e C (ao fundo), 2021. Fonte: autora – p. 217

Figura 211 – A espacialidade dos pilotis do bloco E, 2019. Fonte: autora – p. 224

Figura 212 – Pilotis do bloco J, 2020. Fonte: autora – p. 225

Figura 213 – Construção dos pilares trapezoidais. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 226

Figura 214 – Empenas brancas e pilares em concreto. Fonte: Arquivo Público do DF – p. 227

Figura 215 – SQS 108, M. Gautherot, circa 1962. Blocos J e K (em paralelo) e G (ao fundo). Fonte: IMS – p. 228

Figura 216 – Descaracterização dos materiais do pilotis do bloco B, 2019. Fonte: autora – p. 230

Figura 217 – Fachada do bloco G, 2021. Fonte: autora – p. 271

Figura 218 – Cobogós, 2019. Fonte: autora – p. 277

Figura 219 – Você está sendo filmado, 2019. Fonte: autora – p. 279

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Descrição do estado de conservação do bloco A – pp. 232 - 234

Tabela 2 – Descrição do estado de conservação do bloco B – pp. 235 - 237

Tabela 3 – Descrição do estado de conservação do bloco C – pp. 238 - 240

Tabela 4 – Descrição do estado de conservação do bloco D – pp. 241 - 243

Tabela 5 – Descrição do estado de conservação do bloco E – pp. 244- 246

Tabela 6 – Descrição do estado de conservação do bloco F – pp. 247- 249

Tabela 7 – Descrição do estado de conservação do bloco G – pp. 250- 252

Tabela 8 – Descrição do estado de conservação do bloco H – pp. 253 - 255

Tabela 9 – Descrição do estado de conservação do bloco I – pp. 256 - 258

Tabela 10 – Descrição do estado de conservação do bloco J – pp. 259 - 261

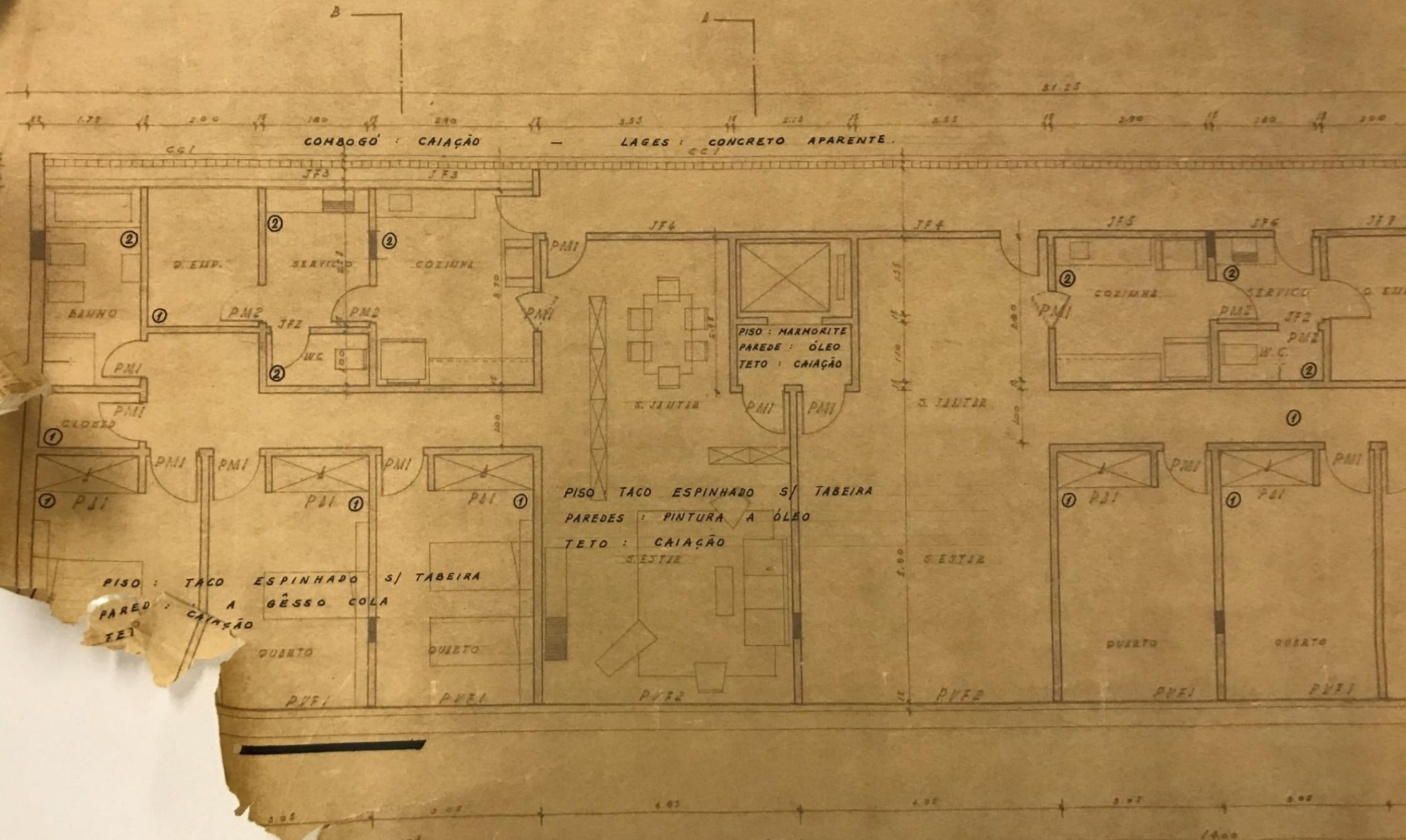
Tabela 11 – Descrição do estado de conservação do bloco K – pp. 262 - 264

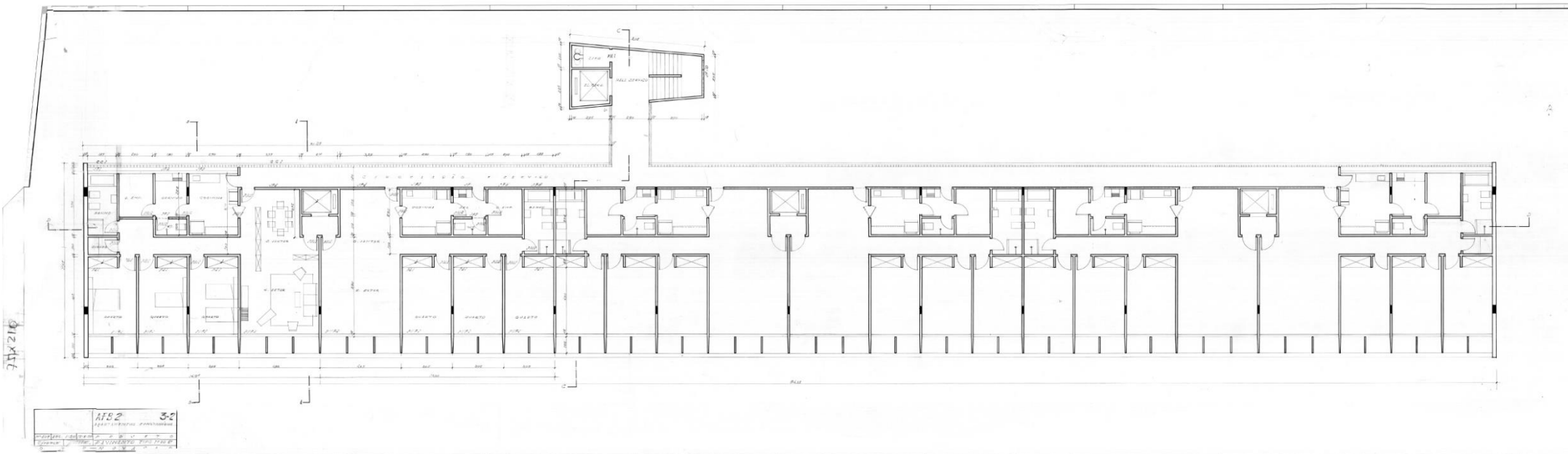
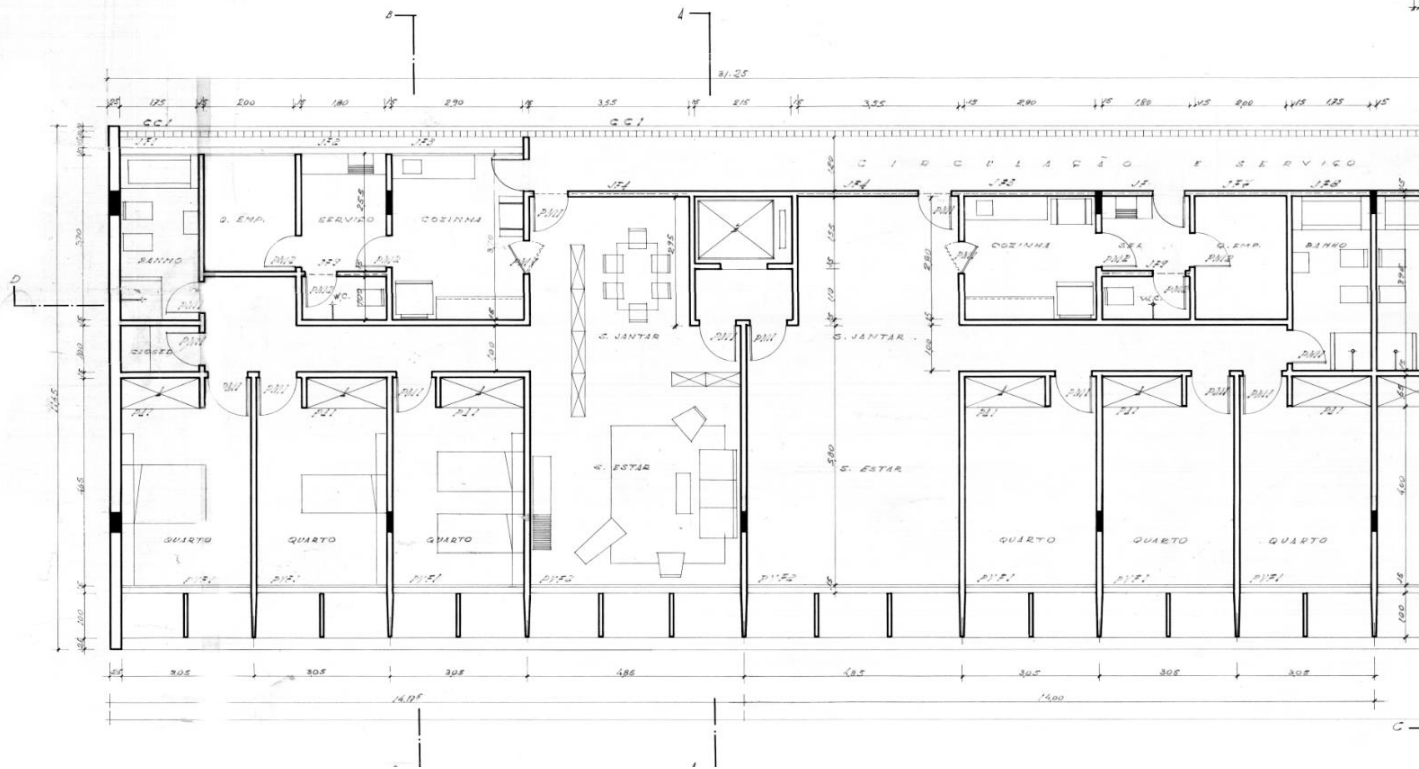
Tabela 12 – Recomendações para intervenções nos blocos da SQS 108 – pp. 265 – 268

Apêndice

Documentação reunida pela pesquisa

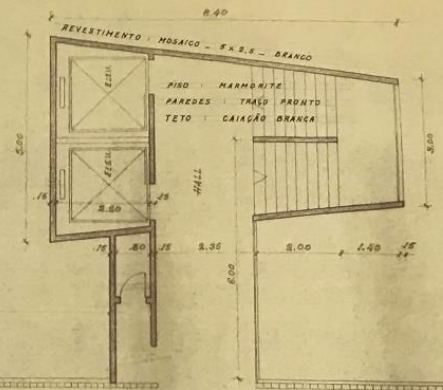
PISOS : CERÂMICA
 PAREDES : AZULEJOS BRANCOS ATÉ O TETO
 TETO : CAIÇÃO BRANCA





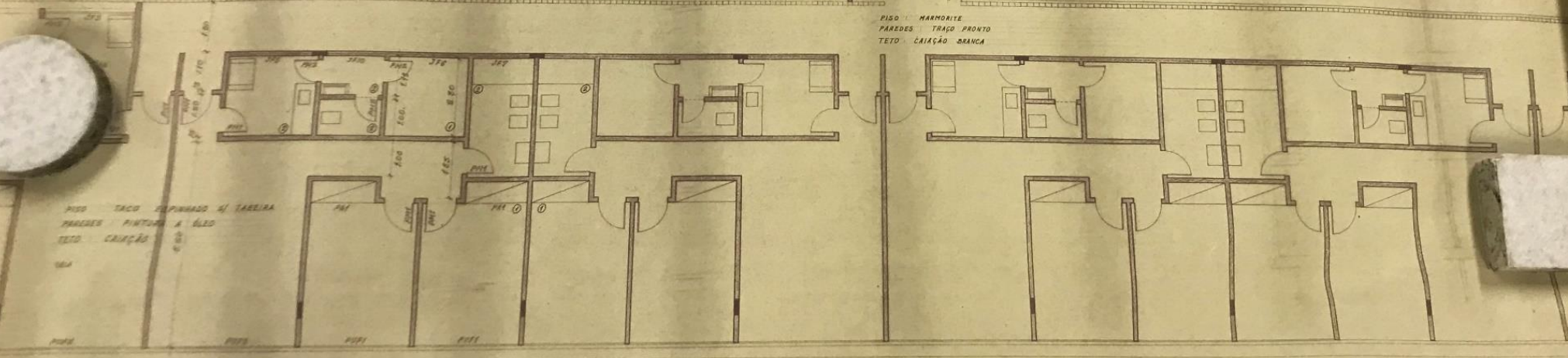
Planta de pavimento tipo do bloco AFB – 2, agosto de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF

A SALA
DE BRANCA ATÉ O TETO
BRANCA



30.00
0 5.00 10 15 20 25 30

PISO - MARMORITE
PAREDES - TRACO PRONTO
TETO - CAIXÃO BRANCO

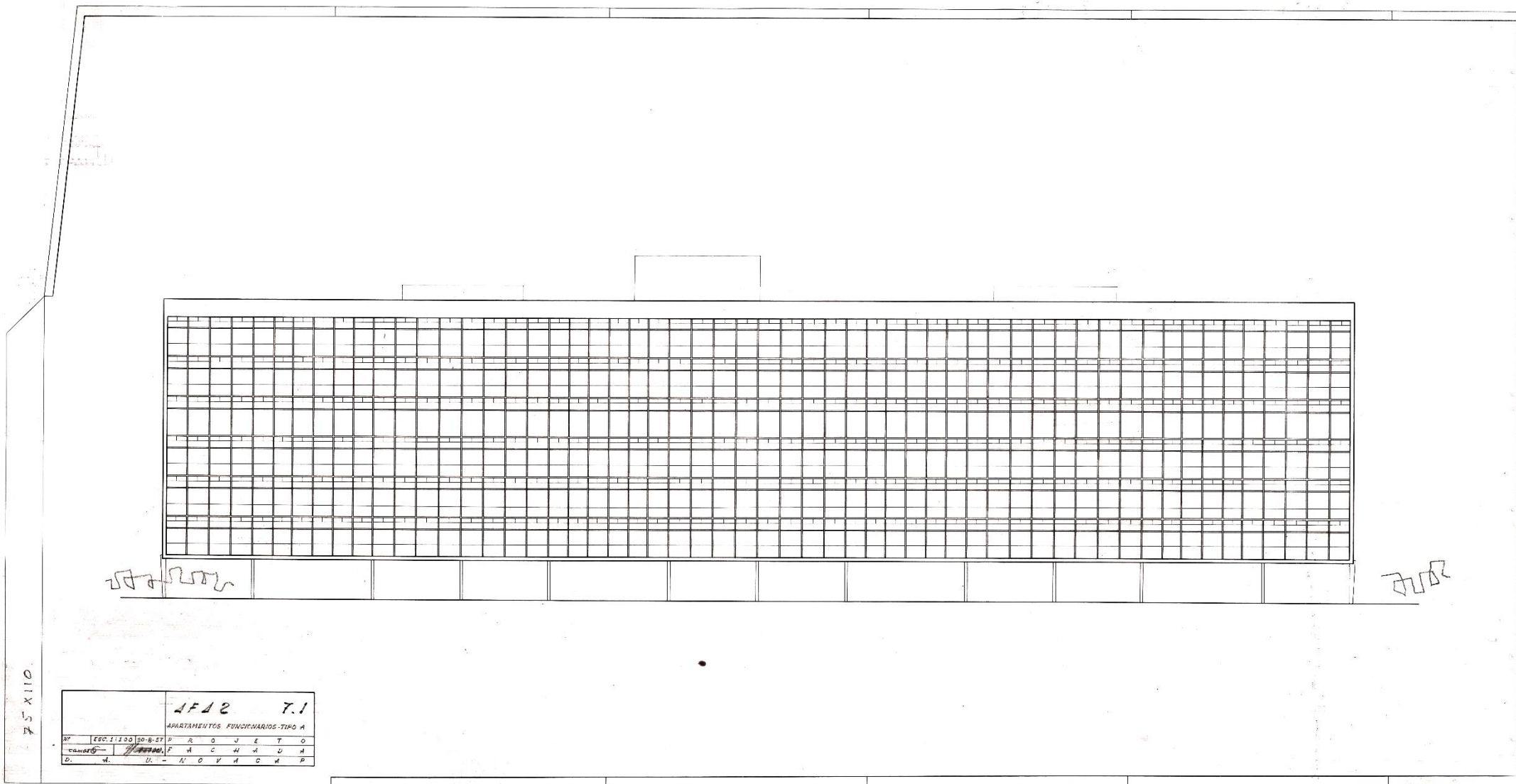


PISO - TACO ESPUMADO 40 TABELA
PAREDES - PINTURA A ÁGUA
TETO - CAIXÃO

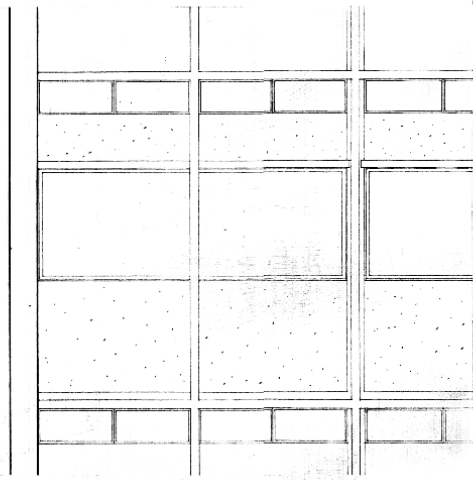
15.00
0 5.00 10 15

78.25

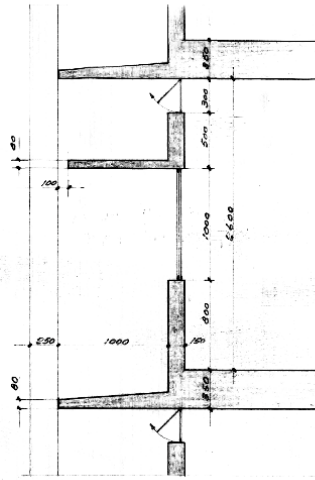
Planta de pavimento tipo do bloco AFA - 4, julho de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



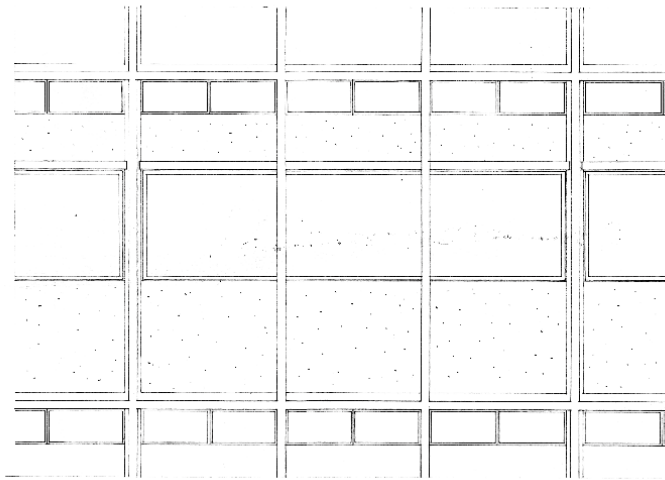
Fachada com brises de bloco AFA – 2, agosto de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



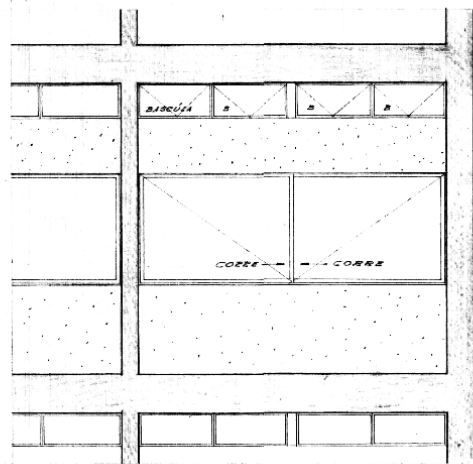
P.V.F. 1 VISTA EXTERNA DO CONJUNTO. ESC. 1/20



CORTA VERTICAL. ESC. 1/20

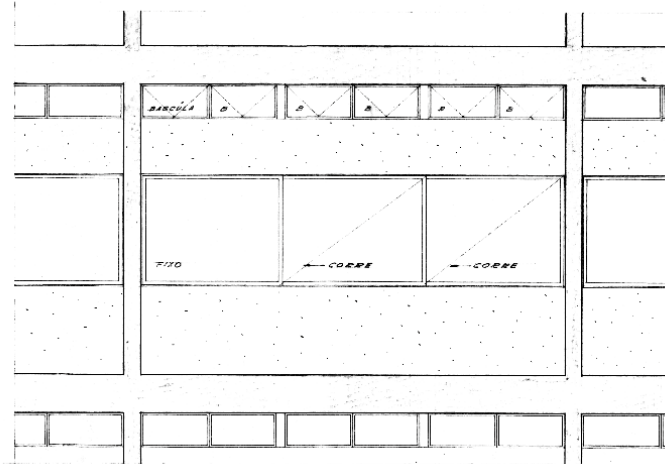


P.V.F. 2 VISTA EXTERNA DO CONJUNTO. ESC. 1/20



P.V.F. 1 VISTA INTERNA DO CONJUNTO. ESC. 1/20

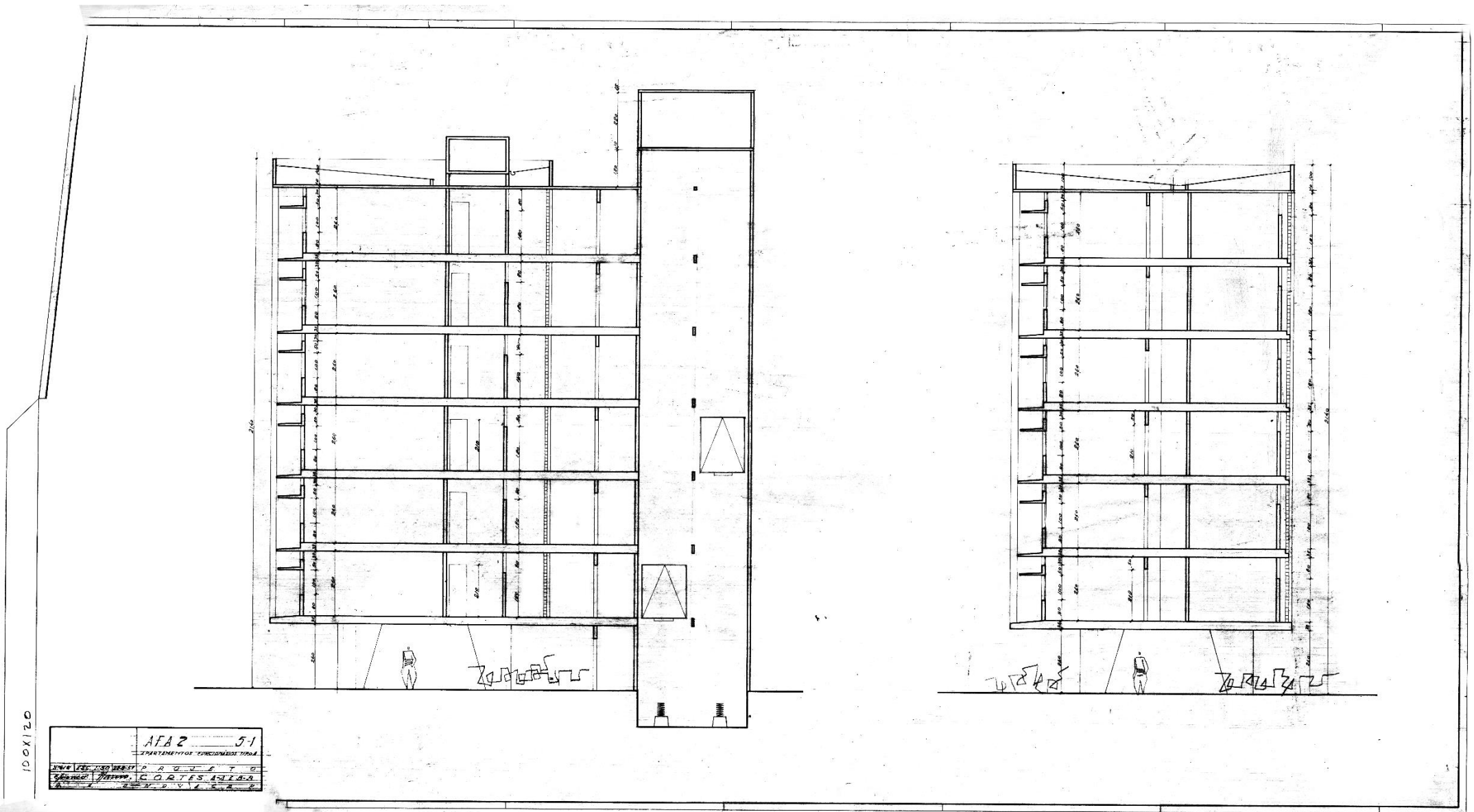
NOTA: VERIFICAR COTAS NA OBRA
MATERIAL: FERRO E VIDRO



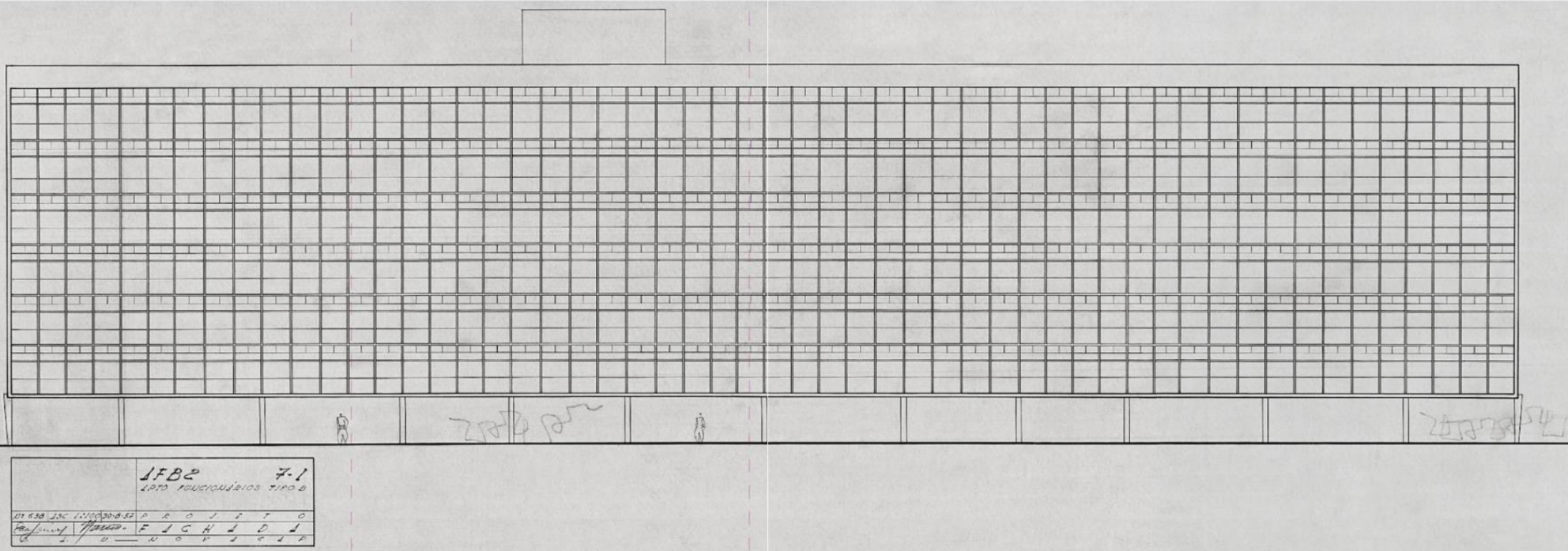
P.V.F. 2 VISTA INTERNA DO CONJUNTO. ESC. 1/20

(7)

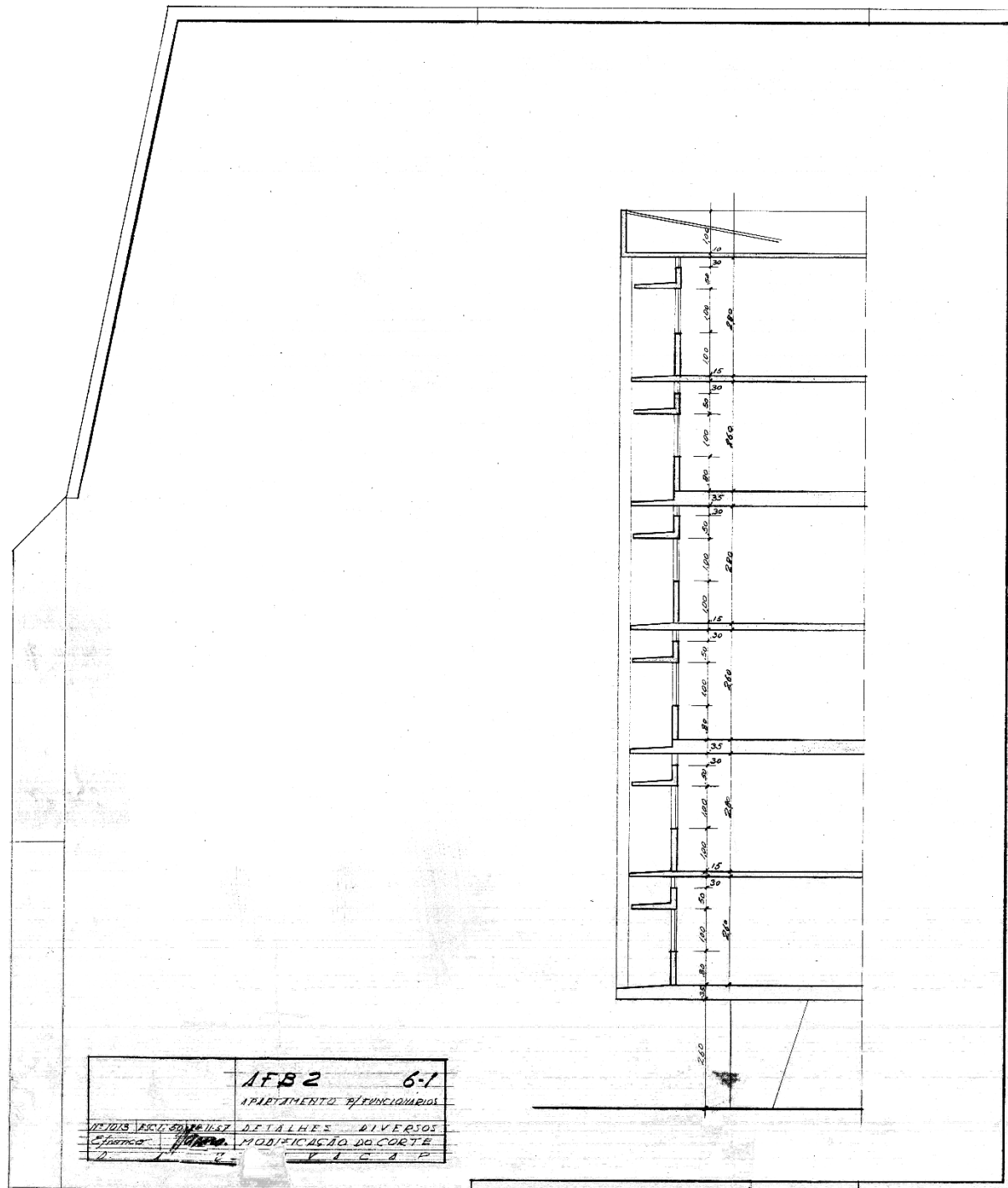
AFA-2		1.1
PARTICULARES RECONSTRUÇÃO		
702	ESC. 1/20	16.02.57 E O U A D P I A S
11/11/57	1957	ESQ. METALICIS - P.V.F. 1 - P.V.F. 2
D.	1	U. N O V A C I A P



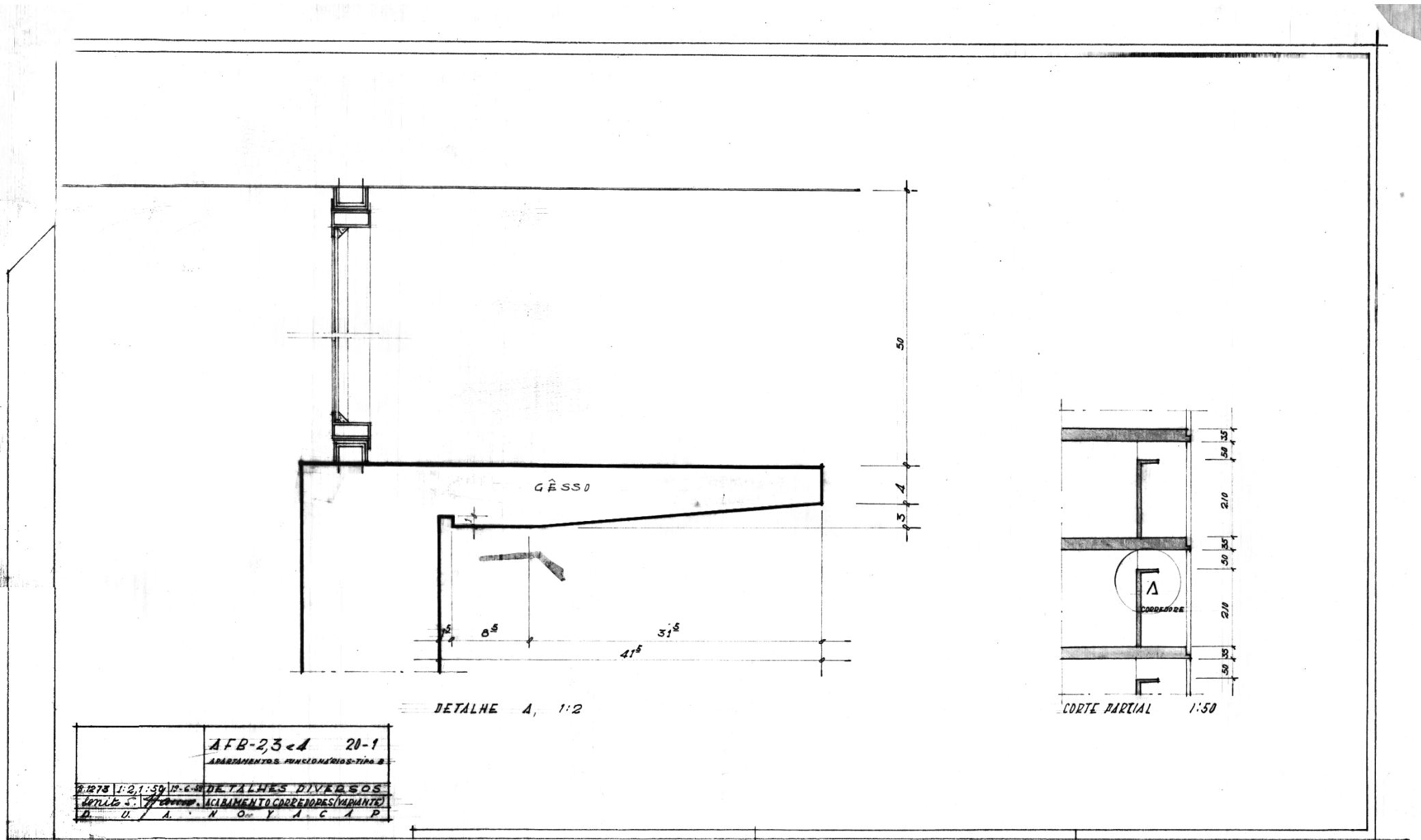
Cortes de bloco AFA – 2, agosto de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



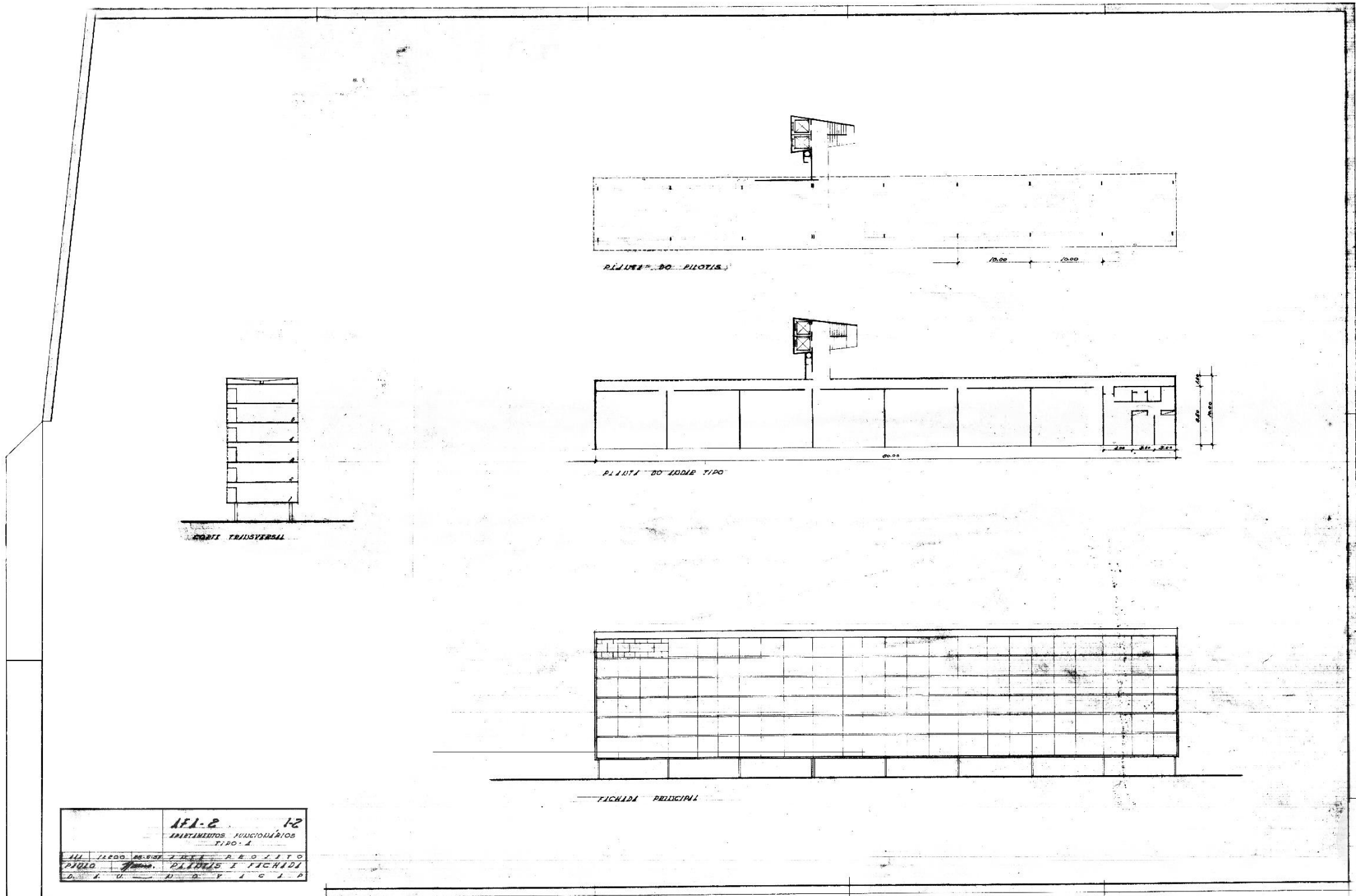
Fachada com brises de bloco AFB – 2, agosto de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF em WEN (2011)



Corte de bloco AFB – 2, novembro de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



Detalhe de forro de gesso para corredor protegido por cobogós, junho de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF



AFA-2		12
INSTUMENTOS FUNCIONÁRIOS		
TIPO-2		
III	1200	PROJETO
PROJETO	PLANTAS E FACHADA	
D. F. U.	D. D. T. J. C. S. P.	

Anteprojeto para bloco AFA – 2 (plantas e fachada), junho de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF

QUADRO E EMPENAS : MOSAICO - 5x2.5 - BRANCO

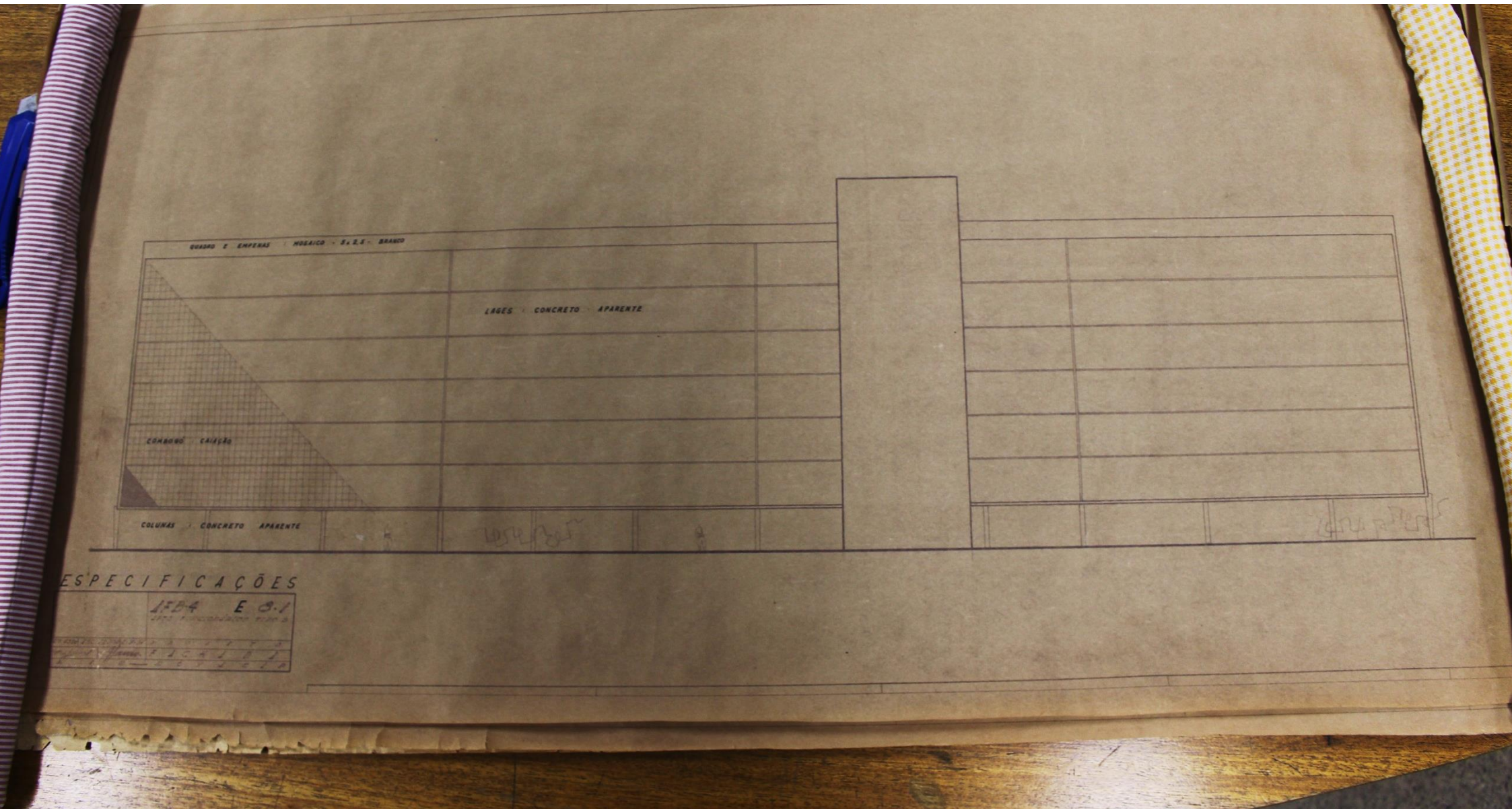


COLUNAS : CONCRETO APARENTE

ESPECIFICAÇÕES

AFB4 E 7-1
APARTAMENTOS FUNCIONÁRIOS. TIPO

Nº 813	ESQ. 1:100	7/10-57	P	R	O	J	E	T	O		
cam. 6	1:100	7/10-57	F	A	C	H	A	D	A		
D.	A.		U	-	N	O	V	A	C	A	P



ESPECIFICAÇÕES

AFB 4 E 3-1

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

1957

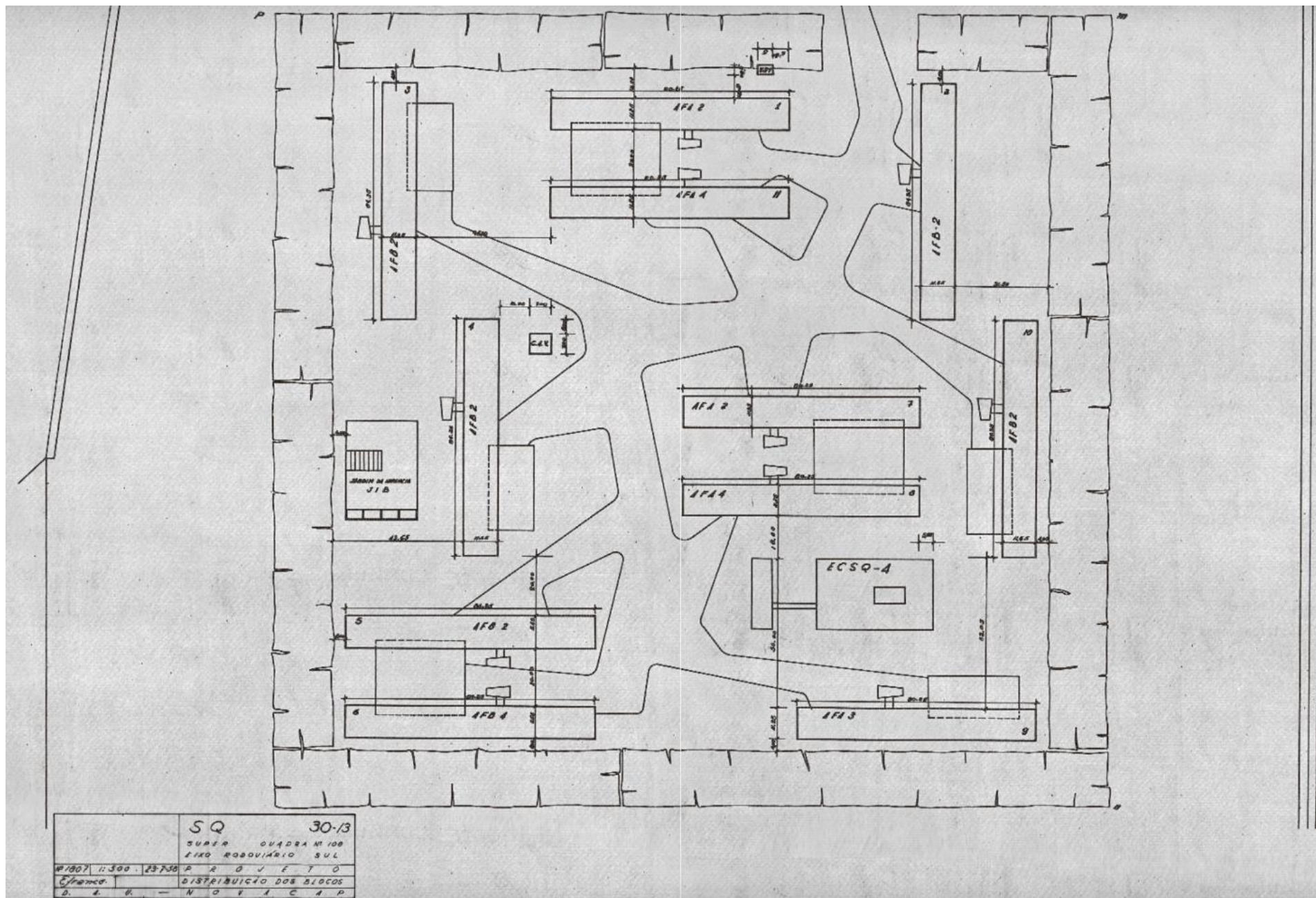
1957

1957

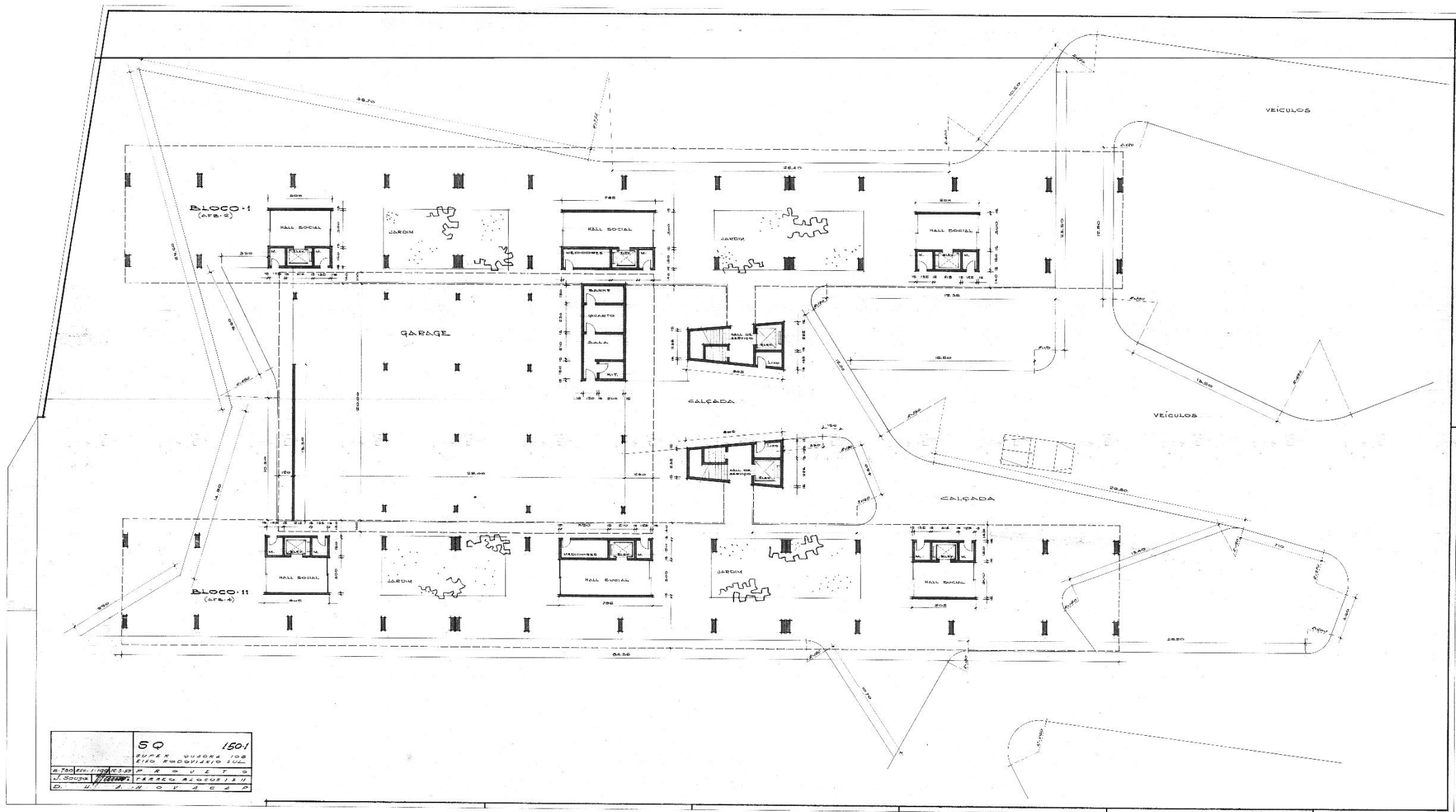
1957

1957

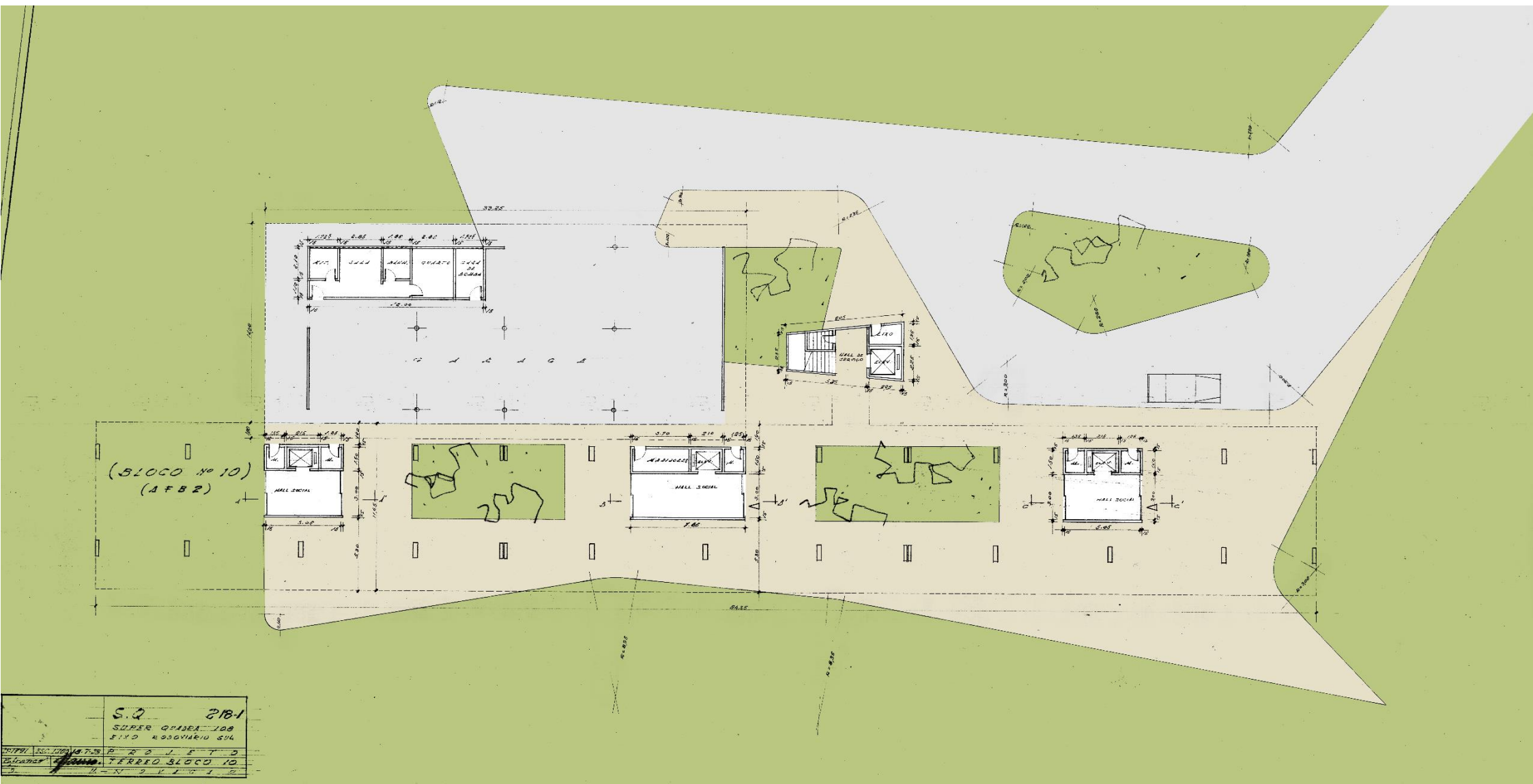
Fachada de cobogós de bloco AFB - 4, setembro de 1957. Especificações: caiação para cobogós, lajes em concreto aparente e quadro e empenas mosaico 5 x 2.5 - branco. Fonte: Arquivo Público do DF



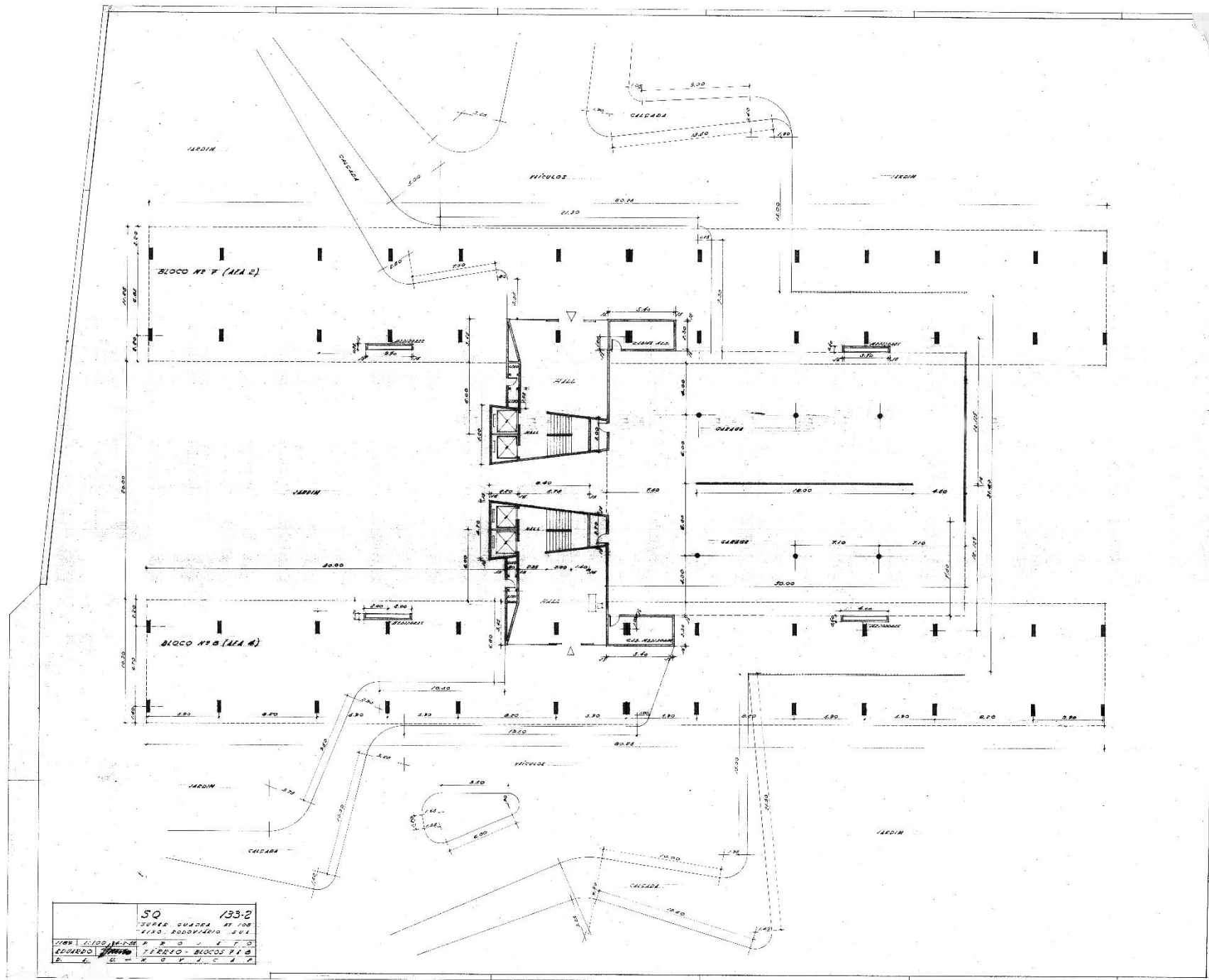
Distribuição dos blocos da SQS 108, julho de 1958. Fonte: WEN (2011)



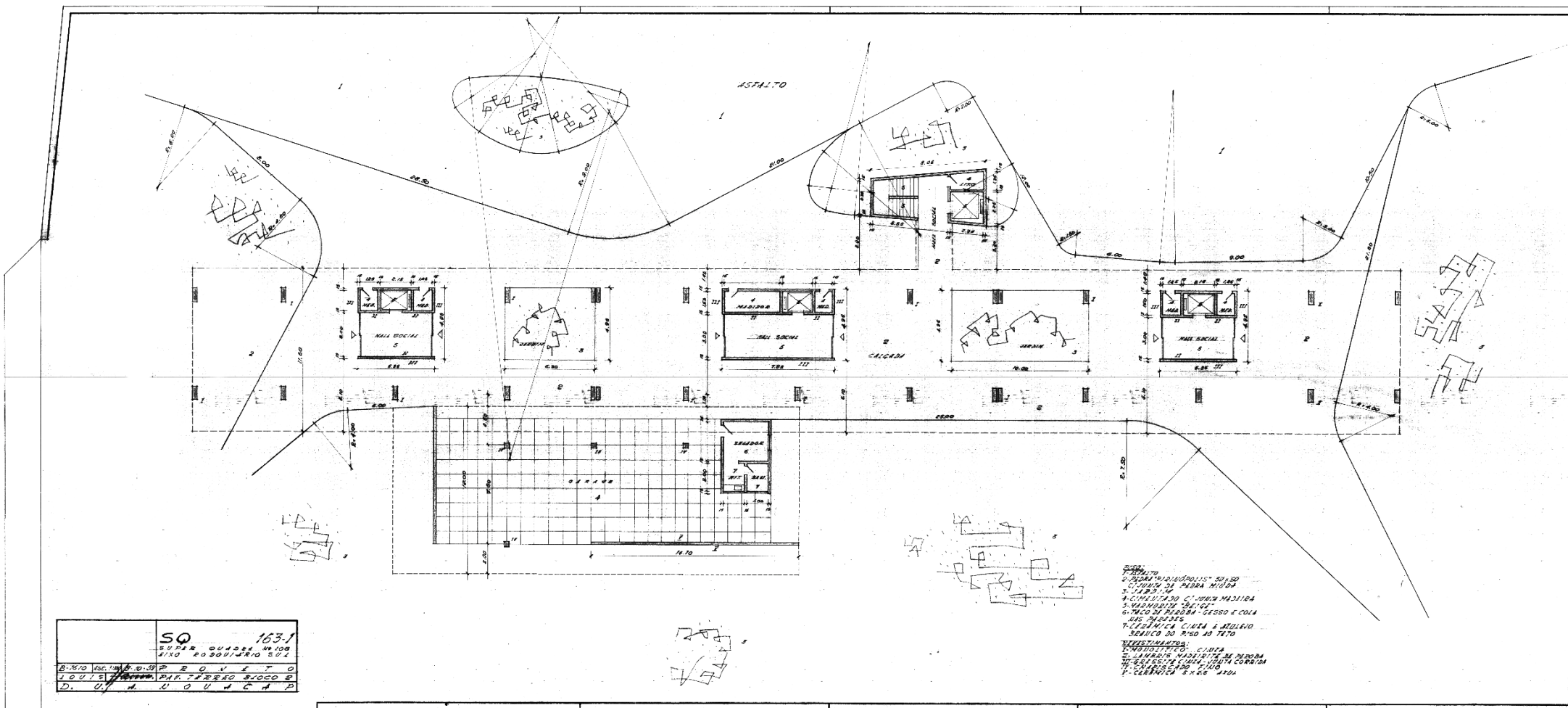
Proposta de térreo (não executada) para os blocos 1 (atual bloco A) e 11 (atual bloco B) da SQS 108, março de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.



Proposta de térreo (não executada) para o bloco 10 (atual bloco C) da SQS 108, julho de 1958. Fonte: Arquivo Público do DF. Desenho interpretado em cores por essa pesquisa e tratado por Dante Akira Uwai.

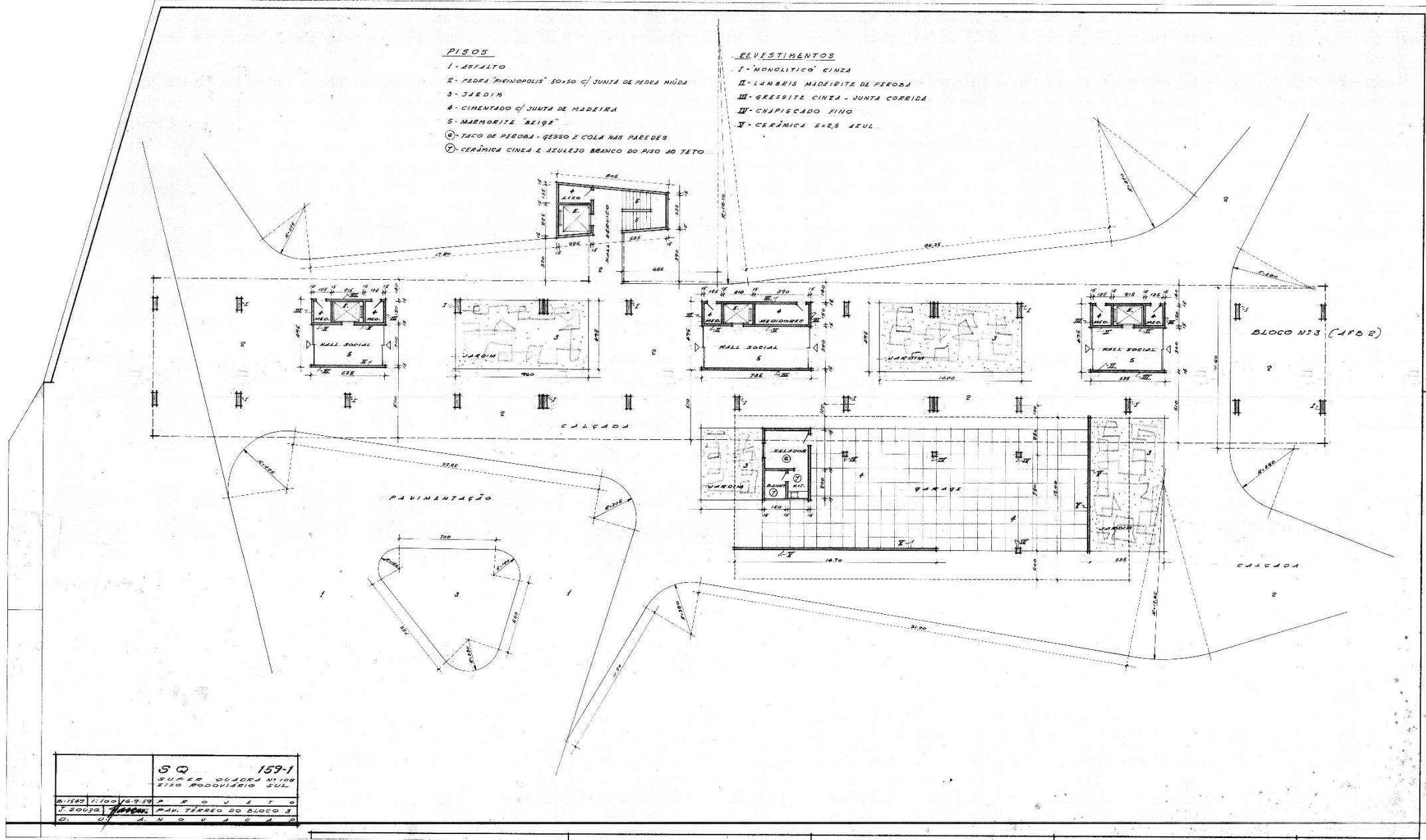


Proposta de térreo (não executada) para os blocos 7 (atual bloco D) e 8 (atual bloco H) da SQS 108, fevereiro de 1958. Fonte: Arquivo Público do DF.



Proposta de térreo (não executada) para o bloco 2 (atual bloco E) da SQS 108, outubro de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.

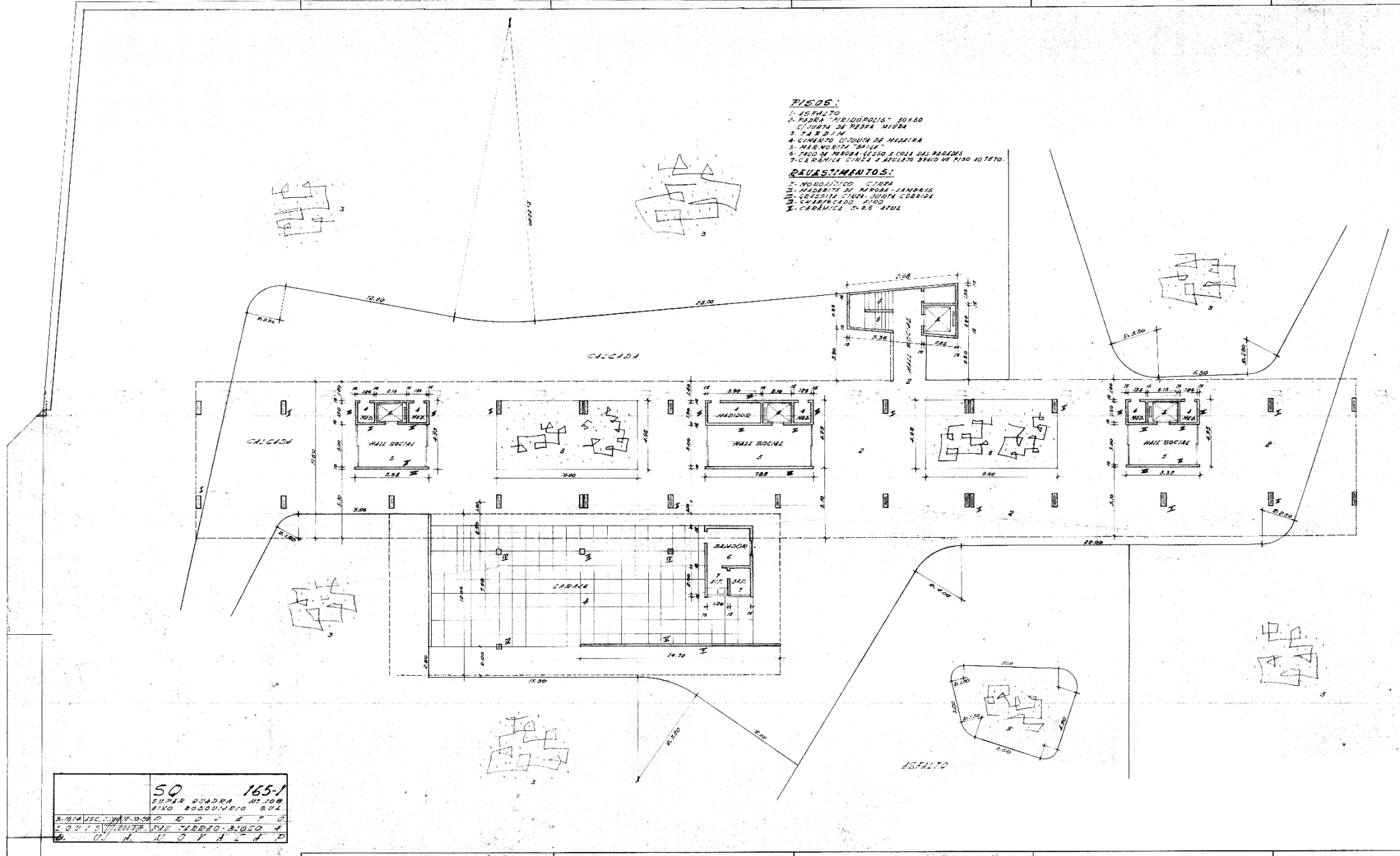
Transcrição legenda "Pisos: 1. asfalto; 2. pedra pirinópolis (sic) 50x50cm com junta de pedra miúda; 3. jardim; 4. cimentado com junta de madeira; 5. marmorite bege (sic); 6. tacho peroba, gesso e cola nas paredes; 7. cerâmica cinza e azulejo branco no piso ao teto" e "Revestimentos: I. monolítico cinza; II. Lambris - maderite de Peroba; III. Gressite cinza – junta corrida; IV. Chapiscado fino: V. Cerâmica 5-2,5 azul"



SQ 159-1	
SUPER QUADRA N.º 108	
TR.º RODOV.º SUL	
1:100	18.7.59
J. SOUZA	PROJ. T.º DO BLOCO 3
D. O. A. N. O. U. J. E. A. R.	

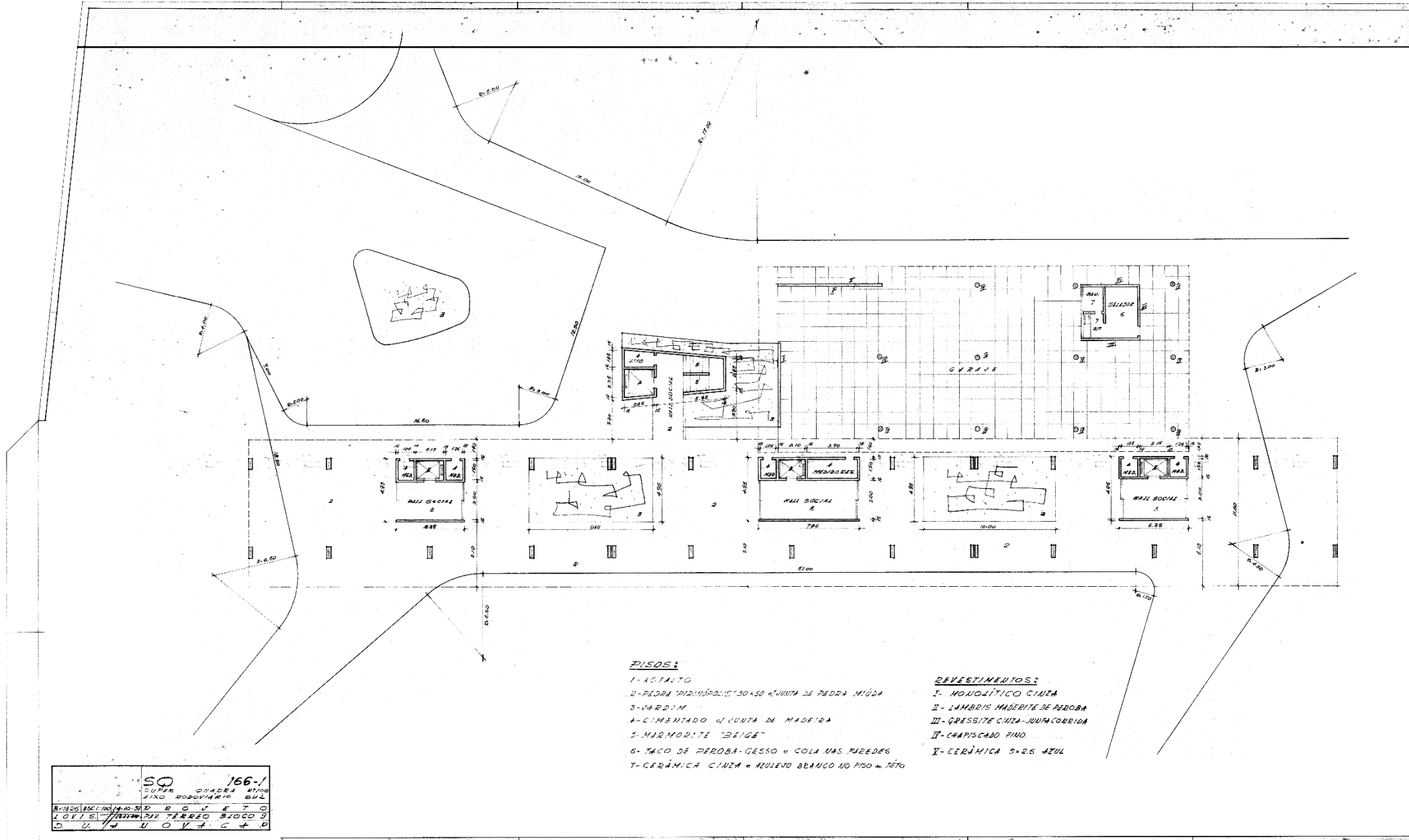
Proposta de térreo (não executada) para o bloco 3 (atual bloco F) da SQS 108, setembro de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.

Transcrição legenda "Pisos: 1. asfalto; 2. pedra pirinópolis (sic) 50x50cm com junta de pedra miúda; 3. jardim; 4. cimentado com junta de madeira; 5. marmorite bege (sic); 6. taco peroba, gesso e cola nas paredes; 7. cerâmica cinza e azulejo branco no piso ao teto" e "Revestimentos: I. monolítico cinza; II. Lambris - maderite de Peroba; III. Gressite cinza - junta corrida; IV. Chapiscado fino; V. Cerâmica 5-2,5 azul"



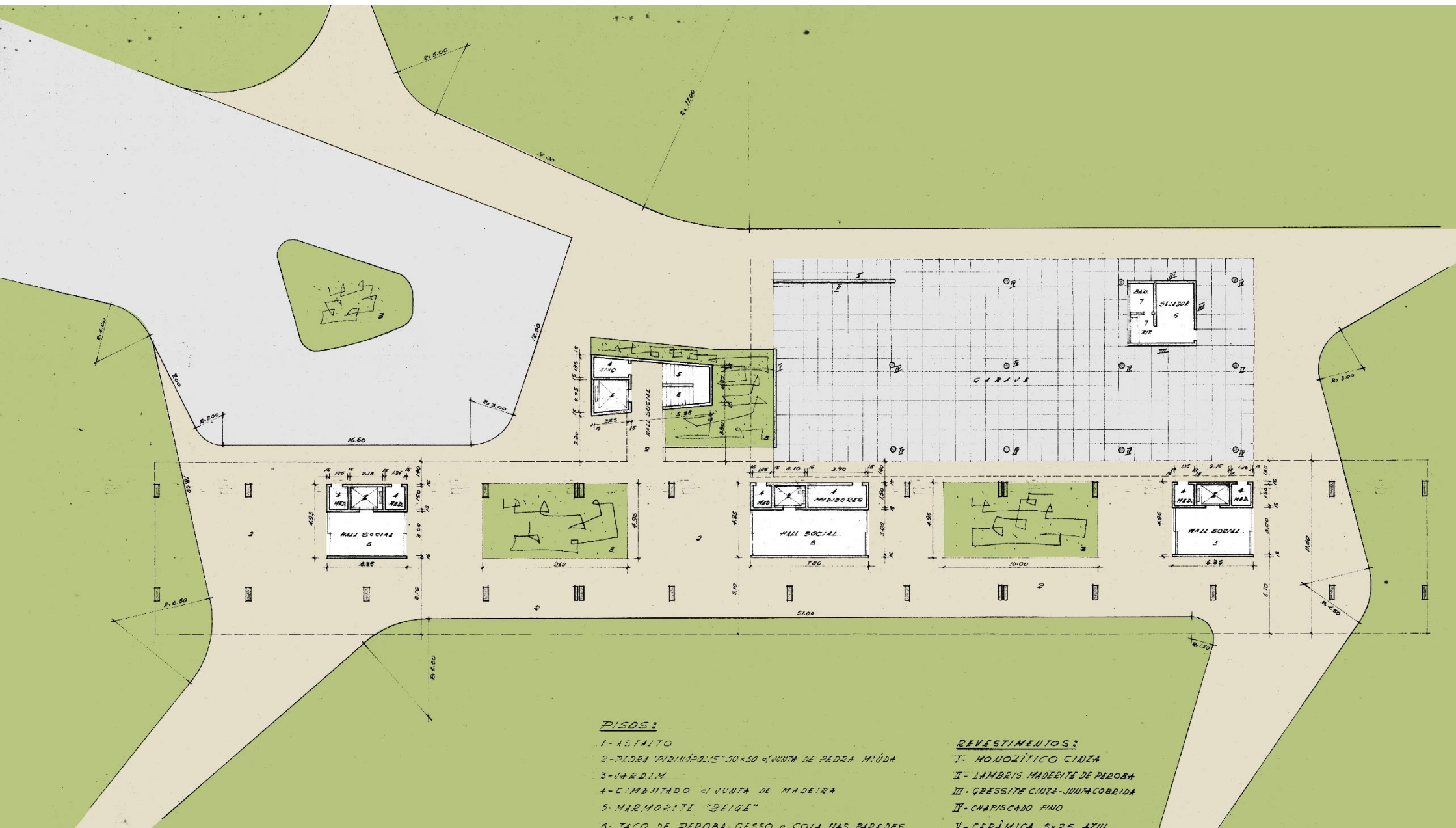
Proposta de térreo (não executada) para o bloco 4 (atual bloco G) da SQS 108, outubro de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.

Transcrição legenda "Pisos: 1. asfalto; 2. pedra pirinópolis (sic) 50x50cm com junta de pedra miúda; 3. jardim; 4. cimentado com junta de madeira; 5. marmorite bege (sic); 6. taco peroba, gesso e cola nas paredes; 7. cerâmica cinza e azulejo branco no piso ao teto" e "Revestimentos: I. monolítico cinza; II. Lambris - maderite de Peroba; III. Gressite cinza – junta corrida; IV. Chapiscado fino: V. Cerâmica 5-2,5 azul"

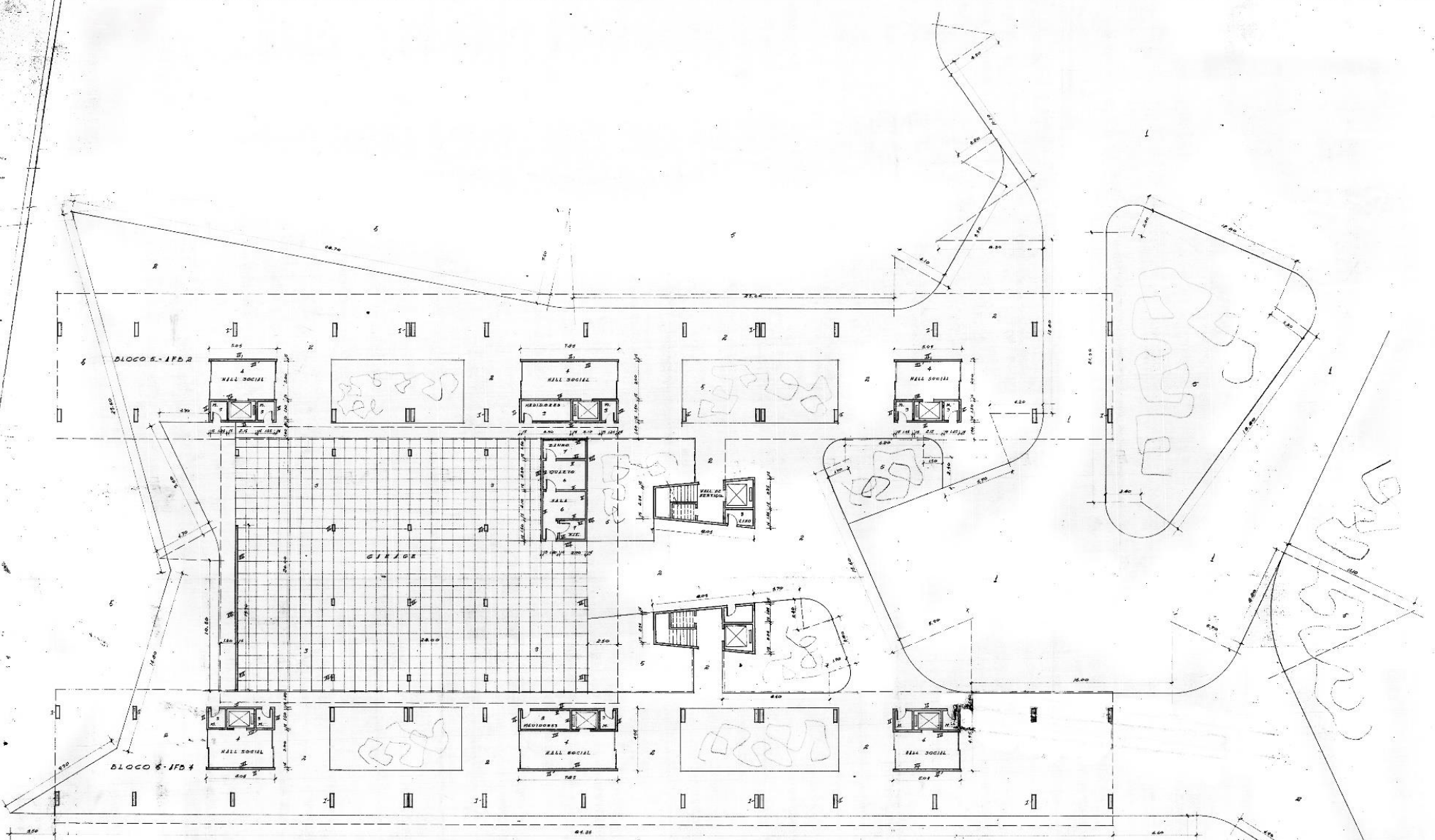


Proposta de térreo (não executada) para o bloco 9 (atual bloco I) da SQS 108, outubro de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.

Transcrição legenda "Pisos: 1. asfalto; 2. pedra pirinópolis (sic) 50x50cm com junta de pedra miúda; 3. jardim; 4. cimentado com junta de madeira; 5. marmorite bege (sic); 6. taco peroba, gesso e cola nas paredes; 7. cerâmica cinza e azulejo branco no piso ao teto" e "Revestimentos: I. monolítico cinza; II. Lambris - maderite de Peroba; III. Gressite cinza – junta corrida; IV. Chapiscado fino; V. Cerâmica 5-2,5 azul"



Proposta de térreo (não executada) para o bloco 9 (atual bloco I) da SQS 108, outubro de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF. Desenho interpretado em cores por esta pesquisa e tratado por Dante Akira Uwai.



PISOS:

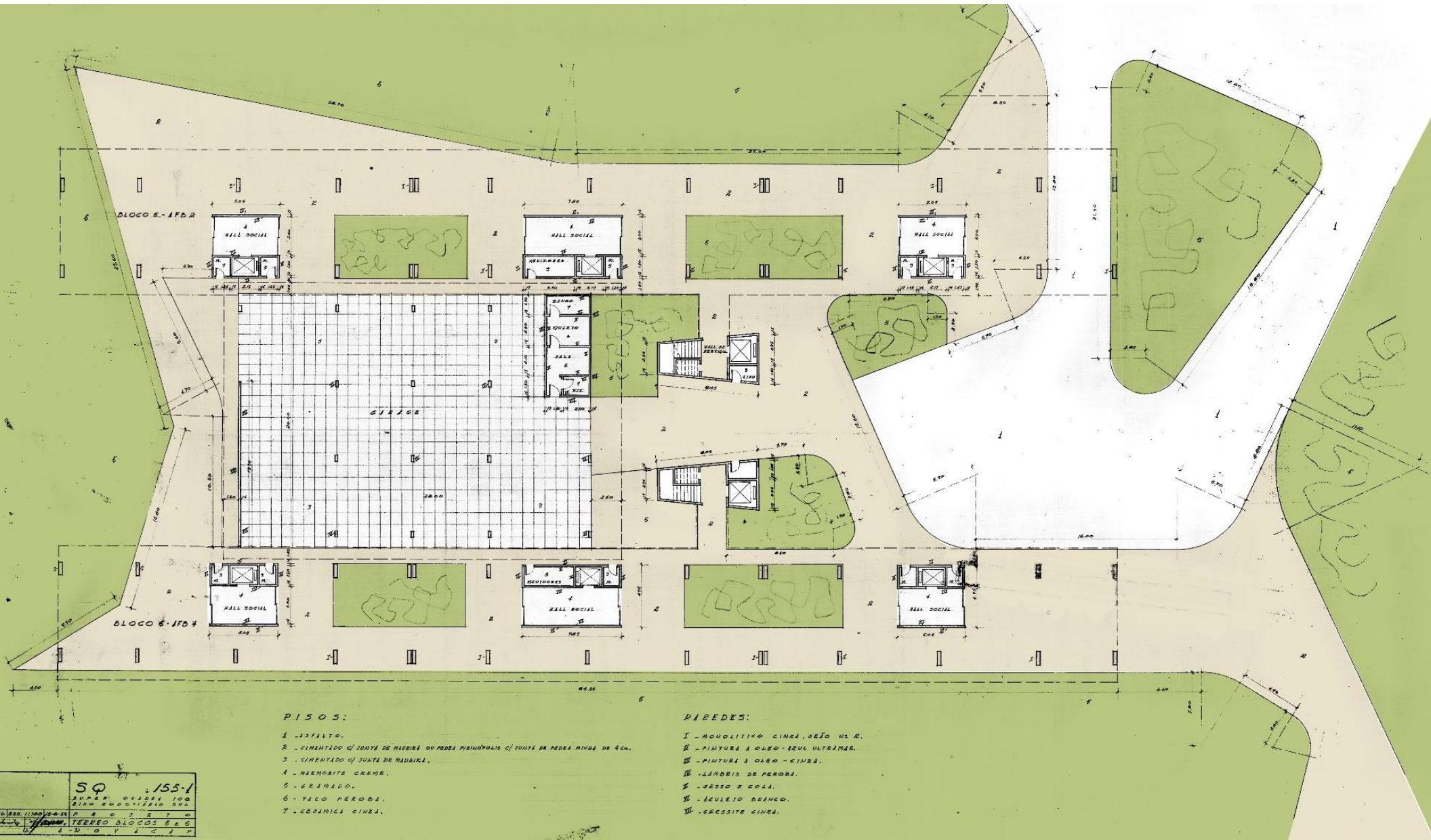
- 1 - ASFALTO.
- 2 - CIMENTO C/ JUNTA DE MADEIRA OU PEDRA PRINCIPALIS C/ JUNTA DE PEDRA RINDA DE 4CM.
- 3 - CIMENTO C/ JUNTA DE MADEIRA.
- 4 - MARMORITE CREMA.
- 5 - GRANADO.
- 6 - TILCO PEROLA.
- 7 - CERAMICA CINZA.

PIREDES:

- I - MONOLITICO CINZA, GRÃO N.º 2.
- II - PINTURA A OLEO - ESQU. ULTRAMAR.
- III - PINTURA A OLEO - CINZA.
- IV - LÂMBDAS DE PEROLA.
- V - GESSO P. COLA.
- VI - ISULETO BRANCO.
- VII - GRESSITE CINZA.

SQ 108/1	
AV. REP. OLÍMPIA 108	
Bairro RODRIGUES PIZA	
TERREO BLOCOS 5 e 6	
1 2 3 4 5 6 7	

Proposta de térreo (não executada) para os blocos 5 (atual bloco J) e 6 (atual bloco K) da SQS 108, agosto de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF.



PISOS:

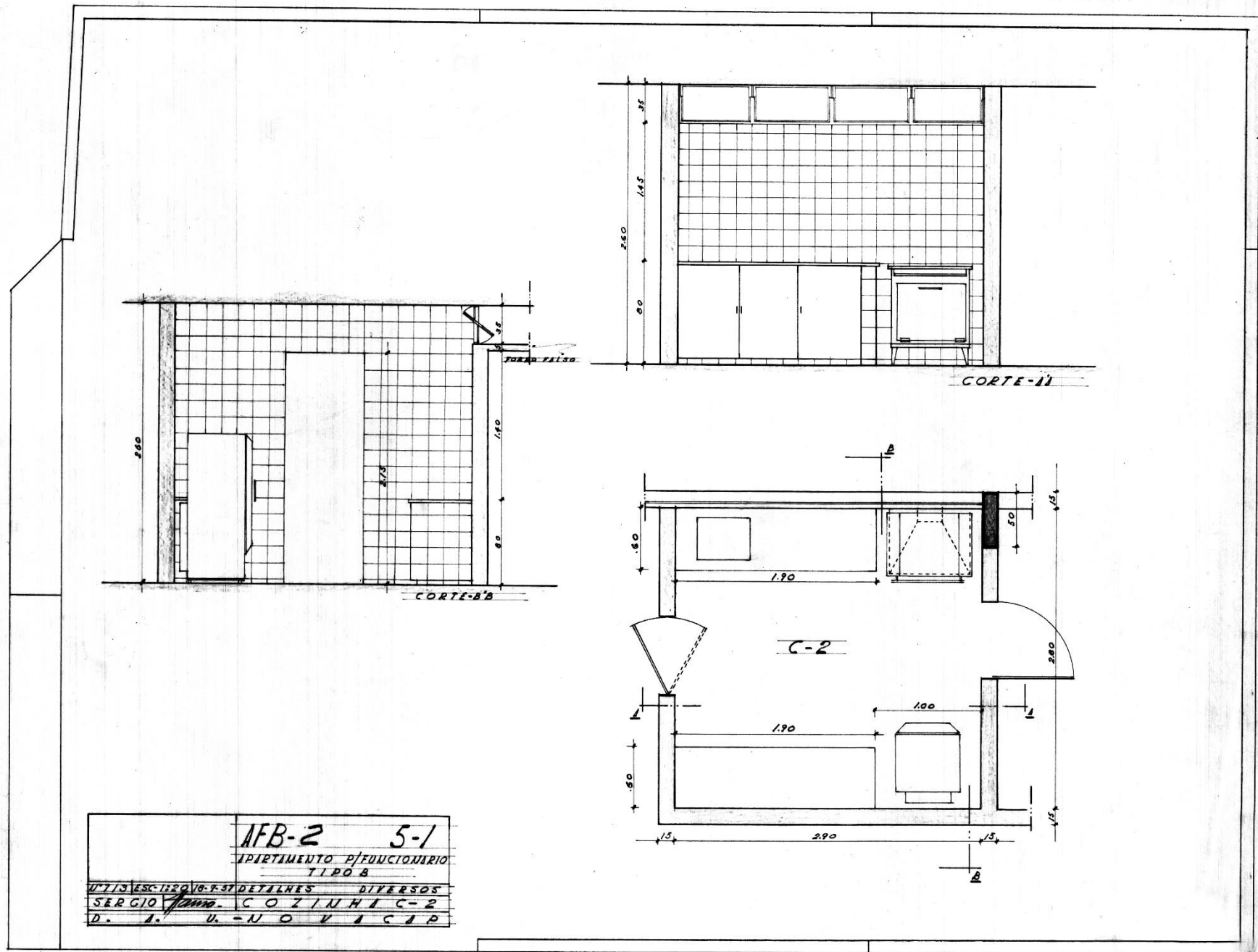
- I - ASFALTO.
- II - CIMENTO C/ JUNTAS DE MADEIRA OU PEDRA PENÓPOLIS C/ JUNTAS DE PEDRA ATUDA DE 6cm.
- III - CIMENTO C/ JUNTAS DE MADEIRA.
- IV - MARMORITE CREME.
- V - GRANILHO.
- VI - TACO PEROLA.
- VII - CERAMICA CINZA.

PAREDES:

- I - MONOLITICO CINZA, GRÃO Nº 2.
- II - PINTURA A OLEO - AZUL ULTRAMAR.
- III - PINTURA A OLEO - CINZA.
- IV - LÂMBRIS DE PEROLA.
- V - GESSO E COLA.
- VI - ISOLEJO BRANCO.
- VII - GRESITE CINZA.

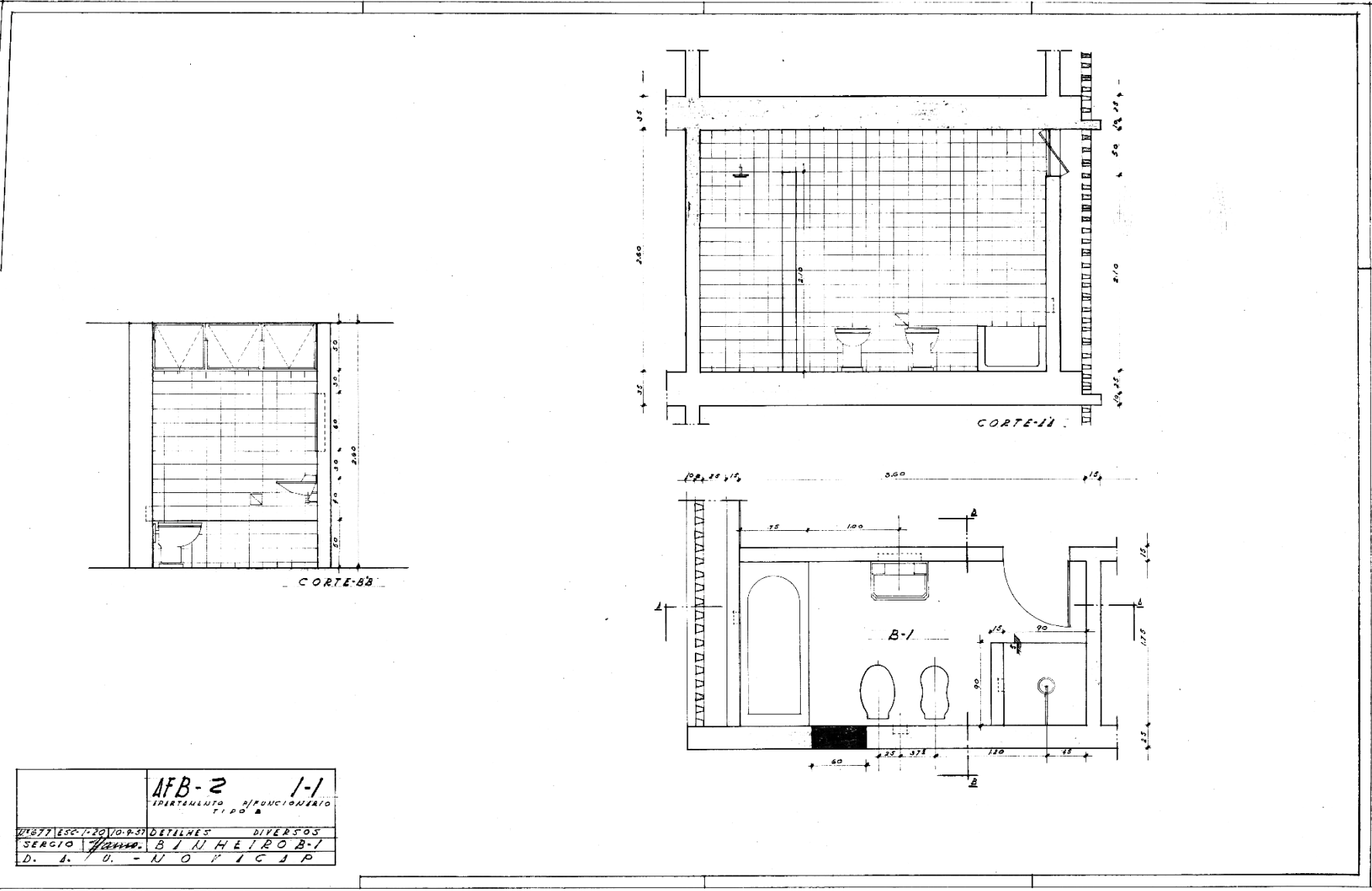
SQ 155-1	
AV. A. G. OLIVEIRA 100	
BRAS. 20000/BRAS. 20000	
TERREO BLOCOS 5 E 6	
1 - N - O - P - I - S - O - S	

Proposta de térreo (não executada) para os blocos 5 (atual bloco J) e 6 (atual bloco K) da SQS 108, agosto de 1959. Fonte: Arquivo Público do DF. Desenho interpretado em cores por esta pesquisa e tratado por Alice Flores.



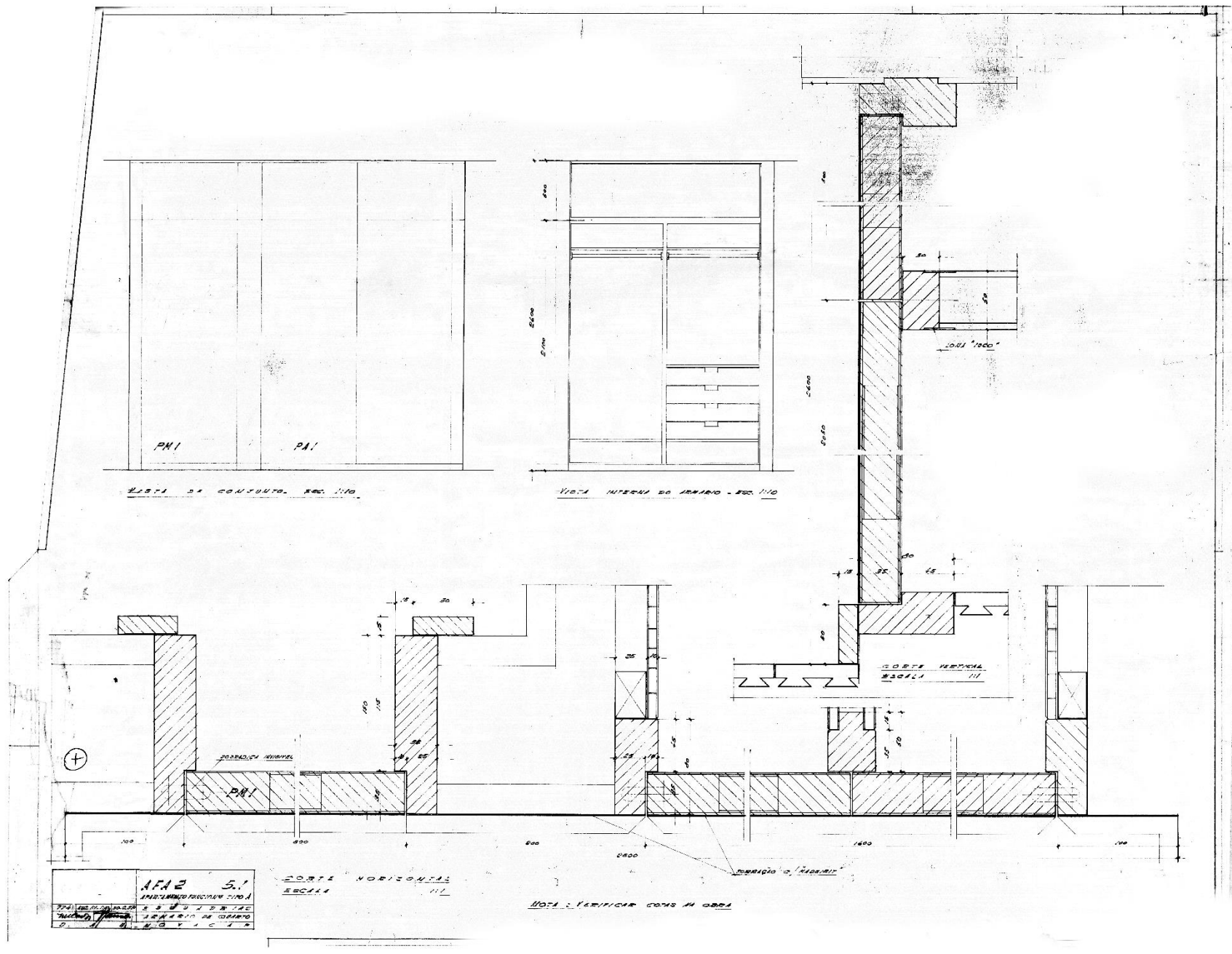
AFB-2		5-1	
APARTAMENTO P/ EDUCACIONARIO			
TIPO B			
U.T. 13	ESC. 1:20	18.9.57	DETALHES DIVERSOS
SERGIO		COZINHA C-2	
D. J. U. - N O V A C I P			

Detalhamento de cozinha para bloco AFB-2, setembro de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



	AFB-2	1-1
	DEPARTAMENTO DE FUNCIONARIO TIPO A	
1/677 ESC-1-20/0-4-53	DETALHES	DIVERSOS
SERCIO	B. N. HEIRO B-1	
D. A. U. - N O F I C I A P		

Detalhamento de banheiro para bloco AFB-2, setembro de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF



Detalhamento de armário para dormitório de bloco AFA-2, setembro de 1957. Fonte: Arquivo Público do DF

